



**PSICOLOGIA e**  
**ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL :**  
REFLEXÕES, PRÁTICAS  
E DESAFIOS



ANYELLE KARINE DE ANDRADE  
RAFAEL BIANCHI SILVA  
(ORGANIZADORES)

Anyelle Karine de Andrade  
Rafael Bianchi Silva  
(Organizadores)

# **Psicologia e Assistência Social: reflexões, práticas e desafios**

---

Universidade Estadual de Londrina  
Londrina  
2025

Elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da  
Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P974	Psicologia e assistência social: [recurso eletrônico] reflexões, práticas e desafios / Anyelle Karine de Andrade Rafael Bianchi Silva (organizadores).-- Londrina Pr : UEL, 2025. 1 livro digital.  ISBN 978-85-7846-627-5 Disponível em: <a href="https://pos.uel.br/psicologia/livros/">https://pos.uel.br/psicologia/livros/</a> .  1. Psicologia. 2. Assistência social. I. Andrade, Anyelle Karine de. II. Silva, Rafael Bianchi. III. Título.  CDU 159.9
------	---

Bibliotecária: Eliane Maria da Silva Jovanovich – CRB9/1250

O conteúdo dos capítulos é de responsabilidade de seus autores. Não nos responsabilizamos por links ou sites aqui indicados, nem podemos garantir que eles continuarão ativos e/ou adequados

<b>Editora</b>	Universidade Estadual de Londrina
<b>Revisão e organização</b>	Anyelle Karine de Andrade Rafael Bianchi Silva
<b>Capa</b>	João Victor Begnini Simcic
<b>Diagramação</b>	Alice Cristina da Silva Carvalho
<b>ISBN</b>	978-85-7846-627-5

## **Comitê Editorial**

Os capítulos desta obra foram avaliados pelos seguintes membros do Comitê Editorial:

**Adriana Regina de Jesus** - Universidade Estadual de Londrina

**Alvaro Marcel Palomo Alves** - Universidade Estadual de Maringá

**Bernardo Parodi Svartman** – Universidade de São Paulo

**Fauston Negreiros** – Universidade de Brasília

**Fernando Santana de Paiva** – Universidade Federal de Juiz de Fora

**Jáder Ferreira Leite** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Jaime Alfaro Inzunza** – Universidad del Desarrollo (Chile)

**Lívia Maria Bedin** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Paulo Vitor Palma Navasconi** – Universidade Estadual Paulista  
(Unesp/Assis)

## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>Apresentação</b>	<b>8</b>
Anyelle Karine de Andrade	
Rafael Bianchi Silva	
<b>O SUAS como Política Pública de Transformação Social: a dimensão institucional em análise</b>	<b>11</b>
Anyelle Karine de Andrade	
Claudia de Godoi Ferreira de Almeida	
Paula Marques da Silva	
Rafael Bianchi Silva	
<b>Sistema Único de Assistência Social: desafios na produção de cidadania</b>	<b>36</b>
Lorena Maria da Silva	
Maria da Graça Marchina Gonçalves	
<b>A Assistência Social na perspectiva dos usuários: representações sociais e ideologia</b>	<b>61</b>
Cristiane Davina Redin Freitas	
João Franco do Nascimento Neto	
Amanda Donadel Bezerra	
<b>Diz-me com quem andas e te direi quem és: a complexa relação SUAS e Psicologia</b>	<b>104</b>
Isabel Fernandes de Oliveira	
Bárbara Sul Santana Fleury	
Ana Ludmila Freire Costa	
<b>Práticas, desafios e contribuições da Psicologia para o SUAS</b>	<b>120</b>
Mariana Prioli Cordeiro	
Maria Fernanda Aguilar Lara	
Camila Pereira Lisboa	
<b>O psicólogo no campo social: formação acadêmica do protagonista</b>	<b>154</b>
Vanessa Carlos Wauter	
Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis	

<b>O Social da Política de Assistência Social e o Agir das Psicólogas</b>	<b>173</b>
<hr/>	
Gustavo Zambenedetti Laleska Raissa Santos Almeida Michele da Rocha Cervo	
<b>Escuta e Grupos: dispositivos da Psicologia no manejo do vínculo na PNAS</b>	<b>204</b>
Paola Christie Ijiri Ribeiro Jéssica Pedrosa Mandelli Rafael Bianchi Silva	
<b>Considerações sobre a PNAS a partir de uma perspectiva interseccional</b>	<b>228</b>
Larissa Firmino da Silva Simone Maria Hüning	
<b>Encontrando a família no SUAS: sobre a visita domiciliar e a interseccionalidade</b>	<b>254</b>
Caroline de Souza Roberta Carvalho Romagnoli	
<b>A Psicologia no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no município de Londrina/PR</b>	<b>286</b>
Marisa Silva Ruth Tainá Aparecida Piveta	
<b>População em Situação de Rua e o Trabalho da Psicologia na Ponta: Implicações Teóricas, Práticas e Identitárias do Psicólogo no Serviço Especializado em Abordagem Social</b>	<b>314</b>
Leandro Orias de Araujo Kathia Regina Galdino de Godoy	
<b>Relatos de violência de gênero em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS): o papel da psicologia no cuidado de mulheres</b>	<b>350</b>
Mariana Silva Basso Daniele de Andrade Ferrazza	
<b>O grupo, o inacabamento e a potência em movimento: experiência grupal com mulheres em um CRAS</b>	<b>381</b>
Deise Lucia Antunes Lopes Kátia Maheirie Ana Maria Justo	

**Memórias do Trabalho Feminino na Economia Solidária e as Contribuições da Psicologia no Compromisso Ético-Político com a Coletividade e Transformação Social dos Sujeitos Vulnerabilizados** \_\_\_\_\_ **411**

Kely Akemi Kuriki  
Guilherme Elias da Silva

**Colonialidade, pobreza e questão habitacional no debate sobre o Serviço de Acolhimento Institucional da Assistência Social** \_\_ **450**

Bruna Coutinho Silva  
Roberta Carvalho Romagnoli

**Residências Inclusivas: processos de subjetivação e desinstitucionalização de mulheres-moradoras** \_\_\_\_\_ **485**

Ana Paula Müller de Andrade  
Aline Maria de Sordi

**Residências Multiprofissionais em Saúde e a Formação da(o) Psicóloga(o) Voltada para o Campo da Saúde Pública (SUS) e do Sistema Único De Assistência Social (SUAS)** \_\_\_\_\_ **516**

Márcia de Oliveira Prata  
Ana Maria Nunes El Achkar  
Sebastião Benício da Costa Neto

**O processo de judicialização nos Centros de Referências Especializados de Assistência Social – CREAS: entre a prática das medidas socioeducativas em meio aberto e a produção de sujeitos no contemporâneo** \_\_\_\_\_ **538**

Valber Luiz Farias Sampaio  
Flávia Cristina Silveira Lemos  
Cyntia Santos Rolim

**Sobre os autores** \_\_\_\_\_ **563**

## Apresentação

## Apresentação

---

**Anyelle Karine de Andrade**  
**Rafael Bianchi Silva**

Entre os anos de 2016 e 2022, realizamos na Universidade Estadual de Londrina um grupo semanal de estudos e pesquisas, que teve como temática central a relação entre a Psicologia e a Assistência Social. A partir dele, foram articuladas pesquisas que reuniram estudantes de graduação e *stricto sensu*, como também profissionais atuantes na referida política, em busca de um lugar de interlocução.

Para além disso, o grupo possibilitou aproximar-se de outros pesquisadores interessados pela área, formando uma rede de trocas que, mesmo de modo intermitente e não formal, mostrou caminhos para a problematização do trabalho da Psicologia no campo das políticas públicas.

A pandemia e a dificuldade de estabelecer vínculos para além da academia foram minando progressivamente o trabalho do grupo. Esse processo não fez, porém, que os debates fossem interrompidos. Havia materiais ainda em produção e outros que buscavam atualização. Com isso, pensamos em reunir os companheiros de aventuras e propor a construção de uma obra coletiva.

Este livro reúne reflexões, experiências e análises que exploram as relações complexas entre a Psicologia e a Assistência Social no Brasil, sob a perspectiva das políticas públicas e práticas sociais. Ao longo de 19 capítulos, são pensados os desafios, potencialidades e contribuições da Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), articulando aspectos institucionais, sociais e culturais.

A partir de uma abordagem interdisciplinar, o livro apresenta contribuições de autores e autoras que transitam entre os campos acadêmicos e práticos, trazendo vivências que enriquecem o debate e promovem diálogos sobre as reverberações do SUAS na vida dos usuários e na transformação social, bem como sobre a formação acadêmica e o agir profissional. Reflexões sobre cidadania, interseccionalidade, desigualdades e vulnerabilidades são centrais ao longo da obra, realizando um processo de compreensão da contribuição da Psicologia e sua interface com a Assistência Social na promoção de direitos e garantia de proteção social.

Os capítulos abordam desde as bases institucionais e históricas do SUAS até práticas específicas realizadas em diferentes espaços do SUAS (CRAS, CREAS, Serviço de Acolhimento Institucional, de abordagem social, entre outros), além de experiências com situações de vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua, mulheres em situação de violência e residências inclusivas. São apresentados relatos que problematizam a perspectiva dos usuários sobre a política, os marcadores sociais de classe, raça, gênero e colonialidade, conectando as práticas da Psicologia à construção de subjetividades e ações ético-políticas.

A obra também reflete sobre a formação de psicólogos e outras profissões que desenham suas práticas no SUAS, destacando os desafios para a atuação em um contexto social marcado por desigualdades, judicialização da vida e precarização das políticas públicas. As contribuições se desdobram em publicações sobre visitas domiciliares, trabalho grupal, Economia Solidária, questão habitacional e desinstitucionalização, entre outras práticas que buscam fortalecer os sujeitos em sua luta por autonomia e cidadania.

Entendemos que este livro se coloca como uma ferramenta de análise, instigando acadêmicos, profissionais e pesquisadores a pensar criticamente as políticas públicas e as práticas do SUAS. Para além, esperamos que possa fomentar

debates sobre o compromisso ético-político da Psicologia e da Assistência Social colaborando com a construção de um sistema eficaz de garantia de direitos, que atenda às necessidades das populações vulnerabilizadas, auxiliando o fomento de transformações na sociedade brasileira.

Agradecemos a tod@s @s amig@s que participaram dessa jornada conosco e provocamos a outr@s mais que possam estar conosco para encontros futuros.

Boa leitura!

Os organizadores.

## O SUAS como Política Pública de Transformação Social: a dimensão institucional em análise

---

**Anyelle Karine de Andrade**  
**Claudia de Godoi Ferreira de Almeida**  
**Paula Marques da Silva**  
**Rafael Bianchi Silva**

A inserção de psicólogos e psicólogas na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2004)<sup>1</sup> vem ganhando força como uma das principais pautas na agenda de consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)<sup>2</sup>. Em 2011, o Conselho Nacional de Assistência Social publicou a Resolução nº 017/2011 que prevê a obrigatoriedade de profissionais da Psicologia em todos os níveis da proteção social instituídos em todo território nacional.

Em um estudo recente, Macedo e Fontenelle (2022) realizaram um mapeamento quantitativo de profissionais psi atuando na Assistência Social, tomando como referência os dados publicados no Censo SUAS no período de 2011 (data que marca a resolução) a 2019. O estudo destacou a existência de

---

<sup>1</sup> A Política Nacional de Assistência Social estabeleceu a base da organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As diretrizes possuem base no campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Configura-se necessariamente na perspectiva socioterritorial, tendo os mais de 5.500 municípios brasileiros (Brasil, 2004).

<sup>2</sup> O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, municípios, estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal (Brasil, 2023).

25.131 psicólogas e psicólogos atuando nesse campo no ano anterior a 2020, um número bastante impressionante se comparado com o total de 8.079 psicólogas e psicólogos que trabalhavam na PNAS na primeira década do novo milênio. A partir de 2015, observou-se um crescimento nas contratações não amparadas pela consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Por fim, cabe notar que a análise dos resultados compartilhados pelo Censo SUAS permitiu que os pesquisadores pudessem evidenciar que no período de 2011 a 2019 o perfil de profissionais psi foi composto por mulheres jovens e brancas, com pouco tempo de conclusão da formação graduada. A inserção na assistência social ocorre com pouca ou sem experiência alguma na área e, para a maioria desses e dessas profissionais, o SUAS ocupa ou ocupou o lugar de primeiro emprego na trajetória da profissão.

Os dados, até aqui apresentados, possuem uma função estratégica para a continuidade da produção analítica do diagrama de problematizações que envolve a interface entre a psicologia e a PNAS. Não restam dúvidas de que a Política de Assistência Social ocupa um lugar significativo na discussão que envolve a relação da Psicologia, tanto com o campo da empregabilidade contemporânea, quanto com o processo de construção de uma prática profissional em diálogo constante com os modos como as políticas públicas se atualizam no Brasil, sobretudo com o advento da Constituição de 1988.

Não é surpresa que um dos tópicos mais debatidos em diversos documentos (notas técnicas, manuais, referências técnicas, resoluções) produzidos pelo Sistema de Conselhos de Psicologia esteja ligado aos vários desafios que a profissão enfrenta para criar ferramentas teóricas, técnicas, éticas e epistemológicas exclusivas de uma psicologia que aspira estar em consonância com os princípios constitucionais e as demandas surgidas durante o encontro com a assistência social, considerando, é claro, a diversidade de realidades que fazem parte desse contexto. As questões sobre o que a Psicologia faz, como funciona, sob quais condições atua, quem

é sujeito e objeto dela, e a quem ela responde no contexto da Assistência Social, formam uma linha constante de investigação que envolve diversos profissionais que contribuíram e contribuem para a construção do SUAS.

Vale citar também, a importância da produção de conhecimento de vários pesquisadores e pesquisadoras (Macedo & Lima, 2018; Macedo & Fontenelle, 2022; Romagnoli, 2014; 2015; 2018; Costa & Galeão-Silva; 2018; Benelli, 2012; 2013; 2016a; Paiva & Duriguetto, 2021; Leconte, 2019; Saraiva, 2017; Silva, Mandelli & Bonatti, 2024; Silva & Almeida, 2018; Silva & Carvalhaes, 2016; Cruz & Guareschi, 2013; Silva, Huning & Guareschi, 2020) que se dedicam a pensar a política da assistência social dentro dos parâmetros do jogo democrático.

Em nossas investigações, realizadas no contexto do SUAS, a interação com a Análise Institucional (AI) fundamenta nossa abordagem teórico-analítica-metodológica. O modo como interagimos com o movimento institucionalista é constituído, sobretudo, por alianças com as obras de Gregório Barenblitt, Heliana Conde Rodrigues e Roberta Romagnoli. Esse desenho teórico evita conceder um valor supremo aos autores do chamado movimento institucionalista francês. Como bem nos aponta Rodrigues (2020), nessa AI, a relação é mais de lateralidade e menos filiação e mestria. Nessa direção, valemo-nos também da elaboração teórica de alguns autores da filosofia. Dentre estes, destacam-se as presenças de Sueli Carneiro, Achille Mbembe, Mauricio Lazzaratto, Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Partimos do pressuposto de que o campo problemático que constitui a interface entre a Psicologia e a política de Assistência Social não é estático, sofre derivas constantemente, tornando-se, desse modo, efeito de um tempo situado historicamente por forças políticas, sociais e econômicas. Interessa-nos a experimentação de ferramentas conceituais que nos mobilizem a pensar em uma prática profissional e de pesquisa que afirme posições éticas e

políticas no encontro com o território da referida política pública.

Neste texto, em específico, buscaremos compreender os movimentos institucionais que atravessam os equipamentos do Sistema Único de Assistência Social abordando essa política pública como uma instituição (Baremlitt, 2002; Rodrigues, 2020). O uso do conceito de instituição nos cria condição de possibilidade para um exercício, uma ética, ou mesmo de uma pragmática epistêmico-analítico-institucional. Nela nos propomos a pensar como a Análise Institucional opera mobilizando o jogo de forças (instituídas e instituintes) que constitui essa política pública inserida em um momento histórico marcado por injustiças climáticas, intensificação do conservadorismo, ascensão da extrema-direita, fortalecimento das lógicas neoliberais, desmonte das políticas públicas, discursos de ódio, políticas de morte e de extermínio, sem contar com as práticas de algoritmização da subjetividade, só para citar alguns exemplos.

O conjunto dessas temáticas não será abordado de maneira aprofundada, mas sim como efeito da força de um tempo historicamente situado. Esses eventos aqui representam um questionamento, ganham estatuto de analisadores (Baremlitt, 2002) deflagrando as formas contemporâneas de governar a vida e a morte das populações. É nesse sentido que o conceito de biopolítica (Foucault, 2008), bem como o diálogo com autores, alguns em forma de crítica outros em forma de derivação, a exemplo de Achille Mbembe e Mauricio Lazzarotto fazem com esse conceito ganhará contornos no decorrer de nossa análise.

### **Sobre os percursos interfaces entre Psicologia, análise Institucional e a política de assistência social no Brasil**

Os pontos de encontro entre a Psicologia e o movimento institucionalista estão historicamente localizados na década de 1970, mais precisamente quando da visita de Lapassade ao

setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais, em 1972. O processo de consolidação se amplia com a chegada de psicanalistas argentinos exilados no Brasil a partir de 1976. Estes autores trouxeram para o Brasil a forma como trabalhavam com grupos, bem como, os diálogos realizados com Lourau, Lapassade, Deleuze e Guattari, produzindo forte influência nas metodologias de intervenção (Rossi & Passos, 2014).

Nas décadas de 1980 e 1990 a articulação das práticas psi com a Análise Institucional ganhou novos contornos, sobretudo em função da implementação das políticas públicas que derivaram da promulgação da Constituição Cidadã (Brasil, 1988).

Entendemos que com a promulgação da Constituição Federal de 1988, fruto de movimentos sociais diversos, houve uma ampliação das políticas públicas e, com isso, novas demandas foram direcionadas às profissões, que passaram a realizar “diferentes formas de atuação, promovendo intervenções e intercessões em dispositivos institucionais complexos” (Benelli, 2016a, p. 736). Esse movimento crescente vem contribuindo para a transformação das práticas psicológicas à concepção da profissão na sociedade brasileira.

Segundo Scisleski, Gonçalves & Cruz (2015), com a elaboração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Psicologia se torna essencial no movimento de consolidação das políticas públicas destinadas à garantia de direitos sociais (Romagnoli, 2018). Em termos gerais, isso significa que, atualmente a Psicologia está presente em uma diversidade de unidades de atendimento, organizadas a partir das dinâmicas de complexidade da proteção básica e especial. A proteção básica, de acordo com a PNAS (Brasil, 2004) tem como objetivo prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Tem como referência a unidade de atendimento intitulada Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), porta de entrada da Assistência Social,

geralmente localizada em áreas de maior vulnerabilidade social (Brasil, 2023). Já a proteção especial é destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco social e com direitos violados. Tem como maior referência a unidade de atendimento intitulada Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Também fazem parte da Proteção Social Especial (PSE), o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP), o Centro-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência e Unidades de acolhimento. (Brasil, 2023).

Recentemente, números do Censo SUAS de 2023 foram publicados na Revista NEXO (2024). Essa publicação demonstra que a política de Assistência Social está presente, de diferentes formas, em todos os municípios brasileiros. Cerca de 30% da população brasileira recebe benefícios monetários da assistência social. Os dados atuais demonstram que existem aproximadamente 8.600 CRAS distribuídos em mais de 5.526 cidades, mais de 2.900 CREAS em quase 2.500 municípios, e perto de 250 Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua em mais de 200 cidades. Essas são apenas algumas das unidades públicas que traduzem a capilaridade da Assistência Social, pois como já mencionado, a política de assistência oferece serviços como atendimentos e acolhimentos às famílias, além de ações particularizadas e comunitárias.

Não podemos esquecer de mencionar que no cotidiano dessa política, psicólogos estão construindo práticas diante de temas debatidos por uma pequena, ainda que bastante eficiente, parte da categoria profissional. Se tomarmos como base as diretrizes da PNAS (Brasil, 2023), o Sistema único de Assistência Social está organizado para atender pessoas em situação de refúgio e migração, conflitos de terra, calamidades públicas, trabalho análogo à escravidão, tráfico infantil, povos originários, só para citar alguns exemplos. É preciso considerar também características geopolíticas, territoriais e interseccionais já que a experiência de precarização da vida

segue as lógicas capitalistas e neoliberais. Nesse contexto, a estratificação dos corpos ocorre de acordo com marcadores de territorialidade, raça-etnia, classe e gênero (Butler, 2015).

Trata-se de uma política pública que demanda da Psicologia, enquanto ciência e profissão, preparo técnico, ético, político e epistemológico para atuar com dinâmicas populacionais que sofrem os efeitos de vulnerabilização que derivam das formas de governo que historicamente sustentaram regimes autoritários. Estamos falando de modos de governar que reproduzem de maneira sistemática o arcabouço da desigualdade social.

A historiadora Lilian Schwarcz (2019) nos auxilia a compreender que o Brasil é marcado por um passado totalitário, escravocrata e patrimonialista. Um país, em que a corrupção é renitente e onde a violência é cotidiana e banalizada. É preciso, ainda segundo a autora, que nossos atos, incluído aqui a produção de conhecimento, não esqueça e no mesmo movimento faça lembrar que no Brasil, não foram poucas as ocasiões em que a regra democrática foi descumprida e o Estado funcionou na base da exceção.

Novamente, gostaríamos de salientar o caráter estratégico dos dados e informações aqui mencionados. Não nos é interessante, embora importante, descrever exaustivamente a dinâmica do SUAS. O que queremos é chamar a atenção para leituras nas quais a inserção da psicologia na assistência social é apresentada de maneira generalizante, decalcada dos processos históricos e institucionais, muitas vezes culpabilizando trabalhadores, ou insistindo na tese de que há poucos estudos na área, o que, como já mencionado, é um argumento que não se sustenta, ainda que tenha sido relevante em certo momento. Já é vasta a literatura que convoca a profissão a repensar no campo das práticas, sobretudo quando se pretendem democráticas. Esse sem dúvida é um importante ponto de reflexão, mas nele há inúmeras camadas que precisam ganhar dimensão ao falarmos de uma profissão que se integra ao Estado por meio

de políticas públicas que derivam da conquista dos movimentos sociais, uma conquista sempre em aberto, correndo riscos cotidianamente, demandando resistência constante.

É sempre bom lembrar que a Psicologia tradicional aponta para práticas que visam a adaptação do comportamento do indivíduo à sociedade, como reflexo do modelo de uma ciência que “nasceu como uma disciplina, dentro de uma variedade de projetos políticos para o controle de indivíduos” (Rose, 2008, p. 157). Pinheiro e Fornari (2011) apontam que desde o nascimento da Psicologia como profissão regulamentada no Brasil (considerando a Lei 4119/1962) tivemos um reconhecimento sobretudo a partir da demanda de prever, ajustar o comportamento humano e adaptar pessoas, pautada principalmente pelo uso dos testes psicológicos. Uma Psicologia que atua tanto na normatização de indivíduos, quanto na regulação das populações, cujos desdobramentos incluem a psiquiatrização e psicologização da infância, o investimento normativo na família nuclear, a afirmação da delinquência de determinada parcela da população, o uso do exame e do inquérito como base para a criminalização da pobreza (Rodrigues, 2020)

Portanto, no processo de institucionalização da Psicologia no Brasil, as práticas psi sempre se produziram em concordância ou em um movimento de resistência com os modos de governo da população. E é por esse motivo que o conceito de biopolítica elaborado por Michel Foucault é tão relevante nos estudos que buscam pensar a relação da psicologia com os modos de governo da vida no âmbito das políticas públicas. Gostaríamos de apresentá-lo, mesmo que brevemente, porque ao tratarmos a política de Assistência Social na condição de uma instituição (Baremlitt, 2002; Rodrigues, 2020), as dinâmicas instituídas-instituíntes que são próprias dessa política serão sempre analisadas considerando modos de governar, que ora se atualizam em exercícios éticos de cuidado, ora mobilizam práticas de

controle dos corpos e de normatização de indivíduos e população (Silva, Huning & Guareschi, 2020).

A questão da biopolítica é recorrente no trabalho de Michel Foucault (2008a, 2008b). Nessas obras, o autor tenta demonstrar como ocorreu a transição do poder soberano sobre os territórios, no contexto europeu, para o exercício do poder que controla e regula populações. O que Foucault sustenta é que reinar, ou melhor dizendo, o exercício do poder soberano até então presente no contexto feudal é diferente das artes de governo próprias da racionalidade moderna. Em termos de período histórico esse processo se situa entre os séculos XV e XVI, momento em que se configura aquilo que o autor chama de Estado Administrativo. Nele a sociedade se organiza por regulamentos e disciplinas. O poder disciplinar tem como seu principal objeto os corpos individuais, um modo de exercer o poder que “decompõe os indivíduos, os lugares, os tempos, os gestos, os atos, as operações. Ela os decompõe em elementos que são suficientes para percebê-los, de um lado, e modificá-los de outro” (Foucault, 2008a, p.431)

O processo de estatização das relações de poder ganha maior complexidade com a emergência do também nomeado por ele de Estado de Governo que corresponde ao exercício de uma biopolítica. Nada mais que a maneira como se procurou, “racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...” (Foucault, 2008b p.131).

Pensando o Estado biopolítico no Brasil, temos os movimentos coletivos e as estratégias de governo dirigidas a essa população. Gallo (2017) aponta que no final da década de 1980 tivemos a reabertura democrática marcada por diversos movimentos sociais, que buscaram a garantia de direitos humanos e civis dos cidadãos. Nesse percurso, foram pensadas as diferentes políticas públicas, tendo como maior referencial a Constituição Federal de 1988, o que mostra a produção de

um governo inscrito na biopolítica populacional. Segundo o autor:

Como no registro da biopolítica, o que se governa são populações, tivemos após a promulgação deste marco legal maior uma intensa produção de políticas públicas nos mais variados campos, como forma de constituir tal processo de governamento populacional, no qual todos os cidadãos devem estar devidamente incluídos. (Gallo, 2017, p. 86)

O conceito de biopolítica nos leva a pensar na complexidade das ações dos psicólogos nas políticas públicas. Romagnoli (2018) nos indica que a inserção da Psicologia nas políticas públicas ocupa o lugar de campo de análise, e não somente um campo de intervenção. Aponta-nos também para a necessidade de analisarmos o plano em que são feitas essas políticas, considerando os processos de produções de subjetividades aí implicados bem como o regime forças com que são gestadas.

### **Quando uma política se torna uma instituição: a assistência social em análise**

Partimos do pressuposto de que construir modos de atuação orientados a partir desta perspectiva se coloca como tarefa constante aos profissionais inseridos nestes espaços. Compreender os elementos institucionais que compõem e atravessam os equipamentos estatais nos quais este trabalho é realizado se apresenta como caminho possível para subsidiar esta análise. De saída é importante ressaltar que o movimento institucionalista diferencia o conceito de instituição de outros significados que aparentemente lhe são sinônimos, como estabelecimento e organização (Rossi & Passos, 2014).

As instituições, de acordo com essa perspectiva, se materializam e promovem sua função de regular a vida por meio de dispositivos concretos, as organizações, que possuem variadas formas, comumente se apresentando como grandes complexos organizacionais que, por sua vez, costumam ser

compostos por unidades menores, os estabelecimentos. Esses elementos que materializam as instituições são colocados em movimento por meio dos agentes representados pelos seres humanos que executam práticas “que podem ser verbais, não-verbais, discursivas ou não, práticas teóricas, práticas técnicas, práticas cotidianas ou inespecíficas. Mas é nas ações que toda essa parafernália acaba por operar transformações na realidade” (Baremblytt, 2002, p. 28).

Enquanto forças que movimentam e produzem a instituição, encontramos duas dimensões: a instituinte - que remete a um processo criador e dinâmico, permitindo que a instituição se renove - e o instituído - que diz respeito ao produto ou resultado das forças instituintes. Baremblytt (2002) afirma que “o instituinte transmite uma característica dinâmica; o instituído transmite uma característica estática, estabilizada” (p. 30). Assim, as forças instituintes são aquelas capazes de promover transformações na instituição, aparecendo como um processo, de modo que o instituído seria o resultado. Dito isso, o autor confere importante papel ao instituído pois expressa leis, normas, hábitos, padrões e outros elementos criados e que são importantes para organizar a vida em sociedade. Porém, para que os instituídos continuem funcionando ao longo do tempo, é fundamental que eles estejam em movimento, acompanhando as transformações da vida. Há, portanto, uma relação entre as duas forças: “o instituinte careceria completamente de sentido se não se plasmasse, se não se materializasse nos instituídos. Por outro lado, os instituídos não seriam efetivos, não seriam funcionais, se não estivessem permanentemente abertos à potência instituinte” (Baremblytt, 2002, p. 30).

Desse modo, a análise institucional pensa a transformação das instituições em uma eterna luta entre o instituído e o instituinte, tendo em vista que, conforme Rodrigues e Souza (1991), há potências que atravessam as instituições produzindo mal-estar e movimentos para a transformação. Segundo Neves, Lasalvia, Silva, Hechert e

Carvalho (1991), a análise institucional faz com que cada pessoa se reconheça como um agente criador, trata-se de uma prática política que não está desvinculada do contexto social, político e econômico.

Conforme aponta Benelli (2016b, p.11), no trabalho nas instituições, é preciso ocupar as brechas no instituído as quais “[...] possibilitam a elaboração de estratégias alternativas, buscando o aspecto instituinte, criativo, transformador das instituições, e não uma homeostase na sua repetitividade congelada”. Desse modo, o homem ocupa o papel de produtor da história e não apenas objeto ou reproduzidor do que lhe atravessa. Assim, o papel do psicólogo está relacionado com o que “[...] de suscitar o aparecimento dos conflitos e contradições, resgatando as forças instituintes que a todo momento as instituições tentam capturar objetivando a manutenção do *status quo* (Neves et al., 1991, p. 67).

Nessa direção, a análise institucional tem como objetivo operar essa dialética instituinte-instituinte, de maneira generalizada nos diferentes espaços sociais, questionando as instituições e os instituídos, em uma perspectiva de transformação das instituições. Para tanto, o profissional da Psicologia “[...] pode intervir EM estabelecimentos e COM dispositivos, mas sempre visando a aprender a instituição em seu sentido ativo” (Rodrigues & Souza, 1991, p. 34).

A partir disso, apontamos que o SUAS se materializa como um complexo aparato institucional constituído por leis, estabelecimentos, práticas sociais e atores institucionais que precisa ser analisado e discutido pelos psicólogos, para que esses rompam com práticas ingênuas, buscando fomentar indagações e reflexões. Nessa direção, Romagnoli (2012) aponta que é possível considerar a PNAS e o SUAS como instituições, mantendo a hegemonia da vertente do instituído para responder a função de manutenção do sistema social: “como se houvesse um único sistema e como se todos os seus serviços fossem iguais e imutáveis, em todos os níveis de proteção e complexidade, não apresentando diferenças entre

eles e abarcando todos os casos particulares e singulares” (p. 125). Em seu funcionamento cotidiano de modo localizado, são nos diferentes serviços do SUAS – ou seja, seus estabelecimentos – que é sustentada possibilidades de promoção de mudanças instituintes, ainda que, no jogo de forças, observemos a tentativa da dimensão instituída em se repetir e se manter.

Isso pode ser pensado com relação a própria história da política uma vez que, conforme pontua Romagnoli (2012), a implantação do SUAS e sua execução expressam um confronto contínuo entre o modo instituído de pensar a Assistência Social (representada pelo seu lado assistencialista e clientelista) e entre sua vertente instituinte (que se expressa sobre as novas formas de se atuar no campo dessa política pública). A autora reconhece que há importantes transformações que precisam ser colocadas em práticas na Assistência Social, que não se resumiria em apenas alterar documentos, isso inclui especificamente transformar a herança assistencialista “deslocando a condição de necessitado ou carente para a condição de portador de direitos sociais” (Romagnoli, 2016, p. 152).

Na prática das equipes que compõem os serviços do SUAS, essas transformações se colocam como grandes desafios, visto que mesmo compondo um sistema de direitos, assinala para um campo de ações ainda em formação. Nesse sentido que, segundo Romagnoli (2012), essas forças instituintes precisam se amparar em questões como os movimentos sociais existentes em cada período, as condições locais dos municípios em que a política é executada, as disputas políticas que são postas em prática e as ações das entidades de participação e controle social. Além disso, o modo como se dá a formação dos profissionais também possui grande influência no processo, uma vez que se observam as disputas entre manter a formação tradicional ou apostar no que a autora chama como formações emergentes “que apontam para a transdisciplinaridade, a diluição desses

setores sem recair em especialismos, possibilitando múltiplas conexões e atuações” (Romagnoli, 2012, p. 126).

Além dos elementos indicados, é possível observar a existência de dois paradigmas contraditórios na PNAS: um que busca promover uma adaptação sociocultural (mantendo os indivíduos dependentes, circulando pelos vários equipamentos da Assistência Social) e outro voltado para transformação social, priorizando ações de emancipação da população atendida (o que pressupõe um trabalho em rede social, envolvendo a ideia de cidadania integral e a defesa e garantia dos direitos às populações). Para Benelli (2013, p.23), a garantia de direitos requer que as causas estruturais que produzem os “problemas sociais” sejam problematizadas, o que para o autor pode ser feito utilizando-se de práticas “pedagógicas e institucionais democráticas, dialógicas, participativas, descentralizadas, multiprofissionais e transdisciplinares”.

Desse modo, é possível pensar as práticas assistencialistas e a tutela dos usuários como formas instituídas na Assistência Social, de modo que se sobressai o instituído, que se utilizando de um saber técnico e científico, impõe práticas de ações de tutela e de desapropriação do saber do outro sobre si próprio quanto ao modo de cuidar e guiar sua vida. Como sinalizam Macedo e Dimenstein (2009, p.296), isso “torna as políticas do bem-estar um território profícuo para o exercício da gestão ou do governo da população, através da disciplina e do controle, como estratégias biopolíticas para se fundar ou redimensionar a ordem social vigente”.

Por outro lado, as forças instituintes também estão presentes e são essas que levariam a Assistência Social para um patamar real de política pública o que, na opinião de Benelli e Costa-Rosa (2013), estaria vinculado a um projeto em construção do que uma realidade já vigorante. Entende-se, então, ser fundamental consolidar a Assistência Social como política pública de direito do cidadão e responsabilidade do Estado sendo, conforme indicam os autores, a adoção de

posicionamento ético, profissional e político, alinhado com os interesses das classes populares um dos caminhos possíveis para “descristalizar as práticas e discursos moralizantes, os preconceitos tradicionais e o senso comum improvisador” (p. 560), “rompendo com práticas disciplinares-correcionais e aumentando a possibilidade de que o indivíduo se construa a partir do status de sujeito de direitos, sendo capaz de autonomia crescente e de maior contratualidade social” (Benelli & Costa-Rosa, 2011, p 298).

A ebulição das políticas públicas fez com que a Psicologia produzisse e fortalecesse novas formas de atuar, diferentes das práticas tradicionais, implementando mudanças no seu modelo teórico-metodológico individual, clínico, patologizante, com foco na cientificidade e com afastamento das questões sociais. Nesse contexto, Benelli (2016a) destaca que a Psicologia passa a implementar tentativas de superar a “encomenda social e estatal” que fora direcionada a profissão, hegemonicamente voltada para a produção de indivíduo alinhado com os valores e práticas sociais.

### **Assistência social e as formas de vida da morte das populações: como pensar uma psicologia em articulação com a análise institucional em tempos de crise**

Recentemente, os cientistas políticos Natália Sátyro e Sergio Simoni Jr. publicaram na Revista NEXO (2024) uma matéria intitulada “Proteção diante de riscos: a assistência social nos municípios”. De saída, os autores lançam a seguinte indagação: Qual a estrutura institucional dos municípios para lidar com necessidades que se originam desde situações como a pobreza e extrema pobreza, uma pandemia, ou até uma tragédia como a que assolou o Rio Grande do Sul? Como resposta, elencam o Sistema Único de Assistência Social como a principal responsável pela garantia dos direitos de populações em situações de risco e vulnerabilidade. Ressaltam que o sistema de proteção social não diz respeito apenas à

distribuição de benefícios, a exemplo da bolsa família, como muitas pessoas jocosamente enunciam. Argumentam que, dessa forma, o desastre de Mariana e Brumadinho em Minas Gerais e as recentes enchentes no Rio Grande do Sul nos ajudam a entender que a proteção social é, quando necessário, para todos. O que parece óbvio, torna-se uma importante provocação para parte da população que celebrou a Emenda Constitucional que estabeleceu o teto de gastos em dezembro de 2016. A matéria publicada aponta ainda que em 2021 observou-se uma queda de 58% dos recursos. Com isso, argumentam que em um cenário de crises nos últimos anos, desde a queda da renda em meados da década passada, até desastres como Brumadinho ou Rio Grande do Sul, o financiamento da assistência deixou de ser prioridade para o governo federal. Por fim, explicitam que diante de um cenário de crises, a pergunta que fica é: como os municípios podem enfrentar e responder à demanda?

Poderíamos dizer que a matéria nada traz de novo para quem trabalha no cotidiano da Assistência Social. Talvez possamos ressaltar a pequena menção sobre o fato de que na contemporaneidade fica cada vez mais evidente que a maioria de nós, ou cada vez um número maior de nós, mesmo que em graus distintos, sofre o risco de alguns processos de vulnerabilização. Alguns até podem sugerir que o momento é complexo e por isso é necessário conjugar forças para salvar o planeta de um fim catastrófico. Para outros, o fim já está dado, não há mais nada a se fazer. Entra em cena aquilo que Achille Mbembe (2022) chama de pensamento escatoapocalítico, que convida a contemplar o colapso e a preparar-se para o fim. Para nós, analistas institucionais, a narrativa acima descrita é muito mais do que um fato com contornos marcadamente definidos. Cabe retomar que estamos acompanhando os movimentos sempre em curso. Nosso objetivo se volta para os processos institucionalização que atualizam constantemente o campo de tensão constituído pela variação instituído-instituente no tempo presente. Isso significa que as questões

até agora levantadas seguem acompanhando os fazeres da psicologia na assistência social em um processo de variação contínua. Há nesse jogo de forças, rupturas e permanências, o que nos leva a dizer que o chamado contexto de crise, seja ele climático ou econômico, funciona com um analisador. Rosi e Passos (2014) nos explicam que, para Felix Guattari, criador do conceito, um analisador é aquilo que provoca análise, que quebra e explicita os elementos de dada realidade institucional. Nesse sentido podemos nos perguntar: o que a chamada crise econômica e/ou climática nos faz ver? Em que medida deflagra o jogo de forças que acompanha os fazeres psi na assistência social?

O diálogo com Maurizzio Lazzaratto (2014) e Achille Mbembe é bastante profícuo para podermos fazer esse analisador funcionar. Para Lazzaratto (2014), a crise é a principal modalidade de governo do capitalismo contemporâneo. É por isso que, segundo o autor, dela jamais sairemos, na melhor das hipóteses o que muda são as intensidades. Tal forma de governo articula crise e medo como um horizonte insuperável e nesse processo busca destruir as resistências residuais (salários, rendimentos, serviços) submetendo-as à lógica neoliberal.

Tal reflexão nos faz pensar que em tempos de crise o fechamento de fronteiras, a imposição de ações de austeridade, ou mesmo de privatização de serviços elementares, ganham força e apoio popular. Um verdadeiro desafio às políticas públicas, em especial às que se organizam para defender o acesso ao direito de viver dignamente. Aos governos de extrema-direita, por exemplo, a crise assume um duplo papel. Em certa medida é preciso negá-la, a exemplo das tantas práticas negacionistas que se expandem no contemporâneo. Por outro lado, é preciso mantê-la, pois só assim se conduz uma população intolerante a temerosa em tudo que não é idêntico a si. Estamos em um momento em que certos líderes operam políticas de morte, ou de necropolítica (Mbembe, 2022) que se justificam em nome da segurança e de

uma certa ideia de nação. Um mundo que se apresenta no auge do seu poder tecnológico, diz Mbembe (2022), e, ao mesmo tempo, é governado e regulado pelo medo do seu próprio fim.

Lazzaratto (2014) é enfático ao afirmar que Capital e neoliberalismo, produzem riqueza na mesma medida que necessariamente a pobreza e a miséria. Para tanto, a terra, a matéria e os seres vivos que nela vivem são tratados como objetos exploráveis. A apropriação dos seres e dos territórios é ao mesmo tempo, extensiva, a exemplo das práticas de colonização e intensiva por meio de esgotamento dos recursos naturais, poluição industrial e nuclear e desequilíbrio climático.

Resta-nos o diálogo com Mbembe (2022), em especial quando o autor nos convida a imaginar outras possibilidades nas condições que a contemporaneidade exige. Não oferece soluções, tendendo inclusive a dizer que elas se apresentam em estado de virtualidade. Talvez por essa razão não consigamos sequer nomeá-las. Por isso, a importância de abrir espaço para o imprevisível, para a incerteza e para novas cadeias de relações. Algo que só se sustenta ao reconciliarmos de uma vez por todas com a ideia de um futuro sem garantias nem promessas.

Saberá a Psicologia sustentar esse campo de tensão, evitando a captura das soluções salvacionistas? Conseguirá incluir em pé de igualdade humanos e não humanos nas suas lógicas epistemológicas? Perguntas como estas certamente nos acompanharão nos mais variados debates. O mais importante é reconhecer que a contemporaneidade nos convoca a produzir novos problemas, novos fazeres diante das políticas de precarização da vida.

### **Considerações finais**

Inicialmente coube destacar que mesmo que os serviços organizados a partir do SUAS terem sido criados

recentemente, as instituições de Assistência Social possuem uma larga trajetória de atuação na sociedade brasileira. Este passado longínquo é marcado por um modo disciplinar de operar sobre os tido como desajustados a ordem social vigente, a partir de ações voltadas para a tutela das famílias, com caráter caritativo e de ordem filantrópica. Nesse sentido, a implementação da PNAS se faz atrelado a uma mudança nos modos de gerir esta população, cujos procedimentos e efeitos devem ser analisados.

Compreendendo a Assistência Social com uma instituição em constante transformação, cabe observar os movimentos institucionais que se revelam ao longo deste processo. Com isso, destaca-se como um dos analisadores o fato de que, ainda que a PNAS e o SUAS tenham sido implementados sob o postulado de construção de um novo campo direcionado para a transformação social, este campo encontra-se atrelado a uma série de práticas já instituídas no âmbito da Assistência Social que são marcadamente voltadas à docilização e ao ajustamento da conduta. Em contrapartida, os movimentos instituintes se direcionam à construção de modos de atuação que reconhecem os usuários atendidos enquanto sujeitos de direitos, ativos e atuantes em seu contexto social.

Assim, estando os psicólogos inseridos em uma política estatal contraditória, que caminha na ambivalência entre ações ora voltados à tutela e ao controle social, ora voltadas à emancipação dos sujeitos e a participação cidadã, esses profissionais podem encontrar na análise institucional ferramentas para a construção de práticas que promovam um posicionamento crítico perante as questões encomendadas à Psicologia pelos aparelhos desta política pública. Nesse sentido, entendemos que a própria inserção da Psicologia no SUAS produz profundos movimentos instituintes na forma como entendemos e fazemos a nossa profissão.

Por fim, gostaríamos de dizer que o processo de implementação e reestruturação de políticas públicas no Brasil representou para os profissionais da Psicologia a inauguração de um novo campo de trabalho. Neste cenário, atravessado pelo movimento de transição das ações e modos de governo, uma série de demandas são apresentadas à Psicologia no contato com questões emergentes na Política Nacional Assistência Social e nos serviços por ela ofertados a partir do SUAS.

### Referências

- Baremblytt, G. (2002). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: Teoria e Práticas*. 5 ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guatarri.
- Benelli, S. J. (2012). Políticas públicas, instituições e práticas clínicas no campo da Assistência Social. In Gustavo Henrique Dionisio, & Silvio José Benelli (Orgs.), *Políticas públicas e clínica crítica* (pp. 63-84). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Benelli, S. J. (2013). Apontamentos sobre as práticas psicológicas desenvolvidas nas entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes pobres. *Revista de Psicologia da UNESP*, 12(2), 1-30. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442013000200001&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442013000200001&lng=pt&tlng=pt).
- Benelli, S. J. (2016a). Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais: uma análise crítica. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33 (4), 735-745. doi: 10.1590/1982-02752016000400016
- Benelli, S. J. (2016b). *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas*.

São Paulo: Ed. da UNESP Digital. doi: 10.7476/9788568334751

- Benelli, S. J., & Costa-Rosa, A. D. (2011). Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 28(4), 539-563. doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400014
- Benelli, S. J., & da Costa-Rosa, A. (2013). Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social. *Estudos de Psicologia*, 30(2), 283-301. doi: 10.1590/S0103-166X2013000200015
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Miséria. (2004). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Sistema Único de Assistência Social – SUAS*.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2023). Cartilha: Secretaria Nacional de Assistência Social Ações 2023. Disponível em [https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/cartilha-reune-as-principais-politicas-publicas-implementadas-em-2023/1512\\_cartilha.pdf](https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/cartilha-reune-as-principais-politicas-publicas-implementadas-em-2023/1512_cartilha.pdf).
- Butler, J. (2015). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica.
- Costa, J. F. A. & Galeão-Silva, L. G. (2018). Notas sobre a noção de cidadania e seus usos e sentidos no âmbito da política de Assistência Social brasileira. In Mariana Prioli Cordeiro, Bernardo Svartman, & Laura Vilela e Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 144-162). São Paulo: IPUSP.

- Cruz, Lilian R., & Guareschi, Neuza M. F. (Orgs.) (2013). *Interloquções entre a Psicologia e política nacional de assistência social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes. (Trabalho original publicado em 1975).
- Foucault, M. Segurança (2008). território e população. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- Foucault, M. (2008). Nascimento da biopolítica. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- Foucault, M. (2018). *Microfísica do poder* (8ª ed., R. M. Machado, Trans.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1979).
- Gallo, S. (2017). Biopolítica e subjetividade: resistência?. *Educar em Revista*, 33(66), 77-94. doi: 10.1590/0104-4060.53865
- Lazzaratto, M. (2014) *O governo do homem endividado*. São Paulo: n-1 Edições.
- Leconte L. (2019). *Uma visão das práticas psicológicas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Curitiba: Appris.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2009). Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 293-300. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hvCfDGdDyJM8VShvmyC3fQn/?format=pdf&lang=pt>

- Macedo, J. P. & Fontenele, M. G. (2022). Psicologia e assistência social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42 (n.spe), e262852, 1-14.
- Macedo, S. S. Lima, G. W. (2018). Oficina de desenvolvimento da escuta: prática clínica na formação em psicologia. *Rev. abordagem gestalt*, 24(2), 123-133.
- Mbembe, A. (2022). *Brutalismo*. n-1 edições.
- Neves, C. E. A. B., Lasalvia, A. G., Silva, R. C. F., Hechert, A. L. C., Carvalheira, L. P. (1991). A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In O. Saidon & V. R. Kamkhagi (Orgs.), *Análise institucional no Brasil* (2 ed., pp. pp. 66-85). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Paiva, F. S. & Duriguetto, M. L. (2021). *O trabalho profissional da Psicologia e do Serviço Social na política de assistência social: questões, tensões e perspectivas*. Juiz de Fora: Editora UFJF.
- Pinheiro, L. S., & Fornari, V. L. (2011). O papel do psicólogo nos casos de violência contra a criança e o adolescente. In M. R. F. Azambuja, & M. H. M. Ferreira e cols. (Orgs.), *Violência sexual contra crianças e adolescentes* (Cap. 22, pp. 298-317). Porto Alegre: Artmed.
- Rodrigues, H. B. C. (2020). *As subjetividades em revolta. Institucionalismo francês e novas análises*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Rodrigues, H. B. C., & Souza, V. L. B. d. (1991). A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In O. Saidon & V. R. Kamkhagi (Orgs.), *Análise institucional no Brasil* (2 ed.,pp. 27-45). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

- Romagnoli, R. C. (2012). O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(1), 120-132. Recuperado de <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/683>
- Romagnoli, R. C. (2014). O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 44-52. doi: 10.1590/S0102-71822014000100006
- Romagnoli, R. C. (2015). O ideal de família e seus efeitos no cotidiano dos agentes sociais. In: Romagnoli, R. C.; Dimenstein, M. (Org.). *Cotidiano e processos de subjetivação: aprisionamentos e expansões* (pp.177-195). Vitória: EDUFES.
- Romagnoli, R. C. (2016). Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 151-161. doi: 10.1590/1807-03102015v28n1p151
- Romagnoli, R. C. (2018). As relações entre as famílias e a equipe do CRAS. *Fractal: Revista de Psicologia*, 30(2), 214-222.
- Rose, N. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 155-164. doi: 10.1590/S0102-71822008000200002
- Rossi, A. & Passos, E. (2014) Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Rev. Epos [online]*, 5(1), 156-181.
- Saraiva, L. F. O. (2017). *Assistência social e psicologia: desencontros possíveis*. São Paulo: Blucher.

- Sátyro, N. e Simoni, Jr. (2024) *Proteção diante de riscos: a assistência social nos municípios*: Revista Nexo. 30 de agosto de 2024. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/protecao-diante-de-riscos-a-assistencia-social-nos-municipios>
- Schwarcz, L. M.. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Scisleski, A. C. C., Gonçalves, H. S., & da Cruz, L. R. (2015). As práticas da Psicologia nas políticas públicas de assistência social, segurança pública e juventude. *Revista de Ciências Humanas*, 49(2), 60-74. doi: 10.5007/2178-4582.2015v49n2p60
- Silva, R. B. & Almeida, C.G.F. (2018). Ação antidialógica no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões a partir de Paulo Freire. *Interações*, 19(1), 265-276.
- Silva, R. B., & Carvalhaes, F. F. D. (2016). Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 247-256. doi:10.1590/1807-03102016v28n2p247
- Silva, W. V. N., Hüning, S. M., & Guareschi, N. (2020). Da Vulnerabilidade como Condição de Saber nas Pesquisas em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e213073.
- Silva, R. B.; Mandelli, J.P & Bonatti, G.L. (2024). A clínica ampliada e o trabalho dos psicólogos no PAIF: pressupostos e desafios. *Fractal - Revista de Psicologia*, 36, e5864, 1-9.

## Sistema Único de Assistência Social: desafios na produção de cidadania

---

Lorena Maria da Silva  
Maria da Graça Marchina Gonçalves

O ensaio em questão tem como objetivo discutir a centralidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para a garantia de cidadania no Brasil. Isto é, o lugar incontornável assumido por esta política como prerrogativa para a cidadania, sobretudo aquela denominada de social. O caminho desenhado para desenvolver essa reflexão, parte da perspectiva histórica sobre o percurso socioeconômico e legislativo brasileiro para garantir as condições do que se considera cidadã(o) no Brasil, traçando paralelos com a lei nº 12.435/2011, responsável pela promulgação do SUAS (Brasil, 2011). Ao final, alguns apontamentos são feitos a partir de uma leitura do mesmo processo pelo viés da psicologia social crítica, com o intuito de evidenciar a possibilidade de ampliar a análise ao se considerar mais detidamente aspectos da dimensão subjetiva da realidade.

O histórico brasileiro não apresentou fértil terreno para formar cidadãos. Ao menos é o que mostra Carvalho (2002) em sua reconhecida obra "Cidadania no Brasil: o longo percurso". O autor ao longo do livro percorre, como sugere o título, o caminho para formação do *status* de cidadania no Brasil, indo desde a colonização, passando pelo Império e chegando na República. Contudo, correndo o risco do atrevimento diante da importância que este autor tem para a historiografia brasileira, existe um aspecto que nos parece timidamente citado e que entendemos como importante evidenciar para iniciar este debate sobre cidadania e Sistema Único de Assistência Social: a resistência de quem vivenciou (e

vivencia) a subcidadania, sua não existência como sujeito humano frente ao Estado brasileiro.

Apesar da construção do ideário de cidadão no Brasil ter sido amparada pelos mesmos valores que a sustentaram nos países europeus e norte-americanos, a cidadania por aqui ganhou outros contornos, marcada pelos anos de economia escravista que gerou entraves para a ampliação dos direitos ao passo em que esses foram sendo reconhecidos. Como mostra Carvalho (2002), os direitos civis beneficiavam a poucos; os políticos, pouquíssimos e eram aplicados do lado de fora das fazendas dos grandes latifundiários; e os sociais nem chegavam a ser mencionados, já que ficavam a cargo da Igreja e de particulares. Contudo, esse processo não é livre de contradições, já que ao mesmo tempo em que havia uma estrutura social que não dispensava recursos para a formação universal de cidadãos(os), havia movimentos insurgentes, fruto de levantes populares que expressavam, de alguma forma, suas demandas. Estes resistiram, em diferentes momentos, aos ultrajantes modos de produção da vida, tendo como base de reivindicação liberdade, igualdade e o reconhecimento das próprias condições de humanidade para a participação ativa na sociedade, valores muito caros às nascentes sociedades liberais.

Podemos começar marcando que o Império, advindo com o fim da colônia, erigiu suas bases legais por meio da Constituição de 1824. Nela, foi apresentado o grupo que desfrutava do *status* de "cidadão brasileiro", o que de início já foi marcado pela insígnia da "liberdade", ou seja, é cidadão todo aquele que nasce ou reside no Brasil e é **livre**.

A liberdade é a base da cidadania, constando inclusive em sua etimologia. A palavra cidadania deriva do latim, *ciuitas*, que, por sua vez, vem do termo *ciuis*, que carrega a noção de liberdade. Foi na Roma Antiga que o termo foi utilizado pela primeira vez, sendo que ambas as palavras no latim constituem um mesmo conceito, aquele que possuía situação política favorável - em outras palavras, a liberdade

aliada a outras condições - para o exercício dos direitos na cidade.

Se a liberdade era condição primeva para ser considerado cidadão brasileiro, à ocasião do início do Império os cidadãos não constituíam a maioria, isto porque mais da metade da população era escravizada. Contraditoriamente, a Constituição de 1824 foi considerada a mais "inclusiva" dentre as existentes nas Américas, pautando a inviolabilidade dos direitos políticos, civis e de propriedade, apontados como fundamentais para o exercício da cidadania, mesmo que esses se restringissem à norma legal. Esta, por estar amparada em ideais revolucionários burgueses, fomentou importantes levantes, como os quilombos, que visavam justamente a condição de liberdade e igualdade então preconizada. Além deles, podemos citar ainda a Inconfidência Baiana e tantos outros movimentos de resistência que mostraram que, mesmo não sendo elegível ao *status* cidadão, a população escravizada tomou os parâmetros de cidadania como incontornáveis no processo de existência, como é possível notar no trecho da carta de um agente francês a Dom João VI, entre 1823 e 1824, temeroso com tais levantes:

Deve-se demonstrar as desgraças a que certamente se expõe as pessoas brancas, principalmente os brasileiros brancos, não se opondo à perseguição e aos massacres que sofrem os portugueses europeus, pois embora havendo aparentemente no Brasil só dois partidos (o liberal e o conservador), existe também um terceiro: o partido dos negros e das pessoas de cor, que é o mais perigoso pois trata-se do mais forte numericamente falando. Tal partido vê com prazer e com esperanças criminosas as dissensões existentes entre os brancos, os quais dia a dia têm seu número reduzido. Todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente, que é tempo de se fechar as portas aos debates políticos, às discussões constitucionais? Se se continuar a falar dos direitos dos homens, de igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: **liberdade**, palavra terrível e que tem muito mais força num país de

escravos do que em qualquer outra parte. Então, toda a revolução acabará no Brasil com o levante dos escravos, que quebrando suas algemas, incendiarão cidades, os campos e as plantações, massacrando os brancos, e fazendo deste magnífico império do Brasil uma deplorável réplica da brilhante colônia de São Domingos. (Mott, 1986, p. 482, grifo nosso).<sup>3</sup>

A República, promulgada por meio da Constituição de 1891, que almejava a modernização da nação brasileira, não trouxe propriamente melhorias às condições de vida. O fim da economia escravista foi visto com preocupação pelo Estado, pois a população então liberta era concebida como desordeira e inapta ao trabalho livre e à própria liberdade, o que resultou em uma profunda exclusão não apenas do processo produtivo formal, mas também de instituições que poderiam favorecer a participação na vida social e pública, como o sistema educacional.

Mesmo com o desponte dos direitos sociais a partir da década de 1920, boa parte da população em condição de informalidade no trabalho não se beneficiava destes, tendo em vista o sistema estratificado que se construiu, exigindo a ocupação em postos de trabalho reconhecidos pelo Estado para o acesso ao sistema. Este cenário mostrava suas contradições por ser, ao mesmo tempo, uma conquista adquirida pelos trabalhadores, especialmente após a lei da sindicalização de 1907, e um sistema de contrapartidas que inviabilizava o acesso universal. Moura (1977) mostra que aqueles que ficavam de fora deste sistema de direitos por estratificação, tinham as condições de vida garantidas por subempregos, gerando um "não lugar" de cidadania que era representado pela subalternidade. Essa, de modo algum se dava ao acaso,

---

<sup>3</sup> O texto em questão é apresentado por Mott (1986), mas consta originalmente no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), na secção "Brasil-Diversos", Caixa 2 (1749-1824), número de ordem 295.

mas era fruto das escolhas políticas que mantinham grupos historicamente desprovidos dos mínimos sociais na posição de não-cidadãos. Desnecessário dizer que estes eram, predominantemente, a população negra recém liberta.

Contudo, mais uma vez ressaltamos que não houve uma aceitação pacífica desta hetero-nomeação de subumanidade. Assim como se deu com os movimentos grevistas, que contrariaram as condições extenuantes do trabalho formal, outras reivindicações foram encabeçadas pelo movimento negro, cuja população, por herança do escravismo, era a mais distanciada dos processos formais de ocupação (Moura, 1977).

Destacamos a Frente Negra Brasileira (FNB), como uma das mais importantes organizações que objetivaram a inserção social da população negra. Sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos, a instituição encabeçou a luta por inserção no mercado de trabalho e no sistema educacional, cursos profissionalizantes, atividades culturais e a inserção no sistema político por parte da população negra. Mesmo partindo de bases conservadoras para a sua permanência no cenário político e social naquele momento histórico, teve considerável número de filiados, tendo em vista a prestação de serviços que possibilitavam a garantia a direitos básicos (Oliveira & Oliveira, 2019).

Instituições como a citada foram importantes recursos de resistência e enfrentamento ao longo de toda República, já que a lei brasileira, após a abolição, pouco a pouco, estreitou a relação entre acesso aos direitos sociais e condição produtiva formal no mercado de trabalho, fortalecendo um nítido cenário de cidadania regulada. Ou seja, tinha acesso a direitos como previdência social, saúde pública, dentre outros, aqueles que possuíam uma profissão regulamentada e reconhecida pelo Estado.

Este cenário de cidadania regulada afunilou-se ao longo da República até a Constituição de 1988. Contudo, é importante destacar que o período gerido por governos

militares, durante a Ditadura (1964-1985), por exemplo, fortaleceu ainda mais no imaginário social a direta relação entre condição formal de trabalho e direitos sociais para se alcançar a cidadania. Isto porque o crescimento populacional derivado do processo de intensa migração urbana, exigiu ações que equilibrassem as necessidades de grupos sociais específicos, então absorvidos pelo mercado de trabalho, e uma economia de mercado que mantivesse altas taxas de acumulação. A estratégia adotada para evitar uma sobrecarga foi o estreitamento de vínculos do Estado brasileiro com o setor privado, por meio da exigência de pagamento do que deveria ser um mínimo de direitos, por exemplo, assistência médica, para aqueles que não estavam assegurados pela formalidade do vínculo trabalhista, como apontam Aureliano e Draibe (1989):

O princípio do autofinanciamento traduziu-se em uma espécie de regra de ouro das políticas sociais: os usuários devem pagar pelo que recebem. No limite essa regra desemboca na privatização dos serviços sociais, que têm diferentes aspectos: [...] uma forma de articulação bastante estruturada entre o aparelho de Estado e o setor privado produtor de serviços (como os hospitais) ou fornecedor de "produtos sociais" (como as construtoras). Pode-se dizer, portanto, que se estabelece uma divisão de trabalho entre Estado e setor privado: o Estado estabelece regras e transfere recursos; o setor privado encarrega-se da produção de bens ou da distribuição de serviços; (p.148).

Isso mostra como a inclusão de poucos no *status* de cidadão e a sua dependência à capacidade produtiva reconhecida legalmente, mantém, em alguma medida, as raízes de uma ordem social pautada na desigualdade e na meritocracia, na qual cada segmento social ocupa um lugar específico, concernente, segundo a avaliação oficial vigente, aos esforços pessoais empregados.

Também aqui a restrição de direitos não ficou imune de organizações e ações de resistência e essas localizavam-se, dentre muitos lugares, nas regiões periféricas das grandes cidades no âmbito dos bairros. Organizavam-se por meio das comunidades eclesiais de base, bem como, das associações de moradores. Esses foram importantes espaços de formulação de estratégias de resistência, sindicais e populares, de oposição às estipulações do Regime Militar, indo desde a resistência às restrições impostas por policiais e outros partidários do Regime, que restringiam a circulação nos espaços do próprio território em que se vivia, até aquelas referentes a lutas por melhorias nas condições de vida. (Kowarick, 2000; Pires, 2018).

Foram estes movimentos que favoreceram não apenas o processo de redemocratização do Brasil, mas o reconhecimento legal das demandas sociais e da necessidade de assistência igual para todas as pessoas, por meio da Constituição de 1988. Não é por acaso que ela é denominada de Constituição Cidadã. A materialização desta universalização legal da cidadania se expressa em seu artigo 194, que discorre sobre o tripé da seguridade social, no qual as Políticas de Saúde, Assistência e Previdência Social são colocadas como pilares do cuidado a todos os brasileiros, sendo o Estado responsável pela sua organização, financiamento e gestão. Desta forma, o Estado legaliza um sistema de Proteção Social e o institucionaliza por meio de políticas sociais públicas de acesso universal, dando à luz um outro cenário do que se pode considerar cidadania e ser cidadã(o). Em outras palavras, o Sistema de Proteção Social brasileiro, por meio de políticas públicas sociais que operacionalizam os direitos sociais, possibilitou outra compreensão de cidadania a ser concebida pelo Estado brasileiro.

Feito brevemente o caminho histórico da cidadania do Brasil e partindo para a discussão a respeito das compreensões de cidadania, podemos afirmar sem muitas ressalvas, que uma conceituação restrita de cidadania

moderna parece beirar o impossível. Isto porque, sendo essa construída a partir das condições históricas, econômicas e sociais, ganha variados contornos a depender dos modos de vida de cada sociedade. Por isso, assim como propõem Costa e Galeão-Silva (2018), debateremos a cidadania como "noção" e não como "conceito", visando uma aproximação com o que se apresentou no movimento observado ao longo das últimas décadas.

Nesta direção, Belamy (2008) aponta que a cidadania se estabelece a partir de três principais componentes, a saber, ser membro de uma comunidade política democrática, ou seja, ser elegível a partir dos critérios estabelecidos por cada Estado-nação; participar do processo político, econômico e social, o que é determinado pelas estratégias desenvolvidas para mediar tal participação; e, finalmente, estar assegurado por direitos já garantidos. A partir destes, o autor apresenta a seguinte noção:

A cidadania é uma condição de igualdade cívica. Ela consiste na pertença a uma comunidade política onde todos os cidadãos podem determinar os termos da cooperação social em igualdade de condições. Este status não apenas garante direitos iguais ao usufruto dos bens coletivos fornecidos pela associação política, mas também envolve deveres iguais para promovê-los e mantê-los – incluindo o bem da própria cidadania democrática.<sup>4</sup> (Belamy, 2008, p. 17, tradução nossa).

Em outra direção, mas ainda em articulação com o proposto por Belamy (2018), Giraud (2015) aponta a cidadania como sendo “[...] uma relação recíproca entre os indivíduos e

---

<sup>4</sup> Citação no original: "Citizenship is a condition of civic equality. It consists of membership of a political community where all citizens can determine the terms of social cooperation on an equal basis. This status not only secures equal rights to the enjoyment of the collective goods provided by the political association but also involves equal duties to promote and sustain them - including the good of democratic citizenship itself."

os coletivos políticos, que corresponde a uma relação entre o contexto simbólico e as prestações concretas.”<sup>5</sup> (p.36). Tal noção evidencia, não apenas a existência de condições materiais de vida para o exercício dos direitos, mas a imprescindibilidade destas no desenvolvimento de uma concepção sobre si que possibilita condições psíquicas para a participação coletiva.

Neste ponto, parece que começamos a nos aproximar do modo como entendemos a noção de cidadania, a partir de uma perspectiva que parte da cidadania social como ponto imprescindível para compreender a participação social e a relação estabelecida com os direitos, sobretudo os sociais.

Entretanto, vale dizer que quando fazemos menção à cidadania social, não estamos nos restringindo àquela admitida por Marshall (1967), a qual é entendida como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais. Pelo contrário, entendemos, como mostra Leydet (s/d), que estabelecer uma relação causal entre *status* legal e integração dos sujeitos à sociedade, é uma armadilha que pode invisibilizar a permanência dos cenários de desigualdade sob a justificativa da existência de normas legais que supostamente garantem a cidadania plena. Além disso, admitir a esfera política como restrita ao espaço público e que para acessá-la, é necessário a concessão de direitos políticos, pode gerar um apagamento da política em sua complexidade, isto é, como um processo cotidiano da vida, que não é dividido *stricto sensu* entre público e privado. Sendo assim, há que se entender que a cidadania também deve partir de outros moldes para compreender os cidadãos e o modo como eles estão envolvidos na construção da garantia de direitos ao passo que também fazem uso desses.

---

<sup>5</sup> Citação no original: “[...] une relation réciproque entre les individus et des collectifs politiques, qu'elle correspond à une relation entre cadre symbolique et des prestations concrètes.”

Nesse sentido, Manzini-Covre (1991) aponta que podemos entender cidadania como "direito à vida no seu sentido pleno" (p. 11), ou seja, participar da sociedade de modo a ser reconhecido como sujeito humano. Sabemos que esse reconhecimento não possui caráter universal, tampouco se dá de modo natural entre as sociedades, mas exige luta coletiva a fim de garantir o acesso aos níveis de existência que possibilitam o reconhecimento da própria humanidade. Isso nos comunica, portanto, que cidadania é processo de reivindicação contínua, como pudemos notar no próprio processo de produção da cidadania no cenário brasileiro.

Grosso modo, vemos que nas três noções brevemente apresentadas, a cidadania passa pela existência e participação em uma comunidade política e para tanto, há que existir condições que permitam a manutenção deste lugar cooperativo. É a partir deste ponto que retornamos à compreensão de cidadania social, sendo essa compreendida como a possibilidade de dispor de um conjunto de recursos e direitos indispensáveis que possam garantir uma certa independência social. Ou seja, não se trata da estrita igualdade de condições sociais, mas da possibilidade de fazer escolhas que não sejam duramente conduzidas pela extrema necessidade do mínimo. Isso quer dizer que a cidadania social não promete a distribuição igualitária da herança social - até porque o próprio ideário da cidadania é em sua formação desigual e não possui auspícios de romper com o sistema de desigualdades no qual está ancorado - mas visa dispor de recursos que permitam o não assujeitamento às relações unilaterais (Castel, 2008).

Robert Castel (2008) aponta o pleno emprego - e não qualquer trabalho, mas aquele que assegura, por meio de direitos, condições de independência social e econômica - como possibilidade de acessar tal cidadania social e que na falta deste, são especialmente, as políticas sociais que devem suprir as necessidades antes garantidas pelo trabalho formal.

É neste ponto que aterrissamos na Política de Assistência Social no Brasil, visto que, para além de ser uma política que visa a segurança de renda por meio da monetização para ocasiões de falta de recursos financeiros, ela prevê o acesso às demais políticas que compõem o Sistema de Seguridade Social.

Sem nos alongarmos, podemos marcar que foi por meio da Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011, que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) operacionalizou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e unificou as distintas iniciativas que já eram desenvolvidas em território nacional, assumindo ainda, como objetivos, a proteção social, a vigilância socioassistencial e a garantia do acesso aos direitos por meio das provisões socioassistenciais. Todos esses objetivos têm um intuito maior, isto é, prover os mínimos sociais a fim de promover a universalização dos direitos sociais (Brasil, 2011).

O exposto acima não é uma novidade, o lugar do SUAS como política de garantia de direitos no Brasil tem sido largamente discutido por distintas autoras e autores, que não têm medido esforços para destacar essa política do seu tradicional passado de benemerência, bem como, localizar seu caráter intersetorial (Santos, 2015; Cordeiro, Svartman & Vilela e Souza, 2018; Cruz, Guareschi & Battistelli, 2019).

Em resumo, até aqui resgatamos o cenário histórico e o processo de universalização da cidadania no Brasil, destacando nesse processo os movimentos de resistência daqueles que se encontravam em contextos de subcidadania. Podemos dizer que esses movimentos contribuíram, sendo talvez os principais encabeçadores dessa luta, com a garantia e extensão dos direitos, favorecendo o reconhecimento de uma cidadania para além de seu caráter regulado. A costura de tal processo histórico foi tecida com uma breve discussão sobre as distintas noções de cidadania, chegando na convergência entre SUAS e cidadania no Brasil.

Contudo, como poderíamos dirimir a convergência então mencionada? Nosso ponto de partida repousa sobre o artigo 2º da Lei nº 12.435/2011. Nele, lê-se que a Assistência Social tem como objetivos: a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos de modo a permitir o pleno acesso a esses. Façamos o exercício de olhar atentamente para cada um destes objetivos, buscando localizar o modo como eles favorecem o percurso que leva à cidadania (Brasil, 2011).

### **Proteção social: as seguranças socioassistenciais como facilitadoras do desenvolvimento humano**

A proteção social é entendida como um sistema institucionalizado que visa a proteção, de parte ou do conjunto, de pessoas em dada sociedade que estejam em situações de desfavorecimento, sejam elas naturais ou sociais, tais como velhice, desemprego, doença, pobreza, etc. O SUAS, como parte do sistema de proteção social, reconhece e supre as demandas decorrentes destas situações por meio das seguranças socioassistenciais, sendo estas renda, acolhida e convivência familiar.

Quando nos referimos a segurança de renda, não nos restringimos à dispensação monetária para a garantia dos mínimos sociais em si mesmos, mas compreendemos que ter à disposição uma renda possibilita outras formas de viver em sociedade, mais autônomas e possibilitadoras de experiências. Isto significa que mais do que ter direitos constitucionalmente garantidos, é necessário fruí-los. Portanto, por mais que o direito à vida esteja na base da Constituição de 1988, conhecida como cidadã, é imprescindível oferecer condições para que essa seja vivenciada em sua forma humana, ou seja, de modo a promover o processo de humanização das funções e dos sentidos, como bem sinalizam Rego e Pinzani (2013): "[...] a humanidade das pessoas não é um simples dado biológico, mas sim uma construção social e política." (p. 25).

Dito de outro modo, as funções tipicamente humanas<sup>6</sup> só se desenvolvem no processo de socialização da vida, desde que essa lhes ofereça condições adequadas para tanto. O acesso à renda monetária é um, dentre outros modos de acesso às produções do gênero humano, sendo condição indispensável para o desenvolvimento ao possibilitar a participação nos processos econômicos e sociais, criando ainda, condições para agir e se expressar no mundo. Se a cidadania pressupõe participação política em uma comunidade e a liberdade de escolha no mundo, a garantia de condições à vida é quesito primário para tanto. Logo, a segurança de renda dispensada pelo SUAS não pode ser vista apenas como o simples ato de “dar dinheiro”. Nesta sociedade, ela atua como a primeira mediadora para condições primárias de acesso à humanização e, portanto, à participação cidadã.

Como extensão da segurança de renda, a segurança de acolhida, também visa atender às necessidades básicas da vida humana, como alimentação, abrigo, vestuário, etc. Mas de modo mais aprofundado, podemos dizer que esse nível de segurança propõe o reconhecimento das demandas dos usuários, legitimando-as e direcionando-as de modo a atendê-las como direitos já garantidos e disponíveis para serem acessados. Contudo, há que se atentar que se a segurança de

---

<sup>6</sup> Fazemos aqui referência às funções psicológicas superiores (memória, linguagem, resolução de problemas, autorregulação, planejamento de ações, etc.) discutidas no campo da Psicologia Histórico-cultural, pois entendemos que o processo de participação social só é possível a partir do desenvolvimento da consciência, possibilitando assim, a apreensão da realidade. Além disso, compreendemos que todo o processo de humanização só se dá pela mediação da cultura, sendo essa ainda responsável pelos processos biológicos que suportam funções que são sociais. Por exemplo, o processo de desenvolvimento da linguagem possibilita não apenas a participação nos processos culturais, mas também o desenvolvimento do aparelho fonador, responsável pela reprodução da fonação humana (Leontiev, 1978). Essa noção se amplia com o reconhecimento de que as capacidades humanas se diversificam e tornam-se mais complexas historicamente.

acolhida é o espaço de identificação das demandas, o debate em torno da compreensão do que seria exatamente acolhida ou acolher se faz importante. Isto porque, esta não se reduz ao simples ato de levantar dados, como em uma triagem. Diferente disso, a acolhida pressupõe um espaço de troca e escuta, no qual o compartilhamento de saberes e angústias permite a criação de um sentimento de “abrigo e agasalho”.

Em outras palavras, mais do que criar uma "linha de produção" na qual se recebe a demanda e se encaminha, respeitando os fluxos da política, a segurança de acolhida tem como proposta uma escuta que legitime a demanda do usuário de modo a não responsabilizá-lo por essa, evidenciando ainda que tal partilha parte de uma relação na qual os direitos são a chave-mestra da relação tecida ali. Ao possibilitar um espaço, uma escuta e direcionamentos nos quais os usuários possam ter seus direitos acessados a fim de serem equipados para fruir de novos direitos em outras políticas, construímos vias iniciais para a cidadania e modos de garantir o lugar cidadão, lugar central no SUAS.

Finalmente, chegamos à segurança de convivência familiar e comunitária, que tem como horizonte garantir a permanência dos laços comunitários, sejam eles por meio do espaço familiar, ou ainda por meio de espaços de institucionalização que visem a preservação do direito à não violência (mesmo que a própria política compreenda essas instituições como último recurso de cuidado). O SUAS e a política que o fundamenta compreendem que faz parte do processo de desenvolvimento humano a construção e a manutenção de laços sociais e que esses são necessários para o usufruto de uma vida com possibilidades de compreender os desafios e potencialidades das construções culturais e, sobretudo, percebem a importância que há nas múltiplas trocas intergeracionais, territoriais, etc.

Podemos notar que os três níveis de segurança socioassistencial estão em relação e coexistem no processo de reafirmar os direitos que legalmente garantem a cidadania.

Renda, acolhida e convívio familiar são condições mínimas para a elevação do sujeito em sua condição humana e o primeiro passo para uma possibilidade de acesso à participação social, seja ela em qual espaço for.

Contudo, é importante destacar que, mesmo que defendamos que o SUAS é central para a garantia da cidadania, tal política, por si só, é incapaz de possibilitar a participação cidadã, isto porque, apesar dela oferecer os mínimos sociais para a inserção na vida em sociedade, é necessário mais para a participação no projeto cidadão. É justamente por isso o seu lugar de centralidade, pois a ausência desta política na realidade brasileira manteria uma considerável parte da população em seu lugar histórico de exclusão, sem qualquer vislumbre de vir a ser cidadão.

A aparente contradição segue a lógica da própria cidadania, isto é, um ideário que apregoa igualdade, mas que se afilia no seio de um sistema desigual. O SUAS busca amenizar o cenário de desigualdade que funda o país, mas não tem pretensões de extirpar as bases fundantes das disparidades existentes, que se referem a aspectos estruturais. Logo, ao passo que o SUAS é imprescindível para conferir condições humanas para o exercício da cidadania, ser reconhecido como sujeito humano não torna alguém, automaticamente cidadão em seu sentido pleno, pois é necessário que haja um processo de participação social e comunitária que apreenda e se posicione frente à realidade na qual se vive e usufrua dos espaços coletivos de modo ativo e consciente. Isso quer dizer que mais do que existir nesses espaços, é necessário agir dentro deles, manifestando desejos, expectativas, contrariedades, reivindicações, etc., isto é, ser alguém capaz de fruir e requisitar direitos (Telles, 1998).

## **Vigilância Socioassistencial: tarefa territorial para tornar-se cidadã(o)**

Vera Telles (1998, p. 38) aponta que “[...] os direitos constituintes do sistema de proteção social estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da vida são problematizados em sua exigência de equidade e justiça”. Isso quer dizer que, somente via sistema de proteção social, há o reconhecimento institucional das vulnerabilidades e riscos sociais. É ainda por meio desta institucionalidade que tais problemáticas ganham visibilidade e ações estratégicas para o seu enfrentamento. Contudo, vale ressaltar que este só é possível pela presença da vigilância socioassistencial no SUAS, responsável por conhecer quais são e como se apresentam as situações de vulnerabilidade e risco, subsidiando a maneira como são construídas as intervenções, sejam elas preventivas ou restaurativas. Apresenta-se, assim, o segundo objetivo do SUAS.

Como discutimos no início deste ensaio, a cidadania não é noção universal, e desenha-se em dependência das condições socioterritoriais de cada região e/ou país. Isso quer dizer que a cidadania e o modo como ela é compreendida desenvolvem-se em paralelo às condições concretas da vida. Por isso, a cidadania não se configura, concretamente, como universal, ainda que admitida como tal. Fazemos essa afirmativa, pois é imprescindível, inclusive na perspectiva de caminhar na direção da universalidade, entender de modo pormenorizado um território, para, assim, compreender os recursos necessários por parte da proteção social e, por sua vez, o modo como o caminho cidadão vai se construir.

Antes de pensar nos aspectos relacionais entre vigilância socioassistencial e cidadania, é importante compreender, mesmo que brevemente, dois conceitos que são chave neste processo: risco e vulnerabilidade social. A Política

de Assistência Social nomeia como risco, toda a situação que possui uma probabilidade, qualitativa ou quantitativa, de ocorrer e que possa gerar prejuízos para o desenvolvimento global de uma pessoa. Já vulnerabilidade social fala sobre o grau de acesso a uma estrutura de serviços públicos e o modo como este pode favorecer ou prevenir a exposição a riscos sociais. Dito isso, entendemos que a vigilância socioassistencial denota sua imprescindibilidade, não apenas por identificar as demandas de determinado território, mas, antes de tudo, por compreender que é por meio do território que se desenvolvem as potencialidades de ação para os problemas identificados. Isso significa que mais do que compreender o território como palco, no qual as situações ou ações ocorrem espontaneamente, o território para o SUAS tem papel protagonista, construindo, por meio de suas particularidades, possibilidades para enfrentar os problemas sociais.

Em discussão feita em nossa tese de doutoramento<sup>7</sup>, pudemos constatar, por meio das entrevistas que baseiam nossa análise, que o território foi o disparador do processo de participação social - e aqui nomeamos território algo para além da paisagem e dos elementos físicos que o compõem, referindo-nos, ainda, ao conjunto de relações, históricas e aspectos sociopolíticos que integram o cotidiano de vida das pessoas - sendo o coletivo de pessoas o principal reivindicador de uma rede de proteção social.

Neste ponto, o movimento da vigilância socioassistencial parece inverter-se, pois a política deixa explícito que esta tarefa é responsabilidade da gestão do SUAS. Contudo, nosso campo de pesquisa mostra que identificar problemas, nomeá-los e construir ações em torno deles não é uma invenção das políticas sociais e mais, é feito há muito, a partir das próprias pessoas que vivem tais dramas cotidianamente. Nesse sentido, o lugar da política se

---

<sup>7</sup> A tese em questão é de nossa autoria e ainda está em fase de elaboração.

reconfigura, reconhecendo a centralidade do território e a necessidade de considerá-lo de fato.

No caso da pesquisa em questão, vemos um coletivo de pessoas que, além de ter sido capaz de identificar os problemas vivenciados, cria ações a fim de amenizá-los e, posteriormente, demanda a institucionalização destas ações ao poder público. Além disso, também informou (e ainda informa) aos demais membros da comunidade sobre os serviços públicos disponíveis no território. Tudo isso só é possível pela existência de um território que reconhece os problemas que tem e demanda intervenções que respeitem as particularidades de onde se vive. Isto mostra que não existe proteção social sem vigilância socioassistencial, assim como, não existe essa sem território vivo. Usamos o termo território vivo, partindo da ideia de Milton Santos de que o território é ativo no processo de construção da cidadania. Nas palavras do autor:

O modelo cívico forma-se, entre outros, de dois componentes essenciais: a cultura e o território. A plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não material, que inclua a economia e a cultura. Ambos têm que ver com o território e este não tem apenas papel passivo, mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como um reflexo da sociedade. É no território, tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade. (Santos, 2020, p.17-18).

O trecho acima nos apresenta, no mínimo, duas teses a respeito do que temos discutido até aqui. A primeira delas fala sobre a construção de uma cidadania por caminhos que vão além de mudanças econômicas no cenário nacional, isto é,

essas são importantes, mas requerem consigo outras produções da vida humana para mediar o processo de tornar-se cidadã(o). A segunda discute sobre a necessidade de partir do território para compreender o cenário da cidadania e a partir dele, acessar recursos para participar ativamente do processo de desenvolvimento social. Grosso modo, entendemos que ambas as teses circulam em torno da vigilância socioassistencial, tendo em vista que só a partir do processo de conhecimento de uma comunidade é possível criar processos que favoreçam a cidadania. E, para além disso, podemos notar por meio de experiências comunitárias, que o processo cidadão pode se realizar junto a uma política social pública, neste caso, junto ao SUAS.

Ratificando o que já foi dito, o SUAS é capaz de identificar as demandas de um território, de modo a criar uma rede institucionalizada para atendê-las, garantindo assim condições dignas de vida e respeito aos direitos humanos. Mas o território no qual a política social se insere não assiste passivamente a esse processo, pelo contrário, ele também participa, expressando que por mais que legalmente a vigilância socioassistencial seja um objetivo a ser desenvolvido pela formalidade do SUAS, na prática, ela promove a participação de muitos, mostrando que variados são os atores no processo de cuidar de um território, que nesse ínterim, cooperam com um projeto de cidadania que historicamente é disputado no Brasil.

### **Defesa dos direitos: lugar incontornável para a cidadania**

O último objetivo do SUAS disposto na lei 12.435/2011 e a ser debatido por nós é a defesa dos direitos. Esse objetivo prevê garantir o pleno acesso às provisões socioassistenciais de modo que este possa convergir em outros direitos para além dos mínimos sociais. Não que esses sejam poucos, tendo em vista a realidade brasileira, mas como dito há pouco, eles em si mesmos, não possibilitam experiências cidadãs, mas

contraditoriamente, sem eles é impossível chegar à participação social, isto é, à vivência de identificar problemas e demandar ações (Brasil, 2011).

Notamos que os três objetivos do SUAS, não são realizáveis de modo independente; em outras palavras, a realização de um só se faz a partir da execução do outro. Partimos da defesa irrestrita dos direitos sociais e, para que esses sejam garantidos, é necessário identificar as faltas em um território e assim, pensar em uma rede de cuidado. Logo, partimos da lógica de acesso aos direitos e como em um movimento circular, voltamos a ela, visto que, formar um coletivo que pode fruir direitos e a partir deles, revisá-los, requisitar novos e/ou ainda denunciar o não acesso a eles, é parte da prática cidadã.

### **Dimensão subjetiva das políticas sociais: evidenciando alguns aspectos**

Entendemos que essa dimensão foi sendo pontuada em vários momentos da análise anterior, quando se considerou, juntamente com as condições objetivas de configuração das experiências de cidadania, aspectos relativos à vivência, percepção e avaliação dessa vivência. Por exemplo, quando se apontou as resistências e contrapontos à ordem dominante na direção de evidenciar demandas não atendidas. Como resposta, complexa e por vezes contraditória, às condições objetivas, essas organizações dos diferentes grupos sociais expressam também aspectos subjetivos, valorativos e mobilizadores desse tipo de intervenção, revelando uma dimensão subjetiva da realidade.

Em outro exemplo, as percepções e avaliações do que seriam os direitos e, mais especificamente, o que seria o direito de ter direitos, trazem também elementos subjetivos e valorativos, reconhecendo ou não, a cada um e a todos os sujeitos, os mesmos direitos. As formulações derivadas da meritocracia colocam diferentes matizes a essas experiências

e sua valoração, revelando aspectos da dimensão subjetiva dessa realidade.

Da mesma forma, as definições dos mínimos a serem garantidos pela Política de Assistência Social, a proteção social, a vigilância socioassistencial e a garantia do acesso aos direitos estão perpassadas por compreensões, valores e afetos que configuram, em certa medida, não só os parâmetros para essas definições, como também suas possibilidades de efetivação. Ou seja, aspectos de dimensão subjetiva da realidade constituem, também, a política de assistência social.

Neste ponto vale explicitar a categoria dimensão subjetiva da realidade. Trata-se de categoria teórica da psicologia social sócio-histórica (Bock & Furtado, 2020) utilizada como recurso teórico, para dar visibilidade a elementos subjetivos presentes na relação indivíduo e sociedade, evitando-se priorizar na análise os aspectos individuais ou os aspectos sociais, de maneira dicotômica. Em vez disso, busca-se tratar da relação de maneira dialética, assumindo que a materialidade objetiva da vida social é constituída, também, por aspectos subjetivos, decorrentes da presença ativa de sujeitos em sua processualidade. Aspectos subjetivos que se depositam na vida social, operando na realidade social como elementos que são também constitutivos dela. São valores compartilhados, são formas de sociabilidade, são afetos reconhecidos ou anulados, são referências conceituais diversas, são percepções sociais, são memórias coletivas. São, enfim, aspectos subjetivos que estão para além dos sujeitos individuais na sua expressão e concretização, estão na vida coletiva.

Entendemos que sua explicitação e análise favorece uma compreensão mais aprofundada do fenômeno em pauta. A experiência de cidadania é uma experiência objetiva e subjetiva. No que foi apontado sobre suas diferentes formulações nos diferentes contextos, revela dimensões objetivas de sua constituição, decorrentes de formatações, limites e possibilidades postas pelos planos social, econômico,

político, que são acompanhadas de uma dimensão subjetiva com elementos como os referidos acima.

Assim, por exemplo, o fenômeno da subalternidade está presente nas relações sociais como um dos traços da história brasileira e é um dos elementos de dimensão subjetiva da realidade que atua nos encontros entre trabalhadores e usuários da política de assistência social. Entendemos que deve ser identificado e problematizado nesse contexto, que busca garantir direitos e a experiência de cidadania por meio de ações concretas, como o acolhimento, a escuta e a abertura de possibilidades de realização humana mais plena. O propósito previsto na política de assistência social, de reconhecimento desse sujeito integral e indicado para a experiência de cidadania, é atravessado, na sua realização por elementos de subjetividade, tais como uma hierarquia valorativa de pessoas (Souza, 2009), os quais devem ser considerados e elaborados. O racismo é outro elemento presente na dimensão subjetiva da realidade que opera dessa forma e deve também ser enfrentado no que produz de contraponto subjetivo ao que é posto como determinação da política na direção de promover a igualdade, a equidade e a garantia de direitos.

Da mesma forma, a vivência no território, base da realização da política social como apontamos anteriormente, se dá junto com a circulação de elementos de dimensão subjetiva, que atuam constantemente, devendo ser evidenciados e trabalhados de acordo com o propósito da realização da cidadania.

A prática cidadã requer, como a entendemos no contexto atual, a realização de uma boa experiência na compreensão e no acesso a direitos. Ser reconhecido, se reconhecer e reconhecer o outro como sujeito de direitos é componente central nesse processo. A nosso ver, isso remete à necessária implementação o mais completa possível das políticas públicas sociais. E também ao reconhecimento e

enfrentamento de aspectos contraditórios da dimensão subjetiva da realidade.

### Referências

- Aureliano, L. & Draibe, S. M. (1989). A especificidade do "Welfare State" brasileiro. In: Ministério da Previdência e Assistência Social & Comissão Econômica para América Latina e Caribe. *Projeto: a política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização. Reflexões sobre a natureza do bem-estar*. Brasília: Biblioteca CEPAL, pp. 86-179.
- Bellamy, R. (2008). *Citizenship: a very short introduction*. Oxford University Press.
- Bock, A.M.B.; Furtado, O. (2020) - Dimensão subjetiva: uma categoria potente em vários campos da Psicologia. In: Bock, A.M.B.; Gonçalves, M. G. M. & Rosa, E. Z. (orgs.) – *Dimensão subjetiva – uma proposta para uma leitura crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, pp. 17-38.
- Brasil (2011). *Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011*. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília: Presidência da República, Casa Civil.
- Carvalho, J. M. (2002). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castel, R. (2008). La citoyenneté sociale menacée. *Cités*, 35, pp. 133-141.
- Cordeiro, M. P.; Svartman, B. & Vilela e Souza, L. (orgs.). (2018). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia.

- Costa, J. F. A. & Galeão-Silva, L. G. (2018). Notas sobre a noção de cidadania e seus usos e sentidos no âmbito da política de Assistência Social brasileira. In: Cordeiro, M. P.; Svartman, B. & Vilela e Souza, L. (orgs.). *Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia, pp. 144-163.
- Cruz, L. R.; Guareschi, N. & Battistelli, B. M. (orgs.). (2019). *Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo*. Petrópolis: Vozes.
- Giraud, O. (2015). *Citoyennetés recomposées dans la protection sociale : pour une approche scalaire de la comparaison des régimes d'action publique*. Thèse d'habilitation de recherche, Sociologie, Aix-Marseille Université, LISE-CNAM-CNRS, Paris.
- Kowarick, L. (2000). *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34.
- Leontiev, A. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, pp. 261-284.
- Leydet, D. (s/d). "*Citizenship*", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2023 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/citizenship/>>.
- Manzini-Covre, M. L. (1991). *O que é cidadania?* São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos.
- Marshall, T. H. (1967). Cidadania e classe social. In: \_\_\_\_\_. *Cidadania, classe social e status*. Zahar Editores, pp. 57-114.

- Mott, L. (1986). Um documento inédito para a história da Independência. In: Mota, C. G. (org.). *1822: Dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, pp. 465-483.
- Moura, C. (1977). Uma trajetória: da escravidão à marginalização. In: C. Moura. *O negro: do bom escravo ao mau cidadão*. Editora Conquista, pp. 16-88.
- Oliveira, A. C.; Oliveira, H. A. (2019). À margem da história e da sociedade: a construção da cidadania e situação social dos afrodescendentes após a abolição da escravidão no Brasil. *Guaju, Matinhos*, 5(1), 190-217.
- Pires, T. R. O. (2018). Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. *Revista Direito & Práxis*, 9(2), 1054-1079.
- Rego, W. D. L. & Pinzani, A. (2013). Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família. *Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais*, 38, pp. 21-42.
- Santos, L. N. (2015). *Psicologia na Assistência Social: convivendo com a desigualdade*. São Paulo: Cortez.
- Santos, M. (2020). *Espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Souza, J. (2009). *A ralé brasileira - quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG.
- Telles, V. S. (1998). Direitos sociais: afinal do que se trata? *Revista USP*, (37), pp.34-45.

# A Assistência Social na perspectiva dos usuários: representações sociais e ideologia

---

Cristiane Davina Redin Freitas  
João Franco do Nascimento Neto  
Amanda Donadel Bezerra

## Introdução

A assistência social no Brasil, inicialmente, foi marcada por uma trajetória fragmentada e sem força política. Reconhecida como campo da benemerência, de ações clientelistas, essa política mantinha-se em um lugar secundário diante das prioridades governamentais. Assim, a assistência social possuía um caráter de “troca de favores” para a compra de votos, entre outras formas de manipulação e de dominação (Aguinsky et al, 2009; Thompson, 2009).

Porém, a sociedade brasileira tem lutado pela modificação deste cenário. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (Brasil, 1993/2009a), iniciou-se o processo de reorganização da Assistência no Brasil e a modificação das práticas assistencialistas. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), atualmente em vigência, propõe a consolidação da Assistência Social como política pública e direito social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS possui caráter não contributivo, descentralizado e participativo e contempla as diversas esferas da sociedade nas discussões sobre sua implantação. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são locais de referência do SUAS, onde são disponibilizados recursos aos usuários e oferecidos programas de proteção à família e o cadastramento para os programas de transferência de renda (Brasil, 2006; Couto & Silva, 2009).

Ao reconhecer os usuários como parte fundamental da construção da política de assistência social, pois é a eles a quem ela está destinada, o capítulo tem como objetivo explorar as representações sociais dos usuários sobre a assistência social por meio dos serviços oferecidos nos CRAS. Para tanto, foram utilizados os pressupostos da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2003), para embasar a apreensão das ideias e sentidos dos usuários a respeito de suas vivências na assistência social.

Inúmeras pesquisas na área da assistência social têm se preocupado em problematizar a condição e a perspectiva dos usuários. A começar pelo estudo pioneiro de Yazbeck (1993/2009), que buscou compreender o lugar dos excluídos e subalternos<sup>8</sup> no contexto da assistência social. Foi demonstrado, que é possível compreender o processo de reprodução social da subalternidade na sociedade. A autora também investigou se a assistência social poderia se constituir como um espaço de protagonismo ou se ela reiterava a condição de subjugação. Suas conclusões mostraram que a assistência social tenta atuar em favor do protagonismo, mas que, em muitas situações, mantém a tutela e dependência dos usuários. Assim como Yazbeck (1993; 2009), outros estudos vêm sendo desenvolvidos por meio das reflexões *sobre e com* os usuários, além de problematizar a atuação dos profissionais junto a eles (Couto et al, 2010; Mendes, Prates & Aginsky, 2009; Sposati, Carvalho & Fleury, 2012; Martins & Silva, 2020).

Esses estudos demonstram a necessidade de compreender as percepções dos usuários sobre os impactos e a efetividade da assistência social. Entende-se que não há quem melhor possa expressar seu significado e oferecer uma

---

<sup>8</sup> A subalternidade, conforme definido por Yazbeck (1993/2009, p. 26), diz respeito à “ausência de poder de mando, de poder de decisão, de poder de criação e de direção. A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política”.

importante avaliação dos serviços e recursos disponibilizados, já que são eles (ou deveriam ser) os maiores envolvidos no processo.

Assim, o capítulo apresenta as seções: em primeiro lugar, é traçado um pano de fundo sobre a história e o surgimento da assistência social no Brasil e como ocorre sua efetivação na prática; em segundo lugar, é realizada uma explanação sobre as representações sociais, teoria de base desse estudo; em terceiro lugar, é apresentada a metodologia, enfatizando o método empregado - os círculos epistemológicos; em quarto lugar, é apresentado um mapa síntese das representações sociais obtidas através das informações resultantes da pesquisa de campo, assim como as duas grandes dimensões dessas representações e sua discussão. No final do capítulo, são feitas considerações sobre os resultados e como estes podem colaborar na ampliação das reflexões da política de assistência social na perspectiva dos usuários.

## **A assistência social no Brasil**

A assistência social, assim como outras políticas sociais, ficou marcada na história brasileira por suas características de dependência econômica para com o mercado mundial. Além disso, o peso da escravidão e a colonização entre os séculos XVI e XIX influenciaram diretamente nos processos de trabalho e nas relações sociais presentes na sociedade brasileira. No período da colonização, Império e República, as políticas sociais configuraram-se pela lógica da troca de favores, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando por parte dos grandes proprietários de terras e/ou das elites (Behring & Boschetti, 2008). Esse padrão deixava em evidência interesses econômicos dominantes que não contemplavam as situações de desigualdade e pobreza. As práticas “assistenciais” colocavam a atuação do Estado em segundo plano, o que negligenciou por muito tempo a compreensão da assistência como direito social. Por essas características, a assistência social demorou a se materializar como política pública e

superar os traços históricos como a lentidão na regulamentação como direito, a focalização e seletividade na abrangência da população usuária, manutenção e reforço do caráter de benevolência e ênfase nos programas de transferência de renda de caráter compensatório (Behring & Boschetti, 2008; Couto, 2008).

A tentativa de modificação desse contexto iniciou em 1988, a partir da Constituição Federal (Brasil, 1988; Capítulo II, artigos 194 a 204), na qual a assistência social foi reconhecida como política pública no Brasil e, juntamente com a política da saúde e a previdência social, compôs a seguridade social brasileira. Nesse sentido, a assistência social ganhou uma nova concepção que visava a garantir a proteção social “a quem dela necessitar”, tirando a responsabilidade da esfera individual e colocando-a na esfera social pública. A política de assistência social foi regulamentada como direito em 1993, por meio da aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Brasil, 1993/2009a). Em 2004, foi elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (Brasil, 2004), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nas deliberações da IV Conferência Nacional da Assistência Social. Essas regulamentações tinham a intenção de romper com a concepção de benevolência aos pobres e da troca de favores entre a elite e a população. Como política social pública, a assistência social iniciou seu trânsito para um campo novo: da garantia dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal (Couto, 2008).

A LOAS (Brasil, 1993/2009a) inovou ao apresentar em seu desenho institucional o caráter de direito não contributivo (não vinculado a qualquer tipo de contribuição prévia) e ao apontar a necessária integração entre as esferas econômica e social. A centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos, além do acesso a serviços sociais, tornou-se peça fundamental na implementação dessa nova concepção de assistência social. A proposta da participação da sociedade civil na formulação, gestão e execução das políticas

assistenciais mostrou-se também original na medida em que indicou caminhos alternativos para incorporar, em sua elaboração, os interesses e direitos de seus usuários (Couto et al, 2010).

No processo de consolidação da assistência social como política pública, as Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais realizadas na vigência da LOAS (Brasil, 1993/2009a) indicavam a necessidade de se construir um Sistema Único para a política. O SUAS, regulado em 2005, além de materializar a PNAS, estabeleceu em suas diretrizes, concepções semelhantes às presentes na LOAS (Brasil, 1993/2009a), propondo-se ainda a unificar as ações da assistência social, em nível nacional, afirmando o caráter de política pública de garantia de direitos (Cruz & Guareschi, 2009).

A partir do SUAS, a assistência social passou a ser organizada, principalmente, em dois níveis: proteção básica e proteção especial. Existem ainda outros níveis de complexidade da proteção, por decorrência do impacto de riscos mais sérios no indivíduo e em sua família. Neste estudo, a proteção básica, considerada por gestores e usuários como “a porta de entrada” do SUAS, ganha mais ênfase, pois é nela que se encontra o campo para a pesquisa realizada, de forma que não serão abordadas as questões sobre a proteção especial de média ou de alta complexidade.

A Proteção Social Básica (PSB) tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecer vínculos familiares e comunitários. Essa proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos organizados em rede, o oferecimento de locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos conforme a identificação da situação de vulnerabilidade apresentada (Brasil, 2004). Existem diferentes unidades de atuação da Proteção Social Básica, destacando-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRASs), considerados como

a porta de entrada do SUAS devido à sua multiplicidade nos territórios. No CRAS é disponibilizada a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, os chamados Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Brasil, 2009b) destinados a crianças, jovens e idosos. Nesse espaço, também pode ser realizado o cadastramento e a inserção nos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>9</sup>, dada a natureza de sua realização (Brasil, 2004).

Sobre o Bolsa Família, programa de transferência de renda de maior impacto na população brasileira e de maior destaque nos CRASs, cabe assinalar alguns aspectos, que serão retratados pelos usuários no desenvolvimento do capítulo. Trata-se de um programa de repasse direto de renda com condicionalidades para as famílias pobres e extremamente pobres. Os tipos de benefícios e os valores que cada família recebe são baseados no perfil registrado no Cadastro Único. As condicionalidades para a obtenção do mesmo são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias, quanto pelo poder público para ampliar o acesso aos direitos sociais básicos. O poder público, por meio dos profissionais que atuam nos CRASs, deve fazer o acompanhamento para identificar os motivos do não cumprimento das condicionalidades. Esgotadas as chances de reverter o descumprimento das condicionalidades, a família

---

<sup>9</sup> O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social é um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário-mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Em ambos os casos, deve-se comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem o ter provido por sua família. A renda mensal familiar per capita deve ser inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário-mínimo vigente. Para acessá-lo, não é necessário ter contribuído com a Previdência Social.

pode ter o benefício do Bolsa Família bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado. Além dessas ofertas, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos (Brasil, 2004).

O público usuário, que acessa os recursos disponibilizados no CRAS, é designado na PNAS (2004, p. 27) como composto por famílias e indivíduos que apresentam: perda ou fragilidade de vínculos de afetividade sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza e, ou no acesso às demais políticas públicas; exposição à diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal e utilização de estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. A PNAS (Brasil, 2004) e o SUAS, na perspectiva de superar a fragmentação contida na abordagem por segmentos (como o idoso, o adolescente, a população em situação de rua, entre outros), amplia o universo de usuários de forma a incluir mais setores da população. Isto se percebe na definição trazida pela LOAS (1993/2009a), a qual refere os usuários como “aqueles que dela necessitam”, ou seja, todos os cidadãos que se encontram fora dos canais decorrentes de proteção pública. Assim, para melhor compreender as ideias, pensamentos e significados sobre a assistência social para seus usuários, são desenvolvidos alguns pressupostos da Teoria das Representações Sociais no tópico que segue.

## Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais tem como um de seus pressupostos valorizar o conhecimento do senso comum<sup>10</sup>, entendido como o conhecimento popular, que circula no cotidiano das pessoas. Este tipo de conhecimento é frequentemente tomado no sentido pejorativo, como se não tivesse valor comparado ao conhecimento científico. Contudo, por reconhecer os saberes populares, a Teoria das Representações Sociais não se propõe idealizá-los nem negar a importância do conhecimento científico/acadêmico, mas mostrar a relevância dos saberes comuns.

Parte-se do entendimento de que as representações sociais são saberes ou conhecimentos, socialmente elaborados e partilhados, com objetivos práticos e que contribuem para a construção de realidades comuns a um grupo social (Jodelet, 2007). Assim, trata-se do processo de assimilação, elaboração e transformação de temas divulgados pela ciência, academia e pela mídia (jornais, televisão) que encontram espaço fecundo na apropriação pela população em geral. As informações são introjetadas e modificadas e a sua elaboração nas conversas e interações cotidianas vai construindo novos saberes que compõem o tecido social. Assim, o interesse da Teoria das Representações Sociais volta-se aos saberes produzidos na vida cotidiana e na compreensão de como acontece a produção de conhecimentos por parte de pessoas comuns, comunidades e instituições, sobre si mesmas, sobre outros e sobre os fatos sociais que são importantes para elas. Esses saberes são

---

<sup>10</sup>(MDS – BRASIL 2013  
<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>>,  
Acesso em set 2013).

Usamos, como sinônimo da palavra conhecimento, a palavra saber, que também remete ao conhecimento do senso comum. Ela é aqui usada indiferenciadamente. (ver Freire, 1967; 1977/2006; 1980/2005; Jovchelovitch, 2008; Marková, 2006).

partilhados, pois se originam por meio de processos de comunicação, das trocas e interações entre atores sociais (Guareschi, 2004; Jovchelovitch, 2008).

As pessoas, ao observarem seu cotidiano, pensam sobre ele e conversam com outras pessoas. Nesse processo, suas compreensões são permeadas por valores, hábitos culturais, emoções, contradições e práticas de vários tipos. O aspecto que transforma as representações sociais em novos saberes, que transpõem uma simples reprodução de fatos e objetos do mundo, é a sua função simbólica. A função simbólica permite que a representação social contenha uma dimensão criativa e produtiva. Esse fato pressupõe que as representações sociais não são fechadas em si e que favorecem o surgimento de contradições que elas contêm em si mesmas, provando que há nelas múltiplas dimensões devido ao seu poder criativo e inovador de construir o mundo e a realidade. Portanto, compreender a função simbólica das representações é fundamental para o reconhecimento de que os saberes possuem um potencial criativo e transcendente da realidade do mundo empírico. “Representar é tornar presente o que está ausente através do uso de símbolos” (Jovchelovitch, 2008, p. 93).

Como formas de conhecimento prático, as representações sociais também possibilitam uma organização e orientação às pessoas e se consolidam através de um jogo de forças: de um lado, pelos conteúdos que circulam na sociedade e são assimilados pela população e, de outro, pelo próprio processo de interação social que define certas situações cotidianas, confirmam e mantêm identidades coletivas. Nesse sentido, torna-se importante ter em mente dois processos centrais à Teoria das Representações Sociais: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem faz com que um novo conhecimento seja associado a outras representações sociais já existentes, de forma a tornar uma informação recente em algo palpável, familiar. A ideia central na ancoragem é integrar um novo fenômeno – objetos, relações, experiências, práticas – em

conceitos já existentes, de forma a apagar o não familiar, ameaçador e estranho. Na objetivação, algo abstrato é materializado, ou seja, o não familiar é domesticado e transformado em uma realidade concreta. Assim, ela permite tornar real um esquema conceitual e substituir aspectos do universo simbólico por sua contrapartida material. Na objetivação, existe a tendência em adaptar as ideias abstratas e os conceitos em uma linguagem acessível a todos, o que significa materializar em linguagem os aspectos simbólicos. Em suma, a objetivação e a ancoragem são processos que fazem com que elementos novos e estranhos tornem-se parte do cotidiano e dos conhecimentos anteriores de uma comunidade, fazendo emergir, desse modo, novas representações sociais (Jovchelovitch, 1995; 2000; Moscovici, 1961/2012).

Há ainda a dimensão ideológica das representações sociais que merece ser explorada. Nesse sentido, a representação pode ser utilizada por instituições e pessoas para estabelecer e sustentar contextos de assimetria, que visam a se aproveitar das ideias representacionais com intuito de estabelecer relações de dominação. Como alerta Thompson (2009), o uso das representações sociais e do sentido que delas é originado pode contribuir para que seja disseminado um conhecimento distorcido, que o submete à perspectiva do opressor. As representações assumem características e funções ideológicas quando há disputa de poder no campo dos saberes. Nem todas as representações sociais possuem o mesmo poder, da mesma forma que os atores sociais não possuem os mesmos recursos para influenciar e conseguir vantagens. Isso se dá quando há o emprego sistemático de relações assimétricas do poder-domação, que torna a representação ideológica. Sempre há a possibilidade dos sistemas representacionais serem permeados pela ideologia, mas isso não significa que todas as representações sociais sejam ideológicas. “Quando as representações ajudam a distorcer e a obscurecer o que está em jogo a fim de dominar,

elas se tornam ideologia, mas há mais que dominação e distorção nos campos representacionais” (Jovchelovitch, 2008, p. 193).

Argumenta-se que os pressupostos da Teoria das Representações Sociais servem como embasamento para a compreensão das ideias, pensamentos e significados da assistência social para os usuários, pois ela pode contribuir para a identificação de prováveis traços ideológicos presentes em suas explicações, ou mesmo na verificação de possíveis críticas à forma como a assistência social se concretiza. A esse respeito, percebe-se que, historicamente, ela esteve vinculada a um discurso e sociabilidade que incentiva o dever moral aos pobres, segundo o qual as necessidades geradas na população devem ser supridas pela benevolência da sociedade. Esse paradigma, originário no ideário neoliberal, presente a nível mundial e ajustado ao contexto brasileiro, permanece atuante na regulação da economia até os dias atuais, mesmo com a regulamentação das leis. A partir da compreensão da assistência social marcada por sua condição histórica e a formação das representações sociais que dessa condição decorrem, entende-se como pertinente evocar as representações dos usuários e tensioná-las, de forma a identificar se existem em suas falas aspectos ideológicos ou um entendimento da assistência social como direito (Couto, 2008).

### **Procedimentos Metodológicos**

A proposta metodológica utilizada foi a dos círculos epistemológicos, que tem sua origem nos círculos de cultura de Freire (1967). A ideia dos círculos epistemológicos é a de incorporar o círculo de cultura, método de ensino na educação, como metodologia de pesquisa, cuja utilização integra um instrumento de coleta e análise de dados. A denominação “círculo epistemológico”, além de se diferenciar de sua origem (os círculos de cultura), tem como princípio considerar os “pesquisandos” como atores essenciais na pesquisa. Neste

sentido, preserva o princípio freiriano de que todos “são sujeitos da pesquisa que, enquanto pesquisam, são pesquisados e enquanto são investigados, investigam” (Romão et al, 2006). Os pesquisandos não são meros objetos da pesquisa, na qual se tornam alvo da interpretação alheia, mas são participantes do processo de elaboração e análise. É por esta razão que a expressão “o pesquisado” é substituída por “o pesquisando”. O círculo epistemológico revela-se, portanto, como um método qualitativo crítico, pois conjuga técnicas consolidadas de coleta de dados (entrevista coletiva semiestruturada, discussão de grupo e observação participante), para produzir informações no espaço grupal, de forma dinâmica, dialógica e interacional. A pesquisa é feita em conjunto, na relação pesquisador e pesquisandos (Romão et al., 2006, p. 10).

Esta maneira de conduzir o grupo vem ao encontro da pesquisa de cunho representacional, pois, como se viu anteriormente, a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2003) propõe-se a recuperar a importância do conhecimento do senso comum, cujo aspecto também é contemplado nos círculos epistemológicos. Ainda, ela propõe-se a interpretar os significados simbólicos e as compreensões trazidas pelos pesquisandos, no espaço da interação, que, neste caso, refere-se à assistência social e aos serviços oferecidos nos CRASs.

Como refere Yazbeck (1993/2009) em sua pesquisa, a análise da assistência social se dá no processo de constituição da condição de subalternidade e exclusão vividas pelos usuários. Ela parte da apreensão dos significados socialmente construídos que os pesquisandos atribuem à condição de “assistidos”. Compreender a perspectiva do “assistido” envolve tanto o contexto histórico em que a assistência social emerge quanto o entendimento das representações sociais que eles elaboram sobre sua condição e ante os serviços de que se constituem alvo. O recurso da assistência social não é entendido somente como expressão dos processos de exclusão

a que estão submetidos, mas também como formas de se pensar essa condição e os mecanismos que a reproduzem pelos que a vivem. Também não se trata de se conhecer sujeitos isolados em sua forma de pensar a sua inserção em programas assistenciais, mas de abordar o caráter relacional e histórico dessa condição (Yazbeck, 1993/2009).

A partir dessas reflexões, se estabelece o ponto de partida para o esclarecimento do campo de pesquisa. O estudo concentrou-se em três CRASs de Porto Alegre-RS, sendo esses os espaços em que foram realizados os grupos com os usuários. Esses grupos já existiam há muitos anos e funcionavam na rotina de atividades dos CRASs. Em sua origem, tinham como objetivo o monitoramento das condicionalidades de programas de transferência de renda, tornando a participação dos usuários também uma imposição<sup>11</sup> para o recebimento desses benefícios. Atualmente, os grupos são conduzidos conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009b) e estão designados como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Deste modo, a pesquisa com os usuários foi realizada nesses grupos já existentes, nos quais a inserção dos pesquisadores deu-se em três encontros semanais do grupo de usuários, nos seguintes CRASs de Porto Alegre-RS: Centro-Sul, Sul e Hípica. Foram, ao total, nove círculos epistemológicos com os usuários, três em cada um dos CRASs, com duração entre uma hora e meia a duas horas, realizados no período de junho a agosto de 2019. Importante ressaltar que os círculos epistemológicos foram realizados com grupos de usuários de três CRASs de uma determinada região de

---

<sup>11</sup> A participação nos grupos não está descrita de forma explícita como condição para recebimento de benefícios sociais. Esta medida foi adotada por alguns CRASs como forma de monitorar, junto às famílias beneficiadas, o cumprimento das condicionalidades. Atualmente, como já colocado, os grupos mantêm-se como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Brasil, 2009b).

Porto Alegre. Dessa forma, sua participação, interpretação e análise restringem-se apenas a esses grupos, com suas particularidades, não podendo ser generalizada para uma parcela mais ampla de usuários.

Os pesquisadores possuíam um pequeno roteiro com temas a serem abordados em cada encontro. No primeiro, o tema proposto foi o da assistência social no âmbito do CRAS: significados, motivos e formas de acesso. No segundo, foram levantadas questões sobre o funcionamento e gestão do CRAS: sugestões e críticas. Após os dois primeiros encontros, os pesquisadores agruparam as informações obtidas em unidades temáticas e, de posse desse material, realizaram, no último e terceiro encontro, a validação comunicativa. A validação comunicativa consiste em levar os resultados de volta aos pesquisandos, para que eles concordem ou discordem das informações. Essa ação é realizada para assegurar que a situação apresentada nos dados não está sendo mal interpretada e para que os pesquisandos possam interpretar e analisar as informações conforme suas possibilidades. A validação comunicativa é considerada, dentro da metodologia qualitativa, um critério de qualidade da pesquisa (Bauer & Gaskell, 2002).

A concretização dos círculos epistemológicos deu-se da seguinte maneira: ao entrarem nos grupos, os pesquisadores faziam uma pequena explanação sobre a temática da pesquisa – assistência social – que incluía a explicação de que todos os participantes possuíam um conhecimento importante, que interessava aos pesquisadores e que, portanto, não havia respostas certas ou erradas, mas que era fundamental que todos pudessem expressar seus pensamentos e ideias sobre o assunto. Após essa introdução, a temática do encontro era exposta e, na tentativa de que os usuários se sentissem livres para se expressar, respeitavam-se suas associações de ideias relativas ao assunto proposto, procurando-se conduzir o círculo epistemológico da forma menos diretiva e mais dialógica possível. Os pesquisadores introduziam as demais

temáticas quando, nas falas dos pesquisandos, fosse permitida alguma intervenção. Após o segundo encontro, as informações obtidas foram transcritas e aproximadas por temáticas semelhantes, para que, no terceiro encontro, as informações dos dois primeiros, fossem compartilhadas com os usuários pesquisandos. Essa ação foi realizada para que os usuários pudessem, dentro de suas possibilidades, complementar e analisar as informações obtidas nos dois primeiros encontros. A avaliação dos usuários sobre as informações dos círculos epistemológicos e sobre a assistência social foi levada em consideração na produção escrita da pesquisa.

Com a concretização dos três encontros, as transcrições formaram o *corpus* de informações, que foram lidas e categorizadas a partir de sua dimensão semântica. A seguir, foram analisadas à luz da Teoria das Representações Sociais, quando se tentou construir um “mapa” representacional que revelasse quais elementos – cognitivos, afetivos, culturais, simbólicos – mostraram-se centrais para a constituição das representações, presentes nas falas dos usuários. Elas foram interpretadas a partir de outros aportes teóricos de autores que discutiram temáticas ligadas à assistência social. As contribuições da teoria crítica ajudaram a interpretar as representações em seus aspectos ideológicos (Thompson, 2009).

Cada CRAS apresentava características específicas em relação ao tema da pesquisa. O grupo de usuários do CRAS Centro-Sul apresentou-se de forma mais resignada e favorável aos serviços e profissionais do CRAS. No CRAS Sul, os usuários apresentaram uma série de críticas ao funcionamento do CRAS e à forma como eram abordados por trabalhadores e profissionais. No CRAS Hípica, o círculo epistemológico formou-se na ocasião da pesquisa, sendo que esses usuários traziam uma reflexão mais ampla sobre a estrutura da assistência social e de gestores das políticas públicas. Os grupos eram constituídos em sua maioria por mulheres, com exceção ao CRAS Sul, o qual, nos três

encontros, mesmo com maior número de mulheres, contou com a presença de participantes homens.

As dimensões centrais elaboradas a partir das falas surgidas nos círculos epistemológicos são apresentadas a seguir, juntamente com seu mapeamento, descrição e discussão. Destaca-se que os conjuntos temáticos não são entidades separadas, mas formam um universo de elaborações dentro de um determinado contexto. O que se procura é construir e materializar as representações sociais da assistência social dos usuários, no âmbito do CRAS.

### Dimensões das representações sociais sobre a assistência social no âmbito do CRAS

Apresenta-se a seguir o mapa representacional construído a partir das informações obtidas das discussões com os usuários nos círculos epistemológicos. Como mostra o mapa, duas grandes dimensões das representações sociais se destacam e foram nomeadas como: a dimensão ideológica e a dimensão crítica

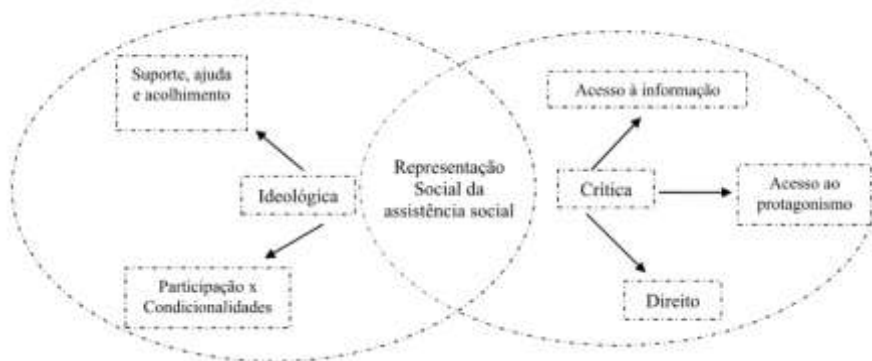


FIGURA 1: Dimensões das representações sociais da assistência social

## ***Representação social da assistência social em sua dimensão ideológica***

Essa dimensão foi chamada “ideológica”, no sentido em que Thompson (2009, p. 16) a define: “às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – relações de dominação”. Em grande parte das falas dos usuários, a dimensão ideológica se mostrou em diversas facetas, que foram colocadas em subitens: a assistência social como suporte, ajuda e acolhimento e as condicionalidades como recurso ideológico. Esse aspecto revela que os usuários, em geral, colocam-se em uma posição de dominação quando aceitam, sem restrições, tudo o que vem da assistência social. Dois pontos foram discutidos: a assistência social, seu significado, acesso e utilização dos recursos e, em um segundo momento, os programas de transferência de renda, sua relevância e a questão das condicionalidades – imposições feitas pelos programas para o recebimento dos benefícios.

### ***Assistência Social como suporte, ajuda e acolhimento***

Inicialmente, as representações sociais demonstraram que a assistência social e os recursos oferecidos por meio dos CRASs propiciavam um suporte às necessidades dos usuários, considerados por eles uma ajuda. Ao se colocar a questão sobre como os participantes compreendiam a assistência social, surgiram algumas verbalizações como as que seguem:

*PN1<sup>12</sup>: É um amparo social que ajuda a comunidade.*

*PN2: Uma ajuda.*

---

<sup>12</sup> Identificação das siglas: P0: Pesquisadora; PN: Pesquisando; CS1: CRAS Centro Sul – 1º Encontro; S1: CRAS Sul – 1º Encontro; H1: CRAS Hípica – 1º encontro. Quando aparecem os números 2 ou 3 ao lado das siglas, os mesmos significam 2º ou 3º Encontro. AS: Assistente Social; Psi: Psicólogo.

*PN3: Me ajuda, dá a carteirinha e pras minhas filhas também.*

*P0: E vocês sabem por que foi criada a assistência social?*

*PN3: Eu acho que é pra dá zelo pras pessoa mais carente, porque tem pessoas que não sabem que tem curso gratuito, a assistente social vem aqui e passa pra gente, tem coisa que a gente nem sabe.*

*PN4: Penso que é isso mesmo pra ajudá as pessoas mais carente (H1).*

Fica evidente a associação da assistência social como um espaço de ajuda para driblar as dificuldades. Esse discurso é recorrente e se expressa em relação ao acesso aos recursos, como se observa a seguir:

*PN1: O Cecopam<sup>13</sup> eu já te digo aqui ó, tá, por exemplo, se tu precisa do papel pra tirar foto e tu não tem condições de pagá, tá aí é só chegá ali e falá pra eles, se é carteira de trabalho eles arrumam papel pra ti fazer, se é sobre o Bolsa Família tu chega ali e já fala, se é cadastro eles bota ali, pro Bolsa Família. [...] elas ajudam a gente pra tentá ajudá com o filho pra ele voltá pra escola, ah vamo encaminhá ele pro curso então assim que elas ajudam a gente (CS1).*

Essa “ajuda” presente nas verbalizações mostra-se, inclusive, diante da possibilidade de poupar recursos próprios, como na seguinte fala:

*PN4: Por exemplo, eu vim aqui tirar atestado pra fazer duas identidade, dá 80 reais. Se eu não tivesse aqui, eu*

---

<sup>13</sup> Cecopam é a sigla para Centro de Comunidade do Parque Madepinho. O local, antes de ser nomeado CRAS Centro Sul, era conhecido pela comunidade pelo nome de Cecopam. Como a nomenclatura CRAS é muito recente, os usuários e a própria comunidade continuam o chamando de Cecopam.

*ia ter que deixar de comprar algo pra dentro de casa, uma carne, uma fruta, ou até deixar de pagar uma conta e uma luz pra pagar isso aqui. Mais as passagem que tu ia tirar do meu bolso pra ir fazer essas identidade, não precisei, isso aqui é uma ajuda, uma ombridade. Se eu não tivesse, eu não ia fazê isso aqui agora, ia deixá pra mais o final do mês. Agora, segunda-feira, eu posso ir lá e fazer as identidade, é diferente. É uma grande ajuda. Qualquer 40 reais que tu economiza é uma ajuda.*

*PN5: Até pra comida, um calçado, pra tu ter um poquinho mais de lazer também.*

*PN4: A maioria dos lugar que tu vai, tu encontra uma assistente social que vai te ajudá (H1).*

Nos diálogos, observou-se que os serviços socioassistenciais eram acessados à medida que os usuários precisavam suprir necessidades materiais e enfrentar outras dimensões significativas de seu dia a dia. Esses serviços acabam por representar locais de ajuda imediata e, por vezes, individualizada, com características de “pronto socorro social” (Yazbeck, 1993/2009, p. 146) que oferecem recursos como: auxílios financeiros, por meio dos programas de transferência de renda, vales-transporte, provimento de documentos e uma série de encaminhamentos à rede de serviços (saúde, educação, conselhos tutelares, judiciário, etc.) que, junto às demais ações, são realizadas pela assistência social de forma compensatória. Essa construção compartilhada, acrescida da forma como eram oferecidos os serviços, corrobora a ideia de que a assistência social ainda se mantém no imaginário dos usuários como um espaço de altruísmo, solidariedade e de ajuda ao outro.

A identificação como filantropia e benemerência remete à representação social construída historicamente sobre o trato com a população pobre, que se configurou em uma lógica na qual “experenciam a dominação e aceitam, uma vez que as

classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criaram formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda sociedade” (Yazbeck, 1993/2009, p. 27). A partir das falas, percebeu-se que essas representações se mantêm ativas no universo simbólico dos usuários.

Quanto aos aspectos de acolhimento e recepção no CRAS, observou-se um discurso semelhante ao tema anterior. Nesse caso, as representações estavam diretamente associadas ao grupo do CRAS, contexto em que foi realizada a pesquisa. No espaço grupal, os usuários encontram-se, trocam sentimentos e vivências compartilhados entre eles, como verificou-se nas falas que seguem:

*P0: E como é que vocês se sentem de vir aqui no Cecopam?*

*PN1: Eu sou uma que posso me senti sufocada até aqui e me alivia tudo, se a gente tivé que chorá a gente chora, a gente conversa.*

*PN4: Desabafa.*

*PN1: A gente sai daqui que nem uma pluma sabe? Mas tudo que a gente fala aqui, não pode sai na rua. Fica aqui dentro com elas. (CS1)*

Como se vê, a assistência social também fornece recursos afetivos aos usuários que frequentam o CRAS cotidianamente. Isso se expressa, novamente, no seguinte diálogo:

*PN1: Não deixa a vida tão dura, se tu fica só presa em casa, tu chega aqui e vê que os outros, também tem problemas.*

*PN2: Tu chega aqui triste, falando, daí todo mundo começa a falar da sua vida. Todo mundo, porque o que a gente fala aqui, fica aqui. O que a gente não consegue falar pros outros na rua, em casa, pros parentes, a gente*

*fala aqui. A gente fez amigos, todo mundo escuta, dá conselhos, fala o que a gente deve fazer, é bom. (S1)*

O atendimento no CRAS e a integração no grupo traz aos pesquisandos a sensação de amparo e escuta, de forma análoga às representações sobre os recursos e serviços oferecidos pela assistência social. Contudo, surgiu um aspecto que mesmo de forma implícita, se destaca: as falas demonstraram, momentaneamente, uma negação da obrigatoriedade de presença nos grupos, condição para o recebimento dos benefícios sociais. É provável que essa negação pudesse estar a serviço de uma representação social de subserviência em que tudo que vem como ajuda deve ser aceito sem restrições e não como resposta a um padrão de cidadania (Sposati, 1993/2009). Este aspecto é aprofundado no item que segue.

### ***As condicionalidades como recurso ideológico***

Quando questionados sobre as razões de participarem do grupo no CRAS, os usuários demonstraram certa divergência no processo do círculo epistemológico. Esse conflito aparece de forma semelhante nos diferentes CRASs, nos quais houve desacordo entre os usuários sobre o fato de integrarem o grupo por vontade própria ou pela obrigatoriedade. De qualquer maneira, somente quando as razões dos encontros foram levantadas é que houve o reconhecimento do fator condicionalidade imposto pelo Programa Bolsa Família, como se observou no seguinte diálogo:

*P0: Se não fosse pelo Bolsa, vocês acham que viriam mesmo assim no grupo? Iam ter menos vontade de vir? Como é que é?*

*PN2: Eu fiquei quase dois anos com o O. (AS) sem a bolsa e indo no grupo, o que eu gostava era das reuniões. “Tu não tá ganhando auxílio”? “Não, não tô*

*ganhando auxílio nenhum." "Por que tu vem?", "Porque eu gosto."*

*PN3: Acho que o Bolsa não impõe ninguém as reuniões, o bolsa a gente vai ganhar vindo na reunião ou não... Isso ai é lá no governo é lá em cima, não tem nada a ver com a Cecopam. As reuniões, é por outro motivo, é bom a gente se reunir, interessa a nós essas conversa, não é porque eu tô ganhando o Bolsa Família que eu sou obrigada a vim.*

*PN4: Se tu faltar as reuniões eles vão te tirar do Bolsa Família.*

*PN3: Não.*

*PN4: Se tu não tá vindo eles vão manda prá lá: "não tá vindo mais", "não compareceu na reunião".*

*PN5: Eu acho que as condições do Bolsa Família é o quê: leva as criança no médico, no posto prá pesá...*

*PN3: Mas nós estamos aqui porque nossos filhos faltaram à escola e nos perdemos o benefício.*

*PN2: Ah tá?! Nós estamos porque nós perdemos o Bolsa Família, porque nossos filhos faltaram a escola. Quê que foi feito? Foi feito uma relação pra cá, das mães do Bolsa Família que tavam irregular. Quê que aconteceu? A L. (AS) foi atrás das famílias, procurou todo mundo lá... Que vocês vão ter mais uma oportunidade de ter, de não perdê o Bolsa família de vocês. Ai vocês vem, pega de novo, só tem que vim participá das reunião. Participá, achá uma solução porquê que teu filho tá faltando, alguma coisa, dele voltar a estudar...*

*P0: Por isso tem que vir?*

*PN2: É por isso que tem que vir. Essa reunião tinha pras pessoas que perderam o Bolsa Família.*

*PN1: Não, se não tivesse, eu viria.*

*PN3: Só que a gente precisa vim.*

*PN4: Eu gostaria de saber se não tivesse...*

*PN6: Se não tivesse o Bolsa família e fosse convidada eu acho que viria (CS3).*

Esse longo excerto das falas dos usuários mostra um processo de reflexão sobre o Programa Bolsa Família e as condicionalidades, no contexto da participação do grupo no CRAS. Percebe-se que não são claros, para os usuários, os objetivos da realização dos grupos. Mesmo que, em um primeiro momento, houvesse a negação da obrigatoriedade e o reconhecimento da participação do grupo como espontânea, quando surgiu a questão das condicionalidades, os usuários demonstraram aceitação e as consideraram incentivadoras. Esses elementos simbólicos, sobre os benefícios obtidos pelos programas de transferência de renda, emergiram pelo receio de perdê-los caso as condicionalidades não fossem cumpridas. Por outro lado, uma série de satisfações precisam ser dadas aos técnicos que regulam e monitoram o cumprimento dessas condicionalidades. Dessa maneira, os usuários reconhecem-se como devedores, por receberem uma renda que, na verdade, deveria representar o acesso a um direito garantido pela Constituição. Esse fato fica evidente quando se observou que as representações sociais giram em torno da lógica da bondade e do favor e não na perspectiva dos direitos, como mostra a seguinte fala:

*PN1: Eu acho que se não tivesse a assistência social, muita família não estaria bem como está agora.*

*P0: Bem como?*

*PN5: Porque a família melhora, por que tu tem assim, um benefício, porque tem tanto adolescente com onze, doze anos, até quatorze, que vive hoje em dia dizendo que não vô mais pro colégio. Mas se tu vem numa assistência social e diz eu vô inscrevê, a mãe vai lá e te inscreve no bolsa família, ele vai sê obrigado a ir pra escola e tu vai tê obrigação também de levá teu filho num posto de saúde, porque se tu pega esse negócio, que não tem assistência social, tu não vai levá o teu filho num posto de saúde. Por que tu vai levá teu filho pra pesá, se perante os teus olho teu filho tá bem? Tu não vai levá. Porque tu não vai fazê vacina, ah hoje eu não*

*tenho tempo, mas tu sabe que se tu tá em algum cadastro da assistência social tu é obrigado a levá o teu filho. Pelo menos tu tem aquela obrigação.*

*P0: Mas o que vocês acham de ser obrigada?*

*PN5: Por um lado te ajuda. Porque tu tá ganhando pra fazer aquela obrigação, tu não tá ganhando de graça, porque se tu tá levando a criança até lá, é sinal que tu tá recebendo auxílio, o auxílio deles (H1).*

No diálogo apresentado, a questão ideológica da representação social fica clara, pois a obrigatoriedade das condicionalidades, contraditória à legislação da LOAS<sup>14</sup>, é justificada como positiva pelos usuários. O fato de eles acreditarem tão fortemente que tudo que vem da assistência social é bom, proveitoso e favorável, demonstra que suas representações, mesmo que constituídas por suas ideias, são “realidades inquestionáveis”, fruto de representações sociais mais amplas. Essa situação tem origem na história de dominação que permeou as práticas da assistência social como, sua cultura clientelista e tuteladora, que incidem nas representações sociais dos usuários com a força de um objeto material. O impacto é tão grande que, por se tratar de décadas de assistencialismo, esse entendimento da assistência social torna-se naturalizado e “invisível”. Assim, quando um significado, como o da assistência como bem-estar ou favor, coloca-se como algo convencional e mantém-se com o passar dos anos, o mesmo torna essa representação social, por vezes, inquestionável e a materializa na realidade, pelo processo de objetivação. E acrescenta Moscovici (2003): “o que é invisível é inevitavelmente mais difícil de superar o que é visível [...]

---

<sup>14</sup> A LOAS (BRASIL, 1993/2009a) dispõe em seu artigo primeiro que “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva”. Isso quer dizer que não depende de contribuições prévias ou retribuições, como as condicionalidades, para se concretizar. Por essa razão, a exigência de condicionalidades para os serviços socioassistenciais é uma contradição ao que diz a lei.

quanto mais sua origem é esquecida, mais fossilizada ela se torna” (p. 41). O significado da assistência social como ajuda torna-se concretizado e estabilizado na sociedade e, ao invés de seu sentido ser modificado com as novas concepções de 1988, acaba por permanecer imutável no universo simbólico dos usuários.

Por outro lado, quando os usuários concordam que as condicionalidades os incentivam a acessar serviços aos quais, sem elas, não acessariam, eles não entram em atrito ou conflito com a forma como a política está colocada. Os diálogos que dão anuência às condicionalidades apenas confirmam as crenças e interpretações adquiridas pelo senso comum. É como se houvesse uma familiarização das diretrizes impostas que os possibilita sentirem-se em casa a salvo de qualquer risco de mudança. Assim, as representações sociais analisadas são compostas de uma dinâmica de processos, percebidos e compreendidos em relação a paradigmas há tempos estabelecidos na sociedade, como a ideia de que, se recebem algo, precisam dar algo em troca, confirmando o não entendimento da assistência social como direito (Moscovici, 2003).

No sentido de tensionar essas representações, Pereira (2003) afirma que mecanismos como as condicionalidades ou contrapartidas atribuem aos usuários uma condição de falta pessoal a expiar e um estigma rebaixador do status de cidadania. Os usuários, pela imposição das condicionalidades, são tratados como faltosos, pois acabam por sujeitar os seus direitos básicos (acesso à escola, aos serviços de saúde, aos benefícios da assistência social) a regras contratuais que preveem contrapartidas ditadas e cobradas por governantes e por todo um aparato estatal responsáveis pela manutenção da pobreza. Os pobres, que são credores de uma enorme dívida social acumulada, têm de oferecer contrapartidas aos seus devedores quando estes se dispõem a saldar parcelas ínfimas dessa dívida. Essas imposições, conforme Silva (2007), deveriam ser atribuídas ao Estado, uma vez que os serviços

sociais básicos oferecidos pela maioria dos municípios brasileiros no campo da Educação, da Saúde e do Trabalho são insuficientes, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, para atender às necessidades das famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda. Os serviços sociais básicos deveriam ser mais bem desenvolvidos, expandidos e democratizados, no sentido de ampliar os direitos sociais de modo a possibilitar sua utilização de forma universal, sem necessidade de imposições e obrigatoriedades. As condicionalidades, na forma em que se apresentam, ferem o direito de todo cidadão a ter acesso ao trabalho e a programas sociais que lhe garantam uma vida com dignidade.

Tem-se aí uma inversão perversa e arrogante de valores no campo da política social, que contradiz até mesmo a lógica contratual. Mas é essa inversão que justifica o fato historicamente conhecido de serem oferecidos aos pobres, benefícios e serviços de pior qualidade ou insuficientes, pois suas necessidades humanas são politicamente rebaixadas ao nível da sobrevivência física. E por trás desses procedimentos está a concepção equivocada da política social como resíduo e dispêndio improdutivo e não investimento social (Pereira, 2003, p. 3).

Considerando-se as afirmações de Pereira (2003), podemos compreender as razões pelas quais as representações sociais surgidas nos diálogos dos usuários apresentam elaborações geradas a partir de sucessivas gerações que compreendiam a assistência social como uma prática clientelista e filantrópica, em que a prestação de serviços à população vinha ao encontro dos interesses de governantes e entidades que visavam a estabelecer com a população pobre uma relação de dominação ideológica. Observou-se, então, que os significados da assistência social, sua classificação e compreensão estão ligadas a sentidos e situações que se fixaram na memória coletiva dos usuários e que se reproduzem na linguagem e nas conversações que, invariavelmente, refletem um conhecimento anterior. Esse

saber, fortemente arraigado, impossibilita, em parte, a elaboração da informação presente, que é o entendimento da assistência social como política pública e direito social. Por essas razões, representações sociais tão enraizadas precisam ser confrontadas para que outras possam se estabelecer no senso comum e no imaginário social dos usuários (Moscovici, 2003).

Ao encerrar momentaneamente a discussão desta dimensão, faz-se importante ressaltar o que dizem as autoras Couto et al (2010) sobre o movimento de luta que institui a assistência social como política pública de acesso aos direitos sociais. Ele objetiva tensionar este modo de compreender a pobreza e se contrapõe às ações assistenciais que historicamente disseminaram a representação social construída sobre o público para o qual se destinam. A luta pelo reconhecimento da assistência social como direito busca que os usuários se reconheçam e sejam reconhecidos como cidadãos de direitos e que o acesso aos recursos dos quais necessitam sejam disponibilizados com a dignidade que merecem.

No próximo item, é discutida a segunda dimensão das representações sociais que versa sobre as impressões e sugestões dos usuários sobre a melhoria das práticas nos CRASs. Percebe-se em relação ao tema discutido anteriormente, uma contradição, pois seus apontamentos voltaram-se para questões sobre o acesso à informação e a promoção de oficinas de geração de renda. Também apresentaram críticas sobre a forma como os serviços na assistência social são disponibilizados e a maneira como são tratados pelo Estado e governantes.

### **Representações sociais da assistência social em sua dimensão crítica**

Essa perspectiva foi chamada de “crítica” devido ao fato de que os usuários, no processo dos círculos epistemológicos,

conseguiram entrever alguns aspectos ideológicos presentes nas práticas da assistência social. Nesse sentido, puderam transformar seus posicionamentos de aceitação dos serviços da assistência social em uma reflexão mais complexa, que abrangeu aspectos negativos sobre as práticas realizadas. É provável que isso tenha ocorrido pelo fato de que, à medida que os encontros se repetiam e as discussões se aprofundavam, eles sentiam-se mais à vontade para se expressar ao perceber que a pesquisadora estava disposta a ouvi-los, desvinculada de uma posição de controle.

Ao serem levantadas questões sobre o funcionamento dos serviços no CRAS, percebeu-se que os usuários falaram suas impressões sobre a assistência social e órgãos gestores de forma mais crítica, estendendo essa situação às ações do Estado e governantes. Além disso, chegaram a mencionar que se entendem como sujeitos de direitos, mesmo não tendo a plena compreensão do quê se tratam esses direitos.

### *Assistência social como acesso à informação*

As análises e críticas dos usuários sobre os serviços socioassistenciais recaíram sobre a utilização dos espaços do grupo no cotidiano CRAS. Importante ressaltar que suas opiniões estavam destinadas ao grupo que participava semanalmente, aproveitando-se o espaço dos círculos epistemológicos para se falar sobre esse aspecto que integrava o tema da pesquisa.

Os usuários apresentaram em suas elaborações, o entendimento de que o espaço do grupo da assistência social, além de conter outras atividades, deveria ter um caráter informativo sobre a própria assistência social e os programas de transferência de renda. Contudo, eles demonstraram que o aspecto informativo ficou a desejar, como se vê no excerto em que foram estimulados a falar sobre como gostariam que fosse o momento do grupo:

*PN2: De vez em quando, uma vez por mês pegá e falá só sobre o Bolsa Família, que às veiz, a gente quer saber só sobre o Bolsa. Mais não, a gente não tem possibilidade, que pra mim mesmo tinha que vir só pra falar sobre o Bolsa. Que pra mim é pra isso que é a reunião que a gente faz, eu achava que era pro Bolsa, mas com o tempo eu vi que não tinha nada a ver com o Bolsa (S2).*

Nesta fala, a pesquisanda refere um entendimento prévio de que o espaço do grupo seria de acesso a informações sobre o Programa Bolsa Família. Mas, contraditoriamente à sua percepção, isso não tem feito parte das atividades. Esse fato gera certa indignação, expressa na seguinte verbalização:

*PN2: É! A gente quer saber o quê que vai acontecer, o que vai acontecer com nós, a gente não sabe de nada!  
PN3: É pra saber sobre o Bolsa né, mas a gente não sabe! (S1).*

No excerto que segue, observa-se que, por vezes, a informação chega de modo inócuo:

*PN2: Uma coisa, a pessoa que não sabe lê, como eu que não sei lê, como é que eu vou saber as coisa né? Mas eu nem sei, nem a metade das coisa do bolsa, eu não sei. Quem sabe é quem lê as coisa, quem entende. Eu, só me dão uns papel, me dão uns papel, e o que eu vou fazer com uns papel? (S2)*

Conforme as críticas presentes nos relatos supracitados, as atividades oferecidas nos grupos da assistência social pareciam não estar de acordo com os interesses e necessidades dos usuários que, como beneficiários, desejavam receber informações sobre o Programa Bolsa Família. No referido CRAS, os usuários

queixavam-se de que as atividades centravam-se em brincadeiras e momentos de partilha de vida. Os diálogos obtidos nos outros CRASs pesquisados também evidenciavam que o espaço do grupo servia para uma “terapia grupal” dos usuários e que, portanto, não tinham objetivos definidos. Eles referem claramente que, além disso, gostariam de obter informações quanto ao entendimento da assistência social e dos programas dos quais participam.

Ao apresentarem-se atividades sem uma finalidade específica e sem sentido para os usuários, o espaço dos grupos acaba por estabelecer a obrigatoriedade de presença apenas pela imposição. Esse fato os desvaloriza e reitera sua condição de subalternidade quando são, de certa forma, impedidos de expor suas ideias e sugestões para a realização do grupo. Desse modo, o espaço semanal, que deveria servir para qualificar as ações assistenciais e estimular a reflexão dos usuários sobre suas condições de vida, fica restrito ao que é proposto pelo profissional que coordena a situação grupal. Constata-se a partir dessas premissas, que os serviços são oferecidos de forma desorganizada e desconexa e que, sem objetivos claros, acabam por ter um fim em si mesmos, não considerando o que têm a dizer os seus maiores interessados.

No que se refere à questão da informação, a pesquisadora, ao se colocar no círculo epistemológico, partilha seu saber sobre a política de assistência social como direito. Contudo, esse assunto não encontra repercussão entre os usuários, como se observa no diálogo:

*P0: Lembram que eu falei que a assistência social era uma lei, que era um direito e eu perguntei pra vocês se vocês sabiam o que era e o que vocês me disseram?*

*PN1: Não.*

*P0: Pois é, me disseram que não.*

*PN1: Acho que ninguém sabe, ninguém sabia, não era explicado*

*P0: Então o que é a assistência, se não é um direito, era o quê? (Silêncio)*  
*P0: Vocês achavam que era uma ajuda? (Silêncio)*  
*P0: Ou tá muito difícil essa pergunta?*  
*PN1: Tá difícil, PN3: Essa tá difícil.*  
*PN2: A gente sempre entende como uma ajuda, né? (H2)*

A PNAS (Brasil, 2004) traz em suas diretrizes que, aos usuários devem ser garantidos uma série de direitos, dentre eles o da escuta, o de receber explicações sobre os serviços e seu atendimento, de forma simples e compreensível, e o de ter acesso à informação sobre o funcionamento dos serviços, sobretudo em relação àqueles com vivência de barreiras culturais e de leitura. Pergunta-se, a partir da perspectiva dos pesquisandos: o que ocorre com os serviços do CRAS que não têm garantido aos usuários esses direitos?

Demo (2002) coloca que a falta de informação pode representar o uso ideológico do poder. Considerar os usuários como expectadores distantes do que ocorre nas decisões e práticas da assistência social, como revelam suas representações sociais, é estimular a pobreza política. “A pobreza política é o resultado do cultivo da ignorância, a condição de massa de manobra, na qual a pessoa é manipulada de fora para dentro, geralmente sem perceber” (p. 35). Essa pobreza não nega a exclusão material, e sim a consciência política que levaria à emancipação. Ao invés disso, a pobreza política destitui os usuários da condição de sujeitos e os torna objeto de dominação.

### ***Assistência social como caminho ao protagonismo***

Ao concluir suas análises, os usuários apresentaram sugestões de como seriam mais bem atendidos pela assistência social. A fala que se segue comprova que as atividades no

grupo do CRAS eram realizadas em forma de brincadeiras. De alguma maneira, parecem exigir mais respeito e dignidade quando desejam ser informados, como visto anteriormente, e para aprender algo que contribua à sua emancipação. Isso demonstra uma preocupação dos usuários com seu sustento próprio, que vai além do recebimento dos benefícios monetários da assistência social. Essa inquietação está presente nas verbalizações:

*PN1: Nunca ninguém fez essa pergunta “que que tá faltando aqui dentro?” pra nós mães, pros filhos de vocês e nós? Porque que invés de o Bolsa Família ser 140 pila, ser 200 pila, tu não faz um curso? Tu não faz um curso? Porque um curso tá de 200 pra cima, né?! Então nós mães também temo direito.*

*PN3: Porque tem muita mãe que não trabalha né. Eu sou uma que não trabalho. Entre aspas né?! Posso ir estudá, posso ir mas... quero aprendê, quero aprendê. Tu não vem só por causa do Bolsa Família, vem por ti, tu tá aprendendo, quer aprender. (CS3)*

Como se percebe nas avaliações dos usuários, os serviços oferecidos pela assistência social encontram inúmeras limitações que, dadas as circunstâncias em que foram criados e as necessidades históricas que se propõem a atender, acabam por apresentar programas sociais isolados e difusos que não dão conta de suas carências (Sposati et al, 2012; Yazbeck, 1993/2009). Yazbeck (1993/2009) lembra que os serviços da assistência social não deveriam se restringir à distribuição de auxílios materiais ou orientações, mas ter como prioridade programas de formação profissional, de geração de renda e programas socioeducacionais. É por essa razão que a autora afirma que “as ações assistenciais podem significar tanto a tutela e a reiteração da subalternidade, quanto um lugar de reconhecimento e acesso ao protagonismo” (p. 146).

Mesmo observando que a representação social dos usuários se ancora em práticas assistenciais de tempos remotos, percebe-se que ainda ocorrem situações nos serviços oferecidos pelos CRASs que reforçam essa representação, mantendo-os em um lugar subalterno. A subalternidade, assim como a pobreza política, não se limita somente à dimensão material da existência humana, como já colocado. Nela estão contidas a alienação, o estado de manipulação, o cerceamento da conscientização de sua opressão e a privação do conhecimento necessário para que os usuários possam compreender a sociedade em que vivem e as circunstâncias em que se encontram (Yazbeck, 1993/2009; Demo, 2001).

O que se percebe por meio das representações sociais dos pesquisandos quando analisam criticamente a assistência social, é que as práticas realizadas nos CRASs, atualmente, permanecem com características que os mantém na antiga posição de dominados. Porém, quando lhes é possibilitada a expressão de seus saberes, eles demonstram uma posição crítica necessária à transformação dessas práticas.

### *Assistência social como direito*

Em meio às discussões nos círculos epistemológicos, surge um aspecto não dimensionado pela pesquisadora: a reflexão e o posicionamento dos usuários sobre a atuação do Estado e dos governantes. Essas análises são observadas nos diálogos que seguem:

*PN1: Quem traz os recursos pra nós?*

*PN2: Não sei. Esses dias veio alguém falar do Bolsa aqui, mas sinceramente, eu não sei.*

*PN3: É o governo que traz.*

*PN2: Eu acho que é a M. (AS)*

*PN3: Eu estou esperando madeiras que me prometeram.*

*PN1: Eles prometem um monte de coisas, mas não cumprem.*

*PN4: Depois da eleição eles nem olham mais na tua cara. Dão cestas básicas para pedir votos e depois nem querem saber de ti.*

*PN5: Compra de votos não pode, né?*

*PN4: Dão cestas básicas para a gente votar e depois que estão lá não querem saber da gente.*

*PN2: Eu não acredito em político. Eles prometem casa pros pobre, promete médico, casa, prometem tudo e depois que tão lá não fazem nada.*

*PN5: Os recursos nunca chega aqui.*

*PN4: O governo federal manda os recursos e no meio do caminho eles são desviados. Nunca dão pras pessoas que estão precisando.*

*PN2: A igreja não dá recursos suficientes, eles fornecem pra quem trabalha lá e nós não ganhamos. E esse recurso é nosso e não chega até nós (S2; CS2).*

Esse diálogo demonstra que, ao refletir sobre a procedência dos recursos da assistência social, os usuários fazem uma associação a outras instituições que também não cumprem com os compromissos firmados com a população. Tal fato remete, preliminarmente, a uma consciência de que deveriam ter acesso a alguns direitos, dos quais não estão sendo contemplados, como se verifica nas falas a seguir:

*PN1: Nos somos cidadãos, cidadãos né?! E quase todo mundo aqui paga imposto, né?! Então quando o presidente promete alguma coisa pra repassar pro povo e quando chega aqui não recebe. É direito do povo, do cidadão brasileiro, que a gente trabalha, quem não trabalha é ciente, né?! Tem conhecimento, né?! Que simplesmente não chega até a fonte, não chega até nós, têm crianças usando chinelo de dedo, faltando leite, faltando água, faltando tudo, chorando, no desespero, é bem ruim... É uma condição muito ruim, sabe? É terrível... É muito ruim. Uma coisa de prioridade, ajudar o povo, o cidadão brasileiro. Quando a gente*

*desconta uma coisa de imposto de renda, a gente paga imposto, então não é um favor pra nós, é uma obrigação.*

*PN2: Eu acho assim ó, é um ser humano, tem que ter consideração pelo povo. Tem prioridades, chega no hospital, o pessoal passando mal. Ter um auxílio é difícil. Aquela história de pegar rancho. Quem recebe rancho é difícil, pegar rancho é difícil, perde por não conseguir buscar o rancho. Então, tudo é complicado. Quê que a gente pode ajudar? Eu posso te dizer que não posso ajudar em nada. Quem trabalha ajuda trabalhando, é cidadão. Pedem cidadania, mas a gente não tem mais direitos dentro da sociedade (S1).*

Jovchelovitch (2000), ao realizar um estudo sobre as representações sociais da esfera pública, identificou que a representação social de crianças de rua, operários e profissionais liberais estava relacionada à corrupção expressa como individualismo e egoísmo, em que a política é um processo que não pode ser controlado pelo cidadão comum e a impunidade é uma das dimensões mais importantes da prática política. Nesse sentido, nota-se que, à medida que as discussões sobre a assistência social foram se aprofundando, os usuários faziam associações relacionadas ao fato de que os recursos que lhes eram prometidos e que estavam destinados à população, não chegavam até seu destino, por conta da corrupção facilitada pela impunidade. Parecem demonstrar certa consciência política quando falam de suas necessidades e dificuldades cotidianas, quando, ao reconhecer sua condição de pobreza, também se reconhecem como sujeitos de direitos, diferentemente do que se apresentou na primeira dimensão da representação social da assistência social.

Da mesma forma, a referência ao papel do Estado é permeada pela crítica por sua ineficácia no campo da assistência social. Essa percepção revela que a exclusão e a subalternidade são situações que, em seu cotidiano, exigem

respostas do poder público. Os usuários expressam a reivindicação do direito à assistência, a serviços sociais e a melhores condições de vida. Além disso, têm consciência de que o Estado está mais vinculado aos interesses dos governantes, dos grandes empresários e que não dá à pobreza e à desigualdade social a merecida atenção (Demo, 2001; Yazbeck, 1993/2009).

Outra conclusão à qual se chega é que, ao se possibilitar a fala e disponibilizar a escuta aos pesquisandos, eles expressam querer reverter o quadro de pobreza política que a eles tem sido atribuído historicamente, dentro e fora da assistência social. Como assinalou Freire (2003, p.31) em sua pedagogia do oprimido: “E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. [...] Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”. Contudo, sabe-se que para que isso ocorra, faz-se necessário fornecer recursos, além dos materiais, para que os usuários oprimidos possam lutar por sua libertação.

A luta pela libertação também passa pela luta pelo reconhecimento social, que exige a realização de um diálogo entre usuários e outros, pertencentes a diferentes esferas sociais (profissionais, instituições governamentais, sociedade civil), em que os primeiros sejam reconhecidos e tratados com dignidade pelos segundos. O reconhecimento em termos dialógicos demonstra que o indivíduo tem a capacidade de compreender o outro como um humano e precisa desejar ser entendido da mesma maneira, de forma que o reconhecimento seja mútuo para ser verdadeiro. A partir das críticas e reivindicações dos usuários, percebe-se que eles desejam esse reconhecimento social. É somente através da reciprocidade no reconhecimento que existe a possibilidade para o desenvolvimento da autoconsciência, a qual reclamam os usuários (Marková, 2006).

A partir da ideia de que o reconhecimento social é um esforço mútuo direcionado a outros seres humanos, pode-se

dizer que ele está intimamente ligado à questão da dignidade, que exige a compreensão de que todas as pessoas, independentemente de suas situações sociais, raças, crenças, cores ou gêneros, compartilham a mesma humanidade e que a identidade humana não depende de papéis institucionais. A importância no conceito de dignidade referida por Marková (2006) é de que os humanos têm, ou deveriam ter, seus direitos respeitados. Espera-se que os executores da política de assistência social, ao repensar suas práticas, possam propiciar o caminho que reconheça a dignidade de seus usuários e lhes aponte as saídas que os leve ao protagonismo e à emancipação.

### **Considerações Finais**

A pesquisa objetivou compreender a representação social dos usuários sobre a assistência social. Como parâmetro conceitual, entende-se a assistência social como uma política que deveria viabilizar o acesso aos direitos sociais garantidos em Constituição. Contudo, os usuários demonstram em suas verbalizações que os serviços da assistência social têm sido realizados, atualmente, de forma semelhante às práticas de beneficência, tutela e clientelismo, que antecederam à implantação do SUAS. Esse aspecto fica evidente nas duas dimensões da representação social analisada, a ideológica e a crítica, quando, nos primeiros círculos epistemológicos, os usuários apresentam-se favoráveis às práticas socioassistenciais e, com o aprofundamento das discussões, apresentam saberes que contém em si a crítica a essas práticas.

Da mesma forma, os programas socioassistenciais revelam-se, por meio da análise dos usuários pesquisados, como não possuidores de uma ação efetiva para favorecer o seu protagonismo. Nesse sentido, percebe-se que a pobreza política é mantida entre a população, com o objetivo de conservar, na sociedade brasileira, a experiência política da dominação. É dessa forma que os governos e classes

dominantes utilizam-se da ideologia para criar formas de difundir e reproduzir seus próprios interesses como aspirações de toda a sociedade. (Demo, 2001; Yazbeck, 1993/2009).

Estimular o olhar político dos usuários é fundamental para que eles possam tomar consciência da dominação a que vêm sendo submetidos por todas essas décadas. Assim como de nada adianta combater a pobreza e a subalternidade somente com a política de assistência social, também de nada serve descartá-la, já que lhes é devida por direito de cidadania. Cada vez fica mais claro que é impensável resolver a subalternidade, que ainda permanece ativa na forma como são oferecidos os serviços da assistência social, sem a participação e a perspectiva dos usuários. Uma política que pretende reduzir os níveis da pobreza, mas que conserva os usuários apenas como objeto dela, pode até distribuir os recursos e benefícios e diminuir compensatoriamente a fome, mas agrava a pobreza política (Demo, 2001).

Na pesquisa realizada, a metodologia dos círculos epistemológicos proporcionou diferentes tipos de reflexões aos usuários, que puderam dar vazão à suas expressões. Nesse sentido, torna-se imprescindível que sejam oportunizados espaços em que os usuários sejam vistos, ouvidos e entendidos em seus interesses e projetos. Isso significa dar a eles a chance de participar de uma forma mais efetiva das atividades propostas nos serviços da assistência social. Criar condições para que os usuários caminhem na direção de sua constituição como cidadãos de direito é parte das tarefas socioeducativas e políticas de uma assistência social que não sirva para a reiteração da subalternidade dos usuários. Isso pode redefinir a natureza da assistência social, pois ela introduz um novo diálogo com pessoas que foram historicamente prejudicadas pela exclusão social (Yazbeck, 1993/2009).

Há, portanto, a necessidade de se recuperarem o pensamento, a palavra e incentivar a valorização dos saberes sociais dos usuários, porque ela sustenta a possibilidade de democracia e cidadania. A consciência crítica que emerge

desses saberes favorece o empoderamento e propicia novos níveis de compreensão a estas pessoas, historicamente excluídas delas. Esses aspectos também apontam para a construção de políticas redistributivas que precisam, necessariamente, estar envolvidas com políticas de reconhecimento.

### Referências

- Aguinsky, B. G., Fernandes, I., & Tejedas, S. S. (2009). Entre a garantia de direitos e o reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da Política de Assistência Social. In J. R. Mendes, J. C. Prates, & B. G. (Coords.), *O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação* (pp. 63-82). Edipucrs.
- Bauer, M., & Gaskell, G. (2002). Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In M. Bauer & G. Gaskell (Coords.), *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (Cap. 12, pp. 470-490). Vozes.
- Behring, E. R., & Boschetti, I. (2008). *Política Social: fundamentos e história* (4ª ed.). Cortez.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado.
- Brasil. (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brasil. (2006). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.. *Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social: Orientações técnicas para o Centro de*

*Referência de Assistência Social (Cras)*. Secretaria Nacional de Assistência Social.

Brasil. (1993/2009a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.. *Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS Anotada*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.

Brasil. (2009b). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais: Texto da Resolução Nº 109 de 11 de Novembro de 2009*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.

Brasil. (2010). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica SUAS – NOB SUAS: aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais. Minuta Consulta Pública*. Brasília. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/nob-suas-2010-minuta-consulta-publicafinal.pdf>. Acesso em: julho 2013.

Brasil. (2013). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Bolsa Família – Benefícios – Condições*. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: setembro, 2013.

Couto, B. R. (2008). *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma equação possível?* (4<sup>a</sup> ed.). Cortez.

Couto, B. R., & Silva, M. B. A. (2009). Política de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social: a trajetória da constituição da política pública. In J. R. Mendes, J. C. Prates, & B. G. Aginsky (Coords.), *O Sistema Único de*

*Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação* (pp. 31-44). Edipucrs.

Couto, B. R., Yazbeck, M. C., Silva, M. O. S., & Raichelis, R. (Coords.). (2010). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. Cortez.

Cruz, L. R., & Guareschi, N. M. F. (2009). A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In L. R. Cruz & N. M. F. Guareschi (Coords.), *Políticas Públicas e Assistência Social* (pp. 13-40). Vozes.

Demo, P. (2001). *Pobreza Política: polêmicas de nosso tempo* (6ª ed.). Autores Associados.

Demo, P. (2002). *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire.

Freire, P. (1967). *Educação como prática de liberdade*. Editora Paz e Terra.

Freire, P. (2003). *Pedagogia do oprimido* (37ª ed.). Editora Paz e Terra. (Obra original publicada em 1987).

Guareschi, P. (2004). *Psicologia Social Crítica: como prática de libertação*. Edipucrs.

Jodelet, D. (2007). Représentations Sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Dir.), *Les représentations sociales*. PUF.

Jovchelovitch, S. (1995). Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Coords.), *Textos em Representações Sociais* (8ª ed.). Vozes.

- Jovchelovitch, S. (2000). *Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: Representações, comunidade e cultura* (P. Guareschi, Trad.). Vozes.
- Marková, I. (2006). *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente* (H. M. Filho, Trad.). Vozes.
- Martins, T. C., & Silva, R. B. (2020). A psicologia no CRAS: articulações possíveis para a participação popular. *Revista Polis e Psique*, 10(1), 144-163.
- Mendes, J. R., Prates, J. C., & Aginsky, B. G. (Coords.). (2009). *O Sistema Único de Assistência Social: As contribuições à fundamentação e os desafios à implantação*. Edipucrs.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: Investigação em psicologia social* (P. Guareschi, Trad.). Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público* (S. Fuhrmann, Trad.). Vozes. (Obra original publicada em 1961).
- Pereira, P. A. (2003). *Porque também sou contra a focalização das políticas sociais* [Mimeo]. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social – NEPPPOS, Universidade de Brasília.  
[http://www.neppos.unb.br/publicacoes/contra\\_focal.pdf](http://www.neppos.unb.br/publicacoes/contra_focal.pdf)
- Romão, J. E., Cabral, I. E., Carrão, I. V. M., & Coelho, E. P. (2006). Círculo Epistemológico Círculo de Cultura como Metodologia de Pesquisa. *Revista Educação & Sociedade*, 13, 173-195.

- Silva, M. B. (2012). *Entre a rebeldia e o conformismo: o debate com os sujeitos demandatários da política de assistência social* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Repositório Institucional PUCRS. <http://hdl.handle.net/10923/5114>
- Silva, M. O. S. (2007). O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6), 1429-1439.
- Sposati, A. (2009). Prefácio. In M. C. Yazbeck, *Classes subalternas e assistência social* (7ª ed.). Cortez. (Obra original publicada em 1993).
- Sposati, A., Carvalho, M. C. B. C., & Fleury, S. M. T. (2012). *Os direitos (dos desassistidos) sociais* (7ª ed.). Cortez.
- Thompson, J. B. (2009). *Ideologia e cultura moderna* (8ª ed.). Vozes.
- Yazbeck, M. C. (2009). *Classes subalternas e assistência social* (7ª ed.). Cortez. (Obra original publicada em 1993).

## **Diz-me com quem andas e te direi quem és: a complexa relação SUAS e Psicologia**

---

**Isabel Fernandes de Oliveira  
Bárbara Sul Santana Fleury  
Ana Ludmila Freire Costa**

A criação e o estabelecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil são feitos sem precedentes com relação à responsabilização do Estado brasileiro pela conformação do capitalismo em terras nacionais e suas implicações para a classe trabalhadora. Mais que um ganho político, o SUAS representou, pela primeira vez, a possibilidade de que pessoas pudessem acessar mínimos sociais sem prévia contribuição. Até então, a parca proteção social existente se dava, pelo que Wanderley Guilherme dos Santos (1979, p.76) denomina de “cidadania regulada”. Essa forma de proteção relacionava os direitos de cidadania a uma ocupação formal, regulada por lei. Portanto, todos aqueles não regulados, informais, desempregados, subempregados que não contribuíam com parte de seus ganhos para o Estado, nada dele acessavam. A instauração do SUAS em 2005 quebra esse ciclo, e veio na contramão de uma agenda neoliberal que chega tardiamente ao Brasil, mas que já estava em franco desenvolvimento no norte global.

A proposta do SUAS veio na esteira da plataforma de campanha do então candidato à presidência da república, Luís Inácio Lula da Silva. Inserida como desdobramento do Programa Fome Zero, o novo sistema agrega, além da transferência de renda, uma série de seguranças: Acolhida, Renda, Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social, Desenvolvimento de Autonomia e Apoio e Auxílio (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012). Em sua fase inicial, o Fome Zero priorizou o combate às carências

nutricionais associadas à garantia de renda. Na sequência, implementa o SUAS cuja principal função é garantir a sobrevivência das pessoas, por meio do Programa Bolsa Família, mas também a proteção social por meio de condicionalidades<sup>15</sup> e de formação para o trabalho. Dentro dessa estrutura, saúde e educação são campos de proteção tidos como essenciais, assim como a capacitação para o trabalho.

Um elemento inovador do SUAS, quando comparado à Assistência Social antes dele, diz respeito aos seus níveis de proteção: básica e especial. Mesmo a especial, que agregou programas anteriores, apresenta como eixo estruturante a defesa e garantia de direitos das populações vulneráveis, em que estes foram violados, mas destaca-se a sua forma **articulada** sócio e intersetorialmente. Essa relação será abordada mais adiante. Na proteção social básica emerge um princípio até então desconhecido na Assistência Social: a prevenção de risco, vulnerabilidades e violações de direitos. Embora interessante sob a perspectiva da proteção, as noções de risco, de vulnerabilidade e de garantia de direitos se tornam um tanto quanto relativas quando se trata da situação da população que se beneficia do SUAS.

Observando os princípios federativos contidos na Carta Magna de 1988, é possível ressaltar que em seu artigo 6º consta: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015) (Constituição da República Federativa do Brasil,

---

<sup>15</sup> As condicionalidades objetivavam garantias aos direitos básicos e promoção ao desenvolvimento social das famílias atendidas, especificando frequência escolar mínima; manutenção de calendários de saúde como vacinação, acompanhamento de crescimento e desenvolvimento e cuidados pré-natais.

1988). Ora, se o SUAS parte do princípio de que seu público prioritário são as pessoas que, entre outras garantias, não possuem trabalho, moradia ou previdência, então essas pessoas já adentram o sistema com direitos sociais violados. Essa contradição do sistema não é a única. Ao conceber política como conflito, Abranches (1985) esclarece que, no campo social, os tensionamentos sobre a alocação de recursos públicos obedecem a dinâmica estrutural do capitalismo, baseada na contradição capital-trabalho.

Como mediador está o Estado burguês, nada mais que o resultado do caráter **inconciliável** da luta de classes (Lenin, 1917/2017). Isso significa dizer que a política social pública é uma estratégia capitalista, de um estado capitalista, que a oferta em última instância para manter a dinâmica que o gera, qual seja, a exploração da força de trabalho. Portanto, nenhuma política social, por mais democrática, abrangente e resolutiva que seja, eliminará, nesta forma societária, a pobreza ou a desigualdade. Além disso, enquanto perdurar a lógica da sociedade de classes neste modo de produção específico e na formação particular da sociedade brasileira, todos os fenômenos estruturais dele decorrentes perdurarão: violência, pobreza, racismo, sexismo, entre outros desdobramentos.

A estratégia do Estado capitalista para manejar tais “problemas sociais” é pela via da política social. Sob o discurso da otimização e da busca por uma melhor abordagem à “questão social”<sup>16</sup>, a política social se fragmenta em políticas sociais e é tratada de forma parcializada e sempre incompleta. Uma solução aventada como possível para uma abordagem integral das manifestações da “questão social” seria a intersetorialidade. Esse aspecto também será debatido adiante.

---

<sup>16</sup> Questão social pode ser definida como o conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista (Iamamoto & Carvalho, 1983; Netto, 2007).

Isto posto, o que pode o SUAS como efetivador de acesso e garantia de direitos, se tal garantia exige, num estado democrático, mais que uma única política? E mais, como a Psicologia opera nesse sistema considerando sua história?

## **A falácia da Intersetorialidade nos Sistemas Nacionais Públicos**

Falar do combate à pobreza no Brasil requer, inicialmente, compreender sua múltipla dimensão, embora tenha uma única determinação. Como dito alhures, a forma capitalista da sociedade se estrutura com base numa contradição fundamental: aqueles que detém os meios de produção e o capital *versus* aqueles que necessitam vender sua força de trabalho cotidianamente para sobreviver. Essa relação é sempre desigual, opressora e exploradora. Portanto, o Modo de Produção Capitalista (MPC) é, estruturalmente, gerador de problemas que decorrem dessa lógica de exploração. A isso chamamos de “questão social”. Para atuar sobre as manifestações da “questão social” e sobre a regulação das relações sociais, o Estado lança mão de sistemas nacionais públicos, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), do Sistema de Justiça, do Sistema de Garantia de Direitos, para citar alguns exemplos. Ocorre que, se a “questão social” se põe em decorrência da emergência da classe trabalhadora, pela sua exploração, não se pode falar em várias delas, mas sim, num conjunto de manifestações que lhe compõe. Sendo assim, a “questão social” é uma só, mas se apresenta de diversas formas: violência, trabalho infantil, emprego precário, ausência de moradia, saúde deficiente, educação inacessível, mendicância, entre várias outras apresentações.

Sob o discurso de uma abordagem mais dirigida a algumas manifestações específicas, de forma a tornar seu manejo mais eficiente, os problemas sociais são fragmentados e tornam-se objeto de intervenção de políticas específicas, como é o caso da habitação, da educação, da saúde, da

segurança pública etc. Mas, tal lógica entende que os problemas sociais são objetos particulares, sob responsabilidade de políticas particulares. Todavia, quando se considera, por exemplo, o conceito de saúde - contido no relatório da 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986) - de que a saúde é a resultante das condições materiais de vida, tal acepção envolve muitas garantias que não estão sob o escopo definido institucionalmente como sendo da saúde. Quando tratamos da Assistência Social a questão é ainda mais complexa: o SUAS é uma política universalizante e deve atender a quem dela precisar. Sua Lei, promulgada apenas em 2011 (Lei nº 12.435, 2011), afirma, em seu artigo 2º que “Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais”.

Por meio da garantia da proteção social o SUAS busca propiciar a conquista de autonomia, o acesso a serviços e benefícios, a sustentabilidade e o protagonismo de cada cidadão. A forma de operacionalizar essas garantias se dá por meio de princípios como matricialidade sociofamiliar, territorialização, proteção proativa, integração à Seguridade Social e a integração das políticas sociais e econômicas (Monnerat & Souza, 2011). Nessa seara, cabe à Assistência Social o manejo de várias situações relativas à garantia dos mínimos sociais que estão originalmente conectados a outras políticas (saúde, educação, trabalho, habitação, alimentação etc.). Desta forma, o SUAS se torna uma política **articuladora** por excelência, restando a difícil tarefa não só de articular seus níveis de proteção, mas também atuar sob a diretriz intersetorial.

A articulação entre sistemas e políticas de combate à pobreza está posta justamente no contexto de fragmentação da “questão social”, cuja abordagem é feita por sistemas nacionais não consolidados. Não se nega o avanço dos princípios que regem muitas políticas sociais públicas, com

destaque para a equidade, mas o fato é que o Brasil ainda não dispõe de uma rede articulada entre seus sistemas nacionais que envolvem a proteção social (Renata Bichir, 2016). A intersetorialidade emerge na agenda pública como uma relação entre as áreas do governo que se responsabilizam pelo combate à pobreza, e deste com a esfera não governamental também, sob o pressuposto de que a complexidade desse tema requer uma abordagem integral, regida pelo princípio da incompletude institucional. O conceito de intersetorialidade se volta para a construção de interfaces entre setores e instituições governamentais (e não governamentais), visando o enfrentamento de problemas sociais complexos que ultrapassem a alçada de um só setor de governo ou área de política pública (Monnerat & Souza, 2011). Tal diretriz ressalta que nenhuma política isoladamente consegue manejar todas as dimensões envolvidas no trato à pobreza e no combate às vulnerabilidades. Porém, tratar de intersetorialidade requer considerar quais as dimensões devem ser compartilhadas entre as diversas políticas, desde ações, recursos humanos e econômicos, metas, objetivos, planejamento, monitoramento, responsabilidades, sistemas de informação e todas as demais variáveis particulares a cada sistema nacional envolvido.

Considerando a incompletude institucional, o SUAS como política articuladora mas, ao mesmo tempo, uma das menos consolidadas, seus serviços e profissionais pouco têm executado de forma eficiente e consistente a intersetorialidade. O próprio objeto de intervenção da assistência social, marcado por demandas multifacetadas, exige respostas que extrapolam a repartição setorial. Um elemento a considerar é que não parece possível uma política determinada atuar para fora dela quando nem internamente ela está fortalecida. O SUAS é um exemplo disso ao se constatar o seu rápido desmonte entre os anos de 2016 e 2022. Se antes os problemas eram vários, com o corte de mais de 90% do seu orçamento no período citado, sua viabilidade ficou

extremamente ameaçada. No nível operacional, a precarização do trabalho, retratada pelos baixos salários, contratos flexíveis, infraestrutura precária, insuficiência de recursos humanos, ausência da carreira SUAS e implementação de equipamentos incompleta, são alguns dos determinantes da sua fragilidade (Oliveira & Costa, 2022; Oliveira & Costa, 2023; Palmieri & Silva Júnior, 2019). Ainda assim, o SUAS precisa ser articulador. Nem na sua dimensão socioassistencial isso tem sido plenamente possível, e justamente por não conseguir se articular, o SUAS não se consolida. Se o SUAS não se consolida, como proteger integralmente? Como fator adicional, a Psicologia com sua história de psicologização de problemas sociais que resultaram também numa fragmentação entre as dimensões objetiva e subjetiva da realidade social, tem atuado para fortalecer a intersetorialidade e, conseqüentemente, o SUAS? O que lhe cabe nesse quadro pouco animador?

### **Psicologia, SUAS e o confronto entre efetivação de direitos e a pacificação de subjetividades**

A entrada da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social já foi bastante relatada em diversas produções acadêmicas e profissionais (Fontenele, 2008; Senra, 2009; Yamamoto & Oliveira, 2010). Várias foram as análises acerca do perfil profissional, ações, críticas e desafios. Algumas delas avançaram de forma propositiva ao longo dos anos, como as que apontaram a inserção de psicólogos no SUAS apenas como oportunidade de trabalho, sem que houvesse qualquer identificação com o campo social. Investigações mais recentes revelam que essa contradição foi superada (Oliveira & Sousa, 2022; Oliveira & Costa, 2023). Outra questão apontada nos primeiros estudos e que se encontra em transição trata da associação entre escuta qualificada e atendimentos clínicos como sinônimo de prática psicológica. Essas referências ainda persistem, mas concorrem com perspectivas que, se ainda não podem ser

firmemente emancipatórias, se organizam sob leituras de realidade mais amplas e críticas e buscam cumprir as normativas postas pelo SUAS. Entretanto, as questões apontadas precisam ser analisadas sob um pressuposto de que é preciso resgatar o movimento engendrado pelas demandas que emergem da formação social capitalista onde ciência psicológica e sua prática passam a ser requeridas, conjugadas com o esforço dessa ciência e profissão em atendê-las.

A Psicologia e o Modo de Produção Capitalista são bastante afinados. A Psicologia é, por assim dizer, uma ciência social burguesa. Portanto, carrega em si a fragmentação presente na análise dos processos humanos e sociais. Ao emergir como ciência nesse modo de produção, ela surge como autônoma, porém, subordinada ao capital. Sendo assim, há uma relação direta entre as necessidades do “sistema” e o surgimento da profissão de Psicologia. Numa análise concreta, ela é uma concepção conectada a esta formação social. Assim posta, a Psicologia atua como ideologia. Mas como a Psicologia atua? O que é ideologia?<sup>17</sup>

Ignácio Martin-Baró (1986/2009) exemplifica o caráter ideológico da Psicologia ao afirmá-la como etnocêntrica, colonial e imperialista: a miséria da Psicologia”. Considerando as relações diretas entre o conceito de ideologia e a dialética alienação/consciência, o autor considera que cabe ao Estado o papel de mediar a dinâmica que faz com que uma ideia gerada por um grupo particular, com interesses particulares, assumam um caráter universal. O Estado o faz, entre outros, por meio da política social. E dos seus operadores. Da Psicologia. Como?

---

<sup>17</sup> Ainda que não seja possível adentrar neste texto, cabe mencionar que um dos debates recentes na teoria brasileira acerca de ‘questão da ideologia’ pode ser encontrado em Leandro Konder (2024), em que o autor explora a ideologia dentro da dinâmica de classe e dominação social a partir de Marx e Engels e conclui que, no capitalismo, ela só poderá ser superada com a transformação da forma de produção e reprodução social.

Historicamente a Psicologia sustenta um *ethos* (ou uma ideologia) capitalista no qual o sujeito é previamente objetivado, alienado, mercantilizado e assimilado ao capital. Isso configura o que David Pavón-Cuellar (2017) denomina de “núcleo psicológico” do liberalismo e do neoliberalismo, que tende a psicologizar em vez de politizar. Dessa forma, a Psicologia forja sujeitos neoliberais: autônomos, liberais, flexíveis e “adaptados” às condições de atomização, de competência e de instabilidade dessa face do capitalismo. Com sua concepção de “sujeito psicológico” burguês, a Psicologia isola e moraliza os sujeitos, concebendo-os como detentores de uma autorresponsabilidade de manejo e superação das questões relativas à sua vivência no real. A meritocracia, princípio central do neoliberalismo, aparece na Psicologia como a perspectiva de que o sujeito, por suas aptidões e esforço pessoal persegue seus próprios interesses, uma vez que ele é autodeterminado internamente. Portanto, reina a primazia do mental sobre o material, do pensado e sentido sobre o Real. Sob o manto da neutralidade e do afastamento de “questões políticas”, a operou da pior forma: sub-repticiamente.

Ao analisarmos a base de estruturação da ciência psicológica é preciso ressaltar que essas concepções fragmentadas, parcializadas, focadas em subjetividades interiorizadas e atomizadas não é privilégio da Psicologia. É estrutural ao complexo da ciência nesse modo de produção. Nele, um complexo da superestrutura que é criado como força para contribuir com os vários processos que garantem a reprodução do capital, não se desenvolve como resistência à estrutura que o gera. A ciência moderna, desta forma, tem seus pressupostos ancorados numa abordagem gnosiológica (o sujeito é o polo regente do conhecimento) que se traduzem numa Psicologia ‘imparcial, neutra e autônoma’. Então se a ciência liberal se perpetua, suas mediações podem ser vistas na Psicologia. A definição de suas agendas de produção de conhecimento, as teorias psicológicas mais evidentes, o rechaço à totalidade ou à dimensão superestrutural da

dinâmica social, a promovem ao status de ciência da superfície. Como ciência subordinada, atua como pacificadora da “questão social”, ou seja, fornecendo subsídio teórico e técnico para que muito se altere para que nada saia do lugar. É o gatopardismo da Psicologia.

Dito isto, como se conectam as dimensões da fragmentação do trato à “questão social” que tem o SUAS como ator principal, e a ideologia da Psicologia? Como (e se for) é possível escapar disso? Se as condições de operacionalização do SUAS, por essência, não permitem a sua consolidação como estratégia de emancipação social, já que tal sistema não é, por si, uma força revolucionária, é preciso tecer algumas considerações a esse respeito.

Já foi aqui apresentado o caráter burguês do Estado. Contudo, se a história da sociedade é a história da luta de classes, é preciso compreender seu caráter processual, dinâmico e que pode ser transformado em seu curso. Portanto, o SUAS é um campo que, tal como os demais aparelhos de Estado e ele próprio, está em disputa. Sua radicalidade deve ser buscada se se compreende que, tal como afirma Marx (1843/2010), o homem precisa primeiro comer, beber, ter um teto e vestir-se, antes de poder fazer política, ciência, arte e religião. Então, é preciso garantir minimamente a sobrevivência humana para que se possa fazer política. É preciso defender e radicalizar a política social. O SUAS deve se ocupar disso. Deve-se ocupar de estratégias que propiciem aos subalternizados algumas condições para que se organizem. Sendo uma política articuladora, cabe a ela um lugar provocativo ao Estado, às outras políticas, à intersetorialidade, mesmo sabendo que a garantia de direitos não é caminho direto para a revolução.

Se o Estado está em disputa, é preciso ocupar seus espaços, torná-lo mais permeável aos desígnios da classe trabalhadora e menos responsivo ao capital. Para tanto, e no interior de uma política pública como o SUAS, seus agentes não podem naturalizar a exploração, não podem ter como

limite a sobrevivência biológica dos seus usuários, não podem deixar que conceber que, além do seu trabalho cotidiano, é preciso atuar no desvelamento das condições que geram as demandas pelas quais se busca o SUAS. O desemprego, a miséria, o não acesso a bens materiais e sociais, a marginalidade, entre outras manifestações da “questão social” não são resultado de incompetência pessoal, de sujeitos fracassados ou que não se esforçaram o bastante. Conseqüentemente, a Psicologia não pode atuar como se assim fosse; não pode atuar nos limites catárticos entre quatro paredes que, se oferecem algum alívio ao sofrimento, certamente não evita que outras situações que o geram aconteçam. A Psicologia pode, e deve, mais.

### **Considerações finais**

Ao emergir como ciência no modo de produção capitalista, a Psicologia incorpora limites e contradições estruturais desse sistema. Devemos, portanto, compreender nossas possibilidades desde a compreensão do real alcance de construção de uma perspectiva crítica. Mariana Gonçalves (2020), destaca a urgência de que a Psicologia transcenda sua função ideológica de pacificação de subjetividades e se reconstrua teórica e epistemologicamente a partir do povo, desde um compromisso com as maiorias populares.

Na mesma direção, podemos buscar em Martín-Baró (1987/2017), um retorno à necessidade de um engajamento profundo com a realidade concreta das maiorias populares na América Latina, quando o autor destaca que “Aos psicólogos latino-americanos nos faz falta um bom banho de realidade, especialmente dessa realidade que oprime e angústia as maiorias populares” (p. 78). Essa convocação sublinha o papel da Psicologia na denúncia das contradições sociais e na luta pela emancipação.

Ao atuar no SUAS, a Psicologia encara o desafio de se colocar contrária à naturalização de desigualdades e

contribuir para o desvelar de condições econômicas e políticas que perpetuam as demandas sociais. Devemos nos articular a práticas que não se limitam à gestão de sobrevivência, mas que, em contraponto, ampliem horizontes de alinhamento às lutas da classe trabalhadora e dos povos subalternizados.

Uma reconstrução teórica e prática da Psicologia exige movimentos de ruptura com lógicas individualistas e fragmentadas, que têm sido acirradas dentro do neoliberalismo. Não é a Psicologia em si mesma que decidirá os rumos de uma transformação social complexa, mas cabe aos psicólogos o desafio de compreender sua prática como parte do processo histórico e assim delimitar o rumo de nossas ações. Os meios para isso estão em construção. Os instrumentos, também. O SUAS é um espaço de acesso a direitos que possivelmente sejam os únicos acessados por grupos mais pauperizados. Sua diretriz de articulação pode ampliar as garantias constitucionais num movimento contra-hegemônico ao capital. Profissionais de Psicologia podem ser agentes transformadores nesses processos que, inicialmente, ensejam a garantia de direitos, mas em última instância podem se transformar em caminhos que levem à subversão da ordem.

### Referências

- Abranches, S. H. (1985). *Os despossuídos: crescimento e pobreza no País do Milagre* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bichir, Renata. (2016). Novas Agendas, Novos Desafios: reflexões sobre as relações entre transferência de renda e Assistência Social no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, 35 (1). <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600010006>
- Conferência Nacional de Saúde. (1986). Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Ministério da Saúde.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Fontenele, Adna Fabíola Guimarães Teixeira. (2008). *Psicologia e Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Estudo sobre a atuação dos psicólogos no Centros de Referência da Assistência Social - CRAS*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Gonçalves, Mariana Alves (2020). Martín-Baró como Inspiração Ética para a Construção de uma Perspectiva Comunitária e Popular em Psicologia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2). <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52591>

Iamamoto, Marilda Vilela & Carvalho, Raul. (1983). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Konder, Leandro (2024). *A Questão da Ideologia*. São Paulo: Expressão Popular.

*Lei nº 12.435*, de 6 de julho de 2011. (2011). Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1)

Lênin, Vladimir Ilyich (2017). *O Estado e a revolução: A doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. Boitempo. (Obra original publicada em 1917).

- Martín-Baró, Ignacio. (2009). Para uma psicologia da libertação. In Raquel Souza Lobo Guzzo, & Fernando Lacerda Jr. (Orgs), *Psicologia social para a América Latina: O resgate da Psicologia da libertação* (pp. 101-120). Campinas, SP: Alínea. (Obra original publicada em 1986)
- Martín-Baró, Ignacio. (2017). O psicólogo no processo revolucionário. In F. Lacerda Jr. (Org.), *Crítica e libertação na psicologia: Estudos psicossociais* (pp.25-29). Petrópolis, RJ: Vozes. (Obra original publicada em 1980)
- Marx, Karl. (2010). Crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução (de Deus, L., Enderle, R. Trad.) [2. ed. revista]. São Paulo, SP: Boitempo, 145-158. Obra original publicada em 1843.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2012). *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social*. Recuperado de [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf)
- Monnerat, Giselle Lavinias & Souza, Rosimary Gonçalves. (2011). Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. *Katálysis*, 14 (1). <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100005>
- Netto, José Paulo. (2007). *Capitalismo monopolista e Serviço Social* (6ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Oliveira, Isabel Fernandes & Sousa, Burnier Sales. (2022). Balanço das políticas sociais no séc. XXI: Entre a filantropia, a cidadania regulada e o ódio de classe. In: Isabel Fernandes de Oliveira, Burnier Sales de Sousa. (Org.S). *Psicologia e Políticas Sociais: Conservadorismo em*

*tempos de capital-barbárie* (pp. 38-50). 1ed. Florianópolis: EDABRAPSO.

Oliveira, Isabel Fernandes & Costa, Ana Ludmila Freire. (2022). Do bolso que enfia a mão, o pobre só tira dedos: (des)caminhos da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social. In: Bruno de Carvalho Pereira, Daniela Bezerra Rodrigues, Anuska Irene de Alencar. (Orgs.). *Implicações Políticas da Psicologia* (pp. 91-106). 1ed. Curitiba: CRV.

Oliveira, Isabel Fernandes & Costa, Victor. (2023). Não deixemos que a pobreza se transforme em paisagem: o SUAS e a inserção das psicólogas nas políticas de combate à pobreza. In: Beatriz Borges Brambilla, Gilmaro Nogueira, Pablo Mateus dos Santos Jacinto, Renan Vieira de Santana Rocha. (Orgs.). *A Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: fundamentos, desafios e horizontes teórico-metodológicos* (pp 37-52). 1ed. Salvador: Diálogos Editorial.

Palmiere, Julia Arruda da Fonseca & Silva Júnior, Aldenor Batista (2019). Fragilidades da Proteção Social Básica: pensando condições de trabalho a partir de vivências em um CRAS. *Revista Psicologia & Saberes*, 8(11),127-142.

Pavón-Cuellar, David. (2017). [Subjetividad y psicología en el capitalismo neoliberal](#). *Revista Psicologia Política*, 17(40), 589-607.

Santos, Wanderley Guilherme. (1979). *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.

Senra, Carmem Magda Ghetti. (2009). *Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

Yamamoto, Oswaldo Hajime, & Oliveira, Isabel Fernandes.  
(2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25  
anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(spe), 9–24.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002>

# Práticas, desafios e contribuições da Psicologia para o SUAS

---

Mariana Prioli Cordeiro  
Maria Fernanda Aguilar Lara  
Camila Pereira Lisboa

## Introdução

A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) consolidou transformações significativas no campo da assistência social. A área, historicamente marcada por ações filantrópicas, caritativas e clientelistas, gradativamente se reconfigurou como uma política pública de responsabilidade estatal, com ênfase na primazia do Estado. Essa nova abordagem é marcada por ações planejadas, coordenadas, integradas e contínuas, resultando em uma mudança substancial na gestão e na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

Esse processo de reconfiguração foi fortalecido pela estruturação da assistência social como um sistema de oferta descentralizada de cobertura nacional, conforme estabelecido pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei 8.742/1993). O avanço foi consolidado com a adoção da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) em 2005, que são as principais legislações que estruturam e normatizam o SUAS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2005). Esses marcos regulatórios definiram claramente o escopo da atuação pública, contrastando com a diversidade das ações filantrópicas que caracterizavam a área, e estabeleceram diretrizes fundamentais, como a divisão de responsabilidades entre os entes federativos, novos mecanismos de

financiamento e controle social, além da sistematização da integração entre serviços e benefícios (Jaccoud et al., 2017). Ademais, a unificação da assistência social em um sistema integrado de cobertura nacional desempenha um papel fundamental na criação de rotinas e ações integradas e contínuas, visando enfrentar em todo o território nacional as diversas formas de vulnerabilidade social que afetam a população (Bichir & Lara, 2023).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) define três seguranças fundamentais como pilares para a organização dos serviços oferecidos: a segurança de sobrevivência ou renda, a segurança de convivência familiar e a segurança de acolhimento. Enquanto a primeira deve ser garantida por meio de benefícios assistenciais de caráter não contributivo, as outras duas são asseguradas por serviços estruturados em dois níveis de complexidade: proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE). Esses serviços são disponibilizados em equipamentos públicos específicos, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), além de contarem com o apoio do restante da rede pública, e também da rede privada (em caráter complementar), no objetivo de ofertar atendimento a diferentes públicos e necessidades.

Documentos que normatizam a gestão dos recursos humanos do SUAS (Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, 2006; MDS, 2011a) preveem a contratação de psicólogas/os para trabalhar nas equipes de referência dos serviços de proteção básica e especial, transformando a assistência social em um importante campo de empregabilidade para a profissão - em 2019, eram cerca de 24,8 mil psicólogas/os atuando na área (Ministério da Cidadania, 2019). A fim de orientar as práticas dessas/es trabalhadoras/es nesse campo, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou uma série de documentos (tais como CFP, 2007, 2008, 2011, 2012, 2013, 2016). A despeito do

enfoque em diferentes serviços e demandas, esses materiais têm em comum a ênfase na necessidade de desenvolver uma prática que considere o usuário como um sujeito de direitos, que escape do modelo psicoterápico convencional e que esteja fundamentada na “compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social” (CFP, 2011, p. 11). Mas que ações são essas? Como, por que e por quem são implementadas? Quais seus objetivos? Que obstáculos enfrentam? Questões como essas motivaram a escrita deste texto. Mais especificamente, nele, analisamos discursos de psicólogas/os que atuam em serviços da Assistência Social sobre a inserção da Psicologia no SUAS, com a finalidade de discutir as práticas e estratégias de intervenção que vêm desenvolvendo, as dificuldades que encontram em seu cotidiano de trabalho e as possíveis contribuições de seu campo de formação para a implementação da política de Assistência Social.

## **Método**

Para responder às questões supramencionadas, realizamos uma pesquisa em duas etapas. Primeiramente, conduzimos 13 entrevistas individuais com psicólogos que atuam em serviços de proteção básica e especial do SUAS, localizados em três estados brasileiros, exercendo tanto cargos técnicos quanto cargos de gestão. As entrevistas, realizadas entre 2014 e 2015, foram semiestruturadas, gravadas em áudio, transcritas na íntegra e submetidas a uma análise de discurso de orientação construcionista. Para tanto, elaboramos um “mapa dialógico” (Nascimento et al., 2014) para cada uma das entrevistas realizadas.

Para criar esses mapas, utilizamos o recurso “inserir tabela” do programa Microsoft Word. Dividimos as colunas de acordo com as temáticas de análise e organizamos os conteúdos a partir dessas temáticas, preservando a sequência das falas (a fim de não descontextualizar os conteúdos). Assim,

os diálogos foram mantidos “intactos”, apenas deslocados para as colunas temáticas previamente definidas. Ao elaborar esses mapas, buscamos criar instrumentos de visualização que, além de fornecer subsídios ao processo de interpretação, facilitassem “a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo” (Spink & Lima, 1999, p. 84).

Em um segundo momento, fizemos um trabalho de observação direta (Luna, 1996) em um Centro de Defesa e de Convivência da Mulher (CDCM). Este é um serviço da proteção social especial voltado para mulheres em situação de violência, que conta com duas psicólogas em sua equipe de referência – uma na função de técnica e a outra na de coordenadora. Durante as visitas que fizemos a esse serviço, participamos de grupos de atendimentos, almoços comunitários, festas e realizamos uma entrevista grupal com parte da equipe. A entrevista foi gravada em áudio, transcrita na íntegra e submetida ao mesmo processo de análise utilizado com as entrevistas individuais. Já as demais atividades foram registradas em um diário de campo. Cabe destacar que participaram dessa entrevista grupal duas psicólogas, uma advogada e uma assistente social. Neste artigo, foram considerados os relatos orais apenas das duas psicólogas.

É importante ressaltar que não buscamos generalizar o conhecimento produzido a partir desta pesquisa para todos os equipamentos do SUAS. Afinal, cada serviço, cada comunidade, cada região, cada equipe tem suas particularidades. Neste sentido, os saberes que produzimos sobre eles são, sempre, situados (Haraway, 1995). Além disso, em uma pesquisa qualitativa como esta não cabe a preocupação com a generalização (Martins, 2004): sua validade e o rigor decorre “da solidez dos laços estabelecidos entre nossas interpretações teóricas e nossos dados empíricos” (Laperrière, 1997, p. 375).

## Resultados

Das/os 15 psicólogos entrevistadas/os (13 em entrevistas individuais e 2 em entrevista grupal), 9 são do sexo feminino e 6 do masculino. A maioria (9) relatou ter trabalhado apenas em serviços de proteção especial, 2 disseram ter trabalhado só na proteção básica, 3 se referiram à sua atuação nos dois níveis de proteção e 1 afirmou ter trabalhado tanto na PSE quanto na vigilância socioassistencial. Essas/es profissionais relataram exercer uma grande variedade de atividades, listadas na tabela 1.

Tabela 1: Atividades desenvolvidas pelos psicólogos entrevistados

<b>Atividades desenvolvidas</b>	<b>N. 18</b>	<b>Atividades desenvolvidas</b>	<b>N.</b>
Atendimento individual	6	Clínica ampliada	2
Atendimento grupal	10	Busca ativa	2
Grupo operativo	1	Palestras	1
Grupo socioeducativo	1	Dinâmicas de grupo	1
Campanhas socioeducativas	2	Coordenação de serviços	5
Reuniões de equipe	11	Gestão de recursos humanos	4
Visita domiciliar	6	Gestão de recursos materiais	1
Elaboração de planos de atendimento individuais	2	Atividades culturais, passeios	6
Planejamento pedagógico	2	Acompanhamento familiar	1
Elaboração de registros	6	Atendimento psicológico	1

---

<sup>18</sup> Número de entrevistados/as que mencionaram a atividade descrita.

Supervisão e capacitação de profissionais do SUAS e de outras políticas de proteção social	2	Intervenções terapêuticas (mas não clínicas)	2
Cursos de geração de renda/capacitação profissional para usuários	2	Intervenção/acompanhamento/orientação psicossocial	5
Articulação da rede de proteção social	8	Vigilância socioassistencial	1
Coordenação de assembleias	2	Monitoramento de serviços	1
Acompanhamento terapêutico	1	Acompanhamento de usuários em serviços da rede de proteção	2
Ajuda para realizar atividades corriqueiras	1		

Muitas dessas atividades costumam ser desenvolvidas por equipes interdisciplinares, formadas por psicólogos/os, assistentes sociais, advogadas/os, pedagogas/os, entre outras/os profissionais, uma vez que, de acordo com as normativas do CFP e do SUAS (CFP, 2012; CNAS, 2006; MDS, 2005, 2011b, 2009/2014), não há nenhuma atribuição exclusiva de uma categoria profissional. Ao serem questionadas/os sobre as contribuições da Psicologia nessas equipes, as/os entrevistadas/os deram, novamente, uma grande variedade de respostas (tabela 2), mas que, no geral, apontam para certa habilidade de olhar para e lidar com questões subjetivas e dinâmicas grupais.

Tabela 2: Contribuições da Psicologia para o trabalho no SUAS

<b>Contribuição</b>	<b>N.</b>	<b>Contribuição</b>	<b>N.</b>
Escuta atenta/qualificada	5	Trabalho voltado para relações	6
Atenção para questões subjetivas	5	Facilitação de grupos	4
Trabalho com emoções/afetos	2	Reinvenção de práticas	1
Promoção de respeito à diversidade humana	1	Gestão de serviço socioassistencial	2
Ressignificação da história do usuário	2	Maior sensibilidade no acolhimento	1
Melhora do autocontrole/desenvolvimento de habilidades sociais (prevenção)	1	Empoderamento e desenvolvimento da autoestima dos usuários	1
Compreensão dos vários aspectos da vida do usuário, de seu contexto e de sua história	5	Identificação de problemas de saúde mental	1

As/os psicólogas/os entrevistadas/os ressaltaram, ainda, que a atuação no SUAS é permeada por uma série de conflitos, dificuldades e contradições. Alguns deles são relacionados ao modo como a política é implementada, outros têm a ver com a dificuldade inerente a um trabalho voltado a pessoas em situação de grande vulnerabilidade ou à pouca capacitação profissional (tabela 3).

Tabela 3: Dificuldades mencionadas pelos psicólogos entrevistados

<b>Dificuldades</b>	<b>N.</b>	<b>Dificuldades</b>	<b>N.</b>
Dificuldades relacionadas ao fato de ter de lidar com pessoas em situação de vulnerabilidade	4	Falta de conhecimentos e técnicas para atuar no SUAS	2
Urgência das ações	2	Burocracia	4
Violência praticada por usuários	1	Gestão de pessoal	1
Falta de interesse dos usuários	1	Falta de capacitação/formação continuada	4
Discordância entre profissionais/instâncias acerca dos casos atendidos	2	Insuficiência/inadequação de supervisão técnica	5
Resquícios de práticas assistencialistas e de modos de funcionamento anteriores ao SUAS	5	Sobrecarga de trabalho	5
Ter de se contrapor a demandas do sistema judiciário	1	Acúmulo de funções	2
Desconhecimento, por parte dos profissionais, das demandas da população	1	Falta de infraestrutura/recursos	5
Cursos de graduação que não focam o SUAS	14	Alta rotatividade de profissionais	3
Falta de clareza entre o que diferencia o trabalho do assistente social do psicólogo	3	Ausência de Plano de cargo, carreira e salário	1

Falta de clareza acerca de noções centrais da política	2	Baixa remuneração	2
Articular a rede de proteção	3	Instabilidade no emprego	4
Influência de interesses partidários na execução da política	3	Atraso no repasse de verbas pela Prefeitura	1
Limites da atuação X Cobrança por resultados	1	Desrespeito aos direitos trabalhistas	1
Avaliação dos serviços pautada na quantidade e não na qualidade	1	Desprezo dos profissionais concursados em relação aos terceirizados	1
Falta de conhecimento sobre o SUAS, por parte dos gestores	3	Desrespeito, por parte do Estado, de direitos dos usuários	2

## Discussão

### *Atuação da Psicologia no SUAS*

As/os psicólogas/os que participaram desta pesquisa atuam em diferentes serviços, exercendo tanto cargos técnicos como de gestão, nos dois níveis de proteção social. Desse modo, o tipo de atividade que relatam executar varia enormemente. Algumas/uns fazem atendimentos individuais, outras/os trabalham apenas com grupos. Umas/ns atuam sozinhas/os na maior parte do tempo, outras/os sempre executam ações de modo interdisciplinar. Há aquelas/es que fazem visitas domiciliares e as/os que ficam apenas no serviço. As/os que passam a maior parte do tempo preenchendo relatórios e as/os que fazem atendimentos em grupo. As/os que atuam na gestão e os que estão “na ponta” da política. As/os que buscam

modelar comportamentos e as/os que querem promover autonomia...

É interessante notarmos que várias das atividades descritas desafiam práticas da Psicologia que durante muito tempo ganharam destaque nos currículos formativos da profissão - a saber, aquelas voltadas para a área clínica, escolar e organizacional (Bernardes, 2012). Essas novas práticas não acontecem em um consultório, em uma escola ou em uma dada organização. Elas ocorrem nas ruas, viadutos, praças, nas casas da/os usuários, nos serviços de saúde, nos teatros... Além disso, envolvem passeios, acampamentos, visitas domiciliares, coordenação de assembleias, desenvolvimento de campanhas socioeducativas... De acordo com Alice<sup>19</sup>, uma das entrevistadas, o trabalho de uma psicóloga que visa desenvolver autonomia de uma/m jovem em uma instituição de acolhimento envolve até mesmo ensinar a fazer macarrão!

Devido à variedade de modelos, objetivos, referenciais teóricos e condições de possibilidade que perpassam o trabalho de psicólogos no SUAS, três de nossas interlocutoras/es afirmaram não saberem ao certo qual é o seu papel na política e, muitas vezes, sentirem-se fazendo “trabalho de assistente social”. De fato, conforme já mencionado, documentos normativos e orientações técnicas do SUAS não distinguem as funções das/os profissionais que integram as equipes de referência (CFP, 2012; MDS, 2009, 2011b). Afinal, as propostas concretas de intervenção devem ser construídas a partir das demandas, das características e potencialidades das/os usuárias/os, do serviço e do território. Além disso, devem ser construídas de modo interdisciplinar. Nas palavras de Raquel Raichelis e Vânia Nery (2014), devem estar embasadas em “referências comuns que possam subsidiar

---

<sup>19</sup> Todos os nomes são fictícios, com exceção de Enrico que, por ser militante do movimento de trabalhadores do SUAS, solicitou que seu prenome fosse revelado.

uma matriz interdisciplinar que contemple os saberes específicos, ao mesmo tempo em que considere a natureza complexa do trabalho na Política de Assistência Social” (p. 215).

Em alguns documentos (CFP, 2007, 2009, 2013, 2016), o Conselho Federal de Psicologia afirma que a contribuição da Psicologia para o SUAS é o conhecimento acerca da subjetividade e dos processos psicossociais. Mas ressalta que isso não implica fazer psicoterapia – afinal, tais documentos não definem claramente o papel da Psicologia, mas deixam claro que o SUAS não é lugar de psicoterapia, sendo que os casos que necessitem de tal forma de atendimento devem ser encaminhados a serviços de saúde (Conselho Federal de Psicologia, 2012, 2013).

Nesse sentido, cabe também questionar o que seria um trabalho que desafie a lógica psicoterápica, para constituir numa atuação “psicossocial”. Estudos investigando a compreensão do termo “psicossocial” entre trabalhadores do SUAS (Almeida, 2019; Cordeiro et al., 2023; Lisboa, 2024) apontam uma diversidade de entendimentos sobre esse termo, e também sobre como ele se traduz no cotidiano do trabalho. Ora a palavra representa um tipo de atendimento, ora uma escuta, um tipo de atenção e cuidado. Em outros momentos, caracteriza também um relatório (o “relatório psicossocial”). Para muita/os profissionais, a palavra “psicossocial” convoca a atuação conjunta entre psicóloga/o e assistente social, numa perspectiva interdisciplinar. A diversidade de sentidos dessa palavra se faz presente em publicações do MDS (2006, 2009) e do CFP (2008, 2009, 2010, 2012, 2013), mas também na fala da/os profissionais que materializam a política de Assistência Social.

Apesar de normativas do SUAS aludirem ao atendimento ofertado no SUAS como “psicossocial” (MDS, 2009, 2011c), nota-se o desafio de transpor a atuação clínica associada ao trabalho da/o psicóloga/o. Duas/ois de nossas/os interlocutoras/es afirmaram que atendimento clínico é

justamente o que muitas/os usuárias/os, governantes e o próprio Ministério Público esperam das/os psicólogas/os que atuam no SUAS. Além disso, as práticas que algumas/uns (n. 5) entrevistadas/os descreveram se assemelham muito à clínica – elas/es ressaltaram enfaticamente que não fazem psicoterapia, mas que suas intervenções têm efeitos terapêuticos, que fazem “clínica ampliada” ou “acompanhamento terapêutico”. Matheus, por exemplo, conta que, quando trabalhava em um serviço da proteção especial, fazia uma roda de conversa que era “mais psico do que social. Ela foi bem, assim, terapêutica”. E Joana relata que conduzia uma espécie de grupo de ajuda, que era “terapêutico mesmo, voltado pra Psicologia porque eram [discutidas] mais as dificuldades, os problemas”. Já Lara conta que seus anos de experiência no SUAS lhe ensinaram que a clínica não precisa acontecer dentro de uma sala de atendimento, seguindo um *setting* tradicional. Para exemplificar sua afirmação, a psicóloga diz que, se um membro de sua equipe a procura para reclamar do comportamento de uma criança, ela conversa com essa criança, a fim de entender o que está acontecendo e buscar, junto com ela, construir outros significados para aquela situação. E essa conversa – que pode acontecer no pátio, em frente à sala ou em qualquer outro lugar da instituição – também é, para Lara, uma forma de clinicar.

No CDCM que visitamos, as psicólogas não diziam fazer clínica, mas pudemos perceber que as atividades oferecidas pela técnica em Psicologia eram fortemente influenciadas por um modelo de psicoterapia tradicional – tanto que uma parte significativa de sua jornada de trabalho consistia em oferecer atendimentos individuais, com orientação psicanalítica. Além desses atendimentos, a profissional participava – juntamente com a assistente social – da moderação de duas intervenções grupais: o “grupo psicossocial” e o “grupo socioeducativo”, ambos com periodicidade mensal. Quando uma das autoras perguntou qual era a diferença entre esses dois grupos, constrangida, a profissional disse que não sabia. Afirmou

apenas que o último tinha um tema por encontro, enquanto, no primeiro, havia maior continuidade da discussão, mas que não estava segura da diferença conceitual entre eles. Joana e Matheus tampouco souberam nos dizer qual era a diferença entre aquilo que faziam nos serviços do SUAS e a clínica tradicional. A negação enfática do exercício da clínica parece ser mais uma decorrência do medo de violar as diretrizes do SUAS e do CFP do que o resultado de uma reflexão conceitual e metodológica sobre a própria prática.

Consideramos que essa falta de certeza pode também ser atribuída a outros três fatores: ao descompasso entre a proposta do SUAS e as práticas hegemônicas da Psicologia; à falta de capacitação continuada e ao processo de “terceirização” da política de assistência social. A fala de Lucas, um dos profissionais entrevistados na primeira etapa da pesquisa, enfatiza o primeiro deles:

[...] a Psicologia, na história dela, vem com essa pegada mais individual. E a Psicologia é chamada na Assistência exatamente para ocupar um lugar que é um lugar de questionamento dessa Psicologia que olha apenas para o indivíduo. Mas que é uma Psicologia que tem condição de olhar para essas relações humanas e para produzir algo diferente a partir dessas relações.

Mas como ocupar esse lugar de questionamento e fazer algo diferente daquilo que tradicionalmente se tem feito? Para algumas/uns de nossas/os interlocutoras/es, a resposta parece estar na formação continuada e na eficiência das supervisões técnicas (n. 5). No entanto, muitas/os afirmaram nunca ter tido a oportunidade de fazer um curso de capacitação e que, no geral, as supervisões são muito rápidas e têm um caráter mais fiscalizatório que formador (n. 7).

Em relação ao terceiro aspecto, o relato da coordenadora do CDCM é ilustrativo: durante o processo de licitação pública para abertura do serviço, a Organização Não

Governamental (ONG)<sup>20</sup> na qual trabalha enviou um projeto em que propunha fazer atendimento clínico de mulheres em situação de violência. O projeto foi aprovado e a ONG venceu a licitação. Meses depois, quando o serviço estava sendo implementado, a coordenadora descobriu, em uma conversa informal com uma colega que atua em outro serviço, que não poderiam fazer psicoterapia. Ao relatar essa história, me perguntou: “Como é possível aprovarem um projeto que promete, justamente, fazer algo que não é permitido?”

Voltando à questão da formação, 14 das/os 15 entrevistadas/os afirmaram que os cursos de graduação que fizeram não as/os capacitaram para atuar na Assistência Social. Disseram que a ênfase dos cursos era nas práticas clínicas e que quando viam algo sobre políticas públicas era, quase sempre, sobre a política de Saúde. Duas entrevistadas chegaram, inclusive, a dizer que antes de trabalhar na área nunca tinham ouvido falar da política de assistência social. Essa falta de conhecimento sobre os princípios e diretrizes do SUAS contribui para que muitas/os psicólogas/os se mantenham presas/os aos conceitos e práticas mais tradicionais da profissão e acabem não se envolvendo com questões referentes à realidade do público-alvo da política (Nery, 2009; J. Cruz, 2009). Assim, ações como territorialização, estudo social, busca ativa e visita domiciliar acabam sendo vistas por essas/es profissionais como sendo de responsabilidade exclusiva da/o assistente social (Oliveira, 2012).

---

<sup>20</sup> Estamos usando, aqui a palavra ONG - e não termo oficial “Organização da Sociedade Civil (OSC)” – por ser essa a expressão usada pela psicóloga. Mas cabe destacar que consideramos o uso desse termo problemático, uma vez que uma instituição privada que oferece um serviço público não pode ser considerada não governamental. Afinal, suas ações são (ou, ao menos, deveriam ser) definidas, monitoradas, avaliadas e, sobretudo, financiadas por órgãos públicos e, portanto, nos parece um tanto inadequado caracterizar essas organizações a partir da negação de sua relação com o Estado (Cordeiro & Sato, 2017).

O desconhecimento da política de Assistência Social, aliado à falta de modelos de trabalho predefinidos que possam nortear as ações<sup>21</sup>, faz também com que, muitas vezes, haja uma divisão de trabalho incoerente com as diretrizes do SUAS (J. Cruz, 2009). Afinal, as atividades acabam sendo distribuídas de acordo com o que marca historicamente cada uma das profissões e, no caso da/os psicóloga/os, as atividades que distinguem sua identidade profissional são

[...] as do escopo da clínica tradicional, como as psicoterapias, a avaliação e o aconselhamento psicológicos. Essa “divisão social do trabalho” seria conveniente a todos, por culturas profissionais que preveem esse escopo de trabalho, se não houvesse uma diretriz nos documentos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de que o trabalho seja interdisciplinar e que as ações sejam de competência dos trabalhadores do SUAS e não de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos ou outra categoria profissional. (Oliveira, 2012, p. 44-45).

Afinal, quando há essa divisão de tarefas, não há interdisciplinaridade. Não há reflexão, discussão e criação de propostas conjuntas de intervenção psicossocial. Não há articulação de saberes e fazeres. Há, na melhor das hipóteses, trabalho multiprofissional. Há profissionais de diferentes áreas compartilhando um mesmo espaço físico, mas mantendo seus conhecimentos e competências compartimentalizados (J. Cruz, 2009).

Mas se no SUAS não há divisão de tarefas, se não há papéis definidos para cada categoria profissional, por que a Psicologia foi chamada para atuar nessa política pública? Quais são suas possíveis contribuições para essa área? Nota

---

<sup>21</sup> Através dessa reflexão, não defendemos que esses modelos devam existir, implicando em práticas prescritivas que ignorem singularidades territoriais ou dos casos atendidos.

Técnica divulgada pelo Conselho Federal de Psicologia (2016) afirma que a Psicologia tem recursos teóricos e metodológicos para contribuir assertivamente no trabalho interdisciplinar no âmbito do SUAS. Entre outras coisas, pode contribuir para o acolhimento, a escuta e o incentivo à construção singular de estratégias de prevenção de riscos sociais.

Algumas/uns das/os psicólogas/os entrevistadas/os (n. 5) seguem as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia (2012, 2016) e sustentam que a Psicologia pode contribuir para olhar e intervir em questões subjetivas. Júlia, por exemplo, afirma que sua profissão lhe permite ter “um olhar diferenciado e conseguir realmente perceber o que está por trás do discurso”, lhe permite, ainda, ver além das questões materiais. Já Amanda, ao falar do que diferencia seu trabalho do trabalho da/o assistente social, diz que este conhece bem as políticas públicas e as apresenta para os usuários. Diz quais são os serviços e benefícios disponíveis e como pode acessá-los, mas se atém muito a questões objetivas e materiais. Já a/o psicóloga/o, para ela, consegue entender porque a/o usuária/o não adere aos encaminhamentos, bem como contribuir para que o acesso à política pública apresentada faça sentido em sua vida. Consegue, ainda, intervir em questões afetivas, desenvolver sua autoestima e empoderá-la/o. Esse modo de diferenciar as duas profissões nos leva a cogitar uma concepção simplista do trabalho da/o assistente social – o trata como se fosse uma/m “burocrata dos oprimidos”, que conhece bem as leis e políticas, mas não tem sensibilidade e conhecimento para lidar com questões subjetivas. Além disso, tira da Psicologia a responsabilidade de se debruçar sobre o conhecimento a respeito do funcionamento das políticas públicas.

Mas é interessante apontarmos que, quando algumas/uns dessa/es psicóloga/os falam da importância de olhar para e intervir em questões subjetivas, ela/es não estão defendendo o foco exclusivo no indivíduo. Muito pelo contrário, estão dizendo que questões subjetivas devem sempre ser

pensadas contextualmente. Nas palavras de Maria, a principal contribuição da Psicologia é o “olhar para as pessoas, mas para pessoas que têm um contexto”.

Para algumas/ns da/os psicóloga/os entrevistada/os (n. 5), esse foco nas questões subjetivas exige uma escuta atenta, acurada, qualificada, característica da profissão de psicóloga/o. Carla descreve essa escuta como sendo aquela que está sempre “muito disponível ao que tá aparecendo, ao que está sendo dito, aos sinais e às expressões faciais, ao teor da fala.” E complementa: é uma escuta que exige fazer conexões com o que já foi dito antes, com o que já foi observado, com o que está no prontuário, com a história de vida do indivíduo e da família. Sem dúvida, escutar atentamente o usuário e articular seu discurso com informações sobre seu passado é uma prática fundamental para qualquer serviço que busque oferecer proteção social. No entanto, essa não deveria ser uma habilidade exclusiva das/os psicólogas/os, mas de todas/os as/os profissionais do SUAS.

Além de ter uma escuta atenta e intervir em questões subjetivas e emocionais, para algumas/ns entrevistadas/os (n. 6), a Psicologia pode, também, contribuir para entender, trabalhar e ressignificar relações. Amanda nos dá um bom exemplo de como isso pode acontecer na prática, ao relatar o caso de um jovem que vivia há muitos anos em instituições de acolhimento, mesmo quando o motivo do afastamento familiar não existia mais:

Então eu penso que o psicólogo ajuda nisso: a ressignificar essa relação. “Mas olha: a sua mãe não é mais a mesma. Aquela que, naquele momento, não pôde dar continuidade a sua criação. Ela mudou. Você não é mais aquele pequenininho que precisava dela, hoje você é jovem, você tem mais condições, será que não dá para vocês passarem a se falar? Quem sabe se você morar com ela de novo...”

## *Dificuldades e contradições na atuação da Psicologia no SUAS*

Atingir os objetivos e desenvolver as práticas mencionadas no tópico anterior não é tarefa simples. De acordo com as/os psicólogas/os entrevistadas/os, são muitas as dificuldades e contradições que envolvem o trabalho na área. Para fins didáticos, elas serão, aqui, agrupadas em 4 conjuntos heterogêneos: dificuldades e contradições relacionadas à vulnerabilidade da população atendida; à manutenção de práticas incompatíveis com as diretrizes do SUAS; à falta de formação/informação e às condições de trabalho na política de Assistência Social.

Em relação ao primeiro ponto, os serviços de assistência social atendem pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social por violação de direitos. Ou seja, atendem pessoas que passam fome, sofrem violência, cometem atos infracionais, têm vínculos familiares e comunitários rompidos, estão em situação de rua etc. Ter de lidar, todo dia, com histórias e situações tão sofridas é extremamente difícil e exige grande carga emocional da/o trabalhador/a do SUAS. Afinal, a/o profissional se envolve, se comove, se afeta com as histórias que ouve, com as vidas de que participa (Cordeiro et al., 2016). A dificuldade de lidar com esses afetos é tamanha que Luiza nos conta que gostava muito de seu trabalho em uma instituição de acolhimento, mas precisou pedir demissão porque “estava em carne viva”, “estava toda esfolada”.

Já Carla chama nossa atenção para a dificuldade prática desse tipo de trabalho e, para exemplificar seu argumento, nos conta que atuou em um abrigo, onde viviam 20 crianças e adolescentes, sendo todos com histórias familiares muito difíceis e alguns fazendo uso de crack e envolvidos em atos infracionais. Os limites da atuação e a urgência das ações em um cenário tão complexo faziam com que, muitas vezes, a psicóloga se sentisse “administrando incêndios”. Em suas palavras: é um contexto muito instável, “onde agressões mútuas são, às vezes, cotidianas. Então, tinha momentos em que eu me sentia administrando incêndios. E

tinha outros momentos que eu me sentia: ‘Ok, que legal, consegui apagá-los! Estou apagando incêndios!’”.

Em relação ao segundo grupo de dificuldades e contradições, 5 entrevistadas/os mencionaram que as práticas assistencialistas, tão criticadas pelos documentos normativos do SUAS, estão longe de terem terminado – percepção esta que coaduna com a conclusão de pesquisas acadêmicas sobre o campo (Ximenes et al., 2009). É interessante notarmos que, no geral, a crítica é feita ao outro: ao gestor, à organização, aos profissionais que não conhecem as diretrizes da política. Mas, no caso de Matheus, assistencialismo é o termo utilizado para nomear a própria prática: “eu confesso que a minha prática foi um pouco assistencialista migrando para uma ação mais ligada à emancipação e ao empoderamento do serviço”. O psicólogo nos conta que uma enchente atingiu várias casas do território onde ele trabalhava e, para ajudar as/os desabrigadas/os, montou, com a ajuda de sua mãe, um kit de higiene, contendo itens como shampoo, escova de dentes, escova de cabelo etc.: “A gente fez esse kit e, aí, a gente fez um sorteio com os desabrigados, na quadra do colégio... É incrível como as pessoas são puras, né? Tanto sofrimento e eles esqueceram por uma tarde todo o transtorno da vida e participaram desse processo”.

Matheus nos conta que um kit de higiene dependeu de caridade para existir sendo prêmio de um sorteio e não um direito assegurado pelo Estado a toda/o cidadã/o ou família desabrigada. Apesar de admitir o viés assistencialista de sua prática, o psicólogo parece seguir tendo um discurso pautado na benevolência e caridade. Diz que os usuários do SUAS são pessoas “puras”, o que nos lembra a ideia cristã de que os pobres estão mais próximos de Deus (Castel, 2013). Além disso, desconsidera que um kit de higiene dificilmente conseguiria fazer pessoas que perderam todos os seus bens se esquecessem de sua dor (ainda que por uma tarde).

Além de manter práticas assistencialistas, segundo Carla, alguns serviços “revitimizam” aqueles que deveriam

proteger. A psicóloga exemplifica esse processo ao nos contar o caso de um grupo de dez irmãs/os que foram retirados do convívio familiar pois os pais faziam uso abusivo de drogas pesadas e não tinham, naquele momento, condição de cuidar de suas/eus filhas/os. A legislação brasileira (Lei nº 8.069/1990) determina que, a não ser em casos excepcionais, grupos de irmãs/ãos acolhidas/os não devem ser desmembrados, a fim de garantir o convívio fraternal. No entanto, no caso que Carla nos conta, esse direito não foi assegurado. Afinal, as/os irmãs/ãos eram muito unidas/os e tinham um papel de liderança importante no abrigo, causando uma série de conflitos e instabilidades. Como a equipe não conseguia lidar muito bem com isso, acabaram conseguindo que o sistema de justiça separasse o grupo, violando um de seus direitos fundamentais. Vale lembrar que o “lema” do SUAS é fortalecer vínculos familiares e comunitários (LOAS, 1993; MDS, 2005), mas, nesse caso, o que se fez foi justamente o contrário.

Em relação ao terceiro grupo de dificuldades e contradições, praticamente todas/os as/os entrevistadas/os (12/13) afirmaram que o curso de graduação em Psicologia que fizeram não ofereceu uma formação adequada para o trabalho na política de Assistência Social<sup>22</sup>. Afinal, no geral, tais cursos enfatizam a clínica tradicional e, praticamente, desconsideram a possibilidade de atuação no campo das políticas sociais. Tais relatos coadunam com a conclusão de diversos estudos sobre a inserção da Psicologia no SUAS: há um enorme descompasso entre a formação acadêmica na área e o cotidiano de trabalho na política de assistência social (Cordeiro & Curado, 2017). Alguns desses textos destacam que o despreparo acaba gerando ansiedade, angústia, tensão, incômodo e uma “sensação de estar perdida/o” em relação à

---

<sup>22</sup> Cabe destacar que o SUAS é relativamente recente e alguns dos entrevistados se formaram antes de ele existir.

própria atuação e ao lugar que ocupa na política (Ansara & Dantas, 2010; Araújo & Galeão-Silva, 2015; Cordeiro & Curado, 2017, C. Silva et al. 2011; Zanella et al., 2015) e que, para tentar minimizar essa angústia, muitas/os psicólogas/os recorrem aos documentos normativos elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e pelo Conselho Federal de Psicologia (Araújo & Galeão-Silva, 2015; R. Silva & César, 2013). No entanto, de acordo com as/os entrevistadas/os, esses materiais servem mais como uma fonte de inspiração do que como uma orientação concreta, uma vez que não dizem exatamente o que fazer, nem como fazer. Eles apenas dão diretrizes gerais para orientar a prática profissional – e isso não poderia ser diferente, já que documentos demasiadamente prescritivos e tecnicistas desconsiderariam as demandas do território e a capacidade de as equipes de referência inventarem novas práticas (Cordeiro & Curado, 2017).

Quatro entrevistadas/os relataram que, além de uma reformulação na estrutura dos cursos de graduação, falta formação continuada. Júlia, por exemplo, conta que seu trabalho envolve questões bastante complexas, mas nunca recebeu nenhuma capacitação para executá-lo. Luiza, por sua vez, diz que precisa usar seu “tempo livre” (e pagar de seu próprio bolso) para fazer grupos de estudos e cursos de capacitação. A supervisão técnica, que deveria suprir (ao menos parcialmente) essa falta de formação, na maioria das vezes, é apenas um momento de fiscalização. Nas palavras de Vinícius: “A coisa é muito rápida, é jogo rápido, [os supervisores] têm que passar por várias instituições, então não tem como eles participarem de maneira efetiva desse processo. Eles tentam mais supervisionar para ver se... o dinheiro realmente está sendo gasto com aquilo que você propôs no projeto.” Diante dessa situação, o psicólogo atesta: “a maioria dos profissionais que estão atuando nessa área é bem-intencionada, querem fazer a diferença, só que eles não sabem nem por onde começar”.

A falta de conhecimento sobre as possibilidades de atuação da psicologia no SUAS não é exclusiva desses profissionais, mas se estende a colegas de outras áreas, bem como àquelas/es que exercem cargos de gestão ou atuam em outras políticas públicas. Lucas e Joana, por exemplo, apontam as dificuldades relacionadas às demandas do sistema judiciário. Por não conhecer os objetivos, limites e modo de funcionamento dos serviços de assistência social, juízas/es e promotoras/es costumam solicitar laudos com informações que psicólogas/os eticamente não podem fornecer, bem como determinar prazos de atendimento totalmente incompatíveis com a realidade dos serviços. Joana afirma, ainda, que, se as/os gestoras/es conhecessem os serviços de assistência social, não questionariam pedidos de compra de certos materiais ou a execução de certas atividades.

Por fim, o quarto grupo de dificuldades e contradições apontadas pelas/os psicólogas/os entrevistadas/os se refere a problemas de infraestrutura e a condições de trabalho precárias: faltam carros para fazer visitas domiciliares; muitos serviços têm salas separadas por divisórias improvisadas, que não garantem a privacidade das/os usuárias/os; a demanda de trabalho é muito alta; os salários são baixos, faltam equipamentos e recursos humanos, os, muitas vezes, vínculos trabalhistas são frágeis. Essas condições afetam a saúde mental da/os profissionais que atuam na política e seu desejo de nela permanecerem (Nascimento & Moraes, 2020; Pereira Jr., 2018), contribuindo para uma alta rotatividade na atuação.

Junto a isso, em alguns municípios, uma parte significativa dos serviços de assistência social é “terceirizada”. Sob a justificativa de impedimentos fiscais e legais para a realização de concursos públicos, diversas prefeituras delegam a contratação de profissionais a entidades privadas ou filantrópicas. E “a inserção profissional, articulada dessa forma, precariza o serviço público, além de assumir contornos de desvalorização da categoria profissional com baixos

salários e alta rotatividade de profissionais” (Senra & Guzzo, 2012, p. 296). Essa desvalorização é tamanha que, hoje, o trabalho nesse campo frequentemente é visto apenas como a possibilidade de um primeiro emprego, como uma espécie de “ponte” para um trabalho melhor.

Temos de considerar que tal rotatividade tem sérias implicações para o funcionamento dos serviços socioassistenciais. Afinal, pode levar à paralisação de projetos, ao aumento dos custos de implementação da política, à sobrecarga de trabalho, à falta de experiência profissional e ao desperdício (de tempo e dinheiro) com formação continuada (Conselho Federal de Psicologia, 2011). Além disso, afeta a qualidade dos serviços ofertados, na medida em que dificulta o estabelecimento de vínculos com as/os usuárias/os e limita a possibilidade de criar projetos de média e longa duração. Nas palavras de Elena:

O trabalhador que não está bem não vai ser referência, ele vai ter rotatividade, sabe? E, na Assistência Social, é importante a referência. É importante aquele profissional que minimamente conhece os recursos do bairro, da região. Eu não estou falando das pessoas ficarem a vida toda, porque a gente sabe que, por processos naturais da vida, ocorrem transferências. Mas é que, na terceirização, isso é exagerado. Exagerado demais. Quase que você não tem história dentro do serviço. Você vai perdendo as histórias.

Para exemplificar essa rotatividade, a psicóloga comenta que não se esquece do dia em que ouviu um usuário dizer que ela era a sétima técnica a ficar responsável por seu caso e que ele não aguentava mais tanta mudança.

Outra contradição decorrente do processo de terceirização do SUAS refere-se ao fato de muitas das entidades conveniadas serem vinculadas a grupos religiosos dedicados a ações de caridade. Um dos grandes objetivos da PNAS (MDS, 2005) é justamente contrapor-se a práticas assistencialistas – práticas essas que, ao longo da história,

têm sido levadas a cabo, principalmente, por associações religiosas. E, por mais que elas desenvolvam trabalhos socialmente relevantes - e que algumas não tenham caráter assistencialista -, vivemos em um estado laico e um serviço público não deveria ser perpassado por valores, discursos e costumes vinculados a grupos religiosos (Cordeiro & Sato, 2017).

Todos esses desafios e contradições presentes no cotidiano da/o profissional que atua na Assistência Social interferem nas ações aí desenvolvidas. Nesse sentido, discutir as práticas e estratégias de intervenção adotadas por essa/es profissionais exige considerar a complexidade de elementos que contribuem para os avanços e retrocessos dessa política pública no país.

### **Considerações finais**

A atuação de psicólogas e psicólogos na assistência social não é algo novo: há décadas, essas/es profissionais vêm trabalhando em comunidades, instituições de acolhimento, serviços voltados à inclusão de pessoas com deficiência etc. No entanto, é inegável que, a partir de 2005, com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o número de psicólogas/os atuando na área aumentou enormemente – a ponto de, hoje, podermos dizer que ela constitui um importante campo de empregabilidade para a profissão.

Entretanto, as diversas funções, atividades e possibilidades de atuação nesse contexto fazem com que muitas/os psicólogas/os se sintam inseguras/os sobre qual é, de fato, seu papel dentro da política de Assistência Social. Neste artigo, analisamos a atuação dessas/es profissionais no SUAS, destacando a variedade de práticas, os desafios e as dificuldades enfrentadas no cotidiano da prática profissional. Para isso, utilizamos como base discursos de psicólogas/os que atuam em serviços socioassistenciais, tanto na Proteção Social Básica quanto na Especial. Ao fazer isso, buscamos promover

uma reflexão crítica sobre a formação, as condições de trabalho e sobre o papel do/a psicólogo/a nesse campo.

Os resultados mostram que a atuação dos psicólogos no SUAS é marcada por uma grande diversidade de práticas, que vão além das abordagens tradicionais de consultório. As atividades incluem trabalhos com grupos, atendimentos individuais, visitas domiciliares e até ações menos associadas à Psicologia, como passeios e acampamentos.

Entre as principais dificuldades identificadas, está a falta de clareza nas diretrizes, que não especificam com precisão as funções dos profissionais. Muita/os buscam nos documentos normativos orientações mais detalhadas, mas encontram apenas diretrizes abstratas que visam guiar a prática profissional. Encontram diretrizes que não oferecem prescrições, mas ressaltam a importância do princípio da territorialidade: da construção de saberes e de práticas que consideram as demandas, as características, as potencialidades e dificuldades de cada território, de cada comunidade. Encontram, ainda, diretrizes que borram as fronteiras entre as diferentes ciências, ao ressaltar a importância do trabalho interdisciplinar.

Somam-se a esses desafios as condições de trabalho muitas vezes precárias e a falta de infraestrutura adequada para a realização das atividades. Embora o SUAS tenha ampliado consideravelmente o mercado de trabalho para psicólogos, a forma como foi implementado contribuiu para a precarização das condições de trabalho – contradizendo, inclusive, as próprias normativas da política (MDS, 2011a). Como efeito desse processo, são produzidos vínculos empregatícios frágeis, baixos salários, falta de capacitação e alta rotatividade de profissionais. Efeitos esses que afetam não somente a qualidade do serviço ofertado, mas a saúde das/os trabalhadoras/es da política de assistência social. Além disso, a entrada maciça da Psicologia no SUAS não foi acompanhada por grandes mudanças na formação oferecida pelos cursos de graduação. Afinal, a maioria dos cursos ainda

ênfatisa a atuação na clínica tradicional e promove poucos espaços de discussão sobre o campo das políticas públicas, principalmente sobre a Assistência Social. Diante disso, segue sendo um desafio construir outro modelo de formação, que amplie o leque de contribuições da Psicologia e ofereça elementos para que os profissionais da área possam desenvolver práticas inventivas e criativas, que potencializem os saberes locais e respeitem as demandas e potencialidades do território. Práticas que escapem das amarras das intervenções hegemônicas e borrem as fronteiras disciplinares.

Por fim, ressaltamos que nem todas as dificuldades e desafios mencionados pelas/os psicólogas/os puderam ser discutidos ou aprofundados neste trabalho. Entre eles, destacam-se o desafio de lidar diariamente com histórias de vida profundamente marcadas pela vulnerabilidade, a persistência de práticas assistencialistas que contrariam as diretrizes do SUAS, e a efetivação da interdisciplinaridade nas ações cotidianas. Esses são pontos relevantes que merecem ser explorados em outros textos.

### Referências

- Almeida, D. M. D. L. de (2019). *Problematizando a negligência: concepções e práticas na atuação de psicólogas(os) do PAEFI* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG].
- Ansara, S., & Dantas, B. S. A. (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 95-103. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100012>
- Araújo, M., & Galeão-Silva, L. G. (2015). A atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social: desafios e possibilidades. In A. Accorssi, A. B. S. Bousfield,

H. S. Gonçalves, K. Aguiar & R. S. L. Guzzo (Eds.), *Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia* (pp. 242-270). ABRAPSO.

Bernardes, J. (2012). A formação em Psicologia após 50 anos do primeiro currículo nacional da Psicologia: alguns desafios atuais. *Psicologia: ciência e profissão*, 32(esp.), 216-231. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500016>

Bichir, R & Lara, M. F. A. (2023). Por que a Assistência Social é importante para nossa sociedade?. In Sátyro, N. G. D. & Cunha. E. S. M. (Orgs), *Descomplicando políticas sociais* (pp. 83-98). Editora Fino Traço.

Castel, R.(2013). *Metamorfoses da questão social* (11a. ed.). Vozes.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2007). *Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS*. CFP. [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha\\_crepop\\_cras\\_suas.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf)

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2008). *Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. CFP. <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2010/11/referenciascras.pdf>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2009). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual*. CFP [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/10/CREPOP\\_Servico\\_Exploracao\\_Sexual.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/10/CREPOP_Servico_Exploracao_Sexual.pdf)

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2010). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no âmbito das*

*medidas socioeducativas.* CFP.  
<https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/029-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologasos-em-Medidas-Socioeducativas.pdf> 164

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2011). *Como os psicólogos e psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): informações para gestoras e gestores.* CFP.  
<http://site.cfp.org.br/publicacao/como-os-psicologos-e-as-psicologas-podem-contribuir-para-avancar-o-sistema-nico-de-assistncia-social-suas-informaes-para-gestoras-e-gestores/>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2012). *Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.* CFP.  
<http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/10/Atua%C3%A7%C3%A3o-dasos-Psic%C3%B3logasos-em-Programas-de-Medidas-Socioeducativas-em-Meio-Aberto.pdf>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2013). *Referências técnicas para prática de psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS.* CFP.  
<https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-sobre-a-pratica-de-psicologas-os-no-centro-de-referencia-especializado-da-assistencia-social-creas/>

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2016). *Nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).* CFP.  
<https://site.cfp.org.br/documentos/nota-tecnica-com-parametros-para-atuacao-as-os-profissionais-de->

[psicologia-no-ambito-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas/](#)

- Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). (2006, 13 de dezembro). *Resolução n. 269*. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB SUAS. <https://www.blogcnas.com/normativas-suas>
- Cordeiro, M. P., & Curado, J. C. (2017). Psicologia na assistência social: um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, *29*, 1-11. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i169210>
- Cordeiro, M. P., & Sato, L. (2017). Psicologia na política de Assistência Social: trabalho em um “setor terceirizado”. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, *34*(1), 41-52. <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100005>
- Cordeiro, M. P., Batista, J. T., Carvalho, S., & Carmo, L. (2016). Psicología en la Asistencia Social: la construcción de una práctica comprometida. *Quaderns de Psicologia*, *18*(1), 21-33. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1304>
- Cordeiro, M. P., Lara, M. F. A., & Maia, R. L. A. (2023). Atendimento Psicossocial nos Serviços de Proteção Social Especial do SUAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *43*, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003250301>
- Cruz, L. R., & Guareschi, N. (2013). A constituição da assistência social como política pública: interrogações à Psicologia. In L. R. Cruz, & N. Guareschi (Eds.), *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas* (4a. ed., pp. 13-40). Vozes.
- Cruz, J. M. O. (2009). Práticas psicológicas em Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). *Psicologia em foco*, *2*(1), 11-27.

<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=dd5672d7168353891f2945d3d16c7213e4a6b70b>

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5(1),7-41.

Jaccoud, L, Bichir, R., & Mesquita, A. C. (2017). O SUAS na proteção social brasileira: Transformações recentes e perspectivas. *Novos Estudos*, 36(2), 37-53. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700020003>

Laperrière, A. (1997). La theorisation ancrée (grounded theory): démarche analytique et comparaison avec d'autres approches apparentées. In J. Poupartet (Ed.), *La reserche qualitative: enjeux épistémologiques et méthodologiques* (pp. 309-340). Gaëtan Morin.

*Lei nº 8069*. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

*Lei n. 8.742 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*. (1993, 07 de dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)

Lisboa, C. P. (2024). *Atendimento psicossocial: um estudo com psicólogo(a)s que trabalham em CREAS* [Tese de Doutorado em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP].

Luna, S. V. (1996). *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. EDUC.

- Martins, H. H. T. S. (2004). Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e pesquisa*, 30(2), 289-300. <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>
- Ministério da Cidadania. (2019). *Censo SUAS 2019: Resultados Nacionais – CREAS*. Ministério da Cidadania. <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>
- Ministério da Cidadania. (2019). *Censo Suas 2019 - Resultados Nacionais*. <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS*. MDS.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2006). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)*. MDS.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*. [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf)
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2011a). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS*. <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-nob-rh-suas>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2011b). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*.

<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2011c). *Perguntas e respostas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)*. MDS.

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/perguntas-respostascreas.pdf)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2012). *Norma Operacional Básica do SUAS – NOB-SUAS*.

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/nob\\_suas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2014). *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*. MDS. (Trabalho original publicado em 2009)

Nascimento, I. L., & Moraes, T. D. (2020). Atividade de trabalho e saúde de psicólogos do Suas: aproximações. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(1), 1-16. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n1/15.pdf>

Nascimento, V. L. V., Tavanti, R. M., & Pereira, C. C. Q. (2014). O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. In Spink, M. J. P., Brigagão, J. I. M., Nascimento, V. L. V. & Cordeiro, M. P. (Eds.), *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 245-270). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Nery, V. P. (2009). *O trabalho de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social: saberes e direitos em questão* [Tese de Doutorado em Serviço Social,

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP].

- Oliveira, I. F. (2012). Os desafios e limites para a atuação do psicólogo no SUAS. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Eds.). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (pp. 35-51). Vozes.
- Pereira Jr., M. G. (2014). *A atuação da Psicologia no SUAS: um enfoque no CREAS, em seus desafios e potencialidades*. CRV.
- Raichelis, R., & Nery, V. (2014). A inserção do assistente social e do psicólogo no SUAS: uma contribuição ao debate. In R. C. Romagnoli & M. I. C. Moreira (Eds.), *O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a articulação entre Psicologia e o Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas* (pp. 211-234). CRV.
- Senra, C. M. G., & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>
- Silva, C. S., Silva, I. R., Brustolin, M. L., & Pessini, M. A. (2011). Algumas considerações sobre as influências do assistencialismo nas práticas psicológicas realizadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). *Akrópolis*, 19(1), 3-13. <https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/akropolis/article/view/3474>
- Silva, R. B., & Cezar, P. C. N. (2013). Atuação do psicólogo no CREAS em municípios de pequeno porte. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 4(1), 99-109. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/eip/v4n1/a07.pdf>

- Spink, M. J., & Lima, H. (1999). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In M. J. Spink (Ed.), *Práticas discursivas e produções de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (pp. 93-123). Cortez.
- Ximenes, V. M., Paula, L. R. C., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 686-699. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400004>
- Zanella, A., Bousfield, A. B., & Moreira, A. N. V. (2015). A atuação dos/as psicólogos/as nos CRAS, em Florianópolis, e alguns desafios para a formação. In A. Accorssi, A. B. S. Bousfield, H. S. Gonçalves, K. Aguiar & R. S. L. Guzzo (Eds.), *Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia* (pp. 423-438). ABRAPSO.

## **O psicólogo no campo social: formação acadêmica do protagonista**

---

**Vanessa Carlos Wauter  
Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis**

O psicólogo, profissional que anteriormente exercia o seu ofício prioritariamente na intimidade dos consultórios, têm sido convidado e/ou convocado a colaborar no atendimento à população em diferentes contextos. Logo, verifica-se na contemporaneidade o reconhecimento da necessidade da atuação dos psicólogos tanto na saúde pública quanto no campo social. Nesse sentido, necessário se faz refletir a respeito da formação desses profissionais especialmente no que tange ao campo social.

Antes de adentrar especificamente na formação acadêmica do psicólogo para atuar no campo social, vale situar que a motivação deste escrito surgiu da própria percepção de carência na formação e da falta de materiais, para nortear a experiência de sete anos da primeira autora do presente, como psicóloga no Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias. E justamente, por atender pessoas dependente de cuidados, majoritariamente realizava a intervenção por meio de visita domiciliar - uma técnica, por sinal pouco discutida no decorrer da graduação o que representou um desafio a mais no cotidiano de trabalho como outros artigos também suscitam (Pauli et al., 2019; F. C. Lima & Schneider, 2018; J. B. Silva et al., 2018; A. B. Ribeiro et al., 2014; Freire & Alberto, 2013; R. B. Silva & Cezar, 2013).

Ao exercer suas funções, percebia que havia inúmeras demandas da população a ser atendida, bem como normativas (especialmente aquelas relativas ao que o psicólogo não

poderia realizar naquele contexto). Por outro lado, carência de informações a respeito das possibilidades de sua atuação junto aos usuários do serviço. Deste modo, no cenário cotidiano foram tantas dúvidas e descobertas que pesquisar se tornou uma diretriz o que culminou na dissertação de mestrado intitulada: “A escuta psicanalítica na visita domiciliar do SUAS: uma clínica possível?” (Carlos, 2023).

Logo, tendo em vista o interesse em conhecer a atuação do psicólogo no contexto do SUAS e, especialmente no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), foi realizado um levantamento bibliográfico por busca eletrônica de artigos indexados nas bases de dados SCIELO (Scientific Electronic Library Online); PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e CAPES/Cafe (Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior) onde, percebeu-se que frequentemente a formação e a produção acadêmica não atendem as demandas dos profissionais atuantes (Marion & Pereira, 2021; Mexko et al., 2019; Silva & Alexandre, 2019; Ribeiro et al., 2014; Silva & Cezar, 2013; Silva & Yamamoto, 2013).

O estudo de Prates et al. (2011), que visava analisar as contribuições da graduação de Serviço Social e Psicologia diante da demanda política e social, observou que no banco de teses e dissertações da CAPES no período de 1996 à 2010 de 129 dissertações apenas 04 foram da Psicologia e de 39 teses somente 01 era de Psicologia. Outro aspecto apontado é que, eventualmente, as produções acadêmicas tendem a ficar no reduto das universidades e alimentam o jargão “Na prática a teoria é outra” (Mexko et al., 2019, p. 268). Nota-se assim, um hiato entre referências teórico metodológicas e o campo.

Outro dado que reflete isso é o segundo editorial da revista “Psicologia: Ciência e Profissão” de 2017 denominada, “Psicologia e Políticas Públicas: As práticas Profissionais no campo da Saúde e da Assistência Social” (Guareschi, 2017), o qual indica que apesar da crescente atenção da categoria às políticas públicas, dos dezenove artigos apresentados apenas

dois tratavam especificamente da Política de Assistência Social: “Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações” (Miron & Guareschi, 2017) e “Avaliação do Atendimento Recebido no CRAS por Famílias Usuárias” (Guareschi, 2017). O editorial chegou a mostrar outros dois estudos de cunho social, posto que tratavam de populações em vulnerabilidade, um sobre crianças e adolescentes vítimas de violência e outro sobre jovens em acolhimento institucional.

A maioria dos artigos apresentados no editorial (13) se referiam a prática dos Psicólogos nas políticas públicas de saúde e autores como Travassos e Mourão (2018) e Litenski e Souza (2017) apontam a associação marcada da categoria com o campo da saúde e a necessidade da aproximação com o campo social. Frente a esta necessidade, algumas pesquisas apontam que a maioria das grades curriculares dos cursos de psicologia ainda não preveem conteúdos específicos para a atuação na Política de Assistência Social (Silva & Albanese, 2020; Rechtman & Bock, 2019; Macêdo et al., 2018; Silva & Cezar, 2013; Silva & Yamamoto, 2013; Lima & Cervený, 2012 e Senra & Guzzo, 2012). E, nesse emaranhado, sete artigos nomeadamente tratam da problemática da formação profissional (Silva & Albanese, 2020; Rechtman & Bock, 2019; Travassos & Mourão, 2018; Cordeiro & Curado, 2017; Litenski & Souza, 2017; Silva & Yamamoto, 2013; Prates et al., 2011).

Neste escopo, Silva e Albanese (2020), investigaram as relações entre formação acadêmica em Psicologia e o trabalho de psicólogos na Assistência Social e notaram um desnível entre formação e as demandas de atuação nesse espaço. Pontuam a necessidade de se revisar as grades curriculares para a prática e ampliar discussões sobre interdisciplinaridade e subjetividade. Similarmente, a pesquisa de Cordeiro e Curado (2017) procurou refletir sobre os conhecimentos, posturas éticas e experiências práticas que os cursos de psicologia ofereciam aos futuros profissionais e,

infelizmente, também encontrou “um descompasso entre a formação oferecida e o cotidiano de trabalho no SUAS” (p.1). Sob o mesmo ângulo, Travassos e Mourão (2018), realizaram o estudo intitulado “Lacunas de Competências de Egressos do Curso Psicologia na Visão dos Docentes”, o qual foi realizado através da análise de dados de projetos de 36 cursos de graduação e um survey com 114 docentes de todo o país. Segundo os próprios pesquisadores, os resultados foram “preocupantes” (p. 233) visto que, as lacunas mais evidenciadas foram as de processos grupais e organizacionais, conhecimentos e habilidades em pesquisa, desenhando a necessidade da qualificação da formação frente às demandas sociais.

Além disso, os participantes da pesquisa de Travassos e Mourão (2018), descreveram uma diferença marcante entre as competências dos alunos oriundos das instituições privadas das públicas, sendo os primeiros considerados prejudicados. As pesquisadoras se atentaram para este dado em razão das instituições privadas representarem o maior montante de formandos na área. Ainda, chamaram a atenção para os poucos comentários das participantes sobre alguns aspectos relevantes da formação tais como as licenciaturas, os estágios docentes e as competências gerais das diretrizes curriculares nacionais ligadas à saúde. Nesse ponto, problematizam que a Psicologia, enquanto corpo de conhecimento, carrega uma diversidade de saberes para além da saúde sendo, concomitantemente “uma ciência humana, uma ciência da vida psíquica e uma ciência social” (p. 245). Por isso, direcionam a necessidade da formação para um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar.

Nessa mesma via, o artigo de Litenski e Souza (2017) discute a formação do psicólogo para atuar no SUAS através de um estudo documental de quatro cursos de graduação do estado do Paraná. Demonstrou que as disciplinas obrigatórias sobre a psicologia social estiveram presentes em todos os currículos e alguns deles chegavam a oferecer subsídios para

atuar no SUAS. Contudo, notou-se que os princípios fundamentais das políticas sociais estão ausentes, por isso, sugeriu-se uma reformulação curricular e a criação de pós-graduação específica.

A pesquisa de Prates et al. (2011) buscou analisar as “Contribuições da graduação em psicologia e serviço social para inserção de profissionais na política de assistência social no município de Porto Alegre” e identificou que nos cursos de Psicologia, de um total de nove Instituições de Ensino Superior (IES), a UFRGS se diferenciava por disponibilizar 11 disciplinas abordando a temática social. Já a UFCSPA ofertava uma disciplina, o IPA ofertava duas e o ESADE uma. Nas faculdades PUCRS, ULBRA, UNISINOS, FEEVALE e IBGEN a temática nem chegou a ser tratada. As autoras consideram que a precarização, que o ensino superior tem passado, interfere negativamente nestas ausências e insuficiências das grades curriculares. Observam que para driblar isso, os alunos da graduação procuram fazer disciplinas optativas até mesmo em outros cursos, tais como o Serviço Social.

Também foi verificado que outros cinco artigos encontrados citaram a fragilidade da formação acadêmica do Psicólogo para atuar no campo social (Sanches & Silva, 2019; Huning et al., 2018; Macêdo et al., 2018; Oliveira et al., 2014; Oliveira et al., 2011). De forma geral tais autores apontam que a formação de cunho clínico tradicional e individualizante ainda marca presença na Psicologia e distância esses profissionais da realidade social. Segundo Silva e Albanese (2020), no SUAS o psicólogo se depara com usuários sob vulnerabilidade social e com demandas complexas que incluem aspectos materiais, educacionais, entre tantos outros, que fogem do escopo da clínica tradicional.

Destaca-se dentre esses trabalhos o de Sanches e Silva (2019) que descreve pesquisa realizada no município de Londrina (PR). Intitulada “O trabalho da psicologia na assistência social: análises a partir de um grupo focal”, seu

objetivo foi analisar o trabalho e a formação do psicólogo para atuar no SUAS através de um relato de formação continuada com um grupo 22 de profissionais, sendo 20 psicólogas e 02 Assistentes Sociais que atuavam nos CRASs e CREAs. Os pesquisadores nortearam-se pelas seguintes perguntas:

Se a formação inicial do psicólogo para atuação nas políticas públicas encontra-se deficitária, qual é a formação desses profissionais que atuam dentro da Assistência Social? Quais os impactos desse percurso para sua atuação? e qual formação consideram como necessária para os desafios enfrentados no cotidiano do trabalho?” (p.168).

A partir das respostas das participantes, Sanches e Silva (2019) elencaram quatro categorias sendo “Subjetividade”, “Escuta”, “Prática em construção” e “Compromisso social da Psicologia”. No quesito de formação identificou-se que os currículos não atendem a especificidade do trabalho nos diversos serviços do SUAS e desencadeiam dúvidas nos profissionais. Com isso, ao se inserirem no campo os participantes utilizavam-se de aprendizado prático, ou seja, no próprio atuar aprendiam o fazer. A pesquisa constatou que a Psicologia Social apareceu nos currículos formais e que a Política de Assistência Social se revelou associada a projetos de extensão e pesquisa, além dos estágios se mostrarem bons vetores. Contudo, os autores salientam que a simples presença da temática social nas grades curriculares não obrigatoriamente trata das políticas públicas ou da Assistência Social, propriamente dita.

Não à toa, comumente os profissionais relatam uma formação estritamente voltada para a clínica individual e, quando ofertado, os estágios citam áreas como a saúde, mas não a Assistência Social. Infelizmente isso “causa estranheza quando se parte para a atuação na área da Assistência Social, pois o que foi aprendido na faculdade não pode ser aplicado no cotidiano de trabalho” (Silva & Albanese, 2020, p.9). E

seguinte assim, estampam-se situações, como a do Estado do Piauí, onde mesmo possuindo um dos menores Produtos Internos Brutos (PIB) nordestinos, com incidência de pobreza de 53,11%, a formação de Psicologia não se atenta para essa demanda (Silva & Yamamoto, 2013).

Sob o mesmo ponto de vista, Silva e Cezar (2013) entenderam que a formação do Psicólogo coloca a atenção nas aplicações clínicas e ofusca a Assistência Social. Por esta fragilidade, ao entrarem no SUAS os Psicólogos se embasam em materiais da internet, documentos fornecidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e Conselho Federal de Psicologia (CFP), além das trocas entre os profissionais. Advogaram acerca da necessidade de capacitações e/ou reuniões mensais e que novos referenciais e grades curriculares devem surgir para balizar a prática.

Frente à esta problemática, os artigos “Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos (Yamamoto & Oliveira, 2010); “50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político” (Yamamoto, 2012) e “Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações” (Miron & Guareschi, 2017) aprofundam o olhar sobre a trajetória de formação e transformação da categoria profissional diante das demandas sociais do país. Por sua vez, o livro “A formação do psicólogo: clínica, social e mercado” de João Neto (2004) mostrou-se relevante por traçar um painel, desde 1970 até a nossa atualidade da formação e da prática profissional defendendo que, “psicólogos não são técnicos assepticamente neutros, mas sujeitos eticamente posicionados” (s/pág.).

O terceiro capítulo do livro mencionado, trata justamente da formação para o social chamado de “Tudo pelo social: Questões emergentes na formação do psicólogo brasileiro” (pp. 81-105), onde o autor discute o modelo hegemônico de clínica, a convocação para o social e para a ética política. Constata-se, assim, que a psicologia não desconhece que as dificuldades atuais que acompanham a prática do

Psicólogo no SUAS enraízam-se na sua própria formação, a qual historicamente dissociava o clínico do social e destinava a atender uma parcela mínima da população. Isto pode ser ilustrado pela pesquisa de Silva e Albanese (2020) na qual as participantes ainda tiveram uma formação que visava atender a elite brasileira e não vislumbravam sua prática fora da clínica tradicional.

Nessa linha, questiona-se se a Universidade pode “ensejar a produção e a renovação de práticas clínicas? Ou seria a Universidade um mero repositório de um saber caduco, reproduzido à exaustão por acadêmicos empoeirados, recolhidos em seus gabinetes e bibliotecas, distantes de todos os lugares onde a vida pulsa?” (Santos, 2018, p. 3). Talvez, o caminho para esta resposta seja fomentar a formação crítica dos profissionais, entendendo que esta deve integrar “conhecimento da realidade, teoria, recursos técnicos, experiências, questionamentos, inquietudes, perguntas, relações saudáveis com professores e colegas, contudo parece necessitar, como condição, o desenvolvimento de um projeto de utilização dos recursos da psicologia para a construção de uma sociedade justa” (Rechtman & Bock, 2019, p.9).

Um novo projeto ético-político-profissional torna-se necessário à profissão para enredar o olhar diante das contradições sociais e exigir que os psicólogos se posicionem diante dos determinantes das desigualdades. A competência dos profissionais vai além do campo técnico, abraçam aspectos políticos e éticos onde é necessário sempre lidar com as questões de um outro, de uma sociedade, e se distanciar de uma postura naturalizadora e conservadora (Lima e Schneider, 2018; Dettmann et al., 2016 e Lima & Cerveny, 2012).

Contudo, não podemos traduzir a formação do psicólogo para o social como uma cena trágica. Não se trata de uma posição “*ipsis litteris*”, uma vez que, a categoria tem buscado rever seu posicionamento a respeito das demandas sociais. Um esboço disso, é a redação das Diretrizes Curriculares

Nacionais dos cursos de Graduação de 2004, onde assegura entre os princípios e compromissos, os seguintes aspectos:

Reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico; Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão e Atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades (Conselho Nacional de Educação, 2004, alíneas c, d, e).

Indo mais, o Código de Ética do Psicólogo (2005) foi elaborado de acordo com a perspectiva democrática e “construído a partir de múltiplos espaços de discussão sobre a ética da profissão, suas responsabilidades e compromissos com a promoção da cidadania” (p.6). Por isso, entre seus princípios fundamentais aparece em seu Art. 3º que “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural” (p.7) e, não menos, em seu Art. 7º que “o psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios [daquele] Código” (CFP, 2005, p.7).

Convém ressaltar que a “clínica” sempre se constituiu como um importante significante do trabalho do Psicólogo e ainda marca forte presença na formação dos estudantes e no imaginário social. Porém o entendimento do que seria essa clínica variou nos últimos 20 anos, sendo que “(...) a clínica “psi” tem, hoje, um caráter plural, sendo praticada em contextos variados e de maneiras diversificadas. Por isso, precisa ser entendida em novas bases” (João Neto, 2004, p. 16). O referido autor considera que em sua trajetória a

psicologia tem adotado o “contexto social” (p.90) e suas decorrentes “novas concepções de clínica” (p.90), as quais estão longe de serem definidas. Ele descreve três tendências da categoria “... a expansão do campo da clínica, a necessária adequação dos referenciais teóricos à realidade brasileira e a importância do conhecimento multidisciplinar” (p.90).

Nesse reescrever da formação, os participantes das pesquisas de Rechtman e Bock (2019) e Motta e Scarparo (2013) relataram avanços em sua formação diante das questões sociais. “As participantes inferem que, atualmente, a formação privilegia muito mais as políticas públicas do que no período em que realizaram a formação, ou seja, em meados da década de 1990” (Motta & Scarparo, 2013, p. 233). Ainda, o “interessante é como eles as consideram, em sua maioria, como problemas foco da atuação da Psicologia. Consideramos que este resultado pode nos indicar que houve uma real mudança da concepção do fenômeno psicológico” (Rechtman & Bock, 2019, p.7).

A pesquisa de Rechtman e Bock (2019) evidenciou a importância do tripé: ensino, pesquisa e extensão, pois mesmo “Com variações importantes na frequência, podemos dizer que disciplinas, estágios, estudos teóricos e práticos, atividades extracurriculares, projetos de extensão, pesquisas e a relação com professores são fontes diversificadas e importantes de formação crítica” (p.8). Além disso, Cordeiro e Curado (2017) situam que os estágios e as práticas profissionais precisam ser analisados em um sistema macro e multifacetado “ou seja, implica considerar que precisamos analisar a interação entre as estruturas presentes e as ações, as estratégias, os constrangimentos, as identidades, as histórias e as culturas em que eles estão situados” (p. 5). Cordeiro e Curado (2019) frisam: “acreditamos que não podemos tomar as políticas públicas como algo preexistente e independente das práticas que as fazem existir. Temos de entendê-las como um produto social” (p.6).

Sobretudo, acredita-se que a formação do psicólogo pode reinventar-se e transformar-se positivamente. Hoje a graduação em Psicologia pode flexibilizar o estudo de novas disciplinas, locais de estágios e realidades nunca cogitadas. Também pode-se encontrar as teorias tradicionais buscando tratar temas atuais, “o que nos sugere que o tradicional está sendo lido de forma diferente, possibilitando novas formas de atuar. O tradicional e o novo convivem e disputam um mesmo espaço na formação de cada estudante/ futuro profissional” (Rechtman & Bock, 2019, pp.9 -10).

Torna-se importante esta reinvenção na formação até mesmo porque, é no “inóspito ‘mundo real’ que se constituirá o espaço de trabalho de muitos egressos de nossos cursos de psicologia, particularmente na Política Nacional de Assistência Social” (Huning et al., 2018, p.55). Afinal, admite-se que antes da prática profissional sabe-se que etapas prévias de preparo se fazem necessárias. O ator precisa treinar, se formar, se firmar em algo. Às vezes em solo firme, às vezes arenoso, mas com cordas de alicerce. O ator descobre que pode se reinventar no próprio ato do teatro, na prática em si e incrementar o roteiro. O que se quer dizer é que, apesar da formação do psicólogo ainda ser deficitária se comparada às exigências do campo social, aqueles profissionais que por ventura adentram este campo podem assumir o papel de protagonista não só da prática em si, mas também na qualificação da formação da categoria.

Corroborando com Sanches e Silva (2019) acredita-se que no próprio atuar os profissionais aprendem o fazer e aqui ousamos acrescentar que podem se tornar construtores ativos na formação de graduandos e egressos a partir de sua própria experiência. Isto pode se dar, participando ativamente de espaços de formação como aulas de graduação ou pós graduação, na elaboração de escritos para eventos científicos principalmente, no que se refere a relatos de experiência, mostrando-se abertos a receber estagiários, entre outras alternativas possíveis de compartilhamento de saber, ou seja,

esmorecendo os redutos das universidades como (Mexko et al., 2019) bem almejou.

Ademais, que as lacunas na formação acadêmica do psicólogo para atuar no campo social não apaguem a função da educação permanente enquanto estratégia de qualificação profissional através da continuidade do processo que articula ensino e serviço no cotidiano de trabalho (assim como estabelece a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS, 2013). Até porque, “verifica-se que não há uma resposta única ou sistemática que indique como estão sendo efetivadas as práticas psicológicas nessa área, mas que emerge por novos saberes que construam técnicas e instrumentos eficazes diante da realidade apresentada” (Silva & Cezar, 2013, p.18).

Indo mais, compreende-se que compromisso ético-político da profissão em colocar o conhecimento psicológico a serviço de transformações tanto individuais quanto coletivas (Lima & Schneider, 2018; Dettmann et al., 2016 e Lima & Cerveny, 2012) também recai na responsabilidade de qualificar a formação e intensificar pesquisas a respeito, uma vez que, apesar da Política de Assistência Social ser um expoente de trabalho para os psicólogos, nota-se que a produção acadêmica a respeito é pouco aparente e faz-se necessária alimentar a formação da profissão (Prates et al, 2011).

Além do que, assim como pontuam Silva e Cezar (2013), concebe-se que a troca entre os próprios profissionais torna-se relevante e infere-se que a participação destes em espaços colegiados como as Comissões Especiais (Temáticas) dos conselhos profissionais ou os Grupos de Trabalho (GTs) de órgãos legitimados que discutem demandas específicas da Assistência Social corrobora não só para a prática e para subsidiar documentos norteadores, mas também que estes atos e produtos possam servir de base para driblar a fragilidade das grades curriculares.

Não desmerecendo ainda, outros pontos necessários que os referidos autores suscitam, como a elaboração de novos referenciais e a revisão das grades curriculares. Ou, até mesmo por meio da criação de pós-graduação específica como sugere Litenski e Souza (2017) e do estímulo à formação para um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar como recomenda (Travassos e Mourão, 2018; João Neto, 2004) entre outras possibilidades de enriquecimento à formação que já devem existir e não foram capturados por este capítulo e/ou que ainda possam surgir.

Por fim, retoma-se que, este escrito faz parte da trajetória da primeira autora, a qual precisou lidar com os desafios da prática e tratar como instigou Santos (2014) de “ultrapassar o próprio discurso e colaborar para a construção de novos conceitos e teorias, assim como para novas formas de atuação profissional” (p.11) através da pesquisa para estampar a necessidade de qualificar a formação, fortalecer o papel da Psicologia no âmbito da política de Assistência Social e quiçá provocar outros à redigir sua experiência para assim, ressoar as diversidades mais que as dificuldades a partir de um ator profissional que pode se tornar protagonista na construção do SUAS.

Ao finalizar a presente reflexão convém apontar que na Universidade Estadual de Londrina, na qual a pesquisa foi conduzida, tem se verificado uma evolução relativa ao preparo do psicólogo aprendiz para atuação no campo social. Tendo em vista, não apenas o contato com a literatura vigente sobre o tema, mas também a possibilidade de realização de estágios no âmbito da assistência social ao longo da graduação em Psicologia e através da divulgação de experiências, via estimulação de escritas como essa que em soma compilam um livro que revela a multiplicidade potente de atores psicólogos na Política de Assistência Social.

## Referências

- Carlos, V. (2023). A escuta psicanalítica na visita domiciliar do SUAS: uma clínica possível? [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Estadual de Londrina]. Biblioteca Central da Universidade Estadual Londrina.
- Código de Ética do Profissional Psicólogo (2005). Brasília. Conselho Federal de Psicologia.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia (2004). Conselho nacional de Educação Câmara de Educação Superior. resolução nº 8, de 7 de maio de 2004. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*. [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces08_04.pdf)
- Cordeiro, M.P., & Curado, J.C. (2017). Psicologia na assistência social: um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, pp.1-11. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29169210>
- Dettmann, A. P. S, Aragão, E. M. A., & Margotto, L.R. (2016). Uma perspectiva da Clínica Ampliada: as práticas da Psicologia na Assistência Social. *Fractal Revista de Psicologia*, 28(3), 362-369. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1232>
- Freire, M. L., & Alberto, M. F. P. de (2013). Centro de Referência Especializado de Assistência Social: suporte organizacional para atuação do psicólogo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(2), 167-182.
- Guareschi, N. M. F. (2017) Psicologia e Políticas Públicas: As práticas Profissionais no Campo da Saúde e da Assistência Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (2), 253-257. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003722017>

- Hüning, S. M., Cabral, R. J., & Ribeiro, M. A. T. (2018). Nas Margens: Psicologia, Política de Assistência Social e Territorialidades. *Revista Polis e Psique*, 8(3), 52–69. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.86108>
- João Neto, F.L.N. (2004). *A formação do Psicólogo: Clínica, Social e Mercado* (Org. 1 ed.). Escuta.
- Lima, M. J., & Cervený, C. M. O. (2012). A competência social do Psicólogo: estudo com profissionais que atuam em instituições. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(2), 284-303. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000200003>
- Lima, F. C., & Schneider, D. R. (2018). Características da Atuação do Psicólogo na Proteção Social Especial em Santa Catarina. *Psicologia: Ciência e Profissão* 38, (2),347- 362. <<https://doi.org/10.1590/1982-3703001402017>.
- Litenski, A. C. L., Souza, C.G. (2017). Psicólogos no Sistema Único e Assistência Social (SUAS): Considerações acerca da Formação Profissional em Instituições Públicas do Estado do Paraná. *Emancipação*, v. 17(1), pp.58-73.
- Macêdo, O. V. Junior., Lima, C. M. P. D., Brito, F. H. S. de., Souza, J. N. P. de., Sousa, N. K. M. de., Sousa, S. P. D., & Dias, S. G. (2018). Atuação dos Profissionais de Psicologia nos CRAS do Interior da Paraíba. *Trends in Psychology*, 26(2), 1083-1097 <https://doi.org/10.9788/TP2018.2-20Pt>
- Marion, J., & Pereira, C. R. R. (2021). Família na visão dos psicólogos do CRAS. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(2), 1-23. <https://dx.doi.org/10.36298/gerais202114e16285>
- Mexko, S., Souza, W. A., & Benelli, S. J. (2019). Contribuições do Dispositivo Intercessor para o trabalho no campo da

- Assistência Social. *Revista de Psicologia da UNESP*, 18(spe), 261-279.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442019000200014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442019000200014&lng=pt&tlng=pt).
- Ministério do Desenvolvimento Social. (2013). *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*.  
[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf)
- Miron, A. X., & Guareschi, N. M.F. (2017). Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (2) <https://doi.org/10.1590/1982-3703000952014>.
- Motta, R.F., & Scarparo, H. B. K. (2013). A psicologia na assistência social: transitar, travessia. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 230-239.  
<https://doi.org/10.1590/S010271822013000100025>.
- Oliveira, A. A. A. de., Resstel, C. C. F. P., & Justo, J. S. (2014). Desamparo Psíquico Na Contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, 13(1), 21-32.  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442014000100003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442014000100003&lng=pt&tlng=pt)
- Oliveira, I. F. de., Dantas, C. M. B., Solon, A. F. A. C., & Amorim, K. M. de O. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*, 23(spe). <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400017>
- Pauli, C. G., Traesel, E. S., & Siqueira, A. C. (2019). A Precarização do Trabalho dos Psicólogos Temporários no CREAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(188301), 1- 13.  
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003188301>

- Prates, C.J., Closs, T. T., Santos, A. M., Lartigau, I., & Carbonari, J. (2011) Contribuições da graduação em psicologia e serviço social para inserção de profissionais na política de assistência social no município de porto alegre. *Revista de Trabalho Social – FCH – UNCPBA*, 4(6), 181-192. <https://hdl.handle.net/10923/9358>
- Rechtman, R., & Bock, A. M. B. (2019). Formação do Psicólogo para a Realidade Brasileira: Identificando Recursos para Atuação Profissional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35(3551), 1-10. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3551>.
- Ribeiro, A. B. Paiva, I. L., Seixas, P. de S., Oliveira, I. M. F. F de. (2014). Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. *Fractal Revista de Psicologia*, 26(2), 461-478. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/421>.
- Sanches, N. & Silva, B. R. (2019). A escuta qualificada na assistência social: Da postura diagnóstica às formas (po)éticas de escutar. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19 (3), 604-622. <https://doi.org/10.12957/epp.2019.46905>
- Santos, N. L. (2014). *A Psicologia na Assistência Social: convivendo com a desigualdade* (1 ed). Cortez.
- Santos, T. M. (2018). O trabalho do psicólogo no Cras: diferentes formas de cuidar. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(1), 1-11. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082018000100010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000100010&lng=pt&tlng=pt)
- Senra, C. M. G., & Guzzo, R. S.L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24 (2), 293-299. . Epub 23 Ago 2012. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>

- Silva, A. C. R., & Albanese, L. (2020). Formação acadêmica e atuação do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(4), 1-16.
- Silva, R. B., & Alexandre, A. C. S. (2019). Investigação acerca da subjetividade no âmbito do SUAS: uma pesquisa documental. *Psicologia & Sociedade*, 31 (207603), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31207603>
- Silva, J. B. da., Vasconcellos, P. A., & Figueiredo, V. C. N. (2018). Trabalho e sofrimento: desafios da saúde mental de profissionais da assistência social. *Psicologia em Estudo*, 23(2307), 1-11. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v23.e39108>
- Silva, R. B., & Cezar, P. C. N. (2013). Atuação do psicólogo no CREAS em municípios de pequeno porte. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 4(1), 99-109.
- Silva, C. de A. E., & Yamamoto, O. H. (2013). As políticas sociais na formação graduada do psicólogo no Piauí. *Psicologia Ciência e Profissão*, 33(4), 824-839 <https://doi.org/10.1590/S1414-9893201300040000>
- Travassos, R., & Mourão, L. (2018). Lacunas de Competências de Egressos do Curso Psicologia na Visão dos Docentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38 (2), pp. 233- 248. <https://doi.org/10.1590/1982-3703004472016>.
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 26 (n.esp.), p. 9- 24, <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500002> Yamamoto, 2012)

Yamamoto, O. H. (2012). 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético político? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32 (n. spe), 6-17. <https://doi.org/10.1590/s1414-98932012000500002>

# O Social da Política de Assistência Social e o Agir das Psicólogas

---

Gustavo Zambenedetti  
Laleska Raissa Santos Almeida  
Michele da Rocha Cervo

## Introdução

O que nos move a escrever este artigo é uma sensação de estranhamento que emergiu durante a realização de uma pesquisa, sendo aqui tomado como um analisador. Durante a realização de entrevistas com psicólogas atuantes na política de assistência social, com certa frequência percebemos a menção a palavra “social”, levando uma das autoras deste artigo, na época bolsista de Iniciação Científica, a interrogar: a que se refere esse “social” ao qual fazem menção? O que entendem por “social” e como ele se expressa? Tal estranhamento, transformado em interrogações, nos leva a problematizar o “social” da política de assistência social e provocar a sua desnaturalização. Na sequência, discutimos também o (não)lugar ou função das teorias na formação e modos de atuação da Psicologia na Política de Assistência Social.

Historicamente, no Brasil, a psicologia instaura-se como uma ferramenta da ideologia burguesa, aproximando a atuação do psicólogo a de um profissional liberal que enxerga o indivíduo como um ser a-histórico e descontextualizado, onde prevaleceu um modelo clínico tradicional, que oferece atividades de psicoterapia e/ou psicodiagnóstico exercidas em consultórios particulares, voltados às classes médias e altas da população. Porém, com os desdobramentos de uma sociedade que emergia no modelo capitalista, houve um impacto do contexto político e econômico na construção da

subjetividade da população. Com isso, surgiu a necessidade de rever seus modos de atuar e produzir conhecimento, interrogando a quem a sua prática se destina e a serviço de que ela está. Dessas interrogações surgem tensionamentos às práticas e saberes até então hegemônicos, trazendo uma preocupação com os aspectos ético-políticos do saber e do fazer psicológico (Ferreira Neto, 2010).

No final dos anos 1980, o Conselho Federal de Psicologia traz o lema “Construindo o Compromisso Social da Psicologia” e tensiona uma reconfiguração do trabalho dos psicólogos brasileiros. A partir daí, a psicologia, enquanto categoria profissional, passa a se ocupar de demandas no âmbito público e a tensionar uma prática que atenda o social e o coletivo (Senra & Guzzo, 2012). Com o final do regime militar e o processo de construção de um Estado democrático, baseado na Constituição Federal de 1988, começa-se a considerar a inserção de “trabalhadores sociais” (Ferreira Neto, 2010) no campo das políticas públicas de proteção social e, dentre eles, o psicólogo. A estruturação dos sistemas de proteção social se apresenta em função da necessidade de redução dos riscos, inseguranças e incertezas provocadas pela convivência dos indivíduos em uma sociedade moderna individualista, afetada pelo modo de produção capitalista que gera desemprego e precariedade, evidenciando a fragilidade dos vínculos sociais e a vulnerabilidade das massas (Castel, 2005).

Em 2004, baseada na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, e também na Constituição de 1988, foi fundada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que surge com o intuito de incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que se refere à responsabilidade política e, assim, promover cidadania, controle social e a garantia de direitos socioassistenciais, além de superar o paradigma assistencialista, compondo, junto à previdência social e a saúde, o tripé de seguridade social (Brasil, 2004). Somado a esse marco e regulamentado pela própria PNAS, em

2005, ocorre a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a fim de dirigir e organizar as ações da Assistência Social (AS).

A PNAS visa a garantia dos direitos sociais e a superação de uma política clientelista, assistencialista e filantrópica. O SUAS, por sua vez, tem como função a proteção social baseada na garantia de direitos, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e na co-construção dos sujeitos atendidos. Cabe ao SUAS propor ações conjuntas às demais políticas e sistemas de garantia e defesa dos direitos, enfrentando a desigualdade social, a vulnerabilidade e a violação dos direitos dos indivíduos, famílias e coletividades. (Brasil, 2004).

No SUAS se articulam diferentes níveis de proteção social: a Proteção Social Básica (PSB), e a Proteção Social Especial (PSE). A primeira, “é dirigida aos indivíduos, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação [...] e/ou fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social” (Afonso et al, 2012, p.192), e a segunda ocupa-se de casos que implicam a violação de direitos, como abuso sexual, exploração do trabalho infantil, pessoas em situação de rua, entre outros (Conselho Federal de Psicologia, 2007). Faz parte da PSB o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que possui um caráter preventivo e tem como objetivo a promoção da vida e a garantia do direito de cidadania, afirmando para todos “o direito a ter direitos”. Da PSE, faz parte o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que oferece atenção a famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados ou seriamente ameaçados por situações de violência, como física, moral ou psicológica. Além disso, a PSE subdivide-se em “média complexidade” quando há vínculos preservados mesmo que tenha ocorrido a violação de direitos, e “alta complexidade” quando os vínculos foram ameaçados ou rompidos, na qual se encontram os abrigos e instituições de longa permanência (Brasil, 2004; Afonso et al, 2012).

Em 2011, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com a resolução 017/11, insere a psicologia como integrante obrigatória na PSB e na PSE de média e alta complexidade, afirmando a necessidade das contribuições do profissional de Psicologia na política pública de AS. Desde então, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), nos últimos 10 anos, o SUAS é o sistema que possibilita a maior inserção de psicólogos e psicólogas em políticas públicas. O último Censo da Psicologia Brasileira (Conselho Federal de Psicologia, 2022) destaca, comparando a estudos anteriores, a consolidação da área social, a partir de um comparativo com levantamentos realizados em anos anteriores. Após a implementação do SUAS, a área social é a segunda que mais absorve profissionais, superando a saúde, cujo crescimento esteve ligado à implantação do SUS na última década do século XX. Destaca-se também nesse período a construção do compromisso social da psicologia. A partir dessa perspectiva, é valorizada a construção de práticas comprometidas com a transformação social, em direção a uma ética voltada para a emancipação humana (Conselho Federal de Psicologia, 2007).

O que se espera dessa interface entre a psicologia e a política de AS ainda está em construção e enfrenta algumas contradições. Na AS, o psicólogo depara-se com um trabalho interdisciplinar e divide seu espaço, principalmente, com o assistente social. Dessa forma, são necessárias “formas de pensar e intervir de maneira integrada e conjunta, compreendendo a complexidade da questão social” (Afonso et al, 2012, p. 197). Além do caráter interdisciplinar existe o caráter intersetorial. Ou seja, os serviços oferecidos pela AS precisam ser pensados em rede e dialogam com a política pública da saúde e da educação (Conselho Federal de Psicologia, 2007). A atuação da psicóloga na AS deve buscar compreender processos subjetivos que podem produzir a incidência de vulnerabilidades e riscos sociais, almejando a sua superação e o desenvolvimento da autonomia dos

indivíduos, despertando neles sua potencialidade de, não apenas se reconhecerem, mas de se posicionarem como cidadãos (Afonso et al, 2012).

Com isso, a psicologia encontra uma atuação de enfrentamento às questões sociais e a desigualdade social, como conceitos estruturantes e operadores dessa política. As “questões sociais”, que tanto são mencionadas, são consideradas resultado de um processo histórico, não estático, que se encontra diretamente ligado ao modo de produção capitalista, e que apresenta o conflito entre capital e trabalho. Elas se expressam no cenário sociopolítico das vulnerabilidades e riscos sociais e, como operador de uma política social, o psicólogo deve atuar como mediador dessas questões. Desde o surgimento das classes sociais, a desigualdade social passa a ter uma determinação econômica e, em um país que está entre os que possuem a maior concentração de renda no mundo, as políticas sociais existem em função de diminuir tais desigualdades, o que coloca o psicólogo em contato com demandas que têm como seu determinante de fundo, mas não como seu foco a pobreza que pode, ou não, causar no indivíduo um sofrimento psíquico (Dillemburg, 2016; Oliveira & Costa, 2018; Yamamoto, 2009).

Apesar de todas as definições e orientações apresentadas acerca da atuação do psicólogo na AS, ao pensar sua inserção depara-se com algumas dificuldades e desafios que são decorrentes, principalmente, das ações governamentais, que permeiam a implementação da política pública, e das questões teórico-metodológicas, que permeiam a prática profissional. As políticas públicas no contexto de expansão do neoliberalismo se desenvolvem em meio ao desmonte dos sistemas de proteção social, os quais mal alcançaram sua consolidação. Nesse cenário, intensas desigualdades sociais se aprofundam, principalmente aquelas relacionadas às questões de raça, classe e gênero (Castilho & Carloto, 2010; Gasparotto, 2017).

A implementação da política de AS, além de recente, é atravessada pelo contexto político do país e é diretamente afetada por ele. O que pode ocasionar uma fragilidade em sua estruturação, envolvendo, por exemplo, fragmentação das equipes, fragilidades contratuais, falta de recursos e de profissionais, impactando sua efetividade e se tornando um desafio para a atuação da psicologia. Além disso, a ideia de proteção social que a política possui também pode se tornar um impasse. Isso ocorre porque os programas oferecidos pela AS ainda são confundidos com o assistencialismo e com a ideia clientelista e fisiologista de ajuda social, e muitas vezes não são entendidos como direitos do cidadão (Ferreira Neto, 2004). Superar essa prática é uma das propostas da política, portanto se coloca também como uma responsabilidade desafiadora para a psicologia.

Como consequência de uma inserção ainda em construção, os profissionais apontam a ausência de aparatos metodológicos em sua formação para a atuação na AS (Afonso et al, 2012). Como apontado anteriormente, a atuação do psicólogo historicamente se estrutura pela prática clínica e, por isso, tem-se até hoje uma influência da maneira de compreender o sujeito sob pressupostos universais, isolado de seu contexto. Para a atuação na política de AS, é necessária uma contextualização do referencial teórico-técnico da psicologia e a mudança de seu olhar, suscitando a criação de novos conhecimentos. A ciência psicológica é múltipla. Por isso, consideramos a existência de *psicologias*, que operam diferentemente com o paradigma do “compromisso social” e, dessa forma, produzem atuações de diferentes maneiras. Aqui o desafio do profissional é assumir esses tensionamentos, atuando em uma política que visa diminuir, mas é insuficiente para superar as desigualdades sociais, e que exige do profissional a todo momento um olhar crítico e comprometido com o trabalhador, e não mais com as classes dominantes, a fim de guiar o sujeito à cidadania, autonomia e emancipação

a partir de uma prática que ainda não está dada e segue em construção (Oliveira & Costa, 2018).

Nesse sentido, a discussão sobre a atuação e a formação em psicologia no encontro com a AS ainda é atual e necessária. Essa pesquisa se ocupou da escuta das profissionais psicólogas que atuam na política de assistência social, buscando compreender quais ferramentas teórico-metodológicas são oferecidas em sua formação para que sua atuação contribua para a transformação de existências e mova a PNAS a favor da promoção da vida e da garantia de direitos. Torna-se relevante para a compreensão do assunto dialogar como tem sido seu entendimento e sua atuação acerca do que é chamado social e desigualdades sociais, explorando também como definem o objeto de intervenção da AS. Essa discussão explicitou a complexidade e a multiplicidade da Psicologia e como ela constroi um fazer comprometido.

### **Percurso Metodológico**

Este artigo efetua um recorte analítico de uma pesquisa mais abrangente denominada “O psicólogo no contexto das políticas públicas de Saúde e Assistência Social em cidades de pequeno porte: formação e atuação profissional”, vinculada ao edital universal CNPq/2016, desenvolvida entre 2017-2020 e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Centro-Oeste. O estudo abrangeu 9 municípios de uma regional da Assistência Social do estado do Paraná, com economias baseadas na agricultura.

Possui natureza qualitativa, orientada pela perspectiva da Análise Institucional (A.I.). A A.I reconhece a indissociabilidade entre produção de conhecimento e intervenção social. Esse modo de produzir pesquisa busca explicitar as relações de poder no campo de investigação, a fim de desnaturalizar as instituições, incluindo a própria instituição na análise, transformando a relação sujeito-objeto

e teoria-prática e questionando as ações já postas no campo, o que produz deslocamentos (Rossi & Passos, 2014).

Esse modo de pesquisa é convocado pela “desnaturalização permanente do objeto que se pretende conhecer, pela implicação do pesquisador, pelas contingências que acompanham as situações e seus efeitos-acontecimento” (Paulon & Romagnoli, 2010, p. 94).

A pesquisa ocorreu em três etapas: na primeira foi realizado o mapeamento dos profissionais que atuam na política de AS no município (Moraes & Zambenedetti, 2022); na segunda, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com esses profissionais, contendo perguntas que abrangeram dois eixos, formação e atuação e, na terceira etapa, foi realizado um grupo focal com os participantes, ressaltando o caráter de restituição da pesquisa. Para o escopo deste artigo, fizemos um recorte analítico da segunda etapa da pesquisa, referente a um dos 9 municípios que compuseram a pesquisa, estando o mesmo situado na faixa entre 50.000 e 60.000 habitantes.

Os participantes foram 12 profissionais de psicologia que atuam na Política de Assistência Social em um município de médio porte no interior do PR, sendo 11 do gênero feminino e 01 do gênero masculino. Por serem majoritariamente mulheres as participantes da pesquisa, utilizamos o gênero feminino para apresentar as narrativas, seguindo também a realidade da feminilização da profissão apresentada no último censo realizado pelo Conselho Federal Psicologia (2022). As profissionais estão distribuídas entre serviços de baixa, média e alta complexidade. A maioria das profissionais ingressaram no serviço que atuam por meio de concurso público, possuem entre 20 a 40 anos, e são majoritariamente mulheres brancas e heterossexuais. O regime de trabalho para estatutários é de 30 horas semanais, e a remuneração varia de 4 a 6 salários mínimos. A carga horária de trabalho semanal para as psicólogas com contrato temporário é de 40 horas e a remuneração varia de 3 a 4 salários mínimos. O tempo médio

de atuação na política de assistência social é de 7 anos, tendo dentre as 12 entrevistadas quem estivesse atuando na política há mais de 10 anos. Destacamos também que relataram já ter atuado em diferentes serviços dentro da política no município.

As entrevistas foram realizadas em 2019, tendo sido gravadas e transcritas. A análise foi operada através da construção de analisadores, tendo como função explicitar os elementos de uma realidade institucional. O analisador pode ser tomado como um elemento que denuncia ou aquele que porta a potência de mudança, ele expressa e intervém. Inclui-se no paradigma da intervenção em A.I e retoma a direção de que a produção de conhecimento e a análise são inseparáveis da transformação da realidade (Rossi & Passos, 2014).

Os resultados e a discussão são apresentados em 3 linhas de análise, que versam sobre os analisadores produzidos. Na primeira linha é abordada a discussão acerca dos sentidos do social na Política de Assistência Social. Na segunda linha são abordados aspectos relativos à formação em psicologia e a relação com a Política de Assistência Social. Na terceira linha são abordados analisadores que interrogam o lugar/função das teorias na composição de instrumentais para subsidiar o trabalho de profissionais da psicologia na Política de Assistência Social.

## **Desigualdade Social e o Social da Política de Assistência Social**

Para melhorar a compreensão do que chamamos de social, entendemos que, historicamente, ele possui várias configurações. Está ligado aos primórdios da industrialização, e depois ao surgimento do trabalho assalariado, que em seguida passa pela flexibilização e precarização das relações de trabalho, e por isso apresenta uma ligação direta com o modo de produção capitalista. Emerge quando se toma conhecimento da existência de populações agentes e vítimas do contexto político-econômico, e sendo assim, é descrito, no início, sob a forma de pauperismo, em defesa da pobreza e da

miséria (Bock & Gonçalves, 2009; Silva, 2004). Esse fenômeno se reproduz no Brasil após o fim da ditadura militar e início da estruturação da democracia no país. O social é tomado como portador de problemas que convocam a sociedade e o Estado a intervirem, caracterizando um regime híbrido entre o público e o privado (Ferreira Neto, 2011). Para Castel (2004), ele se apresenta como um desafio central da sociedade, uma situação insolúvel a partir da qual a sociedade interroga sobre a sua coesão, é uma provocação que questiona sua capacidade de existir como um todo.

A desigualdade social pode ser definida e manifestada de várias maneiras, sendo entre etnias, gerações, gênero, castas, classes, entre outros (Dillemburg, 2016). Tratamos aqui, principalmente, da desigualdade social econômica e por isso somos convocados a pensar na pobreza. Em sua história, a pobreza foi definida e reduzida à propriedade de bens materiais. Entretanto, para Castel (2004), o retrato da pobreza não se limita a isso. Para o autor, os pobres descendentes da “metamorfose da questão social”, são indivíduos que se sentem perdidos, deslocados dos conjuntos coletivos, tornando-se isolados. Além disso, outros teóricos destacam o sentido polissêmico da pobreza. Spicker, Leguizamón e Gordon (2009) encontram 12 sentidos da pobreza, classificados nos grupos: pobreza como um conceito material, como situação econômica, como condição social e como juízo moral. Segundo os autores, a tarefa seria entender como as visões se inter-relacionam e, assim como buscamos nessa análise, compreender quais são as implicações dos diferentes enfoques e definições (Curado, 2018).

A partir da análise das respostas dos dois eixos da entrevista (formação e atuação), buscamos falas que explicitam a compreensão dos profissionais e como elas se conectam com as questões aqui definidas. Nota-se que, no eixo referente a atuação profissional é onde o analisador desigualdade social e o social emerge com mais frequência. Cerca de 10 profissionais reconhecem durante a entrevista a

desigualdade social e o social e apontam de alguma maneira seus impactos. Porém, os termos são identificados de diferentes modos em suas narrativas.

Quando respondem à pergunta “Como você percebe o público que acessa o serviço”, a maioria das respostas citam situações de vulnerabilidade, pobreza, risco, violência e fragilidade de vínculos. Percebe-se também, que é a partir da sua compreensão do campo de atuação que reconhecem a desigualdade e o social.

“Nós priorizamos muito, por exemplo, prevenção de situações de rompimento de vínculos e de direitos, [...] é um trabalho muito mais próximo com a comunidade que pra ser construído tem que estar dentro de uma população vulnerável [...] nós temos serviços que priorizam as famílias do Cadastro Único que estão abaixo da linha da pobreza [...] As pessoas que estão em vulnerabilidade e abaixo da linha da pobreza, esse é o foco que a gente tem que ter” (Psicóloga 9)

“A gente vai acompanhar as questões sociais, desde o acompanhamento da mãe que está grávida até as questões de garantia de direitos da criança e do adolescente, o encaminhamento de uma mulher que sofreu violência doméstica, o acompanhamento de uma família que o pai tá desempregado com dificuldades financeiras, até a família quando perde um idoso ou alguém fazendo o auxílio funeral. São prioritárias famílias que apresentam alguma questão social importante de vulnerabilidade, como por exemplo um quase rompimento de vínculos afetivos. [...] Então funciona assim, é um público que a gente prioriza muito pelas questões sociais importantes apresentadas” (Psicóloga 3)

Algumas profissionais mencionam o atravessamento da desigualdade e do social na subjetividade e no dia a dia dos usuários que acessam o serviço, e também os apontam como a própria causa do encaminhamento ao serviço. A partir disso, o sofrimento mental que a situação de pobreza pode gerar também é citado. Faz parte da compreensão da desigualdade

social a dimensão de registros simbólicos e afetivos, singularizando esse processo por meio de sentimentos, significados, afetos, valores (Bock e Gonçalves, 2009). A autora Bader Sawaia (2001) se refere ao sofrimento ético-político como uma categoria que busca analisar a dor mediada pelas injustiças sociais, especialmente caracterizada pelo sentimento de desvalor, de subalternidade e de humilhação, em contextos onde ocorrem processos de exclusão e vulnerabilidade social. Destaca-se que, embora a maioria das questões apareçam no eixo atuação, a formação também foi apontada como um caminho para, dentre outras coisas, entender a desigualdade e o social.

“Você consegue ver vulnerabilidades, você consegue entender todo o processo de adoecimento de uma pessoa, o processo que leva ela a cometer delito, outras questões, [...] porque são muitas barreiras que a gente tem que quebrar e a gente precisa estar se posicionando, ela te chama a ser alguém que se posiciona” (Psicóloga 2)

“Na minha formação eu aprendi muito a olhar para as pessoas como um todo, por exemplo, ‘ai eu quero cesta básica’, mas o que levou a pessoa a pedir a cesta básica, então né, em como ela tá se sentindo de vir pedir a cesta básica, muitas famílias vem muito envergonhadas né, [...] e se sentem acolhidas de saber que a gente tá entendendo o quanto é sofrido pra ela estar naquela situação de não ter alimento em casa, de não ter luz em casa, de não ter um banheiro em casa, o sofrimento mental que isso gera” (Psicóloga 5)

Observamos que a desigualdade e o social aparecem implicados ao poder econômico do Estado, que afeta a estruturação da política. Na maioria das entrevistas podemos notar os atravessamentos dessas questões na atuação e até mesmo na saúde mental dessas trabalhadoras. O contexto político-econômico brasileiro que atravessa a vivência das participantes, especialmente no período pós 2018, marcada pela eleição de Jair Bolsonaro, produz insegurança e incertezas nas trabalhadoras. A defesa da ideia de que as

políticas públicas oneram o orçamento do Estado, afirmam uma política econômica que se alia aos ideais do neoliberalismo com efeitos de sucateamento e congelamento das políticas e ações sociais voltados ao combate da desigualdade social. Essa percepção dialoga com as colocações de Bronzo e Araújo (2024) que indicam que o desmonte da Política de Assistência Social foi uma “tragédia anunciada” a partir das mudanças políticas ocorridas com o governo de Michel Temer (2016), as quais foram intensificadas pelo governo bolsonarista.

Além disso, os participantes da pesquisa apontam as ações governamentais e o assistencialismo como desafios para a efetividade da política de assistência social.

“Elas [usuárias] saíram de um lugar, saíram de uma vulnerabilidade, elas tinham possibilidade de mudança nas suas vidas porque elas tinham um respaldo, e hoje o que a gente está vivendo hoje? um desmonte [...] eu considero que sou a porta de entrada do sistema da assistência, como de fato eu sou, então como vai ser pra nós atendermos demandas, por exemplo, de questões de moradia, questões de alimentos? As questões de alimentos [...] já estão se tornando muito presentes nesse momento, eu vou ter mais pessoas desempregadas, então eu vou ter mais pessoas com fome, mais pessoas sem recursos. Então o impacto disso na sociedade e como o profissional também, psicólogo, assistente social, pedagogo vão lidar com essas questões, então tem um impacto também na saúde mental, na nossa saúde mental por estarmos limitados a tudo isso” (Psicóloga 3).

“Estamos numa época de tensão, de incerteza, porque quando a gente tem um governo que incentiva, que vê importância, a gente se sente mais seguro e tal. Mas, por exemplo, a bolsa família, sempre teve preconceito, mas das pessoas não do próprio governo [...] se isso não é necessário então não vai ter investimento nisso, então a gente se preocupa e começa a perceber que de repente não vai ser

prioridade, que de repente as coisas não vão continuar tendo um desenvolvimento” (Psicóloga 6).

Apenas em duas entrevistas houve a invisibilização dos termos e não foi encontrado nenhum tipo de problematização acerca do assunto. Na fala de uma das participantes destaca-se a presença de uma concepção individualizante, que culpabiliza o sujeito, onde não se associa o sofrimento dos usuários ao fenômeno da desigualdade social.

Por fim, o que podemos notar durante a análise das entrevistas aqui expostas, é que existe uma relação entre a percepção do campo e a percepção do que chamam de social. A política de AS tem por objetivo a transformação social através da garantia de direitos e a prevenção de riscos (CREPOP, 2007). Por isso, a atuação neste campo é atravessada pela compreensão do social de cada profissional. Como dito anteriormente, se aproxima da ideia de pobreza e de miséria, sob a forma de pauperismo. Nota-se nas falas acima que essa é a visão de social explicitada pela maioria das profissionais quando citam o desemprego, a linha da pobreza, a violência e a vulnerabilidade como “questões sociais importantes”. Também é por essa visão, ligada a pobreza e a desigualdade econômica, que não vemos aqui uma problematização da desigualdade social descolada do social.

Nesse sentido, ao revisar as políticas que orientam o agir das psicólogas na AS, observou-se que há uma predominância na concepção de desigualdade, considerando majoritariamente a desigualdade econômica e suas análises sobre a pobreza, e deixando de considerar os efeitos de outras desigualdades sociais na vida dos usuários, como por exemplo a desigualdade de gênero, raça, etnia, entre outras. A análise das desigualdades sociais convoca a uma leitura interseccional, entendida como

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p.177).

E dessa forma, seguindo as contribuições de Crenshaw (2002), não basta apenas identificar os marcadores da diferença (raça, gênero, classe, etnias, etc) e sim, buscar os pontos de interação, intersecção. Um dos desafios que se coloca para a atuação das psicólogas na Assistência Social é incluir a interseccionalidade como aporte teórico metodológico para se pensar as vulnerabilidades e as múltiplas exclusões, construindo estratégias para a garantia de direitos para todos e todas as pessoas. A garantia de direitos humanos à população perpassa pela construção de um olhar voltado para as questões de gênero, raça e classe.

Além disso, é possível dizer que essas questões compreendidas dentro do que nomeamos como social também são entendidas como locus de intervenção de sua atuação na política de assistência social e, portanto, o que a maioria entende como objeto de intervenção da AS é o que também entendem como o social da AS.

Sendo assim, entendemos que para uma prática comprometida com o social da AS, é preciso mais que uma definição, é preciso a ampliação das concepções em torno das desigualdades sociais, descolonizando os modos de ver e analisar os fenômenos sociais e sua interferência na produção de sujeitos. O fato de o profissional de psicologia “trabalhar com o social”, produz a naturalização de um saber-fazer, se

aproximando da ideia de um sujeito e social universal, e assim, desconsidera os processos históricos e políticos de cada contexto. Por isso, não se trata de uma tentativa de definição do termo, mas de compreender a multiplicidade da ideia de social e de onde vem essa normalização e sensação de que o social está dado e sobre ele todos sabem, o que o torna ao mesmo tempo tão evidente quanto opaco (Silva, 2004).

Quando deixamos de considerá-lo como uma evidência e passamos a constituí-lo como um campo problemático, vemos que o social é essencialmente um objeto construído e produzido a partir de diferentes práticas humanas e que não cessa de se transformar ao longo do tempo (Silva, 2004, p. 13).

O desafio é produzir uma prática, atuação e formação onde a compreensão sobre a desigualdade social não seja universalizante e totalitária, produzindo modos de agir profissional que tomam como ferramenta um campo de análise onde a política, o social e as desigualdades estejam sempre em movimento e exigindo novas análises. Diante das forças que atuam no exercício profissional dentro da PNAS e não cessam em tentar imprimir a individualização dos efeitos da pobreza e das demais desigualdades sociais, a pista é apostar em um agir contracolonial, expresso em um movimento de contracolonizar a ideia de social neoliberal em nós.

### **Formação em Psicologia: Transições**

Segundo Ferreira Neto (2011), historicamente a formação em psicologia tomou como base três grandes áreas: a clínica, a escolar e a industrial, abrangendo as principais áreas de atuação da época. Em particular, a psicologia clínica estabeleceu-se mais facilmente e tornou-se a área com a maior carga horária nos cursos de graduação, marcando não apenas o currículo, mas principalmente o imaginário social da figura

do psicólogo. O sentido de clínica tratado aqui é o de clínica tradicional, que oferece predominantemente a psicoterapia e o psicodiagnóstico realizados sob uma visão individualista do sujeito, exercida em consultórios particulares por profissionais liberais. Entretanto, a conjuntura política e os movimentos sociais ocorridos no Brasil entre 1975 e 1988 convocaram a psicologia a também se movimentar. Por volta dos anos 90, a formação em psicologia encontra uma reconfiguração na atuação profissional movimentada pelo resgate do compromisso ético-político da profissão, aumentando a demanda de profissionais no âmbito das políticas públicas de proteção social (Ferreira Neto, 2011). Apesar do discurso de compromisso social da profissão, este não foi o único impulsionador da inserção da profissão no âmbito público. Yamamoto (2009) aponta que a profissão passou por transformações, destacando três fatores. O primeiro situa as condições específicas do mercado de trabalho, que sofreu interferência da crise econômica vivenciada no país, fazendo com que houvesse diminuição da demanda por serviços psicológicos situados dentro do modelo profissional autônomo. O segundo fator está relacionado a aprovação da Constituição de 1988, que permitiu a abertura de novos espaços de trabalho na área social. E o terceiro fator tem relação com as produções teóricas do período que ampliaram a reflexão crítica dos profissionais e redesenharam novos caminhos para a profissão de psicólogo.

Essas transformações são acompanhadas por reconfigurações no campo da formação, especialmente com o surgimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) nos anos 2000. O modelo anterior baseava-se num “currículo mínimo”, possuía ênfase conteudista, tecnicista e fragmentada, além de possuir pouca discussão acerca do cenário brasileiro, reproduzindo um conteúdo estrangeiro descontextualizado (Ferreira Neto, 2011). As diretrizes atuais rompem com esse modelo tradicional e mudam sua estratégia da transmissão de conteúdo, para a produção de habilidades e

competências, através de articulações entre aspectos teóricos e campos de práticas. O modelo atual busca uma formação mais contextualizada, que valoriza as experiências formativas, assentada no tripé ensino-pesquisa-extensão, conectando “o que fazer”, “por que fazer”, “como fazer”, “para quem fazer”. Dessa forma, a psicologia avança de três para dezenas de novas áreas de atuação, e a formação encontra o desafio de abranger as necessidades do profissional que pode potencialmente atuar em diferentes campos.

A Assistência Social é um campo de atuação que possui, dentre outras, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade como diretrizes para o trabalho. Nesse sentido, podemos dizer que o SUAS é um campo transdisciplinar. A transdisciplinaridade pode ser definida por processos que provocam a migração de conceitos e a exploração de outros territórios, gerando um diálogo transformador que permite a articulação entre diferentes saberes e disciplinas (Romagnoli, 2012). Na intenção de produzir informação qualificada para ampliar e orientar a atuação do profissional nesse campo “o Sistema Conselhos criou o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) com a finalidade de identificar a existência de práticas relevantes, sistematizar e documentar essas práticas e disponibilizá-las para toda a sociedade” (Conselho Federal de Psicologia, 2007, p. 9). A partir disso, buscamos identificar como se conectam formação e atuação, mapeando o que tem sustentado o fazer profissional, como a formação perpassa e sustenta as formas de intervenção dentro da PNAS.

Quando respondem às perguntas referentes a formação em psicologia, 09 profissionais afirmam que ela auxiliou na atuação e 03 consideram que não. Dentre os que afirmam ter auxiliado, a maioria diz não ter cursado estágios e disciplinas voltados para as políticas públicas, mas apontam que ainda assim a graduação teve impacto sobre a atuação e trouxe outras contribuições para a prática profissional, como no trecho a seguir:

Primeira coisa é que me ajudou a me reconhecer nesse lugar, a apropriação desse lugar, [...] sentir-se pertencente, outra coisa é a questão da postura ética e do posicionamento que você precisa ter quando você está aqui (Psicóloga 3)

Já a fala a seguir expressa a narrativa de uma das participantes que considera que a graduação em psicologia auxiliou pouco na preparação para o trabalho na Assistência Social:

Acho que ela me preparou muito pouco para as políticas públicas, para área da política social, quando eu entrei num CRAS eu não fazia ideia do que o psicólogo fazia no CRAS, [...] mas apesar de não ter auxiliado tanto quanto eu acho que poderia ter me auxiliado, pelo menos me fez entender todo o contexto do que é uma política pública, como é que ela funciona, como que é essa organização e o fluxograma de um política pública, que é o mínimo (Psicóloga 2)

Nesse sentido, as críticas à formação são referentes a falta de práticas e contato muito tardio com os campos de estágio. Além disso, algumas profissionais dizem ter tido contato com outras políticas, mas não com a da AS, o que pode estar relacionado ao fato de que suas formações ocorreram em consonância com a própria implantação do SUAS. Todas citam a formação continuada, incentivada pela gestão da AS do município, como importante para uma compreensão mais específica do campo de atuação, principalmente para as que não possuíam conhecimento do SUAS ou especialização na área.

## **Para Atuar na Assistência Social não Precisa Abordagem Teórica? Interrogando os Instrumentais para Construção de Caixas de Ferramentas**

Os dados das entrevistas indicam que o que tem dado subsídio para a atuação da maioria das profissionais são as leis e orientações técnicas desenvolvidas pelos Conselhos de Psicologia, CREPOP e Ministério de Desenvolvimento Social. Além disso, são citadas outras fontes de busca: as abordagens teóricas, capacitações (formação continuada), demandas externas (referentes ao público e a gestão) e internas (referentes à organização interna do equipamento) e outras leituras. Apenas uma profissional aponta a falta de literatura para orientação técnica no equipamento em que atua, o que a faz buscar subsídios nos documentos referentes à política de saúde (SUS). E uma não consegue reconhecer o que subsidia sua atuação.

Em relação à abordagem teórica emergem dois aspectos como analisadores. O primeiro é que, apesar de citarem a abordagem como uma ferramenta para subsidiar a atuação, a maioria também revela que não se identifica ou segue uma abordagem. Há uma dificuldade em reconhecer a utilidade da abordagem teórica e em usá-las como ferramenta para atuação no campo da assistência social. Mesmo entre as 4 profissionais que dizem seguir uma abordagem teórica na clínica psicológica, apontam que na AS não conseguem utilizá-la, como na passagem a seguir:

A gente não faz clínica aqui, então não combina você trabalhar uma abordagem clínica, psicólogo não pode fazer clínica né, a política pública é bem diferente do consultório... eu preciso de um setting terapêutico para fazer uma abordagem, às vezes a gente usa a psicologia comportamental. (Psicóloga 1)

[...] na Assistência eu percebo que como a gente não faz um trabalho terapêutico, não faz um trabalho muito específico do psicólogo, assim, que puxa muito para clínica, não sinto a necessidade de ter, tipo, uma definição assim tão ‘ah, eu...’ sabe assim? Então a gente circula, né. (Psicóloga 8)

O segundo analisador diz respeito à utilização de múltiplas abordagens por aqueles que fizeram referência a utilização de abordagem. É possível notar que ela é utilizada para assuntos pontuais, como se cada uma possuísse uma função determinada, o que pode caracterizar uma herança do “currículo mínimo”, onde a transmissão dos conteúdos era feita de maneira segmentada.

“Então, aqui na assistência social, eu gosto de trabalhar com a psicologia comunitária, com a psicologia social, mas eu gosto muito da análise do comportamento. Sempre foi a minha vertente mais forte e eu consigo usar muito na orientação às famílias, aos pais, no desenvolvimento de crianças e adolescentes, por exemplo” (Psicóloga 7)

“A cognitivo-comportamental ela vai me ajudar na questão do comportamento das crianças, quando eu preciso trabalhar orientação com as cuidadoras, porque é uma coisa mais prática, que é mais visível. Então eu pego os exemplos da prática com elas. Aonde eu vou usar mais a psicanálise? São na questão de trabalhar a questão do luto, a questão do apego, do trauma, quando eu atendo a criança ou adolescente individualmente, quando eu passo a entender a vida dela, então eu parto mais pra psicanálise” (Psicóloga 12)

Além da dificuldade em reconhecer a abordagem, nota-se que existe uma dificuldade em perceber quais são as especificidades do psicólogo no campo de intervenção da AS e em relacioná-las com o caráter intersetorial e interdisciplinar da política de AS, sendo um desafio para as profissionais perceber o que é de sua responsabilidade teórico-prática, e o que compõe o fazer de outras áreas profissionais.

“A gente é engolido pelas demandas da política. Pelas regulamentações, pelas resoluções, pela tipificação de serviço, como deve funcionar... Então a gente acaba se apropriando muito mais disso do que do nosso trabalho, isso gera às vezes uma perda de identidade muito grande [...] eu vejo que o psicólogo vem perdendo sua identidade, não tá conseguindo mostrar e estabelecer muito o seu papel [...] tá muito solto, sabe. Ou tudo muito confuso. Todo mundo faz tudo” (Psicóloga 7)”

“Então, esse é um ponto bem negativo, eu acho, porque parece que tudo é meio misturado demais, sabe? Eu concordo que é um atendimento psicossocial e tal, mas tem coisas... assim, que eu acho que a gente não faz atendimento clínico, a gente só entra com o seu olhar né... e tem coisas que eu percebo que parece que um profissional invade o olhar do outro” (Psicóloga 4)

A abordagem teórica é reconhecida pela maioria das profissionais como uma propriedade da clínica, o que mostra uma forte influência do modelo clínico tradicional que se consolidou como a figura social do psicólogo. A partir disso, perpassa as profissionais um discurso que veicula a noção de que se não se faz clínica, não é necessária uma abordagem teórica, assim como vivenciam o fazer nesse campo como uma dissolução identitária. Enquanto analisador, esses dados têm potencial de evidenciar contradições e tensões na constituição da nossa profissão. Aqui observamos um fenômeno interessante: enquanto a literatura no campo das políticas públicas de saúde destaca que houve uma transposição descontextualizada dos instrumentais da clínica privada-liberal para o âmbito público, no campo da assistência social não ocorre essa transposição, pois é claro para as profissionais que não é função dos serviços vinculados à Política de Assistência Social ofertar psicoterapia. Entretanto, ao não ofertá-la, associa-se a dispensa de abordagem teórica ao fazer da psicologia, o que implica num empobrecimento acerca da compreensão do saber-fazer psicológico.

Trata-se de um discurso que acaba sendo o avesso do discurso da clínica tradicional - ou seja, ao negar a psicoterapia no âmbito da política de Assistência Social, acaba negando também as contribuições da abordagem teórica, ou usando-a de forma fragmentada e sobreposta. A maioria não consegue relacionar a interdisciplinaridade, intersetorialidade e transdisciplinaridade com a psicologia, ressaltando muitas vezes durante as falas que “não faz um trabalho muito específico do psicólogo” (Psicóloga 8), mesmo possuindo e citando práticas atreladas à psicologia social e comunitária, que atravessam esses conceitos.

Dessa forma, podemos dizer que a descaracterização e o fato que “o psicólogo vem perdendo sua identidade” (Psicóloga 7) nesse campo pode estar relacionada a situação de que cada vez mais é exigido do profissional, principalmente nas políticas públicas, que ele supere as linhas entre as especificidades e construa novas estratégias de atuação (Ferreira Neto, 2011), o que exige um diálogo com outros profissionais e saberes.

É importante não cairmos na falácia de acreditar que a grande questão dos/das estudantes de psicologia ao longo de seu itinerário formativo deve ser a escolha de uma abordagem teórica. Entretanto, também não queremos dizer que ela não é importante. Mas sim, que ela não precisa ser central, além de não ser suficiente. A atuação nas políticas públicas envolve a exigência de uma articulação entre 3 eixos: a abordagem teórica; as perspectivas interdisciplinares e competências interprofissionais; a política de atuação.

Em relação à abordagem teórica, é esperado que ela seja capaz de veicular uma leitura de sujeito contextualizada histórica e socialmente, oferecendo referenciais para atuação. Em relação às perspectivas interdisciplinares, é preconizado um diálogo com saberes advindos da antropologia, história, ciência sociais, administração entre outros, capazes de complexificar a compreensão sobre o objeto de intervenção e ampliar os instrumentais de intervenção. Já a

interprofissionalidade envolve a abertura para o desenvolvimento de trabalhos colaborativos, em equipes e redes setoriais e intersetoriais, respondendo à complexidade dos problemas atendidos no âmbito da AS.

Por fim, o terceiro eixo envolve os aspectos referentes à política de atuação, envolvendo a compreensão das legislações, portarias, orientações e modelos. Cada política possui um mandato público, assim como cada serviço a ela vinculado, os quais devem ser conhecidos, analisados e avaliados constantemente. Para além da dimensão assistencial, o/a trabalhador/a também exerce cargos de gestão, participação no controle social e formação. O entrelaçamento desses 3 eixos reverbera em dimensões éticas, técnicas e políticas.

Nesse sentido, não se trata de escolher dicotomicamente entre teoria e orientação política, mas de constituir uma caixa de ferramentas que possa agregar sempre novas ferramentas-operadoras, que possibilitem a leitura da realidade e modos de agir sobre ela, visando processos de transformação (Foucault, 1979). A proposta de constituição de caixas de ferramentas surge em um diálogo entre Foucault e Deleuze, no qual Foucault assinala a necessidade de que os conceitos sejam trabalhados como ferramentas, que sirvam, que tenham utilidade para operar processos de desmontagem do instituído. Apesar do caráter aparentemente utilitarista (é necessário que sirva), não significa que deve servir para qualquer finalidade, mas sim como instrumento de combate e enfrentamento.

Por isso, entendemos e afirmamos a necessidade de uma formação crítica, generalista e abrangente, permeada pelo equilíbrio da relação dialógica entre teoria e prática, capaz de romper com o imaginário do psicólogo que se encontra na clínica fazendo psicoterapia e de reconhecer sua importância também nas dezenas de áreas que exigem diferentes, e não menos importantes, modos de atuação.

## Considerações Finais

A partir dos conceitos e das análises apresentadas neste trabalho é possível perceber que o social e a desigualdade social são questões que permeiam o agir do psicólogo na AS e, por isso, se conectam com a maneira que as profissionais compreendem o campo. Observamos que o social e a desigualdade social são identificadas e problematizadas de diferentes modos nas falas, mas sempre relacionados um ao outro. O que evidencia a necessidade de uma problematização da desigualdade social para além da desigualdade econômica, pensando na ampliação das vulnerabilidades, que podem estar relacionadas também ao gênero, raça, classe, entre outros.

Constatamos que a atuação tem sido sustentada, principalmente, pelas orientações técnicas da política de AS e a formação continuada. De modo geral, foi identificado pelas profissionais que a formação não possibilitou muitas experiências na Política de Assistência Social mas, ainda assim, reconhecem que possibilitou construir habilidades e competências para atuar nesse âmbito, através da estruturação do senso crítico, da ética profissional e da construção do olhar e da escuta qualificada, que é o que difere o modo de agir do psicólogo frente aos determinantes sociais. Ainda assim, entendendo a formação como um modo de experimentação, destaca-se a necessidade de que os serviços do SUAS sejam ofertados como campos de práticas, possibilitando maior articulação dos instrumentais teórico-técnico-políticos aos campos de práticas.

Outro ponto a ser destacado é que existe um discurso que veicula a dificuldade de utilização de abordagens teóricas no campo da Assistência Social ou, ainda, a utilização de múltiplas abordagens, de forma fragmentada, evidenciando a descontextualização das formas de ensino das teorias em relação aos campos de práticas. Diante disso, indicamos a necessidade de que a inserção da Psicologia nas políticas de Assistência Social tenha como base a articulação entre 3

dimensões: a abordagem teórica; as perspectivas interdisciplinares e competências interprofissionais; e a política de atuação. Dimensões estas que devem fornecer os referenciais e conceitos-operadores para a composição de caixas de ferramentas para o trabalho de psicólogos/as, caixas estas que devem estar abertas a incorporar permanentemente novas ferramentas, frente a uma realidade complexa e dinâmica.

Por fim, podemos dizer que o campo de atuação na Política Pública de Assistência Social segue em transformação e construção, assim como os modos de agir nesse campo. É preciso, então, que a formação em psicologia siga se desconstruindo, a fim de reconfigurar o lugar social do psicólogo, rompendo com o modelo clínico tradicional: sem transpor teorias de forma abstrata e também sem negar as suas possíveis contribuições, mas convidando-as a novas experiências no território da Assistência Social. Atento ao exercício ético, que promove a vida, fazendo com o que os referenciais teóricos dialoguem e sustentem uma prática ético-política, produzida no encontro com as políticas públicas e a população brasileira. Facilitando, assim, a criação de novas estratégias de atuação, coerentes com uma psicologia alinhada aos direitos humanos. Também é importante que esse estudo chegue à comunidade e às profissionais que atuam no campo da AS, a fim de afirmar os instrumentos teórico-práticos e que se siga problematizando e discutindo os desafios da atuação do psicólogo em um campo transdisciplinar como o das políticas públicas.

## Referências

Afonso, M. L. M., Vieira-Silva, M., Abade, F. L., Abrantes, T. M., & Fadul, F. M. (2012). A psicologia no Sistema Único de Assistência Social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*,

7(2). Recuperado de [https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume7\\_n2/Afonso, Maria Lucia Miranda, et al.pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume7_n2/Afonso_Maria_Lucia_Miranda_et_al.pdf)

Bock, A. M. B, & Gonçalves, M. G.M. (2009). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. Cortez.

Brasil, Conselho Nacional de Assistência Social. (2004). Resolução N° 145, de 15 de outubro de 2004. *Diário Oficial da União*.

Bronzo, C.; Araújo, E. T. (2024). Desmonte da Política de Assistência Social no Brasil pós 2016: uma tragédia anunciada. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 43. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2024.43.278905>.

Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/yswnrP7bqXsh7HvgjnYRhfq/?format=pdf&lang=pt> .

Castel, R. (2004). As transformações da questão social. In L. Bogus, M. C. Yasbek, & M. Wanderley (Orgs.), *Desigualdade e a questão social* (pp. 236-264). EDUC.

Castel, R. (2005). *A insegurança social: O que é ser protegido?* Vozes.

Castilho, C. F. V., & Carloto, C. M. (2010). O familismo na política de Assistência Social: um reforço à desigualdade de gênero? *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas* (pp.13-21). Universidade Estadual de Londrina.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2007). *Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Recuperado de

[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha\\_crepop\\_cras\\_suas.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf)

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2022). *Quem faz a psicologia brasileira? - um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho : volume I e II*. Brasília.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), & Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2007). *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. CFP/CFESS. Recuperado de [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/09/relatorio\\_atuacao\\_psi\\_pas.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/09/relatorio_atuacao_psi_pas.pdf)

Crenshaw, Kimberle. (2012). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf> >

Curado, J. C. (2018). Psicologia e pobreza: Um problema a ser enfrentado. In M. Cordeiro, B. Svartman, & L. Souza-Viela (Orgs.), *Psicologia na assistência social: Um campo de saberes e práticas* (pp. 45-63). Instituto de Psicologia.

Dillemburg, F. (2016). Desigualdade social. In R. M. C. Fernandes & A. Hellmann (Orgs.), *Dicionário crítico: Política de Assistência Social no Brasil* (pp. 74-76). CEGOV/UFRGS. Recuperado de [https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub\\_70.pdf](https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_70.pdf)

Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do psicólogo: Clínica, social e mercado*. Escuta.

Ferreira Neto, J. L. (2010). Uma genealogia da formação do psicólogo brasileiro. *Memorandum*, 18, 130-142. Recuperado de

<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a18/ferreiraneto01.pdf>

Ferreira Neto, J. L. (2011). *Psicologia, políticas públicas e o SUS*. Escuta; Fapemig.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.

[Gasparotto, G. P.](#) (2017). As seguranças sociais e a perspectiva de gênero no sistema único de assistência social. Tese de doutorado. <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7257>.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2004). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*. Recuperado de [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)

Moraes, P. H.; Zambenedetti, G. (2022). Psicologia e Políticas Públicas no Sudeste Paranaense: Potencialidades e Desafios. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 14, n. 3, jul./set. , p. 17–30. <https://doi.org/10.20435/pssa.v14i3.1806>

Oliveira, I. F., & Costa, A. F. (2018). Psicologia e política social: História e debate. In M. Cordeiro, B. Svartman, & L. Souza-Viela (Orgs.), *Psicologia na assistência social: Um campo de saberes e práticas* (pp. 32-45). Instituto de Psicologia.

Paulon, S. M., & Romagnoli, R. C. (2010). Pesquisa-intervenção e cartográfica: Melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 10(1), 85-102. Recuperado de <http://www.revispsi.uerj.br/v10n1/artigos/pdf/v10n1a07.pdf>

- Romagnoli, R. C. (2012). O SUAS e a formação em psicologia: Territórios em análise. *ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(1), 120-132. Recuperado de <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/683/662>
- Rossi, A., & Passos, E. (2014). Análise institucional: Revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista EPOS*, 5(1), 1-10. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100009&lng=pt&nrm=iso)
- Sawaia, BB. (2001). O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In Sawaia, BB (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp. 97-118). 2ª edição. Petrópolis: Vozes.
- Senra, C. M. G., & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: Sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/05.pdf>
- Silva, R. N. (2004). Notas para uma genealogia da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 12-19. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a03v16n2>
- Spicker, P. (2009). Definiciones de pobreza: doce grupos de significados. In Spicker, P., Leguizamón, SA, & Gordon, D. (Orgs.), *Pobreza: um glossário internacional*. (pp. 291-306). Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais - CLACSO. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/glosario/glosario.pdf>

Yamamoto, O. H. (2009). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso social da psicologia. In Bock, A. M. B. (org), *Psicologia e o compromisso social* ( pp. 37-54). Cortez.

# Escuta e Grupos: dispositivos da Psicologia no manejo do vínculo na PNAS

---

Paola Christie Ijiri Ribeiro  
Jéssica Pedrosa Mandelli  
Rafael Bianchi Silva

## Introdução

O entrelaçamento entre a Psicologia e o campo da Assistência Social, no território nacional remete a meados do final dos anos 1970, momento no qual a Psicologia procurou se aproximar das demandas concretas da sociedade brasileira através da ligação com “movimentos sociais na defesa de diversas bandeiras políticas, entre elas a saúde e a saúde mental, a defesa da criança e do adolescente, o debate sobre o sistema prisional, a questão dos direitos humanos e a defesa das minorias” (Macedo, Sousa, Carvalho, Magalhães, Sousa & Dimenstein, 2011, p. 480).

Associado a este fator, a promulgação da Constituição Federal de 1988 entre outros marcos legais, reafirmaram a importância das políticas públicas e dos direitos sociais. Posteriormente à constituinte, destacamos, a partir de nosso foco, a regulamentação da Lei Federal nº 8742/93 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, a aprovação da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) em 2004 e em 2005 a implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Apesar de todas essas conquistas, foi apenas com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), em 2006, que a Psicologia de fato foi admitida e reconhecida dentro do campo dessa política (Cordeiro, 2018) ao prever a participação de psicólogas(os) para trabalhar nas equipes mínimas de referência dos serviços

da proteção básica e especial (média e alta complexidade) da PNAS, o que fez com que, como apontam Scott, Marion, Freitas, Ferreira, Pereira e Siqueira (2019), o campo da Assistência Social tenha recebido, nos últimos anos, grande quantidade de psicólogos(os). Até o mês de janeiro de 2011, eram 8.079 psicólogas(os) atuando nos dispositivos da Assistência Social (Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS) de todo o Brasil (Macedo et al., 2011). Conforme indica notícia publicado no site do Conselho Federal de Psicologia (2024), o Censo SUAS de 2022 declarou que cerca de 30 mil psicólogas e psicólogos atuam no SUAS exercendo seu trabalho em serviços e programas que compõem a política, o que indica um crescimento exponencial da participação profissional nesse campo.

A partir desses dados é possível compreender que, ainda que seja uma área de atuação relativamente recente, encontra-se preocupação em produzir orientações e diretrizes que tem por objetivo direcionar o trabalho do profissional psicóloga(o) dentro das políticas públicas de acordo com princípios gerais estabelecidos pela política (Scott et al., 2019).

Como exemplo, os Documentos de Referências Técnicas elaborados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) são recursos que oferecem às(os) psicólogas(os) qualificação e orientação para a atuação profissional (Conselho Federal de Psicologia/Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2013).

Soma-se a isso, conforme indica Bock (2010), que a produção de novas possibilidades de atuação na Psicologia precisa estar alinhada com o compromisso social da Psicologia. A partir desse contexto, algumas práticas passam a ser enfatizadas ganhando destaque dentro do rol de possibilidades para a atuação da(o) psicóloga(o) dentro da Assistência Social. Enquanto ferramentas de ação, a PNAS destaca a **escuta** e o **trabalho com grupos** o que fica expresso em duas passagens que podem ser observadas no documento.

A primeira aponta para a relação entre o desenvolvimento de potencialidades e a realização do trabalho social com famílias. O documento afirma que se deve “[...] adotar ferramenta dialógica, baseada no diálogo - na fala, **mas, sobretudo, na escuta – é preciso aprender a escutar**” (Brasil, 2012, p. 99, grifo nosso). Já o segundo termo indica a metodologia a ser adotada no trabalho com as famílias, propondo alternativas a ações individuais. Segundo o documento:

**A realização de dinâmicas de grupo é indicada,** pois favorece os processos de comunicação e interação entre os participantes das oficinas com famílias, contribuindo na expressão da subjetividade, na construção coletiva de conhecimento e na reflexão acerca da realidade vivenciada pelos integrantes (Brasil, 2012, p. 29, grifo nosso).

Partimos do entendimento que ambos, escuta e o trabalho com grupos, tratam de dispositivos operados dentro da política de Assistência Social com fins e objetivos específicos convergentes. Enquanto conceito, Foucault (1926-1984/2019, p. 364) afirma que um dispositivo se trata de:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Entendemos que o trabalho com grupos demanda a construção de ações de forma dinâmica, voltadas a uma escuta das dificuldades, produção de reflexões e problematizações, produzindo possíveis encaminhamentos de resolução das questões tratadas. Portanto, articulado a uma escuta qualificada, o trabalho com grupos objetiva além dos fatores subjetivos, abarcar e tratar aspectos socioeconômicos,

culturais e relacionais, rompendo com as práticas tradicionalmente clínicas e individuais (Afonso, Vieira-Silva, Abade, Abrantes & Fadul, 2012).

Nesse panorama, ambos dispositivos [escuta e grupos] apresentam um fator em comum: a questão do vínculo. O vínculo, enquanto um elemento que precisa ser construído e produzido entre os sujeitos, estabelece mais uma ponte entre a Psicologia e a Assistência Social, a partir da análise de relações e convivências produzidas dentro das famílias, comunidades e territórios de atendimento dos serviços da política. Como afirma Rodrigues (2017, p. 40):

[...] podemos situar o vínculo como um objeto estratégico ... que ao estabelecer uma conexão entre duas redes distintas de práticas – a rede que constitui a Psicologia e a rede da Assistência Social – permite aos profissionais da Psicologia um ponto de ancoragem no âmbito da proteção social.

É possível observar que o discurso sobre o vínculo na PNAS é apresentado a partir do exercício de diferentes funções no fazer técnico. Remete ao seu papel como elo/ligação (a ser observado na família e desta com o serviço ou com a comunidade onde viva, por exemplo), como objeto, como um meio e/ou como finalidade/resultado a ser atingido. Isto posto, o vínculo é um elemento que atravessa todos os documentos e parametrizações da Assistência Social, visto que perpassa diversas questões, desde o público, até as metas e as práticas. Ao associá-lo à garantia ao direito à convivência familiar e comunitária torna-se quase um imperativo (Rodrigues, Guareschi & Da Cruz, 2013).

Dentro da proposição da política, a escuta e o grupo são apontados como ferramentas potentes que estão a serviço da(o) psicóloga(o) para se alcançar um dos principais objetivos e metas da política: assegurar “[...] principalmente, **ao fortalecimento de vínculos**, à auto-estima, à autonomia, ao protagonismo, à participação e à capacidade de proteção das

famílias, indivíduos e comunidades” (Brasil, 2011, p. 16, grifo nosso).

Partindo desse panorama, o presente trabalho tem por objetivo compreender, através da análise dos documentos que parametrizam o trabalho da Psicologia na Política Nacional de Assistência Social (o que inclui aqueles que foram produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia) a maneira pela qual o trabalho com grupos e a escuta são apresentados como dispositivos a serem operados pelos profissionais da Psicologia no manejo do vínculo nesse contexto.

### **Vínculo: um elemento que atravessa a Escuta e o Trabalho com Grupos**

O vínculo pode ser considerado como um elemento central na Política Nacional de Assistência Social, pois atravessa o público que se propõe a atender, os objetivos a serem atingidos, os encaminhamentos realizados e, principalmente, as ações que os profissionais da política devem desenvolver. O documento intitulado Orientações Técnicas sobre o PAIF aponta que “[...] o fortalecimento dos vínculos familiares e a defesa e promoção do direito à convivência familiar e comunitária são metas que perpassam todas as normatizações da política nacional de assistência social” (Brasil, 2012, p. 89).

Além do mais, o vínculo é uma ponte discursiva que liga os diferentes profissionais atuantes na política, visto que conforme o Caderno do MDS (2017) os vínculos fortalecidos são os resultados que se espera do trabalho social realizado em situações de vulnerabilidades relacionais. No que tange à Psicologia, considera-se fundamental a presença de profissionais da área que seriam os responsáveis para construir uma aliança estratégica de vínculo com a população usuária do SUAS (Conselho Federal de Psicologia/Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2013).

Rodrigues e Guareschi (2017, p. 172) afirmam que o vínculo é o ponto de encontro entre a Psicologia e a Assistência Social, na qual a primeira se dá como campo produtor de conhecimento e a segunda como campo das práticas. Nesse sentido, “[...] é a estabilização do vínculo como afeto que permite conectar essas duas redes de práticas, atualizando, através dessa versão, um interesse político endereçado aos usuários dos serviços socioassistenciais, ao qual a Psicologia contribui como campo de produção de conhecimento”.

Compreende-se que a discussão sobre o vínculo está presente na Psicologia de diversas maneiras (desde vinculados à influência da biologia até os estudos psicanalíticos e sociais) servindo de base para compor os modos como a noção de vínculo são entendidas e articuladas nas práticas da Assistência Social, como por exemplo, atrelada à cidadania e a defesa de direitos (Rodrigues & Guareschi, 2017).

É considerando este panorama que a Assistência Social adotará “[...] um entendimento alargado do conceito de vínculo para que seja possível precisar o que se quer fortalecer [...]” (Brasil, 2017, p. 24). Essa compreensão, no entanto, abre caminho para que diversas interpretações sejam realizadas a respeito do que se entende por vínculo, e conseqüentemente, distintas ações possam ser elaboradas pelos trabalhadores da política, incluindo psicólogas(os). Tal imprecisão é descrita nos documentos ao denunciarem que “[...] os profissionais usam frequentemente a expressão ‘vínculos fragilizados’ sem explicitar seus sentidos e para quais situações esta classificação está sendo utilizada” (Brasil, 2017, p. 34).

Contribuindo com tal discussão, Rodrigues e Guareschi (2017, p. 170) apontam que “[...] a multiplicidade do vínculo gera como efeito uma diversidade do fazer aos profissionais que trabalham nos serviços do SUAS possibilitando a eles o desempenho de diferentes práticas que se orientam para diferentes aspectos do cotidiano de vida dos sujeitos”.

Entendemos que, nesse âmbito, a Psicologia contribui com recursos técnicos-operativos e teóricos-metodológicos que auxiliam na compreensão do caráter relacional e na construção dos fatores subjetivos e objetivos que são de suma importância para o estabelecimento de vínculos de confiança entre os profissionais psicólogas(os) e os usuários dos serviços da Assistência Social (Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social/Conselho Federal de Psicologia, 2016).

Nesse sentido, visando averiguar a qualidade dos vínculos e minimizar os impactos dos afastamentos familiares, o artigo 74 da Nota Técnica do Conselho Federal de Psicologia aponta que: **“A psicóloga e psicólogo devem propor estratégias e atividades que favoreçam o fortalecimento dos vínculos dos usuários,** bem como destes com a comunidade em que estão inseridos” (Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social/Conselho Federal de Psicologia, 2016, p. 39, grifo nosso)

Em consonância a esta proposição, os documentos oficiais da PNAS afirmam que os técnicos atuantes na política devem buscar estabelecer vínculo com a família e os usuários dos serviços, dado que, o estabelecimento de confiança e reconhecimento entre as partes é indispensável para a continuidade do trabalho socioassistencial iniciado (Brasil, 2012).

Todo esse percurso nos leva a indagar quais ferramentas os profissionais da Psicologia, atuantes no campo da Assistência Social, utilizam para manejar o vínculo. Segundo o documento “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, construir e sustentar vínculos são conteúdos na PNAS sendo necessário realizar a aproximação de conteúdo e método.

Na observação das práticas desenvolvidas e nos debates estabelecidos com especialistas e profissionais que atuam diretamente no serviço, uma concepção predominante é aquela que identifica que construir e sustentar vínculos são

conteúdos na política de assistência social, pressupõe, portanto, a aproximação de conteúdo e método, pois na medida em que os profissionais, no próprio serviço e por meio da sua intervenção, tornam-se referência e constroem vínculos - do profissional com o sujeito e dele no grupo e do grupo entre si (grupo convivente) – ele também fomenta a ampliação e diversificação dos vínculos e das relações desse sujeito (Brasil, 2017, p. 34-35).

A partir disso, podemos indagar quais métodos são indicados e/ou que devem ser utilizados pelos profissionais para manejar esse vínculo tão significativo para a Política Nacional de Assistência Social de modo a problematizar os impactos de tal proposição.

### **Escuta e Trabalho com Grupos como Dispositivos da Psicologia**

Para avançar no entendimento da função da escuta e do trabalho com grupos no contexto da Assistência Social, consideramos importante retomar o debate em torno da noção de dispositivos. Segundo Agamben (2005, p. 12) estes se configuram como um “[...] conjunto de praxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens”. Foucault (1926-1984/2019, p.367) acrescenta que, assim como um tipo de formação, que em certo período teve de responder a uma urgência histórica, o dispositivo tem uma função estratégica dominante:

[...] está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.

Um dispositivo, portanto, pode ser considerado uma prática geral, que engloba tanto a prática discursiva, quanto a não discursiva. Compreende arranjos de poder, possibilita afirmações e negações, teorias e verdades, que podem ser identificadas nas práticas discursivas. Em síntese, “o dispositivo está relacionado às práticas, atuando como aparelho ou ferramenta que constitui e organiza os sujeitos” (Silva & De Souza, 2013, p. 89).

Em vista disso, a escuta e o trabalho com grupos são dispositivos que foram e são tecidos por discursos, instituições, leis, enunciados científicos e filosóficos, que em algum momento emergiram para atender a uma demanda da sociedade, cumprir uma função, e assim perduraram. Além do mais, são sustentados por saberes da ciência psicológica, da mesma forma que dão suporte para que essa ciência se desenvolva, ainda estão inscritos em um jogo de poder.

É nessa perspectiva que tomamos a escuta e o trabalho com grupos enquanto ferramentas disponíveis às(os) psicólogas(os) do campo da Assistência Social que colocam em funcionamento toda uma maquinaria institucional descrita e prevista na política, sendo utilizada com o intuito de organizar os sujeitos e cumprir com as metas demandadas pela instituição (nesse caso, a própria política de Assistência Social).

Conforme explicam Ribeiro e Guzzo (2014, p. 85) “a prática do psicólogo no SUAS foge dos padrões tradicionais da psicologia desde a clientela que vai atender aos espaços que vai ocupar e as ações que serão propostas”. Isto quer dizer que a Assistência Social coloca à(o) psicóloga(o) diversos desafios, desde a construção de ações alternativas às tradicionais da Psicologia, até desafios para além da técnica psicológica. Assim, impõe a ultrapassagem de concepções, abordagens e metodologias reducionistas a um modelo que tem o indivíduo como centralidade ao mesmo tempo que entende a atuação atravessada por aspectos institucionais, políticos e sociais,

que demandam do profissional um posicionamento crítico com relação à realidade.

Essas ações que escapam da visão hegemônica se alinham a um movimento da Psicologia que visa novas formas de atuação, com o compromisso de adotar uma posição ético-político frente à sociedade, objetivando a transformação social, elaborando novas linhas de trabalho que possuam por objetivos combater a desigualdade a partir de uma posição crítica (Benelli, 2016).

De acordo com Yamamoto e Oliveira (2010, p. 21), este processo “exige não a adequação de um conhecimento teórico-técnico, mas sim, a criação de novos conhecimentos e uma mudança na postura que marca historicamente a atuação dos psicólogos”. Nessa direção, o Conselho Federal de Psicologia/Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (2013, p. 40) ressalta que: “[...] a iniciativa da(o) psicóloga(o) deve ter a direção do coletivo, de um movimento político que busque a mudança social, a quebra de paradigmas e o rompimento com práticas conservadoras e dominantes”.

Nos diversos documentos que parametrizam o trabalho na Política Nacional de Assistência Social são indicadas variadas práticas e atividades de responsabilidade dos técnicos de nível superior da política (o que inclui a Psicologia). Estão previstas ações em equipe, como orientação e encaminhamentos, estudo social, diagnóstico socioeconômico, referência e contrarreferência, ações externas como busca ativa, visita domiciliar, monitoramento e avaliação do serviço, assim como ações desenvolvidas diretamente com os usuários do serviço, tais como acolhida, grupos de convívio e fortalecimento de vínculos, construção de plano individual e/ou familiar de atendimento, etc. (Brasil, 2009).

Considerando essas atividades, os princípios norteadores postos aos profissionais e as orientações

estabelecidas, duas estratégias se destacam no tocante ao manejo do vínculo: a escuta e o trabalho com grupos. A PNAS indica, por exemplo, que o trabalho social no CREAS pressupõe a utilização de diversas metodologias, técnicas e a construção de vínculos de referência e confiança do usuário com os profissionais. “Nesse contexto, a escuta qualificada em relação às situações e sofrimentos vivenciados pelos usuários tornam-se fundamentais para o alcance de bons resultados e a viabilização do acesso a direitos” (Brasil, 2011, p. 28).

Além disso, os documentos apontam para a importância de ações grupais, visto que favorecem processos de comunicação, vinculação e interação entre os participantes, além de contribuir para a expressão da subjetividade, construção de reflexões coletivas e individuais, reconhecendo os saberes de todos e os diversos pontos de vista (Brasil, 2012).

Assim, compreende-se que o trabalho com grupos possui um papel de extrema relevância na Assistência Social, pois se constituem como importantes espaços para a construção de vínculos e identificação com o outro, para o reconhecimento de situações similares vividas. Através da vivência da grupalidade, os sujeitos são impulsionados a buscar soluções e ações a determinados problemas cotidianos, construir e compartilhar reflexões, sonhos, objetivos e afetos, tendo como principal articulação a coletividade (Conselho Federal de Psicologia/Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2013; Conselho Federal de Psicologia/Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2011). Dessa maneira, entende-se que há “[...] uma contribuição significativa no manejo das atividades coletivas, pois a Psicologia oferece conteúdos e técnicas para esse tipo de atividade” (Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social/Conselho Federal de Psicologia, 2016, p. 28).

## **Escuta e o Trabalho com Grupos: Conduzindo modos de vida e processos de Subjetivação**

Pensando que a(o) psicóloga(o) na Assistência Social tem por objetivo o fortalecimento de vínculos visando à redução de situações de vulnerabilidades, de riscos sociais e violação de direitos, há de se pensar a maneira pela qual a escuta e trabalho com grupos operam, através do vínculo, na modificação e organização dos modos de vida dos usuários.

Sobre a prática da escuta, Sanches e Silva (2019) realizaram um trabalho tecendo considerações acerca da terminologia “escuta qualificada” no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Verificaram que a partir das

[...] proposições teóricas, técnicas e políticas presentes nos documentos, o que será escutado passará pela tradução a partir da seleção dos saberes que fundamentam os discursos profissionais e também dos conceitos norteadores dos cadernos que disciplinam e direcionam a escuta desse trabalhador. Isso significa que as narrativas escutadas nesse contexto passam, no mínimo, por dois crivos: o das linguagens da política e o das linguagens dos saberes disciplinares, dentre eles, o saber da Psicologia (Sanches & Silva, 2019, p. 619).

A escuta enquanto um dispositivo de controle permite a constituição de saberes, direcionando o conteúdo para o que interessa à política, produzindo através de um jogo de perguntas e respostas durante os diferentes atendimentos realizados, a produção de jogos de verdade. Esse controle disciplinar existente através da escuta diagnóstica é percebido na Assistência Social principalmente no preenchimento e atualização dos cadastros, relatórios e visitas domiciliares (Sanches & Silva, 2019). Sobre essa questão, o próprio CFP aponta que “o principal dispositivo da intervenção do profissional é a escuta qualificada dessa pessoa no contexto do

atendimento e nas práticas do serviço” (Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social/Conselho Federal de Psicologia, 2016, p. 38).

Um conceito que se alinha ao que foi tecido até o momento é o de exame, que coloca em movimento um tipo de vigilância normalizadora que permite classificar, qualificar ou mesmo punir o indivíduo. Nesse sentido, ambos dispositivos [escuta e trabalho com grupos] produzem um exame, uma norma e vários controles.

Para exercer esse controle sobre a vida dos sujeitos, a política da assistência social dispõe de diversas ferramentas e conhecimentos, como relatórios, enquetes, pesquisas, bancos de informações, e incluímos neste momento, a escuta e o trabalho com grupos. Tais estratégias encontram-se envoltas em um jogo de poder que produz e explora o que se passa na cabeça das pessoas, seu cotidiano, suas vidas, visando produzir um sujeito específico, mediante determinadas regras (no caso, o da política de Assistência Social) (Gama, 2017).

Exemplificando esse ponto, Sicari, Oliveira e Pereira (2015, p. 96) apontam por exemplo, que a partir dos grupos com famílias em situação de descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (espaço em que se visa esclarecer as condições de manutenção ou bloqueio ao programa) produz-se um modelo específico de família que devia estar de acordo com as normas propostas pelo programa socioassistencial.

Teixeira (2010) cita que o trabalho socioeducativo com grupos de famílias, apesar de funcionar como um espaço de troca e reflexão, os encaminhamentos que ocorrem são pertinentes às questões internas das famílias, seus conflitos e como exercer seus papéis, demonstrando um caráter individualizante e culpabilizador desse dispositivo. Ou ainda, utilizando esse espaço para prestar informações e alimentar o sistema da Assistência Social. “Portanto, é herdeiro das práticas educativas tradicionais, embora envoltas de

discursos modernos dos direitos e cidadania” (p. 294). A partir disso, é possível afirmar que o trabalho com grupos enquanto dispositivo normatizador que se contrapõe a proposição reflexiva prevista nos documentos.

Dessa forma, a escuta e o trabalho em grupo podem ter múltiplas funções, inclusive permeada por ambivalências, tal como a própria política social. Como explica Potyara Pereira (2011), a política e suas ferramentas não podem ser pensadas puramente de valor positivo ou negativo ou exclusivamente a serviço de uma ou de classe, pois são substancialmente contraditórias.

Deste modo, podemos afirmar que a escuta e o trabalho com grupos, enquanto dispositivos a serem utilizados pelos profissionais da Psicologia, visam cumprir com os objetivos da política, em outras palavras, controlar os sujeitos-usuários. Estes, encontram-se vinculados com diferentes estratégias na política de Assistência Social na qual, como bem pontuam Miron e Guareschi (2017, p. 350) “[...] não faltam prescrições e mecanismos de controle sobre como usar o benefício, como viver em família, como conviver na comunidade, como criar vínculos, como trabalhar, como estudar etc”.

Considerando esse ponto de vista, entendemos as práticas presentes na Assistência Social como tecnologias de controle de vida e regulação social. Nas palavras de Gama (2017, p. 57),

[...] tais práticas podem ser pensadas como componentes de uma verdadeira tecnologia biopolítica, que consiste em regular o cotidiano, sobrecodificando e descodificando os acontecimentos e gerindo os modos de vida pela utilização cada vez maior dos processos de normalização e dos discursos da segurança.

As ações das(os) psicólogas(os) nesse contexto de exercício persistem em moldar a vida dos moradores de

periferias, por exemplo, ao estilo de vida dos moradores de regiões centrais (Silva & Carvalhaes, 2016). Partem, em sua grande maioria, de um projeto de vida previamente estabelecido para os usuários dos serviços, seja pela visão dos próprios profissionais, seja pela interpretação que estes fazem dos documentos parametrizadores da política. Por meio dos resultados de suas ações, esses profissionais buscam encontrar “[...] uma população minimamente sadia, limpa, ocupada, organizada e sem conflitos” (Macedo & Dimenstein, 2009, p. 295).

Em contrapartida, a partir do momento em que podem servir como mediadores na ampliação da potência do ser, na partilha sensível, visibilizar as origens das desigualdades sociais, levando à superação da individualização das questões sociais e coletivizando as demandas singulares, apontamos os serviços da Assistência Social como simultaneamente político e estético (Maheirie, Gomes, Tonial, Minchoni, Arndt & Corrêa, 2019).

Dessa forma, o trabalho com os usuários do SUAS, partindo das condições, experiências e problemáticas vivenciadas por estes, pode servir como um espaço de vivência capaz de promover transformações individuais e coletivas (Almeida & Silva, 2021). Como cita Ribeiro e Guzzo (2014, p. 89-90) “[...] favorece o processo de conscientização dos usuários, fazendo-os refletir sobre sua realidade, perceber-se como parte dos acontecimentos sociais e políticos e vislumbrar possibilidades de ação diante dos problemas”.

Nessa perspectiva, podemos indicar que, para além de uma dimensão prescritiva, por oferecer uma escuta qualificada, as(os) psicólogas(os) atuam na identificação e prevenção dos riscos e vulnerabilidades sociais. A partir de uma perspectiva preventiva (e não curativa), podem contribuir na transformação dos entraves psicológicos e sociais nas problematizações das experiências cotidianas (Costa & Cardoso, 2010).

Para mais, conforme Sicari, Oliveira e Pereira (2015, p. 98), os grupos de convivência podem assumir um espaço:

[...] em que se pode falar sobre tudo, sem julgamentos e restrições. Percebemos que conseguimos... construir um lugar de fala e escuta, quando contam sobre suas intimidades, as histórias de vidas carregadas de sofrimentos e, fundamentalmente quando nos falam sem medo de estar sendo fiscalizadas. Além disso, o grupo se constituiu em espaço de formação de vínculo comunitário, espaço para estar com o outro.

Nesse caso, a(o) psicóloga(o) tem a função de facilitar os relacionamentos, favorecer a convivência e a troca de experiência entre os usuários, trabalhando conjuntamente com as potencialidades e as dificuldades (Costa & Cardoso, 2010). Oportunizando a expressão e elaboração de demandas e auxiliando na identificação de possibilidades de encaminhamentos, através da construção de uma relação dialógica, horizontal e respeitosa entre os usuários e as(os) psicólogas(os) (Conselho Federal de Psicologia/Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, 2008; Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social/Conselho Federal de Psicologia, 2016). Desse modo, ao profissional de Psicologia é atribuído o papel de mediador das ações desenvolvidas nos serviços das PNAS (Brasil, 2009).

Logo, os grupos e a escuta são ferramentas que, ao mesmo tempo, possibilitam dar voz às pessoas ditas invisíveis, os “ninguéns” da sociedade, para que sejam ouvidas e reconhecidas. Silva e Carvalhes (2016, p. 254) apontam que, “[...] o diálogo é transformador e político, já que incorpora a voz daqueles que estão à margem das decisões da sociedade, ampliando, dessa maneira, as formas democráticas presentes”.

Portanto, como demonstram Sanches e Silva (2019), o profissional que atuar na política pública de Assistência Social

irá se defrontar com a ambiguidade entre ser um instrumento de reprodução social (assumindo o papel de controle social, estabelecendo regras diante de determinados modos de vida), ao mesmo tempo em que deve buscar criar espaços de subversão, brechas e diferenciações em um “universo de repetições.

As atuações das(os) psicólogas(os) nessa política necessitam escapar dos modelos tradicionais de Psicologia, atrelando-se a forças de resistências, ocupando novos espaços de intervenções, aventurando-se e reinventando novos modos de atuação que transcendam os limites de classe, que encontrem brechas em modos de existência, que reconheçam os usuários enquanto sujeitos de suas próprias histórias, e com isso, agentes de transformação de suas próprias vidas e da comunidade em que vivem.

### **Considerações Finais**

A escuta e o trabalho com grupos são ferramentas pertinentes utilizadas pela Psicologia no contexto da Política Nacional de Assistência Social, principalmente para se alcançar os objetivos e metas dessa política, sendo que um dos principais é o fortalecimento de vínculos, buscando com isso efeitos como a redução de situações de vulnerabilidades, de riscos sociais e violação de direitos.

Tal conceito é tão importante para a política que se faz presente no público, no meio, na finalidade e perpassa todas as normatizações. Logo, o vínculo além de ser um ponto central na PNAS é uma ponte entre a Psicologia e a Assistência Social.

Contudo, isso traz diversas implicações para os sujeitos, as(os) psicólogas(os) e demais trabalhadores. Pois, uma vez que adotamos essas ferramentas enquanto dispositivos, ou seja, que implicam em um jogo de poder e normas, temos esses dispositivos como reguladores da vida, mas não de qualquer

vida, de uma vida específica que a PNAS requer. E a(o) psicóloga(o) terá que lidar com a ambivalência entre ser um mero replicador da norma, estabelecendo o controle social e específicos modos de vida, e ser um ponto de encontro e transformação dos sujeitos, ampliando as possibilidades de ser e existir.

Desse modo, nos questionamo-nos como, em meio a um mundo normatizador, repleto de modelos e regras, estabelecer uma alternativa de vida e vivências, por meio da escuta e o trabalho com grupos, que escape da reprodução de discursos, da culpabilização e da padronização da vida.

### Referências

- Afonso, M. L. M., Vieira-Silva, M., Abade, F. L., Abrantes, T. M. & Fadul, F. M. (2012). Assistência Social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 7(2), 189-199. Recuperado de [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume7\\_n2/Afonso, Maria Lucia Miranda, et al.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume7_n2/Afonso,_Maria_Lucia_Miranda,_et_al.pdf)
- Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo?. *Outra Travessia*, (5), 9-16. doi: <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Almeida, C. G. F. & Silva, R. B. (2021). Atuação da Psicologia no SUAS: percepções sobre Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Comunitário. *POLIS E PSIQUE*, 11, 7-31. doi: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.111924>
- Benelli, S. J. (2016). Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais: uma análise crítica. *Estudos de Psicologia*, 33(4), 735-745. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000400016>

Bock A.M.M (2010). *Apresentação da Coleção*. In: Gonçalves, M.G.M. Psicologia, subjetividade e políticas públicas. São Paulo: Cortez.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*. Recuperado de [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf)

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)*. Recuperado de <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Orientações Técnicas sobre o PAIF – volume II*. Recuperado de [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_PAIF\\_2.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf)

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social. (2017). *Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos*. Recuperado de [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/concepcao\\_fortalecimento\\_vinculos.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf)

Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social/Conselho Federal de Psicologia. (2016). *Nota Técnica com parâmetros para atuação das(os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%CC%81cnica-web.pdf>

Conselho Federal de Psicologia/Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas. (2008). *Referência Técnica para*

*atuação do (a) psicólogo(a) no CRAS/ SUAS.* Recuperado de <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2008-crepop-cras-suas.pdf>

Conselho Federal de Psicologia/Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2011). *Como os Psicólogos e as Psicólogas podem contribuir para avançar o Sistema Único de Assistência Social (Suas)? Informações para Gestoras e Gestores.* Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/como-os-psicologos-e-as-psicologas-podem-contribuir-para-avancar-o-sistema-nico-de-assistncia-social-suas-informaes-para-gestoras-e-gestores/>

Conselho Federal de Psicologia/Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2013). *Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS.* Recuperado de <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-sobre-a-pratica-de-psicologas-os-no-centro-de-referencia-especializado-da-assistencia-social-creas/>

Conselho Federal de Psicologia (2024, June 20). *Na Câmara, CFP apoia aprovação do piso salarial para trabalhadoras(es) do Sistema Único de Assistência Social.* Recuperado de <https://site.cfp.org.br/na-camara-cfp-apoia-aprovacao-do-piso-salarial-para-trabalhadoras-es-do-sistema-unico-de-assistencia-social/>

Cordeiro, M. P. (2018). A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 166-183. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1809-52672018000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672018000300012)

- Costa, A. F. S. & Cardoso, C. L. (2010). Inserção do Psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 3(2), 223-229. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v3n2/v3n2a11.pdf>
- Foucault, M. (1926-1984/2019). *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária.
- Gama, B. C. (2017). *Insistências entre o vulnerável e o vencedor no governo do vivo: Ensaios na Política Pública de Assistência Social*. (Tese de Doutorado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Recuperado de [http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/06/2017\\_t\\_Bruno1.pdf](http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/06/2017_t_Bruno1.pdf)
- Macedo, J. P. & Dimenstein, M. (2009). Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 293-300. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hvCfDGdDyJM8VShvmyC3fQn/?format=pdf&lang=pt>
- Macedo, J. P., Sousa, A. P., Carvalho, D. M., Magalhães, M. A., Sousa, F. M. S. & Dimenstein, M. (2011). O psicólogo brasileiro no suas: quantos somos e onde estamos?. *Psicologia em Estudo*, 16(3), 479-489. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pe/a/tkKzmJLq5NsXjxZtZxKBrJg/?lang=pt>
- Maheirie, K., Gomes, M. A., Tonial, F., Minchoni, T., Arndt, A. D. & Corrêa, B. (2019). Subjetivação política e aumento da potência de ação: quem são os usuários dos cras?. *Psicologia em Revista*, 25(2), 874-890. doi: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p874-890>

- Miron, A. X. & Guareschi, N. M. F. (2017). Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 349-362. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000952014>
- Pereira, P. A. *Política social: temas & questões*. Cortez, 2011.
- Ribeiro, M. E. & Guzzo, R. S. L. (2014). Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(1), 83-96. Recuperado de [http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/837/651](http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/837/651)
- Rodrigues, L. (2017). *Performances do vínculo na Política de Assistência Social: um objeto múltiplo*. (Tese de Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande de Sul, Brasil. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/165860>
- Rodrigues, L. & Guareschi, N. M. F. (2017). A performance do vínculo na Política de Assistência Social. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(1), 161-174. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1809-52672018000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672018000100012&lng=pt&nrm=iso)
- Rodrigues, L.; Guareschi, N. M. F., & Da Cruz, L. R. (2013). A centralidade do vínculo familiar e Comunitário nas políticas públicas de Assistência social. In: Rodrigues, L.; Guareschi, N. M. F., & Da Cruz, L. R.(Org.), *Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social*.(pp. 1122). Santa Cruz do Sul, Brasil: EDUNISC. Recuperado de <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/03/interlecuc3a7c3b5es-entre-a-psicologia-e-a-pnas.pdf>

Sanches, N., & Silva, R. B. (2019). A escuta qualificada na assistência social: Da postura diagnóstica às formas (po)éticas de escutar. *Estud. pesqui. psicol.*, 19(3), 604-622. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n3/v19n3a04.pdf>

Scott, J. B., Marion, J., Freitas, A. P. M., Ferreira, M., Pereira, C. R. R. & Siqueira, A. C. (2019). Desafios da Atuação do Psicólogo em Centros de Referência da Assistência Social (Cras). *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(1), 125-141. doi: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120110>

Sicari, A. A., Oliveira, T. R. & Pereira, E. R. (2015). Grupos de discussão no CRAS: problematizando a pobreza e seus desdobramentos. *SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo Revista da SPAGESP*, 16(2), 88-101. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702015000200008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200008)

Silva, N. F. & De Souza, K. M. (2013). O conceito de dispositivo em foucault: A emergência histórica do dispositivo do desenvolvimento sustentável e a construção das subjetividades. *Scripta Uniandra*, 11(1), 85-107. doi: <https://doi.org/10.18305/scripta%20uniandra.v11i1.569>

Silva, R. B. & Carvalhaes, F. F. (2016). Psicologia e Políticas Públicas: Impasses e Reinvenções. *Psicologia & Sociedade (Online)*, 28(2), 247-256. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/q4gNDhBzVv7C3rRbwd376Wb/?format=pdf&lang=pt>

Teixeira, S. M. (2010). Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza?. *Textos & Contextos*, 9(2), 286-297. Recuperado de

[https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/artic  
le/view/7032](https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/artic<br/>le/view/7032)

Yamamoto, O. H. & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(especial), 9-24. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ptp/a/vBxzfyFsdLYrqSJFXNw8j9b/?format=pdf&lang=pt>

## Considerações sobre a PNAS a partir da uma perspectiva interseccional

---

Larissa Firmino da Silva  
Simone Maria Hüning

### Inquietações iniciais

Toda escrita e toda ação sobre políticas públicas é sobre projetos políticos de vida que envolvem autonomia, soberania e independência. Essas são palavras dirigidas às mulheres beneficiárias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), seja nos textos destas políticas, nas visitas domiciliares ou nos atendimentos em equipamentos da assistência social. Cada um desses termos produz um discurso sobre essas mulheres e suas famílias, sendo necessária a reflexão dos efeitos que produzem e o que afirmam (ou não) sobre o projeto político de vida estabelecido pelos governos, diluídos nas atuações de profissionais.

Aqui tomamos o feminino como lugar de voz e ação que dá o tom para tensionar os lugares que ocupamos, sabendo que a psicologia é uma área majoritariamente feminina e que mulheres são também a maioria das usuárias da assistência social. Essa realidade é confirmada pelas diversas pesquisas que apontam dados alarmantes sobre o que se passa em suas casas, sendo os dados da fome e insegurança alimentar uma dessas dimensões. Foi a politização da fome ao longo dos mais de 75<sup>23</sup> anos de combate à fome que resultaram nos conceitos

---

<sup>23</sup> Este número remete ao marco histórico e ativista que foi o lançamento do livro *Geografia da Fome*, de Josué de Castro na década de 1946. Esta obra, assim como todo trabalho da pessoa de Josué foi de extrema importância para o desenvolvimento de políticas públicas que compreendessem melhor e de forma social a questão da fome, antes entendida por questões ligadas somente à natureza.

de segurança e insegurança alimentar e nutricional, preceitos importantes para falar desigualdades sociais de minorias. A insegurança alimentar e nutricional se refere à falta de acesso frequente e suficiente a alimentos nutritivos, bem como à incerteza das famílias sobre a própria capacidade de conseguir suprir as necessidades alimentares de forma saudável e em boa quantidade. (Boletim CBJC, 2024)<sup>24</sup>

Entendemos que o trabalho da psicologia na assistência social deveria pautar-se na proteção, promoção de cidadania e protagonismo de quem o procura, onde temáticas sobre vínculos familiares e a atenção a marcadores de diferenciação e poder como raça, sexualidade e de gênero, gerassem ações coletivas no sentido da busca de uma cidadania digna - e não mais vulnerabilização, exclusão e justificativas para a não proteção (Vergès, 2021). Contudo, lamentavelmente, em nossa experiência de atuação e pesquisa junto à Política Nacional de Assistência Social (PNAS) vemos que o racismo, o preconceito, o moralismo sexista entre outras violências herdadas do colonialismo, assim como a vergonha de precisar de “ajuda” e a naturalização da condição de pobreza, se fazem cotidianamente presentes. Esses elementos transformam a rotina de atendimentos realizados nos serviços em uma série de “casos difíceis” que se tornam comuns com a banalização das necessidades de usuárias circundando estes espaços.

Trabalhando no SUAS e com a PNAS nos encontramos com mulheres negras (majoritariamente), vindas de famílias grandes, da periferia, com diversas ambições de vida. Mulheres que, em contextos bastante marcados por faltas e carências – como as de saneamento, de acesso aos pontos centrais da cidade, a um bom emprego que garanta autonomia e dignidade, a políticas públicas de qualidade, como educação

---

<sup>24</sup> O Centro Brasileiro de Justiça Climática -CBJC realizou um boletim em 2024 trazendo os desafios e possibilidades de políticas públicas neste cenário de crises alimentares, ambientais e climáticas, onde múltiplas desigualdades sociais se encontram.

e saúde –, precisam seguir tentando. Mesmo com o medo, a violência e a morte na porta de casa, elas persistem na busca de uma vida boa, justa e digna. No entanto, repetidamente, ao recorrerem aos equipamentos da assistência social, o que ali encontram é a escassez e/ou insuficiência de benefícios, além de barreiras políticas e sociais impostas pelas profissionais ou instituições que as acolhem.

O incômodo com a repetição desses encontros – com mulheres negras em situação de vulnerabilidade – é o que nos faz tensionar cenários e perspectivas de vida que são naturalizadas como seu único destino. É justamente na constante passagem dessas mulheres pelos equipamentos da assistência onde se enfatizam conflitos familiares e poucas realizações pessoais e efetivação de direitos, que reafirmamos o lugar da mudança, do cuidado, da dignidade e do desejo de futuro. É ali onde a insistência assume lugar de destaque, pois, se muito do mundo nos é insuficiente, então insistimos em querer mais para existir.

Assim, situamos a experiência de trabalho no campo da assistência social (nos serviços ou na pesquisa) como algo que deve se compor com estas mulheres: no meio do caminho e pela insistência, no encontro e na produção de fronteiras que sejam permeáveis e permitam a produção de contato e não divisórias distanciadoras. Tais fronteiras aqui são pensadas não como barreiras para aprisionar ainda mais em lugares fixos as mulheres que buscam a assistência social, mas como a possibilidade de criar marcos importantes que permitam borrá-las pelo estabelecimento de alianças e, então, fazer acontecer mais do que o que é definido unilateralmente pelas equipes e pelas políticas para e sobre elas. Pensamos em um tipo de fronteira que nos faça presentes nessa relação e expresse nossa posição limite ao acolher a diversidade e as ambições dessas mulheres e compreender as condições (sociais, culturais, econômicas, políticas etc) que dão continuidade a uma vida talhada por sofrimentos e privações, sem situá-las como uma determinação meramente individual.

Isso porque, a noção de individualidade que se constroi nas políticas públicas neoliberais não está atrelada apenas à compreensão de soberania e autonomia cidadã de mulheres, mas na colocação de uma responsabilidade que as questiona sobre sua capacidade, como indivíduos, de retirar-se ou não da condição em que se encontram.

Nas práticas psi que se sustentam pela ênfase no determinismo individual e ignoram o modo como marcadores sociais constituem relações de poder e de possibilidades de vida – portanto, também as condições de vulnerabilização –, frequentemente a produção de fronteiras acontece para demarcar limites e afastamentos entre a realidade de quem busca a assistência e de quem responde por ela, e de quem merece ou não a proteção do Estado (Vergès, 2021). Nesses casos, a fronteira permite seguir de forma instrumental as normativas que orientam nossas práticas nas políticas públicas e conviver melhor (ou com menor conflito) com as contradições da própria política que constituímos, presenciamos e (eventualmente também vivenciamos) junto às beneficiárias.

Esta compreensão de fronteira nos é inspirada pelo que a escrita de Gloria Anzaldúa (2009) convoca: fazer significados. A autora afirma que essa feitura é uma ideia e uma atividade compartilhada onde a identidade de gênero, classe, raça e identidade sexual podem gerar uma relação íntima interativa com o que escritoras e leitoras vivenciam, criando uma situação colaborativa. Inspiradas por isso e por experiências como profissional do SUAS<sup>25</sup>, vemos que na

---

<sup>25</sup> A primeira autora deste texto é uma mulher negra, psicóloga, que trabalhou na assistência e neste espaço vivenciou a urgência da fome sobressair outras necessidades e intervenções, principalmente com usuárias negras da área rural, com quem construiu, para além de um vínculo importante para execução do serviço, uma superfície de contato, fazendo com que usuárias negras ficassem mais à vontade em recebê-la em suas casas ou ao serem recebidas no equipamento. Algo ligado à empatia, direito e raça. Essa autora também acompanhou situações agravadas por condições climáticas e o período pós-

atuação com a assistência social isto não é diferente. Em inúmeros atendimentos e visitas domiciliares acompanhamos casos de mulheres que se assemelham entre si pela raça, pela fome e outras condições de desigualdades sociais. O encontro, entre profissionais e beneficiárias negras, nos aproxima e permite que a identificação dê espaço ao conforto para falar de si. Nesses momentos, as dimensões de raça, gênero, classe, família e região modificam e intensificam o modo como as histórias são formuladas, produzem significados que permitem um borramento das fronteiras entre o que transpassa a vida destas mulheres e a atuação profissional.

Portanto, experimentar essas fronteiras só é possível na articulação com as mulheres, suas famílias, o funcionamento em comunidade e os desvios críticos e sensíveis que a nossa atuação pode ter. Assim, tecer uma crítica a esses processos é criar argumentações sobre políticas públicas e atuação psicológica que nutram sua melhor execução. Atentar aos marcadores é uma constante lembrança de atualização de condições e conduções, em um convite para que as fronteiras que permeiam o fazer estatal e institucional, sejam menos rígidas.

Estar junto a essas mulheres, como profissionais e pesquisadoras, sendo capazes de uma leitura interseccional sobre nossas e suas relações, permitirá uma cooperação na construção de projetos e caminhos convergentes com o que as mulheres beneficiárias da política necessitam e como podem ser assistidas. Vislumbra-se, assim, um processo feito em conjunto, na fronteira, fazendo das políticas públicas aparatos de apoio, prevenção a situações de vulnerabilidade e promoção e garantia de acesso a direitos. Fazer sentido, nesse contexto, é romper juntas com a naturalização das formas de socialização feminina, tensionando os lugares que nos deixam ocupar ou delegam como mulheres, profissionais, usuárias da

---

pandemia da Covid-19, onde o desejo de ter mais que um prato de comida na mesa se intensificou.

política, mães, negras, “chefes de famílias”, viventes. Nossa atuação buscará, como propõe Gloria Anzaldúa (2009), lutar para nomear, sem fragmentar nem excluir. Uma busca de si em conexão com um nós, uma coletividade onde as diferenças de identidades são vistas como múltiplas e articuladas, que precisam ser marcadas pelo exercício da liberdade e pela construção de pontes a partir das quais possamos produzir redes de apoio em nossas reflexões e ações.

Então, famintas aqui estamos para discutir, nesta escrita, como estereótipos de gênero e marcadores sociais fazem circular ações e ideias no campo da psicologia, da assistência e das políticas públicas. A interseccionalidade se apresenta como uma ferramenta e ética feminista criada por ativistas negras e LGBTs que permite formas de investigação e intervenção diante de complexidades envolvendo os marcadores de diferença e poder (classe, raça, gênero, sexualidade, política e outros) na busca por melhores compreensões das dinâmicas sociais (Collins & Bilge, 2021). Portanto, escolhemos discutir a interseccionalidade de forma articulada à atuação da psicologia nas políticas de assistência social, a fim de gerar contribuições para o debate sobre promoção da justiça social.

Pensar projetos e atuações a partir de uma perspectiva interseccional na psicologia vai além de destacar ou destrinchar cada um dos marcadores sociais como específicos e independentes, mas buscar a compreensão das relações de poder situadas na articulação entre eles. Isso nos conduz a lacunas existentes no campo acadêmico e formativo que repercutem no campo prático, derivadas da formação atual ou de anos de negligência e silenciamento sobre tais questões. Por um lado, temos muitas pessoas recém formadas que encontram nos equipamentos públicos seus primeiros empregos e a atuação na assistência social ganha pouco destaque nas disciplinas das graduações em psicologia e nas escolhas profissionais, mesmo após mais de 20 anos de criação do SUAS. Por outro lado, encontramos profissionais que se

formaram em momentos em que esses debates não estavam presentes no âmbito acadêmico.

Frente a esse panorama, neste capítulo iremos destacar reivindicações apontadas por autoras negras, compreender lacunas existentes no campo de atuação da psicologia na assistência social e trazer considerações da perspectiva interseccional para promoção da justiça social, compromisso que a psicologia também deve assumir.

## **Gênero e raça na política de assistência social no Brasil**

A assistência social brasileira carrega em seu histórico práticas assistencialistas e coloniais que, somadas à influência neoliberal na execução dessas políticas, contribuem para perpetuar uma visão essencialista sobre as mulheres que são usuárias e trabalhadoras desse sistema.

De acordo com Mariana Cordeiro (2018), os percursos da política de assistência social que culminaram na criação do atual Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tiveram início no Brasil Colônia. Naquela época, jesuítas, convencidos de uma suposta barbárie e selvageria nos modos de vida indígenas, sequestravam crianças e as levavam para casas de recolhimento, onde seriam moldadas à religião e à cultura portuguesa, com o objetivo de modificar seus comportamentos e inseri-las nas normas e regras sociais impostas pela colonização. Estes processos e seus desdobramentos foram vistos, ao longo de nossa história, como atos de benevolência e salvação da infância<sup>26</sup>, juntamente com as ações da Igreja

---

<sup>26</sup> Uma versão contra hegemônica sobre esses fatos nos é oferecida por Micheline Verunsch (2021) em seu livro “O som do rugido da onça”. Apesar da obra ser situada como um romance literário, ela reúne importantes elementos historiográficos que são retomados e reposicionados a partir da narrativa ficcional, produzindo importantes reflexões sobre a história do país e as violências coloniais sobre os povos e em especial as crianças indígenas.

Católica na oferta de esmola, alimentação, abrigo e apoio espiritual para pessoas livres que não tinham condições de prover suas necessidades e ex-escravizadas então libertas.

Além do aspecto racial, as questões de gênero também marcaram essa história e não é por acaso, já que ambas as construções são tributárias do colonialismo, e ligadas à feminização da pobreza (Oyèwùmí, 2021). Neste sentido, temos presença das irmãs de caridade nas ações vinculadas à igreja e o primeiro damismo na política institucional. A predominância de mulheres nas instituições e ações de assistência expressa a naturalização da associação do cuidado como uma característica feminina no Ocidente. Do lado das pessoas assistidas, temos a priorização de pagamento de benefícios às mulheres que, como analisado por Simone M. Hüning e Érika S. Oliveira (2019), também traz paradoxos vinculados à produção de uma ortopedia política e o discurso de anormalidade em relação a famílias constituídas e chefiadas por mulheres (sem a presença de homens). Em ambos os casos, há a atribuição de uma essência universal ao feminino e a moralização sobre a existência e modos de vida das mulheres. Assim, se evidencia a determinação de sistemas de poder e controle sobre os corpos, ressaltando o cruzamento de raça e gênero, importantes na compreensão da formação das políticas de assistência.

Como consequência, a presença numérica elevada de mulheres desde as primeiras práticas assistencialistas até as políticas atuais de assistência social, não garantiram relações mais equitativas em relação ao aspecto de gênero, e menos ainda em relação ao racial. Mesmo com a virada política que ocorreu com a Constituição de 1988, que institui a assistência social como direito universal a quem dela necessita, há dificuldade de se romper com a noção da assistência como caridade e favor. Assim, se recrudescer a lógica que situa mulheres beneficiárias, especialmente mulheres negras, em

---

uma posição de dependência (de entidades religiosas, não-governamentais ou públicas), subalternidade e subcidadania, inclusive nos serviços atuais da PNAS.

Quando se trabalha em equipamentos da assistência onde há solicitação e recebimento de benefícios socioassistenciais, como o Cadastro Único (CadÚnico) e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), não é incomum que as palavras ‘jeitinho’ e ‘favor’ apareçam. Isso denuncia uma desqualificação do estatuto de direito diante da necessidade das mulheres, que é antiga e sempre urgente. O apelo emocional diante de uma situação de fragilização é posto, então, como estratégia de convencimento e sensibilização. Esses funcionamentos se potencializam principalmente quando os equipamentos da assistência se localizam em cidades pequenas/rurais, e as ‘pessoas notáveis’ da cidade são, obviamente, as mais influentes na política ou nas instituições religiosas e acabam por chefiar cargos importantes na PNAS, gerando relações personalizadas de clientelismo, troca de favores e capital político. Toda essa cadeia de politicagem, poder e vulnerabilidade compõe o contexto da nossa atividade cotidiana como psicólogas e intensifica outras nuances importantes da consolidação da política. Uma delas com certeza está no neoliberalismo.

O neoliberalismo, como modelo político econômico, se consolidou no Brasil nos anos 1990, entre a necessidade de reformas, a criação de políticas sociais e a presença das privatizações, impactando muito a classe trabalhadora. Ele incentiva a adaptação diante do sistema e o foco no esforço individual, e possui estratégias e escolhas econômicas que fazem a responsabilização do Estado oscilar (Vazquez & Falcão, 2019), exacerbando desigualdades entre pessoas que não compartilham das mesmas condições e oportunidades. No que diz respeito às mulheres, o neoliberalismo também impactou a relação do Estado com as lutas feministas.

Segundo Mirla Cisne & Telma Gurgel (2008), uma das primeiras questões foi e ainda é conseguir manter uma posição

de autonomia feminina frente à força da estrutura patriarcal-capital que singulariza a subalternidade de mulheres. Outro ponto, foi a marca dos anos 1990 com a ascensão das organizações não-governamentais (ONGs), quando muitas conquistas e reivindicações feministas tiveram que se modelar a partir dos valores neoliberais para ter espaço. No entanto, ao adequar-se a uma lógica de mercado de projetos, as ações das ONGs impulsionaram alternativas que as responsabilizam mais que ao Estado, delegando o problema a essas organizações sociais, contemplando exatamente as práticas neoliberais de esquiva e isenção de comprometimento.

Para Simone Hüning e Érika Oliveira (2019), a política de assistência social abriga a aparente contradição da coexistência entre o sujeito de direitos que o Estado precisa proteger e a ênfase no sujeito autônomo, individual e com capacidade de propriedade e consumo, atrelada à dimensão econômica neoliberal. Isso pode ser identificado inclusive no texto da política, como é o caso da primeira versão do programa Bolsa Família (PBF) de 2009. Esse designou às mulheres a responsabilidade financeira com o repasse do benefício, atribuindo-lhes uma gama de obrigações que reforçam uma tradição de atrelar a reprodução social, a maternidade e o cuidado como tarefas exclusivas do feminino (Carloto, 2009).

Já o Programa Auxílio Brasil, de 2021, que veio substituir o PBF (ou seja, em pleno contexto da pandemia da Covid-19 e em um governo que se encarregou do ataque direto às políticas sociais), além da permanência de pagamento do benefício preferencialmente à mulher, trazia em seu texto, como uma de suas ações direcionadas o “incentivo ao esforço individual” (Brasil, 2021, p. 1). Pode-se derivar disso uma perspectiva de culpabilização da mulher pela falta de tentativas individuais de melhorar suas condições de vida, guardando ao governo um caráter supostamente isento e corretivo da ausência prévia de iniciativas que as tornou

beneficiárias da política, devendo, portanto, apenas cumprir suas condicionalidades.

Em síntese, como analisa Françoise Vergès (2021), há uma relação indissolúvel entre a renovação patriarcal e o capitalismo neoliberal, já que “para o neoliberalismo, o corpo que apresenta um bom desempenho é o do homem branco” (p. 15). Ao estabelecer estratégias de intervenção a partir de marcadores identitários em grupos específicos, vemos nas políticas públicas um campo de disputa que tenta conciliar necessidades sociais com a manutenção da propriedade e capacidade de consumo dos indivíduos. O que se cria é um sistema que faz mulheres permanecerem na desigualdade, colocando-as em uma relação de parceria que supõe uma relação de troca, porém a partir de posições muito desiguais, sendo possível inferir que a recuperação de qualquer grau de autonomia possível para essas mulheres só aconteceria diante de sua submissão ao Estado desde uma tipologia patriarcal específica de mulher: a universal. A formulação e execução das políticas públicas em contextos neoliberais, converge, então, para a captura e pacificação de lutas por um “feminismo civilizatório, estatal e pretensamente universalista” (Vergès, p. 23).

A desconstrução da ideia de uma mulher universal é uma luta antiga do feminismo negro. No contexto brasileiro, a reivindicação de ativistas e acadêmicas nos anos 1970 chega a uma discussão sobre os marcadores da raça e as consequências para as políticas sociais brasileiras em um momento em que o mito da democracia racial ressoava com força total, tirando a importância da negritude como categoria política para mudanças sociais.

Uma importante protagonista desse movimento foi Lélia Gonzalez, que fez questão de apontar como, no Brasil, a raça precisou e precisa ser politizada para que a negritude seja participante de discussões e tenha acessos a direitos. A autora enfatizou que pensar o racismo e seus atravessamentos não se faz de forma isolada, visto que ele se nutre de violências

e desigualdades de gênero e classe, entre outras. Lélia Gonzalez (1984) expôs o racismo e sexismo brasileiro que marcou mulheres negras e tentou forçá-las a uma posição naturalizada de serventia e domesticação. Essa herança colonial posicionou a mulher negra como instrumento. Deveria cumprir muitas funções, inclusive de cuidado e afeto, mas ser tirada de cena ao realizar sua produção e saber. Era obrigada a abdicar de si para acalentar, suprir necessidades de outros que não os seus (desejos, filhos, perspectivas de vida etc).

Essas mulheres negras e pobres parecem permanecer em um estado de ‘função’ no presente, pois sua abdicação em prol dos outros não apenas persiste, mas também se transforma em trabalho. Elas encaram a sobrecarga de demandas sociais – como mulheres negras que atendem a todos –, precisando ser boas: boa empregada, boa trabalhadora, boa mãe, boa esposa, boa usuária dos serviços, boa participante da comunidade, boa mulher, enquanto enfrentam incessantemente as opressões estruturais, abandonos e violências estatais. Aqui citamos apenas a falta de acesso a direitos e políticas públicas, a violência de gênero, que conversa com a violência policial que assola homens e jovens negros, deixando mães e famílias negras destroçadas. Tudo isso gera um estado de alerta e sofrimento permeado pela culpa, desamparo e solidão. Sozinhas, a vida-lida de mulheres negras é mais pesada de carregar.

Antes de Lélia Gonzalez, a escritora brasileira Carolina Maria de Jesus também registrou e historicizou a realidade da fome e da vida da mulher negra no país. Em seus escritos encontramos uma reivindicação contextualizada em relação à formulação de políticas de assistência. Como usuária de um sistema incipiente e de práticas assistencialistas nos anos 1950 e 1960, a autora trazia em sua escrita sobre o cotidiano e a urgência da melhoria de vida diante da falta de serviços governamentais que a assistissem:

Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que eu vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres (Jesus, ([1960] /2019), pp. 36).

Em “Quarto de Despejo” ([1960]/2019) acompanhamos com Carolina a infeliz naturalidade e companhia da fome, em uma rotina insistente para tirá-la de cena, mas em vários momentos, ela em seu tom amarelo, assume o protagonismo. No tempo de Carolina não havia políticas sociais bem estabelecidas, muito menos políticas de assistência social. O serviço citado e buscado por ela consistia em ações de caridade, fomentando uma dívida de gratidão e uma relação de dependência.

Com a obra de uma mulher negra e pobre que descreve e analisa sua própria realidade, vemos a dureza que é seguir insistentemente lutando pela vida acompanhada pela fome, bem como evidencia-se a urgência de mudanças no modo como mulheres são posicionadas e assistidas pelas políticas públicas nos dias atuais. É por isso que afirmamos que no trabalho na política, na militância e na academia, faz diferença a produção de conhecimentos e estratégias de ação, nas fronteiras, articuladas com os movimentos sociais negros e com as narrativas diárias de beneficiárias do serviço, como a que nos oferece Carolina Maria de Jesus – que possui ainda a importância de registro histórico de um tempo de desigualdades que vemos e ouvimos se repetir contemporaneamente nos equipamentos de assistência.

## **Das práticas na PNAS à interseccionalidade**

A proteção social de mulheres, garantida pela assistência social, não pode ser desenvolvida se o olhar isolado e estigmatizante da psicologia (assim como em outras áreas) se perpetua. Como vimos, a produção de mulheres universais

traz o perigo de um modelo moralizante de ser mulher, bem como o perigo de uma história única, alerta que Chimamanda Adichie (2019) faz ao abordar a importância de diversas narrativas para maiores compreensões de realidades e populações, principalmente a negra.

Se na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) se traz o enfoque nas famílias e sua relação com o território, só é possível pensar em mudanças de condições sociais e de vida em uma dimensão coletiva e para além da vulnerabilidade, algo nem sempre gerido por profissionais dos serviços. É pela naturalização da vulnerabilidade de mulheres e famílias, pela universalização reducionista de uma ideia de quem são beneficiárias, que aspectos problemáticos do fazer na assistência se consagram, atualizando repetições de intervenções e visões danosas a quem necessita da assistência.

Um deles é a **permanência de práticas assistencialistas**. Isto acontece, entre tantas situações, quando o trabalho é feito de forma isolada, seja pela condução de ações sem participação da equipe ou, quando em equipe se intervém em situações complexas de maneira superficial, sem o esforço de uma ação intersetorial junto a outros equipamentos da assistência ou da rede institucional da cidade ou da comunidade. As práticas meramente assistencialistas afastam as possibilidades de mudanças efetivas na vida das pessoas que procuram os serviços.

O assistencialismo, quando se atualiza, faz voltar o caráter culpabilizante de responsabilização individual do sujeito pela situação em que se encontra, colocando na equipe de profissionais, a quem a família deve ficar grata, uma missão salvadora. Esse tipo de prática ainda hoje vincula usuárias e famílias a pessoas específicas que compõem as equipes de assistência, principalmente se conhecidas nos bairros e municípios e/ou pelos políticos locais. No dia a dia da assistência é possível notar a presença de negociações internas de benefícios, mudanças em pessoas da equipe ou em intervenções realizadas. Como consequência, produz-se,

nesses casos, a permanência de usuárias por muitos anos na assistência, o que contraria o ideal do SUAS de promover autonomia e independência cidadã. Além disso, fere a ética profissional.

Essa troca de favores (clientelismo) e a personificação de figuras reconhecidas por seus cargos de poder e decisão na barganha de serviços de assistência por votos e gestão política, se tornam obstáculos para o livre exercício de direitos no campo social. Segundo Solange Fiuza e Lucia Costa (2015), é possível observar a ramificação do clientelismo por meio dos funcionários patrimoniais, pessoas que não distinguem as esferas pública e privada, atribuindo seus cargos ao político que os indicou. Essa dinâmica traz interesses privados para o âmbito do trabalho e da execução das políticas de assistência. As autoras apontam que esses cargos, marcados pela pessoalidade, refletem características complexas do clientelismo, que hoje atua de maneira mais moderna e envolve figuras que anunciam formas privilegiadas de acesso a serviços e benefícios.

Nas práticas assistencialistas, o que prevalece são as relações de dependência e abdicação da autonomia pela gratidão eterna, e para compreender por que elas permanecem, podemos nomear algumas das relações de poder que estão em jogo e que já foram citadas em outros pontos do texto, como: o contexto social das mulheres e famílias beneficiárias, o racismo e o sexismo da sociedade, a lógica produtiva neoliberal, a produção universal de mulheres e os benefícios políticos na troca de favores. Desde essa perspectiva, a posição da equipe e dos profissionais da assistência se torna dispersa. Oscila entre o simples cumprimento de dever, de forma imediatista, fazer o que for mais prático diante de uma violação latente (geralmente algo focal), ou partir para uma atuação crítica com questionamentos de “comos” e “porquês” tais práticas e condutas foram naturalizadas, para assim buscar a formação de caminhos mais ampliados.

Outro problema que podemos identificar no desenvolvimento da política de assistência social é a **insuficiência de ação em relação à articulação entre as diferentes dimensões que integram a condição de vulnerabilidade e ausência ou fragilidade de análise sobre marcadores sociais na atuação**. No trabalho no SUAS, é preciso não perder de vista a complexidade de aspectos relacionados à vulnerabilidade, como a presença da fome e da pobreza, junto às questões raciais, de gênero, sexualidade, políticas e familiares. A fome, sempre enfatizada por Carolina Maria de Jesus como protagonista de sua história, não é apenas a falta de alimentação, mas a falta de dinheiro, do Estado e a constante insuficiência de alimentos. A fome interfere na relação com seus filhos, na construção de vínculos, estabelecimentos de afeto e possibilidade de presença junto a eles. Consome sua persistência em busca de trabalho, acentua suas dificuldades de saúde, perpassa a violência e a falta de saneamento em seu bairro, sofrimentos intensificados pelo julgamento e constrangimento social, incorporados pelo racismo à sua cor de pele.

Carolina Maria de Jesus narra a história do cotidiano de muitas mulheres que são assistidas e explicita como diversos aspectos se somam, produzindo vulnerabilização. Pelas problemáticas que permanecem na atualidade, a escrita de Carolina Maria de Jesus nos ajuda a entender que a resolução de suas questões não se resume a ter dinheiro e responsabilizar-se, mas em como pôr em movimento suas potencialidades e de sua família no sentido de buscar por alguma qualidade de vida.

Na rotina dos serviços, é comum que o impacto da insegurança alimentar nos vínculos familiares, práticas de lazer e cuidado, e desejos educacionais fora do contexto de condicionalidades passem despercebidos tanto por beneficiárias quanto por profissionais. Muitas vezes, a negligência é impulsionada pela urgência das solicitações de benefícios, pelo foco prioritário na fiscalização do

cumprimento de condicionalidades (que se torna uma cobrança para usuárias) ou do afastamento familiar (por violência ou outros conflitos). Tal modo de funcionamento acaba reforçando a contradição existente na atuação das equipes, pois suspende potencialidades de mulheres e famílias na relação com seus territórios geográficos e existenciais, dimensionando apenas as suas fragilidades.

Os escritos de Carolina Maria de Jesus certamente convergem para o desejo de tantas outras mulheres assistidas, de querer mais que a sobrevivência. Nos convocam também a questionar sobre ideais de mulheres que são projetadas nas intervenções feitas. Deste modo, sendo a assistência um campo de operações sobre a vida das pessoas, para além da concessão de benefícios, e a atuação psicológica podendo ser articuladora de intervenções não isoladas, torna-se relevante um trabalho em equipe que considere a dimensão interseccional da constituição dessas vidas e suas condições.

Uma das formas disso acontecer está na análise da interconectividade entre as diferentes questões e violações sociais que compõem a complexidade de cada situação que chega ao serviço. De forma isolada, os marcadores sociais podem até nos dar pistas e referências aos atendimentos das famílias, mas é o acompanhamento das relações entre eles que permitirá o acesso a outras dimensões de acolhimento, compreensão e colaboração, que deve caracterizar o trabalho na assistência. Na afirmação Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), “as histórias específicas de privação de direitos, associadas a racismo, heterossexismo, exploração de classes, colonialismo, e subordinação de casta/étnica/religiosa que se moldam em contextos sociais específicos, não são mais entendidas como eventos separados, mas ao contrário, como interconectadas” (p. 164).

Acionar uma perspectiva interseccional, além de servir como uma ferramenta analítica, possibilita a criação de diálogos éticos que promovem o pensamento emancipatório, estabelecendo uma relação entre investigação e prática

crítica. Ao entender como as relações de poder moldam historicamente identidades, práticas sociais e arranjos institucionais, a interseccionalidade levanta questões que favorecem tanto a compreensão quanto a elaboração de intervenções (Collins & Bilge, 2021) menos assistencialistas e mais assertivas e consonantes com a realidade vivida. Ou seja, diante da complexidade das desigualdades sociais que envolvem a vida de mulheres negras, as práticas de atuação na assistência podem se beneficiar das análises interseccionais e das alianças que podem gerar.

Para pensar este desafio ético, recorremos aos quatro domínios de poder descritos por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021). Esses domínios estão relacionados às práticas institucionais e são utilizados para analisar como diversas relações de poder sustentam as desigualdades sociais com base em marcadores como classe, raça, gênero, entre outros. Segundo as autoras, os domínios representam formas específicas que as intersecções de poder assumem, estando interligados e fixos, duráveis ao longo do tempo e no espaço.

Um deles é o **domínio estrutural do poder**, que diz respeito às estruturas fundamentais das instituições sociais, como o mercado de trabalho, a saúde e a educação. A partir dele, analisamos o papel da assistência, que raramente é tratada como uma preocupação nacional no sentido de revisão de sua formação, mas é frequentemente utilizada como bandeira em propagandas governamentais e moeda de troca em práticas clientelistas, principalmente quando falamos dos programas de geração de renda e concessão de benefícios.

No **domínio cultural do poder**, destaca-se a importância de valores culturais na organização das relações de poder. Aqui, podemos considerar a construção da imagem da ‘mulher universal’ beneficiária da assistência, além das representações negativas sobre a negritude e as heranças da colonização que violentam mulheres negras. Com **domínio disciplinar do poder**, as autoras referem-se às noções de justiça aplicadas a regulamentos e regras baseados em raça,

classe, gênero e outras categorias. Pensamos no compromisso com a análise de políticas públicas de assistência para promoção de maior equidade e autonomia feminina, desafiando o *status quo* que impõe responsabilidades e limitações, em um contexto racista, patriarcal e neoliberal que tenta definir um único modo de ser mulher.

Por fim, o **domínio interpessoal do poder** ajuda a entender como os indivíduos vivenciam a convergência de todas essas intersecções, conectando as percepções individuais e coletivas sobre desigualdades. Esse domínio é essencial para a compreensão dos discursos que constituem as mulheres e as famílias que frequentam a rede socioassistencial. De modo geral, o olhar interseccional nos permite alcançar outros ângulos de investigação e criação de conhecimento, podendo concretizar uma parceria importante entre a psicologia, a gestão pública das políticas de assistência e beneficiárias, na procura por contribuições conjuntamente produzidas em relação à proteção social.

A rede socioassistencial no Brasil é fruto de movimentos sociais mobilizados especialmente durante o período de redemocratização do país e institucionalização do direito cidadão. Sem perder de vista essa história, a inserção da psicologia na assistência precisa criar uma sustentação profissional que relacione participação social e implicação ética. Trata-se de atentar para as nuances institucionais, pessoais, locais e para o desenvolvimento das relações que podem manter, limitar ou potencializar o acompanhamento e a efetividade de intervenções com as mulheres e famílias beneficiárias.

### **Persistir e cooperar nas fronteiras**

Neste capítulo, partimos de problemáticas situadas no campo da assistência social para pensar caminhos possíveis na construção de práticas e conhecimentos que nos conduzam a uma sociedade mais justa e igualitária. Nos mobilizou, como

ponto de partida, a fome, que habita de forma constante o cotidiano de mulheres negras e suas famílias e desafia nossas políticas públicas. A partir da noção de fronteiras permeáveis buscamos defender a possibilidade de trocas que permitam um fazer sensível à alteridade, trazendo para as práticas psicológicas no SUAS brechas para construção de projetos de forma colaborativa e cooperativa entre beneficiárias e trabalhadoras da PNAS, num processo mais horizontal e menos prescritivo. A aposta nessa perspectiva tem como alvo a construção de formas de trabalho que identifiquem potencialidades e tenham caráter transformador de condições de vida precárias e não sejam apenas sustentadas por elas. Remete também à provocação feita por Érika Oliveira et al (2019) sobre o que se produziria no “mundo conceitual branco da Psicologia” (p. 144) se as vozes de usuárias dos serviços públicos fossem efetivamente escutadas.

No diálogo com as autoras negras, vimos que a busca pela autonomia feminina segue em um campo de disputas, fruto da insistência coletiva e articulada de mulheres, tanto no passado quanto no presente. A repetição e a perseverança de mulheres, militantes e usuárias dos serviços públicos é o que desestabiliza o estado de vulnerabilidade em seu aspecto paralisante, pois, com elas, prevalecem os anseios por uma vida melhor, ainda que a fome e outras desigualdades tentem tirar seu protagonismo. Apesar das lutas e afirmações históricas das mulheres negras, seus efeitos no cotidiano da PNAS ainda são incipientes para a promoção de mudanças – não porque as lutas não sejam incisivas, mas pelo próprio caráter político e colonial que gere esses espaços. Isso se evidencia ao pensarmos que projetos políticos governamentais são um campo de disputas que precisam mobilizar intervenções, podendo ou não tornar explícito o discurso hegemônico, limitado, violento, racista e sexista, sobre a população.

Assim, buscamos, nesta escrita, evidenciar alguns dos processos de vulnerabilização que incidem de forma

contundente sobre as mulheres negras que, junto a uma produção neoliberal enquadra essas mulheres e suas famílias em visões violentas, nutrindo uma perspectiva individual e autorresponsável sobre as condições de vulnerabilidade que enfrentam. Como efeito, temos a exacerbação do racismo e do sexismo em práticas segregatórias sobre essas populações (ditas minorias sociais), tanto dentro quanto fora dos equipamentos públicos. Tais posturas restringem as possibilidades de outras aproximações e posições para essas mulheres diante de suas próprias vidas e da sociedade.

Nessas disputas, o longo processo de estruturação da assistência como direito e política estatal, embora importante, não deixou de perpetuar práticas assistencialistas e de acentuar lacunas existentes no cotidiano das instituições. Além disso, presentes nos modos de intervenção e na visão governamental, noções coloniais-patriarcais sobre o ser mulher (uma ‘mulher universal’) se capilarizam na sociedade e nos serviços, e ações estratégicas precisam ser urgentemente pensadas para seu enfrentamento.

Com a compreensão da oscilação da responsabilidade do Estado frente às dificuldades dos programas sociais e da insuficiência de acesso e acompanhamento de famílias por profissionais (para que isso não recaia na benevolência e dependência de indivíduos), propomos repensar o cuidado com quem chega até as equipes e utiliza as políticas. Assim, sugerimos retomar a persistência feminina como forma de insistir nos atendimentos (domiciliares ou não) e afirmar que a promoção de autonomia por meio do acesso e entendimento dos próprios direitos é uma garantia maior do que um simples pedido de ajuda a alguém específico que trabalha na assistência.

A teimosia e dedicação que afirmamos necessárias encontram respaldo no entendimento de que profissionais de psicologia devem contribuir sensível e criticamente em ações de resistência às capturas neoliberais, dado o modo como essas são naturalizadas nos territórios, deixando nebuloso o papel

do Estado e tornando mulheres beneficiárias e chefes de família em um pretexto para fundamentar um projeto de sujeição feminina.

Por isso, e por entender que o Estado e profissionais devem assumir outras posturas que contemplem a diversidade das mulheres beneficiárias, reivindicamos a construção de um projeto político de sociedade que rompa com a ideia da ‘mulher universal’. Isso requer ferramentas que identifiquem e desmontem os moldes morais presentes nas políticas públicas, que ditam modos de vida, consumo, modelos familiares e perspectivas de futuro. A atuação psicológica precisa estar alinhada a uma *práxis* que lide com a complexidade que a crítica a esses moldes exige. Neste ponto buscamos suporte na interseccionalidade para a construção de uma ética do fazer e do viver.

Como articuladora de ideias acadêmicas, movimentos sociais e compreensão das relações de poder, a perspectiva interseccional, como posicionamento individual e estratégia de ação coletiva, feminista e analítica, traz complexidade ao que circula nos equipamentos políticos, nas equipes de trabalho, nos atendimentos domiciliares, nas dinâmicas das cidades e nas enunciações das políticas, indicando suas interconexões e o que pode ser apontado como mudanças significativas.

Com a perspectiva interseccional, as questões sociais que se desdobram no acompanhamento de famílias e tensionam a prática diária são trabalhadas, na apreensão de outros ângulos, outras vistas para o enfrentamento da complexidade que é o combate à desigualdade. A partir dela, cabe à profissional da psicologia ser além: não só uma agente pública, mas analista de questões estruturais para avanço de práticas menos desiguais para que assim, possa fazer a integração de novas concepções coletivas, diante compreensão dos lugares sociais e marcadores identitários vistos em sua prática. Nas palavras de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), “uma vez que as pessoas mudam no nível individual

por meio da conscientização política, também se tornam atores da mudança coletiva” (p. 210). Ou seja, seguir com a perspectiva interseccional é percorrer as fronteiras entre ativismo individual, compromisso e ética profissional e produção coletiva, importantes eixos para atuação na assistência.

À psicologia cabe a tarefa de participar – e não determinar – do traçado de novos processos, em comunidade, que reforcem a dignidade dessas mulheres, a partir do ponto onde estão e suas potencialidades. Inserimos as políticas de assistência social como mais um fator de direito e justiça social, favorecendo a pertença a territórios físicos e existenciais e promovendo vida a si e aos seus, na potência que já possuem. Se a denúncia negra sobre pautas em disputa e a continuidade dos problemas enfrentados comunica que políticas públicas, por si só, não produzem melhorias estruturais na vida dessas pessoas, então que as possibilidades de aperfeiçoamento dessas políticas possam vir da cooperação produzida nas fronteiras, desde uma perspectiva interseccional. As pontes e as conexões são retomadas, assim, como alternativa para impulsionar ações outras, a partir da admissão de lacunas existentes e seus impactos no microcontexto da rotina na assistência. Neste sentido, entra em questão também nossa responsabilidade como profissionais inseridas e, muitas vezes, condescendentes com projetos de governo que apenas administram a fome, a miséria e as desigualdades, sem intenção de combatê-las.

### **Referências:**

- Adichie, C. N. (2019). *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Anzaldúa, G. (2009). *A vulva é uma ferida aberta*. A Bolha.

- Araújo, A. O., Nascimento, I. F., Moura, M. Á. P., & Silva, K. A. F. (2021). *As novas formas de coronelismo no Brasil*. Anais do Congresso de Administração de Ponta Grossa.
- Bilge, S., & Collins, P. H. (2021). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). Boitempo.
- Brasil. (2021). Lei nº 14.282, de 29 de julho de 2021, que institui o programa Auxílio Brasil e dá outras providências. Diário Oficial da União.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília: Autor.
- Centro Brasileiro de Justiça Climática. (2024). *Boletim informativo de (in) segurança alimentar: Desafios e possibilidades das políticas públicas no cenário de crises alimentar, ambiental e climática*.
- Cisne, M., & Gurgel, T. (2008). *Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres*. SER Social, 10(22), 69–96. Brasília. [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12960/11316](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12960/11316)
- Cordeiro, M. P. (2018). *Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma (breve) introdução*. Em M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. V. e Souza (Orgs.), *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas* (pp. 63–76). São Paulo: Instituto de Psicologia.
- Fiuza, S. C. R., & Costa, L. C. (2015). *O direito à assistência social: o desafio de superar as práticas clientelistas*. Revista de Serviço Social, 17, 64–90. Londrina. DOI: 10.5433/1679-4842.2015v17n2p64

Gonzalez, L. (1984). *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Ciências Sociais Hoje, 223-244. ANPOCS.

Hüning, S. M., & Oliveira, É. C. S. (2019). *Ortopedias políticas e a produção de “mulheres universais” na Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Em L. R. da Cruz, N. Guareschi, & B. M. Battistelli (Orgs.), *Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo* (pp. 232-248). Vozes.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023*. Agência de Notícias.

Jesus, C. M. de. (2019). *Quarto de despejo: Diário de uma favelada* (10ª ed.). São Paulo: Ática.

Mariano, S. A., Carloto, C. M. (2009). *Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família*. Estudos Feministas, Florianópolis.

Oliveira, É. C. S., Rodrigues, L., Battistelli, B. M., & Cruz, L. R. da. (2019). Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe2), e225556. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225556>

Oyèwùmí, O. (2021). *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Vazquez, A. C. B., & Falcão, A. T. da S. (2019). *Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino*. O Social em Questão, 22(43), 123-142.

Vergès, F.. (2021). *Uma teoria feminista da violência*. São Paulo: Ubu.

Verunschik, M.. (2021). *O som do rugido da onça*. São Paulo: Companhia das Letras.

## **Encontrando a família no SUAS: sobre a visita domiciliar e a interseccionalidade**

---

**Caroline de Souza  
Roberta Carvalho Romagnoli**

A política pública de Assistência Social busca garantir a proteção social, dever do Estado, em três eixos: as pessoas, as suas circunstâncias e a família, na tentativa de assegurar os direitos sociais e promover a cidadania em segmentos excluídos. Para tal se efetua na lógica da territorialidade a da centralidade na matricialidade sociofamiliar. Eixos de sustentação e lógicas que no cotidiano das equipes apresentam impasses e tensão, sobretudo no que se refere ao acompanhamento familiar.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução Federal n. 109, 2009) define o trabalho social essencial dos serviços de atendimento às famílias, a saber, a acolhida, que consiste na escuta das demandas e necessidades; a escuta; o estudo social, durante o qual se define se a família será inserida no Acompanhamento Familiar ou apenas no Atendimento; o diagnóstico socioeconômico; o monitoramento e a avaliação do serviço; a orientação e o encaminhamentos para a rede de serviços locais; a articulação intersetorial com outras políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD); o desenvolvimento do convívio familiar e comunitário e a construção de Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento com orientação sociofamiliar, entre outras ações complementares.

Os objetivos do Acompanhamento Familiar, segundo Fernandes e Leonidas (2021), têm relação com a necessidade de antecipação, por parte dos técnicos, da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, de modo a

propiciarem uma forma de atendimento que proteja a família. Dessa maneira, atuam no desenvolvimento de potencialidades para possibilitar o enfrentamento de vulnerabilidades e riscos sociais, o desenvolvimento da autonomia, acessando os direitos sociais previstos na constituição e a elaboração de projetos de vida. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

Esse texto discute os resultados parciais da pesquisa de doutorado, financiada pela Fapemig, que teve como objetivo investigar o acompanhamento familiar realizado pelos técnicos operadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Poços de Caldas, em Minas Gerais. Especial atenção foi dada às formas de intervenção que possibilitam o acompanhamento familiar proposto no Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos e no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, destacando as práticas que produzem autonomia às famílias vulneráveis e a produção de novos processos de subjetivação fomentando a discussão para esse encontro e refletindo sobre a Psicologia e as políticas públicas.

Essa pesquisa teve como metodologia a pesquisa intervenção que produz conhecimento ao mesmo tempo em que interfere na realidade. Assim, ao mesmo tempo que se pesquisa também se realizam intervenções e o pesquisador contribui efetivamente com os problemas do coletivo pesquisado. Isso porque tal tipo de pesquisa utiliza uma metodologia participativa, cuja transformação é processual e se dá por intervenções de ordem micropolítica nas situações cotidianas, que são, em si, complexas e determinadas por uma heterogeneidade de fatores e de relações (Cardoso e Romagnoli, 2019).

Nesse contexto, efetuamos em campo, os seguintes procedimentos metodológicos: três entrevistas com os técnicos dos CRAS, três entrevistas com os técnicos do CREAS, uma roda de conversa com os profissionais do CRAS e uma roda de conversa com os técnicos do CREAS. Os profissionais foram

convidados a participarem da pesquisa e aqueles que se mostraram disponíveis foram entrevistados e a roda de conversa contou também com os profissionais interessados. Efetuamos ainda sete entrevistas com as famílias, sendo cinco delas atendidas pelo CRAS e duas pelo CREAS. As famílias do CRAS foram sugeridas pelas coordenadoras dos CRAS, equipamento ao qual eram referenciadas e as famílias do CREAS foram convidadas a participar da entrevista no dia que compareceram para o encontro das pré-conferências de assistência social.

Para a produção dos dados, utilizamos ainda a restituição, procedimento da pesquisa intervenção, na qual os dados produzidos são discutidos e analisados em conjunto com a população pesquisa, mantendo o pacto do trabalho coletivo. A restituição ocorreu com um grupo de técnicos, foi possível neste encontro apontar para os profissionais nossa análise inicial, efetuando uma composição com o coletivo pesquisador (Amador et al. 2015, p. 235). Compõe ainda a produção de dados, o diário de registro de campo de uma das autoras, trabalhadora e gestora do SUAS.

Neste texto, focamos na visita domiciliar e nas famílias atendidas, problematizando as relações de poder que perpassam essa associação. A visita domiciliar no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é uma prática fundamental para a promoção do acompanhamento e suporte a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Essa abordagem busca conhecer a realidade social das pessoas, entender suas necessidades e potencialidades, e, a partir disso, oferecer serviços e benefícios adequados. Entretanto, em um país marcado pela desigualdade social e pelo racismo, as famílias são atravessadas por estigmas e preconceitos interferindo no acolhimento destes grupos, discutidos a seguir.

## Sobre a visita domiciliar

Muitos são os procedimentos de intervenção e cada profissional vai encontrando estratégias para conhecer e trabalhar com as famílias em situação de vulnerabilidade. Uma metodologia a ser desenvolvida para conhecer a realidade social e ter condições de efetivar sua *práxis* é a visita domiciliar. Ela é um instrumento a ser utilizado enquanto uma opção metodológica que apresenta uma abordagem específica para a apreensão da realidade social. Na maioria das vezes, esse momento consegue transmitir a noção do território vivenciado pelas famílias acompanhadas, em que os profissionais encontram subsídios para dar encaminhamentos e para elaborar um plano diante da convivência familiar e comunitária. É um momento no qual existem alguns desafios, além de ser importante no processo de construção de vínculos. Segundo Koelzer et al (2014, p.135), “as visitas domiciliares compõem algumas ações do PAIF, dentre as quais destacam-se a acolhida e a ação particularizada, que podem ser destinadas a uma família ou a alguns membros de uma mesma família”.

As autoras ainda acrescentam que a visita domiciliar é um momento individualizado em que os profissionais podem conhecer a realidade dos territórios, as configurações de convivência comunitária, as relações e os arranjos familiares como também podem haver intervenções que nem sempre são possíveis coletivamente (como mobilização das redes sociais de apoio à família, entre outros tipos). Nesse contexto, o papel do profissional da Psicologia seria intermediar a comunicação entre a instituição e a família, entre a equipe e a família, prestar acolhimento e intermediação e incentivar a reflexão técnica dentro da equipe (Koelzer et al., 2014).

Por muitas vezes encontramos psicólogos e psicólogas que não compreendiam o seu fazer nas visitas domiciliares e apresentavam uma grande dificuldade em se ajustarem aos espaços coletivos, em se deslocarem de um espaço identificado com um espaço clínico. Cordeiro (2018) afirma que as visitas

domiciliares são frequentes entre os profissionais da Psicologia que trabalham no SUAS. Um de seus objetivos é acompanhar as famílias que estão em situação de descumprimento das condicionalidades de programas socioassistenciais, pois essas famílias são consideradas as mais vulneráveis ou em maior risco social.

Acreditamos que as políticas públicas nos deram a chance enquanto profissionais da Psicologia de deslocarmos nosso modo individualizante de pensar, e encontramos no cotidiano desse fazer um modo singular e único em cada caso, que esbarra nas questões sociais, raciais, econômicas e de gênero. Ao irmos a uma casa, ao bairro, ao espaço onde a família vive, conseguimos nos aproximar de um campo que ultrapassa as palavras e as falas das famílias que acompanhamos. Ouvimos não só ruídos, corpos que transitam, uma arquitetura que revela pontos de desigualdade, fragilidade, mas também força e possibilidade de intercessão com o fazer técnico, podendo produzir potentes estratégias interventivas *in loco*. Além disso, no que se refere às situações de interação:

A visita domiciliar reúne pelo menos três tecnologias leves a serem aprendidas e desenvolvidas, as quais são: a observação, indicando a atenção aos detalhes dos fatos e relatos apresentados durante a visita; a entrevista, implicando o diálogo com a sua devida finalidade e não apenas uma conversa empírica; e o relato oral ou história, espaço onde as pessoas revelam como dão sentido às suas vidas. (Lopes et al., 2008, p. 243).

Podemos refletir, segundo afirmam Meyer et al. (2012) a partir de uma leitura de gênero e de aspectos culturais pós-estruturalistas que essas políticas e programas são elementos centrais de organização social promovendo, muitas vezes, a normatização, a administração e direcionamento de certas dimensões da vida cotidiana dos sujeitos. Acrescentam ainda

que muitos discursos se instituem e colocam em circulação uma linguagem própria que reforça, ressignifica e introduz termos como família, maternidade, paternidade, risco, vulnerabilidade, cidadania, entre outros. Para as autoras, essa linguagem interpela determinados sujeitos e grupos sociais, educando-os para pensar, sentir e agir de certos modos, e não de outros. Essa gerência da subjetividade circula no cotidiano do SUAS.

Em nossas práticas podemos também lembrar de situações impactantes nesses encontros no território das famílias acompanhadas e nas visitas domiciliares. Alguns espaços se tornam violentos e perigosos no território e revelam uma realidade que muitas vezes os profissionais do SUAS precisam encarar na tentativa de prevenção e rompimentos de violações de direitos das famílias vulneráveis. Na pesquisa, algumas técnicas trouxeram que a Política de Assistência Social chega aonde a polícia não chega. Essa fala nos revela a falta de apoio intersetorial com a segurança pública e a gravidade dos casos, casos nos quais apenas a vinculação se faz junto aos profissionais do SUAS. Uma assistente social nos diz que o SUAS é a “curva do rio” na qual “tudo que vem nela fica”. Essa fala remete a uma realidade muito frequente aos profissionais que atuam nessa política, visto que enfrentamos vários desafios e uma sensação de que fazemos tudo, mas que, em muitos casos, estamos desamparados.

Como uma política para garantir os direitos sociais em situações de vulnerabilidade, em um país com enorme desigualdade social, o SUAS requer um enfrentamento cotidiano da miséria e da exclusão social. Nesse contexto, os equipamentos dessa política se localizam em territórios vulneráveis, onde há miséria, não se refletindo acerca das condições de produção daquelas vulnerabilidades, resultantes da própria lógica capitalista e neoliberal e engendradas pelas relações de poder na contemporaneidade.

Romagnoli et al. (2018) apontam ainda que vivenciamos um campo de tensões na formulação e na consolidação dessas políticas, as quais se atualizam não apenas entre práticas que afirmam a construção de modos de gestão e cuidado aliados dos processos de democratização coletivos e, ao mesmo tempo, singulares produzindo autonomia, mas também com a produção de práticas que reafirmam um funcionamento do biopoder, da gerência da vida. Essa lógica de se operar vislumbra um certo modo de dominação dos corpos, algo que ressoa como um cuidado, mas que muito tem a ver com o controle e com a dominação do Estado frente às políticas públicas. Com relação a essa questão, Foucault (2001) pontua que a organização do biopoder foi necessária para o desenvolvimento do capitalismo. Era preciso inserir os corpos disciplinados dos trabalhadores no aparelho da produção e regular e ajustar o fenômeno da população aos processos econômicos.

Ao passo que o poder disciplinar se faz sentir nos corpos dos indivíduos, o biopoder aplica-se em suas vidas. Enquanto a disciplina promove a individualização dos homens, o biopoder acarreta uma massificação, tendo em vista que ele se dirige não aos indivíduos isolados, mas à população. Daí que os efeitos do biopoder se fazem sentir sempre em processos de conjunto, coletivos, globais... (Pogrebinski, 2004, p. 195-6).

Mais recentemente foram elaboradas artes de governar, sutis, que incluem socialmente e regulam esses indivíduos e suas condutas (Foucault, 2008). O autor analisou como as formas de poder e controle se manifestam nas sociedades contemporâneas. Argumenta que, além das instituições tradicionais de controle, como prisões e hospitais, surgiram métodos mais sutis de governança que se infiltram no cotidiano das pessoas, envolvem práticas sociais, normas e regulamentos que moldam comportamentos e identidades. Em vez de um controle explícito e coercitivo, há uma regulação mais discreta que opera por meio de discursos, saberes e

práticas sociais. Isso inclui, por exemplo, a maneira como as políticas públicas, a educação e até mesmo a saúde são estruturadas para influenciar e orientar o comportamento dos indivíduos. Essas práticas de governança podem criar formas de subjetividade, moldando a maneira como as pessoas se veem e se comportam na sociedade.

A esse respeito, um dos psicólogos, que atua no CREAS, no momento da restituição, disse que a questão da disciplina, da tentativa de normatizar a família e, muitas vezes, sustentar a tutela do grupo familiar, sinalizada no nome da pesquisa, tem a ver com os valores, causando uma exclusão dessas famílias. Na roda de conversa, uma assistente social acrescenta que, no atendimento no CREAS, corre-se o risco de disciplinar as famílias e os indivíduos, visto que têm a necessidade de romper a violação de direitos. Nesse contexto, os técnicos muitas vezes ditam como as famílias têm que agir, confirmando a anulação delas em seus processos decisivos, deixando-as deslegitimadas de seu protagonismo. Dessa forma, as famílias vulneráveis são mais uma vez destituídas da sua autonomia.

Maheirie et al (2019) afirmam que na história do Ocidente uma parcela da população é desqualificada, ao passo que alguns corpos e identidades apresentam privilégios e vantagens, enquanto outros ficam em condições de subalternidade, como é o caso dos usuários do SUAS na maioria das vezes. Nesse sentido, os técnicos, geralmente brancos e de classe média, correm o risco de determinar a vida e o cotidiano dos usuários, em geral, mulheres de classe baixa e negras. Ao pesquisarem como a identidade racial branca é percebida por professoras atuantes em escolas do município do Rio de Janeiro, Martins e Zamora (2021) mostram como essas professoras brancas têm dificuldade de se verem como racializadas, o que contribui para a manutenção do nosso racismo estrutural. Assim, a hierarquia racial e as diferenças entre negros e brancos ficam invisibilizadas na pretensa igualdade racial.

Nessa direção, Oliveira et al. (2019), ao problematizarem como as políticas públicas de Assistência Social lidam com as questões de raça, racismo e branquitude, afirmam que a pobreza e a exclusão social têm cor no Brasil. As autoras reiteram que isso raramente é levado em conta, destacando a importância de se considerar que essa é:

Uma política produzida prioritariamente por pessoas brancas, a partir de referenciais brancos e pesquisada por pessoas brancas, precisa ser situada a partir do paradigma da branquitude que a constitui, para assim, pensarmos as implicações raciais envolvidas em uma política que visa a garantia de direitos (Oliveira et al., 2019, p. 145).

Somos um país em que precisamos resgatar nossa história marcada por uma extensa escravidão, que gerou consequências não somente nos negros, mas também nos brancos, sustentando condições de superioridade e de privilégios para estes últimos. Para Bento (2016), a branquitude se refere a um processo em que há uma apropriação pelos brancos da raça e do racismo para manter seus benefícios, suas vantagens e seu acesso a recursos materiais e simbólicos. A branquitude se sustenta no ideal de branqueamento, sendo que, com a abolição da escravatura, o país se viu com um grande contingente de negros libertos em condições miseráveis, que deflagraram medo nos brancos, sendo necessário branquear a população. Nesse processo, o racismo à brasileira refere-se a um debate político-ideológico tendo como base a miscigenação ou mestiçagem na construção da identidade nacional, calcado na ideologia do branqueamento: o processo de miscigenação, no qual nasceria uma nova raça brasileira.

Em tal contexto, a elite brasileira investe nas políticas de migração europeia, em uma tentativa de branquear a população. Como afirma Bento (2016, p.43), “talvez possamos concluir que uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é entender a

projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios”. Assim, para manter essas benesses, é preciso evitar discutir a racialização dos brancos e sua relação com os negros, mantendo o mito da democracia racial com se houvesse uma harmonia entre as raças forjada pela mestiçagem.

Neste contexto, os brancos recusam o problema racial, invisibilizando-o, mas, de fato, impedindo que os negros ocupem espaços de poder e afastando-se de conflitos raciais, já que são favorecidos e produzem sua supremacia a partir da ideologia de branqueamento. Contudo, as questões raciais atravessam o cotidiano do acompanhamento familiar, tanto no fato de que boa parte dos técnicos é formada por brancos quanto na estatística de que grande parte dos usuários do SUAS é composta de mulheres negras.

Essa disparidade racial entre os profissionais e as famílias atendidas influencia a qualidade e a eficácia do acompanhamento familiar oferecido no SUAS e atravessa a visita domiciliar, visto que os profissionais brancos podem não ter a mesma sensibilidade cultural e compreensão das experiências específicas enfrentadas pelas famílias negras. Além disso, podem desconsiderar situações de subalternidade e inferioridade advindas da desigualdade racial em nosso país. Isso resulta em uma falta de empatia e entendimento adequado das necessidades dessas famílias, afetando diretamente o suporte prestado e até mesmo mantendo o racismo nas relações com os usuários.

Portanto, para assegurar que o acompanhamento familiar no SUAS seja potencializador, é crucial abordar essas disparidades raciais na composição das equipes e na forma como os serviços são prestados, garantindo uma representação diversificada e sensível às questões raciais e culturais, bem como o fornecimento de recursos e apoio adequados para atender às necessidades específicas das famílias negras.

## Na sala com a interseccionalidade

Boa parte das famílias acompanhadas pelo SUAS são compostas por famílias monoparentais femininas. Na maioria das vezes, as mulheres negras assumem o cuidado de seus filhos, são mães solo, sustentam o seu lar e precisam ser acompanhadas por profissionais que não deixem escapar uma leitura interseccional, visto que, como indicado anteriormente, a pobreza possui uma íntima ligação com as questões de gênero e de raça. Ao problematizar essas questões nas políticas públicas, Romagnoli (2022, p. 07) afirma que: “Durante muito tempo, mesmo defendendo a articulação da subjetividade com o social, não levamos em consideração que a raça também subjetiva as pessoas com quem intervimos, e que isso deve fazer parte da nossa escuta”.

Vivenciei, no campo de trabalho, mulheres negras que viviam em um território vulnerável, eram pobres e enfrentavam desafios específicos resultantes de sua interação com sua raça, gênero e nível socioeconômico. Elas podem ser confrontadas com o racismo estrutural, a discriminação de classe social e a falta de acesso a recursos e oportunidades. Na verdade, vi nessas mulheres a interseccionalidade, conceito que se refere a dois ou mais eixos da subordinação, a saber, a classe social, o gênero e a raça, entre outros.

A origem do termo “interseccionalidade” é atribuída à jurista americana Kimberlé Crenshaw, na década de 1980. Com base em estudos e pesquisas feministas, compreende como a articulação das diferentes categorias sociais se encontram inter-relacionadas e estruturam a vida dos sujeitos, produzindo desigualdades. Porém, essa intercessão de vulnerabilidades já era problematizada por Lelia Gonzales no Brasil, na década de 1970. A autora denuncia que não somente a luta de classes permeia a condição de pobreza na figura da mulher negra em nosso país como também o racismo e o sexismo. Essas vulnerabilidades ficam encobertas pelo mito da democracia racial muito presente no Carnaval. Contudo, “A verdade que nele se oculta, e que só se manifesta

durante o reinado do Escravo, tem que ser recalçada, tirada de cena, ficando em seu lugar as ilusões que consciência cria para si mesma” (Gonzales, 1984, p. 240). Essa invisibilidade do racismo, no caso das mulheres negras, associa-se ao patriarcado.

Examinando tais interseções, Safiotti (2009) - em sua perspectiva histórica que analisa o papel da mulher na sociedade de classes, capitalista - pontua que as identidades sociais (gênero, raça, etnia, classe) vão gestando a subordinação mais do que os papéis sociais adquiridos nos processos de socialização. Esse processo se dá pelas experiências vividas que colocam as mulheres nesse lugar. Para a autora, a questão da opressão às mulheres é parte constituinte de um sistema baseado na exploração e na opressão no qual as formas de dominação e de exploração se inscrevem em um composto por gênero-raça-classe. Moura Júnior. et. al. (2020) apontam que o debate interseccional ganha relevância ao destacar as questões enfrentadas por populações estigmatizadas, ao considerar os diversos marcadores de desigualdade e ao entrelaçar e construir as experiências individuais e coletivas das famílias com os serviços.

As leituras sobre a interseccionalidade alinham com a posição das mulheres nas famílias acompanhadas no SUAS. Em vista dos fatores que incidem sobre essas mulheres, tecendo uma trama de vulnerabilidades, é preciso realizar uma análise mais aprofundada dos fenômenos sociais, revelando as múltiplas formas de discriminação vivenciadas por diferentes grupos.

No contexto do SUAS, como vimos, a interseccionalidade se refere à interação e à sobreposição de diferentes formas de discriminação e desigualdade que as pessoas enfrentam, como raça, gênero, classe social, orientação sexual, entre outras. Essa compreensão interseccional se faz necessária para garantir que o SUAS atenda adequadamente às necessidades dos indivíduos e das famílias que buscam os equipamentos,

considerando as diferentes formas de discriminação e desigualdade que elas enfrentam. Dessa maneira, o acompanhamento familiar no SUAS se entrelaça com as leituras das teorias de gênero, sobre o contexto das mulheres, negras, que assumem sua família, potencializando o protagonismo delas e de suas histórias. Vale lembrar que os profissionais que atuam nessas políticas de proteção não podem se esquecer de seu compromisso ético e político. Para tanto, devem fazer leituras críticas sobre as estruturas sociais, rompendo com o modo normatizador do patriarcado e favorecendo uma escuta transformadora de paradigmas, além de estarem comprometidos com o seu fazer no cotidiano.

Desconhecer essas estruturas é reproduzir posturas estigmatizantes e preconceituosas, muitas vezes sustentando intervenções que reforçam os estereótipos e colonizam esses corpos tão fragilizados em suas existências, revelando, assim, o racismo estrutural. Por trás dessas atuações, encontra-se também a cobrança à mulher negra e pobre e reforça-se a ausência do homem/pai nesses espaços. Isso porque, de fato,

A população que mais acessa o serviço é a população negra, no entanto, os homens estão majoritariamente ausentes deste serviço, ainda que estejam no campo de abrangência que o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) demarca enquanto “usuários” do CRAS e esta seja a população que mais morre no Brasil, segundo dados do Atlas da Violência produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019). (Ranzosi & Maheirie, 2023, p. 04).

O racismo estrutural, discriminação racial que compõe nossa sociedade, é como uma corrente invisível que molda as oportunidades, as interações sociais e as percepções de milhões de pessoas todos os dias. É uma reflexão do modo como as instituições, os sistemas e as normas sociais foram historicamente construídos para favorecer certos grupos em detrimento de outros. A fim de confrontar o racismo estrutural, é vital reconhecer que não se trata apenas de

eventos isolados de discriminação racial, mas também de padrões arraigados que perpetuam desigualdades. Para enfrentar essas práticas presentes em todo o tecido social, exige-se uma mudança de paradigma, em que não apenas leis e políticas são alteradas, mas também mentalidades, atitudes e comportamentos das pessoas, práticas que atuem diretamente na vida das pessoas. Assim,

O racismo é, portanto, um meio de introduzir no domínio da vida um corte entre o que *deve viver e o que deve morrer*. Dessa forma, quando tratamos de biopoder temos que tratar deste *corte*, que é precisamente um corte de tipo racial, diferenciando aqueles que vivem e que morrem. Essa distinção e hierarquização entre as raças será uma maneira de fragmentar, no interior da população, uns grupos em relação a outros, estabelecendo essa cesura num domínio que será considerado como sendo do campo biológico. (Ranzosi & Maheirie, 2023, p. 04, grifo do autor).

Para os referidos autores, no Brasil, a criminalização do corpo e dos territórios negros está presente na história, pelos arranjos étnico-raciais que se registraram diante da ausência de políticas de reparação histórica em relação à escravidão. Esse processo delineou as relações a partir dos mais diversos campos (geográficos, institucionais, culturais), inscrevendo os próprios discursos constituidores do Estado-nação sendo uma via de fazer morrer na qual opera-se um Racismo de Estado reiterado a partir de normas raciais no contemporâneo (Ranzosi & Maheirie, 2023). No caso das mulheres negras, há a associação desse racismo com a classe social e o gênero. Para Romagnoli e Silva (2022), essas intersecções expõem vulnerabilidades resultando em situações de precariedade, humilhação e invisibilidade para mulheres e outros grupos marginalizados.

Atrelando a pobreza, o gênero e a raça, nota-se um processo de silenciamento e de controle desses corpos dessas mulheres negras, o que dialoga com o estudo de Moura Júnior et. al. (2020). Esses autores apontam que o mais perverso

nesse processo estigmatizante é a conversão dessas práticas presentes na sociedade para a identidade dessas mulheres. Ignorar isso pode fazer com que o trabalho dos profissionais no SUAS também reproduza o racismo e o patriarcado presentes na base da nossa sociedade.

Muitas vezes, notamos, em nossa prática, que ocorre um processo, corroborado também com as leituras de Fanon (2008), de violência entre a própria população negra, assumindo posturas daqueles que originalmente praticam atos discriminatórios. Esses riscos são pouco percebidos pelos profissionais do SUAS, que centram seus esforços em atender às demandas emergenciais, principalmente após o período pandêmico. Na restituição dos dados, uma assistente social do CRAS afirmou que o trabalho soa como um plantão social, suprimindo demandas escancaradas, o que dificulta o acompanhamento familiar sistemático, bem como as visitas domiciliares.

Muitos profissionais dos CREAS, por sua vez, que participaram das entrevistas relataram não ser possível acompanhar a família realizando visitas sistemáticas, e apontam que conseguem acompanhar o caso fazendo um atendimento focal. Além disso, declararam compreender que o CRAS é o serviço que vai até a casa, que acompanha a família no território e reforçaram as diferenças de intervenções entre os serviços. Essa questão é algo a ser problematizado, visto que vemos nas normativas as atribuições de cada serviço, em que PAIF e PAEFI devem estar no território no acompanhamento com as famílias em situação de vulnerabilidade.

## **O encontro com as famílias na micropolítica do cotidiano**

A visita domiciliar não é um desafio somente para os profissionais, mas também para o grupo familiar. Sabe-se que diversas famílias se sentem invadidas com essa estratégia interventiva, ao passo que outras omitem situações e apontam

fragilidades. Muitas, no entanto, sentem-se mais próximas dos técnicos nesse processo.

Nesse contexto, Lopes et al. (2008) afirmam que a visita domiciliar, entendida como método, técnica e instrumento, constitui-se como um momento rico, no qual se estabelece o movimento das relações, da escuta qualificada, do vínculo e do acolhimento, o que favorece os grupos familiares e as comunidades.

Atualmente, a visita domiciliar é utilizada pelos mais diversos profissionais, objetivando atender o indivíduo na sua integralidade. Daí decorre a importância de, nesta abordagem, trabalhar a interdisciplinaridade das profissões de forma fundamentada. É preciso desconstruir a imagem estereotipada de que visita é coisa de leigos, cristalizada num empirismo desprovido de fundamentos. O ponto precípuo desta técnica é constituí-la e desenvolvê-la sobre bases éticas, humanas, mas também profissionais. (Lopes, et al., 2008, p. 242-3).

Uma psicóloga do CRAS relatou que diversas famílias se sentem humilhadas com os critérios do governo. Atualmente, o principal critério estabelecido para uma família receber o Programa Bolsa Família é o de que a renda mensal familiar seja de até R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais) por pessoa. Isso significa que toda a renda gerada pelas pessoas da família, por mês, dividida pelo número de pessoas da família, deve ser de, no máximo, R\$ 218,00, o que, para várias famílias, é muito pouco para garantir sua sobrevivência. Muitas chegam até o CRAS e apontam que precisam procurar alternativas para conseguir garantir o sustento, visto que não seria possível apenas com o dinheiro do Bolsa Família comprar alimentos e roupas, assim como pagar aluguel e contas de água e luz. É preciso ressaltar também que a família precisa estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com os dados corretos e atualizados, e atender ao critério da renda. A inscrição pode

ser feita em um local de cadastramento ou atendimento da assistência social no município.

Vale lembrar que a retomada do Programa Bolsa Família, que havia sido suprimido com a entrada do Auxílio Brasil em novembro de 2021, se deu com a volta do governo Lula. O Auxílio Brasil era destinado às famílias que recebiam o Bolsa Família e tiveram perdas na migração para o Auxílio Brasil. Esse benefício foi concedido durante a implementação do novo programa e mantido até que o valor recebido pela família superasse o do Bolsa Família ou até que a família deixasse de se enquadrar nos critérios de elegibilidade.

O Programa Auxílio Brasil (Lei Federal 14.284, 2021) beneficiou as famílias em extrema pobreza, com renda mensal de até R\$ 105,00 por pessoa, e em situação de pobreza, com renda entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00 por pessoa, e essas famílias apresentavam, em sua composição, necessariamente, gestantes, nutrizes ou pessoas com até 21 anos que haviam concluído a educação básica ou estavam nela matriculadas. Todas as famílias que recebiam o Bolsa Família foram automaticamente migradas para o Auxílio Brasil.

Para permanecer no Programa, as famílias beneficiárias deveriam cumprir as seguintes condicionalidades: frequência escolar mensal mínima de 60% para crianças de 4 e 5 anos de idade e de 75% para famílias com estudantes de 6 a 21 anos. As famílias deveriam cumprir o calendário nacional de vacinação, além de fazer o acompanhamento do estado nutricional de crianças com até sete anos incompletos e do pré-natal para as gestantes. O objetivo era incentivar as famílias a exercerem o direito de acesso às políticas públicas de assistência social, educação e saúde, de modo a contribuir para a melhoria das condições de vida da população. O acompanhamento das condicionalidades permitia a identificação de vulnerabilidades sociais que afetavam ou que impediam o acesso das famílias aos serviços públicos (Lei Federal 14.284, 2021).

Dentro do Auxílio Brasil havia nove modalidades diferentes de benefícios. Ele integrava em um só programa várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. Outra característica era promover o desenvolvimento infantil e juvenil por intermédio de apoio financeiro a gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes. A iniciativa previa medidas para inserir jovens e adultos no mercado de trabalho, articulando as políticas de assistência social com as ações de inclusão produtiva, empreendedorismo e entrada na economia formal. Vale destacar, que, embora o Auxílio Brasil não exista mais, ele estava em vigor na época da nossa pesquisa de campo e da pandemia, por isso aparece aqui.

Algumas famílias entendem que o Estado faz um “favor” com os auxílios e benefícios, não compreendendo que têm direitos. Em uma entrevista com uma família do CRAS isso apareceu, as ações ressoam como uma ajuda:

[...] eles são sempre atenciosos, tudo o que eu preciso da minha assistente social, ela consegue, parece uma mãezona pra mim, de tanto que me dá conselho, me ajuda.

Na pandemia, uma psicóloga que trabalha no CRAS relatou na restituição que as famílias de classe média trazem outro discurso: “Eu sei do meu direito, porque meu advogado me falou”. Nota-se, assim, que há famílias pobres que não veem seu protagonismo e se sentem humilhadas pelo crivo do governo ou que até a pandemia não chegavam com frequência ao SUAS e apresentavam um grande desconhecimento sobre seus direitos. Onde podemos melhorar a mensagem a ser transmitida a essas famílias? Será que os serviços devem apenas esperar por suas demandas ou propagar seu fazer? Mas será que é possível encontrar um tempo para os profissionais trabalharem de forma preventiva? Ou sem equipes mínimas, precarização do serviço, cortes

orçamentários, trabalhando não apenas com as demandas emergenciais?

O que dizem as famílias? Como elas compreendem os serviços oferecidos a elas? Sabem descrever o acompanhamento familiar que lhes é ofertado? Nas entrevistas realizadas com algumas famílias do CRAS e do CREAS, elas relatam que chegaram aos equipamentos por encaminhamento e que, em geral, não conheciam os serviços oferecidos.

A própria incompreensão das famílias pode ocorrer pela falta de entendimento dos próprios direitos garantidos a elas, o que as mantém em um lugar de subalternidade e dependência, distanciando-as da autonomia propagada pela política de assistência social. Muitas famílias veem o SUAS não como um sistema que promove a prevenção, apresenta condicionalidades e proporciona benefícios eventuais, mas sim como um favor concedido, mantendo a concepção clássica da assistência social em nosso país, atrelada ao assistencialismo e à filantropia. Essa percepção distorcida surge de várias maneiras no cotidiano dessas famílias vulneráveis e muitas vezes permanece, embora a mudança dessa concepção se fundamenta em uma “... transformação da caridade, da benesse e ajuda para a noção de direito e cidadania da assistência social apontando para seu caráter de política pública de proteção social articulada a outras políticas voltadas à garantia de direitos e condições dignas de vida” (Cruz & Guareschi, 2009, p. 27).

Nesse contexto, mesmo que os direitos sociais e a cidadania estejam na base do SUAS, além da falta de conhecimento sobre seus direitos, existem a desigualdade estrutural e as práticas discriminatórias. Sabemos que o assistencialismo no Brasil tem raízes históricas profundas que remontam a práticas paternalistas, como a Igreja e as irmandades religiosas que forneceram ajuda aos pobres e desamparados durante muito tempo, várias vezes de forma caritativa e desigual, sem promover mudanças significativas

para enfrentar as desigualdades sociais e econômicas (Cruz & Guareschi, 2009). O SUAS, no entanto, busca integrar serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais em um sistema articulado e descentralizado, focado na proteção social, na promoção da autonomia e na garantia dos direitos dos cidadãos em situação de vulnerabilidade.

Em relação a essa incompreensão das famílias, a esquizoanálise também oferece uma perspectiva crítica. A falta de entendimento dos direitos garantidos às famílias pode ser resultado das estruturas molarizantes que limitam o acesso à informação e perpetuam uma visão binária e simplificada da realidade social, além do reflexo da própria história da assistência no Brasil. Como efeito desse processo, as famílias podem ser marginalizadas ou excluídas devido à falta de acesso a recursos adequados ou à falta de informações por parte das estruturas de poder.

Muitas vezes, esses direitos não são divulgados pelos equipamentos, sendo pouco propagados também em outras políticas públicas. Na minha experiência como coordenadora do CREAS, mobilizamos a Rede Socioassistencial do município e íamos aos equipamentos de saúde (como as Unidades Básicas de Saúde e hospitais) e às escolas para dialogar com os profissionais para explicar o trabalho no SUAS. Essa ação foi realizada em conjunto com a Proteção Social Básica, e durante um ano dividimos os profissionais e conseguimos visitar toda a Rede de Saúde do município. Na ocasião, vi a importância dessas ações e o desconhecimento por parte de outras políticas públicas do que é realizado na política de assistência social. Nesse sentido, a esquizoanálise propõe uma análise profunda das condições sociais e das relações de poder que moldam a compreensão e o exercício dos direitos das famílias, buscando abrir caminho para formas mais inclusivas e emancipatórias de organização social e política.

Deleuze e Guattari (2012) desenvolvem a esquizoanálise como uma abordagem crítica para compreender não apenas os processos do sujeito, mas também

as estruturas sociais e políticas que organizam a vida em sociedade e atravessam a subjetividade. Para eles, o pensamento esquizoanalítico se diferencia ao enfatizar o movimento, a multiplicidade e a complexidade de relações e processos em detrimento das categorias fixas e estanques tradicionalmente utilizadas nas ciências sociais e humanas.

Para a esquizoanálise, o raciocínio da realidade apreendida através das linhas, do molar e do molecular associa-se também às relações de poder. Eles consideram a organização molar da realidade, sua segmentaridade dura, não impedindo todo um mundo de microperceptos inconscientes, de afetos, de segmentações finas, que se distribuem de outro modo e que operam de outra forma, contendo a presença de centros de poder por segmentos duros, rígidos. Esse raciocínio remete à coexistência de funcionamentos da realidade.

Os autores argumentam que a segmentaridade binária e as relações de poder molar estão interligadas. Segundo eles, a segmentação binária da sociedade não é apenas uma divisão teórica, mas também uma forma de organizar o poder de maneira hierárquica e controladora, um modo de funcionamento da realidade. Deleuze e Guattari (2012) buscam refletir sobre essas segmentaridades fixas, mas também explorar as linhas de fuga e as potencialidades moleculares que podem oferecer novas formas de resistência e transformação social. Dessa forma, o trabalho com as famílias é atravessado pelas linhas que enrijecem, que reproduzem, na sua dimensão macropolítica, nas normativas e na disciplina, e pela dimensão micropolítica que tende à invenção, à construção de uma linha de fuga que pode sustentar a autonomia das famílias.

Afirmam também que as classes sociais, como organização molar, remetem à massa, sua organização molecular, dimensões que não têm as mesmas maneiras de lutar, nem os mesmos objetivos. A noção de massa é uma noção molecular, derivando um tipo de segmentação

irredutível à segmentaridade molar de classe (Deleuze & Guattari, 2012). Afinal:

Somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções. O homem é um animal segmentário. A segmentaridade pertence a todos os estratos que nos compõem. Habitar, circular, trabalhar, brincar: o vivido é segmentarizado espacial e socialmente...Somos segmentarizados *binariamente*, a partir de grandes oposições duais: as classes sociais, mas também os homens e as mulheres, os adultos e as crianças, etc. (Deleuze & Guattari, 2012, p. 83, grifo dos autores).

Dessa maneira, os autores afirmam que a segmentaridade humana é binária, sendo sempre uma dualidade, que recorta, segmenta e estratifica a subjetividade e a vida. Nesse sentido, há os segmentos homogeneizados, que dizem respeito à segmentaridade circular e linear, em que os segmentos se modificam de várias formas, se entrecruzam, se ajustam, se referindo a um indivíduo ou a um grupo.

Como essa binaridade aparece nas famílias? Pode ser nos preconceitos? Na capacidade de cuidar que pode se associar à camada média? Na branquitude que permeia a atuação dos profissionais do SUAS? No desconhecimento das próprias famílias sobre os serviços do SUAS? Entendemos que cada um desses pontos pode convocar o endurecimento das linhas duras. A binaridade proposta por Deleuze e Guattari (2012), que sugere uma segmentaridade humana dualista, pode ser observada em diversas dimensões das relações sociais, incluindo o contexto das famílias e dos preconceitos, podendo aparecer nas estruturas familiares, ditas tradicionais, que tendem a ser definidas de maneira dualista, como pai/mãe, filho/filha, irmão/irmã. Isso pode limitar a compreensão de outras configurações familiares mais diversas, como famílias monoparentais, famílias adotivas, ou outras estruturas familiares. Essa leitura binária pode

influenciar práticas que não atendem a diversidade de arranjos familiares existentes.

Essa binaridade se manifesta também nos preconceitos quando há uma tendência em categorizar as pessoas em grupos dicotômicos (branco/negro, homem/mulher, etc.) e associar a cada grupo características específicas, muitas vezes de forma estereotipada e limitante. Isso pode levar à discriminação e a injustiças sociais, assim como a leitura de que a capacidade de cuidar adequadamente está mais associada às camadas médias e aos indivíduos brancos. Somos um país marcado pela escravidão e pela miscigenação, que sustentam um processo de branqueamento na construção da subjetividade dos brasileiros. Essa busca do branqueamento, de acordo com Bento (2016), pode ser entendida como uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo.

Nessa direção, a tentativa de padronização da família branca de classe média como um modelo dominante e a sua valorização podem ser mais algumas das estratégias de branqueamento, mantendo o racismo à brasileira. De fato, esse posicionamento reflete uma visão deturpada que ignora as variadas realidades e contextos em que o cuidado pode ser exercido de maneira eficaz em diferentes grupos sociais e étnicos.

A binaridade também pode estar presente no desconhecimento ou na falta de acesso das famílias a serviços específicos devido a barreiras estruturais e sociais que criam uma dicotomia entre os que têm acesso e os que não têm. Isso pode perpetuar desigualdades e dificultar o acesso equitativo a recursos essenciais para diferentes grupos familiares. Em suma, a binaridade proposta por Deleuze e Guattari (2012) oferece uma lente crítica para analisar como as estruturas sociais, incluindo as dinâmicas familiares, os preconceitos, a distribuição de recursos e o acesso a serviços, são moldadas por dualismos que frequentemente simplificam e

marginalizam a diversidade de experiências e identidades humanas.

Para os autores, do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares, fugindo e vazando algo e escapando das organizações binárias. Elas situam, assim, um centro de poder, estando na fronteira dos dois, definindo não por seu exercício absoluto em um campo, mas pelas adaptações e conversões relativas que ele opera entre a linha e o fluxo. É por isso que, segundo os autores, os centros de poder são definidos por aquilo que lhes escapa e pela sua impotência, muito mais do que por sua zona de potência. E o que escapa das famílias? Será que vem daí a necessidade de dar visibilidade a elas, de entrar na sala de visita, não para vigiar, mas para potencializar? Para se agenciar com outras possibilidades e potências?

Nesse sentido, Deleuze e Guattari (2012) relatam em seu texto que o molecular, a microeconomia, a micropolítica, não se define no que lhe concerne pela pequenez de seus elementos, mas pela natureza de sua massa, por sua intensidade, sendo o fluxo de quanta o que faz a diferença em relação à linha de segmento molar. A linha de segmentos corresponde à macropolítica, e o fluxo de quanta à micropolítica. No entanto, essa micropolítica não é somente inventiva e ativa, nela também estão presentes a molecularização dos segmentos, a miniaturização das linhas duras, que se encontram nos microfascismos atuantes no molecular, no invisível, para oprimir, igualar, desqualificar.

Para os autores, a potência molecular ou focos moleculares (microfascismos) que podem penetrar em todas as células da sociedade, sendo um meio que age sobre as massas, torna o fascismo perigoso às linhas de fuga que operam. Entretanto, o fascismo é inseparável de focos moleculares, que saltam de um para o outro, em interação. Cada fascismo se define por um microburaco negro, que vale por si mesmo e

comunica com os outros, antes de ressoar em um grande buraco negro central generalizado.

Os microfascismos existem em todos os indivíduos, cujo desejo constitui-se a partir de agenciamentos ao nível molecular e não definido como uma pulsão. Os autores afirmam também que o desejo é agenciado sempre, visto que é o que o agenciamento quer que ele seja. Esses agenciamentos moldam atitudes, comportamentos. “A política opera por macrodecisões e escolhas binárias, interesses binarizados; mas o domínio do decidível permanece estreito. E a decisão política mergulha necessariamente num mundo de microdeterminações, atrações e desejos, que ele deve pressentir ou avaliar de um outro modo” (Deleuze & Guattari, 2012, p. 102).

O que é o macro? É essencial refletir que a própria política de assistência social inscreve a centralidade da família em sua base de atuação, destacando sua importância na garantia de direitos e na promoção das seguridades. Essa abordagem deve ser incorporada por vários profissionais que operam nessa política, porém muitas vezes enfrentam dificuldades em sua implementação prática junto às famílias vulneráveis. Além disso, é crucial considerar as ideias de binaridade propostas por Deleuze e Guattari (2012), que abordam como a sociedade tende a estruturar-se em termos de oposições rígidas e exclusivas, o que pode influenciar a forma como os profissionais lidam com as complexidades das famílias em situação de vulnerabilidade.

Os microfascismos surgem no cotidiano quando os profissionais persistem na desqualificação das famílias pobres, perpetuam práticas racistas e não favorecem uma escuta que verdadeiramente promova esses indivíduos. Assim, é necessário não apenas reconhecer a importância da família na política de assistência social, mas também questionar e superar essas práticas que reforçam as binaridades e perpetuam injustiças sociais no trabalho diário com as famílias vulneráveis.

Os autores ensinam que o real é feito de linhas, de movimentos heterogêneos que operam segmentações (binárias, circulares e lineares), duras ou flexíveis, constituindo dimensões molares ou moleculares, e fugas criadoras, tudo em coexistência e interpenetração. A diferença de natureza dos planos molares e moleculares, que remetem a sistemas de referência distintos, linhas sobrecodificadas de segmentos e fluxos mutantes, não impede sua pressuposição recíproca. Os autores propõem uma visão original sobre o que denominam centros de poder, definidos por suas operações de conversão dos fluxos moleculares em segmentos molares, e sobre o Estado, pensado como agenciamento de reterritorialização ou movimento de sobrecodificação que organiza a ressonância dos centros de poder.

Nesse sentido, há uma máquina abstrata de sobrecodificação: é ela que define uma segmentaridade dura, uma macrossegmentaridade, porque ela produz, ou melhor, reproduz os segmentos, opondo-os de dois em dois, fazendo ressoar todos os seus centros e estendendo um espaço homogêneo, divisível, esfriado em todos os sentidos. Uma máquina abstrata desse tipo remete ao aparelho de Estado.

Deleuze e Guattari (2012) discorrem que o aparelho de Estado é apenas o agenciamento de reterritorialização que opera a máquina de sobrecodificação em tais limites e sob tais condições. Pode-se dizer que o aparelho de Estado tende a identificar-se com essa máquina abstrata que ele opera. É aqui que a noção de Estado totalitário adquire seu sentido: um Estado torna-se totalitário quando, em vez de operar em seus próprios limites a máquina mundial de sobrecodificação, ele identifica-se com ela, criando as condições de uma autarquia, fazendo uma reterritorialização, por confinamento, no artifício do vazio, o que nunca é uma operação ideológica, mas sim econômica e política.

Pensando na atuação profissional em políticas públicas, observamos a manobra macropolítica, tendo em vista a maneira como estão configuradas, ordenadas e consolidadas e

são uma superfície de registro em que estão cristalizados certos modos de existir a partir dos quais nos movemos e nos reconhecemos no mundo. A manobra macropolítica refere-se às estratégias e decisões de políticas públicas em níveis mais amplos, que impactam diretamente as condições de vida das famílias. Essa política gerida pelo Estado não apenas molda serviços e benefícios oferecidos pelo SUAS, mas também estabelece padrões e normas que orientam como as famílias são percebidas e tratadas pela sociedade e pelo próprio SUAS. Essas políticas respondem em importante medida pela manutenção de relações e pelos modos de existir, posto que nesse campo molar são regidas as relações funcionais que reproduzem a formação social vigente.

Os autores não falam do desejo individual, que seria uma experiência psíquica dos indivíduos sempre associado a uma identidade. A concepção produtiva do desejo entende-o como imanente a todas as formas de produção do real, como um campo de forças impessoais e de fluxos que desmontam os modos de existência consolidados, os territórios existenciais por eles chamados de molares. São esses fluxos e intensidades pré-pessoais que produzem o novo, aquilo que difere do existente. Eles desestabilizam a ordem de nossos territórios subjetivos, organizacionais, institucionais, o modo como estão naturalizadas as relações sociais. A desestabilização dos territórios subjetivos, organizacionais e institucionais nas famílias pode ser um caminho para romper com a história de favor e avançar em direção a uma cultura de direitos sociais plenamente reconhecidos e exercidos. Essa transformação não é apenas desejável, mas essencial para construir uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Assim, por um lado, seja em cenário nacional, seja no cotidiano da atenção à saúde, à educação, aos esportes, à assistência social, seja em âmbito individual, nós nos deparamos com essa instituição, essa macropolítica. Por outro, movimentos micropolíticos, aqueles que ensaiam a constituição de novos modos de relação e de existência, podem

estar presentes nas ações dos indivíduos ou mesmo em iniciativas coletivas e institucionais de grande intuito, na participação popular. O que importa para diferenciá-los são os efeitos que esses processos geram como manutenção ou transformação das relações sociais.

## **Considerações Finais**

A visita domiciliar é um dispositivo de aproximação dos profissionais do SUAS com os territórios subjetivos existentes nas famílias vulneráveis que buscam o SUAS como possibilidade de garantia de direitos. No contexto do SUAS, a visita domiciliar desempenha um papel crucial como um instrumento de aproximação dos profissionais aos territórios onde as famílias vivem e enfrentam suas realidades diárias. Mais do que uma simples avaliação das condições físicas do ambiente, a visita domiciliar representa uma oportunidade de estabelecer vínculos, compreender as dinâmicas familiares, reconhecer as necessidades específicas de cada contexto e fomentar uma micropolítica ativa.

A visita domiciliar também simboliza um esforço dos profissionais ao enxergarem nas entrelinhas, nas brechas, no entre, para que possam desnaturalizar as relações sociais estabelecidas e, dessa maneira, promover uma abordagem mais empática e personalizada. Ao se engajarem diretamente com as famílias, os profissionais oferecem suporte técnico e fortalecem a autonomia dos indivíduos e coletividades.

A visita domiciliar no SUAS não é apenas um meio de monitoramento ou controle, mas também uma ferramenta essencial para promover a dignidade e a autonomia das famílias. Reconhecer e valorizar as capacidades e experiências delas aproxima os profissionais das realidades familiares e fortalece a relação de confiança e colaboração mútua, o que é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas.

## Referências

- Amador, F. S., Lazzarotto, G. D. R. & Santos, N. I. S. (2015). Pesquisar-agir, pesquisar-intervir, pesquisar-interferir. *Revista Polis e Psique*, 5(2), 228-248. [http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/58180/pdf\\_26](http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/58180/pdf_26)
- Bento, M. A. S. (2016). Branqueamento e branquitude no Brasil. In Carone, I. & Bento, M. A. S. (Orgs.), *Psicologia Social e Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 28-63). Petrópolis: Vozes.
- Cardoso, M. L. M. & Romagnoli, R. C. (2019). Contribuições da cartografia para a produção de uma ciência nômade. *Polis e Psique*, 9(3), 6-25.
- Cordeiro, M. P. (2018). A Psicologia no SUAS: Uma revisão de literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 166-183.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2012). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Cruz, L. R. & Guareschi, N. (2009). A constituição da assistência social como Políticas públicas: interrogações à Psicologia. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Orgs.), *Políticas públicas e assistência social* (pp. 13-40). Petrópolis: Vozes.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Fernandes, V. S., Leonidas, C. (2021). Acompanhamento familiar no CRAS segundo familiares de usuários do benefício de prestação continuada. *Revista SPAGESP*, 22(2), 89-103.

- Foucault, M. (2008). *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2001). *Microfísica do poder* (16. ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Gonzales, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, [s.n.], 233-244.
- Koelzer, L. P., Backes, M. S. & Zanella, A. V. (2014). Psicologia e CRAS: reflexões a partir de uma experiência de estágio. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 7(1), 132-139.  
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v7n1/v7n1a12.pdf>
- Lei Federal n. 14.284, de 29 de dezembro de 2021. (2021, 30 de dezembro). Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*: Brasília.
- Lopes, W. O., Saupe, R. & Massaroli, A. (2008). Visita domiciliar: tecnologia para o cuidado, o ensino e a pesquisa. *Ciência, Cuidado & Saúde*, 7(2), 241-247.  
<https://doi.org/10.4025/ciencuidsaude.v7i2.5012>
- Maheirie, K., Gomes, M. A., Tonial, F., Minchoni, T., Arndt, A. D. & Corrêa, B. (2019). Subjetivação política e aumento da potência de ação: quem são os usuários dos CRAS?. *Psicologia em Revista*, 25(2), 874-890.  
<https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p874-890>

- Martins, A. L. B. & Zamora, M. H. R. N. (2021). Branquitude e Educação: Um Estudo com Professoras de Escolas Públicas. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 21(2) 396-415. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.61048>
- Meyer, D. E., Klein, C. & Fernandes, L. P. (2012). Noções de família em políticas de “inclusão social” no Brasil contemporâneo. *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 433-449. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200005>
- Moura Júnior, J. F. et al. (2020). Práticas interseccionais de discriminação contra mulheres negras: Um estudo sobre vergonha e humilhação. *Revista de Psicologia Política*, 20(48), 262-278. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v20n48/v20n48a02.pdf>
- Oliveira, E. C. S., Rodrigues, L., Battistelli, B. M. & Cruz, L. R. (2019). Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 39(e225556), 141-152. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225556>
- Pogrebinski, T. (2004). Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 63, 179-201. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452004000300008>
- Ranzosi, E. & Maheirie, K. (2023). Racismo de estado como fronteira de acesso à comunidade. *Psicologia & Sociedade*, 35(e277091), 1-16. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277091>
- Romagnoli, R. C. (2022). Psicologia brasileira e Políticas Públicas: capturas e resistências. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 42(e262850), 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262850>

Romagnoli, R. C., Neves, C. A. B. & Paulon, S. M. (2018).  
Intercessão entre políticas: psicologia e produção de  
cuidado nas políticas públicas. *Arquivos Brasileiros de  
Psicologia*, 70(2), 236-250.

Saffioti, H. (2009). *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem  
patriarcal de gênero e a violência masculina contra  
mulheres.* FLASCO Brasil.  
[https://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth\\_Saffi  
otti.pdf](https://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffiotti.pdf)

# A Psicologia no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no município de Londrina/PR

---

Marisa Silva  
Ruth Tainá Aparecida Piveta

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas contribuições da Psicologia para o desenvolvimento do trabalho de psicólogos e psicólogas na Política de Assistência Social, especificamente na esfera da Proteção Social Básica (PSB) e no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). As reflexões são baseadas na experiência de profissionais de Psicologia atuantes na PSB do município de Londrina-PR ao longo dos últimos anos, especialmente entre 2020 e 2023, quando foi instituída a Comissão de Psicologia<sup>27</sup>. Essa comissão se reuniu periodicamente para discutir o trabalho da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio de levantamento bibliográfico, discussão de casos, análise de processos de trabalho e estudo de documentos oficiais da Política de Assistência Social.

A Comissão contou com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) que, ao reconhecer a importância do trabalho da Psicologia no SUAS, facilitou a realização dos encontros e orientou a dinâmica das discussões, bem como a produção teórica resultante. Além disso, a Diretoria de Proteção Social Básica e a Gerência de Gestão dos

---

<sup>27</sup> No anexo I consta a relação nominal dos profissionais que integraram a Comissão de Psicologia.

CRAS colaboraram com o estabelecimento de um cronograma mensal e a organização dos horários para os encontros.

Este texto, portanto, é fruto de uma construção coletiva de profissionais de Psicologia integrantes da Comissão, que aceitaram o desafio de refletir e propor caminhos para as práticas da classe na Proteção Social Básica, levando em consideração as dimensões ético-políticas do SUAS e as diretrizes da Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina.

### **Da inserção da Psicologia nas Equipes de Referência na Proteção Social Básica: aspectos normativos**

A Constituição Federal de 1988 representa um marco importante na garantia dos direitos sociais no Brasil. No capítulo da Seguridade Social, estão incluídas a Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social, sendo esta última destinada a garantir proteção a todos que dela necessitarem, independentemente de contribuição prévia (Brasil, 1988).

Regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei Federal nº 8.742 de dezembro de 1993, a Assistência Social segue princípios e diretrizes fundamentados no direito do cidadão, na universalização dos acessos e na responsabilidade estatal. É dever do Estado atender às necessidades básicas por meio de um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade (Brasil, 1993). A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por sua vez, publicada em 2004, resultou na organização, no ano seguinte, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A PNAS define funções específicas para a Assistência Social: a proteção social (básica e especial), a vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais.

Assim, tendo como direção o desenvolvimento humano e social e os direitos à cidadania, fundamentado na NOBRH (2012), são seguranças alicerçadas pelo SUAS: acolhida, renda, convívio ou vivência familiar, comunitária e social, desenvolvimento de autonomia e apoio e auxílio. Essas

seguranças têm como objetivo garantir direitos fundamentais e condições mínimas de vida para pessoas em situação de vulnerabilidade e desproteção social. Visam promover a proteção por meio da oferta de serviços, programas e benefícios que garantam o acesso à proteção social em diferentes dimensões, especialmente em contextos de fragilidade econômica, social e familiar.

Em 2004, durante o V Congresso Nacional de Psicologia, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), foram discutidos temas sobre a atuação da Psicologia nas políticas públicas. Essas discussões culminaram, em 2006, na criação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), com o objetivo de identificar e sistematizar práticas, além de orientar a atuação dos psicólogos nesse campo. O CREPOP busca fornecer referências técnicas para qualificar e fortalecer a prática profissional em políticas públicas. A inclusão da Psicologia como uma das profissões atuantes nesse campo social ampliou as oportunidades de trabalho para psicólogos (Oliveira & Costa, 2018). Esse cenário também gerou uma demanda crescente por orientações técnicas que pudessem subsidiar o exercício profissional na área.

Ainda em 2006, foi criada a primeira versão da NOBRH. Nesse documento a Psicologia era incluída preferencialmente nas "equipes de referência" das proteções básica e especial. A versão mais recente, publicada em 2012, estabelece que as categorias de Psicologia e Serviço Social integram obrigatoriamente essas equipes na proteção social básica. A composição dessas equipes varia de acordo com o número de famílias referenciadas, conforme o quadro a seguir:

## QUADRO 1 – Categorias Profissionais de nível superior

<b>Porte I</b>	<b>Porte II</b>	<b>Médio, Grande, Metrópole e DF</b>
Até 2.500 famílias	Até 3.500 famílias	A cada 5.000 famílias
2 técnicos de nível superior: 1 profissional assistente social e o outro psicólogo.	3 técnicos de nível superior: 2 profissionais assistentes sociais e 1 psicólogo.	4 técnicos de nível superior: 2 profissionais assistentes sociais, 1 psicólogo e 1 profissional que compõe o SUAS.

FONTE: NOB/RH, 2011 (Elaborado pelas autoras).

Observa-se que a quantidade de assistentes sociais é equivalente à de psicólogos nas unidades de porte I, mas o número de assistentes sociais é o dobro do de psicólogos nas unidades de porte II e grandes. Esse cenário resulta de um contexto histórico-político em que os assistentes sociais desempenharam um papel fundamental na luta pela efetivação da Política de Assistência Social (Sposati, 2021). No entanto, é igualmente necessário reconhecer e fortalecer a participação de outras categorias, como a Psicologia, na construção e efetivação do SUAS.

Destacamos, assim, a importância de revisar as normativas oficiais para assegurar um equilíbrio entre o número de psicólogos e assistentes sociais nas equipes de referência do PAIF. Além disso, é fundamental estabelecer metodologias de gestão e compartilhamento de tarefas que promovam o aprimoramento contínuo da atuação interprofissional e interdisciplinar na PSB.

## **Práticas e Intervenções no SUAS: A Psicologia na Proteção Social Básica**

No modelo atual do SUAS, a Proteção Social Básica tem como objetivo principal fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, sendo executada principalmente pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Já a Proteção Social Especial, ofertada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), visa restaurar ou reforçar os vínculos familiares e comunitários que foram rompidos ou prejudicados por violações de direitos (Correia & Carmona, 2019, apud Brasil, 2009).

Os CRAS geralmente estão localizados em regiões com altos índices de vulnerabilidade social e são responsáveis pela prestação dos serviços da Proteção Social Básica dentro do SUAS. Além disso, o CRAS é a principal porta de entrada para o sistema, permitindo que muitas famílias e indivíduos acessem a rede de proteção social. Um dos serviços oferecidos nesse espaço é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que:

[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (Brasil, 2012a, p. 12).

O trabalho social com famílias no PAIF é realizado por profissionais que fazem parte das Equipes de Referência nos CRAS. As atividades do PAIF incluem acolhimentos, oficinas com famílias, ações comunitárias, encaminhamentos e

atendimentos tanto coletivos quanto individualizados, conforme descrito a seguir a partir da sistematização das informações contidas no Caderno de Orientações Técnicas do PAIF (Brasil, 2012b):

- **Oficinas com Famílias:** têm como objetivo geral promover a discussão e a reflexão sobre situações vivenciadas e interesses comuns, que dizem respeito à reprodução social da família, ao fortalecimento de sua função protetiva, às vulnerabilidades do território e acesso a direitos, que impactam no convívio familiar e comunitário. Esta ação possibilita o entendimento de que os problemas vivenciados particularmente, ou por uma família, são problemas que atingem outros indivíduos e outras famílias, reconhecendo, desta forma, nas experiências relatadas alternativas para seu enfrentamento.
- **Grupos de Acompanhamento:** Objetivam contribuir com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; com a prevenção de violação dos direitos e incentivos ao protagonismo social; fortalecer o processo de identificação/identidade do grupo; proporcionar momentos de reflexão sobre situações e fatos do cotidiano; informar e discutir sobre fatores relacionais e emocionais envolvidos nas interações sociais.
- **Ações Comunitárias:** As ações comunitárias são intervenções de caráter coletivo que visam dinamizar as relações no território. Essas ações mobilizam um número maior de participantes que as oficinas com famílias e devem reunir diferentes grupos da comunidade em torno de um objetivo comum. Elas são articuladas intersetorialmente e socioassistencialmente, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, promover a

mobilização social e incentivar a cidadania. As ações comunitárias também buscam aproximar a comunidade das equipes dos serviços públicos envolvidos, promovendo a comunicação, o fortalecimento da sociabilidade e a organização comunitária.

Além disso, complementar ao trabalho social com famílias, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com Deficiência e Idosas (SPSBD-PCDI) integram o PAIF, tendo o primeiro o objetivo de prevenir situações de risco e contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e o segundo visando garantir o acesso a direitos e a prevenção de agravos de vulnerabilidades que possam fragilizar e romper os vínculos familiares e sociais (Brasil, 2017).

No âmbito do Trabalho Social com Famílias, cabe aos profissionais de Psicologia utilizar os instrumentos e técnicas apreendidos durante sua formação, como a escuta qualificada e outras intervenções voltadas para as dimensões subjetivas dos indivíduos e famílias em sofrimento. Isso permite planejar e articular ações que extrapolam medidas emergenciais ou compensatórias (CFP, 2016).

Para superar uma situação de vulnerabilidade, uma família ou indivíduo necessita de aquisições mínimas, que incluem recursos básicos, tanto materiais quanto sociais e psíquicos. A privação das necessidades básicas das pessoas atendidas no SUAS tem um caráter de urgência, e é desafiador “atender às emergências, mas, também, valorizar os aspectos subjetivos e intersubjetivos dessas pessoas. À Psicologia, cabe uma intervenção que dê voz a essas dimensões” (Costa e Cardoso, 2010 p. 227). Afonso et al. (2012) contribuem com essas reflexões, ao afirmar que:

[...] a noção de subjetividade deve sempre estar articulada à de cidadania. Afinal, consideram que a primeira é condição necessária para o exercício da segunda – o que não significa que trabalhar a noção subjetiva do direito implique abandonar sua dimensão objetiva. Desse modo, para as autoras, as(os) psicólogas(os): devem contribuir para criar condições sociais para o exercício da cidadania (promoção dos direitos socioassistenciais) bem como favorecer as condições subjetivas para o seu exercício (circular informação, fortalecer participação, desenvolver potencialidades, facilitar processos decisórios, dentre outros). Transformações sociais têm impacto sobre identidades sociais, relações e valores (Afonso et al. 2012 p. 197).

No artigo "A Psicologia no SUAS: Uma revisão de literatura", Cordeiro (2018) analisa as contribuições da Psicologia para o Sistema Único de Assistência Social. A autora ressalta que, além de abordar aspectos subjetivos, a Psicologia pode promover o bem-estar social, empoderar famílias, conscientizar sobre direitos e apoiar jovens na elaboração de projetos de vida. Também é importante na redução de injustiças sociais, na compreensão de fenômenos sociopsicológicos e na mediação de comunicação entre instituições e famílias, além de intervir em processos de sofrimento comunitário, conectando necessidades individuais a ações que combatem e desnaturalizam a violação de direitos (Cordeiro, 2018).

Os profissionais da PSB atuam na defesa de direitos sociais, considerando as seguranças afiançadas na Política de Assistência qual seja “o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”. Embora diferentes concepções de “fortalecimento de vínculos” venham sendo discutidas por estudiosos e profissionais atuantes na Política de Assistência Social, trabalhar nessa perspectiva é uma direção para a assistência direta nos serviços, programas e projetos da PSB. O trabalho da Psicologia, neste contexto, atualiza versões de vínculo: produz práticas que intentam promover reflexões e

atitudes que podem estreitar, fortalecer, reconstruir ou romper vínculos entre pessoas – e entre pessoas e coisas. (Rodrigues & Guareschi, 2019).

Salientamos que o fazer da Psicologia envolve uma dimensão clínica, a qual se manifesta nos efeitos das intervenções descritas, que, ao se configurarem como práticas relacionais, possibilitam espaços de reflexão, autoconhecimento, crítica social e coletivização de demandas.

Essas práticas produzem efeitos terapêuticos e promovem o cuidado de si e do coletivo. Nesse sentido, o conceito de clínica é uma dimensão da prática psicológica, não se restringindo à psicoterapia, ao psicodiagnóstico, à avaliação psicológica, nem à figura do profissional exclusivamente vinculado ao “*setting terapêutico*” (Silva; Piveta, 2024).

Os documentos oficiais produzidos em âmbito nacional pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Conselho Federal de Psicologia, entre os anos de 2007 e 2012, relacionam a clínica diretamente à psicoterapia e são enfáticos em recomendar que essa prática não está relacionada com as seguranças afiançadas na PNAS (Pincolini, 2021). Entendemos que essa vedação dos documentos oficiais em relação à prática clínica na Política de Assistência Social esteja relacionada ao processo histórico de inserção da Psicologia nas políticas públicas, considerando tratar-se de um momento marcado pela utilização da psicoterapia entendida como sinônimo de clínica e atrelada a práticas de cunho individualizantes que buscavam categorizar e normalizar comportamentos.

Neste sentido, alinhados à recomendação do não exercício da psicoterapia no âmbito do PAIF, defendemos que a dimensão clínica está presente em todas as intervenções ofertadas, buscando romper com a perspectiva ortopedizante e normalizadora da Psicologia clássica, em nome da defesa de uma Psicologia que se articula à noção de Clínica ampliada e extramuros (Carvalhaes, 2019).

Ao considerar a dimensão terapêutica e pedagógica inerente às atividades compreendidas no trabalho social com famílias, ressaltamos que isso não equivale a realizar sessões de psicoterapia nos CRAS. Trata-se de reconhecer que no trabalho relacional de profissionais do SUAS com indivíduos e famílias, e não de forma privativa da Psicologia, há um efeito terapêutico secundário, ou seja, que não é o objetivo principal da ação (Pincolini, 2021).

Dessa forma, compreendemos que se trata de práticas que precisam ser consideradas de forma crítica, e embasadas por conhecimentos científicos e éticos pois “negar as dimensões terapêuticas e pedagógicas que acompanham o nosso fazer é não reconhecer a potência de processos reflexivos como a acolhida, a escuta qualificada, o processo reflexivo dos grupos coletivos que atendemos” (Pincolini, 2021, p. 31). Negar as dimensões terapêuticas e pedagógicas é negar a política de assistência social e os aspectos relacionais do trabalho social com famílias seja na prevenção ou no enfrentamento das violações de direitos.

O conceito denominado *Clínica Ampliada* de Campos (2001) nos auxilia na localização do trabalho que profissionais de Psicologia vem exercendo nas equipes de PAIF. Para essa autora:

O sujeito é sempre biológico, social e subjetivo. O sujeito é também histórico: as demandas mudam no tempo, pois há valores, desejos que são construídos socialmente e criam necessidades novas que aparecem como demandas. **Assim, clínica ampliada seria aquela que incorporasse nos seus saberes e incumbências a avaliação de risco, não somente epidemiológico, mas também social e subjetivo, do usuário ou grupo em questão** (Campos, 2001, p. 101, grifo nosso).

Entendemos que mesmo a autora acima ser da área da saúde coletiva, de maneira interseccional, nos auxilia no aprofundamento desse conceito e nas possibilidades de

relacioná-lo com o trabalho da Psicologia na proteção social básica. Além disso, algumas produções científicas recentes apontam nessa direção, a exemplo de Silva e Bonatti (2020) no artigo “*A clínica ampliada e o trabalho do psicólogo nos centros de referência de assistência social*”. Neste, os autores desenvolvem o conceito de clínica ampliada, fazem a articulação com o trabalho social preconizado nos documentos legais do SUAS e indicam como a perspectiva teórico-metodológica da clínica ampliada pode orientar o trabalho desenvolvido por psicólogos na proteção social básica.

Dessa forma, entendemos que o conceito de clínica para a Psicologia tem alcançado horizontes mais amplos do que se aqueles a que referem os documentos oficiais do MDS (datados de meados de 2012) sendo que essas recomendações não retratam as práticas profissionais que psicólogas e psicólogos estão desempenhando no SUAS. Atualmente, com as pesquisas e produções científicas da área, podemos encontrar vários artigos científicos e documentos que apresentam novas perspectivas para o fazer psi no campo da Política de Assistência Social, como a publicação do CREPOP *Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) no CRAS* (2021). Nesse sentido, a Psicologia tem articulado produções acadêmicas, bem como saberes sistematizados nas práticas cotidianas, que podem contribuir com atualização dos documentos, além das experiências construídas nos últimos anos no cotidiano de trabalho por vários profissionais da Psicologia do SUAS.

A partir da experiência do município de Londrina, e no trabalho coletivo construído pela Comissão de Psicologia citada anteriormente, apresentamos no quadro abaixo uma síntese descritiva das atividades desenvolvidas por profissionais da Psicologia na PSB.

QUADRO 2 – Atividades desenvolvidas por profissionais da Psicologia na PSB.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES						
Nº	Ações	Descrição	Instrumento	Demandas	Responsável	Periodicidade
<b>EIXO 1</b>	Articulação interna com a equipe do PAIF.	1.1. Reunião dos Técnicos de Microterritório do PAIF;	Discussão de caso, pesquisa e definição de responsabilidades.	Necessidades de usuários e famílias atendidos conforme avaliação técnica.	Psicóloga (o) e Assistente Social.	Planejamento conforme necessidade.
		1.2. Reunião Geral com todos trabalhadores das unidades de CRAS;	Informes e orientações sobre o processo de trabalho.	Análise de desproteções agravadas de usuários e famílias.	Coordenação da unidade de CRAS.	Mensal.
		1.3. Reunião de equipe PAIF;	Reunião	Discussão, informes, análise técnica e planejamento.	Coordenação e equipe técnica do PAIF.	Semanal.
		1.4. Supervisão com coordenação da unidade de CRAS;	Reunião	Análise e planejamento de ações.	Coordenação e equipe técnica do PAIF.	Planejamento conforme avaliação da coordenação da unidade.
		1.5. Reunião de planejamento das ofertas coletivas com a equipe do Programa Movimenta CRAS (MOVCRAS);	Reunião	Avaliação, Orientações e Planejamento.	Psicóloga (o) e Assistente Social.	Semanal, quinzenal e mensal.

Nº	Ações	Descrição	Instrumento	Demandas	Responsável	Periodicidade
<b>EIXO 2</b>	Discussão de caso.	2.1. Discussão de caso com outros serviços da rede socioassistencial e intersetorial;	Discussão de caso	Análise de desproteções agravadas de usuários e famílias.	Psicóloga (o) e outros técnicos da rede socioassistencial e intersetorial	Conforme avaliação técnica.
		2.2. Discussão de caso com outros técnicos e/ou coordenação do PAIF;	Discussão interdisciplinar	Análise de desproteções agravadas de usuários e famílias.	Coordenação e equipe técnica do PAIF.	Conforme avaliação técnica.

Nº	Ações	Descrição	Instrumento	Demandas	Responsável	Periodicidade
<b>EIXO 3</b>	Atendimento psicológico particularizado.	3.1. Atendimento psicológico particularizado em todos os microterritórios das 10 Unidades de CRAS;	Escuta Clínica, Acolhimento, Encaminhamento e Orientação.	Procura espontânea de indivíduos e famílias.	Psicóloga (o)	Semanal, quinzenal e mensal.
				Encaminhamento interno de outros profissionais da equipe técnica e coordenação do PAIF.		
				Encaminhamento da rede socioassistencial e intersetorial.		
				Busca Ativa		

<b>EI XO 4</b>	Atendimento e acompanhamento psicológico particularizado em domicílio;	4.1. Atendimento e acompanhamento psicológico particularizado;	Atenção Domiciliar	Avaliação Técnica.	Psicóloga (o)	Semanal, quinzenal e mensal.
		4.2. Atendimento e acompanhamento psicológico com o Serviço Social e/ou Coordenação PAIF;			Psicóloga (o) e Assistente Social.	Quinzenal e Mensal
		4.3. Atendimento e acompanhamento psicológico com serviço da rede socioassistencial e intersetorial;			Psicóloga (o) e outro técnico de serviço da rede.	Situações específicas, mediante avaliação técnica.

Nº	Ações	Descrição	Instrumento	Demandas	Responsável	Periodicidade
<b>EI XO 5</b>	Atendimento e acompanhamento coletivo de famílias e indivíduos	5.1. Acompanhamento em grupo;	Atendimento Coletivo	Avaliação técnica da equipe PAIF.	Psicóloga (o) e Assistente Social.	Quinzenal e Mensal.
		5.2. Acolhida;		Procura espontânea de indivíduos e famílias; e Avaliação técnica da	Psicóloga (o), Assistente Social e Coordenação do PAIF.	Semanal, quinzenal e mensal.

		pela Psicóloga;		equipe PAIF.		
		5.3. Oficina com famílias;		Procura espontânea de indivíduos e famílias; e Avaliação técnica da equipe PAIF.	Psicóloga (o) e Assistente Social.	Quinzenal e Mensal.
		5.4 Ações Comunitárias		Avaliação e planejamento da equipe PAIF.	Psicóloga (o), Assistente Social e Coordenação do PAIF.	Mensal, Bimestral e Trimestral

Nº	Ações	Descrição	Instrumento	Demandas	Responsável	Periodicidade
<b>EI XO 6</b>	Articulação com a rede socioassistencial e com a rede intersectorial;	6.1. Reunião da rede Socioassistencial;	Reunião	Situações e demandas da rede socioassistencial.	Coordenação e equipe técnica do PAIF.	Quinzenal e Mensal.
		6.2. Reunião da Rede Ampliada Intersectorial de Proteção Social da Criança e Adolescente	Reunião	Situações e demandas das regiões socioassistenciais.	Coordenação e equipe técnica do PAIF.	Quinzenal e Mensal.
		6.4. Reunião da Sub Rede de Proteção Social da Criança e Adolescente;	Reunião	Situações e demandas dos microterritórios.	Psicóloga (o), Assistente Social e Coordenação do PAIF.	Quinzenal e Mensal.

Nº	Ações	Descrição	Instrumento	Demandas	Responsável	Periodicidade
EI XO 7	Aprimoramento Técnico;	7.1 Participação em Comissões de Psicologia	Discussão entre a categoria de psicólogos da PSB	Discussão e construção de documento da categoria na PSB e outras temáticas pertinentes a categoria.	Psicóloga (o)	Quinzenal e Mensal
EI XO 8	Produção de Relatório Informativo;	8.1 Produção de Relatório Informativo a partir de atendimento/acompanhamento de usuários e famílias.	Relatório	Demanda do Judiciário	Psicóloga (o)	Semanal
EI XO 9	Articulação com os serviços complementares ao PAIF;	9.1 Articulação com serviços da Proteção Social Básica, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Programa	Discussão de caso, atendimento conjunto e encaminhamentos	Articulação Territorial.	Psicóloga (o), Coordenação e Assistente Social.	Semanal, Quinzenal e Mensal.

			Movimentação CRAS				
<b>EI XO 10</b>		Gestão e Provisão de Benefícios Socioassistenciais	<p>10.1 Provisão de benefícios eventuais emergenciais municipais</p> <p>10.2 Inclusão e Acompanhamento de Famílias no Programa Municipal de Transferência de Renda (PMTR)</p> <p>10.3 Orientações e Encaminhamentos de usuários e famílias sobre o acesso ao Benefício</p>	<p>Atendimentos particularizados, domiciliares e coletivos.</p> <p>Sistemas de Informação IRSAS, Aplicativo Meu INSS, V7 (Cadastro Único), SIBEC, SigPBF (SICON) e Portal DATAPREV (CNIS)</p>	Avaliação Técnica.	Psicóloga (o)	Demandas de Atendimento e

		de Prestações Continuadas (BPC)				
		10.4 Orientações e Acompanhamento de usuários e famílias do Programa Bolsa Família (PBF)				

FONTE: Plano de Trabalho das Psicólogas e Psicólogos da PSB, 2023. (Elaborado pelas autoras).

### **Reflexões sobre a Interdisciplinaridade e o Compromisso Ético-político no SUAS**

Conforme a NOB-RH/SUAS, cada um dos níveis de proteção (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial) deve contar com equipes de referência responsáveis pela gestão do trabalho no SUAS, ou seja, pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios, de acordo com o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento prestado e as aquisições que devem ser garantidas aos mesmos (Ferreira, 2011). Importante destacar que o SUAS adota o modelo de equipes de referência inspirado nos conhecimentos já produzidos no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde). Cada equipe de referência é responsável pelo atendimento e acompanhamento de um certo número de famílias e usuários, podendo estar agregados a um determinado território ou por uma necessidade eventual de atendimento, e que apresentem situações de vulnerabilidade

e risco social e pessoal. As análises e intervenções devem ser pensadas coletivamente e de forma articulada.

A inclusão de profissionais de Psicologia nas equipes de referência da Assistência Social ocorreu para fortalecer a abordagem integral e multidisciplinar no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e desproteção social. No trabalho interdisciplinar nas equipes de referência do PAIF, a categoria da Psicologia exerce a identificação de riscos sociais e emocionais, a compreensão dos impactos dos sofrimentos psíquicos na vida das pessoas, reflexões sobre o cuidado de si, reflexões sobre resolução de conflitos, desenvolvimento de habilidades relacionais, problematização das desigualdades sociais, suas causas e consequências nas relações, emoções, decisões e comportamentos humanos e promove o fortalecimento das capacidades das famílias em buscar direitos e proteção social.

Muniz (2011) reflete que o trabalho das equipes de referência na Política de Assistência Social, definidas pela NOB-RH/SUAS, deve se pautar em reconhecer a especificidade da formação acadêmica do trabalhador, bem como os aspectos disciplinares e interdisciplinares de sua atuação. Ressalta ainda, que os documentos normativos da Política apontam para a necessidade desse diálogo interdisciplinar que aproxime os saberes específicos oriundos de cada profissão na gestão e operação do SUAS, de forma a garantir os direitos dos usuários. Como afirma Piveta (2013, p.35), as normativas

[...] priorizam o trabalho interdisciplinar como uma das ferramentas mais importantes da atuação do psicólogo nos serviços do SUAS. Há, nesses espaços, uma demanda explícita por saberes compartilhados, articulados, assimilados e construídos por profissionais de diferentes áreas de conhecimento.

Embora cada profissão utilize diferentes ferramentas — muitas das quais são comuns, como entrevistas, reuniões, visitas domiciliares, relatórios e prontuários —, o que realmente as caracteriza e diferencia é o conjunto de saberes específicos que, ao se somarem aos conhecimentos de outros profissionais, “enriquecem a leitura da realidade, do contexto, do território e o planejamento das intervenções” (Muniz, 2011). A ênfase deve estar nas aquisições dos usuários e nos impactos em sua convivência, autonomia, condições de vida e cidadania. Isso demanda a elaboração conjunta de um plano de trabalho, pactuado entre a equipe e a família ou indivíduo atendido, podendo ainda incluir outros atores sociais que compõem a rede de referência dos sujeitos.

É importante ressaltar que a equipe multiprofissional compartilha objetivos, decisões, responsabilidades e resultados no atendimento e acompanhamento das famílias e indivíduos referenciados, o que implica uma ação integrada e colaborativa. Além de servir como referência para as famílias, essa equipe também se torna uma referência para toda a rede de proteção e para o território em questão.

O documento do CFP, intitulado "*Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS*", destaca o trabalho interdisciplinar como a “melhor forma de compreender os direitos socioassistenciais e as vulnerabilidades sociais, devido ao seu alto grau de complexidade” (Conselho Federal de Psicologia, 2021, p. 74). O documento evidencia essa complexidade ao abordar a pobreza e seu impacto em diversas outras vulnerabilidades, afirmando que, esta, como fenômeno social complexo, está articulada e se relaciona com outros fenômenos igualmente complexos,

[...] com a desigualdade e injustiças sociais, com a falta de acessos tanto a recursos materiais como imateriais (como a educação), disputas políticas, relações geracionais, exposição de grupos populacionais à criminalidade, formas como indivíduos, grupos e comunidades se organizam e/ou

desorganizam, entre outros fatores (Conselho Federal de Psicologia, 2021, p. 74).

Além disso, ressalta que “nenhuma disciplina sozinha” é capaz de resolver as questões relacionadas à pobreza, demandando o deslocamento de lógicas disciplinares no exercício profissional, em busca de outras possibilidades de intervenção que articulem saberes diversos.

Isso nos leva a pensar que, no trabalho da psicologia nesses campos, interessa romper com formas ortodoxas de atendimento e intervenção, tendo em vista que, mais do que intervir no plano individual, é preciso produzir, a todo instante, intervenções que extrapolem o campo do “um”, do indivíduo isolado, para criar intervenções que alcancem o grupo social, o município, a população em questão (Piveta, 2013, p. 36).

Segundo Mariana Prioli Cordeiro (2018), ao se discutir as atividades do trabalho social com famílias, a questão central não é “*quem faz o quê*”, mas sim, “*o que deve ser feito*”. A autora pontua que “Intervir na fome ou no sofrimento não são funções privativas de nenhuma categoria profissional. Se assumimos essa postura, faz mais sentido falarmos não em papel, mas em contribuições da Psicologia para a política de Assistência Social” (Cordeiro, 2018, p.170).

Dessa forma, defender e apostar no trabalho interdisciplinar é compreender a importância do compartilhamento de diferentes saberes que se integram para uma intervenção mais efetiva, e que o diálogo entre disciplinas permite novos olhares sobre questões relevantes. Por fim, vale ressaltar que é de suma importância a observação acerca da similaridade de princípios ético-metodológicos entre Psicologia e Serviço Social, apontadas nos documentos orientadores das profissões, e que indicam horizontes articulados em busca da promoção e defesa da cidadania.

## Considerações Finais

É de fundamental importância a Psicologia integrar o SUAS com outras categorias profissionais, em especial o Serviço Social, no desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias no PAIF. Entretanto, é necessário discutir os processos de trabalho e as atuações interprofissionais para continuarmos avançando na garantia das seguranças e na construção de um trabalho coletivo, integrado e implicado. Neste sentido, entendemos que no âmbito do SUAS não é possível conceber uma Psicologia que não reconheça as desigualdades sociais e seus atravessamentos nos modos de vida e de subjetivação que se constituem, fato este que demanda a atuação na perspectiva da consolidação do compromisso social da Psicologia.

Além disso, ao longo do processo coletivo vivenciado, tornou-se evidente a necessidade de uma revisão dos processos de trabalho no âmbito da proteção social, em busca de alinhamentos e ajustes dos procedimentos e as atividades desempenhadas pelas categorias profissionais e do processo de gestão do trabalho, de forma a estabelecer fluxos organizativos para que a assistência a usuários e famílias se efetive de forma integrada e contínua. Salientamos a importância da direção governamental nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das atividades de forma que o trabalho reflita as compreensões alinhadas de gestores, coordenadores e trabalhadores das categorias profissionais.

## Referências

Afonso, MLM, Vieira-Silva, M., Abade, FL, Abrantes, TM, & Fadul, FM (2012). A Psicologia no Sistema Único de Assistência Social. *Pesquisa e Práticas Psicossociais*, 7(2), 189-200.

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal: Centro Gráfico.
- Brasil. (1993). *Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Miséria. (2004). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Sistema Único de Assistência Social – SUAS*.
- Brasil. (2006). *NOB-RH/SUAS: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS*.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS*. Acesso em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/nob\\_suas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf) Acesso em 15 ago. de 2023.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012a). *Orientações técnicas sobre o PAIF: O serviço de proteção e atendimento integral à família, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais* (Vol.1). Brasília: MDS.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012b). *Orientações técnicas sobre o PAIF: O serviço de proteção e atendimento integral à família, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais* (Vol. 2). Brasília: MDS.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. (2017). *Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos*. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social.

- Campos, R. O (2001). Clínica: a palavra negada – sobre as práticas clínicas nos serviços substitutivos de saúde mental. *Saúde em Debate*, 25 (58): 98-111.
- Carvalhoes, F. F. (2019). *Clínica extramuros: decolonizando a Psicologia*. Revista Espaço Acadêmico, 19(216), 03-13.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). (2007). *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília.
- Conselho Federal de Psicologia. (2016). *Nota Técnica n.º 001/2016 – Parâmetros para atuação das(os) profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Comissão Nacional de Assistência Social (Conpas). Brasília, DF: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia. (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no CRAS/SUAS* (3. ed.). Brasília, DF: CFP, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas.
- Cordeiro, M. P. (2018). A Psicologia no SUAS: Uma revisão de literatura. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000300012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300012)>. Acesso em 09 de Maio de 2024.
- Correia, MP, & Carmona, DRS (2019). O Trabalho Social com Famílias na política de Assistência Social: diálogos entre concepções e práticas. In FZ Amorin (Org.), *O fazer da psicologia no Sistema Único de Assistência Social*. Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais, p. 202-218.

- Costa, AFS, & Cardoso, CL (2010). Inserção do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 3 (2). 2024  
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v3n2/v3n2a11.pdf>.  
Acesso em 25 de Junho de 2024.
- Ferreira, SS (2011). *NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada* – Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Guareschi, NMF, & Rodrigues, L. (2019). O Vínculo Familiar e Comunitário como Operador que Conecta a Psicologia e a Política de Assistência Social. In LR Cruz, N. Guareschi, & BM Battistelli (Orgs.), *Psicologia e Assistência Social: Encontros Possíveis no Contemporâneo*.
- Muniz, E. (2011). Equipes de Referência no SUAS e as Responsabilidades dos Trabalhadores. No Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Gestão do Trabalho no Âmbito do SUAS: Uma Contribuição Necessária*.
- Oliveira, IF, & Costa, ALF (2018). Psicologia e Política Social: História e Debate. Em MP Cordeiro, B. Svartman, & L. Vilela e Souza (Orgs.), *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*.
- Pincolini, AMF (2021). *Psicologia que Sobe Morro e Desce Ladeira: Vinhetas não (?) clínicas de atuação da Psicologia no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*. Curitiba: Appris.
- Piveta, R. T. (2013). *O fazer como potência: Analisando a atuação do profissional de psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)* (Monografia de Especialização). Universidade Estadual de Londrina.

Silva, M., & Piveta, R. T. A. (2024). Considerações sobre o trabalho da Psicologia na Proteção Social Básica no âmbito do SUAS no município de Londrina. In *Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental*, Londrina-PR (Vol. 5, pp. 1–15).

Silva, R. B., & Bonatti, G. L. (2019). A Clínica Ampliada e o Trabalho do Psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social. *Revista Psicologia E Saúde*. <https://doi.org/10.20435/pssa.v0i0.891>

Sposati, A. (2021). Suas e trabalho profissional: Frágeis gritos e muitos sussurros. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 20(1), e39301. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.39301>.

## Apêndice I

### Profissionais que integraram a Comissão de Psicologia entre os anos de 2020 a 2023:

- Adriana da Cruz Barrozo: Psicóloga, Gerência de Garantia de Direitos Socioassistencial à Criança ao Adolescente e Juventude
- Andressa Ketorin Vieira Da Silva Mota: Psicóloga do PAIF – CRAS Oeste B
- Aniele Ferragini De Lima: Psicóloga do PAIF – CRAS Centro A (2021-2023)
- Barbara Sagrado Basilio De Souza: Psicóloga do PAIF – CRAS Sul B
- Barbara Salviano Cavalin: Psicóloga do PAIF, Coordenação – CRAS Centro B
- Carla Morello Hayashi: Psicóloga do PAIF – CRAS Rural

- Celisse Yurika Otsuka Marchetti: Psicóloga do PAIF – CRAS Sul A
- Clarissa Unica Morales Rando: Psicóloga do PAIF, Coordenação – CRAS Sul A
- Felipe Antônio Machado: Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas
- Fernanda Cristina Lopes Inouye: Psicóloga do PAIF – CRAS Norte B
- Ieda Maria Bertola Mazzo Arasaki: Psicóloga, Referência Técnica na Educação Permanente
- Ingrid Cavanha Gabriel: Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (2022-2023)
- Ligia Araujo Perez: Psicóloga do PAIF – CRAS Norte B
- Luanna Kruger dos Santos: Psicóloga do PAIF – CRAS Leste
- Lucineia Maria Ribeiro: Psicóloga do PAIF – CRAS Norte A
- Marisa Silva: Psicóloga, Referência Técnica na Gerência de Gestão dos CRAS
- Patrícia Augusto Moreno: Psicóloga do PAIF – CRAS Centro B
- Rita Marcia Aragão: Psicóloga do PAIF – CRAS Sul A
- Roberta Lucas Cesário: Psicóloga do PAIF – CRAS Rural (2021-2023)
- Silvana Carla Palacio: Psicóloga do PAIF – CRAS Leste
- Silvia Helena De Rezende Siste: Psicóloga do PAIF – CRAS Oeste A
- Ruth Tainá Aparecida Piveta: Psicóloga, Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Taciana Coli Pires: Psicóloga do PAIF, Coordenação – CRAS Oeste A
- Tamires Toneti De Brito Hara: Psicóloga do PAIF – CRAS Norte A

- Vanessa Miyuki Hiruo Aida: Psicóloga do PAIF – CRAS Centro A
- Viviane Lisa Seino: Psicóloga do PAIF – CRAS Leste (2021-2023)

# População em Situação de Rua e o Trabalho da Psicologia na Ponta: Implicações Teóricas, Práticas e Identitárias do Psicólogo no Serviço Especializado em Abordagem Social

---

Leandro Orias de Araujo  
Kathia Regina Galdino de Godoy

## Introdução

Agrupar sujeitos a partir de uma definição única pode ser perigoso na medida em que construção de preconceitos e estigmas se pauta em estereótipos homogeneizantes. Contudo, para fins de análise, utilizaremos aqui a convenção mais recente acerca da definição de População em Situação de Rua (PSR), em termos legislativos, que a compreende como,

[...] o grupo populacional heterogêneo que tem em comum a falta de moradia e utiliza os logradouros públicos como espaço de moradia e de sustento, bem como as unidades de acolhimento institucional para pernoite eventual ou provisório, podendo tal condição estar associada a outras vulnerabilidades como a pobreza e os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. (Lei nº 14.821, 2024).

De acordo com o *Relatório Preliminar População em Situação de Rua*, até o ano de 2022, pelo menos 236.400 pessoas se encontravam em situação de rua no Brasil, número referente a quantidade de inscritos no Cadastro Único (Brasil, 2023). Já os dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023) atestam um aumento de 211% no íterim de 2012 e 2022 desse grupo populacional, contingente de grandeza maior do que o crescimento vegetativo e que ocorreu de modo acelerado nos últimos anos.

Contudo, apesar do crescimento exponencial verificado nos últimos anos, a situação de rua enquanto fenômeno social não é recente, e a construção de políticas públicas voltadas a esse grupo é lenta e tardia no país (Costa, 2022).

Por meio de uma revisão sistemática, Sicari e Zanella (2018) demonstraram que os fatores que contribuem para a gênese da manutenção da situação de rua estão associados ao processo de globalização e a precarização das relações de trabalho, bem como às transformações econômicas que produzem injustiça social e culminam em processos de exclusão de sujeitos dentro da perspectiva de vulnerabilidade social. Além disso, os autores indicam que as motivações individuais apresentadas nos trabalhos estão relacionadas ao uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA), desemprego, vínculos familiares rompidos, conflitos sociais, e até mesmo o “prazer” experienciado pela vivência de liberdade nas ruas (Sicari & Zanella, 2018).

Já Brito e Silva (2022) discorrem sobre os estigmas e preconceitos vivenciados por esses sujeitos, e enfatiza como a utilização de termos como vagabunda, suja, louca, perigosa e coitada acentua o distanciamento e marginalização dessa população, bem como legítimas formas de violência contra ela, inclusive por meio dos veículos de comunicação. E essa visão estigmatizante fornece, por sua vez, insumo para a construção de ações estatais e da sociedade civil direcionadas a esses sujeitos amparadas em concepções assistencialistas, paternalistas, autoritárias e de “higienização social” (Brasil, 2008).

Dessa forma, analisa-se que a multideterminação da situação de rua enquanto fenômeno da esfera social que, por sua vez, reflete na expressão das subjetividades, requer a construção de políticas públicas ao mesmo tempo amplas, na medida em que devem abranger a todos os sujeitos, e específica, no que se refere a singularidade dos fatores envolvidos em cada história pessoal de seus usuários.

### *O Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS)*

Uma das principais legislações vigentes em relação a temática é a *Política Nacional para a População em Situação de Rua*, instituída pelo Decreto nº 7.053 (2009). Dentre as demais providências em relação a instituição de atribuições e normativas, em seu artigo 7º, inciso XII, está descrito que um dos objetivos do decreto é “implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social” (Decreto nº 7.053, 2009, p. 2). E um dos serviços que materializa esse objetivo é o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) que, por sua vez, tem sua atividade descrita na *Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*, como de ocorrência contínua e programada, de modo a executar o trabalho social nos territórios com pessoas em situação de rua, além de identificar a incidência de trabalho infantil e exploração sexual, por meio da abordagem e busca ativa (Brasil, 2014).

Ademais, documento de tipificação aloca o SEAS dentro Proteção Social Especial de Média Complexidade e promulga como seus objetivos:

Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições; Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias; Promover ações para a reinserção familiar e comunitária (Brasil, 2014, p. 32).

Vale ainda ressaltar que o serviço é uma das portas de entradas para a rede socioassistencial, ou seja, compete ao serviço realizar a acolhida inicial, orientações e encaminhamentos, de acordo com as demandas do usuário, para outros serviços, por meio da articulação em rede. Nesse sentido, a principal atividade executada pelo serviço e que dá nome ao seu título de especialização, a *abordagem social*, é definida como o “processo de trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social” (Brasil, 2013, p. 7). E o seu local de atuação abrange:

[...] ruas, praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais (por exemplo: feiras e mercados), locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus e rodoviárias, trens, metrô, prédios abandonados, lixões, praias, semáforos, entre outros locais a depender das características de cada região e localidade (Brasil, 2013, p. 7).

Já a equipe técnica de referência que compõe o serviço é definida pela Resolução nº 6 de 12 de abril (2013) da Comissão Intergestores Tripartite, e dispõe sobre a necessidade de no mínimo três profissionais, sendo um deles de nível superior, em cada unidade de oferta. O profissional de nível superior poderá ser Assistente Social, Psicólogo ou Advogado, de acordo com a Resolução nº 17 de 20 de junho (2011) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Já as demais ocupações profissionais da equipe técnica de referência de nível médio são definidas pela Resolução nº 9 de 15 de abril (2014) do CNAS, a qual lista, dentre outras, o Orientador Social ou Educador Social, que integra o SEAS.

## *O SEAS em Londrina (PR)*

Historicamente, o SEAS em Londrina, no estado do Paraná (PR), tem sua origem vinculada ao Programa Sinal Verde, oriundo de 1993 e, mais tarde, em 2002, ao Projeto Sinal Verde, que tinham por objetivo ofertar atendimento a sujeitos adultos, crianças e adolescentes em situação de rua (Londrina, 2022). Em 2005, esse atendimento passou a ser executado por meio de uma parceria entre o município e uma Organização da Sociedade Civil (OSC). A partir de 2011, ganhou caráter público exclusivamente estatal, de modo a ser composto por servidores municipais e ter sua oferta desenvolvida de acordo com o documento federal de tipificação elaborado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (Resolução nº 109 de 2009). Contudo, sua oferta ainda ocorria de modo conjunto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Somente em 2016 é inaugurada a unidade do Centro de Referência Especializado à População em Situação de Rua - CENTRO POP e em 2020 o SEAS foi reordenado, ganhando identidade própria e reestruturado para funcionar em uma estrutura física separada, ainda referenciado ao CENTRO POP, mas com metodologias de trabalho distintas dos outros serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social (Londrina, 2022).

Atualmente, no município de Londrina, as políticas socioassistenciais direcionadas ao atendimento da população em situação de rua se articulam em torno do projeto “Trilha da Cidadania”, que tem por objetivo direcionar práticas e fluxos entre os serviços da rede socioassistencial. Dentro da política de Assistência Social, os serviços que atendem os usuários em situação de rua são o CENTRO POP, o SEAS e os serviços ofertados por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), como as Casas de Passagem, Acolhimentos, República Moderada e República Leve.

A equipe do SEAS, no momento da produção do estudo, contava com um coordenador, três técnicas de referência de nível superior distribuídas por turno, sendo uma psicóloga e

duas assistentes sociais, e ainda dezoito Educadores Sociais (Orientadores Sociais e Auxiliares Educativos). Além disso, a oferta do serviço ocorre entre as 8 horas e 23 horas, em turnos subdivididos, de modo a contemplar as especificidades dos usuários atendidos que, muitas vezes, demandam o atendimento em horários não comerciais; e também funciona aos finais de semana e feriados com equipes mínimas e horário reduzido em escalas de plantão.

### *A Psicologia no SEAS*

No que se refere à atuação do profissional de Psicologia no SEAS, realizamos duas breves revisões. A primeira consistiu em uma revisão de documentos oficiais, tais como resoluções e decretos, na qual não identificamos uma distinção propriamente dita de outras formações enquanto técnico, como do assistente social. A distinção também não se faz presente nas portarias que abordam os planos de trabalho do serviço, seja em nível municipal, nos municípios consultados, ou em âmbito federal.

Contudo, a Nota Técnica, de 9 de dezembro de 2016, do Conselho Federal de Psicologia, com Parâmetros para a atuação das(os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aborda alguns pontos sobre a atuação do psicólogo no SEAS. Segundo ela, a função do psicólogo no serviço seria “acolher (escutar) a toda e qualquer demanda oriunda das experiências destes usuários, evitando posturas invasivas e valorativas, fomentando diálogos reflexivos que favoreçam o empoderamento, a luta por direitos e a construção de projetos de vida” (CFP, 2016). Além disso, ela também traz como parâmetros de atuação: desenvolvimento de estratégias de aproximação; conhecimento das condições do usuários e suas relações com o espaço onde vive; utilizar da escuta ativa e qualificada como ferramenta; além de articular intersectorialmente demandas

relacionadas a transtornos psíquicos comórbidos ao uso abusivo de álcool e drogas (CFP, 2016).

Já a segunda revisão foi de literatura, ocorreu nas plataformas Portal de Periódicos da CAPES, Scielo e no Portal Psicologia na Assistência Social (PPAS) da Universidade de São Paulo (USP). Os descritores selecionados e combinados foram: [(“Abordagem Social” OR “Serviço Especializado em Abordagem Social” OR “SEAS”) AND (“Psicologia” OR “Psicólogo”)]. Como resultados, encontramos quatro trabalhos, mas somente três eram artigos de livre acesso, sendo dois relatos de experiência (um do Rio Grande do Sul e um de São Paulo) e uma revisão integrativa da literatura. Em geral, nota-se que a produção bibliográfica sobre o tema Psicologia e SEAS ainda está em estágio inicial, sendo a publicação mais antiga no ano de 2015, duas no ano de 2021 e duas no ano de 2022. O viés teórico abordado nos estudos foi majoritariamente o da Psicologia Social, em diferentes vertentes. Os títulos e objetivos desses trabalhos estão descritos na Tabela 1.

TABELA 1 - *Estudos encontrados acerca da Psicologia no SEAS e seus objetivos.*

ID	Estudo	Objetivos
1	Situação de rua e abordagem social: desafios operacionais ao SUAS (Kruger, Antoni e Baldissera, 2021)	“refletir sobre as aplicações das políticas do SUAS tocantes à proteção do sujeito em situação de rua. [...], a partir da análise interpretativa de um relato de experiência em um Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) no município de Porto Alegre” (p. 29).
2	Acolhimento a trabalhadores de Serviço Especializado em Abordagem Social no Estado de São Paulo: um relato de experiência na formação em Psicologia (Bernardo et al., 2021)	“abordar de forma geral a caracterização da população em situação de rua, bem como do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS)” (p. 12).

---

3	Contribuições da Psicologia Social para o Atendimento à População em Situação de Rua no Serviço Especializado em Abordagem Social (Gaia e Candido, 2022)	“encontrar o melhor direcionamento para a prática da Psicologia Social no atendimento às Pessoas em Situação de Rua, dialogando com a Psicologia, a Assis-tência e Serviço Social” (p. 6).
---	--	--

---

4	Psicologia no Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS): práticas em torno de relações étnico-raciais (Aquime et al., 2022).	Capítulo de livro de acesso restrito.
---	---	---------------------------------------

---

Fonte: Os autores.

Há um evidente baixo número de publicações relacionados à temática e, a partir da análise dos objetivos dos trabalhos supracitados, nota-se ausências descritivas acerca da atuação do profissional de psicologia no SEAS como objeto de pesquisa. Esse fato, somado a ausência de atribuições distintivas nas documentações normativas, indica que as descrições sobre a atuação do profissional de psicologia no serviço ainda não foram tão exploradas, mesmo com a presença dele sendo assegurada desde a Resolução nº 6 de 12 de abril (2013). A partir desses dados, o objetivo do presente trabalho é discutir as implicações teórico-práticas-identitárias do psicólogo enquanto profissional do SUAS no SEAS, a partir do relato de experiência de um estágio supervisionado em Psicologia no município de Londrina (PR) e das contribuições da psicóloga servidora municipal atuante no serviço.

## Metodologia

O trabalho se constitui enquanto uma análise interpretativa de um relato de experiência e se embasa nos pressupostos teóricos das experiências de pesquisa cartográfica e seus percursos. Como enfatizado por Cintra et al. (2017, p. 45), “enquanto método de pesquisa, a cartografia

é uma das possibilidades de se estudar objetos de caráter mais subjetivos e que exigem do pesquisador a habitação de diferentes territórios, na perspectiva de transformar para conhecer [...]”. Nesse sentido, os desdobramentos do relato não são prescritivos, mas se direcionam a partir do contato com a transformação do objeto na medida em que se intervém sobre ele no campo institucional. Além disso, os autores enfatizam que a cartografia permite que ocorra a problematização dos modos de agir e o reconhecimento da disputa de forças sociais que nos compõem, na medida em que há ou não a reprodução da subjetividade dominante (Cintra et al., 2017).

Outro ponto em relação aos percursos cartográficos é a entrada no campo não apenas para coletar informações. Entende-se que a inserção nele suscita a produção e intervenção no espaço/tempo, ou seja, toma-se uma posição em relação ao objeto na medida em que se constroi algo novo a partir das experiências (Godinho, 2021). Nessa direção, é possível traçar o percurso “pela potência criadora da experiência e o direcionamento da atenção aos problemas criados ou surgidos” (Godinho, 2021, p. 10). Há, nesse sentido, a promoção de “encontros produtores de novos conhecimentos” (Godinho, 2021, p. 10).

Já no que se refere às fontes de informação, foram utilizados como material-base: o diário de campo do então estagiário, com anotações acerca dos atendimentos e experiências diversas no campo, que abrangem o período de outubro de 2023 a maio de 2024; relatos de atendimentos da psicóloga do serviço; os documentos normativos e os artigos encontrados na breve revisão realizada pelos autores; além de materiais teóricos sob o enfoque da Psicologia Social, em vertentes diversas, para dar subsídio a análise.

De modo consequente, foi realizada a análise do conteúdo, de modo interpretativo, a considerar a relação entre os relatos dos usuários, a interação dos usuários com o estagiário e com a psicóloga, as discussões realizadas em equipe, as prescrições normativas e os demais fatores

institucionais que atravessaram as experiências em campo. Nesse sentido, optou-se por apresentar a análise no formato de fragmentos de cinco casos<sup>28</sup>, com relatos de atendimentos e/ou discussão do caso, de modo a enfatizar e evidenciar a singularidade e historicidade dos usuários atendidos. Ademais, consideramos as dimensões sociais e coletivas constituem a expressão de suas subjetividades e a atuação que caracteriza a identidade do profissional da psicologia no serviço.

Em adendo, cabe enfatizar também que o recorte feito no presente trabalho está direcionado à atuação profissional no *atendimento* ao usuário.

## **Relato de Experiência**

### ***A inserção no campo***

A inserção do estagiário no campo ocorreu por meio de uma disciplina de estágio obrigatório do curso de Psicologia e suas atividades consistiam em 10 horas semanais no serviço. Já a psicóloga, servidora pública municipal efetiva, estava atuante no serviço há cerca de 4 meses no início das atividades de estágio.

No geral, as atividades desenvolvidas eram relacionadas às atribuições da psicóloga enquanto técnica de referência do serviço. Foram acompanhadas a realização de atendimentos individuais, que ocorriam na sede ou *in loco*, por meio da abordagem social, nos espaços públicos, em contextos em que o usuário do serviço necessitava passar por atendimento técnico, com demandas relacionadas de acesso à acolhimento, solicitar passagem para retorno familiar, entre outras. Os atendimentos realizados tinham caráter

---

<sup>28</sup> A escolha dos casos teve como critérios a abordagem de pontos que compõem o objetivo do presente trabalho e estavam descritos no diário de campo do estagiário. Foram utilizados nomes fictícios para preservação da identificação dos usuários.

psicossocial, e o objetivo era acolher as demandas dos usuários, por meio da escuta qualificada, bem como compreender as dinâmicas de sua vida e a relação com os espaços públicos e com os serviços. Outro aspecto levado em conta nos atendimentos era a história de vida do usuário, de modo a identificar primordialmente a possibilidade de ocorrer o seu retorno familiar, como estratégia a evitar a sua institucionalização. Esses atendimentos, na maioria das vezes, tinham origem nas abordagens solicitadas, que consistem na solicitação da comunidade, da rede de serviços ou do próprio usuário.

O atendimento na rua também ocorria como estratégia de abordagem programada, que consistia em atendimentos realizados à indivíduos referenciados ao serviço, que se utilizavam dos espaços públicos como moradia, e que aconteciam com periodicidade diversa a depender da demanda. O atendimento realizado na rua pelo técnico era categorizado como abordagem técnica, e tinha como objetivo o acompanhamento do usuário em situação de rua, promover o atendimento a necessidades imediatas, bem como compreender seus modos de vida, promover o acesso à políticas públicas, garantir direitos, sensibilizar para tratamentos de saúde e saúde mental, além de auxiliar na construção de projetos de vida. Os lugares onde ocorriam essas abordagens eram diversas: calçadão central do município, mocós, debaixo de viadutos, cemitérios, passarelas, entre outros. O público atendido também era diverso, mas a maioria eram homens negros, de idade entre 30 e 50 anos.

### ***Fragmento 1: Júlia***

Júlia, mulher cisgênero de 44 anos, branca, usuária atendida pela rede de serviços socioassistenciais direcionados a população em situação de rua há cerca de uma década. Já possuía um vínculo estabelecido com um dos orientadores sociais que a acompanhava, por meio de abordagens

programadas, contudo, era desconhecida pela psicóloga e pelo estagiário. Em uma das abordagens programadas, realizadas quinzenalmente, fomos abordá-la com o objetivo de realizar o atendimento técnico, devido a demandas relacionadas a uso abusivo de SPA.

Ao chegarmos ao local, a primeira surpresa: seu espaço de moradia se encontrava debaixo de um viaduto movimentado, em um bairro residencial na periferia da cidade. Julia nos recepciona com certa resistência, pois não nos conhece. Contudo, o vínculo com o orientador é nítido e o recebe com um sorriso no rosto. Estava escrito ali o primeiro desafio da atuação do profissional de psicologia com pessoas em situação de rua, quicá em qualquer contexto, a formação de vínculo. Júlia se apresenta, e nós nos apresentamos, enquanto agentes estatais, mas também como sujeitos com nome e história. Ela nos mostra seu lar e, por mais estereotipado que possam ser as condições esperadas de uma moradia na rua, seu espaço tinha a conformação daquilo que costumamos chamar de casa: colchões, armários, um “quarto”, uma “cozinha” e um “banheiro”. Ela enfatiza, “aqui é minha casa”, e de fato era, não há dúvidas. Sua vida e rotina ali eram bem estabelecidas, trabalhava lavando túmulos no cemitério e recebia o benefício federal Bolsa Família.

Após alguns minutos de conversa, Júlia nos convida para sentarmos em sua cama e nos mostra seu cachorro, com o qual demonstra ter muito afeto. Nesse momento, ela falou sobre os filhos, relatou ter 9 e que sentia saudades deles. Propomos, então, que ela fizesse uma ligação com o celular do serviço. Júlia se emocionou muito e não conteve as lágrimas ao conversar com ele. “*Saudades de você meu filho. Você vem me visitar? Quando você vem aqui me ver?*”. E ao desligar, ainda emocionada, “*eu amo muito meu filho*”. Coube a nós acolhê-la. A ligação foi o ponto chave para a formação do vínculo inicial; ela precisava daquela ligação.

Por conseguinte, Júlia se sentiu mais confortável para conversar e demos continuidade no atendimento psicossocial,

a fim de entender suas demandas atuais e a relação com sua história de vida.

*“Eu bebo, tô sempre com isso aqui ó [mostra uma garrafa de água com bebida alcoólica]. Todo dia. E também uso pedra... mas hoje não usei não, tô sóbria, só dei uns ‘golin’ [sic]. Eu queria parar. Às vezes fico tão louca que passa os ratos aqui e eu até assusto” (SIC).*

Perguntamos, então, se ela havia conversado com a equipe do Consultório na Rua (CnaR), um serviço da política de Saúde que realiza atendimentos a população em situação de rua, sobre as possibilidades de tratamento, tendo em vista que já havia sido internada em uma clínica de reabilitação duas vezes. Julia nos responde:

*“Ah, muita conversa. Meu deus eu não aguento mais. É muito ruim toda vez ter que ficar falando da minha história, ‘cara’ [sic]. Doi falar. Parece entrevista. Eu num [sic] sou famosa. Eu vou pro CAPS e tenho que falar do que tô passando, o consultório [referindo-se ao CnaR] vem aqui, eu tenho que falar de novo, vocês vem aqui [referindo-se ao SEAS] e de novo eu preciso falar. Vocês vão me ajudar? Eu quero ajuda. Eu quero ser internada. Mas não quero ter que ficar meses esperando isso e é só conversa, conversa” (SIC).*

Podemos perceber, nessa fala, que Júlia nos deu mais do que um simples relato, ela denunciou uma forma de violência que vinha sofrendo. Uma violência institucional, na medida em que escancarou a falta de articulação e falhas no fluxo setorialmente, dentro da política de Saúde, e intersetorialmente, entre a Saúde e a Assistência Social. De fato, a história de Júlia era conhecida pela rede, suas demandas também. Mas não houve uma articulação prévia que definisse intersetorialmente um fluxo definido como objetivo para seu caso, que tivesse sido construído em articulação com os serviços e com a usuária. Sem isso, abordá-

la, sob o intuito de “realizar o acompanhamento da usuária”, pareceu falho e nos forneceu aparato para repensar nossa estratégia, a partir daquilo que foi vivenciado na experiência.

Mas o atendimento naquele dia não se resumiu a isso. Pudemos prestar auxílio por meio de outra ferramenta muito importante da atuação psicológica na garantia de direitos: a orientação e a psicoeducação. Júlia estava com dúvidas em relação ao seu benefício e ao próprio objetivo de uma psicóloga estar ali. Em suas palavras “*eu não tô louca*”. Dessa forma, a partir de suas concepções sobre o que faz uma psicóloga, descrevemos qual era nossa função dentro da política de Assistência Social, e enfatizamos o nosso papel de auxiliá-la a repensar seus caminhos e construir caminhos novos, de modo conjunto, informando-a sobre seus direitos e a acolhendo caso fosse atravessada por situações em que precisasse de apoio.

Diante de suas demandas e necessidades imediatas, propusemos encaminhamentos possíveis, principalmente em relação à articulação com o CAPS e o CnaR. E Júlia agradeceu nossa “visita”, e entregou, para cada um, um objeto como “lembrança”. Simbolicamente, entendemos aquele gesto como a expressão do início da formação de vínculo entre o profissional e a usuária. E o pós atendimento se demonstrou como um momento importante. Entramos em contato com o CnaR, e foram discutidas as possibilidades de atendimento em conjunto. Sobre sua principal demanda, o uso abusivo de SPA, discutiu-se alternativas à internação e outras estratégias de atendimento e objetivos do SEAS para com a usuária. Era necessário acompanhá-la, não mais como uma forma de a fazer lembrar suas dores, mas construir novas possibilidades de vida dentro de seu contexto e a partir do que fizesse sentido para ela em relação a suas próprias demandas.

Passaram-se algumas semanas e, em uma reunião de equipe, uma notícia: Júlia havia sido vítima de violência

doméstica<sup>29</sup> por parte de um companheiro. Realizamos, então, uma abordagem no período da tarde. Chegando lá, ela estava cabisbaixa, nos recebeu, mas disse que não poderia conversar muito. Seu rosto estava machucado e havia lesões em seu corpo.

*“Foi aquele cara lá. Veio aqui, ele sempre vem, ele era meu namorado. Não quero mais nada com ele não. [Ele] quis pegar meu corotinho [sic] e minhas pedras, sai fora [sic]. Brigamos e eu quase joguei ele aqui de cima. Ele me bateu, acha que só porque é homem pode vir aqui e pegar minhas coisas, dei uma facada nele também (SIC).”*

Houve, nesse momento, dois tópicos a serem tratados pela equipe. O primeiro era a periculosidade que a vida na rua expõe os sujeitos que nela se encontram como residentes. Não há portões, portas, trancas - não há, assim, aqueles que convencionamos como senso de proteção dentro de nossas “casas tradicionais”. Júlia estava exposta a todo momento e, como mulher, a situação de risco era acentuada. O segundo tópico, é primordial, era a situação de violência em si. É de conhecimento que, dentro das políticas públicas, há protocolos para atendimentos a esse tipo de ocorrência. Realizamos toda a parte de acolhimento. Contudo, ao mencionarmos a possibilidade dela denunciar seu agressor, o tom da conversa foi alterado.

*“Não, não quero. Por que tão metendo [sic] polícia no meio? [sic] Não quero mais conversar não, deixa que eu me resolvo, sei me defender. Não quero falar mais nada” (SIC).”*

Diante disso, tentamos abordar o assunto de outras formas, de modo a enfatizar que estávamos ali para fornecer

---

<sup>29</sup> O conceito de violência doméstica aqui utilizado é o da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

apoio e informações, mas já não havia possibilidade de diálogo, fomos embora, mas deixamos nosso cartão de contato com ela. Nesse momento, emergiu-se uma questão muito relevante: nós, profissionais de psicologia, mesmo que socialmente convencidos a nos entender como “benfeitores” e isentos de reprodução de relações de dominação, não o somos. Nossa imagem, ali, era como agentes do Estado, o mesmo Estado que, representado pelas forças da Segurança Pública, oprime e viola as pessoas em situação de rua. Falar sobre a importância da denúncia para Júlia era indispensável enquanto trabalho prescrito e protocolar, mas abordar o tópico foi um gatilho de emoções que remontam sua história de vida, e sua relação com esse sistema, e isso precisou ser reconhecido pela equipe. Mais uma vez, o trabalho após-atendimento foi essencial para que essas discussões emergissem na equipe e novas possibilidades de acompanhamento pudessem ser pensadas.

### *Fragmento 2: José*

José, há 12 anos em situação de rua, 50 anos, branco, egresso do sistema prisional, fazia de um terreno próximo a um córrego que corta um bairro residencial sua morada. Fomos realizar a abordagem solicitada pela rede por conta de um incêndio que havia ocorrido no local. José estava bem e acompanhado de uma amiga. Era sua primeira abordagem técnica.

O atendemos com objetivo de sanar possíveis demandas imediatas, mas também buscamos compreender sua história de vida. Nos disse que não tinha uma boa relação com a mãe, e que ela o rejeitou desde a adolescência, quando o expulsou de casa. Apesar de manter uma boa relação com as irmãs, disse que desde jovem se envolveu em situações de tráfico e roubo. Disse também que faz uso abusivo de SPA e que isso gerou sequelas significativas em sua saúde, mas que não deseja realizar nenhum tipo de tratamento para redimir o uso. Seu discurso foi de auto responsabilização.

*“A gente que tem essa vida tem que se virar. Eu que escolhi estar aqui, fui eu que plantei, agora tenho que dar meus pulos né. O que vocês tão fazendo pra me ajudar já é muito” (SIC).*

E essa sua fala suscitou questionamentos sobre o quanto a expressão de sua subjetividade estava envolta em um discurso que a sociedade no geral tem sobre as pessoas em situação de rua. Após escutar sua história de vida, é difícil acreditar que, de fato, foi sua escolha estar naquela condição.

### ***Fragmento 3: Ana***

Em relação a Ana, mulher cisgênero de 23 anos, negra, cabe o relato de um fragmento referente ao atendimento realizado em um dia de abordagem programada. Estávamos no centro da cidade quando, seguindo o princípio da proteção proativa, identificamos a usuária e fomos até ela para conversarmos. Ana não tinha muitas demandas naquele momento, mas nos relatou que havia feito sua matrícula em uma escola do centro, que oferecia o ensino na modalidade EJA (Educação para Jovens e Adultos) e que gostaria que nós a acompanhássemos até lá para verificar a data de início das aulas, bem como solicitou que verificássemos a possibilidade de fornecer materiais a ela, como cadernos, lápis e caneta.

Dessa forma, fomos andando até a escola, não muito distante dali, conversando. Ana nos contava os lugares onde dormia e permanecia durante o dia. Nos disse que acessava os serviços da rede que ofertavam alimentação e higiene, mas que não gostava dos espaços de pernoite. Ao chegarmos ao local e conversarmos com a funcionária da recepção, fomos informados que a matrícula de Ana não estava efetivada. E isso bastou para que ela se demonstrasse surpresa e inconformada com a situação. Fomos levamos até a diretoria para entender melhor a situação, e a diretora a orientou:

*“Ana, lembra do nosso combinado? Você pode estudar aqui, mas eu preciso que algum serviço de referência assine sua matrícula. Além da responsabilidade legal de um técnico, precisamos de um endereço. Essas são as normas” (SIC).*

A usuária, por sua vez, rebateu:

*“Por que eu preciso que alguém assine esses papéis por mim? Pra eu estudar não serve eu querer? Eu quero estudar, é meu direito, vocês que não estão deixando. Eu sou gente, porque eu querer estudar já não tá bom?” (SIC)*

Fomos embora com Ana aos prantos. Tentamos dialogar e orientá-la em relação a possibilidade de algum serviço da rede socioassistencial exercer a função requerida pela escola, mas sua revolta diante da situação se desenvolveu de modo que sua dor falou mais alto. Foi embora em prantos.

Essa fala de Ana reverbera em muitos sentidos. A exigência institucional de um serviço e de um técnico que a representasse parece, a princípio, apenas um entrave burocrático. Contudo, ela ilustra os pressupostos inclusive, paternalistas, impregnados na elaboração de políticas institucionais. Talvez haja experiências diversas em outros locais em que essa não seja a realidade, mas, nesse caso, observamos a ferida de uma vida ser tocada. Ana denunciou, por meio de sua fala, a condição a qual é vista pela sociedade e fez questão de nos lembrar *“Eu sou gente”*.

O que cabe a psicologia em uma situação como essa? Nós entramos em contato e articulamos por meio da rede de serviços um novo atendimento a ela. Porém, isso é suficiente em termos de compromisso ético e político da profissão? Desenharemos melhor nossa posição em relação a isso na discussão do trabalho.

#### *Fragmento 4: Everton*

Everton, homem cisgênero de 35 anos, negro, tinha como local de moradia e subsistência a região central da cidade, local com intenso fluxo de pessoas. Seus atendimentos, no geral, aconteciam nas calçadas de lojas do comércio local. Seu discurso, de imediato, parecia impreciso e, de certa forma, “infantilizado”. À primeira vista, gerava estranhamento sua forma de falar, mas compreendemos que era sua forma de se expressar e lidar, do ponto de vista psicológico, com as formas de opressão que sofria. O uso abusivo de SPA era uma queixa constante, sempre relatava seu desejo por realizar o tratamento e já havia passado por atendimentos no CAPS-AD, e no CAPS-III, bem como fora internado em Comunidades Terapêuticas.

Sua história de vida com a rua remonta à sua expulsão de casa pela não aceitação de seu padrasto, quando mais novo, por questões relacionadas a sua sexualidade e orientação sexual. Se reconhecia como um homem gay e essa característica surgiu em seu relato em um dos atendimentos quando questionados sobre suas formas de subsistência.

*“Eu ganho o auxílio e ganho pedindo. Saio pedindo aqui mesmo. E eu faço programa, né, com homens[...] na rua mesmo. Eles dão dinheiro, mas também me batem. Eu apanho muito na rua, eles judiam [sic] muito de mim. Esses dias me levaram num lugar lá, me bateram, fiquei todo machucado” (SIC).*

A violência na vida de Everton se apresentava de diversas formas. E o episódio relatado por ele se referia a uma situação em que sofreu uma situação de tortura, fato que o motivou a buscar mais uma vez a internação em uma instituição. Contudo, assim como tudo relacionado às relações humanas, os atendimentos à Everton não tiveram um

delineamento único e contínuo. Os principais esforços da equipe estavam concentrados em garantir duas seguranças socioassistenciais: sua acolhida e a convivência familiar. Muito foi trabalhada a relação com sua mãe, que diversas vezes se mostrou presente e se responsabiliza pela sua assistência. Entre idas e vindas, Everton traçou seus caminhos entre a casa de sua mãe, as instituições de acolhimento e internação psiquiátrica e a permanência nas ruas. E o papel da Psicologia, em sua história, foi respeitar sua dignidade e não discriminá-lo, de modo a promover e reforçar sua autonomia na reconstrução de seu projeto de vida, por meio da garantia de direitos.

### *Fragmento 5: Giovana*

Giovana, 40 anos, mulher cisgênero, branca, residia em uma acomodação feita de panos e outras estruturas que montou em um imóvel abandonado. O que tornou os atendimentos à Giovana tão singulares foi o fato de que o local que fazia de morada era próximo da sede do serviço. Nesse ponto, precisamos destacar que o SEAS não atua com atendimentos em sua sede por demanda do usuário, de modo que essa modalidade somente ocorre em casos específicos em que é necessário o atendimento técnico para a avaliação de acesso a algum encaminhamento, como Acolhimento ou passagem de retorno. Contudo, não éramos invisíveis à população dos arredores, inclusive à nossa vizinha Giovana, que fazia questão de passar por lá algumas vezes e chamar pelo nome da psicóloga.

O ponto que queremos trazer é que esse vínculo não surgiu “do nada”. Diversas foram as tentativas de aproximação com Giovana, que demonstrava certa resistência nos primeiros atendimentos. No decorrer das semanas, utilizamos de diversas estratégias de vinculação, como a entrega de lanches e abordagens em seu local de moradia. Aos poucos a usuário começou a contar se sua história de vida, sua

saudade dos filhos e de seus pais, já idosos e doentes, e do vínculo com sua irmã. Muitas vezes mediamos ligações entre a usuária com sua irmã que, na maior parte das vezes, se emocionava muito ao telefone. Nossas conversas nesses momentos de acolhimento diante de sua fragilidade foram cruciais para a usuária contemplar novas possibilidades de projetos de vida. Giovana fazia uso abusivo de SPA, e chegou a cogitar possibilidades de tratamento em Comunidades Terapêuticas, mas sempre desistia nos momentos de encaminhamento ou não aparecia nos horários combinados.

Uma das tentativas de encaminhamento também foi o retorno familiar. Cercada de sentimentos de saudades, culpa e remorso, Giovana tinha um discurso voltado para o desejo de cuidar de seu pai, que residia em sua cidade natal. Ao longo dos atendimentos, essa proposta foi trabalhada e, por fim, concretizada. A equipe realizou seu deslocamento de modo conjunto, mas dias depois uma surpresa: Giovana havia voltado. Suas questões relacionadas ao uso abusivo de substância e outras de cunho relacional com o pai, a impossibilitaram de permanecer lá. Para a equipe ficou um sentimento de, à primeira vista, frustração, mas que foi trabalhado no sentido de compreender o tempo do sujeito e que a atuação dentro da Assistência Social requer limiares altos de tolerância às nossas expectativas frente a alteridade, a subjetividade do outro. Os atendimentos de Giovana passaram, então, a se pautarem na compreensão de sua dinâmica nas ruas e nas possibilidades de articulação com os serviços da rede que pudessem acolher suas demandas diversas, como a de saúde mental.

## **Discussão**

Diante dos fragmentos apresentados, uma primeira consideração precisa ser feita: a rua se constitui enquanto um território. E por território, não nos restringimos ao espaço físico onde os sujeitos habitam, mas a própria noção de espaço

construído pela ação dos sujeitos, em uma via relacional. Santos (2006 como citado por Sousa et al., 2020, p. 340) orienta que “o território só pode ser entendido de acordo com o uso que se faz dele, indo além da simples dimensão física, implicando a questão do seu sentido existencial”. Ademais, o que valida um lugar enquanto espaço de território humano são os significados construídos nele (Sousa et al., 2020). Assim, como bem enfatizado no documento da *Política Nacional para Inclusão da pessoa em Situação de Rua*:

[...] a rua não deve ser vista somente como lugar de circulação entre espaços privados, uma espécie de limbo entre situações reconhecidas, mas como espaço em si, tão abarcador e produtor de realidades como qualquer outro. Estar na rua é ocupá-la, não como violação do espaço limpo e vazio. (Brasil, 2008, p. 4)

Dessa forma, continuamos nossa análise a partir da noção da rua como território para aqueles que constroem suas realidades nela. E, enquanto território, não está isenta do controle das subjetividades. Como ressaltado por Lima e Yasui (2014, p. 598), é no território “que se instala o olho vigilante do poder disciplinar que se ramifica e adere às rotinas cotidianas, transmutando-as ao sabor das conveniências do mercado”.

[...]  
*Embora resiliente*  
*Precisam de mudanças urgente*  
*É povo que nem qualquer gente*  
*Só que com direitos violados*  
*pelo povo malvado*  
*Que relutam em nos dar as mãos.*

O trecho do poema supracitado, escrito por Cristiano e Samuel, pessoas com trajetória de rua, e apresentado no

documento Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, e o grito de Ana ao entoar “*Eu sou gente*”, ilustram isso. Esse controle das subjetividades e dos corpos que nela se materializam evocam o conceito de abjeção<sup>30</sup>, suscitado na noção de corpos abjetos enquanto “aqueles cujas vidas não são consideradas vidas, e sua materialidade é desconsiderada” (Chun, 2023, p. 46). Nessa lógica, instala-se um marcador corporal, e grupos, como no caso da população em situação de rua, são concebidos como objetos de repulsão e ameaça, de forma a produzir, inclusive, reações aversivas por parte de terceiros (Oliveira, 2020).

Além disso, os corpos abjetos circunscritos nas pessoas em situação de rua são ainda insumo para o fenômeno da *aporofobia*, marcada por atitudes que se fundamentam que concepção de que, em uma economia de troca, aquele que é pobre é desprovido do direito de existir, pois não tem nada a ofertar - torna-se, assim, um sem-lugar (Cortina, 2020 como citado por Giese, Silva & Menegat, 2023). Culmina-se, portanto, na marca do *sujeito poluidor*, “aquele que fica fora dos limites impostos pelas comunidades e se torna “sujo”, “impuro” e “poluidor” porque está fora de lugar e, portanto, causa confusão e perturbação na ordem social” (Oliveira, 2020, p. 194).

Esses sujeitos são colocados às vistas de outras problemáticas. No caso da usuária Julia, pudemos nos defrontar com o fenômeno da violência contra a mulher, ao contraponto do fato de que muitas mulheres saem de suas casas por terem sofrido violência doméstica (Rosa & Brêtas, 2015), mas não estão isentas de vivenciá-la novamente em suas trajetórias nas ruas. Como dito por Sicari e Zanella (2018, p. 666), “a rua se configura como um espaço masculino, que dá continuidade ao modelo patriarcal”. Ademais, a revisão

---

<sup>30</sup> O uso do conceito de abjeção aqui utilizado tem embasamento na proposta de Julia Kristeva.

dos autores ainda atesta que as políticas públicas brasileiras carecem de ações que abranjam as especificidades das mulheres em situação de rua, e que é necessário a construção de estratégias de cuidado direcionadas e intersetoriais (Sicari & Zanella, 2018).

Outro caso de violência foi trazido nos fragmentos de relatos do usuário Everton que, em sua trajetória de vida, foi atravessado pelas diversas formas de LBGTQIA+fobia. Garcia (2011) pontua algumas delas comuns na história de vida de pessoas em situação de rua que vivem formas de sexualidade não hegemônicas, como nas instituições familiares, que os levam a saída precoce de casa e a nas ruas, expondo-os a ameaças e violências físicas e sexuais. Inclusive, o Conselho Federal de Psicologia estabeleceu diretrizes para atuação psicológica com esse público, presentificadas nas Resoluções 01/1999, 1/2018, 08/2020, 1/2021 e 08/2022, que devem ser incorporadas, inclusive, no contexto das políticas públicas. Pontuamos, então, o que precisa ser levado em consideração, nesse caso: a LBGTQIA+fobia e suas formas de violência tem reverberações evidentes no que se diz respeito à geração de sofrimento das pessoas afetadas por elas (Salgado, 2011) que, por sua vez, pode produzir mazelas relacionadas ao uso abusivo de SPA, resultando em um ciclo retroalimentado entre questões de saúde mental e o uso de substâncias.

Ademais, de modo a dar seguimento nas análises, vemos que o discurso do usuário José, ao dizer “*Eu que escolhi estar aqui, fui eu que plantei, agora tenho que dar meus pulos né*” (sic), vai ao encontro do que Esmeraldo Filho (2010) encontrou em sua pesquisa em relação a associação feita por esses sujeitos entre a situação atual que se encontram e a noção de auto responsabilização e culpabilização, de modo a não levar em conta os processos sociais e econômicos que atravessaram suas histórias. Nesse sentido, Sicari e Zanella (2018) disserta o entendimento de outro autor sobre o tema:

Rodrigues (2015) relaciona a ideia da escolha individual de estar nas ruas com o que chama de “mito da escolha masoquista” (p. 7), um processo vinculado à ideologia neoliberal de transformação da ideia de necessidade para a de escolha da pessoa em situação de rua que promove a “transformação da necessidade e do sofrimento em escolha [...] no qual a miséria não aparece como adereço das indigências fabricadas por estruturas societárias – a sociedade transfere assim, a culpa e a responsabilidade para o indivíduo” (p. 78). Nessa lógica, a pessoa em situação de rua é considerada não só culpada por sua própria condição, mas também responsável por problemas coletivos, como a violência, o tráfico, a degradação urbana e outras adversidades (Rodrigues, 2015, p. 668).

Posto o discutido até aqui, podemos compreender que os territórios dos sujeitos em situação de rua são constituídos por mazelas homogeneizantes, na medida em que também são polos de reprodução de desequilíbrio de poder e controle dos corpos. Então, a partir disso, como pensar uma lógica de atuação profissional psicológica que vá contra a reprodução do poder dominante ou que, até mesmo, transcorra por caminhos de subversão da norma em relação a garantia de direitos e formação da cidadania? Lima e Yasui (2014), ao tratarem sobre a atenção psicossocial, nos dão algumas pistas:

Se o território é, simultaneamente, espaço de inscrição da racionalidade dominante e lugar de emergência de formas de resistência, o deslocamento espacial da atenção, do asilo ao território, não garante uma prática em ruptura com as formas de poder que se exercem sobre a vida (p. 598).

Ao sair do lugar de conforto que encontramos nos consultórios e nas salas de atendimento dos serviços diversos em que a Psicologia se faz presente, encontramos um Outro muito diferente do que tradicionalmente somos teoricamente preparados. Faz-se necessário nos despirmos do saber-fazer

prescrito para construirmos um novo baseado na realidade em que nos defrontamos.

Rocha e Oliveira (2020) enfatizam que o primeiro trabalho do psicólogo na atuação *in loco* nas ruas é o de vinculação, que, por sua vez, deve ser construído aos poucos, tendo em, vista a alta probabilidade de encontrarmos desconfiança e resistência nesse grupo que historicamente é violentado por entidades governamentais. É necessário, então, a construção da relação de confiança mútua entre a equipe e os usuários. Rocha e Oliveira (2020) ao citarem o CRP-MG (2015), enfatizam:

O processo de aproximação com a população de rua exige dos profissionais uma nova postura e uma nova maneira de pensar o modo de abordagem, sendo essenciais atitudes mais acolhedoras e sem a marcante presença de certo modo pedagógico-moralista presente em algumas posturas interventivas em Psicologia (p. 7).

Esse processo pôde ser vivenciado no atendimento de muitos usuários, talvez sua maioria, mas foi destacado no caso de Júlia. O primeiro atendimento, cheio de desconfiança por parte dela, não poderia ocorrer da forma tradicional. Rocha e Oliveira (2020) mostraram que é indispensável a adoção de novas formas de se abordar esses sujeitos, por exemplo, flexibilizando o uso de instrumentos geralmente utilizados para anotar registros das informações requeridas institucionalmente, pois é preciso dar espaço para a preservação do vínculo. Muitas vezes ele demora para ser estabelecido, considerando que:

Os laços e vínculos de confiança, por vezes distantes dos usuários em função das diferentes texturas de violência experimentadas, não ocorrem de modo imediato. O medo e a insegurança diante de um profissional que fala em nome do Estado podem constranger as famílias [e usuários] e dificultar a vinculação, condição de possibilidade para os

atendimentos ofertados pela psicologia. Quando essa barreira é superada, os usuários podem se sentir reconhecidos pelo fato de terem acesso direto a um profissional de psicologia e a uma equipe de referência com quem podem contar e acionar quando necessário, desfrutando da escuta, apoio e orientação (Godoy & Mansano, 2023, p.151).

Além disso, a vinculação para Krüger, Antoni e Baldissera (2021, p.34) promove a “sensibilização ao ‘tempo lógico’ do sujeito sobre seu empoderamento e tomada de desejo”. Esse ponto se torna crucial para que não ocorra frustrações por parte do profissional, na medida em que é recorrente o não seguimento dos combinados e propostas da equipe com o usuário, como pudemos observar nos casos de Everton e, principalmente, de Giovana. Mas o caminho da construção de projetos de vida não é linear e requer esse preparo do psicólogo frente às adversidades e diferentes “tempos lógicos” de cada usuário no plano de acompanhamento traçado.

Aqui devemos pontuar que, apesar das semelhanças com a noção de atendimento psicológico tradicional/clínico, o trabalho do psicólogo enquanto técnico no SEAS não é direcionado à psicoterapia e apresenta significativas diferenças. Uma delas é a peculiaridade da escuta psicossocial nas ruas. Sobre isso, Krüger, Antoni e Baldissera (2021) relatam sobre as adversidades encontradas nos atendimentos que acompanharam:

Perturbações sonoras e visuais, ambientes de violência, grande fluxo de pessoas, presença de animais ou membras/os externas/os durante as conversas, entre muitos outros aspectos, exigiam olhar holístico às cenas de atendimento e uma forte percepção adaptativa às/aos técnicas/os: quando, como e até onde poderíamos aprofundar os tópicos dos atendimentos e utilizar os elementos (simbólicos) ao nosso

redor como fatores de potencialização das intervenções eram os principais desafios do trabalho nesse escopo (p. 35).

E é nesse ambiente que precisamos treinar nossa escuta. Uma escuta direcionada para muito além daquilo que as palavras dão significado, precisamos nos atentar aos gestos e “permitir-se sentir pelo outro o que não lhe foi permitido nomear com clareza, compartilhar das dores, sofrimentos e conquistas da caminhada” (Barreto, 2011, p. 413).

Barreto (2011, p. 413) ainda menciona que “há situações em que precisamos ir com nossos usuários adiante do que é falado no cotidiano, do que é visto sobre sua condição na sociedade; temos que acompanhá-los nas horas de maior exposição e fragilidade, quando suas feridas guardadas arduamente são ligeiramente expostas”. E nós pudemos observar esses momentos cruciais nos atendimentos com Júlia, Ana e Giovana, na medida em que nos defrontamos com situações de extrema carga emocional para elas, e repensar o manejo foi essencial para a construção da relação.

Por fim, trazemos a discussão acerca do fazer de uma *psicologia engajada*<sup>31</sup>. O que pretendemos questionar é: se tenho o aporte teórico e a capacidade de transformá-lo em ações que caracterizam minha atuação, como saber se minha prática está em consonância com preceitos ético-políticos da psicologia enquanto ciência e profissão? Barreto (2011, p. 409) nos lembra que “estar no serviço público não significa fazer uma psicologia engajada, pois temos muitos desafios no campo da formação e prática profissional para consolidar uma *práxis*

---

<sup>31</sup> Para melhor contextualização, o autor utiliza o termo e discorre sobre sua definição no seguinte trecho: “Nas últimas décadas, acompanhamos a institucionalização crescente do que podemos chamar de psicologia engajada como uma exigência ética e um critério de qualidade na intervenção (Bock, 1999, 2003; Dimenstein, 2001), protagonista de significativas reformas em nível de formação acadêmica, produção científica e atuação profissional” (Barreto, 2011, p. 409).

pautada nos direitos humanos, na autonomia dos sujeitos e na justiça social”.

Nesse sentido, é preciso que a prática psicológica em um serviço como o SEAS, que é direcionado a um grupo populacional tão vulnerável e exposto a situações aversivas e de privação, posicione-se constantemente em uma ação-reflexão sobre o modo de agir profissionalmente. Essa ação-reflexão, como também sugerido por Barreto (2011) requer uma mudança paradigmática de *intervenção* para *cuidado*, em uma via de mão dupla que dá suporte a subjetividade e nos aproxima da condição humana com o usuário, atentos aos tensionamentos do nosso próprio corpo. A integralidade do cuidado dá sustento para uma prática que tome como fins a transformação da realidade, em busca da justiça social e da garantia de direitos, dando subsídio também para a compreensão das diversas formas de sofrimento subjetivo dos usuários e suas potencialidades.

## **Considerações Finais**

A opção de abordar o tema por meio da apresentação de fragmentos de casos remonta a proposta de Brito e Silva (2020, p. 158), ao enfatizarem que estudo que trazem a história de pessoas em situação de rua possibilitam a “valorização como sujeitos ativos e protagonistas de histórias, trajetórias, valores, em contraponto com a marca de invisibilidade, desconhecimento e preconceito que é frequentemente caracterizada”. Não tínhamos como objetivo, aqui, relatar “casos de sucesso”, e nem esgotar as histórias de nossos usuários em termos de início, meio e fim. Reconhecemos, nesse sentido, as limitações de nossa atuação.

Contudo, também insistimos em dar ênfase nas potencialidades que a Psicologia tem para contribuir no trabalho com os sujeitos que na rua se encontram e nela constroem suas vivências. Constatamos o poder transformador de se acolher os usuários e suas queixas em

seus próprios tempos. Além disso, podemos observar que ao nos despirmos de saberes prescritos, pudemos construir novas realidades, a partir dos processos de vinculação. Posto isso, o que seria um caso de sucesso no atendimento à população em situação de rua? Qual seria o “fim ideal” de um caso? Abrimos espaço para essas reflexões na medida em que entendemos que superar a situação de rua vai muito além de ter uma casa e um emprego.

Trouxemos nesse trabalho o que temos por implicações teóricas, práticas e identitárias que constituem a atuação do profissional de psicologia no Serviço Especializado em Abordagem para pessoas em situação de rua. Diante disso, temos algumas conclusões (passíveis, claro, de críticas e novas formulações):

1) Faz-se preciso que o profissional de psicologia tenha sua atuação pautada em embasamento teórico para conhecer e lidar com a realidade na qual se defrontam no seu trabalho, de modo a não reproduzir relações de dominação para com os usuários;

2) Para além do aporte teórico, é necessário transformar esse conhecimento em ação. E, para tal, deve-se estar sensível ao que se fizer presente no encontro com o usuário, não partindo de receitas prontas, mas sim de uma lógica dialógica e construtiva;

3) O que caracteriza a identidade própria do psicólogo nesse serviço é, talvez, a atuação *in loco*, na rua com o usuário, seja direta ou indiretamente (por meio de orientações às equipes). Esse fator o distingue dentro dos serviços socioassistenciais.

E, em adendo, há algo que une os três pontos supracitados: a dimensão ético-política da atuação profissional. As transformações necessárias não se darão isoladamente pela Psicologia, mas seus saberes e práticas acumulados historicamente contribuem para o trabalho com a população em situação de rua, principalmente no que se refere

construção de vínculos como motor para a mudança, e promoção de autonomia e protagonismo das narrativas dos usuários, de modo a validar as experiências individuais e possibilitar o desenvolvimento de sensibilização para tratamentos, acesso a outros serviços e construção de projetos de vida. Além disso, muito tem a contribuir na mitigação e na desmistificação de práticas assistencialistas que ainda atravessam as atividades desenvolvidas no âmbito da Assistência Social e afastam o caráter da proteção social como direito dos usuários. Assim, o que se pode ter, como produto final, é a articulação coletiva, a partir da construção de um sentido de realidade popular, que tensiona os espaços de decisões políticas e que contribui para o controle social das ofertas direcionadas a esses sujeitos.

Em suma, esperamos que, com esse trabalho, possamos contribuir para o fomento da literatura na área, além de possibilitar que profissionais e estudantes possam dimensionar alguns pontos da atuação do psicólogo nesse serviço, bem como que o trabalho os instigue a proporem novas práticas, pautadas no atendimento humanizado, na construção de políticas coletivas e que efetivem a proteção social dos sujeitos que na rua traçam seus caminhos.

### Referências

- Aquime, R. H. S., Lemos, F. C. S., Sardinha, A. P. A., Barreto, R. M., & Sampaio, V. L. F. (2022). Psicologia no Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS): práticas em torno de relações étnico-raciais. In: Lemos, F. C. S., Aquime, R. H. S., Bengio, F., Sampaio, V. L. F., & Barreto, R. M. (Orgs.), *Psicologia Social e Política de Assistência Social: territórios, sujeitos e inquietações*. Curitiba: Appris.
- Barreto, A. F. (2011). Sobre a dor e a delícia da atuação Psicológica no SUAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 406–419.

- Bernardo, A. S., Nascimento, D. D. do ., Mendes, M. F., & Rocha, R. V. de S. (2021). Acolhimento a trabalhadores de Serviço Especializado em Abordagem Social no estado de São Paulo: Um relato de experiência na formação em Psicologia. *Boletim De Conjuntura (BOCA)*, 7(21), 10–23.
- Brasil. (2013). *Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social, 4. Recuperado de [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Perguntas\\_Servico\\_AbordagemSocial.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Perguntas_Servico_AbordagemSocial.pdf)
- Brasil. (2014). *Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional de Assistência Social. Recuperado de [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)
- Brito, C., & Silva, L. N. (2022). População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(1), 151–160.
- Cintra, A. M. S., Mesquita, L. P. de ., Matumoto, S., & Fortuna, C. M.. (2017). Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa. *Fractal: Revista De Psicologia*, 29(1), 45–53. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1453>
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2016). Nota técnica: Atuação do psicólogo em relação à diversidade sexual e de gênero. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%CC%81cnica-web.pdf>

- Costa, M. de A. (2022). Políticas Públicas para População em Situação de Rua como Reconhecimento do Direito à Dignidade Humana. *Revista Parlamento E Sociedade*, 10(19), 51–73. Recuperado de <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/241>
- Chun, G. A. (2023). *Quais são as vidas passíveis de luto? um estudo sobre o conceito de abjeto e a população em situação de rua*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. Recuperado de <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/40208>
- Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. (2009, 23 de dezembro). *Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*. Presidência da República. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)
- Esmeraldo Filho, C. E. (2010). *Necessidades de saúde dos moradores de rua: Desafios para as políticas sociais do município de Fortaleza-CE* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Gaia, R. S. P., & Candido, T. P. (2020). Contribuições da Psicologia Social para o Atendimento à População em Situação de Rua no Serviço Especializado em Abordagem Social. *Revista Psicologia & Saberes*, 9(14), 4–15.
- Garcia, M. R. V. (2011). Diversidade sexual e situação de rua: contextos de vulnerabilidade à violência entre jovens de São Paulo. In Encontro Nacional de Psicologia Social da Abrapso, *Anais . . .* Recife, UFPE.

- Giese, J. V., Silva, L. B., & Menegat, E. M.. (2023). População em situação de rua e espaço público: as manifestações contraditórias de aporofobia e de gentileza urbana na atualidade. *Urbe. Revista Brasileira De Gestão Urbana*, 15, e20220227.
- Godinho, J. M. (2021). O percurso cartográfico na pesquisa qualitativa. In: Dickow, M. C. et al. (orgs). *Anais [recurso eletrônico] : educação e resistência : reflexões sobre o papel da educação e da pesquisa no contemporâneo / Seminário discente e egressos em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação*. EDIPUCRS. Recuperado de <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/1559/assets/edicoes/2021/arquivos/10.pdf>
- Godoy, K. R. G. de, & Mansano, S. R. V. (2023). Sustentabilidade afetiva nos CREAS: as percepções das famílias.. *Revista Polis E Psique*, 13(1), 143–167. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.111681>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2023). *Nota Técnica nº 103: Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)*. Brasília: Ipea. Recuperado de [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NLondrina\\_2022T\\_103\\_Disoc\\_Estimativa\\_da\\_Populacao.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NLondrina_2022T_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf)
- Krüger, W. M., Antoni, C., & Baldissera, M. A. P.. (2021). Situação de rua e abordagem social: desafios operacionais ao SUAS. *Revista Polis e Psique*, 11(1), 27-44.
- Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)
- Londrina. (2022). *Plano de trabalho do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS): Versão preliminar*.

Prefeitura do Município de Londrina.  
<https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/dpse/servico-especializado-de-abordagem-social/47568-anexos-8087946-plano-de-trabalho-seas-versao-preliminar-2022/file>

Lima, E. M. F. A., & Yasui, S. (2014). Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. *Saúde em Debate*, 38(102), 593-606.  
<https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140055>

Oliveira, M. R. D. (2020). O conceito de abjeção em Julia Kristeva. *Revista Seara Filosófica*, 21, 185-201.  
<https://periodicos-old.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/searafilosofica/article/view/19975/12913>

Resolução nº 6, de 12 de abril de 2013. (2013, 12 de abril). *Dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada do ano de 2013 dos Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial, para o Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e para os Serviços de Acolhimento em República para Pessoas em Situação de Rua.* Comissão Intergestores Tripartite.  
<http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-n-6-de-12-de-abril-de-2013/#:~:text=Disp>

Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014. (2014, 15 de abril). *Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOBRH/SUAS.* Conselho Nacional de Assistência Social.

<http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-9-de-15-de-abril-de-2014/>

Rocha, F. C., & Oliveira, P. R. S. (2020). Psicologia na rua: delineando novas identidades a partir do trabalho com a população em situação de rua. *Revista Pesquisas E Práticas Psicossociais*, 15(1), 1–18. Recuperado de [http://seer.ufsj.edu.br/revista\\_ppp/article/view/3712](http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/3712)

Rosa, A. S., & Brêtas, A. C. P. (2015). A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface (Botucatu)*, 19(53), 275-285. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0221>

Salgado, F. M. M. (2011) *Os sentidos do sofrimento ético-político na população LGBT em situação de rua em um centro de acolhida da cidade de São Paulo*. 2011. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/16931>

Sicari, A. A., & Zanella, A. V.. (2018). Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 38(4), 662–679. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>

Sousa, A. L., Thurow, C. F., ‘, G., & Schneider, D. R. (2020). Diálogos da psicologia existencialista com o conceito de território. *Rev. abordagem gestalt. [online]*, 26(3), 339-349. <https://doi.org/10.18065/2020v26n3.9>.

## **Relatos de violência de gênero em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS): o papel da psicologia no cuidado de mulheres**

---

**Mariana Silva Basso  
Daniele de Andrade Ferrazza**

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), publicada no ano de 2004, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) “atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário” (p. 35). O CRAS faz parte da Proteção Social Básica (PSB), isto é, o serviço tem como objetivo a garantia de direitos e a prevenção de situações de risco a partir da potencialização da família, fortalecendo os vínculos internos e externos, assim como, os laços comunitários a partir do protagonismo social e da promoção de autonomia.

O profissional de psicologia inserido no Sistema Único da Assistência Social (SUAS)/CRAS têm as atribuições embasadas e organizadas a partir de normativas e diretrizes, principalmente, no material “Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CRAS/SUAS” do Conselho Federal de Psicologia de 2021. A prática do(a) psicólogo(a) no CRAS precisa estar aliada à ética do cuidado, com atuações feministas atentas às interseccionalidades de etnia, raça, classe e gênero que constituem sujeitos, assim como, as concepções múltiplas sobre família, cuja “a noção de vulnerabilidade amplia nosso horizonte ético e político, em que o pessoal é político” (Conselho Federal de Psicologia, 2021, p. 32). No entanto, atuar no campo das garantias de direitos e seguridade social no Brasil é “nadar contra uma maré”, devido aos ataques sistemáticos construídos e permeados por

componentes estruturais ultraconservadores que levam “a um projeto genocida de populações, de hábitos e de costumes que atingem territórios comunitários pauperizados de nossas cidades e ruralidades, agravando as condições de vida de populações” (Conselho Federal de Psicologia, 2021, p. 39).

Desse modo, consideramos relevante sinalizar as práticas que têm sido realizadas dentro do campo de atuação da psicologia: atendimentos psicossociais em parceria com as assistentes sociais, planejamento e execução das atividades coletivas (do acompanhamento familiar e dos projetos/eventos pontuais que o CRAS desempenha), recepção das novas famílias ao serviço por meio da acolhida coletiva, acompanhamento das famílias inseridas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente/ Idoso, organização de ações comunitárias e descentralizadas e estudos de casos com a rede do município. Tais funções são desempenhadas com o objetivo de reconhecer as práticas como promotoras de direitos e de prevenção a outros riscos sociais, ocasionando na violação dos direitos humanos.

Dito isso, entende-se que o CRAS não é precisamente o local em que mulheres devam procurar para denunciar violências sofridas. Há dispositivos da Rede de Enfrentamento à Violência de Gênero que atendem e promovem o cuidado psicossocial e jurídico de mulheres em situação de violência. Contudo, a equipe de profissionais do CRAS também pode acolher mulheres em condição de violência, pensar estratégias de cuidado preventivo e que abordem direitos de mulheres, além de promover encaminhamentos para a rede especializada na violência de gênero do município. Assim, entende-se que os serviços da Política Pública de Assistência Social podem ser um local seguro para que isso aconteça e que é de extrema relevância que os profissionais reconheçam que os atravessamentos de gênero se fazem presentes nos atendimentos ao público e na construção da realidade de cada território e suas demandas. Portanto, elucidar tais

atravessamentos, incluindo as violências contra as mulheres, se faz necessário para uma atuação ética e comprometida com o enfrentamento desse fenômeno tão nefasto.

De acordo com a “Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres”, a violência de gênero é constituída por meio de manifestações de relações de poder, historicamente desiguais entre homens e mulheres, impedindo o progresso pleno das mulheres. O significado da expressão “violência contra as mulheres” no Artigo 1º é:

[...] qualquer acto de violência baseado no género do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais actos, a coacção ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada. (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993, p. 2)

A violência de gênero é hiperendêmica, isto é, é um fenômeno persistente e de alta incidência (Fórum Brasileiro de Segurança Pública & Datafolha, 2021). Compreende-se que a violência contra as mulheres é um problema histórico-social e afeta, diariamente, mulheres em seus mais diversos atravessamentos com raça-etnia, classe social, faixa etária e orientação sexual. Para Cerqueira e Bueno (2024), mensurar as violências contra as mulheres é “um passo crucial para seu dimensionamento e enfrentamento” (p. 46), mesmo que ainda seja um fenômeno subnotificado.

É fato que a violência de gênero acontece e aparece em diferentes contextos em que mulheres estão inseridas, dessa forma, na rotina de trabalho de profissionais dos serviços da Assistência Social, não são raros os relatos de mulheres em condição de violência. Considera-se que, enquanto profissionais que atendem as mais diversas demandas nos equipamentos CRAS, precisamos estar atentos/preparados aos sinais e abertos ao diálogo e ao enfrentamento da violência de gênero.

Neste sentido, a proposta deste capítulo é a de narrar as vivências de uma profissional de psicologia alocada em um Centro de Referência da Assistência Social no interior do Paraná, com atenção aos encontros com mulheres que diariamente passam pelo serviço e descrevem variadas formas de violências de gênero. E, a partir disso, encontrar pistas cartográficas que despertem deslocamentos e inspirações para a criação de novos sentidos e cuidados em relação às mulheres atendidas.

### **Método cartográfico e os relatos em diário de pesquisa: territórios (des)conhecidos e de aproximação com as mulheres no SUAS**

Este material surgiu a partir de um recorte de uma dissertação de mestrado que realizou um estudo cartográfico sobre violências de gênero contra mulheres. Dito isso, em paralelo ao processo de pesquisa do mestrado, uma das pesquisadoras atuava enquanto psicóloga em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e se deparava constantemente com mulheres que relatavam vivências de violência de gênero. Pautadas no método cartográfico, o presente trabalho narra as vivências de atendimento e cuidado ofertado por uma profissional de psicologia atuando em um CRAS no interior do Paraná, atenta aos encontros com mulheres em situações de violências de gênero. Para firmar o compromisso com a luta e combate às violências contra as mulheres, o método cartográfico e seu instrumento de registro - o diário de pesquisa - se tornaram indispensáveis para fortalecer as vozes das mulheres, suas reivindicações e visibilizar o que há de árduo nas resistências femininas.

O cartógrafo, imerso no plano das intensidades, lançado ao aprendizado dos afetos, se abre ao movimento de um território. No contato, varia, discerne variáveis de um processo de produção. Assim, detecta no trabalho de campo, no estudo e na escrita, variáveis em conexão, vidas que

emergem e criam uma prática coletiva. (Barros & Kastrup, 2015, p. 74)

Nesse sentido, o método cartográfico visa acompanhar processos e “se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas” (Kastrup, 2015, p. 32). Nesse sentido, Romagnoli (2009) compreende a arte de cartografar como mergulhos nos afetos que perpassam os contextos e as relações que se pretende conhecer, permitindo que o pesquisador também se insira na pesquisa e se comprometa com o fenômeno escolhido.

De acordo com Kastrup (2015, p. 32), a cartografia “visa acompanhar um processo, e não representar um objeto”, isto é, enquanto cartógrafas não fomos apenas ponte para que as histórias das mulheres acompanhadas no SUAS pudessem ser contadas, mas sim acolhidas e valorizadas o que poderá produzir novos sentidos e, conseqüentemente, enfrentamentos contra às violências de gênero vivenciadas. Passos & Barros (2015) elucidam que a cartografia parte da experiência e que é, portanto, acompanhada de efeitos tanto para o sujeito, como para o/a pesquisador/a que produz conhecimento a partir do próprio percurso da investigação, sendo assim, a cartografia pode ser considerada uma pesquisa-intervenção. Assim, as experiências do pesquisar e intervir, mais especificamente no contexto da Assistência Social, são caminhos compostos pelas trocas que construímos em encontros de diálogos horizontais em que se prioriza o entre.

Dessa forma, o que importa nesse processo? Encontrar entrelaçamentos. Valorizar o que é dito, vivido, mas sem se desfazer do não-dito e sentido por meio de afetos proporcionados por diversos encontros. Pertencer aos territórios e, ao mesmo tempo, desterritorializar-se. Não buscar uma linearidade e uma certeza. Ouvir e narrar para que, assim como nos coloca Mairesse (2003), possamos construir “. . .um conhecimento que se produz na própria construção do objeto, compreendendo a implicação do

pesquisador entrelaçado a este, partindo do pressuposto que se está, conjuntamente ao processo de análise, produzindo-se subjetividade” (p.263). A autora também traduz o que faz sentido sobre a cartografia:

Porém, a viagem que se inicia com o ‘método cartográfico’ é muito mais árdua e cheia de encruzilhadas; nessa, não há o melhor caminho, nem o mais correto, não existe o verdadeiro, nem o falso, mas se encontra sim, o mais belo, o mais intenso, o que insiste em se presentificar, o que causa estranheza, temor..., o que se equivoca, se atrapalha..., o que falha. São pelos desvios que se começa a jornada, pelas linhas mal/bem traçadas do desejo que se realiza a cartografia, potencializando vidas em territórios complexos e heterogêneos de forças que se imiscuem umas às outras num constante jogo de poder e afeto característicos de qualquer grupo composto por sujeitos. (Mairesse, 2003, p. 271)

Romagnoli (2009) acrescenta que a cartografia está numa zona de indeterminação, envolvida na complexidade e no esforço de não se curvar aos dogmas reducionistas. A autora aponta que a cartografia ainda é um desafio, pois somos formados a partir de uma tradição moderna e “acostumados a fragmentar, a racionalizar e a perseguir a verdade” (Romagnoli, 2009, p. 171). Portanto, também me coloco nessa posição de desconstrução e de percepção a uma nova forma de olhar para o fenômeno a ser contemplado, potencializando a complexidade e a multiplicidade das experiências narradas durante os atendimentos. Além disso, arriscamos acrescentar que o caminho percorrido por quem faz da cartografia sua arte, é um caminho de intimidade, que se esbarra em nós pesquisadoras e, também, na(s) outra(s) que está(ão) - literalmente – em atendimentos e encontros, desnudas, compartilhando suas (sobre)vivências.

Desse modo, para experienciar o processo cartográfico em todas suas dimensões, foi essencial a elaboração de um diário de pesquisa, um material composto por anotações-

sensações-impressões que “têm a função de transformar observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento e modos de fazer” (Barros & Kastrup, 2015, p. 70). Nesse sentido, Kroeff, Gavillon e Ramm (2020) revelam que o diário de campo não é produzido a partir de uma realidade independente do observador, mas sim na relação entre todos os membros participantes. Assim, o diário de pesquisa “reconfigura a relação com o tema de pesquisa e mobiliza memórias relacionadas” (p. 467). E, justamente, por se referir aos registros sobre as relações é que o material não é formado pela neutralidade e sim por uma postura assumidamente implicada (Kroeff, Gavillon & Ramm, 2020).

Nesse sentido, por ser uma escrita implicada, Pezzato, Botazzo e L’abbate (2019) compreendem que a partir do diário de pesquisa é possível transcender a pesquisa, pois

[...] o diarista deposita nele suas reflexões, análises, emoções, descrições do e com o vivido nas atividades do trabalho com a pesquisa, como também de sua própria vida, o que possibilita que outros possam interagir com esses registros e, conseqüentemente, refletir, construir outras relações e redes entre o que está escrito e o que não está escrito, entre o vivido e o não vivido. (p. 301)

Assim, enquanto pesquisadoras cartógrafas mulheres, os registros do diário de campo que serão narrados na próxima seção, são compostos por rotas (não) planejadas ao longo do percurso da prática profissional enquanto psicóloga no CRAS, em um município do interior do Paraná.

### **Pistas cartográficas e a violência de gênero: relatos de mulheres atendidas no CRAS**

Estar alocada na Proteção Social Básica/CRAS não isenta as profissionais de receberem relatos que evidenciam a imensa ocorrência de violências contra as mulheres durante

os atendimentos psicossociais. Portanto, devemos estar preparadas para agir em função das necessidades e experiências das usuárias do serviço, pautadas pelo compromisso social e pela responsabilidade em oferecer um atendimento acolhedor, não julgador e que acione outros equipamentos da rede para a proteção dessas mulheres.

Ressalta-se que as intersecções presentes nas vivências a seguir contemplam aspectos de gênero e também de raça/etnia e classe social, elementos fundamentais para a compreensão do público atendido no serviço. Desse modo, pode-se dizer que, em sua maioria, as mulheres das narrativas a seguir são negras e pardas e que apresentam vulnerabilidades socioeconômicas, na maior parte, beneficiárias do programa federal de transferência de renda, denominado Bolsa Família.

Como proposto, serão apresentadas histórias narradas<sup>32</sup> por mulheres<sup>33</sup> atendidas no CRAS durante os atendimentos psicossociais e, a partir dos relatos, elencaremos pistas cartográficas sobre os possíveis pilares e desdobramentos que constituíram as violências contadas pelas usuárias do serviço.

### ***Pista 1- Dependência financeira: elo sólido entre mulheres em situação de violência e seus agressores***

Frida procurou o serviço afirmando “eu preciso de ajuda, eu não aguento mais”. Ela contou que todos os dias seu marido chega alterado em casa após o trabalho, atira objetos nela e que já quebrou a porta com socos. Ela disse que ele bebe muito e não se controla: “conviver com ele me faz ficar mal e intensifica minhas crises de raiva e eu me mutilo”. Essa

---

<sup>32</sup> Os excertos que serão citados neste capítulo não são transcrições literais, mas representam memórias de uma das pesquisadoras em suas experiências profissionais.

<sup>33</sup> Nomes fictícios para manter o sigilo dos atendimentos no CRAS.

mulher explicou que não consegue sair de casa devido à insuficiência financeira para sua sobrevivência, permanecendo no local por necessidade e não por vontade. Ela comenta que não podia buscar ajuda na casa de sua mãe que também não tem condições de acolhê-la.

De acordo com a Agência Senado (2024), em pesquisa realizada recentemente, 61% das mulheres brasileiras apontaram que a dependência financeira é fator primordial para que a denúncia da violência doméstica não seja realizada. “Mais de um quarto das mulheres que possuem renda de até dois salários mínimos (28%) acreditam que as mulheres que sofrem violência doméstica e familiar não denunciam o fato às autoridades” (p. 9). Além disso, 61% das mulheres entrevistadas na pesquisa não denunciam a violência tanto pela falta de punição ao agressor quanto pela dependência financeira. Ademais, 73% das brasileiras responderam que o medo também impede a denúncia da agressão.

Desse modo, Frida parece não ser um caso excepcional entre as mulheres brasileiras. A quantidade de atendimentos às mulheres que são dependentes economicamente dos companheiros é alta e muitas buscam o serviço como forma de sobrevivência afirmando: “meus filhos precisam comer. Como vocês podem me ajudar?”. Por várias vezes o odor da sala toma conta: a miséria tem cheiro. Pés descalços, mãos sujas, cabelos embaraçados e muitos carrinhos de reciclagem seguidos de “desculpa moça, eu vim direto da rua e por isso estou suja...”

### ***Pista 2 - Machismo, patriarcalismo e misoginia: armas poderosas contra as mulheres***

Em outra situação, Eliza, que chegou ao município há muitos anos fugida do ex-marido, relatou que o ex-companheiro dormia com uma arma ao lado como forma de ameaçá-la para que ela não saísse de casa. E, quando isso

raramente acontecia, ele a esperava deitado na sala para ver que horas ela chegava.

A história das mulheres é contada a partir de discursos que nos fazem acreditar em uma única ótica de possibilidade de existência, com padrões que ditam sobre uma normalidade/natureza feminina e sobre qual disciplina as mulheres devem seguir para serem aceitas. Desse modo, Ávila (2022, p. 386) analisa discursos machistas que compreendem que:

[...] a mulher ‘honesta’ deveria estar em casa ou ao lado de um homem que estivesse tutelando a sua moralidade. Se a mulher anda com roupas curtas em locais públicos, está sozinha ou circula durante a noite, é porque ela não se enquadra no conceito de ‘mulher honesta’.

Santos, Branco, Storto e Burgo (2016) explicitam que até o século XVIII, discursos proferidos no âmbito da Igreja Católica repercutiam compreensões de que as mulheres deveriam ocupar o lugar de mãe e esposa, sendo responsáveis pela criação dos filhos, enquanto para o homem caberia a posição de instrutor, guia e provedor da família. Moldam-se, dessa forma, locais e comportamentos determinados como “corretos” para cada um dos sexos, instituindo uma hierarquia entre homens e mulheres e, conseqüentemente, estabelecendo e reafirmando a estrutura patriarcal da sociedade ocidental a partir do século XVIII. Dessa forma, discursos religiosos reforçam o assujeitamento das mulheres em detrimento dos homens, principalmente no que diz respeito à obediência, silêncio, fragilidade e dependência.

Além disso, Santos (2010) comenta que o modelo de masculinidade da sociedade machista, patriarcal e misógina espera que o homem se subjetive por meio da opressão, do poder, da força, da insensibilidade e da virilidade sexual e com isso, são ensinados a “...se tornarem agressivos, competitivos, provedores e intolerantes” (p. 62). Movimento perceptível no

relato de Eliza que temia pelas ações do ex-companheiro violento que a ameaçava constantemente com uma arma, o que a impedia de exercer sua autonomia e que culminou em sua mudança de cidade fugindo das agressões constantes.

### *Pista 3 - A face marcada da violência doméstica*

Durante outro atendimento em contexto da pandemia de COVID-19, no ano de 2021, a jovem Marielle disse: “nós duas estamos de máscaras e você não vai ver que meu maxilar está torto, pois meu companheiro me deu um soco e com isso quebrou também meus dentes. Estou aguardando a cirurgia”.

De acordo com o Cerqueira e Bueno (2024), no que diz respeito à violência doméstica e intrafamiliar, as notificações de violência contra mulheres no ano de 2022 totalizaram 144.285 casos ou 65,2%. Entre as formas de violências domésticas, a com maior prevalência foi a violência física, presente em 36,7% dos casos. Em segundo lugar, 31,1% das mulheres informaram que já sofreram mais de um tipo de violência, 10,7% relatam vivências de violência psicológica, 8,9% descrevem violência sexual e 0,7% vivem outras formas de violência (Cerqueira & Bueno, 2024, p. 47).

Além disso, a última edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) indica que, entre os anos de 2022 e 2023, as ligações no estado do Paraná para denunciar violência doméstica totalizaram 57.287 e 44.048, respectivamente. Na mesma perspectiva, o documento informa que foram concedidas 28.059 e 45.987 Medidas Protetivas de Urgência (MPU). Em relação aos feminicídios<sup>34</sup>, o Paraná contabilizou em números absolutos: 77 e 81 casos de

---

<sup>34</sup> “Crime de ódio ao gênero e, de acordo com a legislação brasileira, que o tipificou em 2015, está configurado quando uma mulher é morta em contexto de violência doméstica e/ou e por menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. 137)

mulheres assassinadas, entre os anos supracitados. De acordo com o documento, as formas de violências contra as mulheres (homicídio e feminicídio, nas modalidades consumadas e tentadas, agressões em contexto de violência doméstica, ameaça, perseguição (stalking), violência psicológica e estupro) somam “1.238.208 mulheres [violentadas], somente em 2023” (p. 134).

Os impressionantes números representam vidas que, diariamente, são atravessadas por inúmeras violências e que, de forma, naturalizada socialmente, continuarão a crescer. Marielle ao relatar a agressão física e as ameaças cometidas pelo companheiro também demonstra a tentativa de (re)existir e enfrentar a violência sofrida.

#### ***Pista 4 - Virilidade e poder masculino: violências sexuais e suas consequências***

Em uma sexta-feira de manhã, Penha (já acompanhada pelo serviço há vários anos) pediu para ser atendida pela psicóloga. Entramos na sala de atendimento e ela cabisbaixa, de fone de ouvido segurava um envelope na mão. Durante toda a conversa, chorava muito e poucas vezes cruzamos o olhar. Até que começou a contar que, desde o início da pandemia, abandonou o tratamento para o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e que após mais de dois anos e alguns sintomas da doença se agravarem, retornou ao médico com o receio de estar com AIDS.

Ela relatou que havia sido contaminada por um tio, que a abusava desde criança. “Comecei a ser abusada aos seis anos de idade. Aos onze, um parceiro da minha mãe também me abusou. Tenho três filhos e só estou aqui por eles, pois já tentei várias vezes terminar com a minha vida”.

Entendi que o envelope em suas mãos eram os pedidos de exames (para infecções sexualmente transmissíveis, hemograma e tuberculose). Perguntei o que podia fazer por ela

e ela então indagou: “você pode ir comigo na consulta quando os resultados ficarem prontos?”. Dias depois ela ligou no CRAS e disse que estava na Unidade Básica de Saúde (UBS) esperando para ser atendida e sentia medo. Fui até o local e durante a consulta o médico confirmou que ela estava com sífilis e solicitou com urgência o exame de carga viral (já desconfiando da evolução do vírus). Perguntei ao médico sobre a importância de um encaminhamento ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) devido ao grave quadro de depressão e ansiedade. Ela saiu de lá com o encaminhamento feito e passadas duas semanas, com incentivo nosso, procurou o serviço e está sendo acompanhada pelo CAPS (além da UBS de referência do bairro e do Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA- de outro município paranaense vizinho).

Zanello (2020) nos lembra que em sociedades sexistas, como a nossa, há um roteiro construído histórica e socialmente de como agir enquanto homem ou mulher. Assim, podemos identificar que o homem age de acordo com essa construção, isto é, ele reproduz uma relação que objetifica sexualmente as mulheres e essa relação é permeada pela noção de domínio, controle e da perspectiva da virilidade. Desse modo, a autora acrescenta a ideia de virilidade masculina também como uma forma de poder dos homens contra as mulheres.

[...] o campo da sexualidade se manteve como um dos pontos fundamentais da expressão dessa dominação, de sua afirmação, bem como da formação do homem viril e sua identidade. Dessa maneira, o comportamento sexual ativo e o pênis em ereção se fizeram pilares para se pensar a virilidade no ocidente. (Zanello, 2018, p. 179)

A autora ainda afirma que que “as mulheres são vistas como coisas sexuais” (Zanello, 2020, p. 84) em “que as transforma em corpos e pedaços de corpos cuja finalidade seria atender aos desejos sexuais masculinos - representados, como vimos, como irrefreáveis ou aos quais a renúncia seria quase impossível” (Zanello, 2020, p. 98).

Além disso, Almeida (2022) nos lembra que não há consentimento livre e autônomo diante da desigualdade de poder entre homens e mulheres. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), no ano de 2023 houve uma explosão de violência sexual no Brasil, isto é, o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável consumados da história: 83.988 vítimas, totalizando 1 crime de estupro a cada 6 minutos, segundo os registros policiais. Assim como a vivência de Penha, os números também ilustram que as principais vítimas são as crianças:

[...] são basicamente meninas (88,2%), negras (52,2%), de no máximo 13 anos (61,6%), que são estupradas por familiares ou conhecidos (84,7%), dentro de suas próprias residências (61,7%). Crianças que, além de vivenciarem os traumas do abuso sexual, muitas vezes precisam lidar com a gravidez decorrente de uma violência que mal compreendem. (Anuário Brasileiro de Segunda Pública, 2024, p. 161)

Penha segue se fortalecendo enquanto continua seus cuidados com a saúde nos diferentes serviços que cuidam e produzem tratamentos destinados aos usuários de HIV/AIDS, no caso dela, vírus contraído pelos estupros vividos na infância e que impactam sua existência e produzem sofrimento físico e subjetivo.

### ***Pista 5 - Cumplicidade masculina: a culpa sempre é das mulheres***

Em outra ocasião, a equipe do CRAS foi tomada por uma situação perturbadora. Era sexta-feira e escutamos uma discussão e o barulho de um carro arrancando. Saí imediatamente e logo me deparei com as duas recepcionistas e uma servidora que acabava de chegar cercando o carro e tentando puxar Eloá para fora do veículo. Havia um recém-nascido chorando muito enquanto o homem estapeava e puxava a mulher pelo cabelo. Eloá e o bebê (ambos com

arranhões no rosto) foram levados para dentro do CRAS enquanto o homem gritava: “ela é uma vagabunda, eu já fui preso por conta dela. Ela é louca”.

Ligamos para o CREAS para que a equipe de Abordagem Social pudesse atendê-la e, enquanto estava no telefone, o homem dizia apontando o dedo em minha direção: “você não vai ligar para a polícia não, eu não fiz nada. É tudo culpa dela”. Ele saiu e pouco tempo depois voltou reproduzindo novos discursos violentos e culpabilizando a ex-companheira. Ele chorava e dizia: “eu acabei de sair da prisão, ela me colocou lá pela Lei Maria da Penha e se eu voltar ela já sabe o que vai acontecer”. Enquanto nós, mulheres, resgatávamos a mulher do carro, acomodávamos ela e a criança e ligávamos para os órgãos competentes ao caso, os dois únicos funcionários homens que estavam presentes no momento, eram meras figuras ilustrativas e também reproduziam discursos como: “não quero justificar a violência, mas ela é tranqueira”.

Zanello (2020) pontua sobre a manutenção face às violências que os homens cometem contra as mulheres: o silêncio e a proteção entre eles. Ela diz que há cumplicidade e pactuação, “e esta cumplicidade comparece através de um silenciamento que visa proteger os ‘brothers’ antes e acima de qualquer situação” (p. 84). Segato (2006), pesquisadora feminista decolonial, denomina de irmandade masculina ou “pacto de sêmen” a relação de poder simétrica que liga o agressor aos seus pares.

Enquanto os profissionais homens do CRAS se ausentavam de qualquer intervenção diante da cena violenta, as colegas (mulheres) de trabalho expressavam: “meu coração está acelerado, estou tremendo”. A equipe (também feminina) do CREAS levou a mulher e o agressor saiu esbravejando.

Baumgarten (2021) nos lembra que as violências não são restritas a atos particulares e isolados entre homem violador e mulher violentada, mas que:

Os atos praticados estão sempre revestidos por um fundo cultural e social, reafirmando a concepção de que as violências praticadas contra as mulheres ocorrem pelo fato de serem mulheres, em uma sociedade que através da cultura dissemina modelos a serem seguidos, indicando aos homens características de força, agressividade e poder sobre a vida e corpos das mulheres, cabendo a eles punir, castigar, caso a mesma venha a transpor do lugar determinado a ela como mulher e que represente uma ameaça à masculinidade. (p. 28)

Eloá, diante de outra agressão perpetuada pelo ex-companheiro violento, preso anteriormente pelas violências cometidas, conseguiu ser acolhida pelas mulheres profissionais das equipes do CRAS e do CREAS do município, mas não encontrou qualquer reação dos homens profissionais do serviço que exerceram a cumplicidade da irmandade masculina ainda atual em contexto patriarcal.

### ***Pista 6 - Adestramento feminino: corpos assujeitados à reprodução***

Araceli é uma jovem de dezoito anos, mãe solo de uma menina de onze meses e, agora, gestante de um menino. Durante o atendimento, Araceli relatou que tinha retornado ao município para morar com a mãe e o padrasto, pois tinha sofrido violência do companheiro (pai de seu segundo filho). Além disso, contou que não queria engravidar, mas que ele não a deixava usar nenhum método contraceptivo e forçou a gestação. “Eu vim embora porque estou meio perdida, não sei o que fazer. Ele diz que vai mudar e quer que eu volte, mas ainda estou pensando”.

De acordo com Leite (2017), entre os séculos XV e XVIII, o corpo feminino ocupava a posição de sagrado, uma vez que os estudos médicos se direcionavam a apenas um órgão, o útero (madre), considerado como um receptáculo de

reprodução e o corpo feminino era compreendido como desprovido de prazer sexual. Desse modo, ao compreender o corpo feminino como sendo divino e somente para a procriação da espécie, foi estabelecido por discursos religiosos “o exercício da pressão sobre o adestramento da sexualidade da mulher” (Leite, 2017, online). Percebe-se que a hierarquia dos homens sobre as mulheres é construída, sutilmente, por meio de discursos e práticas de dominação e controle sobre a vida e os corpos femininos e que, a partir do século XVIII e XIX, se fortaleceram ainda mais.

Federici (2018) considera que a perseguição às mulheres consideradas bruxas e curandeiras no contexto da Idade Média e do período colonial foi o movimento que consolidou a introdução do sistema capitalista em contexto ocidental. Momento no qual

[...] as mulheres assim privatizadas, como prêmio de guerra do início do capitalismo, foram as que se refugiaram em matrimônios burgueses, enquanto as que ficavam à intempérie se converteram em classe servil (de donas de casa a empregadas domésticas ou prostitutas) (Gago, 2020, p. 67).

Nesse contexto, a partir do século XVIII, compreensões morais e religiosas, anteriormente instituídas, foram apropriadas por discursos médicos que se apresentaram como uma nova forma de controle e poder sobre os corpos de mulheres. Dessa forma, o caráter higienista da medicina passou a fortalecer novamente a domesticidade e a submissão das mulheres, reafirmando mais uma vez a posição de homens acima das mulheres.

Ferrazza (2022, p. 34) acrescenta que os discursos e as práticas higienistas, de final do século XIX e início do século XX, reforçaram um modelo ideal para a família patriarcal, burguesa, branca e colonialista:

A mulher mãe dedicada, dona de casa, provedora do lar, esposa, submissa, “feminina e sensível”, despossuída de desejo e/ou prazer sexual, impossibilitada de administrar uma vida só e desacompanhada, e incapaz de decidir sobre o seu próprio corpo.

Dessa forma, nota-se a instituição de discursos sobre uma “natureza feminina”, que seria a priori denominada a partir de pressupostos biológicos/orgânicos (como por exemplo, a capacidade de gestar, parir, amamentar). Ao mesmo tempo, são impostas práticas sociais diversas perpetuadas socialmente para a manutenção de mulheres em posição inferior aos homens.

É tanta falta de autonomia na história das mulheres que até sobre o próprio corpo as decisões são tomadas por homens. Exemplo disso é o Projeto de Lei 1.904/2024, denominado pelos movimentos feministas de “PL da gravidez infantil”, que equipara o aborto realizado acima de 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, mesmo quando resultante de estupro (Agência Gov, 2024).

Em uma manobra política no mínimo imoral, a Câmara dos Deputados aprovou a tramitação em regime de urgência da matéria, o que significa que o Projeto pode ser votado e aprovado diretamente em plenário, sem uma discussão mais profunda nas comissões [...] Ocorre que a sociedade civil reagiu imediatamente, com apoio da maior parte da imprensa e levando a discussão para as ruas e manifestações pelo Brasil. Não sabemos ainda como seguirá esta história, mas uma coisa é certa, conseguimos brechar o processo, o que já é uma vitória. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. 214)

A jovem mãe Araceli, em relatos sobre as vivências com o parceiro violento, descreve uma vida marcada pelas opressões patriarcais e que estão relacionadas ao

impedimento do uso do método contraceptivo, ao prosseguimento da gestação indesejada, às violências e agressões cotidianas cometidas pelo companheiro que a fizeram fugir da própria casa. Tantas outras Aracelis ainda enfrentam em contexto nacional as imposições machistas e as vivências de violência que não se restringem apenas ao âmbito doméstico-familiar, mas seguem em reverberações em instâncias governamentais-políticas, institucionais, culturais. Nessa perspectiva, pensar em ações de profissionais da psicologia atuantes nas Políticas de Assistência Social poderá ser estratégico para a produção de um mundo mais filógeno (Rago, 2019).

### ***Pista 7 - O entrelaçamento entre o papel dos profissionais da psicologia no CRAS e o cuidado às mulheres em situação de violência***

A demanda do enfrentamento a violência contra a mulher torna-se visível na assistência social, principalmente através do CRAS, por muitas vezes ser o canal em que as mulheres conseguem acessar a rede e buscar por atendimento, além desse local ter o potencial de prevenir situações de risco às mulheres e promover seu empoderamento. (Baumgarten, 2021, p. 58)

Carloto e Mariano (2010) consideram que as mulheres são as principais agentes sociais na assistência social “. . . seja na gestão e execução, seja como beneficiária” (p. 458). De forma prática, o cotidiano nos mostra que o grande público atendido é formado por mulheres, geralmente mães solas e responsáveis familiares (principalmente pelos cuidados em relação aos filhos e da casa) e, como já explanado anteriormente, assim como todas as outras demandas advindas das vulnerabilidades socioeconômicas e da fragilização de vínculos, essas mesmas mulheres também chegam ao serviço procurando por atendimento quando

vivenciam situações de violência. É nesse sentido que, enquanto profissionais da psicologia do serviço e/ou demais membros da equipe, precisamos nos atentar e, principalmente, nos capacitar para acolher mulheres em situação de direitos violados ou em condição de violência de gênero.

Neste sentido, alguns direcionamentos merecem maior atenção em relação ao atendimento que é ofertado às usuárias do serviço, pois

Por mais que o CRAS faça parte da rede de atendimento e enfrentamento, muitas vezes não se vê como participante desse processo, como local adequado para o atendimento dessa demanda [violência], grande parte em decorrência da falta de capacitação dos profissionais e de fluxogramas de atendimento e encaminhamento. (Baumgarten, 2021, p. 86)

Entende-se que o atendimento ou acompanhamento das famílias no CRAS está embasado fundamentalmente no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)<sup>35</sup> e, todas ações desenvolvidas precisam estar - intencionalmente - vinculadas aos objetivos de cada indivíduo, família e do território em questão. Desse modo, entendemos que as ações voltadas às mulheres também devem estar em foco no serviço como um todo. Assim, consideramos que as ações e campanhas preventivas contra a violência de gênero devem estar voltadas às (aos) técnicas (os) de atendimento e

---

<sup>35</sup> É oferecido em todos os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e tem como objetivo apoiar famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. O trabalho social com famílias é realizado no âmbito do PAIF. É um conjunto de procedimentos realizados com o intuito de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de uma família. Esse trabalho estimula as potencialidades de famílias e da comunidade, promove espaços coletivos de escuta e troca de vivências (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2019, online).

às próprias mulheres usuárias dos serviços da política pública da assistência social. Em especial, entendemos que o profissional da psicologia deve exercer um trabalho de atendimento às mulheres em situação de violência, inclusive rompendo com perspectivas familistas de cuidado e que podem perpetuar violências. Porém, é imprescindível lembrar que:

Existe o reconhecimento de que a proposta de utilizar a categoria do "cuidado" no âmbito da Assistência Social, evidentemente, tem limites diante da realidade complexa e multideterminada dos usuários dos serviços, mas não deixa de ser útil na prática diária dos profissionais, uma vez que a atuação na assistência social demanda o enfrentamento de obstáculos e a criação de estratégias a cada atendimento realizado, troca de governo, mudanças das leis e tantos outros fenômenos sociais-culturais-históricos que incidem diretamente na existência de todos e de cada um de nós. (Santos, 2018, p. 9)

Mas, ainda assim é possível refletir sobre alguns passos fundamentais para que o trabalho da(o) psicóloga(o) esteja alinhado e preocupado com a autonomia e proteção das usuárias, principalmente daquelas em situação de violência de gênero. Primeiramente, compreendemos que capacitações e educação permanente de profissionais da assistência social são relevantes para que as mulheres atendidas na Proteção Social Básica recebam das (os) trabalhadoras (es) do serviço o acolhimento, escuta e orientações adequadas diante das demandas apresentadas. Almeja-se que os profissionais estejam qualificados para recebê-las de forma respeitosa e empática, visando a experimentação de sentimentos de compaixão e de interesse pelo bem-estar da outra pessoa, disponíveis para uma escuta qualificada e atentos para encaminhamentos aos serviços especializados da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres (Jardim & Paltrinieri, 2022).

Além de um atendimento qualificado e orientações adequadas, é necessário fortalecer movimentos que trabalhem de forma preventiva com temas sobre a violência de gênero sofrida pelas mulheres, seja em ações pontuais (como as ações comunitárias, em campanhas anuais e palestras) ou em ações de médio-longo prazo, como os projetos específicos e as atividades coletivas (grupos e oficinas). Incluir em oficinas as temáticas do ‘Direito de Mulheres’ e da ‘Violência de Gênero’ é proporcionar encontros com famílias para problematizar e refletir de forma “crítica as situações vividas em seu território, além de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas” (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2012, p. 24). Assim, entendemos que quanto mais debatido for o tema das violências com as próprias mulheres usuárias do serviço, aumenta-se a chance de identificação do contexto violento, da legitimação do sofrimento produzido pelas vivências de violência de gênero e da produção da autonomia e potencialização das mulheres na busca por estratégias de enfrentamento à violência. Assim, surge a possibilidade de repensar as vivências, desconstruir os papéis de gênero marcados pelas iniquidades e fortalecer a rede de apoio e a procura pelos dispositivos da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres.

Para além dos muros do CRAS - mas não independente a ele - é preciso pensar sobre as possibilidades que o profissional encontra para realizar os encaminhamentos aos serviços disponíveis na rede do município. Quando consideramos os atendimentos às mulheres e as políticas públicas, alguns direcionamentos são importantes e o material “Política Pública para as Mulheres” da Secretaria de Políticas para as Mulheres (n.d) cita alguns exemplos, como: ações de ruptura com as condições de co-dependência, desigualdade e subordinação, fortalecimento dos direitos reprodutivos e sexuais, liberdade do exercício sexual feminino

e prevenção e atendimento às formas de violência doméstica e sexual. Com especial atenção:

É preciso priorizar as creches e escolas públicas em período integral; programas de saúde numa visão integral e não meramente reduzida à esfera reprodutiva, restrita a programas de planejamento familiar de qualidade e coberturas questionáveis, moradia digna; restaurantes populares; atividades de lazer e cultura, criação de redes de economia solidária redimensionando a atuação das mulheres nos chamados programas de geração de renda, acesso das mulheres aos recursos financeiros, ao acesso à propriedade da casa, ao acesso à propriedade da terra. Em cada uma destas ações, deve-se levar em consideração quem são estas mulheres: negras, trabalhadoras rurais, trabalhadoras urbanas, mulheres lésbicas, mulheres jovens, mulheres idosas. (Brasil, n.d, p. 10)

Tais aspectos elucidam a magnitude e a diversidade de fatores que precisam ser ponderados quando estamos trabalhando com mulheres e, principalmente, em situação de violência. Nunca foi e nunca será uma tarefa simples para todos - e para o profissional da psicologia - lidar com um fenômeno tão abrangente e que continua a crescer. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) o “backlash” (teoria dos estudos feministas) ajuda a explicar o porquê a violência ainda continua crescendo, ou seja,

[...] na medida em que avançamos em ações e intenções que promovam a igualdade de gênero em diferentes espaços, as violências contra as mulheres aumentam. Seria uma reação ao fato de tentarmos romper com os papéis sociais que nos foram histórica e culturalmente atribuídos. (p. 137)

Assim, a psicologia no SUAS precisa fazer a sua parte no combate e enfrentamento das violências contra as mulheres e trabalhar de forma integrada ao território e

serviços disponíveis, assim como potencializar os recursos individuais e coletivos buscando melhorias na vida de cada usuária.

### **Um único trajeto possível: Psicologia e CRAS/SUAS - entrelaçamentos entre a dimensão ético-política e o cuidado às mulheres**

Com as discussões mencionadas ao longo do texto, explicitamos que existe uma relação entre o papel da psicologia no atendimento e cuidado às mulheres em situação de violência que chegam até o CRAS e, para compreender como se constitui essa vinculação, utilizamo-nos do método cartográfico e da ferramenta do diário de pesquisa, o que proporcionou a apresentação de relatos de vivências e das reverberações dos encontros com as mulheres usuárias do serviço.

Concebemos que um trabalho ético-político precisa ser necessariamente implicado e crítico em relação às desigualdades socioeconômicas e de gênero, assim como todas as demais intersecções e marcadores sociais que atuam na exclusão, opressão e na violação dos direitos da cidadania. Para isso, é necessário romper com aspectos que almejam anular a existência das diversidades e de posturas que compactuam com a culpabilização dos indivíduos, a medicalização das violências, pois não podemos esquecer que estamos inseridos em um sistema capitalista-colonial, racista, misógino e desigual que exclui e violenta, principalmente, mulheres.

Desse modo, a psicologia repensa sua atuação em um campo que não é somente formado pela expectativa em saúde mental, mas sim de uma reformulação e abrangência nos cuidados exercidos, assim como o olhar às mulheres em situação de violência que encontram no CRAS uma porta de entrada para serem acolhidas e respeitadas diante de todas as especificidades da sua existência. Assim, o profissional de

psicologia em atenção às mulheres em situação de violência também assume a função de encaminhar para outros dispositivos da Rede de Enfrentamento à Violência de Gênero que possam dar o suporte jurídico e psicossocial necessários. Neste sentido, entendemos que também somos afetadas por cada atendimento realizado e, conseqüentemente, por cada história que chega e fica conosco de alguma forma. Logo,

A ética como espaço de cuidado abre-se ao campo do outro, dessa alteridade que tem muito a ensinar-nos; por isso, falamos em cuidado, pois ao construirmos nossas práticas profissionais nesses campos de trabalho também somos afetados por aquelas (aqueles) a quem destinamos nossas atividades”. (Conselho Federal de Psicologia, 2021, p, 31)

Neste sentido, quando falamos sobre atendimentos às mulheres, concluímos que as violências de gênero não são acontecimentos pontuais. Rago (2019) propõe que revisitar, repensar e construir novas formas de vivências não é um trabalho fácil e rápido, principalmente porque as forças opressoras tomam conta da sociedade. A autora comenta que

A discussão sobre a subjetividade, a liberdade e a ética coloca-se, assim, também para os feminismos como um dos grandes desafios da atualidade, especialmente quando se percebe: a falência dos discursos tradicionais da esquerda, o crescimento das forças conservadoras e reacionárias no capitalismo empresarial globalitário, que visam inibir a potência da vida em todos os níveis, o fortalecimento dos fundamentalismos, da intolerância e dos preconceitos que bloqueiam os encontros e as conexões possíveis. Produzir novas e criativas formas de existência, contextos mais humanizados de sociabilidade e de formação de subjetividades éticas é fundamental se deseja-se construir um mundo menos misógino, violento e desigual. (Rago, 2019, pp. 4-5)

Assim, mesmo diante desses desafios citados pela autora e pelos obstáculos encontrados diariamente nos locais de atuação, o profissional da psicologia no CRAS/SUAS assume a responsabilidade de fortalecer a construção de diálogos e de impulsionamentos de práticas que impeçam o alastramento de achismos discriminatórios, de preconceitos familistas, de culpabilização e naturalização de um sistema que escolhe quem deve viver dignamente ou não. Além disso, assimilando a complexidade da realidade social, a(o) psicóloga(o) no SUAS também carrega o compromisso de conhecer e ativar a articulação da rede intersetorial, perpassando pelas diferentes políticas públicas setoriais a fim de favorecer ações conjuntas para a proteção e viabilização dos direitos de usuários/as. Portanto, são os estudos e as inspirações que impulsionam tal enfrentamento e, por isso, acreditamos vigorosamente que estes espaços de debates acrescentam possibilidades concretas de mudanças, inclusive em políticas institucionais que fortaleçam o papel da psicologia ao combate de qualquer forma de discriminação e violências contra as mulheres, estejam elas aonde estiverem.

## Referências

Agência Gov. (2024). *“Criança não é para ser mãe, é para ter infância, é para ser criança”*. <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/crianca-nao-e-para-ser-mae-e-para-ter-infancia-e-para-ser-crianca-diz-cida-goncalves>

Agência Senado. (2024). *75% das brasileiras afirmam “conhecer pouco” sobre Lei Maria da Penha*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/03/07/datasenado-75-das-brasileiras-afirmam-201cconhecer-pouco201d-sobre-lei-maria-da-penha#:~:text=Mais%20de%20um%20quarto%20das,agres%C3%A3o%20na%20maioria%20das%20vezes>

- Almeida, H. B. de. (2022). A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. OAB Editora, 195-220.
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (1993). *Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres*. Resolução nº48/410 de 20 de dezembro de 1993.
- Ávila, T. P. (2022). Violência sexual no ambiente universitário: análise a partir da experiência de uma Audiência Pública no Distrito Federal. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB, 383-414.
- Barros, L. P. & Kastrup, V. (2015). Cartografar é acompanhar processos. In: Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 52-76.
- Baumgarten, J. T. (2021). *As mulheres e a Proteção Social Básica: o papel do CRAS no enfrentamento a violência contra a mulher*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Cerro Largo]. Repositório digital UFFS. <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4690>
- Brasil. *Política pública para as mulheres*. (n.d.). [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas\\_publicas\\_mulheres](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas_publicas_mulheres)

- Carloto, C. M. & Mariano, S. A. (2010). No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. *Estudos Feministas*, 18(2), 451-471.
- Cerqueira, D. & Bueno, S. (2024). *Atlas da violência 2024*. Brasília, IPEA.  
<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>
- Conselho Federal de Psicologia. (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CRAS/SUAS*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (3. ed), Brasília.
- Federici, S. (2018). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.
- Ferrazza, D. A. (2022). Feminismo em seus movimentos de luta e resistência contra a normalização do corpo feminino e a desigualdade de gênero. In: Ferrazza, D. A.; Leite, H. A. (Orgs). *Mulheres e feminismo: perspectiva histórica e desafios atuais*. Perfil Consultoria, 28-56.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública & Datafolha. (2021). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. (3. ed.)  
<https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo.  
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo.  
<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>

- Gago, V. (2020) Violências: há uma guerra no e contra o corpo das mulheres? In: \_\_\_\_\_. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Editora Elefante, 53-77.
- Jardim, T. H. N. & Paltrinieri, I. C. S. M. (2022). A importância da capacitação profissional, na efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. *Studies in Social Sciences Review*, Curitiba, 3 (3), 755-767.
- Kastrup, V. (2015). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 32-52.
- Kroeff, R. F. S.; Gavillon, P. Q. & Ramm, L. V. (2020). Diário de campo e a relação do(a) pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* 20(2), 464-480.
- Leite, K. L. C. (2017). Implicações da moral religiosa e dos pressupostos científicos na construção das representações do corpo e da sexualidade femininos no Brasil. *Cadernos Pagu*, 49. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700490022>
- Mairesse, D. (2003). Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: Fonseca, T. M. G. & Kirst, P. G. (Orgs.). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 259-273.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica –NOB/SUAS*. [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2012). *Orientações técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF: Trabalho social com famílias* (Vol. 2). [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_PAIF\\_2.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2019). *Proteção e Atenção Integral à Família*. <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/protacao-e-atencao-integral-a-familia#:~:text=O%20que%20%C3%A9%3F,melhoria%20da%20qualidade%20de%20vida>

Passos, E. & Barros, R. B. (2015). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 17- 32.

Pezzato, L. M., Botazzo, C. & L'Abbate, S. (2019). O diário como dispositivo em pesquisa multicêntrica. *Saúde Soc.* 28(3), 296-308.

Rago, M. L. (2019). *“Estar na hora do mundo: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos”*. Botucatu: Interface.

Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia e Sociedade*, 21(2), 166-173.

Santos, C. H.; Branco, O., Storto, L. J. & Burgo, V. H. (2016). *A representação da mulher no discurso religioso*. XI Seminário de pesquisa em ciências humanas: humanidades, Estado e desafios didático-científicos.

- Santos, S. C. M. (2010). O modelo predominante de masculinidade em questão. *Rev. Pol. Públicas*, 14(1), 59-65.
- Santos, T. M. (2018). O trabalho do psicólogo no CRAS: diferentes formas de cuidar. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 13(1), 1-11.
- Segato, R. L. (2006) “¿Que és un feminicídio? Notas para un debate emergente”. In: *Fronteras, violencia, justicia: nuevos discursos*. PUEG/UNIFEM: Cidade do México. <https://www.nodo50.org/codoacodo/enero2010/segato.pdf>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.
- Zanello, V. (2020). Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre os grupos de whatsapp masculinos no Brasil. In: Ferreira, L. *Gênero em Perspectiva*. Curitiba: CRV, 79-103.

# O grupo, o inacabamento e a potência em movimento: experiência grupal com mulheres em um CRAS

---

Deise Lucia Antunes Lopes  
Kátia Maheirie  
Ana Maria Justo

## Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados de uma pesquisa-intervenção realizada com um grupo de mulheres que frequentam um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da região metropolitana de um município da região Sul do país. Nesta pesquisa incorporamos aspectos da experiência de uma trabalhadora da política de assistência social, ao mesmo tempo em que, a partir do olhar acadêmico, buscamos produzir um conhecimento que possa ir na direção do fortalecimento desta política pública.

É importante destacar que o campo das políticas públicas foi desenhado a partir da Constituição Federal de 1988 e, com algumas garantias, foi possível ao longo de três décadas a implantação de importantes políticas para a população. A assistência social, enquanto política, está nesta Constituição. No entanto, foi apenas no ano de 2004 que teve a sua efetiva implantação enquanto um sistema de proteção social. Dentre os seus princípios, a Política Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDSCF, 2004) busca: o atendimento às necessidades sociais; a universalização dos direitos sociais; o respeito à dignidade do cidadão, à autonomia, direito a benefícios e serviços de qualidade, a convivência familiar e comunitária e a igualdade de direitos no acesso e ampla divulgação dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais.

Nesse estudo, fizemos o recorte pelas ações desta política voltadas ao território. Com isto, cabe contextualizar os princípios que regem a Proteção Social Básica (PSB), que inserida no SUAS, tem “como objetivos prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDSCF, 2004, p. 19). Os sujeitos a que se destinam as ações da PSB é a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da privação de renda, de acesso a serviços e ou a fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social.

Como afirmamos acima, as informações produzidas nesta pesquisa partiram de um processo de intervenção com um grupo de mulheres que frequentam um CRAS na região metropolitana de um município do sul do Brasil. A orientação teórica da pesquisa partiu de alguns conceitos da obra de Jean Paul Sartre, sobretudo, da teoria dialética de grupos. Compreender os sentidos que as mulheres atribuem a sua participação em uma atividade grupal é o que nos propomos como objetivo central nesta investigação. No campo trabalhamos com observações participativas objetivadas em um diário de campo, aliada a uma entrevista coletiva com as mulheres. Para o processo de sistematização das informações foi utilizado o recurso do software IRAMUTEQ para podermos identificar os sentidos e, assim, analisá-los discursivamente. A partir dos resultados foi possível constatar que a atividade grupal é potencializadora para o fortalecimento da vida cotidiana das usuárias, considerando a melhoria no vínculo entre elas e entre elas e o serviço. Verificamos, então, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários preconizados pela política pública de Assistência Social e a necessidade de incentivar trabalhos grupais no contexto do SUAS.

## A PNAS, o CRAS e seus objetivos

As ações previstas para PSB, referem-se a serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos de acordo com a identificação das vulnerabilidades apresentadas. Esses serviços, programas e projetos devem ser articulados com as demais políticas públicas do território, garantindo assim, a sustentabilidade das ações e a efetividade dos encaminhamentos necessários. Assim, o atendimento às demandas e às necessidades da população local devem ser realizados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que, sendo uma unidade pública estatal, “Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da política de assistência social.”(MDSCF, 2004, p. 19), e representa um importante aparelho público estatal que visa a oferta de serviços, programas e projetos que previnam as situações de riscos no território (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Para o atendimento às necessidades das famílias, o CRAS, enquanto unidade, pressupõe a existência do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Este serviço consiste no trabalho social com famílias, que de forma continuada, têm o objetivo de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de seus vínculos, promovendo o acesso aos direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. O CRAS, além de porta de entrada no sistema e coordenador das ações no âmbito da Assistência Social no território, é o responsável pela oferta das atividades do PAIF. Sendo este um serviço estratégico na aplicabilidade da política de assistência no território.

As atividades desenvolvidas pelo CRAS onde a pesquisa foi realizada, vem a corresponder com as especificidades da proposta do Trabalho Social com Famílias no âmbito do PAIF (MDSCF, 2012). Deste modo, os procedimentos adotados pelas equipes que atuam nos serviços, devem privilegiar: A

acolhida; as oficinas com famílias; as ações comunitárias; as ações particularizadas e os encaminhamentos.

No tocante às ações coletivas, essas podem ocorrer nas mais diversas configurações, inclusive fora do espaço do CRAS. As acolhidas em grupo e as oficinas com famílias, são algumas das ações estratégicas do PAIF e que frequentemente são realizadas no CRAS onde se originou esta investigação. Sobre a acolhida em grupo, que é o processo de acolhida realizada de forma coletiva, tem por objetivo o repasse de informações gerais sobre o serviço; a escuta das demandas das famílias; o impacto do território sobre as demandas da comunidade, bem como discutir e publicizar assuntos de interesse das famílias e comunidades. (MDSCF, 2012). Tal forma de intervenção busca a identificação de demandas de indivíduos e famílias e, com isto, é possível que a equipe técnica possa pensar outras ações por meio desta escuta inicial.

Com esses objetivos, e com determinadas finalidades, as oficinas com famílias podem problematizar, estimular e possibilitar questões que envolvam a esfera familiar, comunitária e territorial e também podem ser adotadas ênfases para o trabalho coletivo, ou seja, de acordo com as orientações técnicas, o foco das oficinas podem ter o caráter da reflexão, da convivência e da ação.

Compreende-se a importância de assegurar, por meio de uma política pública, o direito ao convívio familiar e comunitário. Assim, justifica o interesse e o exercício no cotidiano do trabalho em continuar insistindo em atividades coletivas, como as acolhidas em grupo, as oficinas com famílias e as ações comunitárias, haja vista a potencialidade dessas ações para a problematização da vida no território, bem como para conhecer a complexidade de relações que ali operam. A compreensão de território versa para além do espaço geográfico e deve ser compreendido como espaços de vida, de relações, de trocas, de disputas, de expectativas e dos mais diferentes significados atribuídos pelos sujeitos.

Um outro aspecto importante do território é a perspectiva da proximidade do cidadão em acessar os serviços da política de assistência social, o que de fato é um grande avanço. No entanto, esta não deve ser a única perspectiva a ser considerada, pois ao estabelecer um determinado serviço, não se deve apenas considerar a promoção do acesso, há que se fazer a leitura sobre as necessidades da população residente nos territórios.

O CRAS nos territórios pressupõe a descentralização, a busca e a superação da fragmentação das ações, possibilitando a universalidade da cobertura, representando uma mudança importante na oferta de serviços de modo territorializado, pois não oferece apenas ganhos para a gestão da política de assistência social, mas, sobretudo, para a população potencialmente beneficiária desta política (Nascimento & Melazzo, 2013).

Segundo as diretrizes da política, para além da dimensão do acesso, o território é também o terreno das políticas públicas, onde estão estabelecidas as manifestações da questão social, oportunizando a criação de espaços de tensionamentos e possibilidades de seu enfrentamento. No território “podem apresentar configurações muito distintas a depender do lugar/lugares onde se encontram, onde se concretizam como sujeitos coletivos de ações político-territoriais, onde se fazem realidade e onde acontecem como vida.” (Koga & Nakano, citado em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDSCF, 2008, p. 53).

## **Dialética dos grupos**

Construída com referências no materialismo histórico e na dialética, a teoria de Sartre (2002) sobre grupos fundamenta-se na *práxis* e na contradição entre tese e antítese, cuja síntese é sempre provisória e inacabada. Para o autor, a dialética é o fundamento da história e do seu

constante movimento, ao passo que os sujeitos a fazem, ao mesmo tempo em que são feitos por ela.

Maheirie (2002), acrescenta que os sujeitos estão envoltos num cenário de múltiplas singularidades que se entrecruzam, que realizam suas histórias e a dos outros, de modo que também é constituído desta realidade, em que sujeito é produto e produtor de maneira simultânea. “Fazendo-se na pluralidade do contexto, o sujeito, como singularidade humana, está tecido no mundo e caracterizado por uma situação específica. Nela ele se movimenta, se constrói e produz a história, à luz de um projeto” (Maheirie, 2002, p. 35), fazendo, cotidianamente, a dialética entre o singular e o coletivo, entre o sujeito e o grupo.

Ao pensarmos nos aglomerados humanos, na perspectiva sartreana, podemos identificar grupos e séries. Assim, a série se constitui como uma simples reunião de indivíduos que se unem em torno de relações formais na cotidianidade, ou seja, é o simples agrupamento de sujeitos em atos cotidianos. Muito embora não haja reciprocidade entre sujeitos nesses atos, ainda assim, são experiências como essas que podem possibilitar o encontro de pessoas, fazendo surgir necessidades e objetivos em comum entre os sujeitos.

Podendo emergir da serialidade, o grupo em fusão é o momento de encontro entre sujeitos que buscam por meio da ação e do ajuntamento humano maneiras de alcançar objetivos a fim de vencer as dificuldades, escassez ou perigos comuns. A unidade prática do grupo é a sua existência, ou seja, o seu ato, sua ação, sua finalidade. Para Schneider (2011), ao se compreender a dialética da realidade humana, faz-se necessário compreender a função de mediação que o grupo exerce nos sujeitos concretos. “Pela mediação do grupo, o outro se torna um meio para me realizar, assim como eu a ele. Essa estrutura nova, da reciprocidade mediada, caracteriza-se pela experiência de compartilhar ações, pensamentos, sentimentos” (Schneider, 2011, p. 156).

## Método

As mulheres que participaram desta pesquisa, pertencem a dois bairros que compõem o território do CRAS investigado e possuem idades entre 32 anos e 77 anos. Por ser uma atividade coletiva realizada pelo serviço desde 2016, muitas usuárias passaram pela atividade. O período da pesquisa ocorreu entre os meses de junho de 2017 a dezembro de 2018. No entanto, vale registrar que 14 delas permaneceram até o encerramento da pesquisa, sendo que apenas 11 delas participaram da entrevista coletiva. Este grupo, que inicialmente tinha uma frequência quinzenal, foi se modificando ao longo da pesquisa-intervenção e, ao atender o desejo das usuárias, tornou-se um grupo semanal. Deste modo, o total de encontros realizados para a pesquisa perfaz um número total de 44.

Vale ressaltar que as usuárias participantes do grupo são encaminhadas prioritariamente pela equipe PAIF e são beneficiárias dos programas federais, como: do Programa Bolsa Família (BF); do Benefício de Prestação Continuada (BPC); com filhos frequentando o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (CCFV), bem como participam de atendimentos psicossociais promovidos pela equipe PAIF. De acordo com as características do território, algumas dessas mulheres são oriundas de outras cidades do estado de Santa Catarina, bem como de estados vizinhos.

A pesquisa, de forma mais ampla, valeu-se de documentos existentes no serviço, como: livro de registro de atividades coletivas e a frequência de participantes dos encontros. Além disso, utilizamos diário de campo, o qual trouxe informações de quarenta e quatro encontros, além de uma entrevista coletiva. Neste capítulo, tomaremos como foco a entrevista prioritariamente, a qual se deu no próprio espaço do CRAS.

Para a entrevista coletiva, no dia acordado, 11 mulheres estiveram presentes e todas concordaram em

participar da gravação em áudio, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Quanto ao roteiro, foram pensadas questões norteadoras que tratavam da experiência na atividade grupal, do sentido que elas atribuíam à atividade, bem como à aspectos relacionados ao serviço CRAS.

Mesmo seguindo o roteiro, ao final da entrevista coletiva, foi proposto que as entrevistadas pudessem falar mais sobre os temas trazidos até o momento. Assim, foi possível que elas acrescentassem e tivessem a liberdade de falarem o que não foi perguntado, trazendo outros temas que fossem relevantes para elas naquele momento.

Para auxiliar na organização das informações produzidas na pesquisa, foi utilizado o software IRAMUTEQ (Interface de R *pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). As referências sobre este software informático foram obtidas por meio do trabalho de Camargo e Justo (2013). Este sistema possibilitou a análise lexical, nas formas quanti e qualitativa.

Quanto ao que chamaremos de corpus, que refere ao conjunto de textos produzidos pelos pesquisadores, foi preparado conforme orientações previstas pelo próprio programa<sup>36</sup>. Considerando a possibilidade de o sistema oferecer diferentes recursos de análise lexical, para este corpus, optou-se pela análise de Nuvem de Palavras e a Análise de Similitude, pois ambas iriam contribuir com o alcance dos objetivos da pesquisa, mais especificamente, do objetivo que trata do sentido que as mulheres do grupo atribuem à sua participação na atividade.

Conceitualmente é importante destacar que análise da nuvem de palavras, nas considerações de Camargo e Justo (2013), é um recurso de análise lexical mais simples, no qual

---

<sup>36</sup> Tutorial para uso do software IRAMUTEQ. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS/UFSC. Florianópolis, 21 de novembro de 2018.

as palavras são agrupadas e organizadas em razão da sua frequência, dando destaque no centro do texto para as palavras com maior frequência, e um menor destaque para as que não tiveram tanta representatividade.

Quanto à análise de similitude e seus objetivos, os autores referem que

A análise de similitude se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um corpus textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise (Marchand & Ratinaud, 2012, citado por Camargo & Justo, 2013, p. 516).

Destacamos ainda que, mesmo tendo utilizado essas duas análises informáticas, estas não foram apenas o único foco da análise da entrevista coletiva, pois Camargo e Justo (2014) apontam que a linguagem expressiva, em certa medida, não é capaz de tornar evidente algumas ideias e opiniões acerca de um objeto, às vezes, por dificuldades de expressão ou por se tratar de tema fora dos padrões da sociedade. Para isto é fundamental o conhecimento dos pesquisadores sobre o seu tema de pesquisa, pois sem isso não há interpretação adequada dos dados.

Desta maneira, no caminho da escrita também serão apresentados trechos com as falas das participantes do grupo, pois faz-se necessário contextualizar o que o sistema apontou nos seus achados, juntamente com as experiências do campo.

## **Resultados e Discussão**

Primeiramente, apresentamos aqui as informações obtidas por meio da nuvem de palavras. Assim, na representação gráfica abaixo é possível visualizar e identificar





coisa, gente e aqui, tiveram preponderância e se relacionam com outras palavras mais expressivas no texto. Assim, as palavras selecionadas apresentaram maior frequência e possibilitaram fazer conexões que apresento a seguir:

No primeiro grupo de palavras apresentadas, o vocábulo não teve o seu destaque e se relaciona com palavras como CRAS, saber, sair, precisar e nada.

No entanto, há que se considerar que foi preponderante na entrevista o quanto que o vocábulo não está relacionado com o desconhecimento sobre o equipamento CRAS até a chegada no grupo. As participantes pontuaram que as demais pessoas da comunidade também não o conhecem, faltando, inclusive, um maior esclarecimento e divulgação à população sobre o serviço.

A palavra saber também está relacionada com a desinformação sobre o CRAS, bem como se relaciona com as atividades de artesanato em que estão em constante aprendizado, justificando, portanto, o não saber. Relativa a conexão entre os vocábulos não e saber, uma fala nos aponta sua compreensão sobre a participação no grupo: *“Ninguém nasce sabendo, nós nunca devemos desistir, a gente tem que continuar, não entendeu, parar não vai a lugar nenhum, tem que continuar persistência entendeu, chegar aonde tu quer e o grupo vai ajudar isso”*.

A palavra sair, foi evidenciada no texto com a oportunidade de as participantes saírem de suas casas para estarem na atividade de grupo, como também o desejo por sair e conhecerem outros lugares na cidade por meio de passeios com este mesmo grupo. A fala de uma das usuárias exemplifica esta conexão: *“A gente também busca para ter amizade, para a gente poder sair de casa. Eu mesmo que principalmente eu vim do centro, eu vivi a minha vida trancada em apartamento, não saía, não passeava, não via gente.”* O vocábulo precisar relaciona-se no texto ao momento em que as participantes afirmam a necessidade deste grupo

na comunidade: *“A gente tem mesmo que sair, fazer esse grupo, esse grupo aqui é muito bom, por que não tem um grupo de amigas, aqui não tem, por aí tem um monte de grupo, precisava desse grupo.”* A palavra **nada** esteve vinculada ao fato de que as participantes buscam no grupo uma maneira de não pensar em nada e, com isto, se envolverem em uma atividade deixando as obrigações com a casa e famílias para outro momento. Novamente apareceu o desconhecimento sobre o CRAS e o não saber fazer nada, também relacionado ao aprendizado com o artesanato. Com relação aos vocábulos **não e nada**, extraímos do conjunto da entrevista a seguinte fala: *“não sabia fazer quase nada, as professoras são ótimas, a psicóloga também, e as amigas são muito queridas.”*

Com o retorno ao material bruto da entrevista coletiva, fez-se a escolha por dar o destaque ao que foi preponderante, a vocábulo **não**, sobretudo, ao fato de estar relacionado com o desconhecimento sobre o CRAS. Muito embora este equipamento público esteja no território desde 2010, muitas mulheres acabaram conhecendo-o após a inserção no grupo de mulheres.

As orientações técnicas recomendam que sejam realizadas as acolhidas tanto particularizadas quanto as em grupo, a fim de apresentar serviços e benefícios disponíveis. Esta estratégia possibilita que os usuários possam melhor qualificar a sua demanda a partir da identificação das possibilidades apresentadas pelo serviço. Nessa direção, a estratégia do acolhimento na forma coletiva foi implantada no CRAS pela equipe PAIF no ano de 2014. Nesses encontros semanais, de aproximadamente uma hora, são reunidas de oito a dez novas famílias para recebem orientações gerais sobre o CRAS e sobre os serviços disponíveis no território e no município. Há ainda a oportunidade de realizar tanto a escuta coletiva quanto individual de indivíduos e famílias, e estes momentos são, sobretudo, o início da relação destas com o CRAS, uma vez que outros atendimentos possam vir em sequência.

No entanto, ainda que esta iniciativa ocorra semanalmente há anos, ainda se observa no cotidiano do trabalho o quanto é significativo este desconhecimento por parte da população. Na entrevista, uma das participantes expressa muito bem em sua fala:

*Eu acho assim que, tem muitas coisas, muitas pessoas que não sabem que o CRAS oferece, como eu também não sabia o que tinha no CRAS. Falta, como se diz, falta uma propaganda, como se diz um esclarecimento para as pessoas saberem onde podem procurar algumas coisas.*

Em outra fala, uma delas diz que a partir do momento em que conheceu o CRAS, vem fazendo a divulgação, “*Eu agora, eu sou uma repórter, passo para várias pessoas eu sento no ônibus vou conversando, aquela lá foi uma, essa daqui foi outra. Tem outras assim, vou passando. Mas eu não sabia que existia o CRAS.*”. Esta usuária que participou do acolhimento coletivo demonstra em sua fala que o caráter da acolhida em grupo possibilita não apenas o conhecimento do usuário e ou família sobre os serviços e benefício, o próprio usuário passa a ser um multiplicador dessas informações na comunidade. E isto é muito frequente ao observar no cotidiano usuários e famílias que chegam ao serviço pelo conhecimento de vizinhos e amigos.

Sobre esse desconhecimento do serviço há que se considerar dois aspectos importantes, um deles é a não divulgação por parte da mídia e do estado sobre o que o CRAS enquanto serviço público pode oferecer. Isso é expresso na fala da usuária

*“Também não sabia essas coisas, porque a gente vive aqui perto, não sabe de nada o que significa o CRAS, agora tão falando na televisão que o CRAS é isso é aquilo, agora é que tão falando na televisão que antigamente não se fala nada”.*

A divulgação que a usuária se refere, dizia respeito ao conversor digital, que na ocasião existiam propagandas na televisão, jornais e rádio falando a respeito da distribuição pelo CRAS às famílias inscritas no CADÚNICO. Considerando o encerramento do sinal analógico, esta campanha foi também encerrada e não se teve mais a divulgação do serviço por meio da mídia.

Vale destacar que há uma diferenciação na divulgação estatal com relação a outras políticas públicas como, por exemplo, saúde e educação, ou seja, é possível verificar com maior frequência a divulgação de campanhas e ações a respeito de ambas as políticas, tanto propagandas governamentais, como na mídia de uma maneira em geral. Atualmente é possível afirmar que a divulgação do serviço no território está a cargo dos profissionais que ali trabalham, pois no momento não há campanhas institucionais sobre o CRAS ou qualquer outro serviço da política de Assistência Social sendo veiculada.

Chegamos aqui ao outro aspecto que é o desconhecimento do próprio profissional que inicia suas atividades no CRAS. Embora os cursos de graduação em Psicologia e Serviço Social venham a contemplar a temática “políticas públicas”, ainda é possível encontrar profissionais que, por escolha própria, seguiram outros caminhos na graduação e ao prestarem concursos públicos são lançadas na política de Assistência Social, o que dificulta sobremaneira a sua atuação e conseqüentemente a relação deste profissional com os usuários. Sicari, Oliveira e Pereira (2015) alertam para a necessidade de qualificação para estes profissionais com o objetivo de alcançar posturas mais críticas e reflexivas no tocante à formação. Alegam que, por vez, há a culpabilização dos usuários por sua condição de pobreza, não havendo uma reflexão sobre essa condição como produto das desigualdades sociais, ou seja, não basta apenas conhecer o sistema no qual trabalham, há que se compreender a necessidade de uma

política pública de Assistência Social num contexto de capitalismo.

No segundo grupo de palavras apresentadas pela análise de similitude, a palavra **aqui** teve destaque e relaciona-se com palavras como: **grupo**, **falar**, **aprender**, **amigo** e **gosto**, e uma das falas exemplifica esta conexão: *“A gente, a gente quando chega aqui encontra as amigas, uma passa a experiência para a outra, porque quem não sabe aprende com a amiga, quem não sabe aprende com a outra.”*

Quanto à palavra **grupo**, é possível verificar a forte relação com aspectos positivos relativos a esta atividade. Um outro aspecto com relação à palavra **grupo** surge quando relaciona o fato de que não há professores conduzindo a atividade, uma participante ensina para outra, criando assim uma rede de compartilhamento de saberes e trocas. Quanto à palavra **falar**, esta surge no próprio espaço proporcionado pelo grupo, onde há um lugar para desabafar e expor ideias. Quanto ao **aprender**, é destaque no texto quando as participantes informam o quanto aprendem umas com as outras e, de como outras pessoas da comunidade, incluindo jovens, também poderiam ter experiências de aprendizado no CRAS. Na palavra **amigo** e suas derivações (amigas/amizades) há fortes traços de que estão vinculadas a esta experiência grupal, em que é possível fazer novas amizades neste espaço, bem como a estarem satisfeitas na presença dessas amigas que o grupo proporcionou. A palavra **gosto** está vinculada ao fato de gostar de estar participando desta atividade.

No terceiro grupo de palavras, o vocábulo **gente** surgiu na relação entre as palavras **bom**, **tudo**, **conhecer**, **mais** e **lugar**. A fala de uma das participantes explicita esta coocorrência: *“A gente pede ajuda, é um grupo muito participativo, esse grupo aqui para a gente. Por ser um grupo pequeno, porque também existem grupos maiores, mas o nosso grupo grupinho é bom, muito bom da gente ir participando.”* Vale destacar que a maior parte das vezes em que esse vocábulo aparece refere-se à expressão “a gente”, que

remete a “nós”, ou seja, ao grupo. O **bon** está relacionado no texto com os aspectos positivos de estar participando do grupo e estar com as amigas. Relatam ainda, a importância deste CRAS e de como seria bom que houvesse um em cada comunidade. A palavra **tudo** aparece no texto no que se refere ao grupo proporcionar o “tudo” como elas necessitam, ou seja, tendo psicóloga, assistente social e ainda, se precisar de algo mais, é orientado no espaço do grupo, quanto por outros serviços que o CRAS oferece. É mencionado o fato de não necessitarem fazer tudo certo no grupo, pois estão aprendendo e neste espaço não há cobranças.

A palavra **conhecer** está relacionada com a possibilidade de conhecer coisas e lugares diferentes por meio do grupo e ao fato de ter novas amizades. A palavra **lugar** está presente quando se referem na maioria das falas correlacionadas aos lugares que gostariam de conhecer por meio do encontro do grupo. Relativo à palavra **mais**, esta aparece quando relatam aspectos positivos das experiências pessoais com o grupo e, também, se sentem mais à vontade neste espaço. Porém, referem que a sala está pequena demais para que possam desenvolver atividades e oficinas com mais pessoas que o CRAS pudesse oferecer. O **mais** também está relacionado com o aprender e desenvolver melhor as técnicas, como é possível observar nesta fala:

*[...] a gente troca experiência e aprende muito, eu estou aprendendo bastante e estou gostando. A professora dá muita atenção para a gente, muito bom, ela explica, ensina, tem paciência para a gente poder aprender, porque a cabeça da gente já está meia, mas é muito bom esse grupo.*

No quarto grupo de palavras, o vocábulo **coisa** se relaciona com palavras como **diferente, mundo, lugar, ajudar e trabalho**. A palavra **diferente** está relacionada como apresentado acima, conectada com o aspecto de conhecer coisas, mais vinculada com o desenvolvimento de novas

técnicas de artesanato. E a palavra lugares também, em sua maioria, refere ao desejo por conhecer lugares diferentes por meio de passeios com o grupo, como exemplifica esta fala: *“Mas se você sair pode sair para outros lugares naquele horário também muda bastante, é uma coisa diferente, um passeio, conhecer coisas diferentes, acho legal também passear no shopping todo mundo lá, fazer um lanche, olhar umas lojas.”* O vocábulo mundo surge como uma ideia de agrupamento, de totalização das pessoas que compõem este espaço de convívio. Ajudar está associada de fato com o auxílio que este espaço possibilita à troca entre as participantes, bem como esta experiência permite a ajuda no ponto de vista individual, como é possível verificar nesta fala: *“Uma outra também me ensina umas coisas, bem feliz eu estou. Foi eu que falei também para ela, a gente tem que ajudar um ao outro.”* O CRAS também é mencionado com este local da ajuda. Quanto à palavra trabalho, está relacionada às atividades manuais de artesanato, bem como ofertar cursos para jovens no CRAS para que possam estar preparados para o mercado de trabalho.

Para os três últimos grupos de palavras, há um destaque importante a ser feito nos resultados, é a palavra grupo e outras expressões ligadas a ela. Na entrevista, as falas referem o espaço do grupo como um momento em que as participantes têm a oportunidade de saírem de casa, e ali no espaço grupal podem se concentrar com outras atividades que não os afazeres domésticos, como por exemplo:

*Eu vou falar, eu estou aqui há 4 semanas né, eu já vi uma diferença eu vindo para cá, a gente realmente se sente acolhida né, é que a gente já sai de casa com a cabeça cheia, e chega aqui a gente esquece ou tem outra pessoa que tem uns problemas maiores do que a gente então aqui no grupo eu me senti acolhida é isso o que eu tenho para falar.*

“Acolhida”, termo apresentado pela política (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDSCF, 2012), que significa um modo de relacionar-se com os usuários que acessam o serviço. A acolhida é, portanto, o contato inicial da família com o PAIF, podendo ser o primeiro contato das famílias e usuários com o SUAS. É neste momento que os profissionais buscam reconhecer o significado das demandas, das vulnerabilidades e das necessidades apresentadas pelas famílias, bem como identificar recursos e potencialidades, e como tais possibilidades se relacionam e ganham significado num contexto social mais amplo.

No processo de acolhida, há que se considerar os aspectos acima, mas sobretudo, a capacidade de compreensão de quem acolhe, “são condições básicas para que o saber profissional seja colocado à disposição da família, auxiliando-a na construção do conhecimento sobre sua realidade e, conseqüentemente, no seu fortalecimento.” (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDSCF, 2012, p. 17).

Como pode ser visto na transcrição da fala da usuária, e também em outras falas na entrevista, elas apontam para a sobrecarga que a mulher exerce em sua vida diária. Com isto, nos ocorre pensar no aspecto da mulher trabalhadora, que é beneficiária de programas sociais e no quanto é exigido delas o desempenho de inúmeras funções. Mariano e Carloto (2009) afirmam que ações com o Bolsa Família reforçam o lugar social que é destinado às mulheres quanto ao cuidado, à família, à reprodução e ao privado. Muito embora o programa venha a possibilitar o acesso à bens por meio da transferência de renda, as autoras apontam que temos que questionar o peso que categorias como gênero e raça atravessam a autonomia das mulheres. A mesma usuária comenta:

*Aqui também uma das coisas que me chamou atenção foi quando a psicóloga falou que aqui a gente podia errar, né, que não podia fazer tudo certinho, que a gente não é profissional, que a gente podia vir aqui no curso e também*

*errar, fazer e desfazer, que a vida toda cobram muito da gente né. Fazer tudo certo porque tá sendo pago para fazer, então, aqui a gente teve o direito de fazer e desfazer né, do que a gente não conseguiu fazer né? Então a gente se sente mais à vontade por causa disso, a gente pode errar e pode desfazer e fazer novamente.*

Esta fala vem a corroborar com esse peso que a mulher acaba por exercer em razão de exigências sociais. Com isto, identificando que o tema da sobrecarga da mulher é recorrente nos encontros, foram realizadas várias rodas de conversas durante o período da pesquisa sobre temas relacionados à condição da mulher na contemporaneidade. A intenção, portanto, sempre foi provocar inquietações, promover a reflexão e propor um movimento diferente dessas mulheres frente a questões do ser mulher no cotidiano do território.

Um outro aspecto a ser destacado nos resultados se refere ao fato de que, em boa parte, na trajetória do grupo, as atividades de artesanato foram conduzidas pelas próprias participantes. Assim, há o destaque para as expressões que apontam as trocas de saberes, os aprendizados e ajuda entre elas. Em uma das falas isto é reforçado,

*Cada uma que tá aqui no grupo sabe alguma coisa uma ensina o outra, todo mundo tá aqui para aprender, então assim, eu sei crochê, a outra sabe tricô, cada uma sabe alguma coisa, todo mundo tem um objetivo, então todas aprendem, todas são bem dedicadas, querem aprender, e que sabe tá sempre disposta a ensinar, então não é só uma que ensina, são várias, então o grupo vai melhorando cada vez mais.*

Maia (2017), em uma experiência com mulheres e artesanato em um CRAS de São Paulo, coaduna com nossa pesquisa e afirma que o final dos encontros normalmente são de satisfação e os profissionais percebem o quanto a atividade

é potente em construir a capacidade criativa das mulheres. O grupo é um espaço propício para compartilharem esses sentimentos e proporcionar possibilidades de vivência de novas experiências ou aprendizagens. Nas considerações de Maheirie (2003), o processo de criação é uma articulação temporal realizada pela subjetividade, numa condição afetiva, que visa transformar a objetividade numa outra objetividade, demarcando sempre a marca da subjetividade. Assim, o grupo é a unificação destas experiências individuais, que no encontro com outras, encontram meios para estabelecerem um projeto comum, e o artesanato, portanto, foi a mediação para este encontro.

Vale destacar que o grupo vai além do aprendizado e das trocas, como é possível verificar em uma das falas:

*É um meio de se comunicar com as pessoas. Ter conhecimento, participar das coisas, né? Aí é um meio assim da pessoa ver coisas diferentes, conhecer coisas diferentes né, e tudo que vocês falaram aqui é muito interessante isso aí por causa que as pessoas aprendem e a Psicóloga analisa né? É muito interessante isso, aí as pessoas aprendem a conviver um com o outro, amar uns aos outros, entendesse? Sentir uns aos outros, entendeu? É um meio de que tudo que vocês estiverem precisando tem a Psicóloga e tem a Assistente social né, tudo no grupo, entendeu? É um meio, é um grupo de união, é o que eu penso, né? É bem interessante essa parte aí, tudo o que vocês precisar, tem a psicóloga, não adianta a pessoa querer fugir, eu já tive problema tá, tive problemas, graças ao grupo eu tô bem melhor, a minha vida tá bem melhor, consegui coisas boas, entendeu, então é tudo uma análise e é bem bom a gente estar unidos, porque a pessoa sozinha é ruim, a gente tem que se abrir, aos pouquinhos, não precisa totalmente, mas falar mais.*

Abordando um aspecto nesta fala, muito embora ela contemple uma diversidade de temas que poderiam ser

desdobrados aqui, vamos considerar o que a usuária refere sobre a participação da equipe PAIF nos encontros do grupo. Desde a formação do grupo em 2016, a proposta foi de que os membros da equipe PAIF sempre participassem de todas as atividades do grupo, pois entendíamos que para formarmos o vínculo com elas, tínhamos que ir além do lugar de especialistas que nos é colocado socialmente, e isto não foi diferente durante o tempo da pesquisa. Nos encontros, mediávamos os debates nas rodas de conversa, planejávamos a participação de convidados, organizávamos nossas atividades como grupo, fazíamos passeios e aprendíamos com elas as mais variadas técnicas de artesanato. Em uma das falas, a usuária exemplifica isto, “*a psicóloga é uma pessoa que gosta de participar do grupo e a gente fica feliz com isso*”. Assim, é possível referir que a troca de saberes não é apenas entre usuárias, os profissionais adotam essa postura de aprendizado na relação com as participantes. Souza (2018) afirma que os profissionais devem estar abertos para conhecer junto com os usuários sua comunidade. “Esse é um posicionamento ético e político que olha para essas pessoas de forma apreciativa, legitimando de seus saberes, empoderada de possibilidades de criar ações de transformação social, com histórias de enfrentamento a serem compartilhadas e valorizadas” (Souza, 2018, p. 233).

Nessa direção, a perspectiva dialética esteve presente durante todo tempo da pesquisa. O método dialético permitiu a viabilização de uma construção coletiva deste fazer, em que a mediação do profissional da psicologia foi o de valorizar os possíveis que o caminhar dos encontros foi apontando. As atividades do grupo promovem o encontro dessas mulheres com a história delas, com a história das outras, ganhando um sentido enquanto “nós”, ou seja, na capacidade de o grupo unificar essas experiências na direção de algo desejado por elas.

O modo de mediação que se estabeleceu foi fundamental para a formação de um grupo mais organizado, uma vez que

todas as atividades foram definidas em conjunto. Buscamos dar ênfase à horizontalidade da relação com estas mulheres e não sermos apenas pesquisadoras, observadoras ou especialistas, já que atuávamos juntas na direção de novos possíveis, pois “a necessidade do grupo não é dada *à priori* em qualquer ajuntamento” (Sartre, 2002, p. 447). No grupo, a lógica do inacabado, do recomeçar é constante, não há síntese, não há algo que se esgote, é um sempre recomeçar fundado na ação.

Como exemplo, podemos citar que o grupo decidiu sobre a sua continuidade, mesmo sem ter oficinas, e foram as usuárias que tiveram a ideia de vender os produtos e fazer rifas para arrecadar dinheiro para a compra de aviamentos para a continuidade das atividades. Como grupo organizado, as mulheres decidiram dividir tarefas, encontrar alternativas materiais possíveis para continuar. O grupo não existiria mais, não fosse pela ação dessas mulheres, pois há o desejo comum pela manutenção desta experiência coletiva. “O grupo organizado, ao mesmo tempo em que atua no contexto, interrompe sua atuação por alguns momentos para pensar sobre si mesmo, sobre o seu projeto e sobre as estratégias que utiliza e utilizará no futuro, visando atingi-lo” (Maheirie, 2010, p. 268).

Quanto à presença do psicólogo na condução dos encontros e a perspectiva da horizontalidade, concordamos com Souza (2018), afirmando que quando a(o) psicóloga(o) pensa sozinha(o) como “especialista”, encontra-se só e sem recursos. No entanto, quando conta com a(o) usuária(o) para ensinar o que é melhor para ela(e), está rodeada(o) de possibilidades de ação para transformação social. “Portanto, a adesão como fruto de uma boa construção do contexto conversacional é como fruto do posicionamento da(o) usuária(o) não como alguém que deve ser orientado, mas como alguém que caminha conosco” (Souza, 2018 p. 233). A autora refere que a corresponsabilização só é possível ao estarmos dispostos a olhar o outro como alguém capaz de responder aos

seus próprios dilemas. Vale ressaltar que não fazemos aqui a defesa apenas da(o) profissional da Psicologia, este modo de relação deve se estender a todas(os) as(os) profissionais que trabalham no CRAS, pois é imperativo viabilizar e valorizar a interdisciplinaridade das ações do PAIF.

Ao compreender que não sabemos tudo sobre a(o) nossa(o) usuária(o), nos abrimos para construção coletiva, e foi isto que ocorreu com o grupo pesquisado. Relembrando que quando iniciamos erámos sempre questionadas: “o que vamos fazer hoje?” Ou até mesmo “a gente pode fazer o que a gente quiser aqui?”. Nestes momentos, acabávamos por fazer a mesma devolutiva, justificando que no espaço do grupo podíamos fazer o que quiséssemos, o que fosse bom para o grupo e, sobretudo, pensando em uma ação que fosse pertinente ao projeto do grupo.

É importante destacar que, por ser um grupo dentro de uma instituição pública, pressupõe-se metas e o retorno das ações para a população. Os temas para as rodas de conversa e possíveis convidados foram sempre negociados, de modo que o espaço do grupo privilegiasse tanto o desejo delas quanto o da equipe. Acrescentamos que tal estratégia não foi um impeditivo, muito ao contrário, as usuárias passaram a entender que não se tratava de um grupo de mulheres que fazem artesanato, como já existiu na comunidade. Fomos consolidando os encontros como um espaço de trocas de informações, de saberes, de aprendizados e de vidas.

Na entrevista foi possível verificar, também, que há o gosto em participar das atividades e que, a partir dos encontros, foi possível fazer novas amizades. Uma das usuárias relatou que *estava precisando de uma atividade assim na comunidade*. Tal fala remete para a importância do outro, da sua condição fundamental de mediação entre eu e eu mesmo, uma vez que este outro não é uma imagem que tenho dele, ele está na minha experiência concreta no mundo. “Uma vez que o outro é tal como me aparece e meu ser depende dele, o modo como apareço a mim mesmo – ou seja, o momento do

desenvolvimento de minha consciência de mim – depende do modo como o outro se me aparece” (Sartre, 1998, p. 307).

Deste modo, a experiência grupal possibilitou modos de mediação dessas mulheres do território, pois havendo residentes de quatro comunidades e vinda de várias regiões do estado e fora dele, esta atividade potencializou um aspecto importante preconizado pela política de assistência social, o fortalecimento de vínculos. A fala de uma das participantes explicita isto, *“Amigas que a gente não conhecia agora conhece, amigas de longe e de perto, foi muito maravilhoso conhecer vocês, o pessoal todo aí né.”* De fato, foi observado no primeiro semestre de 2017 que um determinado número de mulheres vinha aos encontros com regularidade e opinavam sobre o que gostavam de fazer e o que poderia ser feito com os poucos recursos que sobraram das oficinas de 2016. Naquele ano, a equipe PAIF foi constatando que havia um grupo se formando ali, pois eram sempre as mesmas 8 usuárias. As amizades foram se constituindo durante esses anos e possibilitando o fortalecimento das relações entre elas e o fortalecimento desta experiência como um grupo organizado.

A perspectiva da acolhida e da horizontalidade das relações sempre foram uma prioridade para equipe PAIF, o que não foi diferente na condução da pesquisa-intervenção. O método dialético na práxis da equipe sempre foi o que deu fundamento em direção à construção de uma práxis comum, que unificou os desejos e possibilitou o “nós”. “O “nós” que está presente neste tipo de grupo, é totalmente prático e não substancial.” (Maheirie, 2010, p. 267). Assim, ao permitirmos que as mulheres decidissem sobre os rumos dos encontros, permitimos um maior interesse delas por esta atividade.

De fato, no grupo pesquisado alcançamos a dimensão de um grupo organizado, nele foi possível reconhecer a mediação, a reciprocidade e a capacidade de agir de acordo com objetivos e finalidades comuns ao grupo. Este grupo estruturou-se, organizou-se, planejou-se e dividiu tarefas para a sua permanência e manutenção.

Durante a pandemia, o grupo teve um encontro virtual e, em 2021, teve dois encontros presenciais. Mas, no segundo semestre de 2022, o grupo volta a se encontrar quinzenalmente e está bastante ativo até a presente data, contando com fila de espera para nele poder ingressar.

Totalização destotalizante, este grupo marca a potência do coletivo na política de assistência social, na sua capacidade de sociabilizar experiências e abrir o campo de possibilidades de ser, na reciprocidade de todas e de cada uma. É nas ações e experiências coletivas que se consegue superar as dores de toda ordem e, é por meio delas que se pode vislumbrar outros possíveis, outros mundos e outras formas de se colocar frente ao contexto de desigualdade que este país lhes impõe.

## **Considerações Finais**

A política de Assistência Social apresenta aspectos preponderantes dentro de uma agenda neoliberal atual. Por meio do estabelecimento de tal política foi possível promover a garantia de alguns direitos sociais para a população. No entanto, após essa experiência potente, em 2019, o contexto brasileiro aponta para a destruição de políticas públicas já estabelecidas e consolidadas há décadas. Com isto, a ameaça de uma mudança foi um temor para os trabalhadores que experimentaram diariamente o enfraquecimento da política de assistência Social. Digo isto, pois a extinção de ministérios, os cortes em políticas e serviços públicos consolidados, o contingenciamento do orçamento público, dentre outros, tornou o projeto do governo 2019-2022.

Ainda que não tenha ocorrido a extinção dos preceitos da política, vale o investimento em práticas grupais e coletivas que abordem também o momento vivido hoje e que impactam sobremaneira a vida de todas as populações que lutam pela sobrevivência diariamente em nosso país. Pois, como já mencionado, o individual e o social estão intimamente relacionados e são a mediação do sujeito concreto no mundo.

Assim, como os sujeitos são produto da história, o movimento da história também é feito pelo movimento dos sujeitos no mundo. Há que se considerar as possibilidades que uma práxis comum possa vir a ter.

A concepção da dialética de grupos sartreana é uma aposta para a direção de atividades coletivas e grupais nos CRAS. Muito embora, os cadernos de orientações técnicas definam as oficinas em um tempo de duração, há que se avaliar o movimento desses grupos a fim de perpetuar iniciativas potentes que possam vir a ter outros contornos diferentes do que foi previsto. Assim, o movimento constante e processual de um grupo deve ser considerado, uma vez que o inacabamento pode lhe proporcionar outros rumos. Deste modo, a equipe PAIF deve estar aberta ao avaliar esses movimentos, sobretudo, ao estar junto com os usuários participantes definindo os contornos e desejos que as ações venham a possibilitar.

As ações coletivas e grupais cumprem não apenas uma possibilidade de inserir os sujeitos em práticas coletivas dentro do CRAS. Essas ações podem ir para além do que podemos definir enquanto equipe técnica, pois há que se estar preparado para o inesperado e para as novas possibilidades que uma atividade grupal possa configurar. Sobretudo, ao dar destaque às configurações que os territórios possam vir a ter, neste estudo identificamos que a pouca oferta de espaços coletivos que privilegiem a convivência em comunidade, como praças, parques e áreas de lazer, culminou que o CRAS fosse esse elo de integração entre as mulheres.

Por fim, há que se considerar um outro aspecto sobre o povoamento de cada região, uma vez que, sendo a população oriunda das mais diferentes cidades do país, existe a necessidade de criar espaços de encontros entre a população e o território. Isso, de fato, é uma aposta para as equipes e, sobretudo, na efetivação de propostas que vão ao encontro do fortalecimento de vínculos preconizados pela Política Nacional de Assistência Social.

## Referências

- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2014). Estudos qualitativos e o uso de software para análises lexicais. *Caderno de artigos: X SIAT & II SERPRO*, Duque de Caxias, RJ.
- Maia, A. M. (2017). O atendimento em grupo operativo no CRAS: relato de uma experiência. *Vínculo – Revista do NESME*, 14(1), 1-17.
- Maheirie, K. (2002). Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações*, 7(3), 31-44.
- Maheirie, K. (2003). O processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade a partir dos trabalhos de Sartre e Vygotsky. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 147-153.
- Maheirie, K. (2010). O músico, os processos de exclusão e relações grupais no trabalho acústico. In Macêdo, K. B. (Org). *O trabalho de quem faz arte e diverte os outros* (pp. 265-270). Editora PUC.
- Mariano, S. A., & Carloto, C. M. (2009). Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. *Estudos feministas*, 17(3), 901-908.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasil (2004). *Política nacional de Assistência Social PNAS/2004: norma operacional básica NOB/SUAS*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Autor.

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf).

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasil. *CapacitaSuas SUAS: configurando os eixos de mudança* (2008). Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 1.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasil (2009). *Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais*.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasil (2012). *Orientações Técnicas: O trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF*, Vol. 2. 1ª Edição.

Nascimento, P. F., & Melazzo, E. S. (2013). Território: conceito estratégico na assistência social. *Serviço Social Revista*, 16(1), 66-88.

Sartre, J. P. (1998). *O ser e o nada: ensaio de fenomenologia ontológica*. 6ª ed., Editora vozes.

Sartre, J. P. (2002) *Crítica da razão dialética*. Ed. DP&A.

Schneider, D.R. (2011) *Sartre e a Psicologia Clínica*. Editora da UFSC.

Sicari, A. A., Oliveira, T. R., & Pereira, E. R. (2015). Grupos de discussão no CRAS: problematizando a pobreza e seus desdobramentos. *Revista da SPAGESP*, 16(2), 88-101.

Souza, L. V. (2018). Contribuições construcionistas sociais para o trabalho com grupos na proteção social básica. In Cordeiro, M. P., Svartman, B., & Souza, L. V. e. *Psicologia*

*na Assistência Social: um campo de saberes e práticas* (pp. 225-236). Instituto de Psicologia/USP.

Yamamoto, O. H. Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 9-24.

# **Memórias do Trabalho Feminino na Economia Solidária e as Contribuições da Psicologia no Compromisso Ético-Político com a Coletividade e Transformação Social dos Sujeitos Vulnerabilizados**

---

**Kely Akemi Kuriki  
Guilherme Elias da Silva**

## **Introdução**

Neste capítulo, buscamos refletir e analisar sobre os processos pelos quais se articulam e se tensionam a relação dialética entre inclusão/exclusão social e os possíveis impactos psicossociais para os sujeitos em situação de vulnerabilidade. Assim como, o processo de exclusão e opressão das mulheres no mundo do trabalho, considerando a importância de compreender as relações sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho, de modo a explicitar os desdobramentos e as implicações do trabalho feminino para a vida das mulheres, especialmente para aquelas que estão inseridas em programas de Inclusão Produtiva, como a Economia Solidária.

Para finalizar, abordamos sobre as contribuições da Psicologia no compromisso Ético-Político com a coletividade e transformação social dos sujeitos vulnerabilizados. Algumas reflexões corroboram para a importância da Psicologia no compromisso ético-político com a coletividade e transformação social dos sujeitos vulnerabilizados, seja nos âmbitos político, econômico, social ou subjetivo. Deste modo, buscou-se ampliar o diálogo entre a Psicologia e a Assistência Social, articuladas à estratégia de Inclusão Produtiva.

A busca por alternativas de inclusão no mundo do trabalho tem sido cada vez mais frequente e urgente, diante do modelo socioeconômico do mundo atual e a inclusão

produtiva através da economia solidária, vem como uma proposta de inclusão e sociabilidade que vai além do atendimento das necessidades materiais, mas está amparado nos princípios da cooperação e solidariedade, buscando a emancipação e o bem estar individual e coletivo.

A Inclusão Produtiva, em articulação com a Política de Assistência Social, tem como objetivo oportunizar a facilitação ao ingresso em processos de geração de trabalho e renda, por meio da oferta de programas de qualificação socioprofissional. Propõe-se, também, enquanto recurso para a garantia dos direitos sociais, subsidiar a autonomia, a participação político-cidadã e a emancipação, por meio da proteção social.

Entretanto, na conjuntura atual, presencia-se a manutenção e ampliação das desigualdades, diante dos retrocessos na garantia de direitos. Os processos de Inclusão Produtiva são recentes (articulados à Política Nacional de Assistência Social), repercutindo em relações de inclusão/exclusão que podem promover a emancipação ou a manutenção da dominação. Partiu-se do pressuposto de autores que delineiam a importância significativa do trabalho na vida dos sujeitos. Esta atividade [o Trabalho], quando assimilada aos pressupostos da política pública de Assistência Social, poderia catalisar a constituição do protagonismo, participação popular, autonomia e emancipação.

### **Relação Dialética Inclusão/Exclusão e Suas Implicações Psicossociais para os Sujeitos Vulnerabilizados**

Compreender a constituição e os desafios das políticas públicas de inclusão social, como é o caso da Inclusão Produtiva em articulação com a Política de Assistência Social, conduz à identificação e percepção das disparidades que, historicamente, no Brasil, apresentam-se como desigualdade social em diversos aspectos, como na distribuição de renda, exclusão no mundo do trabalho, insuficiência para suprir as necessidades básicas de sobrevivência, entre outros, cuja

exclusão e pobreza é uma herança que persiste e tende a se perpetuar, trazendo consequências relacionadas às carências materiais e simbólicas, adicionadas ao processo dialético da inclusão/exclusão no mundo do trabalho (Werthein *et al.*, 2003).

O Brasil, por ser um país excludente, focou na implementação e consolidação de políticas sociais compensatórias, mas que não foram suficientes para a plena garantia do acesso a regozijos no âmbito da cidadania, ou seja, nem todos os cidadãos conseguiram incluir-se em relação ao emprego, à saúde, à educação, à cultura e ao lazer.

Ressalta-se que a exclusão atinge a pessoas de distintas camadas sociais, contudo, os mecanismos e estratégias de inclusão são seletivos. Existem aspectos e critérios diferenciados (renda mensal per capita, se possui ou não emprego formal, quantidade de filhos matriculados na escola, etc.). Além desses critérios, as camadas populares sofrem com o preconceito, discriminação, acúmulo de funções e, especialmente, na conjuntura atual, com a ocupação em trabalhos não qualificados e precários; fatores que são imprescindíveis para compreensão da dinâmica inclusão/exclusão no mundo do trabalho.

A conjuntura atual possibilita o Estado, por meio das políticas públicas, de adentrar-se de forma contundente em todas as esferas da vida humana, de modo a regular, controlar e administrar os conflitos de classe, permitindo, também, a influência do privado, ou seja, possibilita que as empresas interfiram, por meio das ações de responsabilidade social, trazendo os resquícios das práticas assistencialistas.

Nesta fase do desenvolvimento do capitalismo, nunca foi tão útil e permissiva a lógica de inclusão na exclusão social (Guareschi, 2001). Identificou-se grande contingente de sujeitos que estão em situação de desemprego, para os quais foram criados Programas de inclusão, como os de geração de trabalho e renda, entretanto, essa inclusão não se concretiza

de maneira efetiva e eficiente no que diz respeito, por exemplo, a um dos pilares da iniciativa de inclusão no trabalho, que seria a geração de renda suficiente para sobrevivência.

Seguindo esta premissa, Sawaia (2001) menciona sobre um sistema econômico que inclui para excluir e exclui para incluir. É justamente nesta relação dialética que a inclusão/exclusão acontece. Exemplifica-se por meio da seguinte condição: diante da situação de desemprego, criam-se políticas de inclusão, como as de geração de trabalho e renda, para inclusão de parcelas significativas da população que não têm emprego formal e/ou estão em situação de desemprego. Outra situação observada são as inserções nos trabalhos em condições precárias (sem registro, autônomo, ambulante, etc.).

Os processos de inclusão e exclusão se apresentam nesta **correlação de forças** e se manifesta com a seguinte situação: constata-se que a exclusão pelo desemprego vem se intensificando, contudo, com a seguridade social e o acesso ao crédito, cria-se a ideia de inclusão pelo consumo. Assim, os discursos ideológicos produzidos socialmente, referentes ao acesso ao crédito, consubstanciam com a ideia de inclusão social pela abertura para as possibilidades de consumo, por meio da aquisição de bens e mercadorias.

Na sociabilidade atual e no próprio contexto da mundialização do capital, o que parece valer mais é se o sujeito possui cartão de crédito. Desta forma, são criados novos mecanismos de dominação e controle, visto que a inclusão e a exclusão são configuradas a partir das dinâmicas de expulsão ou inserção nas esferas socialmente reconhecidas (Faleiros, 2006).

A dinâmica inclusão/exclusão pode ser referenciada pelo nível de dependência de alguém ou das instituições públicas ao valor dos rendimentos, à qualificação profissional, à desqualificação, ao acesso aos bens materiais, à posse ou desaposseamento de terras, à discriminação e aceitação, à

violência, aos modos de vida, entre outros fatores. Os sofrimentos experimentados pelas condições de exclusão também se tornam referência.

Existem distintas percepções referente às situações de inclusão/exclusão. Compreende-se como um fenômeno complexo e heterogêneo, cujas causas podem advir das condições econômicas, sociais, culturais, patológicas ou autodestrutivas. Para Pochmann e Amorin (2003), representa a expropriação dos sujeitos e/ou segmentos sociais de uma condição de vida digna, tanto para os sujeitos reconhecidos nos seus direitos de cidadão, quanto para aqueles que nunca foram reconhecidos dignamente.

A inclusão/exclusão é parte integrante de um sistema abrangente, no qual a *questão social* diz respeito aos interesses e estratégias do sistema econômico vigente, ou seja, é constitutiva do capitalismo. Seria reducionista acreditar na ideia de que estar incluído através de uma política pública “solucionaria” os problemas advindos da exclusão. Essa perspectiva envolve a dimensão de uma totalidade, sendo funcional para a lógica capitalista, na medida em que conduz os sujeitos ao pensamento e ao sentimento de estar incluído socialmente.

Conforme Lessa (1999), Faleiros (2006) e Rodrigues (2017), no mercado capitalista as trocas são desiguais e estruturam-se em condições desiguais, que se opõem à igualdade estabelecida pelos direitos. As trocas, nesse sentido, estão baseadas nas relações constituídas pelo capital em um processo e velocidade distintas para os grupos socialmente detentores de poder e riqueza em comparação com os grupos não detentores.

Há um distanciamento, portanto, entre os grupos e classes sociais, devido às relações de poder, que dividem os abastados dos deserdados. É um contexto em que o processo de inclusão/exclusão se inscreve em relações sociais complexas que se apresentam como afirmação ou negação da cidadania,

seja na significação ou representação das condições pessoais e de vida ou nos direitos sociais e civis. Em outras palavras, “A desigualdade é condição de existência do capitalismo, embora encoberta pela aparente igualdade perante a lei, de contatos, de relacionamentos ou de algumas oportunidades” (Faleiros, 2006, p. 4).

Não se pode negar, olhando por essa perspectiva, que as políticas sociais, que objetivam o acesso e a garantia dos direitos, são reconhecidas como avanço dentro das incongruências da sociabilidade capitalista. Entretanto, o modo de produção capitalista, simultaneamente, impede a efetivação da cidadania plena.

Diante disso, a cidadania e a emancipação têm como prerrogativa a garantia dos direitos e a participação do poder público no subsídio de condições ou meios para que os sujeitos possam exercer a cidadania através do desenvolvimento pessoal e coletivo. Contudo, observa-se a possível negação da cidadania, repercutindo no impedimento e/ou ausência da possibilidade de emancipação. Vivenciam-se movimentos contrários à emancipação, nos quais as barreiras sociais, culturais e econômicas são constituídas na lógica do mercado capitalista, que se estrutura pela desigualdade social e de renda.

Conforme Gomes e Pereira (2005), mesmo o Estado viabilizando o acesso aos direitos, através das políticas públicas, ainda assim, não exclui a vulnerabilidade social, pois as medidas e intervenções acontecem de forma focalizada, o que pressupõe a não efetivação da cidadania. Sendo assim, compreende-se que a inclusão/exclusão, preconiza o acesso ou não aos direitos sociais e aos bens de consumo, entretanto, não se pode abster da condição de que é constitutiva no próprio desenvolvimento do sistema capitalista.

Seguindo esta direção, Silva (2011) afirma:

Não seria suficiente incluir através de atuações seletivas, focalizadas, singulares e imediatas como se estas fossem

capazes, sozinhas, de consolidar e efetivar a cidadania social, abstraindo todo o seu conteúdo historicamente determinado pelo modo de produção capitalista e sua dinâmica contraditória (p. 8).

Partindo dessas considerações, Lessa (2011) menciona os trabalhadores que ocupam postos de trabalho de frágil proteção social, ou seja, de uma força de trabalho desempregada e autodeterminada autônoma, em que, para se inserir no mundo do trabalho, buscam nos processos de qualificação e requalificação profissional as possibilidades de inclusão e permanência no trabalho, mesmo na condição de trabalhadores informais.

Tais processos de formação e qualificação intensificam-se em um cenário no qual a informação e o conhecimento se fortalecem, especialmente no contexto de crise do capital, ou seja, na crise de ordem econômica e social. Nesta conjuntura, o conhecimento e a educação, bem como a formação e qualificação profissional, são revalorizados, sendo denominados como *novo capital* ou *capital social*. Nesta perspectiva, a educação e o conhecimento assumem novas configurações, tornando-se elementos centrais de superação da desigualdade.

Conforme Frigotto (2010) e Ramos (2001), os discursos sobre empreendedorismo, produtivismo e educação por competência podem ser limitadores da formação humana quando não oferecem uma formação para a leitura ampliada do mundo. Simultaneamente, os processos de formação na **sociedade do conhecimento**, disseminam discursos ideológicos equivocados e reducionistas, como a ideia de que é preciso persistir e conquistar individualmente esse capital, já que ele é o instrumento fundamental de ascensão social na contemporaneidade, bem como a superação das diferenças sociais.

Entretanto, vivencia-se a competitividade, a individualização e a mercantilização do conhecimento, transformando sujeitos em objetos fetichizados e comercializáveis. Identifica-se que o investimento educacional também se torna individualizado, ou seja, imbuído da ideia de que o desemprego é resultado da falta de qualificação do trabalhador. Esta ideia e discurso ideológico dizem respeito à “maximização da potencialidade da educação frente aos processos produtivos” (Lessa, 2011, p. 4). Percebe-se a valorização do capital-conhecimento, adentrando-se ao universo dos trabalhadores, que historicamente sofreram rejeição em relação ao aprendizado para realização da atividade produtiva.

Segundo os dados da PNAD (2007, citado por Lessa, 2011), os cursos de qualificação profissional ofertados pela parceria público-privada possuem curta duração e estão voltados, principalmente, para o setor de serviços, como atividades administrativas simples, informática básica, culinária, reparos domésticos, etc. Além disso, adicionam-se ao repertório os cursos que buscam naturalizar o trabalho informal, como os de empreendedorismo ou pequeno negócio, os quais são ofertados por instituições como ONGs, pelo Sistema S e por escolas técnicas estaduais. A autora supracitada, chama a atenção, ainda, para o seguinte apontamento na relação entre o capital e trabalho: para os trabalhadores, formação focada na produção, destituída de base científica e atitudinal, e para a burguesia, formação ampla, complexa e fundamentada na ciência. A autora também afirma:

Entendemos que, diante da crise atual, está havendo o crescimento da valorização da qualificação permanente para a vida produtiva e da falácia de que o desemprego é resultado da falta de formação e de empenho individual, o que tem repercutido nas políticas educacionais e de formação de trabalhadores. Avaliamos, portanto, que no atual contexto, as ideologias da sociedade do conhecimento e da centralidade

educacional serão ainda mais valorizadas, enquanto os processos de formação humana, em sentido amplo, serão duramente atingidos (Lessa, 2011, p. 9).

Na esteira sobre as discussões relativas aos processos formativos, Taddei, Dias e Silva (2014) consideram o trabalho como princípio formativo, ou seja, que se configura como resistência às práticas e formações alienantes (ruptura entre o sentido e o significado das ações humanas tendo como consequência o cerceamento do processo de desenvolvimento enquanto sujeito). Contudo, não é qualquer forma de trabalho que contribui para a resistência e emancipação, ou seja, que promove o desenvolvimento humano.

Silva e Silva (2019) apontam para o trabalho como atividade que movimenta a vida humana e pode gerar desenvolvimento. Por isto, o trabalho deveria ser colocado nos serviços do SUAS de forma a não reproduzir os princípios de assujeitamento, mas propor novos posicionamentos e aprendizagem, buscando proporcionar o desenvolvimento de si e da comunidade, operando como processo/efeito que leve o sujeito a problematizar a vida e o mundo que sobrevive.

Em termos mais específicos, Ciavatta (2011) e Kuenzer (2013) discutem sobre as diferenças da educação profissional oferecida aos filhos das elites e aos filhos dos pobres, enfatizando a questão da distribuição desigual da escolarização, onde percebem que prevalece uma visão dual e fragmentada, que se expressa, historicamente, pela reprodução das relações de desigualdade entre as classes sociais, destinando, por exemplo, o trabalho manual aos escravos e depois aos trabalhadores livres e o trabalho intelectual para as elites. É evidente a divisão entre a educação destinada à preparação para os estudos superiores e a preparação para o mercado de trabalho, sendo uma dinâmica funcional às exigências produtivas.

Os mesmos autores afirmam que o trabalho que explora, que aliena, que degrada e bestializa os sujeitos, está subordinado às exigências do capital. Assim, o modelo de produção capitalista, ao invés de promover a emancipação dos trabalhadores, os aliena em um modelo hegemônico, alicerçado na exploração, opressão e exclusão.

Tal configuração de trabalho promove a manutenção do status quo da ordem capitalista vigente, através da concentração, domínio e expansão do mercado e do lucro, sistema no qual a riqueza produzida não é democratizada e as ações de proteção social, por meio da inclusão, tornam-se medidas paliativas e de reprodução das desigualdades sociais.

Segundo Antunes e Alves (2004), estas atividades sociais realizam-se por intermédio dos trabalhos das ONGs, Associações e outros organismos semelhantes, e configuram-se como alternativas ao desemprego estrutural. Todavia, não promovem alternativa efetiva e duradoura diante das condições excludentes no mundo do trabalho.

É importante destacar as ações desenvolvidas pelo terceiro setor, que se compõe por meio do conjunto de atividades voluntárias desenvolvidas em favor da sociedade, por organizações privadas não governamentais e sem fins lucrativos, funcionando de forma independente dos demais setores (Estado e mercado), embora possam fazer parcerias e receber investimentos destes (públicos e privados).

O terceiro setor também tem absorvido e incorporado, ainda que de maneira precária, os trabalhadores que estão desligados do mercado formal, realizando atividades não lucrativas e não mercantis, sendo “incluídos” em atividades, o que faz com que não se apresentem como desempregados e excluídos. Essas atividades possuem sentido e significado social, mas são funcionais para um sistema que exclui para incluir, ou seja, para absorver os desempregados.

Por este motivo, pode-se concordar com Souza (2013) ao mencionar que há falhas nas ações de Inclusão Produtiva

realizadas ou incentivadas com os recursos da Assistência Social, tendo em vista que a geração de trabalho e renda para os usuários, entre outros fatores, por não ter definições claras das competências vinculadas a uma reinserção em distintos e possíveis/adequados âmbitos do mercado produtivo, acaba propagando-se de forma fragmentada, isolada, pontual e desconectada.

A autora supracitada expõe os ditames: “Com os desempregados batendo à porta, se não há trabalho, compete à Assistência Social gerá-lo”; e acrescenta as construções discursivas de que, para se promover a emancipação das famílias, “não se deve mais dar o peixe, mas ensinar a pescar” (Souza, 2013, p. 289). Para tal autora, o discurso da pescaria é a grande falácia do empreendedorismo [na Assistência Social], pois nutre, no usuário, a falsa ideia de independência, autonomia e emancipação, em que bastaria ofertar os recursos financeiros e humanos, fomentando os projetos de incentivo ao pequeno negócio, familiar ou cooperativo, no campo da produção e serviços.

Hoje se vivenciam momentos conflituosos, em que a maneira como o sistema capitalista inclui faz parte dos mesmos mecanismos de reproduzir e sustentar a servidão, a passividade, a miséria e, principalmente, a alienação do trabalhador. Sawaia (2008) denomina esse fator de inclusão perversa, pois são produzidas, nos indivíduos, ideias ilusórias, criadas pelo próprio sistema, em que eles passam a perceber que as apropriações materiais e simbólicas os levam a fazer parte do todo, correspondendo ao que a sociedade cria a cada instante. Para Bertini (2014, p.61):

[...] Esse sistema inclui para excluir, ou seja, para manter os homens na dependência de um estado de coisas que não diz respeito à sua própria liberdade e potência, e são levados a nunca alcançarem a satisfação mercadológica [...].

Pode-se ilustrar essa ideia imaginando que há um produto novo no mercado e busca-se um sentimento de inclusão por meio do consumo desse produto, mas tal lógica de inclusão pelo consumo tem um alcance limitado, pois não inclui em outros aspectos, como uma inclusão política, econômica, cultural, etc.

Em síntese, existem efeitos paradoxais na Inclusão Produtiva. Para Souza (2013), os resultados da geração de renda não garantem o sustento de maneira [satisfatoriamente] digna, como proposto pela política, mas outros efeitos são possíveis, como a melhora da autoestima, do cuidado de si, da participação coletiva e popular e da ocupação em atividades de produção e comercialização. Outra questão que merece reflexão é o fato de que, em muitos contextos em que a Inclusão Produtiva se insere por meio da Política Nacional de Assistência Social, torna-se preocupante ser pensada como “porta de saída”, visto que seu objetivo está na emancipação e autonomia dos sujeitos (Barros, Mendonça & Tsukada, 2011).

A emancipação é compreendida como independência dos programas e benefícios viabilizados pelo Estado e a autonomia é ter geração de renda suficiente para uma vida digna e sustentável. No entanto, percebe-se que as ações de Inclusão Produtiva têm se materializado, em geral, de forma focalizada e fragmentada. Sendo assim, não basta ofertar as oportunidades, por meio dos programas e benefícios, se o contexto de produção e desenvolvimento do capitalismo produz e reproduz as desigualdades sociais, dispensando os trabalhadores e colocando-os na condição de desnecessários.

Tais reflexões permitiram compreender a vulnerabilidade social vivenciada pelos sujeitos inseridos na Inclusão Produtiva por meio da Assistência Social, os quais acarretam em processos de exclusão, como a dificuldade de acesso à escola (baixa escolaridade), o despreparo para inserção no mercado formal de trabalho e a violência social e institucional. Para Sawaia (2008), a configuração de

sofrimento ético-político das populações em situação de vulnerabilidade social deriva de uma trajetória de vida atravessada por processos de inclusão perversa, por meio das quais foram cerceados os acessos e possibilidades de pertencimento a determinados espaços sociais.

## **A Divisão Sexual do Trabalho e as Memórias do Trabalho Feminino na Economia Solidária**

O trabalho sempre esteve presente na vida dos homens e das mulheres. Desde os primórdios da humanidade, sempre foi o principal método para adquirir e manter os meios de sobrevivência. Entende-se o trabalho, portanto, como uma atividade fundante da vida humana, pois é por meio dele que o homem constrói e cria as condições para sua própria sobrevivência e existência, ou seja, pelo trabalho, o ser humano se empenha em realizar atividades para atender suas necessidades vitais como alimentação, moradia, vestuário, etc (Antunes, 1995/2008).

Todavia, em especial na sociedade capitalista, manifestam-se as diversas formas de exploração e opressão dos trabalhadores com vistas ao desenvolvimento do capital, em que eles são submetidos a condições de dominação que tendencialmente agravam e intensificam os processos de exclusão das mulheres, em um processo no qual a valorização social da mulher é sempre menor que a do homem, revelando, por exemplo, as condições desiguais do exercício de poder, onde as mulheres acabam por ocupar posições subalternas e secundárias em relação aos homens.

É neste cenário que as diferenças se acentuam, tomando dimensões significativas para as mulheres, apontando, também, os obstáculos e os desafios para a inclusão social, o que faz com que seja indispensável levantar algumas reflexões, por exemplo, sobre as relações sociais de gênero e a divisão sexual do trabalho.

Segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 598):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

As autoras afirmam que é preciso ir além do plano conceitual, propondo a distinção clara dos princípios norteadores da divisão sexual do trabalho, como “o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher)” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 599).

Observa-se que a divisão sexual do trabalho mostrou as diferenças existentes entre os sexos utilizando a referência sexuada, culminando, assim, em movimentos e tensionamentos, dentre os quais uma das problemáticas é o conceito de predestinação biológica, ou seja, a ideia de que as diferenças entre o masculino e feminino são frutos da biologia.

Em razão disso, as relações sociais de gênero foram caracterizadas pela dimensão biológica, entretanto, há uma construção social do *ser homem* e *ser mulher*, tanto nas práticas sociais quanto nos papéis sociais. Há uma naturalização dos papéis e das funções que os homens e as mulheres desempenham e ocupam socialmente (que foram sócio-historicamente construídos), revelando que as relações sociais entre os sexos são desiguais.

Mesmo com as transformações nas relações de gênero, a dimensão produtiva e reprodutiva do trabalho continua

sendo desigual, considerando que, na divisão sexual do trabalho, são expressas as assimetrias nas relações de poder entre os homens e as mulheres. A divisão sexual do trabalho propicia a naturalização da ideia de que ao homem pertence à esfera da produção (subsistência econômica) e à mulher cabe a esfera da reprodução (espaço doméstico). Em consequência disso, as diferenças no processo de inclusão por meio do trabalho se sustentam nesta perspectiva desigual entre homens e mulheres (Kergoat, 2002).

É válido salientar, também, sobre a distribuição dos papéis entre os sexos, ou seja, do que cabe ou não às mulheres e aos homens realizarem, seja no âmbito familiar ou no âmbito do trabalho. Tal condição pode ser exemplificada pelo fato de as atividades normalmente desempenhadas pelas mulheres no espaço doméstico, seja o preparo de alimentos, a educação dos filhos, entre outros afazeres, precisarem ser conciliadas no espaço público, quando estas são inseridas no mundo do trabalho.

Neste sentido, Antunes (2005) afirma que a mulher trabalhadora realiza sua atividade de trabalho duplamente:

E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não-diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos, filhas e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não-diretamente mercantil as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas (p. 109).

Nas esferas produtiva e reprodutiva estas diferenciações tomam proporções diversas, já que as formas de

exploração inerentes ao sistema capitalista se apresentam por meio das diferenças entre os sexos. As mulheres, nesse contexto, acabam sendo uma parte da classe trabalhadora que se encontra em condição desigual comparada aos homens, sofrendo as consequências da exploração, que por sua vez são sustentadas pelos modelos patriarcais e estereotipados que reforçam as diferenças entre um trabalhador (qualificado e branco) e uma trabalhadora (mulher, sobretudo, pobre e não branca).

Faria e Nobre (2005) também sustentam esse argumento:

Como os homens é que são considerados os provedores da família, o trabalho profissional das mulheres é sempre visto como complementar às suas “responsabilidades” domésticas, esta sim é sua verdadeira ocupação. A partir dessa ideia, surgem várias consequências negativas para as mulheres. A primeira é a de que os salários delas podem ser baixos, já que o que elas ganham é visto como suplementar (p. 29).

Segundo Hirata (2014), na dimensão familiar evidencia-se ideologicamente a lógica desta função complementar do salário feminino, que secundariza sua força de trabalho. Para Abramo (2007) essa noção ideológica está presente tanto na teoria econômica quanto no imaginário social, assim como no planejamento e na implementação das políticas públicas que se estruturam no entorno da visão da família nuclear, em que o homem aparece como provedor e a mulher responsável pelas atividades no âmbito privado.

Na divisão sexual e social do trabalho, foi atribuída uma distinção entre o público e o privado, sendo a esfera do público destinada ao homem e a esfera do privado uma responsabilidade das mulheres. Esta naturalização das diferenças de gênero aparece, por exemplo, quando considera-se que o papel masculino é prover a subsistência econômica da família, por meio do trabalho na produção ou no domínio

público, pautado nos interesses (civis e universais), e o papel feminino é o trabalho doméstico e a reprodução: ter filhos, criá-los e cuidar de todos respaldados nos interesses da família. Nesta discussão, acrescenta-se o fato de que a atribuição da força de trabalho feminina como complementar e secundária compactua com sua utilização como recurso do capital na justificação das desigualdades de remuneração, desigualdades no acesso e, também, na permanência das mulheres no trabalho. Complementando essa discussão, Netto e Luz (2011, p. 98) afirmam que, em consequência disso, “a inserção da mulher no mercado de trabalho, também por definição, seria uma inserção ocupacional complementar, eventual, instável. Numa palavra: secundária”.

Ao longo da história, tais discursos normatizadores atravessam os sujeitos, colocando a mulher em condição de submissão, passividade, fragilidade e docilidade, construindo, assim, uma visão estereotipada da mulher como inferior, que faz parte do espaço privado, onde pode ser a mantenedora dos cuidados da família (Roudinesco, 2003). É perceptível esta condição destinada às mulheres, o que também pode ser observado em alguns discursos como, por exemplo, os que afirmam que a mulher é mais paciente, dócil, meiga, habilidosa, organizada, apta a realizar tal tipo de trabalho e o homem é mais arrojado, dinâmico, enérgico, perspicaz, forte, apto para realizar outro tipo de trabalho.

Por este motivo, buscou-se resgatar e refletir sobre a participação das mulheres no programa de Inclusão Produtiva, especificamente no Programa Municipal de Economia Solidária do município de Londrina, no Paraná (PR), onde tive a experiência de trabalho como coordenadora de projeto, no acompanhamento e assessoramento dos empreendimentos econômicos solidários, compreendendo que o programa se apresenta como alternativa para a geração de trabalho, renda e inclusão social, desde o processo de formação até a articulação dos empreendimentos.

Partiu-se do pressuposto da existência da desigualdade entre os homens e mulheres no mundo do trabalho e das formas de exploração do sistema capitalista como elementos estruturantes das relações de gênero, definindo papéis baseados em relações de poder assimétricas e desiguais, a partir dos quais, em muitas situações, as mulheres são desvalorizadas e consideradas como inferiores na dinâmica social, inclusive no trabalho.

Diante do exposto, a questão central que orientará esta subseção é: de que maneira esta prática (Inclusão Produtiva, especialmente a Economia Solidária), considerada como atividade econômica, movimento social<sup>37</sup> e política pública, se coloca como uma alternativa para o alcance da autonomia, emancipação e igualdade no mundo do trabalho e na vida das mulheres?

Algumas hipóteses foram construídas para analisar e refletir sobre essa questão. Observa-se, primeiramente, que há um grande contingente de mulheres em situação de desemprego e exclusão, e isto foi agravado pelas políticas neoliberais nos anos de 1990 e pela ausência de políticas sociais estruturadas como as de geração de trabalho e renda.

Outra situação refere-se à divisão sexual do trabalho, na qual a Economia Solidária, como trabalho associativo e solidário, se apresenta de forma expansiva aos segmentos femininos, pois o desenvolvimento do trabalho acontece (muitas vezes) simultaneamente ao trabalho doméstico e reprodutivo, e é neste contexto que buscam as formas de sustento para si e suas famílias. Por isso, a Economia

---

<sup>37</sup> A economia solidária no Brasil, conforme debatido neste trabalho, se consolidou nos últimos anos como um paradigma de mobilização social que envolve diferentes reivindicações e projetos de grupos contra hegemônicos na sociedade, unidos fundamentalmente pela defesa da prática da autogestão e da valorização do trabalho associativo. Trata-se, portanto, de um movimento social plural, composto por identidades distintas, conectadas em torno de princípios comuns de organização econômica e reprodução ampliada da vida (Silva, 2019, pp. 152-153).

Solidária torna-se uma alternativa de sobrevivência e de inclusão econômica e social para estas mulheres.

O desenvolvimento da Economia Solidária se apresenta como atividade econômica, movimento social e política pública dentro de uma estratégia que busca a construção de um outro modelo autogestionário de organização e produção, em prol da autonomia e emancipação dos sujeitos, mas este processo se constitui de modo contraditório, pois, ao mesmo tempo em que busca a autonomia das mulheres, reproduz algumas formas de exploração, como a dupla ou tripla jornada de trabalho, já que precisam conciliar suas ocupações remuneradas com as atividades e afazeres domésticos. Sendo assim, considera-se que a atual divisão sexual do trabalho delimita alguns fatores fundamentais, tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo, como a reprodução humana, as relações com o trabalho doméstico, o cuidado com a família, entre outros.

Por fim, outra hipótese tem relação com as mudanças estruturais no mundo do trabalho, principalmente com a eliminação de alguns postos de trabalho, a proliferação dos trabalhos precarizados e a intensificação do desemprego, que conduziu os homens e as mulheres a se submeterem às novas formas de inserção (trabalhos precários, subvalorizados, informais, etc.).

Diante desta realidade, as mulheres trabalhadoras sofrem muito mais os processos excludentes do que os homens, pois, considerando as relações de gênero, observa-se que as mulheres encontram maior dificuldade de inclusão, já que vivenciam situações nas quais sua força de trabalho é social e culturalmente desvalorizada. As desigualdades entre os homens e as mulheres no mundo do trabalho, portanto, se intensificam, sendo materializadas, por exemplo, nas diferenças salariais, onde a mulher tende a ser menos favorecida, e na sua condução aos setores de trabalho intensivo, de exploração do trabalho manual e repetitivo, caso possua baixa qualificação profissional.

Essas condições evidenciam os mecanismos de exclusão sobre as mulheres no setor produtivo, as quais, em inúmeras situações, são responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, além de acumularem tarefas que geram sobrecarga, condição conhecida popularmente como *dupla* ou *tripla jornada de trabalho*, em que assumem a responsabilidade de esposa, mãe e trabalhadora. Estas condições aprofundam as desigualdades entre homens e mulheres, já que perpassam o campo das relações de gênero que delimitam cada vez mais as condições de trabalho inaceitáveis ao trabalho feminino. Segundo Lanza e Stábile (2012, p. 139), “Essa perceptível mudança social gera um esforço, por parte do gênero feminino, em buscar espaço e reconhecimento, pois, biologicamente, não se justificam as diferenças entre o homem e a mulher existentes no mundo do trabalho”.

O trabalho feminino tem mostrado que muitas mulheres conseguiram romper com as predeterminações e os limites impostos socialmente, em decorrência das diferenças entre os sexos. No entanto, há uma parcela significativa de mulheres, ou a maioria delas, para quem essa situação de exclusão, por enquanto, é permanente.

Diante da realidade dessas mulheres que permanecem em situações de exclusão, qual alternativa teriam? A Inclusão Produtiva vem de encontro a essa demanda do trabalho feminino, pois revela-se como alternativa para a geração de trabalho e renda em prol da autonomia e emancipação das mulheres, buscando proporcionar espaços de debate, discussão e prática, tendo como referência a igualdade de direitos entre os sexos e a valorização humana no respeito de seus limites e necessidades. Essa iniciativa inicia ou reinicia a trajetória das mulheres neste universo produtivo, apresentando-se como uma forma de trabalho que oferece espaço para a diversidade, em que trabalhadores e trabalhadoras são tratados sem discriminação e exploração, reunindo e incluindo essas pessoas, ao invés de excluí-las. No que diz respeito à identidade social e ao reconhecimento como

ser humano, encontra-se, na Inclusão Produtiva, uma alternativa que proporciona a igualdade de direitos, de renda e principalmente a igualdade de tratamento entre os sexos.

É diante das desigualdades e exclusões que se vislumbra e potencializa a Inclusão Produtiva, aqui, em especial, a Economia Solidária, que oferece novos modos de trabalhar e produzir, construindo espaços para a convivência entre os trabalhadores de forma coletiva, baseada em alguns alicerces relevantes, como a autogestão, cooperação e solidariedade, e executando as atividades de forma economicamente justa e igualitária.

As inquietações sobre o trabalho feminino nos projetos de Inclusão Produtiva, como é o caso da Economia Solidária, têm sido alvo de vários estudos e reflexões de diferentes origens e abordagens. Aqui abarcou-se, especificamente, a experiência teórica e prática sobre os empreendimentos econômicos solidários compostos, em sua maioria, por mulheres, durante o acompanhamento e assessoramento como coordenadora de projeto no Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina.

### **Contribuições da Psicologia no Compromisso Ético-Político com a Coletividade e Transformação Social dos Sujeitos Vulnerabilizados**

Diante do exposto até aqui, foi possível fazer algumas reflexões que corroboram para a importância da Psicologia no compromisso ético-político com a coletividade e transformação social dos sujeitos vulnerabilizados, seja nos âmbitos político, econômico, social ou subjetivo.

Martín-Baró (1998) salienta que, diante da estruturação injusta da sociedade, cabe à Psicologia contribuir para a conscientização das pessoas que estão excluídas, ou seja, aquelas que vivem em condição de pobreza e/ou miséria estrutural. Por este motivo, a aproximação dos profissionais

da Psicologia com as demandas oriundas da sociedade deve vir de encontro a uma atuação condizente com as necessidades da população atendida (vulneráveis economicamente e socialmente) e levando em conta suas especificidades enquanto sujeitos da política e sujeitos políticos – carências e potências.

A atuação do Psicólogo na Política de Assistência Social é considerada recente, constituindo-se em uma ampliação essencial e necessária no que diz respeito ao envolvimento destes profissionais com as questões sociais, em um cenário marcado por profundas desigualdades econômicas e sociais, que revelam a intensificação dos processos de exclusão dos sujeitos, especialmente no âmbito do trabalho, vivenciando a condição de insuficiência de renda e carência das condições mínimas de sobrevivência (Guareschi *et al.*, 2019).

Vale ressaltar, para esta discussão, algumas contradições da Psicologia enquanto ciência e profissão, pois historicamente manteve um certo distanciamento das questões sociais, atribuindo às concepções individuais a sua centralidade teórica e metodológica. Diante disso, houve a predominância da atuação do Psicólogo no âmbito individual e com abordagem clínica, trafegando com predominância em consultórios particulares, sendo acessível àqueles que podiam pagar pelo atendimento psicológico. Entretanto, seria algo inacessível para a maior parte da população (Gonçalves *et al.*, 2013).

Sem dúvida, a atuação profissional no âmbito individual tem relevância significativa, porém há diversas justificativas para a necessidade da presença dos profissionais da Psicologia também nos espaços políticos públicos, diante da identificação de uma realidade excludente que impõe aos sujeitos a experiência das carências, sejam elas materiais ou simbólicas (Senra & Guzzo, 2012).

Diante dessa necessidade, houve a ampliação da concepção social e governamental acerca das contribuições da

Psicologia para as políticas públicas, assim como para a construção de novas referências para o exercício da profissão, utilizando como base o Sistema de Conselhos que, com a finalidade de identificar, sistematizar e documentar a existência de práticas e experiências relevantes ao campo de atuação e disponibilizá-las para a sociedade e profissionais, criou o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2007/2008).

O CREPOP (2007/2008) tem, como principal conceito, a produção de informações qualificadas que visam ampliar a capacitação dos psicólogos de forma teórica e técnica no processo de elaboração, planejamento e execução das políticas públicas nas diversas áreas, como a saúde, educação, Assistência Social, entre outras.

A inserção desses profissionais em locais que antes não eram vistos como campos de atuação para os Psicólogos, exigiu esforços para uma prática que estivesse próxima da população atendida, engajada no compromisso com as classes subalternas em prol da transformação das condições opressivas do seu contexto (Cordeiro, Svartman & Souza, 2018).

Isto implica em construir um fazer comprometido com a coletividade. Em outros termos, significa buscar constituir o trabalho articulado às implicações no contexto em que será desenvolvido (implicações técnicas e políticas com esse ideário coletivo). Sendo assim, a entrada dos profissionais, especialmente os Psicólogos e assistentes sociais, nas comunidades ganhou significado político em prol da luta pela garantia de direitos (saúde, educação, etc.), assim como das melhorias nas condições de vida (acesso aos recursos materiais e simbólicos) (Yamamoto, 2007).

Corroborar-se que a Psicologia socialmente comprometida busca agir de forma direta no objeto primeiro das políticas sociais: a desigualdade social e, conseqüentemente, a pobreza, que aflige a maior parte da

população brasileira sob o jugo das determinações e contradições dos modos de produção vigentes. Diante disso, busca-se construir, de modo progressista, ações em prol da justiça e cidadania.

Segundo Guareschi *et al.* (2019), tais ações, junto à população vulnerabilizada, visam identificar e promover experiências concernentes às práticas contextualizadas, sinalizando que toda ação é política. Os autores trazem questionamentos importantes para a discussão sobre a interação da Psicologia com a Assistência Social: “Qual é o papel da Psicologia na Assistência Social? Conseguimos produzir práticas que possibilitem aos usuários superarem as vulnerabilidades nas quais estão inseridos?” (2019, p. 268).

A Psicologia opera em uma política na medida em que, considerando que o propósito da política é afirmar um sujeito de direitos e não um sujeito psicológico, os Psicólogos buscam desenvolver uma atuação em prol da garantia dos direitos sociais. Outra perspectiva significativa referente ao trabalho do Psicólogo, apregoadado pela própria PNAS, é a sua atuação no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A partir desse parâmetro, a Psicologia busca produzir práticas a fim de estreitar, fortalecer e reconstruir os vínculos entre as pessoas e a própria política, ou seja, ela compõe as diversas maneiras de constituir vínculos (Cordeiro & Sato, 2017).

Convocar a Psicologia para o fortalecimento dos vínculos torna-se elemento central diante de um tema que ganhou importância para a Psicologia em um contexto em que é chamada a trabalhar nos serviços disponibilizados pelas políticas públicas de Assistência Social, articulados à Inclusão Produtiva (Gomes & Gonçalves, 2018).

Seguindo o modelo de organização baseado na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/93), a Assistência Social, como política pública, estrutura-se sob dois tipos de proteção: a proteção social básica e a proteção social especial (Brasil, 1993). Nesta pesquisa, vai ser dada ênfase para a

primeira, que visa prevenir as situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Se o propósito da política é afirmar um sujeito de direitos e não um sujeito psicológico, pressupõe-se que o trabalho seja no campo da subjetividade, permitindo aos Psicólogos uma escuta dos aspectos subjetivos envolvidos nas situações de vulnerabilidades vivenciadas pelos sujeitos e suas famílias (Brasil, 2012).

É evidente a introdução da subjetividade no campo das políticas públicas, referindo-se ao sujeito, assim como ao coletivo, ao grupo, às relações e ao espaço social, pois eles também são constituídos por subjetividades. Corriqueiramente, no trabalho na Política de Assistência Social, depara-se com indivíduos vulnerabilizados e com necessidades, até mesmo as básicas, como de alimentos, fármacos e outros recursos que sustentam a vida. Estes indivíduos buscam garantir seus direitos (econômicos-materiais, políticos e sociais) por meio do acesso à política-cidadã e o Estado busca assumir seu papel como garantidor desses direitos (Costa, 2017).

Essas concepções são formulações que vêm do Direito, da Sociologia, da Assistência Social e da Economia, e não há dúvidas de que são concepções significativas, mas destaca-se que a Psicologia também tem algo a contribuir, a partir da investigação que promove a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e a articulação de intervenções sob tal prisma (Barros, 2007).

Abordando os aspectos psicológicos e a relação dialética indivíduo-sociedade, têm-se como referência a elaboração de políticas públicas (especialmente a de Assistência Social) e a atuação do Psicólogo neste campo, permitindo superar esta dicotomia e a naturalização do fenômeno psicológico, considerando essa relação como processual e histórica. Isto

significa que a constituição histórica da subjetividade é resultado de determinado desenvolvimento histórico, implicando na construção e valorização dos aspectos subjetivos por meio de intervenções transformadoras, ou seja, na busca de possibilidades de superação daquilo que impede a transformação social dos indivíduos em direção a uma sociedade justa, igualitária e solidária (Cruz & Hillesheim, 2013).

Por muito tempo, visões naturalizadas implicaram em práticas normativas, reguladoras e disciplinares, que impedem e/ou dificultam a transformação social. Esta visão trata os indivíduos de maneira descontextualizada, realizando intervenções-padrão e naturalizando os processos históricos e psicológicos (Gonçalves & Graça, 2001/2009).

A visão que direciona os saberes e as intervenções crítico-transformadoras aponta para a historicidade dos fenômenos, indicando práticas voltadas para emancipação dos indivíduos, para que estes se reconheçam como sujeito de direitos e lutem pela conquista de autonomia, podendo se engajar em programas que permitam que se encorajem na luta por uma vida mais digna (Gonçalves & Graça, 2001/2009).

A atuação do Psicólogo frente às políticas públicas busca defender essa direção: resgatar os homens e mulheres de seus receios e impedimentos e torná-los conscientes, no sentido de possibilitar que eles tenham condições de participar da transformação da realidade que os oprime, explicitando as contradições e articulando os coletivos que compartilham as experiências de exclusão (Stamato *et al.*, 2016).

Seguindo esta premissa, a Psicologia tem produzido conhecimentos que orientam e embasam a atuação do Psicólogo no campo da Assistência Social, subsidiando as ações e atividades nos distintos espaços institucionais e comunitários. Sendo assim, cabe ao Psicólogo operacionalizar as ações relacionadas à comunidade em geral e aos coletivos –

aqui, em especial, as populações vulnerabilizadas – em prol da geração de trabalho e renda por meio da Inclusão Produtiva. Um dos objetivos preconizados, para tal, diz respeito às intervenções psicológicas com a finalidade da promoção da autonomia e emancipação dos sujeitos, no sentido, também, da participação cidadã, ou seja, enquanto sujeitos políticos e de direitos, que estejam comprometidos com o bem-estar de todos (Motta & Scarparo, 2013).

É nesta ótica que a Psicologia busca recuperar o indivíduo na intersecção de sua vida com a história da sociedade, ou seja, como produto e produtor de sua história. Este é o compromisso ético-político do Psicólogo engajado com o desenvolvimento da proteção social: auxiliar no desenvolvimento da autonomia e ser catalisador de processos emancipatórios em prol do bem-estar e promoção da vida. Sendo assim, a partir das práticas e intervenções realizadas nesta profissão, o desafio é atravessar o cotidiano das desigualdades sociais e as violências vivenciadas pelas populações vulnerabilizadas, visando o enfrentamento das precariedades através da afirmação dos direitos (Vicentin *et al.*, 2019).

As práticas e intervenções não devem patologizar e/ou objetificar os sujeitos atendidos, mas compreender e intervir sobre os processos psicossociais, diante das particularidades e circunstâncias em que ocorrem. Para reafirmar um sujeito de direitos diante dos processos de exclusão é necessário que ele reconheça seu lugar de poder e seja construtor do seu próprio direito, buscando a satisfação de suas necessidades (materiais e simbólicas) (Andrade & Romagnoli, 2010).

Alguns limites para a autonomia e emancipação dos sujeitos são influenciados pelos valores subordinados à ideologia do capital, demarcados pela lógica de mercado, dificultando o fortalecimento dos coletivos, pois o individualismo e a competitividade são as condições para a conformação com o capital. É necessário reafirmar, diante disso, que o individualismo e a competitividade acabam

reforçando as estruturas existentes, ignorando a realidade das estruturas sociais e reduzindo os problemas estruturais em problemas pessoais (Martin-Baró, 1998).

## **Considerações Finais**

Abordar e refletir sobre estes aspectos orienta para a compreensão do sujeito, bem como do seu lugar no mundo do trabalho e os processos engendrados no capitalismo vigente, que diante das condições sociais que se respaldam no individualismo e competição, buscam justificar a exclusão de modo individualizado, ou seja, atribuindo ao indivíduo a responsabilidade pela situação de exclusão, convertendo as condições sociais e históricas em atribuições individuais e psicológicas (Dimenstein, 2000).

Em consonância com esse fato, infelizmente, observou-se por muito tempo uma atuação descontextualizada da Psicologia com a área social, no sentido de que alguns profissionais, mesmo com o propósito de transformação, não concebiam suas ações com respaldo em uma leitura crítica da realidade, isto é, com elementos teóricos e técnicos ético-políticos, sendo assim, deixam de perceber suas reais possibilidades e os limites da atuação (Dimenstein, 2000).

Considera-se que esta condição não se constitui em um problema isolado, mas é um reflexo paradoxal da política pública de Inclusão Produtiva articulada à Assistência Social, que se propõe a trabalhar e desenvolver a autonomia e a emancipação dos sujeitos, concomitantemente à condução do Estado brasileiro, no que tange à garantia dos direitos previstos em lei, ao mesmo tempo em que este último negligencia as condições de vida e trabalho dignas para a população pobre do país, quando se trata, por exemplo, de uma condução neoliberal de políticas e legislações como a trabalhista e a previdenciária (Antunes, 1999/2009).

Por definições de ordem político-profissional, tem aumentado a presença dos Psicólogos no campo do bem-estar social. Inicialmente, este movimento se deu na saúde pública e, mais recentemente, na Assistência Social, destacando que essa atuação também acontece por meio da contratação por organizações do terceiro setor, sob a lógica da terceirização. As dificuldades apresentadas são compartilhadas entre os profissionais, ou seja, não são exclusivas dos não estatutários. Os servidores públicos também se sentem impotentes diante da realidade antagônica das comunidades em que atuam, no que diz respeito às carências de repertórios técnico-instrumentais que possibilitem mudanças da realidade da população atendida (Senra & Guzzo, 2012).

A Assistência Social no Brasil passou muito tempo sem uma regulamentação própria, e agora conta com uma legislação tipificada e específica dos serviços a serem prestados e desenvolvidos junto à população vulnerabilizada. Nesta regulamentação, o Psicólogo tem papel fundamental e central na execução dos serviços, sendo referência em diversos programas e estratégias da política (Castro, 2018).

Identifica-se que os Psicólogos que atuam nas entidades socioassistenciais, em muitos momentos, não se sentem executores da política, por diversos motivos, o que justifica o fato de poucos participarem dos espaços de construção e controle das políticas. Ou seja, há um distanciamento do papel e relacionamento entre o poder público e as entidades socioassistenciais, assim como há um desconhecimento da legislação que orienta a atuação profissional, bem como falhas no processo de capacitação, acompanhamento e controle dos serviços prestados (Botarelli, 2008).

O alcance da autonomia e emancipação por meio da política pública de Inclusão Produtiva articulada à Assistência Social caracteriza-se por diversas complexidades e desafios contidos no ideário que orienta a própria Política Nacional de Assistência Social. É imprescindível a apropriação da legislação, da teoria e prática condizentes com

o fazer profissional do Psicólogo. Em outras palavras, o exercício da profissão precisa se desenvolver como um processo de estudo das realidades cotidianas que estão em constantes e permanentes mudanças (Botarelli, 2008).

Acredita-se na possibilidade de construir novos direcionamentos diante das contradições e paradoxos que cerceiam as ações cotidianas, sendo um deles dar continuidade nas investigações sobre este tema, por meio do acompanhamento e estudo dos processos de exclusão/inclusão no capitalismo vigente, face aos impactos que trazem para a classe trabalhadora e para a população vulnerável e empobrecida.

Busca-se assegurar que a presença da Psicologia na análise das questões sociais, como a desigualdade social e os processos de exclusão/inclusão, estejam alicerçadas nos diversos saberes construídos junto aos sujeitos, para uma atuação nas comunidades que contemple a realidade cotidiana e territorial nas mais diversificadas políticas públicas, de modo a auxiliar na luta pelos direitos civis e vida digna (Bernardes, 2007).

Considerando que, muitas vezes, o psicologismo e a redução do indivíduo a si mesmo, isolado do contexto social, tende a abandonar o sujeito de tudo que é singular (seus medos, suas alegrias, seus sofrimentos), focalizando nas determinações sociais, ou seja, o sujeito é reduzido a um objeto, que não pode se posicionar e, tampouco, se defender de tais determinações, sendo sujeitado a uma lógica não transformadora e não emancipatória, aparecendo como efeito da presença do capitalismo e da individuação da subjetividade, que por sua vez é efeito dos processos sócio-históricos de submissão aos modos de produção vigente (Sawaia, 2001).

As implicações da Psicologia na Assistência Social, diante disso, centram-se em problematizar, questionar e refletir de maneira crítica sobre a atual conjuntura política,

econômica e social do país, e a partir desta proposição buscar alternativas para a construção de formas de enfrentamento às constantes violações de direito e de diminuição do Estado diante dos direitos sociais. Para tal, é necessário o reconhecimento dos sujeitos como sujeitos históricos, que são determinados, simultaneamente, pelas condições materiais e históricas de seu tempo, assim como são determinantes dessas condições no processo dialético da exclusão/inclusão, emaranhados pelas contradições e superações possíveis (Gonçalves, 2013).

As questões individuais e psicológicas, expressadas pela subjetividade, são refletidas a partir das condições sociais e históricas, por isso o engajamento crítico implica em uma análise política como condição sobre o papel da Psicologia. Sob esta ótica, a reflexão sobre a atuação na Política Nacional de Assistência Social deve considerar os limites e possibilidades da prática profissional junto a esta população vulnerável, em ordens material e simbólica (Barros, 2007).

Yamamoto e Oliveira (2010), analisam criticamente que a Política Nacional de Assistência Social, enquanto política estatal da atual agenda neoliberal no Brasil, atua e realiza as ações de modo fragmentado e particularizado, diante das sequelas da questão social, o que faz com que a atuação dos profissionais nesse campo acabe sendo uma intervenção fragmentada e parcial, não possibilitando mudanças e transformações estruturais, já que é própria do sistema capitalista.

Para além dessas debilidades, vivencia-se uma atuação em um contexto de crescente precarização, despertando distintos sentimentos nos profissionais, como o desejo de transformação e, ao mesmo tempo, de frustração, diante das impossibilidades de mudanças estruturais e da própria situação de vulnerabilidade, à qual os grupos e os indivíduos estão expostos em razão das carências relacionadas aos recursos básicos, como moradia, emprego, educação, saúde, entre outros.

As possibilidades de mudanças não acontecem, portanto, somente por meio dos esforços individuais das categorias profissionais. É indispensável a interligação da Psicologia com as lutas políticas em prol da mudança social. Isto significa que o compromisso social da Psicologia precisa estar alinhado com o projeto político da Inclusão Produtiva articulado à Assistência Social.

A articulação da Psicologia na Política Nacional de Assistência Social buscará alternativas em prol do compromisso ético-político com a superação das condições de desigualdade social e opressão, presentes na sociedade brasileira. Essa compreensão se concebe por meio de um processo contínuo, que certamente não se estanca nas reflexões e questionamentos formulados nesta pesquisa, e sim, provocam e ampliam questionamentos e reflexões críticas acerca desta inter-relação entre a Psicologia e a Assistência Social, concomitantemente ao contexto sócio-político-econômico que repercute na prática profissional.

### Referências

- Abramo, L. W. (2007). *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* (Tese – Doutorado), Universidade de São Paulo. Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/publico/TESE LAIS WENDEL ABRAMO.pdf>
- Andrade, L. F., & Romagnoli, R. C. O. (2010). Psicólogo no CRAS: uma Cartografia dos Territórios Subjetivos. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, 30(3), 604-619.
- Antunes, R., & Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Revista Educação e Sociedade*, 25(87), 335-351.

- Antunes, R. (1995/2008). A crise contemporânea e as metamorfoses no mundo do trabalho. In: Antunes, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. Editora Cortez.
- Antunes, R. (2005). *Os sentidos do Trabalho*. Editora Boitempo.
- Antunes, R. (1999/2009). *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2 ed. Boitempo Editorial.
- Barros, R. D. B. (2007). A invenção das massas: a psicologia entre o controle e a resistência. In A.M Jacó-Vilela & A. A. L. Ferreira (Orgs.). *História da psicologia: rumos e percurso* (pp.441-462). São Paulo: Editora Nau.
- Barros, R. P., Mendonça, R., & Tsukada, R. (2011). *Portas de saída, Inclusão Produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil*. Chamada para debate, textos para discussão. Presidência da República Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).
- Bernardes, L. H. G. (2007). *Subjetividade: um objeto para uma psicologia comprometida com o social*. Brasil: Editora Casa do Psicólogo.
- Bertini, F. M. A. (2014). *Sofrimento Ético-Político: uma análise do estado da arte*. PUC-SP. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000600007>
- Botarelli, A. (2008). *O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis*. (Tese - Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Recuperado de <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17265>

- Brasil. (2012). *Orientações técnicas sobre o PAIF* (v. 1 e 2). Brasília. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Castro, M. S. P. (2018). *A política pública de assistência social e o estado brasileiro: assistencialismo, universalização ou focalização?* Rio Grande do Norte: Editora EDUFRN.
- Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. (2007/2008). *Referência técnica para atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Recuperado de <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2008-crepop-cras-suas.pdf>
- Ciavatta, M. (2011). A reconstrução histórica de trabalho e educação e a questão do currículo na formação integrada ensino médio e EJA. In: Tiriba, L., & Ciavatta, M. (Org.). *Trabalho e Educação de Jovens e Adultos*. (pp. 25-55). Liber Livro e Editora UFF
- Cordeiro, M. P. & Sato, L. (2017). Psicologia na política de assistência social: trabalho em um “setor terceirizado”. *Estudos de Psicologia*, 34(1), pp. 41-52. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02752017000100005>
- Cordeiro, M. P., Svartman, B & Souza, L. V. (2018). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. Instituto de Psicologia. Recuperado de <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/212/191/890?inline=1>
- Costa, G. (2017). Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. *O Social em Questão*, XX(38), 227-246.

- Cruz, L. R. & Hillesheim, B. (2013). Por uma crítica das práticas psicológicas na assistência social: tantas coisas podem ser mudadas. In: Brizola, A. L., Zanella, A. & Gesser, M. (Org.). *Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos*. (pp. 181-193). Edições Bosque.
- Dimenstein, M. D. B. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Revista Estudos de Psicologia*, 5(1), 95-121.
- Faleiros, V. P. (2006). Inclusão Social e Cidadania. *Anais da 32ª edição da International Conference on Social Welfare*.
- Faria, N. & Nobre, M. (2005). *Gênero e desigualdade*. Editora SOF.
- Frigotto, G. (2010). Exclusão e/ou desigualdade social? Questões teóricas e político-práticas. *Cadernos de Educação*, 37, 417-442.
- Gomes, N. S. & Gonçalves S. M. M. (2018). A psicologia na assistência social: considerações sobre o percurso histórico deste “novo” campo. *Revista Mosaico.*, 9(1), 02-09.
- Gomes, M. A. & Pereira, M. L. D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 10(2), 357-363. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000200013>
- Gonçalves, M. G. M. (2013). *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. 1 ed. Editora Cortez.
- Gonçalves, M. & Graça M. (2009). A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica e a psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: o debate pós-moderno. In: Bock, A. M. B.,

Gonçalves, M., Graça M., Furtado, O. (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 4. ed. Editora Cortez.

Guareschi, P. A. (2001). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: Sawaia, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp. 141-156). Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Guareschi, N., Cruz, L. R. & Battistelli, B. M. (2019). *Psicologia e Assistência Social: encontros possíveis no contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Hirata, H. & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595-609.

Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Revista Tempo Social*, 26(1), 61-73. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>

Kergoat, D. (2002). A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Revista Pro-Posições*, 13(1-37).

Kuenzer, A. Z. (2013). O trabalho como princípio educativo. *Cadernos De Pesquisa*, (68), 21-28.

Lanza, L. M. B. & Stábile, F. (2012). Trajetória do trabalho feminino e economia solidária. IN: Cordeiro, S. M. S., Lanza, L. M. B. & Pitaguari, S. O. (orgs). *A sustentabilidade da economia solidária*. Paraná: Editora da UEL.

Lei n. ° 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm)

Lessa, S. (1999). O processo de trabalho/ reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: *Capacitação em serviço social e política social: Modulo 2. Crise contemporânea, questão social e serviço social*. CEAD.

Lessa, S. E. C. (2011). A formação via PNQ e inserção produtiva dos CRAS: a reposição empobrecida e emergencial da qualificação de trabalhadores. *Revista Serviços Sociais & Sociedade*, 106, 284-313.

Martin-Baró, I (1998) Hacia una Psicología de la liberación. In: *Psicología de la Liberación*. Editora Rotta.

Motta, R. F. & Scarparo, H. B. K. (2013). A Psicologia na assistência social: transitar, travessia. *Revista Psicologia & Sociedade*, 25(1), 230-239.

Netto, N. S. P. & Luz, N. S. (2011). Reestruturação produtiva e divisão sexual do trabalho: reflexões sobre o trabalho feminino contemporâneo. *Revista Mediações*, 16(1), 91-106.

Pochmann, M., & Amorim, R. (2003). *Atlas da exclusão social no Brasil*. Editora Cortez.

Ramos, M. N. (2001). *Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?* Editora Cortez.

Rodrigues, L. (2017). Transferência de Valor e Desenvolvimento Desigual: uma Análise Comparada. *Análise Econômica*, 35(n. esp.), 155-183. DOI: <https://doi.org/10.22456/2176-5456.65477>

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Editora Zahar.

Sawaia, B. B. (2001). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Sawaia, B. B. (2008). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: Sawaia, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Senra, C. M. G. & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Revista Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200006>

Silva, E. S. (2011). As entrelinhas da inclusão/exclusão social na atualidade: uma discussão conceitual. In *V Jornada Internacional de Políticas Públicas*.

Silva, R. B. & Silva, G. E. (2019). Lugares para a questão do trabalho na política nacional de assistência social: uma análise preliminar. *Revista Espaço Acadêmico*, 2017(XIX), 23-32.

Silva, S. P. da. (2019). Economia solidária e movimentos sociais no Brasil: da emergência de um novo paradigma mobilizatório ao momento de inflexão política. *Rev. Cadernos de Campo*, 26, 131-157.

Souza, F. V. F. (2013). Assistência Social e Inclusão Produtiva: algumas indagações. *O Social em Questão*, XVII(30), 287-298. Recuperado de [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_30\\_Souza\\_14.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Souza_14.pdf)

Stamato, M. I. C., Vieira, M. T. D. P. Lemos, D. I. M. & Alves, H. (2016). *Psicologia e Políticas Públicas: reflexões e experiências*. Editora Universitária Leopoldianum.

Taddei, P., Dias, V. & Silva, A. (2014). Considerações sobre o trabalho como princípio educativo e a educação como instrumento de resistência e emancipação. *Trabalho Necessário*, vol. 12, n. 19. <https://doi.org/10.22409/tn.12i19.p8603>

Vicentin, M. C. G., Gonçalves, M. G. M., Miranda, S. C. & Xavier, K. R. (2019). *Construindo uma Psicologia Social ético-política na transversalidade teórica*. Editora EDUC.

Yamamoto, O. H., & Oliveira, I.F. (2010) Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n.spe), 9-24.

Yamamoto, O. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Revista Psicologia & Sociedade*, 1(19), 30-37.

*Dedicatória: Com amor, aos pais de Kely, mãe Rosa (in memoriam) e pai Takashi, pelo cuidado diário, dedicação, apoio e por sempre acreditarem e incentivarem aos estudos, para os quais muito se empenharam e se dedicaram durante toda trajetória de vida, sendo fundamentais ao processo de formação de Kely como psicóloga e mestra e na realização deste estudo.*

# Colonialidade, pobreza e questão habitacional no debate sobre o Serviço de Acolhimento Institucional da Assistência Social

---

Bruna Coutinho Silva  
Roberta Carvalho Romagnoli

O presente texto abordará as intrínsecas relações entre a política de assistência social e a política de habitação, a partir da análise de um equipamento socioassistencial da Proteção Social Especial (PSE), de alta complexidade, a saber, um abrigo para famílias, no município de Belo Horizonte, Minas Gerais. Este texto consiste em uma adaptação de dois capítulos da minha<sup>38</sup> tese de doutorado<sup>39</sup>, para dar conta da problemática em torno da habitação que emerge no centro das discussões sobre políticas de acolhimento institucional.

A cidade está no cerne de debates críticos contemporâneos que consideram as interseções entre os diferentes planos que compõem uma experiência subalternizada, ou seja, daqueles que foram e continuam na “mira” das estratégias coloniais do poder. Encontramos a

---

<sup>38</sup> Como parte do estilo de escrita adotado na tese, intercalo o uso da primeira pessoa do singular e da segunda pessoa do plural, assumindo a perspectiva de uma escrita implicada.

<sup>39</sup> Trata-se de uma pesquisa cartográfica, com referencial teórico-metodológico sustentado pela Esquizoanálise. A tese foi produzida entre 2020 e 2023. As entrevistas que serão mencionadas ao longo do texto foram realizadas com Técnicos Sociais (TS) – profissionais de nível superior, de ciências humanas, principalmente, Serviço Social e Psicologia; Agentes de Ação Social (AAS) – profissionais de nível médio; e Referências Familiares (RF) – das famílias acolhidas. O texto pode ser acessado na íntegra no site da Biblioteca Digital da PUC Minas, através do link: [https://bib.pucminas.br/teses/Psicologia\\_BrunaCoutinhoSilva\\_30588\\_Textocompleto.pdf](https://bib.pucminas.br/teses/Psicologia_BrunaCoutinhoSilva_30588_Textocompleto.pdf)

cidade como lócus privilegiado da segmentaridade provocada pelo encontro de diversas fronteiras: a classe social, a raça-etnia, o gênero, a afetividade-sexualidade, o território. A cidade marcou diversos momentos transitórios na história da humanidade, tal como aprendemos com a história hegemonicamente europeia: a do feudalismo ao capitalismo; dos campos à urbanização; do latifúndio à fábrica; do centro à periferia.

Ao me conectar com o campo-tema e compreender melhor a complexidade da trama do acolhimento institucional de famílias, senti maior necessidade de aproximação dos estudos sobre urbanização e política de habitação. Nessa modalidade de acolhimento, não há como não pensar nisso. De fato, está intrinsecamente relacionada com a perspectiva de reassentamento das famílias, independentemente de sua origem institucional (reassentamento pela política de assistência social, para as famílias com trajetória de rua; reassentamento pela política de urbanização, para as famílias advindas de região de risco geológico; ou reassentamento resultante de processo judicial, para as famílias advindas de ocupações urbanas). Mudanças de território, casa, condição.

### **As marcas da colonialidade e da pobreza na produção do espaço urbano brasileiro**

O regime colonial-capitalístico, nas palavras de Rolnik (2018), surge no século XV e se desenvolve em sua versão neoliberal e globalizada a partir do século XIX. Esse regime produz uma forma particular de relação entre vitalidade e capital, que é não apenas mais difícil de perceber, mas de combater. A produção espacial brasileira, portanto, responde a esse lugar de uma continuidade de precarizações engendrada pela colonização, pela reprodução da lógica da herança territorial dos europeus em solo brasileiro, sejam eles os primeiros que vieram, sejam os que conseguiram se estabelecer como trabalhadores livres. Nossa história, a

história do nosso povo, é marcada pelos abismos entre os despossuídos e os proprietários; entre as mulheres e homens escravizados e toda geração subsequente e as mulheres e homens detentores dos meios de produção, das terras, do capital, da possibilidade de exploração dos outros. Esse lugar de outro precisou ser construído pela branquitude colonial-capitalística como modo de se sustentar como “O” ser.

Embora as cidades sejam mais antigas do que o fenômeno da industrialização, esta redefiniu a questão urbana em termos da proporção do crescimento das cidades, das populações, das atividades produtivas e das questões sociais e políticas que emergiram (Lefebvre, 2002). Nesse sentido, como coloca Santos (2009), nos países subdesenvolvidos, a relação entre expansão urbana e expansão da pobreza se deu paralelamente, mesmo com as peculiaridades de cada país, estado e cidade.

Engels (1872/2015) publica uma sequência de textos entre 1872 e 1873 que deu origem ao livro *Sobre a questão da moradia*, a fim de responder à problemática da habitação colocada por escritores burgueses alemães, referente à classe trabalhadora da época. O principal argumento de Engels é que a escassez de moradia é parte da conjuntura provocada pelo sistema capitalista, e é no combate a este modo de produção (e de existência) que podemos encontrar soluções para a questão habitacional. A intrínseca relação entre capitalismo e colonialidade, portanto, precisa ser explicitada para compreendermos a questão habitacional no Brasil, até chegar às condições específicas das famílias do acolhimento institucional.

Como coloca Santos (2022, p. 44), “Uma característica chave do colonialismo moderno é a íntima relação entre o capitalismo e a propriedade. A posse de terras é um componente central das narrativas fundacionais coloniais, na medida em que sustentam e naturalizam a posse e a ocupação”. A ideia de posse das terras foi fundamental para o desenvolvimento dos países colonizadores, dos colonos e dos

imigrantes europeus que vieram para o Brasil como mão de obra livre, assegurando produção, acumulação e perpetuação de riqueza e propriedade no seio de grandes famílias.

Os pobres foram se afastando dos centros urbanos das grandes cidades brasileiras, sobrevalorizados e com maior concentração de serviços públicos e privados, para regiões periféricas, demarcando o paradigma higienista, orientado pelas ideias de progresso e modernização. Nesse sentido, a pobreza deveria ser expurgada e afastada. Nessa época, final século XIX, que o paradigma higienista ganhou força, a partir da aliança entre o saber técnico da medicina, da biologia, da engenharia, da arquitetura, com o poder público, através do controle de doenças, da mortalidade, da salubridade nas ruas e nas casas de pessoas pobres (cortiços, vilas operárias), do tratamento de água etc. (Rückert, 2019).

O higienismo pode ser considerado um dos pilares da medicina ocidental desde o século XIX. Em seu nascedouro europeu, os médicos-higienistas foram aqueles que, com base nos preceitos em ascensão de higiene individual e coletiva como forma de prevenção, controle e tratamento de doenças, desenvolveram um saber-poder sobre os corpos dos indivíduos e sobre os espaços que ocupavam: a casa, o trabalho, o hospital, a rua. Não apenas sobre doenças se tratou o higienismo como de certo controle dos dejetos – corpos mortos, lixo, esgotos. Nesse sentido, podemos considerar o higienismo uma estratégia biopolítica, que, simultaneamente, visa dar conta dos corpos, portanto, atua na via disciplinar, e da vida, enquanto categoria política a ser preservada coletivamente (Costa, 2014; Rolnik, 1997; Foucault, 2008).

Se antes a rua era considerada exclusivamente o espaço da sujeira, da libertinagem, da vadiagem, da imoralidade, a apropriação colonial-capitalística pelas classes mais abastadas tornou tal espaço atrativo para sua vida social, em uma replicação da lógica higienista operada sobre a moradia e na continuidade da estratégia de diferenciação social. A moradia tornou-se fator de distinção socioeconômica e de

manutenção do poderio capitalístico-colonial sobre as classes pobres e ainda se perpetua como fator de manutenção do status quo. A segregação socioespacial pela periferização da população pobre corrobora para a sustentação de uma equivalência imaginária entre o valor próprio e o valor atribuído ao local de moradia e à moradia em si.

Diante do exposto, podemos perceber como Santos (2009) cria condições para a compreensão da pobreza urbana dentro do amplo enquadre de planejamento e desenvolvimento econômico moderno-tecnológico-industrial, cuja referência teórico-metodológica são os países de “Primeiro Mundo”. A questão central nas correntes definições de pobreza, coloca Santos (2009), é não olhar para as causas dos problemas, e continuar com raciocínios lineares de causalidade para um fenômeno multifatorial. Nenhuma dessas respostas parciais atende à necessidade de uma explicação mais contundente da pobreza.

Nos interessa aqui a associação entre pobreza e processo de urbanização por ser um ponto nodal das experiências das famílias em situação de acolhimento institucional a questão da moradia. A dinâmica de manutenção de um quadro de pobreza material e psicossocial, no caso das famílias acolhidas, opera por um quadro complexo de questões: de classe social, que determina o acesso ou não a determinadas políticas sociais e a bens materiais duradouros, como a própria moradia, bem como a condições concretas de subsistência através de renda, seja esta proveniente de trabalho formal ou informal e de benefícios sociais; de gênero, que sustenta práticas relacionais intrafamiliares nas quais há o protagonismo da mulher-mãe como cuidadora e chefe de família (no sentido da tomada de decisões e da gestão da renda), além do silenciamento das práticas de violência intrafamiliar e conjugal pela gestão de um campo do privado no familiar; de urbanização, uma vez que estão acolhidas em uma região às bordas do centro da cidade, com características rurais, pouco comércio local, baixa sustentabilidade

intersetorial para os casos complexos, além do abrigo estar situado entre vários aglomerados.

O termo “pobreza” evoca um campo conceitual tanto multifacetado quanto problemático. Santos (2009) aponta a necessidade de situar global e localmente a pobreza, avaliando-a desde uma perspectiva histórica, social e dinâmica, evitando reduzir a pobreza ao plano econômico/de consumo. Bronzo (2015) sintetiza cinco enfoques majoritários sobre a pobreza, utilizados em formulações de políticas públicas ou em mensurações do fenômeno, a saber: o monetário; das necessidades básicas insatisfeitas; das capacidades; da exclusão; da vulnerabilidade e risco. Dentre estes, iremos destacar o enfoque da exclusão.<sup>40</sup>

O enfoque da exclusão compreende a pobreza como multifacetada, relacional e cuja expressão subjetiva comporta atitudes, ações, trajetórias relativas a questões psicossociais (relativas às instituições sociais, como a família, as políticas públicas, à cultura), como baixa autoestima, sentimento de humilhação social, falta de esperança e perspectiva, os estigmas, a vergonha (Bronzo, 2015).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista produz ciclos cada vez mais espaçados temporalmente de exclusão dos assalariados do mercado de trabalho, de modo que essas pessoas passam a ser “... trabalhadores em busca de trabalho” (Martins, 2008, p. 29). Por outro lado, há uma ampla categoria de pessoas que não chega nem a entrar nesse ciclo do assalariamento formal, como é o caso de moradores de ruas, desalentados, as pessoas desabrigadas. Portanto, temos realidades sociais coexistindo sob o signo “exclusão social”.

Diante disto, as vias da chamada inclusão social não são responsáveis por resolverem as contradições que sustentam a pobreza no nosso país. São apenas saídas, provisórias, que

---

<sup>40</sup> Optamos por não alongar o debate neste momento, a fim de não perdermos o ritmo do texto. Para conferir toda a discussão, consultar a tese na íntegra.

confortam as classes médias, altas e o Estado no processo de integrar pessoas “excluídas” a uma existência entendida como relativamente estável, dada, do lado dos incluídos. Essa crítica, por outro lado, não minimiza a inegável importância da inclusão via consumo, via educação, via instâncias de controle social, via assistência à saúde, etc. Trata-se, apenas, de evidenciar as contradições, a lógica “e-e” nos processos sociais que analisamos.

Em vista do exposto, na busca de situar a problemática da habitação que permeia toda a experiência do acolhimento institucional de famílias, prosseguiremos apresentando e discutindo como está posta a questão habitacional no Brasil em termos de programas e projetos, como se relacionam à habitação de interesse social e ao déficit habitacional.

### **Habitação de interesse social e o déficit habitacional**

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil passa a ser marcado pelas ocupações irregulares e espontâneas nas periferias das grandes cidades, “... baseado no trinômio assentamento precário, autoconstrução e moradia própria” (Ministério das Cidades, 2010, p. 37), sendo o adensamento uma consequência desse processo. Além disso, a periferação das classes baixas em conjuntos habitacionais ou loteamentos foi a alternativa mediante a centralização das classes médias e altas, para as quais havia mais oportunidades de financiamento e de aquisição de imóvel próprio.

As classes baixas brasileiras veem como alternativa o aluguel ou o financiamento a longo prazo. No entanto, trata-se de opções inviáveis para muitas famílias; o aluguel costuma tomar boa parte do orçamento das famílias, não sobrando dinheiro para os demais aspectos da subsistência (alimentação, água, luz, telefone); o financiamento nem sempre ofertará condições de parcelamento de entrada, de

subsídio, e, mesmo que oferte, o valor total mensal permanece fora das condições financeiras da família.

Nesse sentido, o Estado passa a se ocupar da habitação como questão social. Segundo Bonduki (2011), as origens das políticas públicas de habitação social, ou seja, que passaram a considerar a habitação como questão passível de intervenção do Estado para as classes sociais pobres, somente ganhou expressividade a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas.

A casa própria cumpriria com os objetivos burgueses higienistas da garantia da reprodução social da classe operária, e da sociedade de classes industrial recém-estabelecida na história brasileira, tendo a família como ancoradouro desse projeto. Para tanto, era preciso que os trabalhadores aprendessem a desejar uma habitação própria e desenvolvessem eles próprios meios para consegui-la, sobretudo, através da poupança. Tratava-se, portanto, de um projeto individual, tratado pelos meios ideológicos de difusão da necessidade da casa própria por meio das elites econômicas e intelectuais nos congressos, encontros, jornadas, para a saída do aluguel bem como dos cortiços (Bonduki, 2011; Chalhoub, 1996).

Desse modo, órgãos como os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) e a Fundação da Casa Popular surgiram durante o governo popular varguista a fim de responder à demanda habitacional popular advinda das classes média e baixa de trabalhadores, através do aluguel de casas em condomínios populares a esses trabalhadores, contribuintes dos IAPs, bem como do financiamento para construção de moradias em terrenos dos trabalhadores ou a compra de casa própria construída pelo Estado, através da Fundação. Outro grande marco durante e após a Era Vargas, pré-ditadura civil-militar, foi a Lei do Inquilinato, promulgada pela primeira vez na década de 1920, seguida de modificações até a década de 1960. O que destacamos desse processo é que acompanha as reivindicações operárias na

Europa e na América Latina a respeito de condições mais justas de aluguel, como regulamentação dos valores, incluindo períodos de congelamento, e proteção contra despejos (Bonduki, 2011). Já no período ditatorial, entre 1960 e 1980, houve a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), um grande marco para as moradias construídas e distribuídas entre faixas populacionais conforme o rendimento; modelo que, para Silva e Tourinho (2015), manteve-se com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com a exceção de que este ampliou a faixa de financiamento para famílias com rendimento total abaixo de três salários-mínimos. As Companhias Estaduais e Municipais de Habitação (COHABs) foram responsáveis por fazer a intermediação entre o financiamento estatal e o processo todo de contratação de empreiteiras, construção e distribuição das residências.

Outra característica das moradias empreendidas pelo Estado durante a ditadura foi a periferização dos conjuntos habitacionais, em áreas metropolitanas e rurais. Bonduki (2011) reconhece que o BNH foi responsável pela entrega de milhões de casas populares e foi um marco na política habitacional brasileira, porém, não contribuiu efetivamente para o acesso dos mais pobres à moradia, uma vez que o critério de renda associado à possibilidade de financiamento estatal favoreceu mais aos estratos médios que pobres. Além disso, Silva e Tourinho (2015, p. 414) indicam que a incorporação das camadas mais pobres no PMCMV endossou o processo de elitização da malha urbana sobrevalorizada, processo atrelado à especulação imobiliária, uma vez que os empreendimentos para a faixa 1 encontram-se “... nas áreas mais distantes da centralidade principal metropolitana e de menor acessibilidade viária, revelando que as contradições e os conflitos que se expressavam na produção do espaço urbano do BNH permanecem os mesmos”.

Desde a extinção do BNH em 1986, a política habitacional enfraqueceu e permaneceu em fraco progresso até a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e a

subsequente instituição, em 2004, da Política Nacional de Habitação (PNH). No entanto, apenas em 2009 foi lançado o Plano Nacional de Habitação (PlanHab), principal veículo de execução da PNH. Trata-se de um plano formulado tendo como horizonte temporal o ano de 2023 para atendimento das necessidades habitacionais da população brasileira, com vistas a garantir o direito de acesso à moradia digna, especialmente, para as classes sociais mais pobres, integrada ao tecido urbano, ou seja, ao transporte, à educação, à saúde etc. Dentre os eixos principais do programa, destacamos: a definição de fontes de financiamento e modos de subsídio, integrados às esferas estadual e municipal, sendo o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) uma fonte que se estabeleceu como contrapartida das famílias, em complemento ao subsídio estatal; a articulação com a política urbana, através dos instrumentos de regulamentação fundiária vinculados à habitação de interesse social (Ministério das Cidades, 2010).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi o modo mais estruturado de consolidação do PlanHab no Brasil, lançado no ano de 2009. O PMCMV emergiu em um momento grave da economia mundial, após a crise de 2008, e contribuiu significativamente para a manutenção do setor de construção civil no Brasil, e esse foi um dos objetivos intencionais do programa (função anticíclica), sendo o outro a redução do déficit habitacional. Uma especificidade interessante foi a possibilidade de aquisição de imóveis usados, bem como a integração a outras ações habitacionais nos estados e municípios (Ministério das Cidades, 2010).

A implementação de programas e projetos de habitação de interesse social depende de como cada município irá construir seu Plano Diretor, estabelecendo áreas de destinação e implementação de habitação social, através das inúmeras modalidades (regularização de loteamentos ocupados, vilas e favelas; construção de conjuntos de habitações sociais; Locação Social e Bolsa Moradia;

reassentamento em razão de remoções e despejos, dentre outros). O Bolsa Moradia aparece muitas vezes como uma estratégia até mesmo associada a esses programas mencionados para muitas famílias, não contempladas com imóvel. Ou seja, a possibilidade efetiva de conseguir uma residência própria completamente subsidiada pelo município é baixa.

Como a questão habitacional é multifacetada, sua abordagem sem articulação com outras políticas sociais, nem sempre é a melhor solução. Por exemplo, pode-se direcionar um espaço e uma verba para a construção de um conjunto habitacional para as famílias acolhidas no abrigo, mas se for em uma região com baixa infraestrutura, transporte insuficiente etc., as condições habitacionais permanecerão precárias. Desse modo, além de diversificar as possibilidades de provisão habitacional às camadas pobres, é preciso fazê-la de modo intersetorial, para dar conta de sua complexidade.

Boulos (2015) nos lembra que os sem-teto não são apenas pessoas em situação de rua, mas sim todos aqueles afetados pelo déficit habitacional<sup>41</sup>, que se expressa tanto pela ausência de moradias em quantidade suficiente quanto pela ausência de qualidade em moradias existentes. “Quem sofre com o déficit habitacional tem nome e endereço: são os trabalhadores mais pobres, que moram nas periferias das cidades” (Boulos, 2015, p. 33-34). Com isso, quer demonstrar que não se trata de caso de exceção, mas de inúmeras famílias pobres e trabalhadoras que vivenciam as precariedades da mercantilização do espaço social.

Nesse sentido, situamos as circunstâncias que levam as famílias à condição de serem acolhidas pelo Estado no seio da

---

<sup>41</sup> O cálculo do déficit habitacional, de acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP), baseia-se em três conjuntos de elementos: a habitação precária, composta por domicílios rústicos e domicílios improvisados; a coabitação, composta por unidades domésticas conviventes e domicílios identificados como cômodos; e os domicílios identificados com ônus excessivo de aluguel urbano.

questão habitacional no Brasil, atravessada pelo déficit habitacional, o que será melhor compreendido ao vermos a emergência do serviço de acolhimento institucional, especialmente, em Belo Horizonte.

### **A emergência do serviço de acolhimento institucional no território legislativo**

Do ponto de vista legislativo, os princípios nos quais se sustentam o acolhimento institucional remontam à nossa Constituição Federal (1988), assim como toda a base para as políticas sociais em um todo. A Política de Assistência Social, na qual o abrigo é tipificado, é regulamentada no Brasil através de amplo escopo. A legislação coloca como objetivos da assistência social três pilares: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos, em relação aos grupos vulneráveis, como famílias, mães, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Na perspectiva de provimento dos mínimos sociais, a política se caracteriza por ser não contributiva, integrando Estado e sociedade civil na execução de suas ações; daí a ampla parceria com as Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Os programas, projetos e serviços da assistência social são organizados em três tipos de níveis de complexidade: proteção social básica e proteção social especial (média e alta complexidade). Na proteção social básica, considera-se que os vínculos familiares e comunitários estão presentes, mas podem ser fortalecidos, assegurados por ações de prevenção, já que as famílias para as quais tais se dirigem estão em contextos de pobreza, de privação, sujeitos ao desenvolvimento e/ou agravamento de vulnerabilidades diversas. Na proteção social especial, assume-se que as famílias passam por situações de violação de direitos, tendo seus vínculos fragilizados ou ameaçados por situações de violência, de precariedade, de privação, de abandono, dentre outras vulnerabilidades. Neste nível, há articulação com

órgãos do judiciário ou outras instâncias do executivo, quando necessário. (Lei n. 8.742, 1993; Resolução n. 145, 2004).

Os serviços socioassistenciais do SUAS estão tipificados na Resolução Federal n. 109 (2009), que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, através do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Neste documento, estão descritos todos os serviços do SUAS de acordo com o nível de proteção social<sup>42</sup>. O Serviço de Acolhimento Institucional está situado na alta complexidade, e é voltado para os públicos infanto-juvenil, adultos, famílias, mulheres em situação de violência, idosos, jovens e adultos com deficiência. O abrigo que estudamos possui grande diversidade de público, contemplando desde pessoas com trajetória de rua a pessoas que perderam as casas por despejo ou risco geológico. Em Belo Horizonte, a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em parceria com a Subsecretaria de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), é responsável pela execução dos seguintes serviços: Centros POP Leste e Centro-Sul, Abrigos Granja de Freitas, Pompeia e Maria Maria.

Sobre o surgimento do abrigo, a informação pública e online mais antiga a que tivemos acesso acerca da história dos abrigos municipais para famílias em Belo Horizonte se encontra no Diário Oficial do Município (DOM), em uma resolução publicada pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte (CMAS), em 2007 (Resolução Municipal n. 037, 2007). A resolução trata do reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional do Abrigo Municipal Pompeia, mediante Portaria do antes nomeado Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Na resolução é mencionado que o serviço de acolhimento institucional para famílias e adultos foi implantado em Belo

---

<sup>42</sup> Através da Resolução Federal n. 13 (2014), foi incluído o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Horizonte na década de 1990, a princípio, para pessoas de área de risco geológico, que eram inseridas no Programa Estrutural para Áreas de Risco de Belo Horizonte (PEAR), executado pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL). A reestruturação mencionada se refere à contemplação do serviço daquelas famílias oriundas de situação de rua ou de outras condições vulnerabilidade que as deixara sem moradia, atendendo a uma demanda que aumentou no município.

Por fim, destacamos que o Abrigo Municipal Granja de Freitas possui a mesma capacidade de acolhimento desde sua criação em 1996: 102 famílias, através da disponibilização de 102 cômodos. Essa capacidade, porém, é relativa, uma vez que há cômodos inutilizados por questões estruturais.

A política de habitação em Belo Horizonte, já em 1998, na mesma década em que surgem os abrigos municipais para famílias, institui o Programa Municipal de Assentamento (PROAS), executado pela URBEL, através da Lei Municipal n. 7.597 (1998). A princípio, a lei tratava apenas do assentamento de famílias removidas em decorrência de execução de obras públicas ou vítimas de calamidade pública, removidas pela Defesa Civil, com laudo técnico da Urbel<sup>43</sup>.

O Decreto Municipal n. 8.566 (2003), altera o texto da Lei Municipal n. 7.597, ao ampliar as categorias de beneficiários do PROAS, sendo inclusos como beneficiários: famílias de área de risco geológico e de ocupações clandestinas ou irregulares, e famílias em situação de rua. Além disso, institui o Programa Bolsa Moradia como um programa de transferência de recursos para locação temporária de imóvel, cujos critérios viriam a ser regulamentados posteriormente.

---

<sup>43</sup> Embora guiada pelas diretrizes do Conselho Municipal de Habitação sobre a população beneficiária de programas habitacionais e assentamentos, expressas na Resolução Municipal nº 2, de 1994, a inclusão da população com trajetória de rua no Programa Bolsa Moradia será feita posteriormente, em 2003, como veremos.

Através do Decreto Municipal n. 11.375 (2003), fica definido que o Programa Bolsa Moradia será executado pela URBEL em parceria com as Secretarias Municipal de Assistência Social (SMAS) e de Habitação, cuja finalidade é garantir a moradia imediata dos beneficiários de assentamento (Belo Horizonte, 2003b), sendo pensado, à época, em ocasião das pessoas em abrigo provisório devido às chuvas em janeiro de 2003. A prioridade do Programa são famílias de área de risco geológico, contemplando também, após o Decreto Municipal n. 11.687 (2004), famílias com trajetórias de rua e de área de remoção em função de obra pública. Os critérios para inclusão no Programa são: residir em Belo Horizonte por no mínimo dois anos; estar desabrigado ou em situação de risco técnico e social, conforme laudos da SMAS e da URBEL; ter a concessão aprovada com recurso financeiro existente. O decreto veda o benefício para famílias que vêm de ocupações urbanas; estas são de responsabilidade do poder judiciário, uma vez que o local de moradia passará por processo de urbanização e regularização fundiária.

O valor do Bolsa Moradia é estipulado pelo Decreto Municipal n. 14.850 (2012), no valor de R\$ 500,00. Pelo Decreto Municipal n. 16.114 (2015), define-se o valor de R\$ 650,00 para famílias que atendam a todos esses critérios: foram removidas em função de obra pública; estejam aguardando por no mínimo dois anos, seja o prazo para seu reassentamento, seja a conclusão das obras de unidades habitacionais; e estejam recebendo o Bolsa Moradia por no mínimo um ano. Por fim, a Lei n. Municipal 11.166 (2019) inclui como beneficiários, tanto do PROAS quanto do Bolsa Moradia, mulheres em situação de violência. Além do Bolsa Moradia, foi instituído pelo Decreto Municipal n. 17.309 (2020) o Abono Pecuniário, como modalidade de auxílio financeiro para fins de moradia, o que já era previsto pela Resolução Municipal n. 52 do Conselho Municipal de Habitação (2018).

Já em relação à situação de ocupação urbana, cada processo está seguindo um curso particular, conforme seu status de resolução no judiciário. Há famílias acolhidas no abrigo que vieram de duas ocupações hoje inexistentes: a Ocupação Silva Lobo, que se localizava na Avenida Silva Lobo, na altura do Bairro Nova Suíça, na Região Oeste; e a Ocupação Navantino Alves, que se localizava na Avenida Professor Alfredo Balena, no Bairro Santa Efigênia, Região Leste<sup>44</sup>. Há duas famílias ainda que não acessaram o Bolsa Moradia (ou seja, o benefício esteve disponível para elas) e estão no abrigo, que foram removidas do Viaduto Silva Lobo, em 2017. Em relação à Navantino Alves, no mesmo ano, 2017, 72 famílias foram despejadas a partir do pedido de reintegração de posse por parte da Justiça Federal, acionada pela Santa Casa de Misericórdia, proprietária do imóvel. Das famílias acolhidas inicialmente, várias saíram do abrigo por terem imóvel próprio ou na casa de parentes, após a sindicância realizada; e hoje há cerca de 30 famílias ainda acolhidas, para as quais também foi ofertado o Bolsa Moradia.

Belo Horizonte é composta por nove unidades administrativas: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Oeste, Nordeste, Noroeste, Norte, Sul e Venda Nova. O bairro Granja de Freitas, no qual se encontra o Abrigo Municipal Granja de Freitas, pertence à Regional Leste. O Granja de Freitas, o Alto Vera Cruz e o Taquaril, estes últimos sendo os bairros mais próximos ao primeiro, são fruto de ocupação tardia, no início da década de 1980. Foi construído em uma região de fazenda, que pertencia a uma família, cujo nome é atribuído ao do

---

<sup>44</sup> De acordo com reportagem publicada pelo Ministério Público de Minas Gerais, desde o ano de 1998, quando as atividades da Fundação Navantino Alves, antigo banco de leite da Santa Casa, foram encerradas, o local foi ocupado com frequência. Inclusive, antes da ocupação aqui mencionada, houve outro grande despejo, no ano de 2013, de 75 pessoas, adultos e crianças, que moravam no local. Cf.:

<https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/apos-acordo-familias-desocupam-imovel-que-abrigava-a-fundacao-navantino-alves.shtml>

bairro, sendo seu loteamento aprovado oficialmente em 1999 (Arreguy & Ribeiro, 2008; Silveira et al., 2009).

Quarenta anos se passaram desde então e a paisagem hoje pode ser considerada um híbrido entre rural e urbano, característica essa mencionada nas conversas com os técnicos sociais. No diagnóstico da Regional Leste de Belo Horizonte (Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, 2013, p. 507), parte do processo de construção do Plano Diretor do município, constatou-se que o bairro Granja de Freitas é uma região cuja população possui renda média baixa; em que há vários vazios com boa preservação ambiental, porém, sem serem protegidos; alto risco geológico; infraestrutura e salubridade ainda precárias; vários conjuntos habitacionais.

O Granja de Freitas é, literalmente, um bairro marginal na cidade de Belo Horizonte, fazendo fronteira com Sabará<sup>45</sup>, nas bordas da Regional Leste. Como aspectos característicos da sociabilidade local, Silveira et al. (2009, p. 198) destacam: “Devido a sua ocupação recente, existem poucos equipamentos urbanos no local, e sua população encontra-se bastante fragmentada, composta por pequenos grupos que quase não se comunicam e que não se identificam como parte da trajetória histórica da comunidade”. Os autores atribuem essa fragilidade de vínculos ao fato de o Granja ser um bairro de reassentamento, ou seja, um local em que várias pessoas, de diferentes origens, passaram a residir em conjuntos habitacionais em função de programas de habitação social, especialmente, o Projeto Vila Viva, mas também o PMCMV.

Diante deste cenário, apresentaremos as experiências do habitar o abrigo e suas inúmeras implicações, tanto para as famílias quanto para a equipe.

---

<sup>45</sup> De acordo com Arreguy & Ribeiro (2008), o Granja de Freitas era considerado parte de Sabará até seu loteamento ser aprovado pela PBH em 1999.

## A experiência de morar no abrigo

As famílias grandes, de até quatro pessoas, ficam em um cômodo simples, que é composto por um cômodo quarto/sala/cozinha e um banheiro. As famílias numerosas, com cinco pessoas ou mais, vão para um cômodo duplo, que é composto por dois cômodos quarto/sala/cozinha e um banheiro. Além disso, há uma porta e uma janela na entrada do cômodo, e uma janela quadrada pequena no fundo do cômodo principal.

Trata-se de uma organização disciplinar e biopolítica do espaço, típica da constituição das cidades modernas. Foucault (1978/2008), ao ilustrar a constituição de algumas cidades que tomam como referência o acampamento romano, constata que suas menores unidades são quadrados ou retângulos, e suas subdivisões são estabelecidas a partir de hierarquias definidas entre os espaços e suas funções. O tratamento disciplinar do espaço requer a organização da multiplicidade em torno de uma centralidade controlável, no nosso caso, o cômodo, o bloco de cômodos, o corredor entre os blocos dos cômodos. Esses espaços, tratados como unidades hierarquicamente dependentes, são gestados pelos técnicos sociais como o meio em que o Estado exerce sua função organizativa e distributiva dos corpos, das capacidades, das circulações. A disposição recortada do espaço urbano demonstra o intento disciplinar do exercício do poder estatal-capitalista sobre os modos de vida, sobretudo, das classes trabalhadoras.

Para uma técnica social entrevistada, o fato da ampla composição das famílias, adultos, crianças e adolescentes convivendo em um espaço tão restrito, ainda que seja dois cômodos, que é o maior espaço para famílias com seis pessoas ou mais, é um espaço propício para gerar conflitos. Os moradores também relatam que se sentem desconfortáveis pelo espaço não oferecer intimidade e privacidade, deixando-os agitados, e, quando estão assim no cômodo e vão para fora, não encontram espaço para convivência. Há alguns bancos

espalhados aleatoriamente. Há um galpão utilizado para reuniões e atividades coletivas, que permanece fechado, em desuso. Há alguns brinquedos de concreto. A quadra fica do lado de fora do abrigo. Algumas crianças e adolescentes chegavam até lá pulando o muro, mas a passagem foi cercada; o acesso até lá é feito mediante solicitação a algum técnico, e, durante a pandemia, não pode ser utilizada.

As famílias fazem algumas sugestões de mudanças no espaço, como a construção de espaços comunitários e atividades coletivas permanentes. Os desafios relacionados ao espaço e sua mudança nos remete à lógica disciplinar de organização, que incide sobre as (im)possibilidades de intervenção. Foucault (1978/2008) aborda as diferenças entre a disciplina e a segurança. Compreendemos que, embora esses elementos efetivamente se inter cruzam quando pensamos nos modos de governamentalidade da população, em se tratando do abrigo, e, especificamente, das relações estabelecidas entre as famílias e seu espaço de moradia, os mecanismos disciplinares são mais evidentes e intensos. Vejamos. Foucault (1978/2008) caracteriza a disciplina, primeiramente, como centrípeta, ou seja, como uma força que remete ao centro de um processo; ela é capaz de concentrar, remetendo à interioridade de si mesma.

Uma segunda característica da disciplina é que ela “regulamenta tudo”, “não deixa escapar nada”; “até as coisas mais ínfimas não devem ser deixadas entregues a si mesmas” (Foucault, 1978/2008, p. 59). Por fim, a terceira característica é o modo como lida com a proibição: a partir de um modelo ideal, apresenta o obrigatório, o que se deve fazer, sendo todo o resto proibido; “... e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz” (Foucault, 1978/2008, p. 75). Os cômodos são a menor unidade nas quais o poder disciplinar encerra a si mesmo a fim de recobrir todas as possibilidades de funcionamento,

tornando-as “normais”, fazendo-as norma: não se pode alterar absolutamente nada nesse espaço; qualquer mínimo arranjo que diferencie o espaço será considerado “errado” e será passível de punição.

Essas e outras questões referentes a alterações no espaço físico do abrigo geram muitos conflitos no abrigo, entre as famílias e a equipe. “Falavam que não podia ter cachorro e o que mais tem aqui é cachorro; falam que não podem trazer pessoas estranhas e toda hora tem pessoas estranhas aqui dentro”, afirma uma referência familiar, indignada com o fato de não poder manter a horta, da qual era uma das responsáveis, o que a levou a frequentar uma horta comunitária do bairro. Já outra referência familiar: “A gente improvisa o espaço, fura a parede, põe prateleira e vai improvisando... ‘Ah, não pode’. Pode sim. Vamos fazer o que?!”. Quer dizer, as necessidades de organização da vida no espaço extrapolam as regras de sua não modificação, revelando, outrossim, as singularidades no habitar.

A partir da análise foucaultiana de docilização dos corpos através da disciplina, Aieta e Costa (2022) argumentam que o “sonho da casa própria” seria um mecanismo da ordem disciplinar que tem como objetivo aumentar a utilidade econômica de corpos submissos e dóceis e diminuir sua potência política. Através de análise do PMCMV, na mesma direção de Boulos (2015) e Menezes (2017), Aieta e Costa (2022) identificam na aquisição de moradia própria um modo de reduzir a questão habitacional à propriedade privada, distanciando outras possibilidades de morar que não mercadológicas. “... Ser bom trabalhador e bom pagador, manter-se economicamente ativo sempre com saldo positivo (sob pena de ‘sujar’ seu nome), portanto, inserido e dependente de modo irremediável na economia capitalista” (Aieta & Costa, 2022, p. 10). Nesse sentido, os autores discutem que a indústria imobiliária e a construção civil se fortalecem, enquanto os indivíduos em busca desse sonho lutam para uma inserção, ainda que precária, na economia

política vigente, de modo a fazerem parte do circuito de consumo.

### **Portas de saída do serviço de acolhimento institucional e habitação**

O *Housing First* surgiu inicialmente em países norteamericanos (Canadá e Estados Unidos), na década de 1990, posteriormente, implementado em países europeus (Dinamarca, Reino Unido, Holanda, Bélgica, Hungria e Portugal) como forma de enfrentamento ao déficit habitacional, especialmente, vinculado às pessoas em situação de rua (Brasil, 2019; Magalhães, Silva, Guimarães, Morais & Soares, 2020). A premissa do programa é que a casa própria possa ser um elo entre os usuários e o acesso efetivo à rede de serviços socioassistenciais e psicossociais. Com a casa própria instalada em um território estratégico, os usuários poderiam sustentar os vínculos com os serviços, além do vínculo com a própria comunidade e seu entorno.

A casa própria, contrariamente ao modo como hoje é pensada a inserção socioassistencial da população em situação de rua em geral, seria o primeiro passo dentro do programa. Viver em uma casa própria é mais uma estratégia de aposta na autonomia dos sujeitos, que não precisam conviver de modo forçado com outras pessoas por tempo indeterminado, seja na rua ou em abrigos, além de fortalecer seu senso de pertencimento e autoestima, pessoal e comunitária. Os princípios do *Housing First* podem ser apresentados da seguinte maneira: a moradia é concedida como um direito de toda pessoa; os usuários possuem capacidade de escolher de forma autônoma; a separação entre a moradia e local de tratamento; orientação multidisciplinar ao tratamento; redução de danos; engajamento ativo sem coerção; planejamento centrado na pessoa; e atenção flexível, acionada quando necessária (Brasil, 2019).

No Brasil, vimos a implementação até o momento de duas experiências embasadas na proposta do *Housing First*, ambas na região Sul do país (Curitiba e Porto Alegre), implementadas nos anos de 2017 e 2018, apresentando resultados importantes na mesma direção dos que foram encontrados nos países norte-americanos e europeus: a garantia de acesso ao direito básico à moradia permite o fortalecimento psicossocial da autoestima; estimula o engajamento comunitário; fortalece a autonomia do sujeito na direção do seu acompanhamento e tratamento, especialmente, casos graves saúde mental e/ou de uso problemático de álcool e outras drogas; permitem a estabilidade emocional e material, ; fatores esses que retroagem em seu caráter protetivo (Brasil, 2019). Vale destacar que a experiência na cidade de São Paulo do programa “De Braços Abertos” considerou também as premissas do *Housing First* até quando foi desmontado na gestão de João Dória, em 2017, ao inserir os moradores da Cracolândia, no bairro da Luz, nos hotéis próximos à cena de uso, utilizando a moradia como ponto de partida para a organização dos sujeitos para a inserção no trabalho, para o acesso à equipe multidisciplinar, o que se configuraram como ações de redução de danos, promoção e proteção psicossocial (Alves, Pereira & Peres, 2020).

Acreditamos que uma proposta do tipo *Housing First* seria adequada às famílias em acolhimento institucional, enquanto estratégia integrada e permanente para as condições precárias que enfrentam, na condição de usuários da alta complexidade da política de assistência social. Em função da especificidade desse público e de suas diferentes origens institucionais, porém, o que temos hoje são algumas possibilidades ofertadas pela política habitacional de Belo Horizonte.

As famílias da assistência são as que vieram de ordem de despejo, de situação de rua e mulheres em situação de violência que não possuem mais residência, por terem saído da relação com o agressor. Para essas famílias, há uma cota

municipal de duzentas e quarenta vagas para o Programa Bolsa Moradia, que já explicamos em outra ocasião. Para retomar, se trata de um programa que provê o valor de R\$ 500,00 para a família utilizar no pagamento do aluguel, que precisa ser exatamente nesse valor e nas condições estabelecidas pela URBEL. Porém, não é tão fácil assim ser inserido no Bolsa Moradia e a questão do déficit habitacional em Belo Horizonte faz com que a demanda por esse programa seja bem alta e, ainda assim, insuficiente.

Em relação às famílias de ocupação, para cada uma das ocupações urbanas, está ocorrendo um processo distinto. Na Ocupação Silva Lobo, houve remoção forçada e descaracterização de moradia para assegurar direito à judicialização do processo, para reassentamento. Portanto, essas famílias têm uma perspectiva mais nítida de saírem com uma residência, e hoje são apenas duas as que ainda se encontram no abrigo. Já na Ocupação Navantino Alves, também houve judicialização do processo para reintegração de posse, porém, foi realizada sindicância e constatou-se que muitos ocupantes já tinham casa própria ou barracão na casa de familiares. Para estes casos, não há perspectiva de provisão habitacional; para os que de fato não possuem nenhuma propriedade, ainda há expectativa.

Para todos os casos, porém, foi feita oferta de Bolsa Moradia, em um período determinado. Quem acessou, saiu e está no aluguel; quem não acessou, aguarda algum parecer no abrigo. A “recusa” das famílias de ocupação, como nomeiam os técnicos sociais, vem muitas vezes de uma expectativa, afinal, o processo está tramitando na justiça e não sabem ainda qual será seu desfecho. Uma técnica social entrevistada associa tal recusa ao já conhecido déficit habitacional, às moradias insuficientes e à falta de vontade política. “Talvez, uma dificuldade das famílias saírem mais rápido, sobretudo, por ausência de unidades habitacionais, talvez esteja atrelados a números, literalmente... Saírem desse espaço para tornarem-se novamente vulneráveis habitacionalmente faz com que

estejam há algum tempo resistindo, acionando o judiciário, para saírem desse espaço com maior garantia”. Algumas referências familiares entrevistadas que advieram de ocupações corroboram com essa avaliação da equipe, como no depoimento a seguir: “A URBEL manda para gente: você tem direito somente ao Bolsa Moradia, sem reassentar a família. Eu questiono com eles: ‘mas eu tenho critério para o reassentamento?’. ‘Tem, mas não tem direito’. Não existe você ter critério e não ter direito”.

Por fim, as famílias do risco geológico são o primeiro grande público do Abrigo Granja de Freitas, pelo qual ele é ainda hoje conhecido. São casos de remoção temporária, em que a família fica no abrigo até aguardar a reforma da casa, e de remoção permanente, em que foi constatado inabitabilidade da casa, sendo ofertado o Bolsa Moradia, porém, conforme uma técnica social nos informa, “... a família [tem que] aguardar no Bolsa o reassentamento, que também não tem previsão, que seria uma unidade habitacional em prédio ou a reconstrução da moradia em área remanescente de obra. É outra coisa bem imprevisível”.

A maior parte do público do acolhimento institucional de famílias, portanto, tem sua perspectiva de saída ditada pela política habitacional do município, e aqui encontramos o maior gargalo para o serviço. Os moradores ora expõem suas ideias de outras soluções habitacionais para além do aluguel, ora suas expectativas em relação ao reassentamento. De todo modo, mantém-se a busca pela sonhada casa própria.

Como as saídas são distintas para cada situação, tanto do ponto de vista da política encaminhadora, quanto das circunstâncias específicas de cada família, não parece haver discernimento entre as famílias de suas reais possibilidades pós-acolhimento. Por mais que os técnicos trabalhem essa questão nos atendimentos específicos, nos esclarecimentos espontâneos, permanece o entendimento comum de que vão e devem sair dali com a casa própria.

O Bolsa Moradia é uma saída habitacional sim, para muitas famílias, para tantas outras não. Menezes (2017), p. 429): “... trata-se de um sistema insustentável, que não supre a demanda habitacional criada internamente, ocasionando um crescente número de famílias mantidas na condição instável”. É uma condição instável, não efetiva e que pode gerar a retroalimentação do déficit habitacional, já que não há duração definida do benefício a partir do momento que se entra; já que há cotas limitadas no município.

Outro problema é o valor da Bolsa Moradia, que não é suficiente. Diante de todos os depoimentos e da realidade habitacional em Belo Horizonte, um aluguel no valor de R\$ 500,00 de um imóvel dentro dos critérios estabelecidos pela URBEL e que atenda à composição familiar das famílias acolhidas no abrigo é praticamente impossível. Por coisas pequenas não é aprovado, mas também há imóveis que as famílias encontram que os colocariam em situação de risco.

A reprodução de uma situação de insegurança habitacional através do Programa Bolsa Moradia também é apontada por Mattos (2018), que realizou pesquisa acerca da Ocupação Pomar do Cafezal, na região do Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. Ao escutar as famílias, a ida para o Bolsa representava o retorno a uma situação de incerteza quanto à moradia, além das conhecidas dificuldades de conseguirem imóveis dentro dos critérios estabelecidos pela URBEL, e no valor estimado. Nascimento (2021) reforça esse argumento ao demonstrar que o número de famílias atendidas pelo Bolsa Moradia em Belo Horizonte é muito inferior à demanda habitacional gerada pelo próprio município, através de remoções para possível, mas não provável, reassentamento. Barreto (2019), de modo semelhante, ao estudar o caso da Ocupação Vicentão, em 2018, no centro de Belo Horizonte, constata que o Bolsa Moradia ou o aluguel foram as estratégias ofertadas pelo Estado frente à reintegração de posse, o que endossa a individualização da questão

habitacional e a fragmentação da luta coletiva dos movimentos sociais.

O aluguel, desde o tempo dos cortiços, ainda é a principal forma de provisão habitacional para as classes trabalhadoras. Menezes (2017) critica o aluguel social por ocasionar inflação nos preços de aluguéis, quando se trata de imóveis já no mercado. Se os municípios, por outro lado, através de política de locação social, disponibilizassem imóveis ociosos, isso não seria um problema, além de atender aos interesses sociais relativos ao uso do espaço e ao preço da locação.

Essa parece ser a proposta do Programa de Locação Social. O Programa de Locação Social foi implementado pelo Conselho Municipal de Habitação (CMHBH) através do Decreto Municipal n. 17.150 (2019) e é ainda pouco conhecido. É uma modalidade diferente do Bolsa Moradia, pois ele pode subsidiar até R\$ 500,00 do valor de locação, de imóvel público ou privado, sendo o montante restante pago pela própria família. De acordo com o Plano de Metas da Gestão 2021-2024, elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, a previsão é que o programa atenda a quatrocentas famílias, sendo que, até 2020, vinte e nove famílias foram atendidas (Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2021).

Balbim (2015) aponta que há certos desafios postos para uma política de locação social: como fazer uso de terrenos públicos ociosos para fazer valer sua função social sem endossar a política de especulação imobiliária, especialmente considerando a concentração desse tipo de imóvel em regiões centrais; como integrar agentes públicos e privados, bem como os próprios locatários, na viabilização financeira do programa; como manter a continuidade do programa, ou como torná-lo uma política pública.

Em relação ao Bolsa Moradia, é um programa mais realista. Com a Locação Social, que é uma experiência

consolidada em vários países europeus, nos Estados Unidos, e recentemente implementada também em São Paulo (Paolinelli, 2017), as famílias pagariam somente o valor a mais do teto estabelecido. Porém, um dos critérios para que a família seja atendida pelo programa é morar em Belo Horizonte há mais de dois anos (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, 2021). Entramos aqui em uma contradição enorme quando pensamos nas famílias abrigadas: podemos dizer que elas moram no abrigo? O caráter provisório de moradia pode ser qualificado como residência, nos termos do decreto do programa? São questões para as quais não temos, mas precisamos, de respostas, se quisermos de fato promover alguma integração entre a política de acolhimento institucional e a política de habitação em Belo Horizonte.

### **Considerações finais**

Vimos reiterando o quanto as famílias no abrigo não são consideradas no quadro geral da política de habitação na cidade, como se fossem um “caso à parte”, como se não fizessem parte da mesma questão social que assola a milhares de famílias em situação de insegurança habitacional. Após tantos anos de estabelecimento, ainda são colocadas em um não-lugar, em condição de não pertencimento não apenas ao abrigo, mas, sobretudo, à cidade.

Conforme a análise aqui realizada, o serviço de acolhimento institucional de famílias interroga o Estado do lugar de sua complexidade imanente, convocando a invenções que possam extrapolar o campo do trabalho social com famílias, e caminhar cada vez mais em direção à promoção de sua autonomia através da conexão com a política de habitação.

Até o presente momento, as saídas pensadas pelo município estão longe de ser suficientes para que haja a ruptura com a desvitalização permanente da vida e da capacidade de sua reinvenção pelas famílias no cotidiano de

habitar o abrigo. As inúmeras restrições ao uso do espaço não debatidas coletivamente, os desgastes das relações intrafamiliares, o silenciamento diante das circunstâncias precárias e impotentes alimentam a lógica hegemônica da produção social das profundas desigualdades sociais entre as diferentes pessoas, ainda mais atravessadas por marcadores de gênero, raça-etnia, classe e localidade geográfica.

No entanto, o sonho permanece: o sonho da propriedade, o sonho da vida privada, o sonho do cuidado, o sonho da luta. Cabem todos esses modos de sonhar, e tantos outros mais, nas experiências das famílias acolhidas. Vamos destacar dois desses modos de sonhar e suas implicações.

O primeiro relaciona-se aos modos de subjetivação submetidos à lógica imperialista-colonial-capitalística norte-americana através do *american way of life* vigente desde a década de 1950, amplamente midiaticizada e utilizado como dispositivo de controle e organização sociopolítica da sociedade estadunidense pós-guerra (Rolnik, 2000; 2006; Cunha, 2017). Esse estilo de vida é ainda amplamente difundido entre as classes populares como um lugar a se chegar: à casa própria, ao trabalho de carteira assinada, à sala de estar, aos móveis e eletrodomésticos, ao carro na garagem, aos filhos em casa, ao marido e à mulher como casal. As caricatas donas de casa impecáveis; os maridos exigentes, porém, afáveis; as crianças brincantes e obedientes: um sonho! Que esse sonho corresponda à moral burguesa de disciplinarização dos corpos, já sabemos. Curioso é sempre reencontrarmos esses modelos em qualquer canto onde nos deparamos com “famílias”, famílias desejanças de um desejo que lhes foi imposto como o mais adequado, mais correto, portanto, “melhor”.

O segundo modo de sonhar nada guarda relação com o primeiro e remete mais ao fora do universo privativo do “eu” e do grupo familiar. É o modo como o velho Antonio concebe, ao contar a história dos sonhos, nas palavras do Subcomandante Insurgente Marcos; ambos, militantes zapatistas:

“Aprendendo a sonhar aprendem a tornar-se grandes, a tornar-se dignos, aprendem a lutar. Por isso, quando os verdadeiros homens e mulheres dizem ‘vamos sonhar’, dizem e dizem a si mesmos ‘vamos lutar’” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2021, s. p.).

Consideramos que a política de assistência social materializada no equipamento de acolhimento institucional evoca a discussão sobre a política de urbanização no município estudado, e, para além disto, dos processos de subjetivação implicados nesta relação. Terminar este texto falando do sonho é considerar que existe toda uma dimensão do sonhar insubmissa ao capital enquanto gesto de fazer a vida como vir-a-ser. Sonhar uma casa é além de sonhar uma propriedade: é sonhar uma vida outra, outros jeitos de se organizar no espaço, outras aberturas que poderão se dar *a partir de*. É um projeto político, existencial e coletivo. Nessa direção que acreditamos que política de assistência social se torna uma ponte para a conexão com as demais políticas na direção de uma vida mais justa e digna para todas as pessoas.

### Referências

- Alves, Y. D. D.; Pereira, P. P. G., & Peres, P. S. (2020). Nascimento, vida e morte de uma política pública: uma etnografia do programa De Braços Abertos. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(3), 1-11.
- Aieta, V. S. & Costa, J. M. S. (2022). O dócil sonho da casa própria. *Pensar: Revista de Ciências Jurídicas*, 27(1), 1-13.
- Arreguy, C. A. C. & Ribeiro, R. R. (Coords.) (2008). *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Leste*. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH.
- Balhim, R. (2015). *Serviço de moradia social ou locação social: alternativas à política habitacional* (Texto para discussão

- n. 2134). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Barreto, I. R. (2019). *Cotidiano e assessoria técnica na Ocupação Vicentão* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte.
- Bonduki, N. (2011). *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria* (6. ed.). São Paulo: Estação Liberdade.
- Boulos, G. (2015). *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto* (4. Ed.). São Paulo: Autonomia Literária.
- Brasil. (2004). Ministério da Previdência e Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Distrito Federal.
- Brasil. (2009). *Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da União.
- Brasil. (2019). Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *É possível Housing First no Brasil? Experiências de moradia para população em situação de rua na Europa e no Brasil*. Brasília: MMFDH, 2019.
- Bronzo, Carla. (2015). Concepções importam? Enfoques e medidas de pobreza. *Revista do Observatório do Milênio de Belo Horizonte*, 6(4), 12-25.
- Câmara Municipal de Belo Horizonte (2021). *Comissão vai discutir plano municipal de enfrentamento ao déficit habitacional*. Belo Horizonte, 28 jun. 2021.

- Chalhoub, S. (1996). *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (2021). *Programa de Locação Social: para morar com dignidade não precisa ser proprietário!* Belo Horizonte: URBEL.
- Costa, M. C. L. C. (2014). *O discurso higienista e a ordem urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária.
- Cunha, P. R. F. (2017). *American way of life: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950* (Tese de Doutorado). Escola Superior de Propaganda e Marketing, Programa de Doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo, São Paulo.
- Decreto n. 8.566, de 14 de maio de 2003. (2003, 14 maio). Altera a Lei nº 7.597/98, dispõe sobre assentamento de famílias no município e dá outras providências, e cria o Bolsa Moradia. *Diário Oficial do Município*: Belo Horizonte.
- Decreto n. 11.375, de 2 de julho de 2003. (2003, 02 julho). Dispõe sobre o funcionamento do Programa Bolsa Moradia no município de Belo Horizonte. *Diário Oficial do Município*: Belo Horizonte.
- Decreto n. 11.687, de 23 de abril de 2004. (2004, 23 abril). Altera o parágrafo único do Art. 3º do Decreto nº 11.375, de 2 de julho de 2003. *Diário Oficial do Município*: Belo Horizonte.
- Decreto n. 16.114, de 14 de outubro de 2015. (2015, 14 outubro). Altera o Decreto nº 11.375/03. *Diário Oficial do Município*: Belo Horizonte.

Decreto n. 17.150, de 31 de julho de 2019. Regulamenta o Programa de Locação Social. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, ano XXVI, n. 5826.

Decreto nº 17.309, de 19 de março de 2020 (2020, 19 março). Altera o Decreto nº 11.375, de 2 de julho de 2003, que dispõe sobre o funcionamento do Programa Bolsa Moradia no Município de Belo Horizonte e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*: Belo Horizonte.

Engels, F. (2015). *Sobre a questão da moradia* (Trad. N. Schneider). São Paulo: Boitempo (Original publicado em 1872).

Foucault, M. (1978/2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France* (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.

Fundação João Pinheiro (2021a). *Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019*. Belo Horizonte: FJP.

Fundação João Pinheiro (2021b). *Cartilha Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil – principais resultados para o período de 2016 a 2019*. Belo Horizonte: FJP.

Lefebvre, H. (2002). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 08 dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências [Lei Orgânica de Assistência Social]. *Diário Oficial do Município*: Brasília.

Lei n. 11.166, de 25 de abril de 2019. (2019, 25 abril). Altera a Lei nº 7.597/98, que "Dispõe sobre assentamento de famílias

no Município e dá outras providências". *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte.

Magalhães, J. L. Q.; Silva, E. B. S.; Guimarães, N. C.; Moraes, R. F. R. H. C.; Soares, V. S. (2020). *População em situação de rua e Covid-19* (Produto técnico). Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC Minas.

Martins, J. S. (2008). *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais* (3. ed.). Petrópolis: Vozes.

Mattos, M. F. (2018). *O risco nas/das margens: a ocupação Pomar do Cafezal no discurso da governabilidade* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação de Antropologia, Belo Horizonte.

Menezes, R. L. V. S. (2017). *Crítica do direito à moradia e das políticas habitacionais*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

Ministério das Cidades. (2010). *Plano Nacional de Habitação*. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação.

Nascimento, D. M. (2021). Precariedade e precarização da moradia em Belo Horizonte. In A. L. Cardoso & C. D'Ottaviano (Orgs.), *Habitação e direito à cidade: desafios para as metrópolis em tempos de crise* (pp. 411-447). Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópolis.

Paolinelli, M. S. (2017). Locação social em Belo Horizonte: possibilidades e desafios. In *Anais*, 17, Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (pp. 1-20). São Paulo: ANPUR.

Resolução n. 145, 15 de outubro de 2004. (2004, 26 de outubro). Aprova a Política Nacional de Assistência Social. *Diário Oficial da União*: Brasília.

Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. (2009, 11 de novembro). Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União*: Brasília.

Resolução n. 037, de 13 de dezembro de 2007. (2007, 14 de dezembro). *Diário Oficial do Município*: Belo Horizonte.

Resolução n. 13, de 13 de maio de 2014. (2014, 14 de maio). Inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. *Diário Oficial da União*: Brasília.

Rolnik, R. (1997). *A cidade e a lei: legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo* (3. Ed.). São Paulo: Studio Nobel; FAPESP.

Rolnik, S. (2000). *Os mapas movediços de Öyvind Fahlström*. Núcleo da Subjetividade, São Paulo.

Rolnik, S. (2006). *Geopolítica da cafetinagem*. Núcleo da Subjetividade, São Paulo.

Rolnik, S. (2018). *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1 edições.

Rückert, F. Q. (2019). Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX: uma prospeção bibliográfica. In *Histórias da pobreza no Brasil*

(Coleção Direito e Justiça Social; 6, pp. 317-346). Rio Grande: Ed. da FURG, 2019.

Santos, B. S. (2022). *Poscolonialismo, descolonialidad y Epistemologías del Sur*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Santos, M. (2009). *Pobreza urbana* (3. Ed.). São Paulo: Edusp.

Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano. (2013). *Plano Diretor da Região Administrativa Leste do Município de Belo Horizonte – Regional Leste*.

Silva, M. L. da, & Tourinho, H. L. Z. (2015). O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. *Cadernos Metrópole*, 17(34), 401-417.

Silveira et al. (2009). Costurando o passado e construindo o futuro: um resgate histórico do bairro Granja de Freitas. In Governo do Estado de Minas Gerais, *Programa Mediação de Conflitos* (pp. 196-204). Belo Horizonte: Ius Editora.

Subcomandante Insurgente Marcos. (2021). *A história dos sonhos*. (Caderno de leituras, n. 126). Trad. C. Xavier. Belo Horizonte: Chão de Feira.

# Residências Inclusivas: processos de subjetivação e desinstitucionalização de mulheres-moradoras

---

Ana Paula Müller de Andrade  
Aline Maria de Sordi

## Introdução

Os processos de desinstitucionalização são complexos e revelam importantes desdobramentos das políticas públicas na produção subjetiva de seus públicos-alvo e na superação de práticas de violação de direitos. Segundo Rotelli, Leonardis e Mauri (2001, p.32), os processos de desinstitucionalização visam “transformar as relações de poder entre as instituições e os sujeitos”. No âmbito da assistência psiquiátrica, Amarante (1996) argumenta que esses processos mostram ser possível construir e inventar novas perspectivas de vida bem como apostar na produção subjetiva de sujeitos que foram institucionalizados.

No âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, os processos de desinstitucionalização se dão, em geral, no âmbito da proteção social especial, onde estão situadas as Residências Inclusivas. O SUAS materializa o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social cumprindo, no tempo histórico dessa política, as exigências para a consagração dos direitos de cidadania e inclusão social. Um destes direitos diz respeito “a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária” (Brasil, 2011, p.1).

Vale apontar que a assistência social compõe, em conjunto com a saúde e a previdência social, o tripé da seguridade social afirmada na Constituição Federal brasileira (Brasil, 1988). Enquanto política pública de caráter social, sofreu uma retração importante de 2017 a 2023, quando o

executivo federal passou a executar cortes no orçamento da Política Nacional de Assistência Social e a ameaçar de maneira vigorosa as garantias dos direitos sociais.

Conforme definido na Política Nacional de Assistência Social, para garantir a proteção social, o SUAS foi organizado em dois níveis: o básico e o especial. A proteção social básica se propõe a fortalecer vínculos familiares e comunitários, buscando prevenir situações de risco. Já a proteção social especial se organiza em dois níveis de complexidade - a média e a especial - e se destina a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por violação de direitos. (Brasil, 2005). No âmbito da alta complexidade, como apresentam Cordeiro, Thomaz e Carvalho (2018, p. 193), são ofertados serviços que “visam afiançar a segurança de acolhida de pessoas e/ou famílias afastadas temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitário de origem”.

Os serviços ofertados na alta complexidade incluem o acolhimento institucional que ocorre, dentre outras modalidades, nas Residências Inclusivas. Tais residências se destinam a acolher pessoas entre 18 e 59 anos de idade que não dispõem de condições de autossustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente, ou que estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência (Resolução 109 de 2009). No ano de 2019 existiam no estado do Paraná oito Residências Inclusivas, sendo seis delas municipais e duas regionalizadas (Governo do Estado do Paraná, 2018).

A pesquisa que embasa nossas discussões foi desenvolvida nas duas Residências Inclusivas regionalizadas do Paraná. À época, tais residências acolhiam mulheres advindas de internações em instituições de longa permanência, dentre elas, instituições psiquiátricas, em razão de terem sido diagnosticadas com algum tipo de transtorno mental associado à suas deficiências. Segundo os dados da pesquisa, tais instituições, em sua maioria, apresentavam características de instituições totais (Goffman, 2003). Tal

particularidade das mulheres moradoras e das residências inclusivas envolvidas na pesquisa caracterizou uma interface importante entre as Residências Inclusivas e os Serviços Residenciais Terapêuticos instituídos no âmbito da assistência psiquiátrica.

Amorim e Dimenstein (2009), argumentam que as residências terapêuticas se configuram como um dispositivo avançado no que tange a desconstrução da loucura como motivo de aprisionamento, periculosidade e isolamento, pois apostam na convivência dos moradores como cidadãos e sujeitos de direitos, buscando concretizar a efetiva substituição dos manicômios e a possibilidade de ex-internos de hospitais psiquiátricos circularem pela cidade.

No âmbito da assistência social, os serviços de acolhimento institucional visam o fortalecimento e o resgate dos vínculos rompidos, mantendo o caráter temporário dos serviços, na perspectiva da desinstitucionalização. As residências inclusivas visam a construção progressiva da autonomia no desenvolvimento de atividades diárias, com vista ao fortalecimento familiar e à reintegração comunitária (Brasil, 2016), possibilitando, no caso do contexto investigado, o desenvolvimento de autonomia e possibilidade de escolha em diversas situações cotidianas.

Nas residências inclusivas pesquisadas, por exemplo, a equipe pretendia desenvolver atividades que possibilitassem a inserção social a partir da singularidade de cada moradora. No caso daquelas moradoras que estiveram alijadas do convívio social em razão de exclusões e violações de direitos advindos do diagnóstico de transtorno mental, era necessário, ainda, reconstruir um lugar social no contexto onde viviam.

O trabalho desenvolvido junto à essas mulheres no âmbito das residências inclusivas ensejava, portanto, um trabalho singularizado no intuito de romper com experiências de isolamento, custódia e violação de direitos vividas por elas em outros serviços. O trabalho a ser desenvolvido se

coadunava com o proposto por Wachs, Jardim e Resende (2010, p. 903) de que

A singularização do cuidado aparece como ponto central na Reforma Psiquiátrica. Ocorre uma passagem de um cuidado massificado calçado na crença das generalizações biomédicas para um cuidado baseado na multiplicidade e na complexidade enquanto características do viver da humanidade.

As Residências Inclusivas, tal como proposto no SUAS, deveriam prover práticas assistenciais singularizadas e considerar a complexidade envolvida na violação de direitos e no rompimento de vínculos familiares e comunitários. Assim como foi proposto nos serviços residenciais terapêuticos para pacientes com histórico de longas e sucessivas internações psiquiátricas, nestas residências a reconstrução de vínculos comunitários, familiares e, sobretudo, as possibilidades para uma produção subjetiva singularizada são demandas diárias.

Considerando os processos de subjetivação, a singularização do cuidado e a ampliação das redes de acolhimento, serviços como as residências inclusivas têm convocado a psicologia a contribuir, tanto no campo da assistência social quanto da assistência psiquiátrica, na luta “pela desinstitucionalização, em todas as suas formas, explícitas ou maquiadas” (CFP; CFESS, 2007, p. 22). As residências inclusivas apresentam dilemas e desafios que dizem respeito ao caráter paradoxal destas casas-serviço bem como ao caráter inventivo das práticas cotidianas nelas produzidas, por diferentes trabalhadoras/es.

No âmbito da assistência psiquiátrica, há uma vasta literatura que auxilia as reflexões sobre os processos de desinstitucionalização e a reinserção social de pessoas acometidas por algum tipo de sofrimento psíquico. Entretanto, como apontam Lasta, Guareschi e Cruz (2012), a inserção da psicologia no campo da assistência social se incrementou com

a Constituição de 88, mas sua efetiva participação se deu com a implementação efetiva do SUAS em 2004. Cordeiro, Svartman e Sousa (2018), argumentam que a inserção de psicólogas/os na assistência social foi seguida por um incremento nas pesquisas sobre o tema, o que tem contribuído muito com as práticas da psicologia nos serviços ofertados. Entretanto, considerando que a implementação das Residências Inclusivas ocorreu em 2009, ainda encontramos poucas pesquisas na área.

Assim, no intuito de contribuir com as discussões sobre a temática, este artigo objetiva discutir os efeitos dos processos desinstitucionalização em termos de produção subjetiva de mulheres moradoras de duas residências inclusivas, a partir da análise dos dados de uma pesquisa desenvolvida com elas.

## **Metodologia**

Trata-se de pesquisa qualitativa desenvolvida no ano de 2018, em que foram realizadas doze horas de observação participante, registros em diário de campo e seis entrevistas semiestruturadas com as mulheres moradoras de duas Residências Inclusivas de uma cidade de médio porte do centro sul do Paraná. À época, as duas residências acolhiam um total de treze mulheres, contavam com doze cuidadoras e uma equipe técnica composta por uma psicóloga, uma assistente social, uma terapeuta ocupacional e um coordenador, também psicólogo.

Do conjunto das mulheres moradoras das residências, seis delas participaram da pesquisa. Elas tinham entre 23 e 42 anos e pertenciam às classes populares. A seleção das moradoras deu-se pelo interesse manifestado por elas em participar da investigação. O encerramento das entrevistas foi decidido pela saturação dos dados (Fontanela et al., 2008). As mulheres entrevistadas foram identificadas no texto com nomes fictícios a fim de garantir o sigilo e o anonimato

acordado com elas. As instituições citadas foram identificadas a partir de sua finalidade e não por sua razão social.

Todas as entrevistas foram realizadas nas dependências das Residências Inclusivas, em horário previamente agendado, conforme escolha das entrevistadas. Como uma das moradoras era surda, a entrevista foi realizada com o apoio de uma intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e de um caderno de anotações. Como ela era alfabetizada, diversas vezes palavras foram escritas em um caderno, como outra forma de comunicação.

As entrevistas foram gravadas e, após, transcritas e lidas e, em conjunto com os diários de campo e o caderno de anotações, subsidiaram as análises desenvolvidas. A análise consistiu na leitura dos materiais e no reconhecimento de diferentes enunciações que, de modo articulado, demonstraram a dinâmica presente nos processos de institucionalização e desinstitucionalização e os efeitos destes na produção subjetiva das mulheres moradoras das residências inclusivas. Ademais, evidenciaram a interseccionalidade entre os marcadores sociais de classe, raça, gênero e deficiência presente nas experiências vividas e relatadas pelas mulheres.

A pesquisa foi aprovada em Comitê de Ética em Pesquisa e seguiu os aspectos éticos dispostos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde e no Código de Ética da Psicologia.

## **Resultados e Discussão**

Os processos de institucionalização e desinstitucionalização são complexos e revelam desdobramentos importantes das políticas públicas no âmbito da experiência singular dos sujeitos. São processos que apresentam desafios para uma psicologia interessada em contribuir para a superação de práticas de violação de direitos.

Ao buscarmos compreender a produção subjetiva das mulheres moradoras das Residências Inclusivas em seus processos de desinstitucionalização a partir dos seus relatos, construímos dois eixos de discussão que abordam: (a) a dinâmica presente nos processos de institucionalização e desinstitucionalização e os efeitos destes na produção subjetiva das mulheres moradoras das residências inclusivas; e (b) como os marcadores sociais de classe, raça, gênero e deficiência se interseccionam nas experiências vividas e relatadas por elas.

***(a) “Era tudo fechado, tipo uma casa, mas não era uma casa”:  
produção subjetiva em processos de institucionalização e  
desinstitucionalização.***

A reestruturação da rede de acolhimento às pessoas em processo de desinstitucionalização psiquiátrica tem se amparado em princípios de cuidados básicos na comunidade, em que a autonomia e o desempenho geral delas possam ser melhorados, facilitando a integração social (Vidal et al., 2007). Visa, assim, a construção de práticas e serviços que sejam capazes de produzir subjetividades singularizadas, promover a inserção social, além de superar práticas institucionais de violência e exclusão.

Há, nesse sentido, a necessidade de diversos serviços para que as pessoas internadas em hospitais psiquiátricos e outras instituições de longa permanência possam sair e se ressocializar. Além disso, são necessários diversos profissionais, equipamentos sociais e de saúde para acolher e acompanhar os egressos de longas internações, bem como os novos pacientes (Pereira, 2006). De acordo com a pesquisa de Suiyama, Rolim e Colvero (2007), pacientes que passaram por longas internações psiquiátricas e, por isso, não têm mais um núcleo familiar disponível para lhes receber, necessitam que o foco da atenção a eles prestado seja uma rede ampliada que os acolha.

No âmbito da proteção social e da assistência psiquiátrica, os processos de institucionalização – desinstitucionalização estão presentes na vida de homens e mulheres que, por diversas razões, ingressam em instituições, públicas ou privadas. Muitas destas pessoas ingressam ainda na infância e ao longo de suas vidas vivenciam processos de institucionalização – desinstitucionalização. Usamos, aqui, processos de institucionalização – desinstitucionalização para apontar o caráter dinâmico presente nos mesmos bem como para indicar que os processos de desinstitucionalização podem promover a produção de serviços que visam a superação de práticas excludentes e de violação de direitos, tal como a proposta das Residências Inclusivas, mas também podem produzir exclusões e violações de direitos. Neste sentido, é interessante pensar, como sugeriu Rotelli (2001), sobre a produção de uma instituição inventada e em formas de desinstitucionalizar a desinstitucionalização.

Ao discutir os processos de desinstitucionalização psiquiátrica, Rotelli (2001) sugere operar com dois conceitos, a saber: o de instituição negada e o de instituição inventada. O autor considera como instituição a ser negada, “o conjunto de aparatos científicos, legislativos, administrativos, de códigos de referência e de relações de poder que se estruturam em torno do objeto doença” (p.90). Para que uma instituição possa ser negada, Rotelli (2001, p. 91) propõe o conceito de “instituição inventada”, aquela que vai atender os objetivos da superação daquela negada, tendo por base a “existência sofrimento de um corpo em relação ao corpo social”.

Os efeitos dos processos de institucionalização e desinstitucionalização em termos de produção subjetiva são intensos e podem ser reconhecidos na cronicidade das experiências de pessoas com histórico de longas e sucessivas internações em instituições totais bem como na docilização imposta por práticas institucionais violentas. A fim de romper com práticas assistencialistas e de violação de direitos no âmbito da assistência psiquiátrica e da proteção social, as

políticas públicas de saúde mental e de assistência social em vigor no Brasil pretendem produzir serviços que promovam cuidado e proteção social singularizados. Entretanto, trata-se de uma tarefa complexa e cotidiana, que envolve decisões macropolíticas que se articulam com diferentes setores da sociedade bem como com os sujeitos em suas singularidades. Buscamos nesta pesquisa entender esta articulação do ponto de vista dos sujeitos, ou seja, das mulheres moradoras das residências inclusivas.

Entendemos, nesse sentido, que os processos de subjetivação das mulheres moradoras das residências inclusivas se relacionam com as instituições onde viveram e vivem. Tal como argumentou Foucault (1995), a produção subjetiva está relacionada aos contextos em que se desenvolve, a maior ou menor possibilidade de estratégias de resistência às relações de poder presentes nos mesmos e pelas condições que cada sujeito tem de fazer sua inscrição no registro social, ou seja, singularizar-se.

Leite e Dimenstein (2002), consideram que os processos de subjetivação e a produção de subjetividade perguntam, anteriormente, pelas condições de produção dos sujeitos. Os sujeitos seriam, assim, um efeito que se produz a partir de um campo de possibilidades, das condições históricas de sua produção e da tensão estabelecida nas relações de poder que possibilitam sua emergência. Tais condições estão em processo constante. Segundo Silva (2008, p. 41),

Esta processualidade coloca em questão a ideia que tradicionalmente se tem da subjetividade como algo da ordem de uma interioridade e de uma suposta “natureza humana” e nos faz pensar a subjetividade como essencialmente fabricada e modelada pelo social, ou seja, fabricada e modelada pelos processos de subjetivação característicos de uma determinada formação histórica.

O histórico de institucionalizações e desinstitucionalizações relatado por várias mulheres moradoras das residências inclusivas pesquisadas deixou antever a intensidade do mesmo na produção subjetiva, tal como anteposto. Maria, por exemplo, ao relatar seu ingresso e sua experiência em diferentes instituições, contou que morou com a sua avó até os quatorze anos e quando esta faleceu, em razão de não ter com quem ficar, foi institucionalizada pela primeira vez. A sua trajetória pelos serviços foi descrita por ela, como segue:

Até com 14[anos]. Daí depois que ela faleceu eu fui pra casa lar [...], num abrigo. Fiquei lá até os 18, daí depois eu fui pra (instituição de acolhimento para pessoas com deficiência), depois de lá eu vim pra cá (residência inclusiva).

Carla, outra interlocutora, ao contar sobre seu histórico, disse:

Daí meu pai faleceu e eu fui na casa lar, com cinco anos. Daí com sete anos eu voltei de novo pra casa e fiquei uns dias. Mas me mandaram com onze anos pra casa lar de volta. Daí fiquei lá até os dezesseis e de lá eu fui pro (hospital psiquiátrico), fiquei dois anos, fiquei até os dezesseis anos lá. Daí eu saí do (hospital psiquiátrico), fui pra (instituição de acolhimento de cunho religioso), daí pra (instituição de acolhimento para pessoas com deficiência), daí vim pra (residência inclusiva).

Os relatos de Maria e Carla remetem ao fato de que a rede institucional prevista no âmbito da proteção social e da assistência psiquiátrica se articula à medida das necessidades dos sujeitos e vão se constituindo de diferentes maneiras, seja pela consolidação e execução de políticas públicas seja pelas experiências dos sujeitos que as compõem e produzem. Como veremos em outros relatos, transitar por diferentes serviços

permitiu que as mulheres entrevistadas pudessem reconhecer características particulares de cada um deles.

Ao contar sobre a última instituição em que esteve internada antes de ser transferida para a Residência Inclusiva, Madalena, outra interlocutora, disse:

Era bom. [...] Só que era mais retirado do centro, um pouco abandonado [...] Eles tinham que manter fechado porque senão as meninas fugiam pra rua. Daí eles colocaram uma janela de ferro, daí não saíam mais. Janela de ferro. Tranca bem as portas. Não saíam [...] Tudo trancado. Era só as janelas abertas [...] Daí ergueram um muro que era baixo, né. Ergueram um muro com caco de vidro. “Não vai adiantar...” Elas fugiam igual [...] Eu não fugia não.

Além da experiência de Madalena, outras moradoras também relataram fatos que indicavam o caráter disciplinar das instituições pelas quais passaram. Entendemos, tal como sugeriu Foucault (1999), que as instituições disciplinares são responsáveis pela produção de sujeitos dóceis. Segundo o autor, “a disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (1999, p. 198).

O relato de Sandra, que além de ser institucionalizada quando criança, em sua adolescência foi levada para um hospital psiquiátrico, mostra que a experiência nesse local foi marcada por muita violência, como mostra o fragmento a seguir:

Daí depois eu fui pro hospital do (hospital psiquiátrico), lá em (cidade paranaense), com dezesseis anos, com deze... dezessete. Fiz dezoito lá, fiquei dois meses... três meses no hospital [...] Lá, daí, eu também sofria. Me amarravam, pisavam em cima da minha perna... e daí eu comia comida com bicho. Daí eu parei de comer e comia pela sonda, dois canos daqui [aponta para o nariz] até o estômago.

Ainda sobre este hospital psiquiátrico, Sandra afirmou:

Era uma clínica. Era tudo fechado, tipo uma casa, mas não era uma casa [...] Tipo um hospital que a gente ficava amarrada e não podia falar com ninguém.

Seu relato nos permite relacionar tais práticas com um dos recursos apontados por Foucault (1999) para o bom adestramento, qual seja, a sanção normalizadora. Para o autor, esse recurso se encarrega de penalizar pequenos deslizes cometidos pelos sujeitos dentro das instituições disciplinares, fazendo com que cada indivíduo se encontre preso em uma universalidade punível-punidora. A partir desse e de outros recursos relatados pelas mulheres moradoras, entendemos que nos diferentes processos de institucionalização e desinstitucionalização que viveram, elas, em sua maioria, foram capturadas em relações de saber-poder psiquiátricos, sendo diagnosticadas como doentes mentais e deficientes e, portanto, encaminhadas para as respectivas instituições de tratamento.

O relato de Sandra demonstra o exercício vigoroso da sanção normalizadora. Ao argumentar sobre o local ser “tipo” uma casa, mas não ser uma casa, faz ver os processos de isolamento e de custódia de sujeitos que, sob a tutela institucional, se produzem a partir de seus diagnósticos psiquiátricos, suas deficiências e as terapêuticas a elas associadas. Este e outros relatos das mulheres moradoras apontam que estas “terapêuticas” estiveram presentes nas instituições em que viveram por longos períodos, como o de Regina, outra interlocutora, que relatou como era estar em um hospital psiquiátrico. Segue um trecho do seu relato:

[...] tinha pessoa idosa, tinha pessoa que batia, tinha várias pessoas que usavam a mesma roupa, pessoas que eram contidas, tinha pessoas que ficavam doentes, que tinha que

usar máscara. [...]. Ficavam na chuva. Era um lugar que elas ficavam expostas na... e amarradas na chuva. Ficavam contidas no hospital e ninguém estava nem aí, e daí elas tomavam a chuva e ficavam mal, doentes. Chovia[...] Elas ficavam doentes lá.

Os relatos das mulheres moradoras evidenciam os motivos pelos quais algumas instituições, segundo Rotelli (2001), deveriam ser negadas. Destacamos, assim, que a docilização dos corpos e a produção de um sujeito submetido às regras institucionais é um dos desafios a serem superados pelas instituições que visam inventar-se de modo a transformar relações de exclusão social e produzir subjetividades singularizadas.

Entendemos que uma das possíveis estratégias para a superação desse desafio seria operar, no âmbito da proteção social e da assistência psiquiátrica, com o conceito de instituição inventada, tal como sugeriu Rotelli (2001), o que implicaria em construir relações éticas e políticas que superassem aquelas do disciplinamento.

Como apontaremos nas discussões que seguem, as moradoras das residências inclusivas pesquisadas ingressaram nas mesmas em razão do esgotamento das possibilidades de habilitação e reabilitação das instituições por onde passaram e onde se encontravam quando foram transferidas. As precárias condições de moradia e de oferta de proteção social e de assistência psiquiátrica demandaram do Estado esforços de desinstitucionalização e institucionalização de caráter mais inventivo.

Um aspecto importante que emergiu das análises realizadas é que no decorrer dos processos de institucionalização e desinstitucionalização as interlocutoras foram se produzindo subjetivamente de diferentes maneiras. Ressaltamos que esta produção subjetiva não está dada, o que fica evidente quando Madalena relata seu ingresso nas

residências inclusivas da seguinte maneira: “Então, daí... deitei pra dormir e quando vi acordei aqui”, nos indicando um processo em aberto, quase mágico, a ser produzido por ela nesse novo contexto.

Nas Residências Inclusivas pesquisadas, ao contrário das instituições em que haviam vivido anteriormente, as mulheres moradoras podiam realizar diversas atividades, dentro e fora das casas-serviço. Para que pudessem construir processos de inserção social, elas tinham a possibilidade de estudar, fazer aulas de zumba, educação física, frequentar bailes, dentre outras atividades. Na época da pesquisa, algumas faziam atividades pagas como cursos, psicoterapia, dentre outras, custeadas com o benefício de prestação continuada recebido por elas. Tais atividades faziam com que pudessem se produzir e se experimentar de modos diferentes, ampliando as possibilidades de inserção em diferentes âmbitos sociais e, mesmo, prospectar projetos futuros. Durante a entrevista com Maria, ela disse:

Daí, também, eu estou planejando o meu futuro, eu quero estudar, eu quero entrar numa faculdade, eu já estou pensando na faculdade que eu quero, eu quero arrumar um emprego também, eu quero poder trabalhar, eu quero poder continuar minha vida, sabe?

Tal como pudemos reconhecer pelo relato das mulheres moradoras, houve um processo de transformação no contexto social em que estavam inseridas em razão da implementação das residências inclusivas. Este processo ultrapassava o âmbito da assistência social e se relacionava com outros campos institucionais, como o da saúde e o da educação. Entendemos que se tratava da ampliação dos modos de produzir-se subjetivamente em outros lugares, tempos e, sobretudo, apropriar-se dos mesmos. Um aspecto importante nesse sentido é o fato de as mulheres moradoras frequentarem outros serviços tal como o Centro de Atenção Psicossocial –

CAPS, as Unidades Básicas de Saúde, supermercados locais, aos quais passaram a ter acesso depois de ingressarem nas Residências Inclusivas.

Ao ingressarem nas Residências Inclusivas muitas interlocutoras passaram a frequentar o CAPS em função de terem sido diagnosticadas com transtorno mental grave e persistente associado à deficiência. O CAPS, mais do que um serviço de saúde que auxiliava pessoas com transtornos mentais, tornou-se também um lugar de socialização, onde as mulheres se produziam subjetivamente. Algumas delas, que não gostavam ou não queriam frequentá-lo por diferentes motivos, tinham essa decisão respeitada, o que nos pareceu muito relevante em termos de produção subjetiva.

Madalena, uma das interlocutoras que frequentava o CAPS, argumentou sobre as possibilidades de escolha presentes em seu cotidiano. Segundo ela, sua participação nas atividades do CAPS, por exemplo, permitia, dentre outras coisas, que ela reconhecesse sua liberdade de escolha e pudesse exercer uma leitura crítica sobre a sua realidade e sobre si mesma. Ao comentar sobre sua participação no CAPS, disse:

[...] Freqüento [...] Ah, é quase igual uma família né. Cada um tem seus defeitos ... mas, nenhum olha pros defeito do outro [...] Eu vou lá, né [no CAPS] por causa que tem que fazer oficina, mas não estamos tendo oficina com o pessoal lá, daí eu fico lá [...] Ah, eu vou porque eu quero ir né [...] Não fui esses dias porque eu não quis ir.

Esse modo de produzir-se tanto nas residências inclusivas quanto nos demais serviços frequentados pelas mulheres moradoras implicava em processos de desinstitucionalização que ampliavam as suas possibilidades de singularização subjetiva, bem como permitia a constituição de instituições abertas, territoriais e de caráter inventivo capazes de superar práticas de violência e exclusão social.

A partir do relato das interlocutoras, também pudemos compreender a dinâmica presente no modo de se produzir subjetivamente e viver nas residências inclusivas. Tal dinâmica sustenta os processos de habilitação e reabilitação para a vida. Segundo Saraceno (2001), o processo de reabilitação psicossocial, seria um processo de reconstrução do exercício pleno da cidadania e da contratualidade em três grandes cenários: habitat, rede social e trabalho. Como afirma o autor

[...] muitos pacientes têm um nível de contratualidade no seu espaço que tende a zero, ou porque não tem casa e isso é um marco, ou porque têm casa e sua casa é um marco, ou porque não têm uma rede social, ou porque não sabem, não podem, ou porque têm uma capacidade de produção social muito baixa, muito limitada, e então perdem no nível da contratualidade. (Saraceno, 2001, p. 16)

A casa aqui passa a ocupar uma função importante, como mostra um fragmento da entrevista com Maria. Ela disse:

Daí agora eu estou... como que eu disse pra você, ah eu estou feliz, eu estou aqui, eu estou recebendo o meu benefício né. [...] E eu gosto daqui, eu nunca quero sair daqui. [...] Eu estudo, eu trabalho aqui, tipo eu faço serviço, eu lavo uma louça, limpo o banheiro, limpo meu quarto, limpo meu guarda-roupa, dou uma ajeitadinha no meu guarda-roupa quando tá bagunçado. Eu não brigo com ninguém aqui [...]

Na realidade das residências inclusivas e dos serviços residenciais terapêuticos podemos pensar acerca dos mecanismos de controle e as estratégias de resistência à lógica manicomial que vão incidir sobre as/os moradoras/es, nas relações estabelecidas entre si, nas práticas de cuidado e em outros âmbitos de suas vidas. Conforme apontam Amorim e

Dimenstein (2009), tais serviços são ao mesmo tempo uma casa, na qual os/as moradores/as devem poder circular em diferentes espaços e territórios sociais e públicos. Nesse sentido, a ampliação das possibilidades de produção subjetiva é o que nos permitiu pensar no caráter inventivo presente no cotidiano das mulheres moradas que compuseram a pesquisa. Ao contar sobre sua rotina, Cristiane nos ajudou nesse argumento. Ela disse:

Eu chego da escola, limpo a casa e daí vou deitar. Ou as vezes tem zumba, daí eu vou pra zumba. No outro dia tem educação física, daí eu vou fazer a educação física, daí no outro dia tem o bailinho, tem a psicóloga. Daí eu vou pra psicóloga no dia do bailinho, daí não vou pro bailinho, vou pra psicóloga.

Entendemos, assim, que os processos de subjetivação das mulheres moradoras vão se constituindo de diferentes maneiras, assim como os modos de habitar as residências e produzir essa casa-instituição. Estes modos vão ampliando as possibilidades de experimentação e subjetivação para além das violências sofridas por elas em outros serviços. Madalena, durante seu relato contou sobre os afazeres que tem na residência, os contrapondo com a ideia de família:

Aqui nós mantemos uma família, como se fosse uma família, mas não é. De ter paciência, de dizer assim, “bom fulana, se você não quer fazer, amanhã você faz”. Então não pode ser dito, né, e dizem... uma família é assim. Não é obrigado a fazer nada. Aqui é obrigado a fazer [...] Estender a minha roupa, fazer eu lembrar coisas que não é pra eu lembrar. Então, é igual se fosse família, só que não é família.

Sobre sua história de vida, Madalena relatou que viveu nas ruas e em instituições de acolhimento, onde sofreu violências. Os efeitos destas violências estão presentes no seu cotidiano e, mesmo, no seu modo de estar na residência

inclusiva que, como contou, ainda lhe causa temor. Segundo ela disse:

Ah, é assim né, tem dias que a gente não consegue dormir né [...] Eu tenho medo, medo de alguma coisa acontecer [...] Então hoje em dia é assim, elas dormem e a gente tem que ficar cuidando né [...] Sei lá, por um abuso né, alguma coisa [...] É perigoso nessas partes. [...] Ao ser questionada sobre a razão do seu medo, respondeu: “Medo das cuidadoras, das meninas.

Notamos aqui um aspecto importante acerca dos modos de produzir cuidado e de desinstitucionalizar no campo da saúde mental e na assistência social. Segundo Romagnoli et al. (2009), tais práticas de cuidado exigem experimentações de um novo modo de cuidar, ou seja:

Experimentações que requerem uma disponibilidade de afetar e ser afetado, que pode estar em qualquer um, pode se expressar em qualquer espaço, pode demandar estranhos saberes, desde que a ousadia para o encontro com o diferente, o difícil e raro movimento em direção ao "não-eu" se faça presente. (Romagnoli et al. 2009, p. 201)

Estar na residência que é uma instituição, mas também uma casa, permite à essas mulheres a produção de si a partir de outras possibilidades, através das quais inventam modos de estar no presente e, quiçá, prospectar algo para o futuro. Outrossim, demonstram com suas experiências que o exercício da liberdade permite outras produções subjetivas.

***(b) “Daí eu sofri bastante”: classe, raça, gênero e deficiência na compreensão interseccionalizada da violência contra mulheres institucionalizadas.***

No âmbito da proteção social e da assistência psiquiátrica, a violação de direitos foi reconhecida pela

psicologia como algo a ser superado. Os movimentos sociais que impulsionaram as políticas públicas de saúde mental e de assistência social tinham a garantia dos direitos à homens e mulheres como uma das reivindicações dos processos de desinstitucionalização. Tal como apontam Coimbra et al. (2008) os novos movimentos sociais que surgiram na segunda metade dos anos 70, ao criticarem os instituídos, inventaram novas formas de fazer política fazendo surgir novos sujeitos políticos e uma reflexão sobre os direitos humanos. Na mesma perspectiva apontada pelas autoras, apostamos aqui em “uma afirmação da processualidade dos direitos como conquista datada historicamente e do humano como permanente criação de si e de modos de viver” (Coimbra et al. 2008, p. 94).

Resulta dessa processualidade um histórico comum entre as mulheres moradoras das residências inclusivas pesquisadas. Ele é permeado por diversos tipos de violências e violações de direitos sofridas dentro e fora das instituições em que estiveram. As violências e violações apontam para os marcadores sociais de gênero, raça, classe e deficiência que, de forma interseccionada, nos ajudam na compreensão das mesmas. Crenshaw (2002), propõe a utilização da interseccionalidade como um conceito capaz de articular a multiplicidade e as diferenças entre as mulheres, o que se radicalizou nas experiências compartilhadas pelas mulheres moradoras.

Quando analisamos o marcador social de gênero interseccionado com raça, classe e deficiência, verificamos que as violências sofridas corroboram com o argumento de Muniz (2017), quando argumenta que o sexismo é um dos eixos estruturantes da nossa cultura. Nesse sentido, segundo a autora, “os atos de violência – sexual, física, moral, psicológica e patrimonial contra as mulheres expressam o exercício de poder, opressão e dominação masculinas” (p.38). Tais atos encontram respaldo na lógica sexista que configura a cultura machista, hegemônica em nossa sociedade.

Dentre os vários tipos de violência, a violência sexual e, em especial, o estupro, estão entre as expressões mais cruéis da cultura machista. Segundo Cerqueira et al. (2018), no Atlas da Violência, 10,3% das vítimas de estupro possuíam alguma deficiência, sendo em sua maioria (60,7%) pessoas que apresentavam deficiência mental ou transtorno mental. Tais dados auxiliam na compreensão de alguns relatos, tal como o de Sandra, como segue:

[...] eu fui estuprada com nove anos [...] estuprada pelo meu primo. [...] Daí com nove, depois, eu completei dez, onze, doze e saí da casa do meu tio, fui morar na casa lar de volta. [...] com quinze meu pai me levou pra morar com ele [...] Daí apareceu um bandido e brigou com meu pai, e falou que ia matar o meu pai se ele não entregasse eu pros bandidos, e daí eles me estupraram assim no meio do mato... Eu estava amarrada e a vizinha me escutou chorando, me levaram pro hospital porque rasgou tudo por dentro. [...] Daí eu sofri bastante, apanhava, me jogavam água quente, me queimava com cigarro, batiam em mim. [...] Fui estuprada três vezes.

A violência de gênero, segundo Prates e Alvarenga (2008) se refere à violência contra a mulher fundamentada na desvalorização do feminino e concebida por relações de hierarquia e desigualdade de poder estabelecidas pelo sistema patriarcal. No caso de Sandra, a violência doméstica e familiar se alia às questões de classe, em que a mercadoria a ser negociada em uma briga é a mulher. Ainda sobre a violência doméstica e familiar, outra experiência foi relatada por Maria. Além de emblemática, é triste, como segue:

[...] o velho ia lá em casa... transar comigo... eu era pequena... não tinha peito, não tinha nada... era criança... ele abusou de mim... nem peito eu tinha. [...] eu tinha uns 5, 7 anos por aí....

Ao analisarmos estes e outros relatos, percebemos que apesar do gênero ser um marcador social importante para pensar as diferentes violências e os modos de produção subjetiva entre as moradoras, ele não nos pareceu suficiente para nossos objetivos. Entendemos, tal como sugerem Adrião et al. (2014), que

Classe, geração, raça, etnia, localidades, dentre outras categorias, devem ser também problematizadas não como sobrepostas, mas como inter-relacionadas. Pensar as categorias por meio de interações e intersecções talvez seja um modo de abarcar a multiplicidade das diferenças que nos permeiam. (Adrião et al. 2014, p.112)

Ainda que as experiências das mulheres moradoras entrevistadas pudessem ser pensadas como práticas características de instituições totais, como apresentado anteriormente, reconhecemos que as mesmas ultrapassam as instituições em que foram vividas e refletem, em boa medida, a organização social e seus processos de inclusão e exclusão. Segundo Spink (2003), na maioria das sociedades contemporâneas, classe, gênero, sexualidade, raça/etnia e idade são as principais divisões em torno das quais a exclusão é criada e reforçada.

Outro marcador social importante para as nossas análises foi a deficiência. A experiência da deficiência, conforme argumentam Gesser et al. (2013), é marcada por determinantes sociais de diversas ordens, os quais produzem diversos tipos de opressão. Para Mello e Mozzi (2018, p.23), o sistema patriarcal “não é somente racista e heteronormativo, mas também corponormativo, porque é projetado para atender ao ideário eugênico de corpos capazes e sãos”. Assim como gênero, entendemos que a deficiência é uma narrativa culturalmente fabricada do corpo e, em função disso, perpassa todos os aspectos da cultura (Gomes et al. 2019).

Nesse sentido, a produção subjetiva das mulheres moradoras emerge nessa cultura, em que o lugar da subalternidade e da coisificação é interseccionado pelo gênero, raça, classe e deficiência. Entendemos que as diferentes violências e violações dirigidas às mulheres moradoras se produziram em razão de elas serem mulheres, apresentarem algum tipo de deficiência, terem sido diagnosticadas com transtorno mental e pertencerem às classes populares. Ainda que seja difícil elencar causas específicas, é provável que estes marcadores sociais tenham tido forte influência na trajetória institucional das mesmas.

De acordo com Mello e Nuernberg (2012), as mulheres com deficiência enfrentam uma situação peculiar de dupla vulnerabilidade, visto que são mulheres e possuem alguma deficiência. Além disso, suas vivências tornam-se mais complexas a partir da incorporação de outras categorias como raça / etnia, classe, orientação sexual, geração, região e religião. Podemos, então, compreender a deficiência como sendo produto do entrelace de diversas produções discursivas acerca dos corpos das pessoas com deficiência. Tais discursos se inter-relacionam com a linguagem, a ideologia e o imaginário social, influenciando condutas frente a ela, como apontado por Gomes et al. (2019).

Regina, que tinha deficiência auditiva, contou que havia sofrido diferentes violências. Uma delas se relacionava com a incerteza acerca do seu nome e da sua data de nascimento, em razão da falta de seu registro civil. Ante esta falta, seu nome foi conferido institucionalmente. Seu relato demonstrava que ela havia sido institucionalizada em um serviço de acolhimento para crianças e, depois, levada para uma clínica que funcionava nos moldes de um hospital psiquiátrico com características de instituição total. Até ser acolhida na residência inclusiva em que morava à época da pesquisa, havia passado por, no mínimo, mais duas instituições com as mesmas características.

Assim como Regina, Carla também havia sofrido violência institucional. Em sua entrevista contou sobre abusos sofridos no hospital psiquiátrico em que foi internada, como mostra o trecho a seguir:

Me amarravam. [...] davam injeção. Se não fizesse o que eles mandavam, eles amarravam. Tinha um homem lá que abusava de nós. [...] não sei onde que ele tá agora. Decerto tá preso. [...] De mim eu nunca vi não, não lembro se ele abusava de mim. [...] Não sei quem que é ele. Não lembro o rosto dele. [...] Um que deu injeção na minha bunda. Passou a mão aqui [aponta para os seios] em mim. E ele enquanto estava dando injeção em mim, estava passando a mão em mim. Daí eu falei tira a mão daí, e ele não tirou, bem assim, daí eu gritei: fulano!! Daí o fulano foi lá, e ele “não, não, eu só tô dando injeção nela”, bem assim. Daí ele não acreditou. Daí o fulano falou: “ele não tá fazendo nada Carla, por que ficar gritando?”

A partir desses relatos foi possível compreender de que maneira as violências aconteceram na vida de algumas interlocutoras e como poderiam ser relacionadas aos marcadores sociais supracitados, de forma interseccionada, conformando discursos através dos quais as mulheres se produziram subjetivamente no tecido social e institucional.

Concordamos com Gesser et al. (2012) que a incorporação da deficiência enquanto uma categoria analítica nos estudos da psicologia, de forma interseccionada com outros marcadores sociais, “poderão contribuir para o rompimento das barreiras inerentes aos processos opressivos vivenciados pelas pessoas com deficiência” (Gesser et al., 2012, p.564). Ademais, destacamos que a análise interseccionada desses marcadores ampliaram nossas possibilidades de compreensão dos processos de subjetivação das mulheres-moradoras das residências inclusivas.

## Considerações finais

A partir das experiências relatadas pelas mulheres moradoras das residências inclusivas foi possível pensar nos diferentes lugares de fala que ocupamos no mundo e seus diagramas de poder. Nossa proposição de compreender os efeitos dos processos de institucionalização e desinstitucionalização na produção subjetiva das mulheres moradoras das residências inclusivas nos convocou a situá-las em determinado lugar de fala, tal como defendido por Ribeiro (2017). Para a autora, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (Ribeiro, 2017, p. 66). Destacamos, assim, que na interlocução com as mulheres moradoras, rompemos um pouco com o silêncio instituído entre mulheres institucionalizadas.

Nos posicionarmos diante do relato de suas histórias nos auxiliou a compreender uma interface importante entre a psicologia, o campo da assistência social e o da assistência psiquiátrica e sua complexidade. Outrossim, considerar os marcadores sociais de gênero, classe e deficiência de forma interseccionada ampliou nossas possibilidades de análise de uma multiplicidade de experiências que acabavam por convergir em alguns aspectos.

Nas residências inclusivas pesquisadas a oferta de proteção social e a garantia de direitos é orientada a partir da complexidade do cuidado, da consideração das singularidades das moradoras, demandando práticas intersetoriais. Assim, os serviços de assistência social, saúde, educação e cultura, dentre outros, articulados na construção do cuidado e na garantia de direitos e proteção social deixam antever que as práticas em rede são cruciais para a efetiva reinserção social das mulheres moradoras. Destacamos, ainda, que os índices de violência de gênero situam tal fenômeno como um problema de saúde pública (Schraiber et al. 2009), o que nos remete a uma interface importante desta com a assistência social.

Por fim, salientamos que as análises aqui apresentadas dizem respeito a interpretação feita pelas moradoras das Residências Inclusivas sobre seus processos de desinstitucionalização e não tem a pretensão de instituir uma verdade sobre os serviços apresentados. A proposta aqui apresentada é contribuir, a partir da perspectiva das mulheres moradoras, para a compreensão ampliada dos processos de institucionalização e desinstitucionalização no Brasil e seus efeitos em termos de produção subjetiva. Reconhecemos, ainda, que esta pesquisa não esgotou todas as discussões acerca dessa temática e indica a necessidade de pesquisas futuras.

### Referências

- Adrião, K., Borelli, M., & Coelho, I. (2014). Reflexões sobre o uso da interseccionalidade na interface com os processos de subjetivação no campo da saúde mental: Questões de gênero, classe e geração na formação em psicologia. Em V. Zanello & A. P. Andrade (Orgs.), *Saúde mental e gênero: Diálogos, práticas e interdisciplinaridade* (pp. 107–128). Editora Appris.
- Amarante, P. (1996). *O homem e a serpente: Outras histórias para a loucura e a psiquiatria* (1ª ed.). Fiocruz.
- Amorim, A. K., & Dimenstein, M. (2009). Desinstitucionalização em saúde mental e práticas de cuidado no contexto do serviço residencial terapêutico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), 195–204. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413). Acesso em 18 de outubro de 2018.
- Brasil. (2011). Lei 12.435, de 6 de julho de 2011. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm). Acesso em 29 de abril de 2019.

Brasil, Ministério da Saúde. (2004). *Residências terapêuticas: Para quem precisa de cuidados em saúde mental, o melhor é viver em sociedade* (1ª ed.). Ministério da Saúde.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2016). *Residências inclusivas: Perguntas e respostas* (1ª ed.). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. (2005). *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Brasil. (2009). Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_CN\\_AS\\_N109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CN_AS_N109_%202009.pdf). Acesso em 29 de abril de 2019.

Brasil. (1988). *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

Cerqueira, D., et al. (2017). *Atlas da violência - 2017*. IPEA; FBSP.

CFP/CEFESS. (2007). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. Conselho Federal de Psicologia (CFP); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

- Coimbra, C., Lobo, L., & Nascimento, M. L. do. (2008). Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. *Psicologia Clínica*, 20(2), 89–102. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652008000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em 12 de maio de 2019.
- Cordeiro, M. P., Svartman, B., & Souza, L. V. (2018). *Psicologia na Assistência Social: Um campo de saberes e práticas*. Instituto de Psicologia.
- Cordeiro, M. P., Thomaz, J., & Carvalho, S. (2018). Proteção social especial: Apresentação da política e a efetivação do trabalho em um Serviço de República Jovem. Em M. P. Cordeiro, B. Svartman, & L. V. Souza (Eds.), *Psicologia na Assistência Social: Um campo de saberes e práticas*. Instituto de Psicologia.
- Crenshaw, K. W. (2002). A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. Em VV.AA. *Cruzamento: Raça e gênero*. Unifem. <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2019.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: Contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17–27. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2008000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em 27 de abril de 2020.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir* (20ª ed.). Vozes.
- Foucault, M. (1995). O sujeito e o poder. Em H. Dreyfus & P. Rabinow, *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: Para*

*além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249).  
Forense Universitária.

Gesser, M., Nuernberg, A. H., & Toneli, M. J. F. (2013).  
Constituindo-se sujeito na intersecção gênero e deficiência:  
Relato de pesquisa. *Psicologia em Estudo*, 18(3), 419–429.  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722013000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000300004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 11 de maio de 2019.

Gesser, M., Nuernberg, A. H., & Toneli, M. J. F. (2012). A  
contribuição do modelo social da deficiência à psicologia  
social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 557–566.  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000300009&lng=en&nrm=iso). Acesso em 29 de abril de 2020.

Goffman, E. (2003). *Manicômios, prisões e conventos* (7ª ed.).  
Ed. Perspectiva.

Gomes, R. B., Lopes, P. H., Gesser, M., & Toneli, M. J. F.  
(2019). Novos diálogos dos estudos feministas da  
deficiência. *Revista Estudos Feministas*, 27(1).  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2019000100202&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000100202&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 05 de abril de 2019.

Governo do Estado do Paraná. (2018). *Relatório final - II Encontro de Residências Inclusivas e Centros-Dia do Estado do Paraná*. Secretaria da Justiça, Família e Trabalho.  
[https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/migrados/File/Capacitacao/IIEncontroRI/Relatorio\\_Final - II Encontro de Residencias Inclusivas e Centros-Dia do Estado do Parana.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/Capacitacao/IIEncontroRI/Relatorio_Final_-_II_Encontro_de_Residencias_Inclusivas_e_Centros-Dia_do_Estado_do_Parana.pdf)

- Lasta, L. L., Guareschi, N. M. F., & Cruz, L. R. (2012). A Psicologia e os Centros de Referência em Assistência Social: Problematizações pertinentes. Em L. R. Cruz & N. Guareschi (Eds.), *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (pp. 52–65). Vozes.
- Leite, J. F., & Dimenstein, M. (2002). Mal-estar na psicologia: A insurreição da subjetividade. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 2(2), 9–26. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482002000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482002000200002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 12 de julho de 2018.
- Mello, A. G., & Nuernberg, A. H. (2012). Gênero e deficiências: Intersecções e perspectivas. *Estudos Feministas*, 20(3), 384. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=SO104-026X2012000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO104-026X2012000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em 05 de abril de 2019.
- Mello, A., & Mozzi, G. (2018). A favor da deficiência nos estudos interseccionais de matriz feminista. Em H. C. Nardi, M. V. F. Rosa, P. S. Machado, & R. S. Silveira (Eds.), *Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional* (pp. 17–30). Secco Editora.
- Muniz, D. C. G. (2017). As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil: Estupro, assassinato e feminicídio. Em C. Stevens et al. (Eds.), *Mulheres e violências: Interseccionalidades* (pp. 36–49). Technopolitik.
- Pereira, J. F. (2006). Avaliação da situação atual dos residenciais terapêuticos no SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(3), 601–610. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1)

[413-81232006000300026&lng=en&nrm=iso](https://doi.org/10.11606/S1413-81232006000300026). Acesso em 03 de julho de 2017.

Prates, P. L., & Alvarenga, A. T. (2008). *Perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas em situação de violência* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Paulo).

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?*. Letramento.

Romagnoli, R. C., Paulon, S. M., Amorin, A. K. M. A., & Dimenstein, M. (2009). Por uma clínica da resistência: Experimentações desinstitucionalizantes em tempos de biopolítica. *Interface (Botucatu)*, 13(30), 199–207. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832009000300016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000300016&lng=en&nrm=iso). Acesso em 26 de maio de 2019.

Rotelli, F., Leonardis, O., & Mauri, D. (2001). Desinstitucionalização, uma outra via: A reforma psiquiátrica italiana no contexto da Europa Ocidental e dos países avançados. Em F. Nicácio (Ed.), *Desinstitucionalização* (pp. 17–59). Hucitec.

Rotelli, F. (2001). O inventário das subtrações. Em F. Nicácio (Ed.), *Desinstitucionalização* (pp. 61–87). Hucitec.

Saraceno, B. (2001). Reabilitação psicossocial: Uma estratégia para a passagem do milênio. Em A. Pitta (Ed.), *Reabilitação psicossocial no Brasil* (pp. 13–18). Hucitec.

Schraiber, L., et al. (2009). Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: Conquistas e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1019–1027.

Silva, R. N. (2008). Ética e paradigmas: Desafios da psicologia social contemporânea. Em K. S. Ploner et al. (Eds).

Spink, M. J. (2003). *Psicologia social e saúde*. São Paulo: Martins Fontes.

Suiyama, R. C. B., Rolim, M. A., & Colvero, L. A. (2007). Serviços residenciais terapêuticos em saúde mental: Uma proposta que busca resgatar a subjetividade dos sujeitos? *Saúde e Sociedade*, 16(3), 102-110. [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902007000300010](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902007000300010)

Vidal, C. E. L., Bandeira, M., & Gontijo, E. D. (2008). Reforma psiquiátrica e serviços residenciais terapêuticos. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 57(1), 70-79. [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0047-20852008000100013](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852008000100013)

Wachs, F., Jardim, C., & Resende, V. (2010). Processos de subjetivação e territórios de vida: O trabalho de transição do hospital psiquiátrico para serviços residenciais terapêuticos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20(3), 895-912. [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312010000300011](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000300011)

# **Residências Multiprofissionais em Saúde e a Formação da(o) Psicóloga(o) Voltada para o Campo da Saúde Pública (SUS) e do Sistema Único De Assistência Social (SUAS)**

---

**Márcia de Oliveira Prata  
Ana Maria Nunes El Achkar  
Sebastião Benício da Costa Neto**

A Constituição Federal de 1988, reflexo de ampla mobilização social assegurou importantes direitos fundamentais aos cidadãos brasileiros, representando um marco importante na trajetória política e social da nação. Uma das principais conquistas foi a criação e consolidação do sistema de seguridade social, que engloba a previdência, a saúde e assistência social, compondo o chamado tripé da seguridade social brasileira, reconhecendo oficialmente o direito às estruturas democráticas e à proteção social para toda a população, inclusive àqueles que não são segurados. Além disso, atribuiu ao Estado a responsabilidade por garantir esses serviços, promovendo a inclusão e a justiça social (Romagnoli, 2012; Menz & Camargo, 2020; Alexandre & Romagnoli, 2017).

Sob essa ótica, o contexto das políticas públicas, saúde e assistência social, estão intrinsecamente ligados desde o início, pois se fundamentam nos mesmos princípios democráticos e públicos estabelecidos pela Constituição Federal. Com a promulgação da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990) e da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993), que resultaram na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foram estabelecidos diretrizes e objetivos de atuação intersectorial. A articulação por meio de ações intersectoriais é

utilizada para oferecer benefícios tanto aos serviços de saúde, quanto aos de assistência social aos cidadãos, atendendo aos seus usuários como resposta do Estado às necessidades demandadas. Além disso, atua como um mecanismo de regulação que estabelece o padrão de cidadania no país (Rodrigues, 2011; Dos Santos et al., 2021; Oliveira & Guizardi, 2020).

Para os autores, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema único de Assistência Social (SUAS) são pilares fundamentais das políticas públicas brasileiras. Embora cada um tenha funções específicas, ambos compartilham o objetivo comum de promover o bem-estar social e garantir os direitos da população. A articulação entre esses dois sistemas é crucial para a construção de uma rede integrada de proteção social, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Essa abordagem é considerada essencial para assegurar a realização dos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

As políticas de saúde e assistência social no Brasil têm destacado os limites estruturais da sociedade, indicando a urgência de um enfrentamento intersetorial (como saúde, assistência social, educação e habitação), envolvendo a criação de uma rede de proteção social estabelecendo conexões entre diferentes setores e instituições governamentais e não governamentais. Desse modo, é esperado que os diferentes níveis de governo promovam a construção de ações intersetoriais conectadas em redes, ampliando a cobertura dos serviços e das iniciativas nas políticas de saúde e assistência social, reduzindo a precarização dos serviços oferecidos e as diversas formas de violação de direitos (Romagnoli et al., 2018).

A implantação do SUS e do SUAS possibilitou a coordenação das responsabilidades, vínculos e hierarquias desses dois sistemas em todo o território nacional. O SUS engloba ações e serviços de saúde, executados de forma isolada ou conjunta por entidades públicas, seguindo os princípios da

universalidade e da organização em rede hierarquizada e regionalizada. Por outro lado, o SUAS abrange ações, serviços e benefícios de assistência social, tanto de natureza contínua quanto eventual, que são realizados e oferecidos por entidades governamentais, seguindo critérios de universalidade e coordenação em uma rede hierárquica, articulado com iniciativas da sociedade civil (Rodrigues, 2011).

A intersecção entre esses dois setores é vista como o principal meio para a gestão pública das políticas de saúde e assistência social. Essa abordagem é considerada essencial para assegurar a realização dos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988. As políticas de saúde e assistência social no Brasil têm destacado os limites estruturais da sociedade, indicando a urgência de um enfrentamento intersetorial (como saúde, assistência social, educação e habitação), envolvendo a criação de uma rede de proteção social estabelecendo conexões entre diferentes setores e instituições governamentais e não governamentais. Desse modo, é esperado que os diferentes níveis de governo promovam a construção de ações intersetoriais conectadas em redes, ampliando a cobertura dos serviços e das iniciativas nas políticas de saúde e assistência social, reduzindo a precarização dos serviços oferecidos e as diversas formas de violação de direitos (Romagnoli et al., 2018).

Em 2005, 15 anos após a criação do SUS, o SUAS foi implantado com o objetivo de romper com a tradição assistencialista e clientelista na área, promovendo uma mudança na percepção dos usuários de "necessitados" para "detentores de direitos sociais". Além disso, buscou-se integrar e unificar as ações de assistência social em todo o país (Romagnoli et al., 2018; Miron & Guareschi, 2018). A finalidade do SUAS é fornecer o essencial para a sobrevivência e inclusão social de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Entre os principais programas oferecidos estão o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Auxílio Brasil, que combate a pobreza e a desigualdade, o Bolsa

Família, o Auxílio Emergencial e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Para esse propósito, foram estabelecidos dois tipos de proteção social: 1- a proteção social básica (PSB), que tem por objetivo prevenir situações de risco e fortalecer vínculos familiares e comunitários, encontram-se os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS); 2- a proteção social especial (PSE), que realiza ações nos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) destinados ao atendimento de situações de risco pessoal e social que envolvem a violação de direitos, com o objetivo de preservar os vínculos familiares e comunitários (Brasil, 2018; Andrade et al., 2022).

Uma das inovações marcantes do SUAS, apontadas por Florentino e Melo (2017), é a capacidade de integrar diversas categorias profissionais. Dependendo das características específicas de cada território, essas categorias compõem as equipes de referência nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que são responsáveis por oferecer serviços e benefícios socioassistenciais.

Com a nova regulamentação da política de assistência social, como a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social e a Resolução nº 017, de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social, tornou obrigatória a presença da Psicologia tanto nos CRAS quanto nos CREAS. Este desenvolvimento tem suscitado discussões sobre o papel da Psicologia nesse contexto (Florentino & Melo, 2017). É essencial repensar a prática profissional, considerando a relação com a vulnerabilidade social e mantendo-se receptivo às mudanças emergentes (Ribeiro & Guzzo, 2014).

Deste modo, ao refletir sobre a relação entre Psicologia e assistência social, é importante mencionar que os modelos

de atuação nessa política estão ainda em construção, independentemente da categoria profissional em questão. A inserção específica da(o)s psicóloga(o)s na política de assistência social não apenas abre um novo e vasto campo de trabalho, mas também marca um ponto histórico para a profissão. O trabalho da(o) psicóloga(o) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representa um reconhecimento significativo da categoria profissional e de suas potenciais contribuições para políticas públicas (Florentino & Melo, 2017).

Duarte e Areosa (2020) conduziram um estudo com objetivo de analisar a prática profissional de psicóloga(o)s que atuam nos serviços CRAS e CREAS em áreas rurais do Rio Grande do Sul, buscando destacar as ações e intervenções desses profissionais dentro do contexto da política de assistência social. Nove psicólogos participaram desta pesquisa, sendo que quatro deles trabalhavam nos CRAS e cinco nos CREAS. Os dados foram coletados entre março e junho de 2018, por meio de uma entrevista semiestruturada composta por oito questões principais. Essas questões abordaram a percepção dos profissionais sobre o papel do(a) psicóloga(o) na Assistência Social, o processo e a dinâmica dos atendimentos, as visões dos profissionais em relação aos usuários dos serviços, além da organização e funcionamento do trabalho na área.

A análise dos dados foi realizada utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2004), emergindo quatro categorias: atuação do psicólogo na assistência social, percepção dos profissionais sobre os usuários, percepção dos profissionais sobre o trabalho, e atravessamentos no trabalho. Os resultados apontaram que a maioria da(o)s psicóloga(o)s orienta sua prática conforme as diretrizes técnicas da Política de Assistência Social (PNAS) e as normas do Conselho Federal de Psicologia (CFP); revelaram desafios ao definir as especificidades de sua profissão, pois ainda é influenciada pela visão predominante e tradicional da clínica na formação

profissional, onde a(o) psicóloga(o) é vista(o) especialmente como alguém que trabalha com o sofrimento individual. Entretanto, muitos desses profissionais refletem criticamente sobre seu trabalho, reconhecendo a necessidade de criar espaços para reflexão e modificar suas práticas.

Regulamentada pela Lei 4119, em 1962, a Psicologia consolidou-se por meio de sua atuação em três áreas principais: clínica, organizacional e educacional. Ao adentrar ao novo espaço da área pública, procurou-se adaptar seus modelos convencionais de atuação e construir novas possibilidades de intervenção. Contudo, esse paradigma começou a ser questionado por dar prioridade ao enfoque individual, negligenciando o contexto social e histórico, levando a uma prática psicológica centrada na adaptação e ajuste do indivíduo (Poubel, 2014; Ferreira & Soares, 2021), e exigindo voltar sua atenção para uma nova perspectiva de formação de pessoal para o contexto da saúde pública (OMS, 2010).

Alguns acontecimentos contribuíram para a inserção da Psicologia na saúde, à exemplo, no cenário internacional, da criação da Sociedade Cubana de Psicologia da Saúde, no início dos anos 1970, a proposição do modelo biopsicossocial de Engel (1977) e a criação, em 1978, da Divisão 38 – Divisão de Psicologia da Saúde, pela *American Psychological Association* – APA. Os movimentos que antecederam esta organização de uma psicologia da saúde podem ser identificados como psicossomática, psicologia médica e medicina comportamental (Straub, 2005). Por outro lado, no cenário nacional, em 1970, ocorreu a inclusão de psicólogos na assistência à saúde pública por conta do movimento de desospitalização e a expansão dos serviços de saúde mental à rede básica de saúde. Após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, a saúde se torna um direito de todos e responsabilidade do Estado com o estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990. Assim, a saúde pública emergiu como um campo novo e

promissor de atuação para os psicólogos (Ferreira & Soares, 2021).

A partir disso, e à luz da proposição do modelo biopsicossocial em saúde (Borrel-Carrió, Suchman & Epstein, 2004), houve a necessidade da implantação de práticas multiprofissionais e interdisciplinares, no campo da saúde, com a finalidade de oferecer um trabalho mais articulado com as diversas dimensões do ser humano (biológica, social, cultural, psicológica, ética e política) possibilitando a compreensão ampliada do conceito de “saúde”. Nesse contexto, a prática profissional precisou passar por algumas redefinições de responsabilidades e de formação profissional (Signorini et al., 2021; Mello & Teo, 2019).

Mello e Teo (2019) e Signorini et al. (2021) afirmam que o surgimento de novos domínios de atuação tem suscitado diversas reflexões sobre o papel do psicólogo, gerando debates sobre a formação. A implementação do SUS teve um impacto significativo na percepção da importância de revisar os currículos dos cursos de graduação na área da saúde. O objetivo foi o de capacitar os futuros profissionais para uma prática comprometida com a abordagem integral do cuidado, uma compreensão mais ampla da saúde e a promoção do trabalho em equipe (Souto et al., 2014).

O estudo conduzido por Signori e colaboradores (2021) visou examinar as práticas voltadas para a saúde pública realizadas durante a graduação em Psicologia em uma universidade privada localizada no interior do estado do Paraná. Os dados foram coletados por meio da análise documental do Projeto Pedagógico do Curso e dos planos de ensino das disciplinas relacionadas à saúde pública, bem como por meio de entrevista semiestruturada com a coordenação de curso. Além disso, foram realizados dois grupos focais: o primeiro com nove professores psicólogos e o segundo com 12 estudantes. Os resultados indicaram que o curso em questão está alinhado com outros cursos no Brasil ao buscar integrar a formação profissional com a saúde pública. No entanto,

ainda há espaço para melhorias na integração entre ensino e serviço, na ampliação da diversidade de experiências práticas oferecidas e no fomento de atividades interdisciplinares e multiprofissionais ao longo do processo de formação.

Na perspectiva de Yasui e Garcia Junior (2018), a abordagem dos cuidados de saúde tem evoluído ao longo dos anos, migrando de uma perspectiva puramente biológica para uma visão mais abrangente que enfatiza a integralidade do cuidado. Essa transformação é impulsionada pela demanda do SUS por profissionais habilitados a lidar com as diversas necessidades de saúde da população. Esses profissionais adotam abordagens que reconhecem a influência dos determinantes sociais no processo de saúde e doença, além de priorizarem medidas de prevenção e promoção da saúde.

Seguindo essa premissa, a inserção da psicologia no campo da saúde não poderia ser concebida separadamente da própria transformação na compreensão do que vem a ser saúde. Com a ampliação de enfermidades associadas a hábitos e a estilos de vida das pessoas, inaugurou-se um novo tempo de compreensão aos aspectos para além dos biológicos com potencial influência no adoecimento, passando o contexto sociocultural a ser valorizado como um determinante da saúde. Com o entendimento do binômio saúde-doença enquanto um processo intrincado de se caracterizar, por ser ele perpassado por uma pluralidade de fatores, as práticas de promoção da saúde e prevenção de doenças foram aos poucos se consolidando como estratégia relevante e necessária na atenção à saúde. Por meio de uma compreensão ampliada e integral de saúde, o envolvimento de variados profissionais num trabalho coletivo foi ganhando o seu espaço (Pires & Braga, 2008; Ferreira & Soares, 2021).

Nos últimos anos, o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério da Educação (MEC) têm incentivado projetos e programas que buscam abordar problemas e necessidades para transformar a realidade da população brasileira, promovendo mudanças no acesso aos serviços de saúde e nos

processos de formação na área da saúde. Uma iniciativa de destaque é o Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde), o qual integra a formação dos estudantes de graduação com atividades nos serviços de saúde. Há várias experiências bem-sucedidas se espalhando pelo país, conforme evidenciado pelos relatos disponíveis nos sites "Comunidades de Práticas da Atenção Básica" e "Rede HumanizaSUS". Do mesmo modo, mas de forma mais intensa, está um outro potente dispositivo de formação e intervenção em saúde: as Residências Multiprofissionais em Saúde (RMS). Oficializadas a partir da promulgação da Lei nº 11.129, de 2005, as RMS abrangem diversas profissões da área da saúde, com exceção dos médicos (Yasui & Garcia Junior, 2018).

### **As Residências Multiprofissionais em Saúde e a Formação da(o) Psicóloga(o) para o Campo da Saúde**

Quando se aborda essa temática, torna-se evidente que, apesar do aumento da participação da(o)s psicóloga(o)s nos programas da Residência Multiprofissional em Saúde (RMS), ainda se percebe uma tímida discussão e produção de pesquisas sobre as práticas psicológicas exercidas neste contexto. Esta realidade destaca a necessidade de investir em pesquisas que explorem a experiência de inserção e examinem como a(o)s psicóloga(o)s têm adotado novas práticas para contribuir com a atualização da atenção psicológica no contexto institucional de cooperação interprofissional (Bezerra & Cury, 2020). A fim de preencher as lacunas da formação profissional, o Governo Federal adotou uma estratégia, que consistiu em capacitar os profissionais para atuar de acordo com os princípios do SUS. Como parte dessa iniciativa, foi estabelecido, em 2005, por meio da Lei 11.129, o programa de Residências Multiprofissionais em Saúde (RMS).

As RMS representam uma modalidade de pós-graduação *Lato Sensu* e são projetadas com uma abordagem

interdisciplinar, caracterizada pela articulação ensino-serviço-comunidade, o que favorece a inserção qualificada dos profissionais de saúde no/para o SUS visando capacitar profissionais para trabalhar em equipes multiprofissionais. Caracterizada por intensificar a integração entre teoria e prática dentro do campo de atuação, a partir da promulgação da lei, foram criados programas destinados aos profissionais que atuam na área da saúde dos cursos de Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Física Médica, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Saúde Coletiva, Serviço Social e Terapia Ocupacional (Brasil, 2012). Possuem a duração de dois anos com carga horária total de 5760 (cinco mil, setecentos e sessenta) horas, distribuídas em 60 (sessenta) horas semanais de atividades, na qual 80% se destina ao desenvolvimento de estratégias educacionais práticas e teórico-práticas e 20% das horas são desenvolvidas sob a forma de estratégias educativas. A Psicologia esteve presente desde o surgimento dessa modalidade de formação continuada, e vem participando cada vez mais nas diversas áreas de concentração dos programas de RMS.

De acordo com Bezerra e Cury (2021), os programas de RMS são conduzidos em regime de tempo integral. Além disso, exigem dedicação exclusiva do profissional por um período mínimo de dois anos, aos quais são cobertos por uma bolsa ao residente para educação pelo trabalho.

Já as Residências Multiprofissionais em Saúde (RMS) são espaços privilegiados para o estudo da integralidade e da interprofissionalidade como eixos centrais em diferentes áreas da saúde (Silva, 2018). Para Garcia Junior e Yasui (2018), os processos de formação buscam um campo comum de práticas e experiências, embora a exclusão da categoria médica na composição desses programas, ainda, revela uma forma hegemônica de pensar a saúde.

Ceccim (2020) aponta que um dos aspectos principais da RMS consiste no conceito de “área profissional” e não de

“especialidade profissional” da forma como é organizado nas residências médicas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina e Associação Médica Brasileira. Diferentemente, nas RMS a organização por “área profissional” é feita por “campos de intervenção assistencial”, que pressupõe o trabalho multidisciplinar, sem deixar de excluir a condição de especialidades profissionais.

Dessa maneira, a noção de área profissional, implica em pensar na existência de equipe multiprofissional, pois a prática deve contar com o conhecimento das diferentes profissões e da interdisciplinaridade. É por isso que as RMS são configuradas em áreas profissionais, tais como: Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Urgência e Emergência, Saúde Mental, entre outras. Assim, a condição da RMS é no campo da intervenção de caráter multiprofissional, de maneira que possa abranger os aspectos biopsicossocial (Ceccim, 2020).

Uma das modalidades de Residência Multiprofissional é a que caracteriza a área de Saúde Mental (Moura, Ricci, & Ferigato, 2021). As residências em saúde mental têm o potencial de transformar práticas, aliadas à Reforma Psiquiátrica, possibilitando uma aprendizagem que vai além no campo do conhecimento teórico e prático. Essa aprendizagem inclui atitudes, posições políticas, habilidades e competências para lidar com as especificidades do cuidado em saúde mental, com a subjetividade como matéria-prima (Coelho et al., 2017). Portanto, é uma formação profissional cujo processo investe na construção de significados para as experiências dos estudantes em campo (Emerick & Onocko-Campos, 2016) e o fortalecimento da área da saúde nas universidades e na rede pública de saúde.

Cabe ressaltar que, caracterizada por uma ruptura no conceito de loucura e no saber psiquiátrico, a Reforma Psiquiátrica coloca em xeque o modo manicomial e passa a considerar o sofrimento humano em sua complexidade, não apenas como um simples objeto de doença mental (Yasui, 2010). Nessa perspectiva, Amarante (2007) reflete ser um

complexo processo social que entrelaça diferentes dimensões: técnico-assistencial, teórico-conceitual, jurídico-político e sociocultural.

Com base nesses pressupostos, tem-se a intenção de oferecer uma formação voltada para a educação permanente em saúde de modo a transformar a lógica biologicista por um modo de pensar e apreender os objetos em sua complexidade e contexto. Espera-se que o(a) residente, futuro(a) trabalhador(a), seja um profissional comprometido(a) com as transformações das práticas de saúde, gerando inovações e proporcionando atenção qualificada e integrada, de acordo com os preceitos do SUS (Machado et al., 2018).

A proposta dessa formação abrange a totalidade das ações de saúde e promove a colaboração interdisciplinar. Essa abordagem é respaldada pelo conceito de Educação Permanente em Saúde, com o objetivo de estreitar a relação entre as dimensões pedagógica e assistencial na área da saúde, possibilitada por meio da cooperação técnico-científica entre os Ministérios da Saúde e da Educação (Bezerra & Cury, 2021). Reforça-se que a Psicologia esteve presente desde o início dessa modalidade de formação continuada, e vem participando, cada vez mais, nas diversas áreas de concentração dos programas de RMS. Contudo, ao inserir-se neste contexto, o(a) psicólogo(a) encontra um ambiente caracterizado por demandas que lhe exigem flexibilidade e capacidade de interação com outros profissionais.

Portanto, a inserção de psicólogo(a)s no âmbito da saúde pública tem sido um desafio a ser perseguido, frente às demandas e complexidades emergentes dessa realidade. A tradicional identificação desse profissional no âmbito da prática clínica individual e privada tem impellido, muitas vezes, a uma restrição do próprio campo de possibilidades no que diz respeito às práticas desse profissional. Conforme Oliveira et al. (2017), a Residência oferece uma visão que transcende o atendimento clínico, sendo que ela o contempla, porém com ênfase ao acolhimento, à visita domiciliar, ao

trabalho em grupo, à vigilância em saúde e ao trabalho interdisciplinar. Desse modo, pretende-se sanar lacunas da formação acadêmica.

Uma vez que essa especialização propõe oferecer um atendimento mais empático, colocando o usuário da política pública no centro da formação, concentrando-se não apenas na condição de saúde do sujeito, mas estabelecendo conexões com o ambiente em que ele está inserido, com o potencial de impactar positivamente toda uma comunidade, o profissional egresso da RM passa a ter um diferencial em seu currículo, visto que possui essa formação pautada nos valores e diretrizes propostos pelo SUS (Flor et al., 2022; Carneiro et al., 2021). Dessa forma, o intuito da capacitação é realocar a atenção de patologias para as áreas de cuidado, visando fomentar uma abordagem integral na oferta de serviços de saúde e fortalecer a conexão entre ensino e prática. Assim, espera-se que a(o) residente, a(o) futura(o) profissional, demonstre um compromisso sólido com a transformação das práticas de saúde, visando fornecer cuidados de qualidade e integrados, alinhados aos princípios do SUS (Casanova et al., 2018; Machado et al., 2018; Carneiro et al., 2021).

Na visão de Flor et al. (2022), ao longo dos anos, os programas de RMS têm passado por importante expansão, especialmente a partir de 2010, com aproximadamente 1.225 programas de residência uni e multiprofissionais, entre os anos de 2014 e 2015. Já o estudo conduzido por Sarmiento et al. (2017) revelou que, no intervalo de 2009 a 2015, foram aprovados 320 programas financiados pelo Ministério da Saúde, concentrados nas regiões Sudeste (46,3%) e Nordeste (20,6%). Esses fatos revelam que o crescimento do número de programas de residência demonstra a importância dessas iniciativas na capacitação de profissionais de saúde no Brasil (Torres et al., 2019).

Diversas investigações sobre a RMS têm despertado o interesse de pesquisadores, a exemplo do estudo realizado por Daltro e Pondé (2017) que mostra que, em 2015, o Cadastro

Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) contabilizava 49.412 psicólogos atuando no SUS correspondendo um crescimento de 243% em menos de dez anos. Esse resultado corresponde a 19,53% dos profissionais registrados no Sistema do Conselho Federal de Psicologia (CFP), mostrando o SUS como um importante empregador de psicólogos no Brasil. Essa realidade reforça ainda mais às instituições de ensino superior a necessidade de expandir suas tradicionais estruturas formativas para incluir a perspectiva de formar psicólogos aptos a responder às novas demandas emergentes de promoção à saúde.

A fim de investigar a inserção dos egressos de programas de RMS voltados para a Atenção Primária de Saúde (APS), especialmente no SUS, Flor et al. (2021) realizaram uma pesquisa cujo objetivo foi muito além de identificar fatores que pudessem estar relacionados a essa inserção. Os autores apresentaram em seus resultados destaque à necessidade de políticas de incentivo à manutenção, criação e valorização das RMS. Além disso, o estudo alerta para o possível aumento da dificuldade de inserção das categorias profissionais, frente ao cenário de financiamento da saúde.

Dentro dessa mesma linha de investigação, Oliveira e colaboradores (2017) conduziram um estudo com o propósito de examinar o impacto da RMS de uma universidade no Extremo Sul Catarinense na trajetória profissional dos egressos. Buscou comparar os resultados dos egressos da RMS com um grupo de profissionais que não passaram por esse programa. Os resultados indicaram que mais da metade da população examinada não enfrentou obstáculos ao ingressar no mercado de trabalho e mais de 90% estavam empregados no momento em que a pesquisa foi realizada. A avaliação do programa de residência foi muito favorável, e os participantes destacaram a qualidade do aprendizado, a excelente experiência prática e o fato de que a maioria dos formandos

considera que desempenhou um papel decisivo na conquista de uma vaga no mercado de trabalho.

Dessa forma, ao se unirem os filamentos das políticas de saúde com os dos conhecimentos e práticas da psicologia, reconhece-se que a atuação da(o) psicóloga(o) não resulta isoladamente. Ao contrário, se aprimora e é aprimorada por meio do diálogo e das trocas horizontais entre diferentes disciplinas.

Portanto, a angústia e o desafio iniciais, reconhecidamente indispensáveis ou relevantes para um crescimento pessoal e profissional, passam a ser repensados e ressignificados a partir de novos delineamentos aliados à prática. O conhecimento obtido durante a residência pode, portanto, encorajar caminhos cada vez mais vigorosos e concebíveis.

Por fim, vinda de um contexto histórico pertinente à implementação de um modelo de saúde não hegemônico, os programas de Residência Multiprofissional em Saúde têm sido reconhecidos como uma alternativa expressiva para a formação de profissionais voltadas para a atuação multiprofissional no contexto da saúde pública.

### Referências

- Alexandre, M. D. L., & Romagnoli, R. C. (2017). Prática do Psicólogo na Atenção Básica-SUS: conexões com a clínica no território. *Contextos Clínicos*, 10(2), 284-299. <https://doi.org/10.4013/ctc.2017.102.12>
- Amarante, P. (2007). *Saúde Mental & Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Andrade, et al. (2022). Política de Assistência Social e a Pandemia da Covid-19: um relato de experiência de

psicólogas no CREAS. In: El Achar A. M. et al. (orgs). *Saúde comunitária em tempos de Covid-19*. Curitiba: Appris.

Bardin, L. (2004) *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bezerra, M. C. D. S., & Cury, V. E. (2020). A experiência de psicólogos em um programa de residência multiprofissional em saúde. *Psicologia USP*, 31. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190079>

Borrel-Carrió, F., A. L. Suchman, & Epstein, R. M. (2004). The Biopsychosocial Model 25 Years Later: Principles, Practice, and Scientific Inquiry. *Annals of Family Medicine*, 2 (6). <https://doi.org/10.1370/afm.245>

Brasil. Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. 2012. Resolução CNRMS Nº 2, DE 13 DE ABRIL. Diário Oficial da União; Poder Executivo, Brasília, DF, 16 abr. 2012. Seção I, p.24-25 [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15448-resol-cnrms-n2-13abril-2012&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15448-resol-cnrms-n2-13abril-2012&Itemid=30192)

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social (2018). Censo SUAS 2017: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social. Brasília, DF: Ministério do desenvolvimento Social. [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/Censo SUAS/2018/Manual Censo SUAS 2018 CREAS](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Censo%20SUAS/2018/Manual%20Censo%20SUAS%2018%20CREAS)

Carneiro, E. M., Teixeira, L. M. S., & Pedrosa, J. I. D. S. (2021). A Residência Multiprofissional em Saúde: expectativas de ingressantes e percepções de egressos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310314>

- Casanova, I. A., Batista, N. A., & Moreno, L. R. (2018). A Educação Interprofissional e a prática compartilhada em programas de residência multiprofissional. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 22, 1325-1337 <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0186>
- Ceccim, R. B. (2020). Residência em área profissional da saúde: uma experiência brasileira de educação interprofissional no campo da saúde. In: Carvalho, M. A. P. (org.). *De casulo a borboleta: a qualificação para o SUS na residência multiprofissional em saúde da família*. Rede Unida, 1ª ed.
- Coelho, T. A. D., Nunes, M. O., & Barreto, S. M. G. (2017). *Residência em saúde mental: educando trabalhadores para a atenção psicossocial*. Salvador: EDUFBA.
- Daltro, M. R., & Pondé, M. P. (2017). Internato em psicologia: aprender-a-refletir- fazendo em contextos de prática do SUS. *Revista Psicopedagogia*, 34(104), 169- 179. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862017000200007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000200007&lng=pt&tlng=pt)
- Dos Santos, R. C., Silva, G. F., & dos Santos Lacerda, R. (2021). Desafios da articulação intersetorial entre saúde e assistência social: uma revisão integrativa. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 45(2), 195-212. <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2021.v45.n2.a3423>
- Duarte, N. A. S., & Areosa, S. V. C. (2020). A práxis do psicólogo no contexto da assistência social. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 9(2), 150-161. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v9i2.2798>
- Emerick, B. F., & Onocko-Campos, R. T. (2016). Formação de Trabalhadores para a saúde mental: a experiência da Residência Multiprofissional no Projeto “Percurso

Formativos em Desinstitucionalização” In: S. D. Rosa (Org.), *Formação profissional em saúde mental: experiências, desafios e contribuições da residência multiprofissional em saúde* (pp. 93-107). Curitiba: CRV.

Engel G. (2012). The need for a new medical model: a challenge for biomedicine. *Science. Psychodynamic Psychiatry*, 40(3), 377–396.  
<https://www.urmc.rochester.edu/MediaLibraries/URMCMedia/medical-humanities/documents/Engle-Challenge-to-Biomedicine-Biopsychosocial-Model.pdf>

Ferreira, I. S. D. S., & Soares, C. T. (2021). Residência Multiprofissional em Saúde e Formação de Psicólogos para o SUS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41.  
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003219139>

Flor, T. B. M., Cirilo, E. T., Lima, R. R. T. D., Sette-de-Souza, P. H., & Noro, L. R. A. (2022). Formação na Residência Multiprofissional em Atenção Básica: revisão sistemática da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 921-936.  
<https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.04092021>

Flor, T. B. M., Miranda, N. M., Marinho, C. D. S. R., Pinheiro, J. M. F., Sette-de-Souza, P. H., & Noro, L. R. A. (2021). Inserção de egressos de Programas de Residência Multiprofissional no SUS. *Revista de Saúde Pública*, 55.  
<https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003347>

Florentino, B. R. B., & Melo, W. (2017). A inserção da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social: notas introdutórias. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 10(1), 3-12. Versão On-line ISSN 1983-822.  
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n1/02.pdf>

Lei 11.129, de 30 de junho de 2005. (2005). Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Pro Jovem; cria o

Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Presidência da República [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/lei/111129.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111129.htm)

Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962. (1962). Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4119.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm)

Machado, L. D. S., Tamboril, A. C. R., Machado, M. D. F. A. S., Maia, E. R., & Lopes, M. D. S. V. (2018). Representações de profissionais residentes acerca das estratégias pedagógicas utilizadas no processo formativo da residência multiprofissional. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 52. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017024803386>

Mello, R. A. D., & Teo, C. R. P. A. (2019). Psicologia: entre a Atuação e a Formação para o Sistema Único de Saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e186511. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003186511>

Menz, D. M., & de Camargo, D. (2020). Psicólogos nas Políticas Públicas de Assistência Social: atuação em CRAS e interface com a formação acadêmica. *Psicologia Argumento*, 38(101), 431-449. <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.38.101.AO02>

Miron, A. X., & Guareschi, N. M. D. F. (2017). Compromisso social da psicologia e sistema único de assistência social: Possíveis articulações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37, 349-362. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000952014>

- Moura, A. S., Ricci, E. C., & Ferigato, S. H. (2021). Multi-professional residency programs in mental health and occupational therapy. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 29, e2951. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2235>
- Oliveira, A., & Lube Guizardi, F. (2020). A construção da política para inclusão de pessoas em situação de rua: avanços e desafios da intersetorialidade nas políticas de saúde e assistência social. *Saúde e Sociedade*, 29(3), e190650. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190650>
- Oliveira, J. B., Ceretta, L. B., Birolo, I. V. B., Simões, P. W., & Sônego, F. G. F. (2017). Influência da residência multiprofissional na vida profissional de egressos. *Inova Saúde*, 6(1), 122-139. <https://doi.org/10.18616/is.v6i1.3021>
- OMS – Organização Mundial de Saúde (2010). *Marco para Ação em Educação Interprofissional e Prática Colaborativa*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, Departamento de Recursos Humanos para a Saúde. Disponível em: [https://www.who.int/hrh/nursing\\_midwifery/en/](https://www.who.int/hrh/nursing_midwifery/en/)
- Pires, A. C. T., & Braga, T. M. S. (2008). O psicólogo na saúde pública: formação e inserção profissional. *Temas em Psicologia*, 17(1), 151-162. [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-389X2009000100013](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-389X2009000100013)
- Poubel, P. F. (2014). Psicologia na saúde pública. *ECOS- Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 4(2), 193-200. <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1369/1042>
- Ribeiro, M. E., & Guzzo, R. S. L. (2014). Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Reflexões Críticas Sobre Ações e Dilemas Profissionais. *Revista Pesquisas E*

*Práticas Psicossociais*, 9(1), 83–96. Recuperado de [http://seer.ufsj.edu.br/revista\\_ppp/article/view/837](http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/837)

Rodrigues, J. M. S. (2011). A intersetorialidade entre as políticas públicas de saúde e de assistência social pós constituição brasileira de 1988. *V Jornada Internacional de Políticas Públicas*, 23-26. <https://www.rmmg.org/artigo/detalhes/2179>

Romagnoli, R. C. (2012). O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. *ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(1), 120-132. <https://doi.org/10.4013/ctc.2017.102.12>

Romagnoli, R. C., Neves, C. E. A. B., & Paulon, S. M. (2018). Intercessão entre políticas: psicologia e produção de cuidado nas políticas públicas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(2), 236-250. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v70n2/17.pdf>

Sarmiento, L. F. et al. (2017). A distribuição regional da oferta de formação na modalidade residência multiprofissional em saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 113, p. 415-424, abr.-jun. 2017. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711306>

Signorini, T., Ferretti, F., & Silva, M. E. K. D. (2021). Práticas em Psicologia na Saúde Pública: Aproximando Cenários e Contextos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003194293>

Silva, L. B. (2018). Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil: alguns aspectos da trajetória histórica. *Revista Katálysis*, 21(1), 200-209. <https://www.scielo.br/pdf/rk/v21n1/1414-4980-rk-21-01-00200.pdf>

- Souto, T. D. S., Batista, S. H., & Alves Batista, N. (2014). A educação interprofissional na formação em psicologia: olhares de estudantes. *Psicologia: ciência e profissão*, 34, 32- 45. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100004>
- Straub, R. O. (2005). *Psicologia da Saúde*. Porto Alegre: Artmed.
- Torres, R. B. S., Barreto, I. C. D. H. C., Freitas, R. W. J. F. D., & Evangelista, A. L. D. P. (2019). Estado da arte das residências integradas, multiprofissionais e em área profissional da Saúde. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 23, e170691. <https://doi.org/10.1590/Interface.170691>
- Yasui, S. (2010). *Rupturas & encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Yasui, S., & Garcia Jr, C. A. S. (2018). Reflexões sobre a formação para o SUS e sua articulação com a pesquisa e a in (ter) venção nos cenários das práticas e dos serviços. *Interação em Psicologia*, 22(3). <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-967198>

# **O processo de judicialização nos Centros de Referências Especializados de Assistência Social – CREAS: entre a prática das medidas socioeducativas em meio aberto e a produção de sujeitos no contemporâneo**

---

**Valber Luiz Farias Sampaio  
Flávia Cristina Silveira Lemos  
Cyntia Santos Rolim**

## **Reflexões iniciais...**

Afinal, a quem serve a política pública de Assistência Social no Brasil? Tal pergunta reverberou durante alguns meses após a prática da Psicologia num Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS em um município da região Amazônica, Maracanã/PA.

Partimos da concepção de que a política pública emerge de um campo de lutas na construção de um território que possua dispositivos de enfrentamentos às várias latências da desigualdade social. Nesse sentido, a assistência social surge como um agenciamento dentro de inúmeras demandas pelas quais o Estado Brasileiro terá que produzir mecanismos estratégicos de intervenções (Mexko, Souza & Benelli, 2022), inserindo o saber psicológico como uma das principais engrenagens diante desse processo.

Destarte, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) objetiva a regulamentação da prática de ações, serviços, projetos e programas no corpo social, sendo realizadas através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que terá como eixo organizativo a divisão em proteções. Assim, na Proteção Social Básica (PSB) estarão organizadas atividades de caráter preventivo às vulnerabilidades de famílias e indivíduos e na Proteção Social

Especial (PSE), subdividindo-se em média e alta complexidade, estão organizadas as atividades que propõem intervenções que encaram a sociedade – famílias e indivíduos – em risco social, tal como que passaram a ter violações presentificadas em suas vidas (Brasil, 2005).

Dentre os equipamentos da PNAS, localiza-se as reflexões desta pesquisa diante dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que fazem parte da PSE de média complexidade nos eixos estruturantes do SUAS. Segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (Brasil, 2011), o CREAS:

[...] é uma unidade pública estatal, de abrangência municipal ou regional, referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS. Sua gestão e funcionamento compreendem um conjunto de aspectos, tais como: infraestrutura e recursos humanos compatíveis com os serviços ofertados, trabalho em rede, articulação com as demais unidades e serviços da rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, além da organização de registros de informação e o desenvolvimento de processos de monitoramento e avaliação das ações realizadas (p. 8).

Nos CREAS, compreende-se a existência de atividades diversas, sobretudo diante da necessidade de enfrentamentos às complexidades que estão por trás do risco social. Neste momento, considera-se significativa a reflexão de como a operacionalização deste equipamento produz verdades, incidindo sobre tais indivíduos e famílias e suas dinâmicas de existências, sobretudo considerando ao território Amazônico. Nesse sentido, convoca-se enquanto ferramenta conceitual a judicialização; conceito este que emerge enquanto efeito contemporâneo – possível início no século XX e primeira

década do século XXI, que institui o processo pelo qual o Poder Judiciário ganha relevância diante dos demais poderes – Executivo e Legislativo – em níveis de decisões, em vista à anuência e convocatória da própria sociedade (Silva *et al.* 2015).

Através deste conceito, compreendemos que a judicialização faz parte da história dos garantismos no Brasil, na medida em que a própria Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) produziu a concepção de sujeitos de direitos, através da noção de bem-estar social, que incluiu a Assistência Social diante da Seguridade Social, tal como Saúde e Previdência Social (Sampaio *et. al*, 2022). Essa ruptura produzida no corpo social também trará efeitos de racionalidade e existências, que agora passam de sujeitos abandonados a serem sujeitos de direitos. Dessa forma, o aspecto judicializante passa a ser um elemento chave na produção de verdade e ocupar um **lugar** central na vida da população, sobretudo enquanto um recurso de intervenção nos CREAS. Se por um lado, a judicialização possui um efeito garantista; por outro, ocupa efeitos que se inserem aos sujeitos que cometem atos considerados ilícitos. Afinal, o campo do direito opera em todas as esferas de uma sociedade por meio de “encomendas”.

Mas como ela incide sobre famílias e indivíduos nos CREAS? Nos deteremos aos/às adolescentes que cometem algum tipo de ato infracional, cabe uma intervenção legitimada através das Varas de Infância e Juventude, designando-os/as ao cumprimento de medidas socioeducativas – MSE. Aqui, o corpo se apresenta como objeto judicializado em sua primazia. Outrossim, adolescentes e suas respectivas famílias passam a ser objetos de acompanhamento por meio de órgãos que podem restringir ou não o corpo deste/a adolescente. Assim, diante do serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à

comunidade (PSC) os CREAS<sup>46</sup> efetivam “[...] atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente” (Brasil, 2014, p. 34), tais como às suas respectivas famílias.

Não obstante, a partir de um relato de experiência, objetivou-se a problematização do processo de judicialização no serviço destinado ao cumprimento de MSE em meio aberto diante do CREAS, levando em consideração uma localidade da região amazônica, que é caracterizada através populações singulares e suas dimensões de existências. Nesse sentido, parte-se da analítica da Psicologia Social Foucaultiana (Huning e Scisleski, 2018), enquanto um campo de pensamento que opera suas análises aos modos de governo das condutas em suas diversas esferas.

### **O processo de judicialização no contemporâneo.**

Oliveira (2019) nos apresenta o conceito de judicialização a partir do poder judiciário que figura a centralidade decisional diante de conflitos que usualmente seria solucionado diante das relações sociais, sendo convocado às intervenções de ordem diversas e que terão efeitos de gestão da vida de sujeitos e coletivos. Ressalta-se que não se trata de uma “intromissão” do judiciário, mas encomendas de diferentes atores sociais que, conseqüentemente, operam sobre as relações por meio de figuras/operadores jurídicos – como o/a juiz(a), o/a promotor(a), o/a advogado/a, dentre outros/as, onde tal “[...] ampliação do domínio jurídico tem se estendido por espaços antes habitados por outros saberes e

---

<sup>46</sup> “Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA passou a cofinanciar a oferta do Serviço de MSE em Meio Aberto no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, a partir de proposta pactuada na Comissão Intergestores Tripartite - CIT, conforme Resolução CIT nº 5, de 3 de junho de 2008” (Brasil, 2016, p. 30).

práticas, capilarizando a função do tribunal às diversas esferas do cotidiano” (Silva *et. al.*, 2015, p. 225).

Como apontado anteriormente, demarca-se a intensificação desse processo através do momento em que a Constituição Federal de 1988 adentra a esfera garantistas no território brasileiro. Nesse momento, o processo de redemocratização no Brasil produz efeitos de construções estratégicas de intervenções no Brasil, que dizem respeito às políticas públicas. Logo, tais políticas já nascem operacionalizadas pelo efeito da judicialização (Sampaio, 2023). Barroso (2018) afirma que tal processo de judicialização está em diversos momentos de nossas vidas, sejam elas diante das mulheres que decidem interromper um processo gestacional, no casamento de pessoas do mesmo sexo, dentre tantos outros. Oliveira e Brito (2013) alegam o momento em que vivemos a redução da esfera político-social e concepções individualizantes no momento em que produzimos desvios de nossas tensões às decisões tomadas no âmbito da judicialização da vida.

Dessa forma, a judicialização se apresenta enquanto um processo de regulação normativa do viver ao mesmo tempo em que “oferece” resoluções aos conflitos do cotidiano (Oliveira e Brito, 2013) não apenas diante de suas recorrências, mas também produzindo efeitos subjetivos, operando e legitimando o controle, a punição e o julgamento dos corpos, através do discurso do bem-estar social (Sampaio, 2023).

Demarcam-se os trabalhos de Farge (2009; 2011) como significantes ao tema, quando realizou estudos com arquivos jurídicos, tal como diante de documentos que foram caracterizados como registros de infâmia e desvios das normas. As pesquisas da autora serviram de inspiração para o filósofo Michel Foucault diante de estudos com interface de saberes localizados no poder judiciário, o saber psiquiátrico e a defesa da sociedade no campo da punição, vigilância e controle.

Tais instâncias representativas do fazer jurídico fazem parte de um leque de dispositivos que produzem tais racionalidades, sendo a judicialização uma emergência contemporânea para a perspectiva de cumprimentos de agendas políticas garantistas (Sampaio, 2023). Nesse *hall* de garantismos, se inserem as diversas políticas que operacionam atividades normativas em equipamentos nas zonas urbanas e demais localidades.

Ao dialogarmos acerca das MSE em meio aberto, caracteriza-se um indivíduo que cometeu um ato infracional, e, a partir de uma decisão do judiciário está diante de um acompanhamento no CREAS, tal como sua família; ou seja, sujeitos/corpos marcados pelo judiciário, que agora precisarão adequar-se às normas de uma sociedade a partir do discurso de verdade da ressignificação. Nesse ínterim, enquanto saber que compõe a equipe multidisciplinar dos CREAS, a Psicologia também pode se tornar refém desse tipo de operacionalização, sobretudo considerando o aspecto dos dispositivos de segurança pelo qual Foucault (2005) foi enfático na afirmação de aspectos que o forjariam e seriam sustentados por ele diante das infrações para executar discurso e práticas em torno de uma repressão criminal e de readaptações funcionais. Segundo Deluchey (2015), aí adentramos a égide da judicialização do habitual (do cotidiano), partindo de uma centralidade das medidas políticas de condução do comportamento.

### **Problematizações entre assistência social e a operacionalização das práticas no CREAS: indivíduos e famílias judicializadas.**

Na busca de superações das práticas assistencialistas que demarcaram o Brasil, sobretudo na década de 1950, a partir da Constituição Federal de 1988, surgem inúmeros diálogos de diversas esferas da sociedade para construção de uma política que agregasse as famílias e indivíduos em

situações de adversidades, ocasionadas por conta das desigualdades.

Nesse sentido, no ano de 1993 a lei de nº 8.742 foi criada, tendo como consolidação a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, conduzindo enquanto a Assistência Social uma política não contributiva para prover mínimos sociais (Brasil, 1993). Tal legitimidade da Assistência Social no Brasil provocou rupturas num contexto que respirava ao autoritarismo, tendo como cerne de suas práticas a participação social na construção política de um país, garantido por lei.

A partir da LOAS, a proteção social se coloca como um mecanismo contra as formas de exclusão social que decorrem de certas vicissitudes da vida, tal como a velhice, a doença, a adversidade, as provações. Inclui neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais como comida e o dinheiro, quanto bens culturais (como saberes) que permitirão sobrevivência e integração sob várias formas na vida social (Cruz & Guareschi, 2014).

Agora, com o caráter universal de suas práticas, a Assistência Social passa a ser discutida de forma mais ampla e determinadas medidas passam a ser tomadas diante da LOAS. Dentre elas, a priorização de programas socioassistenciais, fundos sociais de emergências, atendimentos voltados para camadas específicas da sociedade, sobretudo diante das pessoas vulneráveis (Cruz & Guareschi, 2014).

Assim, a PNAS se consolida a partir de 2004, executando atividade a partir do ano seguinte através do SUAS. Destarte, essas execuções serão divididas em dois eixos de proteção. Respectivamente, a PSB emerge como campo de intervenções a níveis preventivos através dos CRAS, enquanto a PSE se constitui a partir da média e alta complexidade

intervindo em situações de risco social e/ou violações de direitos. Diante da PSE vale ressaltar que o CREAS é o equipamento de referência da média complexidade, enquanto demais órgãos – como serviços socioeducativos de privação de liberdade, acolhimentos institucionais, dentre outros – se localizam na alta complexidade (Brasil, 2014). Ressalta-se ainda que as atividades de todos os equipamentos da assistência social devem estar articulados com outros setores das políticas públicas, garantindo o acesso de usuários/as em seu atendimento integral. Segundo o CFP/CREPOP (2012, p. 20-21).

O CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. O papel do CREAS no SUAS define suas competências que, de modo geral, compreendem: • ofertar e referenciar serviços especializados de caráter continuado para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, [...]; • a gestão dos processos de trabalho na Unidade, incluindo a coordenação técnica e administrativa da equipe, o planejamento, monitoramento e avaliação das ações, a organização e execução direta do trabalho social no âmbito dos serviços ofertados, o relacionamento cotidiano com a rede e o registro de informações, sem prejuízo das competências do órgão gestor de assistência social nessa direção, a oferta de serviços especializados pelo CREAS deve orientar-se pela garantia das seguranças socioassistenciais, conforme previsto na PNAS e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais que inclui os seguintes serviços, nominados a seguir: • Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); • Serviço Especializado em Abordagem Social; • Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); • Serviço de Proteção

Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; • Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. (Brasil/Ministério do Desenvolvimento Social, 2011).

Esta pesquisa se localiza no CREAS, mais especificamente no denominado “Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviço à Comunidade - PSC”. Neste serviço, objetiva-se o acompanhamento de adolescentes e jovens que cometeram algum ato infracional e suas respectivas famílias após deliberações do âmbito jurídico, como modo de responsabilização ao ato e respeito ao caráter de desenvolvimento destes sujeitos, sobretudo diante dos aspectos legais vinculados ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990)<sup>47</sup>.

Segundo o ECA (Brasil, 1990), os/as adolescentes que tiverem cometido algum ato infracional terão que passar por avaliação do caso, tal como receberá uma forma de responsabilização por parte dos operadores do jurídico, podendo receber dois tipos de medidas que cabem ao CREAS as atividades de acompanhamento. São elas: o Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Compreende-se a LA enquanto a inclusão do/a adolescente em acompanhamentos individuais e familiares, tal com a inserção em projetos, programas e serviços que estabeleçam relação com a comunidade (Conselho Federal de Psicologia, 2020) tendo relação direta com o Poder Judiciário

---

<sup>47</sup> Outro marco legal da socioeducação está em torno do SINASE (Lei no 12.594/2012) que surge como documento norteador, entre os quais as resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que orienta os princípios e diretrizes no cumprimento das medidas socioeducativas.

a partir de diálogos no exercício da garantia direitos e relatórios técnicos. Já a PSC é configurada envolve a seleção e credenciamento de locais que possam oferecer aos/às adolescentes a realização de atividades de prestação de serviços que ampliem o desenvolvimento de habilidade e competências diante do processo de orientação e ressignificação do ato em enquadres que não contrariem a legislação vigente (Conselho Federal de Psicologia, 2020).

A [...] PSC, art. 112, III do ECA, consiste na prestação de serviços comunitários gratuitos e de interesse geral por período não excedente a seis meses, devendo ser cumprida em jornada máxima de oito horas semanais, [...] não prejudicando a frequência escolar ou jornada de trabalho. Neste sentido, cabe salientar a necessidade de planejar a metodologia de intervenção em um espaço de tempo menor, tendo em vista o prazo limite para a execução da PSC, definindo no Plano Individual de Atendimento - PIA os tipos de atividades que serão desenvolvidas pelo adolescente. [...] (Brasil, 2016, p. 25).

A [...] LA (art. 112 do ECA) destina-se a acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente autor de ato infracional. Trata-se de uma medida socioeducativa que implica em certa restrição de direitos, pressupõe um acompanhamento sistemático, no entanto, não impõe ao adolescente o afastamento de seu convívio familiar e comunitário (Brasil, 2016, p. 26).

Diante dessas práticas a equipe técnica deverá conceber a execução de atividades específicas como visitas domiciliares, estudos de caso, reuniões formativas, atendimento individual e grupal, estudos de caso, grupos orientativos com famílias, visitas às instituições que compõem a rede de atendimento socioeducativo, articulações em rede, dentre outros (Brasil, 2016).

Questiona-se até onde vai a autonomia da Psicologia diante desse processo, na medida em que tais corpos já vem

judicializados após a deliberação dos operadores do direito. Nesse sentido tais adolescentes passam a ser encomendas, num jogo de verdade que envolve uma espécie de liberdade *laissez-faire*, projetando aspectos e controle dos corpos sob o discurso de proteção social (Sampaio, 2023).

Segundo o Conselho Federal de Psicologia – CFP, através do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, a Psicologia se configura enquanto um campo de saber que estuda os sujeitos e a relação consigo e com o mundo. No entanto, este saber vem sendo sustentado por uma noção que pressupõe uma natureza universal, a-histórica e individualizada no contemporâneo. Esta seria um dos elementos que servem de porta de entrada ao aspecto prisional e de privação de liberdade, no momento em que a Psicologia passa ao uso das técnicas e serve como ferramenta de busca e produção de verdades criminológicas (Conselho Federal de Psicologia 2020).

Nessa articulação entre Psicologia e Justiça, essa perspectiva de técnica de exame e o conhecimento sobre o comportamento humano assumem a função primordial de auxiliar a tomada de decisão dos representantes das leis, através da construção de laudos, avaliações e diagnósticos (Miranda Júnior, 1998). No entanto, ressalta-se com Scheinvar (2008) que, se o Poder Judiciário tem a função de estabelecer a manutenção da ordem, sendo um órgão e sistema que atua na punição e controle dos atos considerados desviantes e inadequados para a sociedade, suas práticas acabam delineando-se como práticas de controle social, principalmente na perspectiva de controle do que pode vir a se tornar problema para a sociedade. E nesse sentido, a Psicologia, enquanto técnica e ferramenta que o auxilia, acaba entrando nessa engrenagem, funcionando como um importante instrumento de controle social dos desvios, dos problemas e dos riscos (Conselho Federal de Psicologia, 2020, p. 42-43).

Nesse sentido, o atrelamento discursivo e de produção de verdade recai sobre os/as adolescentes avizinjado ao discurso da periculosidade e cálculo de riscos (Castel, 1987), onde as estatísticas de provimento do Estado terão como possibilidade o esquadramento estatístico para o cálculo dos elementos de riscos diante de seu território e sua população (Foucault, 2008). Nesse ínterim, o saber psicológico pode ser uma das ferramentas que asseverariam tais sujeitos em processos de exclusão.

A gestão da vida desses/as adolescentes e suas famílias então se constitui a partir das práticas da Assistência Social, mesmo que diante de um discurso de instrumentalização estratégica para concretização de direitos sociais diante de um Estado Democrático de Direitos, visto que determinadas práticas passam a ser de controle, vigilância e produção de subjetividades sob a égide penalista (Sampaio, 2023).

Nesse sentido, pensar práticas diante das políticas públicas, sobretudo enquanto ações estratégicas de governo, é remetermos às reflexões do conceito de governamentalidade na gerência de indivíduos (Guareschi, Lara e Adegas, 2011). Afinal, o Estado não está centrado na soberania, ao momento em que descentraliza o poder do soberano no ato de governo do cotidiano e a ação dos próprios sujeitos (Veiga-Neto, 2005).

### **Para além do cotidiano das MSE em meio aberto: as dimensões amazônicas.**

Pensar a desigualdade social diante de territórios Amazônicos condiz em refletir acerca do conceito de fator amazônico, que são especificidades equivalentes aos acessos e deslocamentos, espaços e manutenções para a operacionalização de atividades, compreensão das figuras de prestígios, dentre outros. Nesse sentido, realizar uma política pública que compreenda, de fato, o território prevê reflexões e planejamentos complexos, evitando assim um possível retorno ao assistencialismo de outrora. Ademais, é indispensável

pensar que a desigualdade na região Amazônica – sobretudo paraense – é resultado de uma matriz ideopolítica demarcada na história pela dominação ainda no século XIX, tendo como projeto de sociabilidade para Amazônia a tentativa de “cópia” de comportamentos e costumes europeus e anglo-saxões, produzindo assim demarcações subjetivas e estruturais de uma sociedade.

No processo de colonização, a mão de obra, a tecnificação e atividades e o assalariamento da força de trabalho – principalmente no século XX – deve ser considerada como elemento chave para refletirmos a dinâmica desigual nas relações de poder que são estabelecidas e mantenedoras das desigualdades.

Este estudo centraliza-se diante do Estado do Pará, o segundo maior em extensão territorial brasileiro, que possui uma área de cerca de 1.245.870,704 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022<sup>48</sup>) contendo 144 municípios e que integra uma região denominada desde 1953 de Amazônia Legal<sup>49</sup>. Esta região, encontra-se na região norte possuindo uma população com estimativa de 8.120.131 pessoas de acordo com o IBGE (2022), e que cerca de 4.599.212 pessoas desse total encontram-se em situação de pobreza<sup>50</sup> equivalendo a um percentual da população de 52,40 %.

Não obstante, Maracanã se localiza na mesorregião do nordeste paraense, com cerca de 807,628 km<sup>2</sup> com cerca de 25.971 nos índices populacionais, tendo – deste total – apenas

---

<sup>48</sup> Fonte: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama> >. Acesso em 22 de nov de 2024.

<sup>49</sup> Segundo definições feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Amazônia Legal corresponde a 59% do território brasileiro e compreende a totalidade de oito estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, assim como parte do estado do Maranhão. Nela, de acordo com o Ipea residem 56% da população indígena brasileira.

<sup>50</sup> Levando em consideração o número de domicílios com renda per capita de até ¼ a ½ meio salário-mínimo.

13,34 km<sup>2</sup> de área urbanizada (IBGE, 2022; 2019). Ou seja, sua grande parte está localizada em zonas de ilhas, que historicamente foram colonizadas, principalmente, por espanhóis e franceses. Segundo Sampaio (2023), o nome da localidade se dá através da cultura indígena, advindo de “maraca”, um instrumento musical indígena que imita o barulho de chocalho, inspirado no canto dos pássaros existentes em abundância à época no território; enquanto “nã” possui a significação de “falso” na linguagem indígena local, representando a lógica dos cânticos dos pássaros ao território.

A equipe que estava localizada no CREAS de Maracanã era mínima, contendo assistente social, pedagoga e psicólogo. Tal equipe era contratada, demonstrando os laços precarizados do SUAS no território; logo, tal equipe carecia de conhecimento mais amplo para pensar ações através do equipamento da Assistência Social. Ao mesmo tempo, o judiciário era remanescente, sobretudo diante dos vínculos através de concursos públicos por parte do Estado. Nesse sentido, já há uma disparidade nas relações trabalhistas que localizam as atividades de cunhos municipais ficam, por vezes, enquanto reféns – o que se encontra enquanto uma problemática denominada de transbordos do judiciário<sup>51</sup>.

Vale ressaltar que ao chegar no município, fora identificado que não havia o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo à época, que é um documento sinalizado pelo SINASE e construído através de vários entes municipais, acompanhando as diretrizes, princípios e lógicas norteadoras de atribuição individual dos equipamentos que compete à cada um. A ausência deste documento norteador provoca maiores rupturas no processo de acompanhamento das MSE, tal como

---

<sup>51</sup> Mecanismo pelo qual, o judiciário se apropria das relações com os vínculos municipais para dar conta das demandas dos próprios operadores do direito. Essas atividades não são recompensadas enquanto prestação de serviço próprio, sendo um processo de aviltamento do saber psicológico.

da distribuição de equipamentos no próprio município, na valorização da corresponsabilização da rede intersetorial.

Vale ressaltar que este Plano faz parte de um *hall* de exigências do Ministério Público a todos os municípios brasileiros, objetivando a consolidação do processo de municipalização das MSE em meio aberto, estabelecido pela lei de nº 12.594/2012, mas também contribui para a operacionalização das MSE em meio aberto através de construções coletivas, visto que a atuação do CREAS não está em torno de um processo de vigilância dos adolescentes e sim de um acompanhamento que possa valorizar elementos individuais e singularizados, sobretudo diante da afirmação do Conselho Federal de Psicologia (2012 p. 55) em que a “[...] adoção de parâmetros nacionais não significa uma homogeneização das práticas, porque um de seus pressupostos é a sua apropriação em função da realidade local [...]”.

Ao mesmo tempo, a ausência de um documento normativo que equaliza as atribuições municipais, favorece à prática do poder das comarcas sobre os demais entes, na medida em que não existe algo que delimite as atribuições, esvaziando a prática e convergindo para o processo de exclusão destes/as adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto. Esse documento estará presente também na construção e execução do Plano Individual de Atendimento – PIA, que se faz enquanto uma tarefa norteadora do atendimento institucional ao adolescente no cumprimento da medida e que é um documento solicitado através dos operadores jurídicos, em que muitas vezes exige-se em tempo exímio, não respeitando aspectos psíquicos dos sujeitos (Sampaio, 2023).

Outro ponto reflexivo está em torno das práticas de PSC, onde este/a adolescente precisa ser encaminhado através de um caráter analítico de suas habilidades e potencialidades para desenvolvê-las realizar descobertas de novas (CFP, 2012). Assim, faz-se necessário a inserção destes/as adolescentes em locais de caráter educativo e não punitivo,

tendo seu perfil organizado através dos encontros que permeiam a construção do PIA, conjuntamente com o/a mesmo/a e suas respectivas famílias. Mas, questiona-se: como desenvolver tal prática em locais como estes? A perspectiva local é fonte rica na construção de elementos de coletividades e a própria ressignificação da comunidade pela/o adolescente que cometeu algum ato infracional. Ou seja, este trabalho precisa ser pensado conjuntamente com as lideranças comunitárias, os entes do território, os equipamentos – intersetoriais – existentes em cada ilha, dentre outros.

A judicialização adquire um caráter de disciplina na medida em que se exercerá a atribuição da normalização dos corpos à Psicologia nos equipamentos do SUAS. Foucault (2012) define o conceito de disciplina como um método que se utiliza de ferramentas em que se favorece o controle minucioso da operacionalização dos corpos através da sujeição produzindo docilidade. É um contexto biopolítico apresentado através de Foucault que produzirá modos de existências alicerçados nas relações sociais, onde o disciplinamento dos corpos passam a ser atingidos através da arte de governar que se utiliza de saberes, tal como da Psicologia (Lemos, 2019).

Numa conjuntura territorial, que se exhibe por meio ilhas que distanciam o contato e acessos, inúmeras iniquidades serão produzidas, conduzindo elementos de violências na busca pelos objetos desejantes, tais como lugares de poder, e afins. Destarte, o cumprimento das MSE em meio aberto abre espaços para um acompanhamento que deverá ser realizado de consistente, onde os/as adolescentes deverão ter acesso ao CREAS, tais como os/as técnicos/as em acesso aos sujeitos em acompanhamento.

A desigualdade social é a latência desses/as adolescentes e suas respectivas famílias em seu cerne, tendo uma parcela de concentração de adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto aos sujeitos residentes em ambientes de ilhas. Dessa forma, na maioria desses acompanhamentos, a realidade era de que tais famílias não

conseguiam manter um acompanhamento valorativo diante da ausência de valores financeiros para deslocamentos nos barcos.

Por vezes, a compreensão por parte do poder judiciário – ao encaminhar tais relatórios de acompanhamentos – era de descumprimento das MSE por conta de ausências durante o período previsto judicialmente. E, mesmo com uma análise crítica acerca de tais realidades, ainda há uma perspectiva hierárquica sobre o corpo judicializado. Ou seja, “Sob a égide da liberdade e segurança, incidirá sobre esses corpos a disciplina como fomento da docilização política. A normalização fará parte das estruturas sociais, no momento em que nela residem” (Sampaio, 2023, p. 155).

Vale ressaltar que esse controle não incidira apenas nos cumprimentos de “*agendas*” diante de uma ascensão do neoliberalismo e narrativas morais nos CREAS, mas também no processo educacional, nos locais de prestação de serviços à comunidade, dentre outros. Sobre tal temática, Candiotta (2012, p. 20) retorna à Foucault para afirmar que:

Na fábrica, na escola, no hospital, no convento, no regimento militar ou na prisão trata-se sempre da constituição de uma anatomia política pela distribuição espacial dos indivíduos e o controle de suas atividades; ou pela combinação dos corpos e das forças, de modo a deles extrair a máxima utilidade. Ao ser o corpo parte de um espaço, núcleo de um comportamento, soma de forças que se aglutinam, torna-se possível adestrá-lo e torná-lo útil. A anatomia política do corpo fabrica pequenas individualidades funcionais e adaptadas mediante investimentos microfísicos, capilares.

O CREAS, por vezes, através de seus relatórios, é visto como maquinaria de vigilância e aplicabilidade da disciplina. Seria um processo em que o/a adolescente deveria “valorizar sua liberdade cerceada” e qualquer derrapagem por parte

deste corpo judicializado poderá o levar à privação de liberdade.

No que tange às audiências – que possuem hora marcada, muitos/as desses/as adolescentes não conseguiram estar presentes, visto que o tempo da natureza – que controla as marés – diverge do tempo cronológico. Assim, famílias e adolescentes atrasavam-se ou chegavam pelo meio das madrugadas – muitas vezes, chuvosas – entrando em contato com o CREAS ou com o conselho tutelar para abrigo até o horário destes encontros com o judiciário. Tais ligações surgiam como um pedido de socorro!

Às famílias, em certas ocasiões, sobre o pular das desigualdades, realizavam empréstimos, abandonavam suas casas, reorganizavam a vida para evitar que estes corpos fossem encaminhados para o meio fechado. As mesmas que realizam tais modificações existenciais, passam a ser famílias que são designadas como incapazes com o processo de judicialização. Como um receptáculo, tais classes sociais sempre foram cernes e instrumentos de controle, sendo passíveis de intervenções de ordenamento em como tais adolescentes devem ser e agir. Segundo Donzelot (1986), coadunado à Foucault (2010), afirma que a família seria um instrumento privilegiado para a realização da gestão do Estado e a ferramenta que se corporifica através da Medicina Social.

A produção de sujeitos perigosos continua atenuada no contemporâneo, enquanto um elemento de estruturas sociais segregatórias e excludentes. Não só a figura do sujeito é incorporada à tal forja, mas às famílias cabe o processo de inseri-la como um braço para alcance dessa normalização, por meio de permissões dos operadores do direito. E, na busca de um processo de contraposição, a Psicologia precisa caminhar em direção ao não aviltamento de seu saber, mas também da dignidade dos sujeitos.

Tais acompanhamentos precisam de características de prevenção de riscos, negligências, violações e diversas outras esferas que ferem a dignidade destes/as adolescentes e suas respectivas famílias, inserindo-os/as em quadros de precarização da existência, sob a égide da culpabilização e penalismos.

As famílias pobres estão talvez eternamente vulneráveis a desproteger, sobretudo com a ampliação sem fim de suas funções. Pois é isso também que a assistência social tem feito: atribuído novas funções à família, de tal forma que parece pouco possível que alguma família de conta de tantas responsabilidades (Saraiva, 2017, p. 53).

Cabe ao saber psicológico a quebra de paradigmas disciplinadores através de técnicas de segurança, sobretudo para parar de ouvir por aí frases como: “Vocês vão ter que dar um jeito no Rafael. Vocês ou o conselho tutelar” (Saraiva, 2017, p. 43). E isso só será possível quando incorporarmos o processo garantista de proteção – tão discutido na PNAS – avizinhando com a compreensão do território e a importância do trabalho intersetorial no enquanto mecanismo de enfrentamento às desigualdades e suas iniquidades.

O saber psicológico é inevitavelmente político. Dessa forma, ela não atua com subjetividades, mas produz subjetividades com tais práticas (Bocco, 2013). É nesse diapasão que provocar a postura ético-política diante das MSE em meio aberto, caso contrário, seremos refém de uma governamentalidade produzida pelo Estado Penal, favorecendo a concretização deste a partir de uma função policalesca e judicializantes (Sampaio, 2023, p. 181).

## **Considerações finais (?)**

Mudanças de rotina, marés que não condizem com o tempo cronológico, espaços que não incluem adolescentes às

PSC's, equipamentos que não produzem intervenções condizentes às desigualdades... inúmeras iniquidades são efeitos das várias faces das desigualdades. Como lidar com tais realidades em territórios singulares como os da região amazônica? Há limitações que precisam ser pensadas diante da própria operacionalização destes serviços, na medida em que se precisam de recursos salutares – para manutenção de barcos, de carros que possuam qualidade de adentrar territórios enlameados, zonas de difícil acesso, etc.

A universalidade nos apresenta enquanto elemento-chave para pensar a política pública, mas a equidade seria um dos mecanismos de acesso ao tal acesso garantista de forma geral. Aqui, reside o destaque ao território e suas formas de acesso, às dificuldades de atuação em um contexto intersetorial, a superação do caráter caritativo diante da PNAS, as precarizações das relações de trabalho, marcado também pela hierarquia e o histórico do colonialismo e coronelismo, como são as regiões amazônicas. Afinal, aos operadores jurídicos cabe a perspectiva de atuação nos garantismos, tanto quanto às políticas públicas, e não a tutela e disciplinamento dos corpos em desenvolvimento, tal como incidência das responsabilidades em suas respectivas famílias.

## Referências

- Barroso, L. R. (2018). A judicialização da vida e o papel do Supremo Tribunal Federal. Belo Horizonte: Fórum.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 09 de novembro de 2024.

- Brasil. (1990). Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial.
- Brasil. (1993). Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília, DF. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm). Acesso em 09 de novembro de 2024.
- Brasil (2005). Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: imprensa oficial.
- Brasil. (2011). Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Brasília. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez.pdf> . Acesso em 09 de novembro de 2024.
- Brasil. (2014). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF.
- Brasil & Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. (2016). Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Candiotto, C. (2012). Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. *Psicologia & Sociedade*, 24(spe), 18–24. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/gwdGTsHtp4hxNGyLhQybKcs/>. Acesso em 11 de novembro de 2024.
- Castel, R. (1987). A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2012). Referências técnicas para prática de psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS. Brasília: CFP/CREPOP.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2012). Referências técnicas para atuação em medidas socioeducativas em meio aberto. Brasília: CFP/CREPOP.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2020). Referências técnicas para atuação em medidas socioeducativas em meio aberto. Brasília: CFP/CREPOP.
- Cruz, L. R. da, & Guareschi, N. (2014). A constituição da assistência social como política pública: interrogações à Psicologia. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Orgs.), Políticas Públicas e Assistência Social: diálogos com as práticas psicológicas (pp. xx-xx). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Deluchey, J.-F. (2015). O lado “B” da liberdade: reprimir na era neoliberal. In F. C. S. Lemos (Org.), Estudos com Michel Foucault: transversalizando em Psicologia, história e educação (pp. xx-xx). Curitiba: CRV.
- Donzelot, J. (1986). A Polícia das Famílias. Rio de Janeiro: Graal.
- Farge, A. (2009). O sabor do arquivo. São Paulo: EdUSP.
- Farge, A. (2011). Lugares para a história. Belo Horizonte: Autêntica.
- Foucault, M. (2005). Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008). Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes.

- Foucault, M. (2010). *Microfísica do Poder* (28ª ed.). São Paulo: Graal.
- Foucault, M. (2012). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guareschi, N. M. de F., Lara, L. de, & Adegás, M. A. (2011). Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. *Psico*, 41(3). Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/8163>. Acesso em 11 de novembro de 2024.
- Hüning, S. M., & Scisleski, A. C. C. (2018). Ressonâncias de uma epistemologia foucaultiana em psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 30, e170632. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NWmNYm8pDNbgt9xfPrgK/SXh/>. Acesso em 13 de novembro de 2024.
- Lemos, F. C. S. (2019). A UNESCO e o governo da infância por meio do capital social: problematizando práticas de segurança. In H. Resende (Org.), *Michel Foucault: o governo da infância* (pp. 119-130). Belo Horizonte: Autêntica.
- Mexko, S., Souza, W. A. de, & Benelli, S. J. (2022). A assistência social como política pública no contexto brasileiro: alguns apontamentos críticos. In F. C. S. Lemos et al. (Orgs.), *Psicologia Social e Assistência Social: territórios, sujeitos e inquietações* (pp.33-64). Curitiba: Appris.
- Oliveira, V. E. de (Org.). (2019). *Judicialização de políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Oliveira, C. F. B. de & Brito, L. M. T. de (2013). *Judicialização da vida na Contemporaneidade*. *Revista Psicologia: ciência*

- e profissão (33). Disponível em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/5J9RSV5JxBmh9TZCVWMCvkp/abstract/?lang=pt>. Acessado em 05 de dezembro de 2024.
- Sampaio, V. L. F. (2023). O processo de judicialização na assistência social: uma análise das medidas socioeducativas em meio aberto (Tese de doutorado). Universidade Federal do Pará, Belém, PA.
- Sampaio, V. L. F., Lemos, F. C. S., Rolim, C. S. & Aquime, R. H. S. (2022). Reflexões acerca do processo de judicialização nas medidas socioeducativas em meio aberto. In F. C. S. Lemos et al. (Org.), *Psicologia Social e Política de Assistência Social* (pp. 185-206). Curitiba: CRV.
- Saraiva, L. F. de O. (2017). “Essa gente”: a produção de famílias perigosas na assistência social. In L. F. Saraiva (Org.), *Assistência Social e Psicologia: (des)encontros possíveis* (pp. 39-58). São Paulo: Blucher.
- Silva, C. F. da, Lemos, F. C. S., Neto, J. de A. B., Corrêa, M. R., Cruz, A. P. de C., & Oliveira, P. de T. R. de. (2015). Reflexões a respeito dos processos de judicialização e criminalização no controle da contemporaneidade. *Barbarói*, (43). Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/download/4054/4417>. Acesso em 2 de dezembro de 2024.
- Veiga-Neto, A. (2005). Governo ou governmentismo. *Currículo sem Fronteiras*, 5(2), 79-85. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol5iss2articles/veiga-neto.pdf>



Sobre os autores

## Sobre os Autores

---

### **Amanda Donadel Bezerra**

Psicóloga pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista de iniciação científica do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Orcid: Email: [adbezerra@mx2.unisc.br](mailto:adbezerra@mx2.unisc.br). <https://orcid.org/0009-0004-1003-0796>.

### **Ana Maria Justo**

Doutora em Psicologia (UFSC) e professora no Departamento de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: [justoanamaria@gmail.com](mailto:justoanamaria@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2056-3575>.

### **Ana Maria Nunes El Achkar**

Doutora em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Mestrado e Doutorado) da UNIVERSO de Niterói/RJ. E-mail: [ana.achkar@nt.universo.edu.br](mailto:ana.achkar@nt.universo.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1628-1006>

### **Ana Ludmila Freire Costa**

Pós-doutorado em Psicologia (UFRN). Doutora em Psicologia pela UFRN, Docente do curso de Psicologia da UFRN/FACISA. Email: [ana.ludmila@ufrn.br](mailto:ana.ludmila@ufrn.br). Orcid <https://orcid.org/0000-0003-0208-0756>.

### **Ana Paula Müller de Andrade**

Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC). Docente do curso de Psicologia da

Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). E-mail: [anamullerdeandrade@gmail.com](mailto:anamullerdeandrade@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1600-0801>

### **Anyelle Karine de Andrade**

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Psicóloga da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Londrina. E-mail: [anyelleandrade@gmail.com](mailto:anyelleandrade@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9998-9319>

### **Aline Maria de Sordi**

Especialista em saúde da família pela Faculdade Pequeno Príncipe. Psicóloga clínica e institucional na Associação Lar São José. Email: [psialinedesordi@gmail.com](mailto:psialinedesordi@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9901-2890>.

### **Bárbara Sul Santana Fleury**

Doutoranda em Psicologia (UFRN). Mestrado em Psicologia pela UFG. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0996-2518>. Email: [barbarassfleury@gmail.com](mailto:barbarassfleury@gmail.com).

### **Bruna Coutinho Silva**

Doutorado em Psicologia (PUC/MG). Coordenadora da Educação em Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Email: [bcoutinho.psi@gmail.com](mailto:bcoutinho.psi@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4862-2912>.

### **Camila Pereira Lisboa**

Psicóloga, mestre (UFMG) e doutora (USP) em Psicologia Social. Foi trabalhadora do SUAS por dez anos. Atualmente, é docente da Área de Psicologia na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/BA). E-mail: [cplisboa@uefs.br](mailto:cplisboa@uefs.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0933-1730>

### **Caroline de Souza**

Doutorado em Psicologia (PUC/MG). Email: [carolinedesouzapsi@yahoo.com.br](mailto:carolinedesouzapsi@yahoo.com.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8398-4951>.

### **Cristiane Davina Redin Freitas**

Doutora em Psicologia Social (UFGRS). Docente do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Psicologia e do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Email: [cristianefr@unisc.br](mailto:cristianefr@unisc.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1288-2712>.

### **Claudia de Godoi Ferreira de Almeida**

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do curso de Psicologia da FACCRI de Cornélio Procópio/PR. E-mail: [claudiagodoi.fa@gmail.com](mailto:claudiagodoi.fa@gmail.com). Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5617-6417>.

### **Cyntia Santos Rolim**

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Psicóloga atuante no âmbito clínico. Email: [cyntiarolim@yahoo.com.br](mailto:cyntiarolim@yahoo.com.br). Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9558-3189>

### **Deise Lucia Antunes Lopes**

Psicóloga pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Mestre em Psicologia - área de concentração Psicologia Social e Cultura -, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: [deantuneslopes@gmail.com](mailto:deantuneslopes@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0353-2697>

### **Daniele de Andrade Ferrazza**

Doutorado e Mestrado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Assis). Docente do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) E-mail: [daferrazza@uem.br](mailto:daferrazza@uem.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0912-9559>.

### **Flávia Cristina Silveira Lemos**

Professora Titular de Psicologia Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Produtividade de Pesquisa CNPQ-PQ2. E-mail: [flaviacslemos@gmail.com](mailto:flaviacslemos@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4951-4435>.

### **Guilherme Elias da Silva**

Doutor em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Assis). Professor Associado do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: [gesilva@uem.br](mailto:gesilva@uem.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2834-2905>.

### **Gustavo Zambenedetti**

Professor Associado do Departamento de Psicologia (DEPSI) na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Campus Irati-Paraná. Doutor em Psicologia Social e

Institucional (UFRGS). E-mail: [gustavo@unicentro.br](mailto:gustavo@unicentro.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7372-9930>.

### **Isabel Fernandes de Oliveira**

Doutora em Psicologia Clínica pela USP São Paulo. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN. E-mail: [fernandes.isa@gmail.com](mailto:fernandes.isa@gmail.com). Orcid: [orcid.org/0000-0002-2153-762x](https://orcid.org/0000-0002-2153-762x)

### **Jéssica Pedrosa Mandelli**

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do curso de Psicologia da PUC de Londrina/PR. E-mail: [jessicamandelli@hotmail.com](mailto:jessicamandelli@hotmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4670-1753>

### **João Franco do Nascimento Neto**

Psicólogo pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Bolsista de iniciação científica do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Email: [franco4@mx2.unisc.br](mailto:franco4@mx2.unisc.br). Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-4690-9148>

### **Kátia Maheirie**

Doutora em Psicologia Social (PUC/SP) e professora no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPgPsi) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: [maheirie@gmail.com](mailto:maheirie@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5226-0734>

**Kathia Regina Galdino de Godoy**

Mestre em Psicologia (UEL). Psicóloga da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Londrina. E-mail: [kathiagodoy@hotmail.com](mailto:kathiagodoy@hotmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7310-495X>.

**Kely Akemi Kuriki**

Mestra em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Psicóloga Clínica. E-mail: [kely.kuriki@gmail.com](mailto:kely.kuriki@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-2719-1670>.

**Laleska Raissa Santos Almeida**

Psicóloga formada pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: [laleskarsalmeida@gmail.com](mailto:laleskarsalmeida@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8928-661X>.

**Leandro Orias de Araujo**

Psicólogo formado pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: [leandro\\_orias@hotmail.com](mailto:leandro_orias@hotmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-3859-4206>.

**Larissa Firmino da Silva**

Psicóloga, ex trabalhadora do SUAS e Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL. E-mail: [larifirminopsi@gmail.com](mailto:larifirminopsi@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1478-4122>

**Lorena Maria da Silva**

Doutoranda em Psicologia Social (PUC/SP). E-mail: [lorenamaria.sanches@gmail.com](mailto:lorenamaria.sanches@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1767-8419>

**Márcia de Oliveira Prata**

Doutoranda em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Psicóloga clínica e hospitalar no HCU da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: [marciaoprata@gmail.com](mailto:marciaoprata@gmail.com) . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-437-9686>

**Maria da Graça Marchina Gonçalves**

Doutora em Psicologia Social (PUC/SP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro da Diretoria do Instituto Silvia Lane. E-mail: [grajota@uol.com.br](mailto:grajota@uol.com.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6930-9052>.

**Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis**

Doutora em Psicologia Clínica (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: [bethtavares@uel.br](mailto:bethtavares@uel.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3466-4150>.

**Maria Fernanda Aguilar Lara**

Doutoranda e mestra em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: [mariaf.aguilarlara@gmail.com](mailto:mariaf.aguilarlara@gmail.com) . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2354-7733>

### **Mariana Prioli Cordeiro**

Doutora em Psicologia Social (PUC-SP). Docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Email: [mpriolicordeiro@usp.br](mailto:mpriolicordeiro@usp.br) . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5523-5099>

### **Mariana Silva Basso**

Mestrado em Psicologia (UEM). Psicóloga da Assistência Social da Prefeitura Municipal de Paiçandu (PR). E-mail: [marianabassopsi@gmail.com](mailto:marianabassopsi@gmail.com) . Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5959-7399>.

### **Marisa Silva**

Especialista em Residência Multiprofissional em Saúde da Família – UEL/PR. E-mail: [marisant23gmail.com](mailto:marisant23gmail.com).

### **Michele da Rocha Cervo**

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia (DEPSI) na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Campus Irati-Paraná. Doutora em Psicologia Social e Institucional - UFRGS. E-mail: [mcervo@unicentro.br](mailto:mcervo@unicentro.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3523-9292>.

### **Paola Christie Ijiri Ribeiro**

Pós-Graduanda e Residente Técnica em INTEGRE (UNICENTRO-SESA/17RS). Graduada em Psicologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Email: [psi.paolachristie@gmail.com](mailto:psi.paolachristie@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4392-7319>.

### **Paula Marques da Silva**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Docente do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Email: [paulamarques@uel.br](mailto:paulamarques@uel.br) . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2718-5717>

### **Rafael Bianchi Silva**

Pós-doutorado em Psicologia (UEM). Doutor em Educação pela Unesp/Marília, Docente dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Email: [rafael.bianchi@uel.br](mailto:rafael.bianchi@uel.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1170-7920>.

### **Roberta Carvalho Romagnoli**

Doutorado em Psicologia Clínica (PUC/SP). Email: [robertaroma1@gmail.com](mailto:robertaroma1@gmail.com) . Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3551-2535>.

### **Ruth Tainá Aparecida Piveta**

Doutora em Psicologia e Sociedade pela Unesp – Campus Assis/SP. E-mail: [ruthpiveta@yahoo.com.br](mailto:ruthpiveta@yahoo.com.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5340-5720>.

### **Sebastião Benício da Costa Neto**

Doutor em Psicologia (UNB). Docente dos programas de graduação e pós-graduação em Psicologia da PUC/Goiás. Psicólogo do Hospital das Clínicas da UFG-Ebserh. E-mail: [sebastiaobenicio@gmail.com](mailto:sebastiaobenicio@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8160-3476>

### **Simone Maria Hüning**

Docente e pesquisadora do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação (CNPq). E-mail: [simone.huning@ip.ufal.br](mailto:simone.huning@ip.ufal.br). Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8080-7733>

### **Valber Luiz Farias Sampaio**

Pós-doutorando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente do curso de Psicologia da Universidade da Amazônia (UNAMA). Email: [valbersampaio@hotmail.com](mailto:valbersampaio@hotmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1780-6679>

### **Vanessa Carlos Wauter**

Mestre em Psicologia (UEL). Psicóloga do Núcleo Regional de Educação de Londrina na pasta de direitos humanos. E-mail: [vanessa\\_200@hotmail.com](mailto:vanessa_200@hotmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1340-1041>.

